

XII ENIC

ENCONTRO INTERNACIONAL
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONHECIMENTO, AÇÃO, INOVAÇÃO
IX ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
XII MOSTRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

22 e 23
de outubro

Educação levada a sério.

FAMINAS
FACULDADE DE MINAS
Muriaé - MG

SUPLEMENTO
REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS

Volume 12– Número 1 – Suplemento 1 – Jan - Abr 2016

ANAIS
XII ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS DA
ZONA DA MATA

IX ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS

22 a 23 de outubro de 2015

Revista Científica da FAMINAS, v. 12, n. 1 (jan./abr.) 2016 - Muriaé - FAMINAS - Faculdade de Minas 2016

Suplemento n. 1 - Anais do XI Encontro de Iniciação Científica FAMINAS da Zona da Mata -IXI Encontro de Pós-Graduação da FAMINAS – 22 a 23 de outubro de 2015 (Editores: Alexandre Horacio Couto Bittencourt, Tatianna Bittencourt)

Quadrimestral.

ISSN: 1807-6912

1. Revista Científica da FAMINAS - Periódicos. I. FAMINAS - Faculdade de Minas. III. Anais.

Revista Científica da FAMINAS (Faculdade de Minas)

Muriaé (MG) – Volume 12 - Número 1 - Suplemento 1 - Jan-Abr 2016

Publicação quadrimestral

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA:

Diretor Presidente – Bel. Lael Vieira Varella

Diretor Administrativo e Financeiro - Bel. Esp. Luciano Ferreira Varella

Diretora Executiva – Bel. Luisa Vieira Varella

Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriaé

Diretor geral – Bel. Esp. **Luciano Ferreira Varella**

Diretor de Ensino- Prof. Ms. **Everton Ricardo Reis**

Editora FAMINAS – Profa. Ms. **Lenise Lantelme**

CONSELHO EDITORIAL

Allan Kardec Carlos Dias (UninCor - Três Corações - MG)

Gislene da Silva (UFSC - Florianópolis)

Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ- São João Del Rey)

Maria das Graças Cardoso (UFLA - Lavras - MG)

Silvane Vestena- UNIPAMPA- São Gabriel- RS)

Solange Muglia Wechsler (PUCCAMP - Campinas - SP)

Coordenação Acadêmica - **Roberta de Freitas Gouveia**

Coordenação de Extensão – **Nilton Freitas Junior**

Coordenação de Pesquisa – **Alexandre Horacio Couto Bittencourt**

COORDENAÇÃO DE CURSOS

Administração de Empresas – **Manaara lack Cozendey**

Arquitetura - Regina Coeli Gouveia Varella

Biomedicina - **Luciana Agostinho**

Ciências Contábeis – **Jorge de Oliveira Daiber**

Direito – **Margarida Maria Espósito dos Santos**

Educação Física – **Guilherme Tucher**

Enfermagem – **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**

Engenharia de Produção - **Manaara lack Cozendey**

Farmácia – **Micheline Luiza Souza Lopes**

Fisioterapia – **Cristiano Andrade Quintão Coelho Rocha**

Medicina - Cristina Maria Ganns Chaves Dias

Nutrição – **Denise Félix Quintão**

Psicologia – **Gisele Braga de Aquino**

Sistemas de Informação – **Maria Vanderlea de Queiroz**

EDITORA FAMINAS

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário

CEP: 36880-000 - Muriaé - MG

Telefone: 0/xx/32/3729-7555

e-mail: editora@faminas.edu.br

MENSAGEM DA COORDENAÇÃO DO XII ENIC E DO IX ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS

O homem em sua busca por cada expandir cada vez mais seus horizontes, busca acrescentar em sua formação três pilares do saber: **CONHECIMENTO, AÇÃO, INOVAÇÃO**. Ao conseguir unir estes saberes, torna-se preponderante a tomada de uma consciência crítica e construtivista. A sociedade busca nas pesquisas respostas qualitativas para seus anseios e a partir de inovações conquistar novos modelos, agregar valores científicos á sua vida cotidiana.

A responsabilidade das Instituições de Ensino superior na realização das pesquisas deve primar pela busca constante do **conhecimento** pela **inovação**, em suas ações que possibilitem conquistas significativas de melhoria da qualidade de vida.

A FAMINAS MURIAÉ, em seu XII ENIC, mais uma vez reafirma sua vocação em estimular e garantir aos acadêmicos a realização de pesquisas, que firmem o compromisso com a **ÉTICA** e que garantam **INOVAÇÕES**, tornando assim, o cotidiano da população melhor a cada dia.

Até o **XIII ENIC**.
Atenciosamente,

Prof. Alexandre Bittencourt
Coord. Pesquisa – FAMINAS

Prof. Everton Ricardo Reis
Diretor de Ensino

**RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO
XII ENIC FAMINAS DA ZONA DA MATA E IX EPGFAMINAS
COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS**

1. FACULDADE DE MINAS – FAMINAS
2. FACULDADE SANTA MARCELINA
3. Universidade Estadual do Norte Fluminense.
4. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG CARANGOLA
5. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
6. CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ, RIBEIRÃO PRETO
7. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
8. UNIRIO
9. UNIVALE
10. FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA - FCV

COMISSÃO CIENTÍFICA DO XII ENIC e IX EPGFAMINAS

Alexandre Horácio Couto Bittencourt

Aline Reis Amim

Fernanda Mara Fernandes

José Gustavo Padrão

Nilton Freitas Junior

Raphael de Souza Vasconcelos

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XII ENIC E IX EPG FAMINAS

Alexandre Horacio Couto Bittencourt

Eduardo Goulart Gomes

Nilton de Freitas Junior

Roberta de Freitas Gouveia

Silmara da Silva Motta

Tatianna Bittencourt

Tatiani de Andrade Rocha

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

NUMERO	RESUMOS
CBS 001	REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL JUNTO ÀS COMUNIDADES ESCOLARES DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO RIO CARANGOLA ACERCA DA ESPÉCIE <i>Mesoclemys hoyei</i> (CÁGADO-DO-PARAÍBA) Luyara S. MUNIZ e Braz A. P. COSENZA
CBS 002	FLORA PRELIMINAR DOS PARQUES ESTADUAL DO BRIGADEIRO E NACIONAL DO CAPARAÓ Braz Antonio Pereira COSENZA , Cristiano Viana GUEDES e João Victor Motta. SALERNO
CBS 003	ESTUDO DA CHIROPTEROFAUNA EM DUAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL NO MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ, MINAS GERAIS Rayque de Oliveira LANES , Moisés Luiz Gomes SIQUEIRA , Rafaella Fernandes FERREIRA , Isteliene Lopes LEODORO , Michel Barros FARIA
CBS 004	LEVANTAMENTO PRELIMINAR DA ARBORIZAÇÃO URBANA NO LIMITE URBANO DE CARANGOLA-MG Gislaine Gomes PIRES , Fabiane de Oliveira DIAS , Gilza Rufino CASSIMIRO , Braz Antônio Pereira COSENZA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
CBS 005	AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ALELOPÁTICO DE <i>Carica papaya</i> L. SOBRE SEMENTES DE <i>Lycopersicon esculentum</i> L. Gislaine Gomes PIRES , Fabiane Oliveira DIAS , Luciano Magno ROCHA , Braz Antônio Pereira COSENZA , Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
CBS 006	ORGANIZAÇÃO DA CARPOTECA DO HERBÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HUEMG), UNIDADE DE CARANGOLA Rúbia de Souza PEREIRA , Anny Carolinni Ferraz FERREIRA , Jaquelina Alves NUNES
CBS 007	LEVANTAMENTO FLORÍSTICO PRELIMINAR NA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) REFÚGIO DO SAUÁ NO MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ, MINAS GERAIS Raphael Sousa PEÇANHA , Carolina Pinheiro LOURENÇO , Raniely Silva SOUZA , Jaquelina Alves NUNES
CBS 008	SPRING OF WATER FOR DOMESTIC USE IN RURAL PROPERTIES RURAL PROPERTIES IN THE MUNICIPALITY OF EUGENÓPOLIS-MG Tainara dos Santos ROCHA , Roselane de Oliveira BOTELHO , Felipe da Silva COSTA
CBS 009	SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: RELATO DE CASO DE NEUROPATIA AGUDA EM CRIANÇA. Rafaela Ferreira da SILVA , Amanda Marini da SILVA , Ana Caroline Ferreira Placides da CUNHA e Raphael de Souza VASCONCELLOS
CBS 010	AVALIAÇÃO “IN VITRO” DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DA TINTURA DE PRÓPOLIS FRENTE ÀS BACTÉRIAS <i>Staphylococcus aureus</i> e <i>Klebsiella pneumoniae</i>. Rodrigo Gonçalves DIAS , Douglas Cesso de Almeida VIEIRA , Karina Reis GARCIA e Fernanda Mara FERNANDES
CBS 011	SUSCETIBILIDADE ANTIMICROBIANA DE UROPATÓGENOS EM MULHERES Mariana de Almeida RAMOS , Maryna de Azevedo ANDRADE , Alanna de Souza GOUVÊA , Fernanda Mara FERNANDES
CBS 012	AÇÃO BACTERICIDA DE SABONETES FRENTE AO <i>Staphylococcus aureus</i> Isabela Cavalcanti PORTES , Polyana Aparecida Almeida PEDROSA , Edmara Caetano PORTO e Fernanda Mara FERNANDES
CBS 013	ANÁLISE URINÁRIA DE PACIENTES ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA Livia Novaes da Silva GOMES , Fernanda Trindade SIQUEIRA , Roberta Vieira Teixeira da SILVA e Fernanda Mara FERNANDES

CBS 014	OCORRÊNCIA DE PARASITAS ZONÓTICOS EM AREIAS DE PRAIAS DA REGIÃO DOS LAGOS - RJ Ana Caroline Ferreira Placides da CUNHA , Victor Hugo Ferraz da SILVA , Lorena Braga Bernardino MADRIAGA e Fernanda Mara FERNANDES
CBS 015	AVALIAÇÃO DO POTENCIAL BACTERICIDA DE EXTRATOS AQUOSOS DE Allium cepa SOBRE BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS E GRAM NEGATIVAS Arthur Alves POUBEL , Lorena Braga Bernardino MADRIAGA , Sílvia Mara MATTOS e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
CBS 016	AVALIAÇÃO “IN VITRO” DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DE Rosmarinus officinalis L. FRENTE À BACTÉRIAS Karina Reis GARCIA , Stella Pereira Da SILVA , Rodrigo Gonçalves DIAS e Fernanda Mara FERNANDES
CBS 017	SINTOMAS PRÉ-COMPETITIVOS EM ESPORTISTAS DE 12 E 17 ANOS Reges Ferreira Da SILVA , Roberta Duarte VERAZZANI , Hely Toledo LOQUE
CBS 018	RELAÇÃO ENTRE A EFICÁCIA DA SUPERIORIDADE NUMÉRICA TEMPORAL E O RESULTADO DA PARTIDA NO PAN- AMERICANO JÚNIOR DE PÓLO AQUÁTICO MASCULINO-2014 Janaina Teixeira da SILVA , Samyra Tavora CORREIA , Marina Procópio de LACERDA e Guilherme TUCHER
CBS 019	RELAÇÃO DESCRITIVA ENTRE A QUALIDADE DO SONO E A SENSÇÃO DE FADIGA DE NADADORES DURANTE O MACROCICLO DE TREINAMENTO Janaina Teixeira da SILVA , Samyra Tavora CORREIA , Marina Procópio de LACERDA e Guilherme TUCHER
CBS 020	EVOLUÇÃO NO DESEMPENHO NOS 100 M NADO LIVRE DE NADADORES BRASILEIROS AO LONGO DA FORMAÇÃO ESPORTIVA Janaina Teixeira da SILVA , Samyra Tavora CORREIA , Marina Procópio de LACERDA e Guilherme TUCHER
CBS 021	EFEITO DE UM PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL NA MELHORA DOS NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA Marina Procópio de LACERDA , Janaína TEIXEIRA , Samyra Tavora CORREIA , Fabiano Guimaraes Novaes GOMES
CBS 022	CONCEITOS SOBRE ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERCEPÇÃO DO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL Reges Ferreira Da SILVA , Paulo Henrique Ferreira de MATOS , Hely Toledo LOQUE
CBS 023	COMPARAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ANSIEDADE EM PRATICANTES DE FUTSAL E HANDEBOL Reges Ferreira Da SILVA , Rebecca Dias NICOLAU , Luiz Felipe da Silva COUTO e Hely Toledo LOQUE
CBS 024	ANSIEDADE PRÉ-COMPETITIVA VERSUS RESULTADOS NO FUTSAL Reges Ferreira DA SILVA , Rebecca Dias NICOLAU , Luiz Felipe da Silva COUTO e Hely Toledo LOQUE
CBS 025	AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM EM IDOSAS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA DA CIDADE DE ERVÁLIA- MG Janaina Teixeira da SILVA , Samyra Tavora CORREIA , Marina Procópio de LACERDA e Carla Beatriz da Silva RAFAEL
CBS 026	ANÁLISE SOBRE O QUANTITATIVO DE ALUNOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA FORMADOS EM LICENCIATURA QUE VOLTARAM À FACULDADE PARA COMPLEMENTAR COM BACHARELADO Patrícia Penna COUTO , Mirelle Nunes CAETANO , Tatiane Aparecida Pereira e SILVA , Carla Beatriz da Silva RAFAEL
CBS 027	ANÁLISE DESCRITIVA DA PARTICIPAÇÃO COMPETITIVA DE NADADORES DE ELEVADO DESEMPENHO ESPORTIVO DURANTE SEU PERÍODO DE FORMAÇÃO Janaina Teixeira da SILVA , Samyra Tavora CORREIA , Marina Procópio de LACERDA e Guilherme TUCHER

CBS 028	<p>ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG</p> <p>Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA, Gil Carlos Ferreira ARAUJO e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 029	<p>PREFERÊNCIAS POR MODALIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO GLÓRIA, VIEIRAS-MG</p> <p>Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA, Gil Carlos Ferreira ARAUJO e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 030	<p>DIFICULDADES PEDAGÓGICAS NO EXERCÍCIO DOCENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG</p> <p>Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA, Gil Carlos Ferreira ARAUJO e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 031	<p>PARTICIPAÇÃO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO GLÓRIA, VIEIRAS - MG</p> <p>Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA, Gil Carlos Ferreira ARAUJO e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 032	<p>AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE PRESSÃO ARTERIAL EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM EUGENÓPOLIS, MG</p> <p>Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA, Ana Carolina MARTINS, Marcela Brum de SOUZA e Hely LOQUE</p>
CBS 033	<p>AVALIAÇÃO DA AGILIDADE EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA</p> <p>Paulo Henrique Ferreira De MATOS, Gean Carlos Gomes da SILVA, Luiz Henrique BARROS e Bernardo Minelli RODRIGUES</p>
CBS 034	<p>AVALIAÇÃO DA VELOCIDADE EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA</p> <p>Paulo Henrique Ferreira de MATOS, SILVA, R.F., Josiel Antonio de REZENDE, Bernardo Minelli RODRIGUES</p>
CBS 035	<p>PREVALÊNCIA DE SOBREPESO DE CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA</p> <p>Paulo Henrique Ferreira de MATOS, Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES</p>
CBS 036	<p>PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA</p> <p>Paulo Henrique Ferreira de MATOS, Gil Carlos Ferreira ARAUJO, Luiz Henrique BARROS e Bernardo Minelli RODRIGUES</p>
CBS 037	<p>ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL PRÉ E PÓS COMPETITIVA EM FUTSALONISTAS DE 15 A 17 ANOS</p> <p>Gil Carlos Ferreira ARAÚJO, Gean Carlos Gomes da SILVA, Antônio José Cândido de SOUZA e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 038	<p>AUTONOMIA FUNCIONAL DE IDOSOS ANALISADOS ATRAVÉS DO PROTOCOLO GDLAM</p> <p>Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA, Ana Carolina MARTINS, Marcela Brum de SOUZA e Hely LOQUE</p>
CBS 039	<p>AUTO-RELATO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE IDOSOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA</p> <p>Ana Carolina MARTINS, Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA e Guilherme TUCHER</p>
CBS 040	<p>AVALIAÇÃO DA FLEXIBILIDADE DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA NA CIDADE DE EUGENÓPOLIS - MG</p> <p>Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA, Ana Carolina MARTINS, Marcela Brum de SOUZA e Hely Toledo LOQUE</p>
CBS 041	<p>DENSIDADE URINÁRIA EM ALUNOS, ANTES E APÓS UMA PARTIDA DE FUTSAL</p> <p>Gil Carlos Ferreira ARAÚJO, Antônio José Cândido de SOUZA, Gean Carlos Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES</p>

CBS 042	EFEITO DE SESSÕES DE ALOGAMENTO SOBRE OS NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE EM MULHERES Layla Morete SANTOS , Mirelle NUNES , Roberta VERAZZANI e Bernardo Minelli RODRIGUES
CBS 043	FATORES MOTIVACIONAIS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE IDOSOS DA CIDADE DE EUGENÓPOLIS, MG Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA , Ana Carolina MARTINS , Marcela Brum de SOUZA e Hely LOQUE
CBS 044	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FAMINAS/MURIAÉ Samyra Tavora CORREIA , Taciara T. G. FARIA , Janaina Teixeira da SILVA e Carla Beatriz da Silva RAFAEL
CBS 045	IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS HIGIÊNICOS NO ÂMBITO ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE MURIAÉ-MG E REGIÃO Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Livia Fonseca Gomes da SILVA e Bernardo RODRIGUES
CBS 046	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE IDOSOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA Ana Carolina MARTINS , Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA e Guilherme TUCHER
CBS 047	pH URINÁRIO EM ALUNOS, ANTES E APÓS UMA PARTIDA DE FUTSAL Gil Carlos Ferreira ARAÚJO , Antônio José Cândido de SOUZA , Gean Carlos Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES
CBS 048	PERDA DE MASSA CORPORAL EM ESCOLARES DE 15 A 17 ANOS DURANTE UMA PARTIDA DE FUTSAL Gil Carlos Ferreira ARAÚJO , Gean Carlos Gomes da SILVA , Antônio José Cândido de SOUZA e Hely Toledo LOQUE
CBS 049	PREFERÊNCIA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR ESPORTES COLETIVOS MINISTRADOS NA CIDADE DE EUGENÓPOLIS-MG Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Livia Fonseca Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES
CBS 050	PRIMEIROS SOCORROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM DA INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA OCORRÊNCIA DE ACIDENTES OU INCIDENTES NO ÂMBITO ESCOLAR Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Livia Fonseca Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES
CBS 051	RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE FÍSICA E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA CONCEPÇÃO ATUAL Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Livia Fonseca Gomes da SILVA e Bernardo Minelli RODRIGUES
CBS 052	ANÁLISE SOBRE O CONHECIMENTO DOS HOMENS REFERENTE AO CÂNCER DE PRÓSTATA, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG Lilian Fernanda Pereira Vaz MACHADO , Luciana Aurora SILVA , Mariana Navarro Domingos Dos SANTOS e Aline Ribeiro Murta ABREU
CBS 053	APRIMORANDO OS CUIDADOS DE PREVENÇÃO QUANTO À REMOÇÃO DE DRENOS, SONDAS E CATETERES; SENSIBILIZANDO ACOMPANHANTES NA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ- MG Janilda da Silva Miranda FERREIRA , Dayanne Karla Ferreira FONSECA , Paula Maria Fialho LIMA e Sebastião Ezequiel VIEIRA
CBS 054	ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA GESTAÇÃO E PUERPÉRIO EM PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PSF SANTO ANTÔNIO MURIAÉ – MG Janilda da Silva Miranda FERREIRA , Dayanne Karla Ferreira FONSECA , Paula Maria Fialho LIMA e Soraya Lucia do Carmo LOURES
CBS 055	AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO TESTE DE TOXOPLASMOSE EM GESTANTES, DURANTE O PRÉ-NATAL, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG Lilian Fernanda Pereira Vaz MACHADO , Elidiane Aparecida PILLER , Luciana Aurora SILVA e Aline Ribeiro Murta ABREU

CBS 056	AVALIAÇÃO DO NÚMERO DE QUEDAS E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM PACIENTES DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA NO SETOR DA ENFERMARIA CIRÚRGICA, CIDADE DE MURIAÉ - MG Rosângela Vilela MONTEIRO , Alessandra Aparecida MARTINS , Jaqueline FELIPE e Sebastião Ezequiel VIEIRA
CBS 057	CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA DIMINUIÇÃO DO SOFRIMENTO NA VIDA DO PORTADOR DE ERISIPÊLA BOLHOSA Daniele da Cruz de SOUZA , Carolina da Cruz de SOUZA , Ludmila GONÇALVES e Rafael Gonzales de OLIVEIRA
CBS 058	GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO (UPP) Tatiana Rosa do CARMO , Thaís de Almeida PAULA , Luana Barreto SASSARA e Sebastião Ezequiel VIEIRA
CBS 059	IMPACTO DAS FERIDAS CRÔNICAS NA QUALIDADE DE VIDA DE SEUS PORTADORES, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG Lílian Fernanda Pereira Vaz MACHADO , Mariana Navarro Domingos dos SANTOS , Luciana Aurora SILVA e Aline Ribeiro Murta ABREU
CBS 060	INSTRUTORES INTERNOS: APRIMORANDO O ACOLHIMENTO DOS NOVOS COLABORADORES Fernanda Lydiane de lima JESUS , Estefani Miris RIBEIRO , Estefani de Oliveira SILVA e Sebastião Ezequiel VIEIRA
CBS 061	PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DE ENFERMAGEM DA FAMINAS: UMA ANÁLISE DO PERFIL, DA OPÇÃO PELO CURSO E DA PERSPECTIVA PROFISSIONAL Estefani de Oliveira SILVA , Fernanda Lydiane de Lima JESUS e Aline Ribeiro Murta ABREU
CBS 062	ANÁLISE DA QUALIDADE DE MATÉRIA PRIMA E DE COMPRIMIDOS DE PARACETAMOL Danúbia Oliveira SANTOS , Adriano César PEREIRA e Samuel Ferreireira da SILVA
CBS 063	ANÁLISE FÍSICO - QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE IOGURTES COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG Julyana Vargas DONÁ , Gustavo Baêso BICALHO , Samuel Ferreira da SILVA e Livia Beatriz Almeida FONTES
CBS 064	DOSEAMENTO DE HIDROCLOROTIAZIDA POR TITULAÇÃO E ESPECTROFOTOMETRIA UV Julyana Vargas DONÁ , Gustavo Baêso BICALHO e Samuel Ferreira da SILVA
CBS 065	DOSEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO DICLOFENACO DE POTÁSSIO Michely Mirian Rodrigues CARDOSO , Lorena Dornelas Souza de ALBERGARIA e Samuel Ferreira da SILVA
CBS 066	IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DE OMEPRAZOL EM MATÉRIA PRIMA COMERCIALIZADA NO MUNICIPIO DE MURIAÉ/MG Marina Matias LEONARDO , Karine Cristina Moreira RODRIGUES , Samuel Ferreira da SILVA
CBS 067	ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES HIPERTENSOS DA CLINICA ESCOLA DA FAMINAS Valquiria Eveline RABELO , José Silveira De Andrade NETO , Amanda Duarte Moreira TOLENTINO e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO
CBS 068	AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Amanda Branca BAESSO , Juliana de Cassia FILGUEIRAS , Valquíria Eveline RABELO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 069	AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO Matheus José da Costa TRINDADE , Vanessa Basílio DUARTE , Lucilene Imaculada de BARROS e Roberta Xavier BRUNO

CBS 070	AVALIAÇÃO DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Matheus José da Costa TRINDADE , Késia Alves de OLIVEIRA , Lucilene Imaculada de BARROS e Roberta Xavier BRUNO
CBS 071	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PRATICANTES DA CAMINHADA MATINAL Matheus José da Costa TRINDADE , Valquíria Eveline RABELO , José Silveira de Andrade NETO e Clarissana Araújo BOTARO
CBS 072	AVALIAÇÃO DO RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Matheus José da Costa TRINDADE , José Silveira de Andrade NETO , Valquíria Eveline RABELO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 073	AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA DA MARCHA EM IDOSOS EM DIFERENTES PSF'S Amanda Duarte Moreira TOLENTINO , Paula Lopes SILVA , Valquíria Eveline RABELO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 074	CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSAS PARTICIPANTES DO GRUPO DE ATIVIDADE FÍSICA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS NA CIDADE DE MURIAÉ Lucilene Imaculada de BARROS , Késia Alves de OLIVEIRA , José Silveira de Andrade NETO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 075	DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO Marina de Oliveira e SOUZA , Ludimila Assis SILVA , Thaís Messias GONÇALVES e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA
CBS 076	EFICÁCIA DA ELETROESTIMULAÇÃO DO NERVO TIBIAL E CINESIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA MISTA: ESTUDO DE CASO Amanda Branca BAESSO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 077	ESTUDO COMPARATIVO DA MARCHA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS Amanda Duarte Moreira TOLENTINO , Valquíria Eveline RABELO , Paula Lopes SILVA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 078	MARCHA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA FAZENDO A DIFERENÇA Amanda Duarte Moreira TOLENTINO , Karla de MORAIS , Iasmin Martins GUIMARÃES e Roberta Xavier BRUNO
CBS 079	MÉTODO PILATES NO TRATAMENTO DE ESCOLIOSE IDIOPÁTICA JUVENIL: UM ESTUDO DE CASO Amanda Duarte Moreira TOLENTINO , Valquíria Eveline RABELO , Paula Lopes SILVA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 080	MÉTODOS KLAPP, ISO-STRETCHING E ESTABILIZAÇÃO SEGMENTAR LOMBAR NO TRATAMENTO DE LOMBALGIA: UM ESTUDO DE CASO Amanda Branca BAESSO , Gustavo Baêso BICALHO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 081	NÍVEL DE CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS VASCULOGÊNICAS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA Késia Alves de OLIVEIRA , Lucilene Imaculada de BARROS , Matheus José da costa TRINDADE e Roberta Xavier BRUNO
CBS 082	NÍVEL DE COGNIÇÃO EM IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS Lucilene Imaculada de BARROS , Valquíria Eveline RABELO , Matheus José da Costa TRINDADE e Roberta Xavier BRUNO
CBS 083	PRESENÇA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS VENOSAS ATENDIDOS NO PROJETO LASERTERAPIA Késia Alves de OLIVEIRA , Lucilene Imaculada de BARROS , Valquíria Eveline RABELO e Roberta Xavier BRUNO

CBS 084	PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM PACIENTES TABAGISTAS OU CONSUMIDORES DE ÁLCOOL NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Valquíria Eveline RABELO , Vanessa Basílio DUARTE , Késia Alves de OLIVEIRA e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO
CBS 085	PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM IDOSOS NO ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DA CLÍNICA ESCOLA- FAMINAS Lucilene Imaculada de BARROS , Amanda Duarte TOLENTINO , Matheus José da Costa TRINDADE e Roberta Xavier BRUNO
CBS 086	NÍVEL DE COGNIÇÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E A RELAÇÃO COM O RISCO DE QUEDAS Lucilene Imaculada de BARROS , Matheus José da Costa TRINDADE , Késia Alves de OLIVEIRA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 087	PREVALÊNCIA DE TABAGISMO E GRAU DE DEPENDÊNCIA À NICOTINA EM PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Valquíria Eveline RABELO , Késia Alves de OLIVEIRA , Matheus José da Costa TRINDADE e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO
CBS 088	PREVALÊNCIA E PADRÃO DE CONSUMO ALCOÓLICO EM PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Valquíria Eveline RABELO , Lucilene Imaculada de BARROS , Matheus José da Costa TRINDADE e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO
CBS 089	QUALIDADE DE VIDA DE HIPERTENSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM PSF Nathália Caroline LOURENÇO , Kássia Elisa VARDIERO , Naiara de Cássia CAMPOS e Roberta Xavier BRUNO
CBS 090	ALTERAÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM IDOSAS DE GRUPOS DA TERCEIRA IDADE Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA , Nathália Nunes LOPES , Géssica Roriz PAIVA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA
CBS 091	ANÁLISE DA FUNÇÃO SEXUAL EM IDOSAS SOB A ÓTICA DA FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA Juliana de Cássia FILGUEIRAS , Jéssica Christiane FILGUEIRAS , Hugo Guedes VIANA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 092	ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA RUPTURA DO TENDÃO DO MÚSCULO SUPRA-ESPINHOSO: UM ESTUDO DE CASO Vanessa Basílio DUARTE , Lucilene Imaculada de BARROS e Roberta Xavier BRUNO
CBS 093	AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIAS (AVD'S) EM PACIENTES IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS Vanessa Basílio DUARTE , Matheus José TRINDADE , José Silveira de Andrade NETO , Roberta Xavier BRUNO
CBS 094	AVALIAÇÃO DO EQUILÍBRIO EM IDOSOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS Juliana de Cássia FILGUEIRAS , Matheus José da Costa TRINDADE , Marina de Oliveira e SOUZA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 095	AVALIAÇÃO MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM IDOSOS SEDENTÁRIOS E ATIVOS Vanessa Basílio DUARTE , Cristiane Aparecida FARIA , Roberta Xavier BRUNO
CBS 096	CARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA EM CRIANÇAS COM DOENÇAS NEUROLÓGICAS ATENDIDAS NA CLÍNICA ESCOLA FAMINAS Vanessa Basílio DUARTE , Valquíria Eveline RABELO , Matheus José TRINDADE e Roberta Xavier BRUNO
CBS 097	EFICÁCIA DA ESTABILIZAÇÃO SEGMENTAR LOMBAR NA LOMBALGIA MECÂNICA: ESTUDO DE CASO Sílvia Polyana Fazolo SILVA , Christiano Vieira SILVA e Rafael Gonzalez OLIVEIRA

CBS 098	EFICÁCIA DA LASERTERAPIA DE BAIXA POTENCIA EM ÚLCERA DECORRENTE DE ERISPELA: ESTUDO DE CASO Christiano Vieira da SILVA , Sílvia Polyana Fazolo SILVA , Paula Lopes SILVA e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA
CBS 099	NÍVEL DE DEPRESSÃO EM IDOSOS SEDENTÁRIOS E ATIVOS EM UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA Juliana de Cássia FILGUEIRAS , Nathália Nunes LOPES , Hugo Guedes VIANA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 100	PERFIL DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS NA SAÚDE PÚBLICA Patrícia de Freitas CLEMENTE , Hugo Guedes VIANA , Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 101	QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Juliana de Cássia FILGUEIRAS , Aline Paula MACHADO , Rafaela da Silva ANGÊLO e Roberta Xavier BRUNO
CBS 102	RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E IDOSOS PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO Estéfane Rufino da SILVA , Vanessa Silva BARBOSA , Denise Cristina de Souza carvalho LIMA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA
CBS 103	TÉCNICAS DE FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA: NÍVEL DE CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS Tiago José PEREIRA , Nayara Rodrigues De Oliveira Costa VENTURA , Monique Lage de OLIVEIRA e Roberta Xavier BRUNO
CBS 104	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE HIGIENE PESSOAL E DA HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS POR IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG Nataly Scala ROCHA , Angela Gabriela Moreira MANSO , Cláudia Gomes da SILVA , Denise Félix QUINTÃO
CBS 105	ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DE UM GRUPO DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG Nataly Scala ROCHA , Lidiane Andrade LACERDA , Kátia Gomes da SILVA e Denise Félix QUINTÃO
CBS 106	AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ERGONÔMICOS E A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE TRABALHO NA SAÚDE DOS COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMERCIAIS DA CIDADE DE MURIAÉ- MG Nataly Scala ROCHA , Cláudia Gomes da SILVA , Kátia Gomes da SILVA , Denise Félix QUINTÃO
CBS 107	ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS CARDÁPIOS DE ALMOÇO DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SEGUNDO PARÂMETROS NUTRICIONAIS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR Francine Rubim de RESENDE , Rachel Martins ANTUNES , Jadiane Rocha SOUZA e Denise Félix QUINTÃO
CBS 108	AVALIAÇÃO DA OBESIDADE ABDOMINAL EM TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA DE LEOPOLDINA – MG Francine Rubim de RESENDE , Rachel Martins ANTUNES , Thalita Gomes VIEIRA e Denise Félix QUINTÃO
CBS 109	AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE VITAMINAS E MINERAIS EM GESTANTES DA ZONA DA MATA MINEIRA LESTE Karina Costa GERALDELI , Thayná Vieira SIGILIANO e Denise Félix QUINTÃO
CBS 110	AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO EXCESSO DE PESO DE SERVIDORES DE UNIDADES DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG Rachel Martins ANTUNES , Francine Rubim de RESENDE , Rafaela Marchese Teixeira PERRY e Denise Félix QUINTÃO
CBS 111	FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANEMIA FERROPRIVA EM ESCOLARES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG Caroline fraga GODINHO , Lauany Peixoto DUARTE , Marcilene Gadiola de FIGUEIRÊDO e Denise Félix QUINTÃO

CBS 112	<p style="text-align: center;">HÁBITOS ALIMENTARES E FUNCIONAMENTO INTESTINAL EM ESCOLARES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG</p> <p style="text-align: center;">Caroline Fraga GODINHO, Dalylla Aparecida de Souza MACHADO, Debora Aparecida de Almeida MARIQUITO e Denise Félix QUINTÃO</p>
CBS 113	<p style="text-align: center;">HÁBITOS ALIMENTARES E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM GESTANTES DA ZONA DA MATA MINEIRA LESTE</p> <p style="text-align: center;">Ana Cláudia Morito NEVES, Dione da Silva ASSIS e Denise Félix QUINTÃO</p>

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

NUMERO	RESUMOS
CET 001	A MATEMÁTICA E A QUÍMICA DO PONTO DE VISTA DOS ESTUDANTES CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO Alan José Corrêa MANSO , Rhayanne Cristina Fialho De MOURA , Érica Marques Da Silva SANTOS
CET 002	APLICAÇÕES DA TEORIA DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS COM ÊNFASE NO CRESCIMENTO DE TUMORES Alexandro Da Silva RODRIGUES , Danilo Coelho TARDEM , Wellix Moreira Da SILVA , Érica Marques Da Silva SANTOS
CET 003	TANGRAM UMA TÁTICA PARA OTIMIZAÇÃO DO ENSINO DA GEOMETRIA Mayara Fonseca PINHEIRO , Reinaldo Loubach SARDINHA
CET 004	EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS MÓVEIS Gean Rodrigues MATTA , Victor João Freitas COSTA , Silvério Rodrigues MIRANDA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 005	IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA AS EMPRESAS Marcelo de Castro PEREIRA , Débora Cristina de PAIVA , Chaieny Correia ROZA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 006	AMEAÇAS À SEGURANÇA EM REDES DOMÉSTICAS Mateus de Moraes DIAS e Daniel Clarismundo BORGES
CET 007	BENEFÍCIOS DA VLAN EM AMBIENTES CORPORATIVOS Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 008	BIG DATA, FAÇA AS PERGUNTAS DE FORMA CORRETA Franklin Sanches NOGUEIRA , Débora Cristina de PAIVA , Thiago ANDRADE e Daniel Clarismundo BORGES
CET 009	BITCOIN - A MOEDA VIRTUAL Gean Rodrigues MATTA , Victor João Freitas COSTA , Silvério Rodrigues MIRANDA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 010	COMÉRCIO ELETRÔNICO Bruno Estevam PEREIRA , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES e Daniel Clarismundo BORGES
CET 011	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL Marcelo de Castro PEREIRA , Chaieny Correia ROZA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 012	CONTROLE DE QUALIDADE DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES ATRAVÉS DE SMARTPHONES Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 013	CRIMES VIRTUAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE ESSA NOVA MODALIDADE DE CRIME Franklin Sanches NOGUEIRA , Chaieny Correia ROZA , Thiago ANDRADE e Daniel Clarismundo BORGES
CET 014	CRIPTOGRAFIA E SUAS FUNÇÕES Gean Rodrigues MATTA , Victor João Freitas COSTA , Silvério Rodrigues MIRANDA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 015	CRIPTOGRAFIA WEP PARA SEGURANÇA EM REDES DOMÉSTICAS Bruno Estevam PEREIRA , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS e Daniel Clarismundo BORGES

CET 016	DOCUMENTAÇÃO EM METODOLOGIAS ÁGEIS Bruno Estevam PEREIRA , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES e Daniel Clarismundo BORGES
CET 017	ESTUDO EXPLORATÓRIO DE CORES EM INTERFACE DE SISTEMAS WEB Fábio José Pacheco dos REIS , Dênis Rufino da SILVA , Washington Luiz de BARROS e Nilton de Freitas JÚNIOR
CET 018	EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA INFORMÁTICA: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS Mateus de Moraes DIAS e Daniel Clarismundo BORGES
CET 019	HUMANIZA REDES Lucas Dionísio ROCHA , Washington Luiz de BARROS , Railander Lucio de LAIA , Daniel Clarismundo BORGES
CET 020	INCLUSÃO DIGITAL EM ÁREAS RURAIS ATRAVÉS DAS REDES SEM FIO 802.11 Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO , Daniel Clarismundo BORGES
CET 021	INCLUSÃO DIGITAL NA SOCIEDADE ATUAL Mateus de Moraes DIAS , Daniel Clarismundo BORGES
CET 022	JOGOS EDUCATIVOS: UMA MANEIRA DE PROPORCIONAR UM APRENDIZADO ESCOLAR MAIS INTERATIVO E EFICIENTE Lucas Dionísio ROCHA , Maycon Lucas Cordeiro EMILIO , Sylvio Joaquim Soares NETTO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 023	MACROMEDIA FLASH MX E SUAS UTILIDADES Gean Rodrigues MATTA , Silvério Rodrigues MIRANDA , Victor João Freitas COSTA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 024	METODOLOGIAS ÁGEIS: SCRUM E SUAS FUNCIONALIDADES Bruno Estevam PEREIRA , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS e Daniel Clarismundo BORGES
CET 025	METODOLOGIAS TRADICIONAIS: UTILIZAÇÃO DO CMMI PARA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE Bruno Estevam PEREIRA , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS , Daniel Clarismundo BORGES
CET 026	NOVAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS Mateus de Moraes DIAS e Daniel Clarismundo BORGES
CET 027	PUBLICIDADE NA WEB E O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES Marcelo de Castro PEREIRA , Chaieny Correia ROZA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 028	REDES SEM FIO UTILIZANDO INFRAESTRUTURA ELÉTRICA RESIDENCIAL Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 029	RFID - TECNOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA Lucas Dionísio ROCHA e Maria Vanderléa de QUEIROZ
CET 030	SEGURANÇA COM CRIPTOGRAFIA: USO DE CHAVES SIMÉTRICAS E ASSIMÉTRICAS NAS TRANSAÇÕES PELA WEB Franklin Sanches NOGUEIRA , Thiago ANDRADE , Chaieny Correia ROZA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 031	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES Marcelo de Castro PEREIRA , Chaieny Correia ROZA , Débora Cristina de PAIVA e Daniel Clarismundo BORGES

CET 032	SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE FRAUDES NO E-COMMERCE Franklin Sanches NOGUEIRA , Thiago ANDRADE , Chaieny Correia ROZA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 033	SISTEMAS EMBARCADOS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES Darlei da Silva BANDEIRA , Samuel de Almeida Guimarães FRITIZ , Daniel de Paula FERNANDES e Daniel Clarismundo BORGES
CET 034	TECNOLOGIA 4G: DIFICULDADES ENCONTRADAS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO Bruno Estevam PEREIRA , Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES , Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS e Daniel Clarismundo BORGES
CET 035	USABILIDADE DAS MAIORES OPERADORAS DE CELULAR: UM COMPARATIVO ENTRE WEB E DISPOSITIVO MÓVEL Lucas Dionísio ROCHA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 036	USO DE ENLACES MICRO-ONDAS EM PROVEDORES DE ACESSO A INTERNET Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 037	USO DO FIREWALL MIKROTIK NO AMBIENTE DE TRABALHO PARA MELHOR PERFORMANCE OPERACIONAL Antenor Campos Puchetti JÚNIOR , Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 038	UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS COMO MECANISMO DE CONTATO COM O CLIENTE Fábio José Pacheco dos REIS , Leonardo José DIAS , Ludmila Helena GUIMARÃES e Nilton de Freitas JÚNIOR
CET 039	VOIP: UMA NOVA FORMA DE COMUNICAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DA INTERNET Franklin Sanches NOGUEIRA , Thiago ANDRADE , Débora Cristina de PAIVA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 040	PROTOCOLO IPV6: A EVOLUÇÃO DO IP (INTERNET PROTOCOL DE INTERNET) Franklin Sanches NOGUEIRA , Thiago ANDRADE , Débora Cristina de PAIVA e Daniel C. BORGES
CET 041	ANÁLISE DE PERFIS DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DO GOVERNO ELETRÔNICO Priscila Ramos RIBEIRO e Daniel Clarismundo BORGES
CET 042	APPS MAIS BAIXADOS DA GOOGLE PLAY E AS PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS ANDRIOD Thiago Andrade MENDONÇA e Daniel Clarismundo BORGES
CET 043	BOOTSTRAP COMO FRAMEWORK DE DESENVOLVIMENTO PARA SISTEMAS WEB RESPONSIVOS Pedro de Paula CORRÊDO , Washington Luiz de BARROS , Francisco Augusto Navarro ROCHA e Nilton Freitas JÚNIOR
CET 044	CARACTERÍSTICAS E UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA VOIP Paulo Arthur Henriques GONZALEZ e Daniel Clarismundo BORGES
CET 045	ESTRATÉGIAS DE BACKUP EM BANCOS DE DADOS SQL Paulo Arthur Henriques GONZALEZ , Damon Perpétuo de Sales PEDROSA e Nilton Freitas JÚNIOR
CET 046	PROPOSTA DE UM METAMODELO DE DADOS PARA PUBLICAÇÕES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAMINAS Jefinny de Paula Dias SOUZA e Nilton Freitas JÚNIOR
CET 047	USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA Thiago Andrade MENDONÇA e Daniel Clarismundo BORGES

CET 048	<p align="center">IPv6: A NOVA GERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTERNET</p> <p align="center">Gean Rodrigues MATTA, Silvério Rodrigues MIRANDA, Victor João Freitas COSTA e Daniel Clarismundo BORGES</p>
CET 049	<p align="center">BIG DATA: PRINCIPAIS CONCEITOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES</p> <p align="center">Thiago Andrade MENDONÇA e Daniel Clarismundo BORGES</p>
CET 050	<p align="center">INPORTANCIA DO DESCARTE CORRETO DO LIXO ELETRÔNICO</p> <p align="center">Thiago Andrade MENDONÇA e Daniel Clarismundo BORGES</p>

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

NUMERO	RESUMOS
CSA 001	PERCEPÇÕES DOS GESTORES DE EMPRESAS COMERCIANTES MURIAEENSES ACERCA DO USO DE APARELHOS CELULARES NO AMBIENTE DE TRABALHO Matheus Toledo CUPERTINO , Marisa Carvalho de MELO , Dayane Manhanini de BARROS e Nilton Freitas JUNIOR
CSA 002	RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO VANTAGEM COMPETITIVA NOS NEGÓCIOS Monique De Sousa LOPES , Fernanda Sarah BECALITO , Sara OLIVEIRA e Nilton Freitas JUNIOR
CSA 003	MARKETING ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS Monique De Sousa LOPES , Sara Gonçalves OLIVEIRA , Fernanda Sarah BECALITO e Nilton Freitas JUNIOR
CSA 004	CADEIA PRODUTIVA DOS SUPERMERCADOS DE MURIAÉ Hudo Figueiredo da SILVEIRA , Cássio Silva OLIVEIRA , Rafael Salatiel Rodrigues SANTOS e Maria Cecília Teixeira REIS
CSA 005	POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA Ayrton Mota de FARIA , Priscila Silva da PAIXÃO , Luan Carlos de Freitas LEAL e Maria Cecília Teixeira REIS
CSA 006	SATISFAÇÃO DE CONSUMO: O CASO FREE BABY Amanda de Oliveira FREITAS , Matheus Toledo CUPERTINO , Paula Bouzada GONÇALVES e Francisco de Assis FERREIRA
CSA 007	ATENDIMENTO EM EXCELENCIA AO CLIENTE: UM ESTUDO DE CASO EM UM RESTAURANTE FAST FOOD Vitor Antunes Miranda FERREIRA e Jorge Luiz DAIBES
CSA 008	CONCESSÃO DE CREDITO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Mateus da Silva PIMENTEL , Marcos Vinícius Monteiro da ROCHA , Jaqueline Silva FLORENTINO e Marcelo da Silva CARNEIRO
CSA 009	IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA VALOR DE MERCADO PARA A TOMADA DE DECISÃO Claudionir Vilela de LAIA , Lucas José Pereira de ANDRADE , Webster Antônio da SILVEIRA e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 010	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO Jaqueline Silva FLORENTINO , Marcos Vinícius Monteiro da ROCHA , Mateus da Silva PIMENTEL e Marcelo da Silva CARNEIRO
CSA 011	PLANEJAMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS DA CIDADE DE MURIAE-MG Marcos Vinícius Monteiro da ROCHA , Iara Andrade do PRADO , Natália Scarton GOMES e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES
CSA 012	REFLEXO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE DE CARGAS Claudionir Vilela de LAIA , Adenivania Valquenya PINHEIRO , Webster Antônio da SILVEIRA e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 013	A MELHOR FORMA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL Claudionir Vilela de LAIA , Adenivania Valquenya PINHEIRO , Webster Antonio da SILVEIRA e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 014	UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELOS SISTEMAS GERENCIAIS NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG Adenivânia Valquenya PINHEIRO , Claudionir Vilela de LAIA , Rafaela de Freitas CÂNDIDO , Wisley de Jesus VIEIRA

CSA 015	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS QUE O PROUNI PROPORCIONA A UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG Rafaela de Freitas CÂNDIDO , Alexandra Aparecida Ribeiro VIEIRA , Adenivânia Valquênia PINHEIRO e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 016	CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO DE UMA TRANSPORTADORA – UM ESTUDO DE CASO Jôsy de Almeida PAULA , Taiana Cristina de Freitas da SILVA , Fernanda Pereira da SILVA e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 017	IMPORTÂNCIA DE UM BALANÇO: O CASO PETROBRAS Krislany Estefany da SILVA , Denise de Oliveira FERNANDES , João Paulo TEIXEIRA e Pedro Paulo de Andrade CAVALHER
CSA 018	NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O SIMPLES NACIONAL EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG Fernanda Pereira da SILVA , Josy de Almeida PAULA , Layla Jennyfer de Carvalho PEREIRA e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 019	USO DE FERRAMENTAS CONTÁBEIS NO AUXÍLIO À GESTÃO DAS MICROEMPRESAS DE ESPERA FELIZ-MG Denise de Oliveira FERNANDES , Krislany Estefany da SILVA , Juliana Pereira Rosa RODRIGUES e Wisley de Jesus VIEIRA
CSA 020	SOLUÇÃO TÉCNICA UTILIZADA PELA PETROBRAS PARA AJUSTES DE SEU BALANÇO APÓS A OPERAÇÃO LAVA – JATO Thiago Souza de PAULA , Túlio Oliveira do SANTOS , Daniel Queiroz dos SANTOS e Pedro Paulo de Andrade CAVALHER
CSA 021	BUSCA DA EFICIÊNCIA: DIFICULDADES E CARÊNCIAS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MIRADOURO NA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE Wilson Ribas LEAL , Alice De Almeida PEDROSA , Alcione OLIVEIRA e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 022	TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E O ERRO MÉDICO Patrícia Leite de Sousa RIBEIRO , Anderson Antonio Neves da SILVA , Emanuely Cristina de OLIVEIRA e Edson Augusto Pracchia RIBEIRO
CSA 023	AFETO: OBRIGAÇÃO OU FACULDADE JURÍDICA DOS PAIS Leonardo Pires RODRIGUES ; Priscila Gomes Piler dos SANTOS , Vânia Lúcia do Prado Ferreira NUNES e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 024	ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE ADOLESCENTES EM RISCO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO Wilson Ribas LEAL , Alcione OLIVEIRA , Alice PEDROSA e Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 025	ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS CIDADES DE MIRADOURO E VIEIRAS Wilson Ribas LEAL , Alcione OLIVEIRA , Luciana Dinar da SILVA e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 026	ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA Geraldo Majella Braga LIMONDGE , Mariana Tibiriçá TURETA , Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Maurício Barreto CAMPOS
CSA 027	ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES Mariana Tibiriçá TURETA , Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Geraldo Majella Braga LIMONDGE e Maurício Barreto CAMPOS
CSA 028	CASAMENTO CELEBRADO EM CENTRO ESPÍRITA: POSSIBILIDADE LEGAL DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS CIVIS Luciana Dinar da SILVA , Wilson RIBAS , Alcione OLIVEIRA , Stefanine Michaelle Alvim LACERDA

CSA 029	CONTROLE JUDICIAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A SEPARAÇÃO DOS PODERES Riviane Maria Felipe Féres LAVIOLA , Rafaela CARNEIRO , Ana Paula De Souza VEGGI e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA
CSA 030	DESMATAMENTO E A LEI AMBIENTAL Mariana Tibiriçá TURETA , Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Camila dos Santos SILVA e Ricardo Resende BERSAN
CSA 031	DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO Pedro Henrique Rodrigues de ARÊDES , Ana Carolina Pereira SOUZA , Rayssa dos Santos VAZ e Francisco Carvalho CORRÊA
CSA 032	FEMINICÍDIO: A EXPRESSÃO MÁXIMA DA VIOLENCIA DE GENERO Juliana Silvana da SILVA , Patrícia Leite de Souza RIBEIRO , Anderson Antônio Neves da SILVA , Stefanine Michaelle Alvim Lacerda GOMES
CSA 033	JOVEM E ÊXODO RURAL: IMPACTOS SOCIO-CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO Wilson Ribas LEAL , Luciana DINAR , Alcione OLIVEIRA e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 034	MEDIAÇÃO FAMILIAR E A RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ Luísa Souza BITTENCOURT , Lays Vieira SILVA , Everardo Nunes da Silva PRADO e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ
CSA 035	APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA Deivid REGINALDO , Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA , Filipe Carboni MOTA e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO
CSA 036	RESSOCIALIZAÇÃO DO REEDUCANDO ATRAVÉS DO SISTEMA PRISIONAL E ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC) Karen Alves De Souza e OLIVEIRA , Beatriz da Silva SANTOS e Stefanine Michaelle Alvim Lacerda GOMES
CSA 037	TEORIA DA COCULPABILIDADE E SUA INTERPRETAÇÃO ÀS AVESSAS Deivid REGINALDO , Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA , Filipe Carboni MOTA e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO
CSA 038	TEORIA DA TIPICIDADE CONGLOBANTE Deivid REGINALDO , Karina de Carvalho PARDÓCIMO , Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO
CSA 039	TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS (“BROKEN WINDOWS THEORY”) Deivid REGINALDO , Karina de Carvalho PARDÓCIMO , Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO
CSA 040	VALIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE DO PACIENTE TERMINAL Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Patrícia Leite SOUZA , Francesca Ribeiro Bernardes de ARAÚJO , Ricardo Resende BERSAN
CSA 041	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE Patrícia Leite de Sousa RIBEIRO , Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Juliana Silvana da SILVA e Edson Augusto Pracchia RIBEIRO
CSA 042	COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS Vera Lúcia de LAIA , Maria Olívia Mattos CALAIS e Ana Paola Medeiros de Oliveira CARNEIRO
CSA 043	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Emanuelly Cristina de OLIVEIRA , Juliana Silvana da SILVA , Patrícia Leite de Sousa RIBEIRO e Paulo Sergio Pires do AMARAL
CSA 044	REFLEXO NEGATIVO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E SEU CUSTO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS Maria Olívia Mattos CALAIS , Crislan B. GUEDES , Vera Lúcia de LAIA e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA

CSA 045	RESPONSABILIDADE PENAL DOS AGENTES INFILTRADOS EM ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS Riviane Maria Felipe Féres LAVIOLA , Marina Dos Santos ELEUTÉRIO , Rafaela CARNEIRO e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA
CSA 046	FALHAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELAS EMPRESAS DE TELEFONIA - MG Sylvio Garcia do AMARAL , Andréa De Souza LOPES , Flaviane Ávila FERREIRA e Eduardo Assis PINHEIRO
CSA 047	GUARDA COMPARTILHADA OBRIGATÓRIA – LEI 13.058/14 Emanuelly Cristina de OLIVEIRA , Wesley Leite Sanches CORRÊA , Juliana Silvana da SILVA e Fernando Gomes SCHETINNI
CSA 048	
CSA 049	REABILITAÇÃO CRIMINAL E RESSOCIALIZAÇÃO NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Beatriz da S. SANTOS , Karen A. de S e OLIVEIRA , Kátia C. F. OLIVEIRA e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO
CSA 050	REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL Marina CASTRO , Luís Augusto ABREU e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA
CSA 051	RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA ATUALIDADE Ana Luiza Gandra Torres PEREIRA , Geraldo Majella Braga LIMONDGE , Mariana Tibiriçá TURETA e Ricardo Resende BERSAN
CSA 052	ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESTRESSE DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL Rômulo N. A. RABELO , Valquíria E. RABELO e Luciana Xavier SENRA
CSA 053	ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL Rômulo N. A. RABELO , Valquíria E. RABELO e Luciana Xavier SENRA
CSA 054	ANÁLISE PSICOLÓGICA DA SAÚDE GERAL EM MÉDICOS DE UM HOSPITAL Rômulo Neves Alló RABELO , Valquíria Eveline RABELO e Luciana Xavier SENRA
CSA 055	ANÁLISE RELACIONAL DE FATORES ESTRESSORES E SAÚDE GERAL DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL Rômulo N. A. RABELO , Valquíria E. RABELO e Luciana Xavier SENRA
CSA 056	APLICAÇÃO DO MÉTODO TEACCH COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UM GRUPO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM AUTISMO Jaqueline dos Santos OLIVEIRA Dayane Lopes BARBOSA , Milena Rodrigues TOLEDO e Pedrita Reis Vargas PAULINO
CSA 057	BURNOUT E QUALIDADE DE SONO EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA Jéssica C. R. PERES , Danila V. GOMES , Rayane N. DIAS e Fabrícia Creton NERY
CSA 058	ESTIGMA RELACIONADO AO PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL Larissa Bouzada de PAULA , Tamara Loures CHAVES , Naiara aparecida de LAIA , Fabrícia Creton NERY
CSA 059	FUTSAL COMO ELEMENTO SOCIALIZADOR EM UMA CIDADE DO INTERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA Aline Pereira ROSA , Rayane Nunes DIAS , Danila Vasconcelos GOMES e Giselle Braga de AQUINO
CSA 060	IMPACTO DAS VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS NO AUMENTO DO ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES Thamara Márcia de P. P. de CARVALHO , Gabriela dos Passos C. BATISTA e Hugo Silva VALENTE
CSA 061	INCIDÊNCIA DE PACIENTES IDENTIFICADOS COM DELIRIUM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA, DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ Érica Cristina PAULA , Jaqueline Pereira SILVA , Miriam Costa RIBEIRO e Luciana Xavier SENRA

CSA 062	LEVANTAMENTO DE USO DE ÁLCOOL E TABACO ENTRE ACADÊMICOS DA ZONA DA MATA MINEIRA Tallys G. Andrade BASTOS , Mônica Pirassol VIEIRA , Simone Luiz SIDNEI , Fabricia Creton NERY
CSA 063	NÍVEL DE ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA Rayane Nunes DIAS , Aline Pereira ROSA , Jéssica Caroline Ramos PERES e Pedrita Reis Vargas PAULINO
CSA 064	NÍVEL DE ANSIEDADE EM VESTIBULANDOS DO ENSINO PRIVADO E PÚBLICO Danila Vasconcelos GOMES , Jéssica Caroline Ramos PERES , Aline Pereira ROSA e Fabrícia Creton NERY
CSA 065	POSIÇÃO DA PSICOLOGIA FRENTE AOS PADRÕES DE BELEZA INFLUENCIADOS PELA MÍDIA Naiara Aparecida de LAIA , Tamara Loures CHAVES , Larissa Bouzada de PAULA , Hugo Silva VALENTE
CSA 066	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO EM FAVOR DOS PROCEDIMENTOS DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS Elizielly de Oliveira MARTINS , Gilcilene AMORIN , Hugo Silva VALENTE e Lara Brum de CALAIS
CSA 067	QUALIDADE DE VIDA E ENVELHECIMENTO: FATORES ASSOCIADOS- MG Thais Alves SILVA , Grays Kellen Schneider de OLIVEIRA e Pedrita Reis Vargas PAULINO
CSA 068	USO DE PSICOTRÓPICOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS Tallys G. Andrade BASTOS , Simone L. SIDNEI , Mônica P. VIEIRA e Fabricia Creton NERY
CSA 069	MORFOLOGIA EM SALA DE AULA: A TEORIA E A PRÁTICA NO ENSINO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS POR DERIVAÇÃO SOB UM VIÉS FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM Amanda Monteiro LEITE , Sérgio Carvalho PORTILHO e Anna Carolina Ferreira CARRARA

SUMÁRIO TRABALHOS DO ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

NUMERO	RESUMOS
EPG 001	UTILIZAÇÃO DO ANALGÉSICO NÃO OPIÓIDE PARACETAMOL POR IDOSOS NO MUNICÍPIO DE UBÁ/MG: AVALIAÇÃO DO CONSUMO E IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Jessica Ptolomeu RINCO , Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT e Barbara Campos Teixeira Malta GRAVINA
EPG 002	ATENDIMENTO AO CLIENTE COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO Luiz Pereira da MATTA e Fernanda Cristina Abrão da ROCHA
EPG 003	AUDITORIA CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E COMBATE A FRAUDES Ana Laura Banni VIANA , Bruna do Carmo SOUZA , Alice Rodrigues BORGES e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES
EPG 004	BACHARÉIS E CORONÉIS: UM INDÍCIO DE CONFRONTO – CARANGOLA 1923 Tarcísio Glauco SILVA
EPG 005	CLIMA ORGANIZACIONAL NO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE MURIAÉ/MG Bruna do Carmo SOUZA , Ana Laura Banni VIANA , Alice Rodrigues Borges LAZARONI e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES
EPG 006	TEATRO A APRENDIZAGEM E A EDUCAÇÃO INFANTIL Glaciene Januario Hottis LYRA
EPG 007	EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL, LEI 10.639/03 E UM PROJETO DE EXTENSÃO Tarcísio Glauco SILVA
EPG 008	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: FORMA LEGAL DE MINIMIZAR A CARGA TRIBUTARIA DAS EMPRESAS Líria Laureano da SILVA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 009	ESOCIAL: A NOVA RELAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL Odair José VALENTE , Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR e Daniel Clarismundo BORGES
EPG 010	“EU SUPER GOSTEI DA FESTA ONTEM!”: OS PADRÕES FORMAIS E SEMÂNTICO/PRAGMÁTICOS DA CONSTRUÇÃO SUPERLATIVA PREFIXAL NO PORTUGUÊS Anna Carolina Ferreira CARRARA
EPG 011	ICMS ECOLÓGICO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS VALORES REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS DE MURIAÉ E PEDRA DOURADA Ariele PEDROSA , Nara Vaz de SOUZA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 012	IMPACTO SOCIAL DO CRAS NO MUNICIPIO DE AMPARO DO SERRA-MG Maria Elisa CERQUEIRA , Luciano Matias FELIPE , Maria Inês do Carmo SOARES e Alexandre BITTENCOURT
EPG 013	JUNTA DE CIVILIZAÇÃO E CONQUISTA DOS ÍNDIOS E NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE Tarcísio Glauco SILVA
EPG 014	MODA X SUSTENTABILIDADE: NOVOS DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA DE MODA BRASILEIRA Flávia Aparecida Dutra do BEM e Juliani M. Rohen GUALBERTO
EPG 015	PERCEPÇÃO DAS MULHERES DE 50 A 69 ANOS QUANTO A REALIZAÇÃO DA MAMOGRAFIA Ana Amélia Dias de Souza PEREIRA e Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES
EPG 016	PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO DO TRABALHO FRENTE AOS FATORES DE RISCO DAS LER/DORT Simone Rodrigues de OLIVEIRA e Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES

EPG 017	PERFIL DE MEDICAMENTOS ANTI-HIPERTENSIVOS MAIS UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE Poliane Gomes JUSTINIANO e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
EPG 018	PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO ADOTADO PELO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ “FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELA” COM ENFOQUE NA HUMANIZAÇÃO Juliana Aparecida GARCIA e Francisco de Assis FERREIRA
EPG 019	USO DO CLONAZEPAM EM PACIENTES DO PSF EQUIPE 4 DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS-MG Dheifani Brandão MILAGRES e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
EPG 020	AGROECOLOGIA E A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL Filipe Zaniratti DAMICA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
EPG 021	ANÁLISE DO ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS EM DOMÍCIOS SITUADOS NA PRAÇA DOUTOR LISBOA JÚNIOR, EM MURIAÉ(MG) Ana Salvato NUNES e Micheline Luiza de Souza LOPES
EPG 022	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BOMBONS ARTESANAIS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG Leonardo Luiz de FREITAS , Gabriela Maria Rigueti RIBEIRO , Lorena Braga Bernadino MADRIAGA e Fernanda Mara FERNANDES
EPG 023	CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLADOR INTERNO NO ÂMBITO MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO Monique de Souza LELLIS , Nara Vaz de SOUZA e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES
EPG 024	INVESTIGAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE ALELOS INTERMEDIÁRIOS DA DOENÇA DE HUNTINGTON NA POPULAÇÃO GERAL BRASILEIRA Thays Andrade APOLINÁRIO , Iane S. dos SANTOS , Carmen L. A. PAIVA e Luciana de Andrade AGOSTINHO
EPG 025	MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ONG, JUVENTUDE E ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS-EDUCACIONAIS Maira Ribeiro de SOUZA e Juliana PERUCCHI
EPG 026	INFLUÊNCIAS DO GESTOR TRIBUTÁRIO NO RESULTADO FINANCEIRO DAS ORGANIZAÇÕES Fábio Varize RIBEIRO , Kerollen Cristina de Moraes MILAGRE e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES
EPG 027	CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DE UM BAIRRO DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO AO DESCARTE CORRETO DE MEDICAMENTOS Marlayne Netto MATHEUS e Micheline Luiza de Souza LOPES
EPG 028	INCIDÊNCIA DE DELÍRIUM EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ Lidiane Martins Santana BRUM e Adriano Carlos SOARES
EPG 029	ANÁLISE CRÍTICA DA DISPENSAÇÃO DE METILFENIDATO (MTF) EM UMA REDE DE FARMÁCIA NO CENTRO DE JUIZ DE FORA MG Lupércia de Castro CARVALHO e Micheline Luiza de Souza LOPES
EPG 030	A UNIVERSIDADE, A ESCOLA E O MUSEU: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ENSINO DE HISTÓRIA Érika Oliveira AMORIM , Luciana do Carmo NARCISO e Cleiton Queiroz CARVALHO
EPG 031	NOTIFICAÇÃO DAS ÚLCERAS POR PRESSÃO COMO FERRAMENTA DA QUALIDADE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM Manuela Xavier DUARTE , Luciana de Freitas SOUZA e Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES
EPG 032	PRESENÇA DE ALTERAÇÃO VOCAL EM DOCENTES Juliana Dias MALTA , Soraya Lúcia do Carmo Silva LOURES e Gisele Simas dos SANTOS

EPG 033	ESTUDO DA MASTOFAUNA EM ÁREAS DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA MINEIRA ATRAVÉS DO USO ARMADILHA FOTOGRÁFICA Michel Barros FARIA , Polyana Albuquerque SILVA , Francisco Homem GABRIEL e Daniel da Silva FERRAZ
EPG 034	ENTOMOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ESTUDO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS NÍVEIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL Lídia Alvim LOPES , Hayanna Silva LOBATO , Cynthia Imbelloni Hosken GOMIDE e Michel Barros FARIA
EPG 035	EFEITO DA DIETA HIPERLIPÍDICA E ETANOL NOS NÍVEIS SOROLÓGICOS DE LIPÍDIOS EM RATOS WISTAR Daiane Figueiredo ROSA , Reggiani Vilela GONÇALVES , Solange Mara BIGONHA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT
EPG 036	IMPACTO DO TDAH NA VIDA ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA Juliana Campos SCHMITT e Francis Ricardo dos Reis JUSTI
EPG 037	PREDOMINÂNCIA DA HABILIDADE DE COMPREENSÃO NA LÍNGUA INGLESA ENTRE IMIGRANTES BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS Rafael Barbosa LUCAS e Sueli SIQUEIRA
EPG 038	ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO GAUSS COMO UMA SOLUÇÃO A PRÁTICA DE ANATOCISMO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Patricia Silva ROCHA , Denise Reis FIALHO e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 039	CONTROLADORIA EM HOSPITAIS FILANTRÓPICOS: ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA – HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ Jódson Wilker Cardoso de MELO , Jorge Luís de Oliveira DAIBES e Pedro Paulo de Andrade CAVALHER
EPG 040	ANÁLISE DESCRITIVA DO COMPORTAMENTO FISCAL DAS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ ENTRE 2010 E 2011. Kathellen Ferreira LIMA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 041	ATENDIMENTO AO CLIENTE: UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE O NOVO CONSUMIDOR Tamara Priscila RIBEIRO , Mayara Moreira PERES e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 042	PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASIToses EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO DA CIDADE DE MURIAÉ – MG Danielle Pereira de SOUZA , Luana Schuenck ROLIM , Josué Amaro de Souza JÚNIOR e Fernanda Mara FERNANDES
EPG 043	IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS Jessyca Santos de OLIVEIRA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 044	IMPORTANCIA DA GESTÃO DE MARKETING DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS NA ERA DA BUSCA Mayara Moreira PERES , Thiago REIS , Daniel Ferreira MONTEIRO e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 045	IMPACTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ORÇAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ Luciana Furtado Goulart GOMES e Jorge Luís de Oliveira DAIBES
EPG 046	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2014 Flávia Luzia de Paula PEIXOTO , Fábio José de Paula PEIXOTO e Andréa Costa GOULART
EPG 047	IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUE NA EMPRESA MAURÍCIO FERREIRA DE ANDRADE: UM ESTUDO DE CASO NOS MERCADOS – MERCEARIA SOUZA, SUPERMERCADO MAURÍCIO FERREIRA DE ANDRADE E MERCADO ANTÔNIA MARIA COSTA Jéssica Candida Andrade MOREIRA , Nara Vaz de SOUZA e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES

EPG 048	<p>MEDIDAS DE CONTROLE INTERNO NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO DE FRAUDE E DESPERDÍCIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL</p> <p>Yara Luiza Ricardo PEDROSA, Josilene Cristina da Costa MARCELINO e Jorge Luiz de Oliveira DAIBES</p>
EPG 049	<p>CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO EM SÍTIOS AMOSTRAIS NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ</p> <p>Braz Antonio Pereira COSENZA, Cristiano Guedes VIANA e Bruno Vancini TINTI</p>
EPG 050	<p>ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO</p> <p>Bernardes, Sabrina KREPKE e Soraya Lucia do Carmo LOURES</p>
EPG 051	<p>AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PRESCRIÇÕES MEDICAMENTOSAS EM JUIZ DE FORA</p> <p>Leonardo MADDALENA, Flaviane Rozario Rocha da SILVA, Eduardo Elias NEVES, Paulo Erenio Rodrigues FILHO e Marcelo Silva SILVÉRIO</p>
EPG 052	<p>INFLUÊNCIA DE FATOS E FATORES CONTIDOS EM BASES DOCUMENTAIS PARA ORGANIZAÇÃO DE SALA DE VACINAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA</p> <p>Lílian Carla Costa BONIN e Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES</p>
EPG 053	<p>PERFIL DE UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS ENTRE INDIVÍDUOS COM HIPERTENSÃO CLIENTES DA ARTE PHARMA</p> <p>Ana Lúcia V. BATISTA e Soraya L. do C. S. LOURES</p>
EPG 054	<p>PESQUISA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO BALANCETE SCORECARD EM REDES DE SUPERMERCADOS DE MURIAÉ.</p> <p>Brunara da Silva CASSANI e Nilton Freitas JUNIOR</p>

CBS
TRABALHOS DA ÁREA
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL JUNTO ÀS COMUNIDADES ESCOLARES DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO RIO CARANGOLA ACERCA DA ESPÉCIE *Mesoclemmys hoguei* (CÁGADO-DO-PARAÍBA)

Luyara **S.MUNIZ**¹ (luyaramuniz@yahoo.com.br) Braz **A. P. COSENZA**² (brazcosenza@gmail.com).

1. Graduanda de Ciências Biológicas-UEMG/Unidade Carangola; 2. Professor UEMG/Unidade de Carangola

Palavras –chave: *Mesoclemmys hoguei* , SENSIBILIZAÇÃO , COMUNIDADES ESCOLARES AMBIENTAL

INTRODUÇÃO:

No Brasil, diversas e variadas instituições se dedicam ao desenvolvimento de ações e pesquisas na área ambiental [1]. Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo "Educação Ambiental", definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica.[2]. A educação ambiental tem seu papel importante na tomada de consciência de indivíduos frente a algum problema ambiental, sendo uma dinâmica participativa de trocas de informações, e é assim que educadores do "Projeto Cágado do Paraíba" vem trabalhando junto á comunidade escolar do Vale do Rio Carangola, visando á preservação e a conservação de *Mesoclemmys hoguei* (cágado-do-paraíba) que é a única espécie de quelônio dulcícola presente na Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (MMA, 2008) e na Lista Mundial (IUCN, 2013) na categoria "Em Perigo", e para o estado de Minas Gerais, está classificado como "Criticamente em Perigo (Biodiversitas, 2007). Sua distribuição relaciona-se às áreas baixas da bacia do rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro e vizinhanças, em Minas Gerais, a bacia do rio Carangola parece constituir a última sub-bacia do Paraíba do Sul onde existem registros atuais da ocorrência de *M. hoguei*. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo a conscientização e parceria com alunos e educadores para a diminuição do índice de ameaças ao Cágado-do-paraíba no médio do rio Carangola, uma vez que a conscientização e a troca de informação mostram com clareza, a grande necessidade da preservação da espécie, por ser de grande importância para o equilíbrio ecológico da região.

MATERIAIS E MÉTODOS:

O presente trabalho trata-se uma troca de informações e conhecimentos entre pesquisadores do projeto "Cágado do Paraíba Pesquisa e Conservação" alunos e professores de escolas particulares, estaduais e municipais dos municípios de Orizânia/MG, Divino/MG, Carangola/MG, Faria Lemos/MG, Tombos/MG, Porciúncula/RJ e Natividade/RJ, que são os municípios que estão ao entorno do rio Carangola. O local de estudo conta com 48 (quarenta e oito) escolas da zona rural e distritos, e zona urbana. A amostragem será abordada de forma aleatória e intencional, com alunos entre as séries de 6º do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A coleta de dados será realizada através de questionários aplicados com 02 turmas de um colégio particular, 02

turmas de um colégio estadual e 02 turmas de um colégio municipal de cada município, e questionários distribuídos aos professores presentes em cada turma. Onde será testado o conhecimento empírico sobre a espécie *Mesoclemmys hoguei* (cágado-do-paraíba), o conhecimento sobre as espécies existentes na região e preservação ambiental. Posteriormente, com os resultados, será oferecido as escolas do vale do rio Carangola uma oficina de capacitação aos professores e serão distribuídos kits pedagógicos que podem ser reproduzidos no ambiente escolar, além da apresentação de um vídeo educativo sobre a importância da preservação da espécie *Mesoclemmys hoguei* (cágado-do-paraíba) e ambientes onde vive. Desenvolvimento de palestras educativas sobre preservação ambiental e participação em eventos escolares como feiras de ciências entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dentre os questionários distribuídos, obteve-se um total de 356 questionários aplicados aos alunos e 10 questionários aplicados aos professores das redes estaduais, municipais e particulares do Vale do Rio Carangola, em turmas do 2o. Ciclo do Ensino Fundamental (6a. a 9a série) e Ensino Médio, testado o conhecimento empírico destas comunidades sobre a espécie *Mesoclemmys hoguei* e espécies existentes na região, preservação ambiental, ações como participação em feiras de ciência, palestras foram movidas como forma de divulgação e conscientização da comunidade escolar do médio Rio Carangola pelo "Projeto Cágado do Paraíba", além da oficina de capacitação aos professores e distribuição dos kits pedagógicos que está em andamento para realização.

BIBLIOGRAFIAS:

[1] Hilário Fracalanza, **AS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E AS ESCOLAS: alguns comentários preliminares**; [2] 2004 by Ministério do Meio Ambiente, **IDENTIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA**.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica

FLORA PRELIMINAR DOS PARQUES ESTADUAL DO BRIGADEIRO E NACIONAL DO CAPARAÓ

Braz Antonio Pereira COSENZA^{1,2} *Cristiano Viana GUEDES² João Victor Motta. SALERNO²

1- Universidade do Estado de Minas Gerais-Departamento de Ciências Biológicas; Praça dos Estudantes nº 23; Bairro Santa Emília; 36800-000; Carangola, MG; Brasil. 2- Centro de Estudos da Biodiversidade/Herbário HUEMG; Praça dos Estudantes nº 23; Bairro Santa Emília; 36800-000; Carangola, MG; Brasil.

Palavras-chaves : Unidade de conservação, Coleção científica, Flora.

INTRODUÇÃO:

O Parque Nacional do Caparaó foi criado em 1961, e está localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Compreende uma área total de 31.800 hectares, situado numa região montanhosa, com ponto culminante o Pico da Bandeira com 2.892m de altitude e nas áreas mais baixas chegam a 997m de altitude. O Parque está situado na província biogeográfica da Floresta Pluvial do Brasil e pertence ao Domínio Atlântico, ou Mata Atlântica, com formações vegetacionais de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual e ainda Campos de Altitude. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro com 14.984 ha encontra-se totalmente inserido na Zona da Mata de Minas Gerais, na porção norte do conjunto serrano da Mantiqueira. Apresenta relevo acidentado por escarpas e maciços com grandes áreas de afloramento rochoso, com elevações que chegam a 1985 m de altitude. A vegetação do Parque é composta por Floresta Estacional Semidecidual, com Campos de Altitude ocupando os platôs e as escarpas isoladas em algumas áreas acima da cota de 1600 m.

Atlântica do leste de Minas Gerais, este trabalho busca contribuir para ampliar o conhecimento da flora destes ambientes, fornecendo subsídios para elaboração de políticas ambientais visando à conservação e gestão da biodiversidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foram listadas espécies coletadas nestas Unidades de Conservação, através de projetos e programas desenvolvidos em parceria com o Herbário da Universidade do Estado de Minas - HUEMG Gerais o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e o Instituto Estadual de Florestas - IEF entre os anos de 2005-2015. Todo material coletado está depositado no HUEMG, com as referências de famílias, gêneros, espécies, autor, coletor, data de coleta, procedência, hábito, altitude, floração ou frutificação e demais observações ecológicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No Parque Nacional do Caparaó Foi registrado um total de 273 espécies distribuídas em 170 gêneros e 69 famílias. Fabaceae, Melastomataceae, Rubiaceae, Asteraceae, Solanaceae, Orchidaceae, Bromeliaceae, Piperaceae, Euphorbiaceae e Myrtaceae, foram famílias com maior riqueza, correspondendo a 55% das espécies inventariadas. Para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foi levantando um total de 277 espécies distribuídas em 181 gêneros e 67 famílias. Sendo Myrtaceae, Gesneriaceae, Solanaceae, Bromeliaceae, Melastomataceae, Rubiaceae, Asteraceae e Orchidaceae as famílias com maior riqueza, correspondendo a 55,3% de todas as espécies coletadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por serem áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, definida como de "importância especial e extrema" para conservação da flora no estado de Minas Gerais e ainda um dos maiores fragmentos de Mata

XII Encontro Internacional De Iniciação Científica Da FAMINAS - X ENCONTRO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IX Encontro Internacional De Pós-Graduação Da FAMINAS; 22 e 23 de outubro de 2015.

ESTUDO DA CHIROPTEROFAUNA EM DUAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL NO MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ, MINAS GERAIS.

Rayque de Oliveira LANES (IC - rayquelandes_@hotmail.com)¹, Moisés Luiz Gomes SIQUEIRA (IC)¹, Rafaella Fernandes FERREIRA (IC)¹, Isteliene Lopes LEODORO (IC)¹, Michel Barros FARIA (PQ)²

1. Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola-UEMG- 36800-000. Carangola, MG. 2 Professor do curso de Ciências Biológicas. Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola-UEMG- 36800-000. Carangola, MG.

PALAVRAS-CHAVE: Mata Atlântica, Estudo da Chiropterofauna, Espécie Ameaçada de Extinção.

INTRODUÇÃO:

A extensão original de Mata Atlântica era de 1.230.000 km², restando hoje apenas 7,5% deste total, e menos que 1% de vegetação primitiva. Junto com outros quatro hotspots do planeta, a Mata Atlântica compreende 16% do total de vertebrados, em meros 0,4% de superfície terrestre. A ordem Chiroptera apresenta o maior número de representantes dentre os mamíferos do Brasil, sendo nove famílias, 65 gêneros e 174 espécies. Os Morcegos destacam-se, atuando na manutenção e regeneração dos ecossistemas tropicais, atuando na dispersão de sementes de muitas plantas, no controle de populações de possíveis pragas agrícolas ou insetos transmissores de doenças, além de disseminarem a raiva para controle de populações na natureza, também são considerados indicadores de níveis de alteração do ambiente e excelente grupo para estudos sobre diversidade. O presente estudo teve como objetivo estudar a Chiropterofauna de dois remanescentes de Mata Atlântica compreendidas no município de Alto Jequitibá-MG, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Refúgio dos Sauás e RPPN Santuário Ecológico Mata dos Jacus, áreas de localização importante na Mata Atlântica que funcionam como ponto de conexão entre o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual da Serra Brigadeiro.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Os espécimes foram coletados por meio de três redes de neblina ("mist-nets") com dimensões de 9,00m X 3,00m. Sendo abertas ao entardecer com revisão em intervalos de 15 minutos e fechamento após seis horas de exposição. Os espécimes coletados passaram por procedimentos adotados para sua ordem e foram depositados no Museu de Zoologia Newton Baidão de Azevedo (MZN) da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola (UEMG), onde foram tombados e passaram a integrar parte da coleção científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo foi realizado no período de novembro de 2013 a maio de 2014, totalizando quatro campanhas, 10 noites de coletas e um esforço amostral de 4860 m²/h rede, foi obtida uma abundância de 80 espécimes e uma riqueza de 11 espécies, *Carollia perspicillata* (n=25), *Sturnira lilium* (n=25), *Artibeus fimbriatus* (n=9), *Desmodus rotundus* (n=5), *Artibeus planirostris* (n=4), *Artibeus lituratus* (n=2), *Anoura caudifer* (n=1), *Diphylla ecaudata* (n=1), *Myotis* sp. (n=6), *Myotis nigricans* (n=1) e *Myotis ruber* (n=1). Duas espécies merecem destaque, *Diphylla ecaudata*, que é capturada com pouca frequência nos estudos de quirópteros e sua dieta se restringe apenas a sangue de aves de médio e grande porte, e *Myotis ruber*, espécies ameaçadas de extinção na Mata

Atlântica (Livro Vermelho da Fauna Brasileira e Lista da União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN).

CONCLUSÕES:

Os resultados indicam as áreas estudadas são importantes para a preservação, pela alta riqueza apresentada e por abrigar espécies ameaçadas e também por trata-se de áreas estudadas pela primeira vez, evidenciando assim a importância da preservação desses remanescentes de Mata Atlântica do Sudeste de Minas Gerais. É enfatizada a importância do emprego de maiores esforços de campo para levantamentos da chiropterofauna, que assim podem contribuir com novas informações para medidas de conservação.

BIBLIOGRAFIA:

- FERNANDES, C.R. 2003. Floresta Atlântica, reserva biosfera. Tempo Integral Editora Ltda. Curitiba, PR, 112p
- FENTON, M.B., ACHARYA, L., AUDET, D., HICKEY, M.B.C., MERRIMAN, C., OBRIST, M.K., SYME, D.M. & ADKINS, B. 1992. Phyllostomid bats (Chiroptera: Phyllostomidae) as indicators of habitat disruption in the Neotropics. *Biotropica* 24:440-446.
- ROCHA C.F.D., H.G. Bergallo, M.A.S. Alves e M. Van Sluys. 2003. A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais no Estado do Rio de Janeiro e nas restingas da Mata Atlântica. Rima Editora, São Carlos.
- MYERS, N., R.A. MITTERMEIER, C.G. MITTERMEIER, G.A.B. da FONSECA & J. KENT. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403: 853-858.
- PACHECO, S. M. Técnicas de campo empregadas no estudo de quirópteros. *Cadernos La Salle*, v. 1, n. 1, 2005, 193 -205 p.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.01.00.00-0 - Biologia Geral

Área do Conhecimento (CNPq): 2.00.00.00-6 - Ciências Biológicas

LEVANTAMENTO PRELIMINAR DA ARBORIZAÇÃO URBANA NO LIMITE URBANO DE CARANGOLA-MG

Gislaine Gomes PIRES(IC)¹, Fabiane de Oliveira DIAS (IC)¹, Gilza Rufino CASSIMIRO (IC)¹, Braz Antônio Pereira COSENZA(PQ)² e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT(PQ)³

1- Acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Carangola. 2- Prof. Dsc. Professor da Universidade do Estado de MG - UEMG Carangola 3- Professor da Universidade do Estado de MG - UEMG Carangola, Professores da Faculdade de Minas- FAMINAS MURIAÉ, Doutorando em Ciências Naturais -UENF-RJ

Palavras-chave: Arborização - levantamento - Carangola

INTRODUÇÃO:

A História da humanidade é pautada, desde seu início, por uma relação íntima homem-natureza. A transposição do tempo via avanço tecnológico afastou o homem de sua vocação original, colocando-o em contato com uma realidade que, mais tarde, mostrou-se questionável do ponto de vista da qualidade ambiental[1]. Denomina-se área verde urbana todo o revestimento vegetal natural ou artificial existente em uma cidade, cujas principais funções se baseiam em promover o bem-estar e o lazer[2]. O processo de urbanização é crescente e irreversível, necessita-se tornar esse ambiente o mais próximo possível do ambiente natural, unindo desenvolvimento com a conservação ambiental, proporcionando uma melhor qualidade de vida das populações das cidades. O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento qualitativo da cobertura vegetal arbórea dentro dos limites urbanos do Município de Carangola.

MATERIAIS E MÉTODOS:

A metodologia utilizada neste trabalho é a usual para coletas de materiais vegetais. Após obtermos um mapa da cidade de Carangola, foram traçadas rotas de coleta, apenas foram coletados os espécimes arbóreos, que são coletados, numerados e fotografados, as coletas são mensais. Os materiais coletados com o auxílio de podão e tesoura de poda, foram prensados em jornal e papelão e levados para secagem em estufa, após o período de secagem, foram montadas exsiccatas e após a identificação e confirmação com o auxílio de bibliografia especializada, o material foi incorporado à coleção do Herbário HUEMG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No levantamento preliminar até o momento, 26 espécies encontram-se identificadas, podendo destacar: *Plathymenia foliolosa*, *Tecoma stans*, *Malpighia emarginata*, *Peltophorum dubium*, *Machaerium acutifolium*, *Tabebuia chrysotricha*, *Phoenix canariensis*. representando as seguintes famílias: Arecaceae, Bignoniaceae, Fabaceae. A arborização é um componente de grande importância urbana. Além da função paisagística, ela proporciona outros benefícios à população tais como: purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos; melhoria do microclima da cidade, pela retenção de umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, o que influencia positivamente ao ambiente, pois propicia maior equilíbrio das cadeias alimentares e diminuição de pragas e agentes vetores de doenças e amortecimento de ruídos [3]. a constante urbanização nos permite assistir, em nossos grandes centros urbanos, a

problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza[4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O levantamento inicial do componente arbóreo dos limites urbanos de Carangola, nos permite perceber a pouca variação vegetacional, em muitas ruas registra-se a mesma espécie em vários pontos e em alguns bairros já coletados ruas sem nenhuma árvore. O levantamento ainda está em andamento e novas espécies serão coletadas, aumentando o conhecimento da flora arbórea urbana e a partir disto, a proposição de ações que visem garantir e melhorar a composição florística nos limites urbanos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1]DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DA ARBORIZAÇÃO VIÁRIA DE NOVA ESPERANÇA, PARANÁ, BRASIL Ricardo Massulo Albertin et.al [2] BRANDÃO, M.; BRANDÃO, H. **A Árvore:** paisagismo e meio ambiente. Belo Horizonte: Viatae Comunicação Integrada, 1992.[3] EMBRAPA. [4] ZINKOSKI, A. E.; LOBODA, C. R. ARBORIZAÇÃO: UMA PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ÁREA CENTRAL DE GUARAPUAVA, PR. In: VII Coloquio Internacional de Geocrítica. **Anais.** Santiago de Chile: Instituto de Geografía – Pontificia Universida de Católica de Chile, 2005..

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ALELOPÁTICO DE *Carica papaya* L. SOBRE SEMENTES DE *Lycopersicon esculentum* L.

Gislaine Gomes PIRES(IC)¹, Fabiane Oliveira DIAS(IC)¹, Luciano Magno ROCHA(IC), Braz Antônio Pereira COSENZA (PQ)²
Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT (PQ)^{2,3}

1- Acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Carangola. 2- Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Carangola, 3- Professor da Faculdade de Minas- FAMINAS MURIAÉ, Doutorando em Ciências Naturais -UENF-RJ

Palavras-Chave: Alelopatia - germinação – inibição

INTRODUÇÃO:

Alelopatia é definido como “a interferência positiva ou negativa que compostos do metabolismo secundário produzidos por uma planta exercem sobre outros organismos (plantas, insetos, fungos e algas) [1]. Os efeitos alelopáticos possuem várias utilizações na agricultura, tais como, contribuir na busca por novos defensivos agrícolas, compreender o antagonismo de cultivos consorciados ou sucessivos, diminuir o uso de herbicidas sintéticos, substituindo-os por herbicidas naturais [2]. *Caryca papaya* L. conhecida como mamão, possui relatos de atividade anti-helmíntica, sendo usado de maneira eficaz pela população, entretanto, análise a respeito sobre potencial alelopático são poucos na literatura. O objetivo deste trabalho foi verificar o potencial de ação alelopática de ...sobre sementes de *Lycopersicon esculentum* L. (tomate) analisando ainda os possíveis efeitos sobre o crescimento.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Os bioensaios foram conduzidos no laboratório de Biologia da UEMG Carangola. O material foi coletado, seco, triturado e utilizado na relação 1g/10ml⁻¹ para a preparação do extrato e posteriormente diluído em cinco níveis (90%, 70%, 50%, 30%, 10%) utilizando o extrato bruto como 100% e água destilada como controle. Para cada diluição foram utilizadas cinco placas de petri e em cada placa de petri 10 sementes, os bioensaios foram conduzidos por 15 dias, com a taxa de germinação verificada diariamente e ao final foram medidos com o auxílio de paquímetro, as raízes e parte aérea dos espécimes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados mostram que na germinação as concentrações de 10%, 30% e 50%, não tiveram variação significativa frente ao grupo controle, sendo o extrato pouco efetivo frente a germinação das sementes, o que pode ser comparado com [4], que verificou que nas diluições iniciais os percentuais de germinação não variavam em relação ao controle. No crescimento do sistema radicular o efeito alelopático teve efeito significativo a partir da diluição a 10%, verificando que nas concentrações acima de 50%, o efeito foi bem mais pronunciado, afetando vigorosamente a germinação, o que nos permite confirmar que conforme [5] notamos que a medida do crescimento e alongamento das raízes é fortemente dependente de divisões celulares, que garantem a alocação dos nutrientes para o desenvolvimento das plântulas, e com a raiz afetada as partes aéreas podem ser afetadas. No crescimento da parte aérea das plântulas, observou-se que nas diluições até 10% o efeito alelopático não foi significativo, entretanto nas diluições de 30 e 50% apesar de apresentarem um efeito alelopático, não possuem

diferenças significativas entre si. Nas diluições de 70%, 90% e no extrato puro, o efeito foi significativo, sendo que no extrato puro a parte aérea praticamente não cresceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir dos bioensaios, podemos concluir que *C. papaya* L. apresentou um bom potencial alelopático frente à germinação e crescimento de *L. esculentum* L., entretanto, novos ensaios devem ser realizados, buscando a comprovação da atividade alelopática desta espécie frente a outros cultivares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] FERREIRA, A.G.; AQUILA, M.E.A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal, v.12, .esp., p.175-204, 2000. [2] COELHO, M.F.B. et al. Atividade alelopática de extrato de sementes de juazeiro. Horticultura Brasileira, v.29, n.1, p.108-111, 2011. [4] CORSATO, J. M. et al. Efeito alelopático do extrato aquoso de folhas de girassol sobre a germinação de soja e picão-preto. Semina: Ciências Agrárias, v. 31, n. 2, p. 353-360, 2010. [5] HOFFMANN, C. E. F. et al. Atividade alelopática de Nerium oleander L. e Dieffenbachia picta schott em sementes de Lactuca Sativa L. e Bidens pilosa L. Revista de Ciências Agroveterinárias, v. 6, n. 1, p. 11-21, 2007.

Área do Conhecimento 2.03.03.01-7 Nutrição e Crescimento Vegetal

ORGANIZAÇÃO DA CARPOTECA DO HERBÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HUEMG), UNIDADE DE CARANGOLA

Rúbia de Souza PEREIRA¹ (IC – rubia.souzap20@gmail.com), Anny Carolinni Ferraz FERREIRA¹ (IC – annybio16@gmail.com) e Jaquelina Alves NUNES² (PQ)

1. Curso de Ciências Biológicas; 2. Professora
Universidade do Estado de Minas Gerais Carangola – HUEMG – 36.800-000 Carangola – MG

Palavras-chave: Carpoteca, frutos e coleção

INTRODUÇÃO:

A carpoteca é uma coleção científica de frutos [1]. É um importante material para a pesquisa na taxonomia, florística, estudos referentes a impactos ambientais, orientando estratégias de manejo e conservação e também promove a identificação de organismos potencialmente úteis [2]. Possui um papel relevante dentre as coleções do Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais (HUEMG), pois proporciona meios de estudos para pesquisa, extensão, e na capacitação alunos de graduação da Unidade. A carpoteca é como se fosse uma biblioteca, porém ao invés de livros, possui frutos secos e carnosos. Os frutos carnosos são conservados em álcool a 70% enquanto os secos são desidratados em estufa elétrica a 60°C por um período de 48 a 72 horas, e armazenados em frascos de vidro com tampas rosqueáveis, contendo naftalina [3]. O presente trabalho teve como objetivo catalogar os frutos já existentes, registrando-os na coleção do Herbário, complementando a coleção de plantas, de maneira que subsidie pesquisas e gere conhecimentos a respeito da flora regional.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Os frutos foram coletados através de diversos projetos realizados por professores, alunos da Instituição e advindos de doações de outros herbários. A carpoteca HUEMG foi organizada de forma com o que os frutos foram etiquetados com números, identificados em nível de espécie e foram registrados no livro de tombo do Herbário. Após processo de tombamento na coleção, foram armazenados em armários de aço por ordem alfabética de família botânica a qual pertencem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Até o presente momento, estão depositados na Carpoteca do HUEMG, devidamente registrados, 34 frutos, sendo 31 frutos carnosos e 3 frutos secos, oriundos dos municípios de Cariri, Pedra Dourada, Tombos, Orizânia, Carangola no estado de Minas Gerais. As coletas do Herbário se concentram na região do Vale do Carangola e no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Parque Nacional do Caparaó. A primeira coleta de fruto foi datada em 21 de Julho de 1999, sendo 2 frutos registrados nesta data. As famílias registradas na carpoteca foram as seguintes: Meliaceae, Rubiaceae, Caricaceae, Palmaceae, Orchidaceae, Bignoniaceae, Curcubiataceae, Myrtaceae, Balanophoraceae, Annonaceae, Melastomataceae. Podemos citar algumas das espécies: *Cedrela fissilis*, *Cabralea canjerana*, *Jaracatia spinosa*, *Euterpe edulis*, *Mimosa caesalpiniaefolia*, *Astronium noel*.

CONCLUSÃO:

A organização da Carpoteca do HUEMG é de extrema importância não somente para o aprendizado dos alunos da UEMG/Carangola, acrescentando conhecimentos de rotina de herbário e identificação botânica, mas como complemento a coleção de Plantas do HUEMG, dando subsídio às diversas pesquisas.

BIBLIOGRAFIA:

MATOS, B. et al. 2008. Carpoteca: Uma importante ferramenta para pesquisa e educação ambiental. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., Cuiabá, MT, Anais...: UFMT; [2] MAGALHÃES, C. K. et al., Coleções de invertebrados do Brasil. **Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informação sobre Biodiversidade**. Documento de Trabalho, 2005; [3] OLIVEIRA, R. B. et al., **Diversidade de Frutos da Região de Alto Juruá, Acre, Brasil**, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica

LEVANTAMENTO FLORÍSTICO PRELIMINAR NA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) REFÚGIO DO SAUÁ NO MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ, MINAS GERAIS

Raphael Sousa **PEÇANHA**¹(IC), Carolina Pinheiro **LOURENÇO**¹ (IC), Raniely Silva **SOUZA**¹ (IC) Jaqueline Alves **NUNES**² (PQ jaqueline.nunes@uemg.br)²

1. Curso de Ciências Biológicas; 2. Professora
Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola 36.800-000, Carangola-MG

Palavra- Chave: Flora, Mata Atlântica, Minas Gerais

INTRODUÇÃO:

A Mata Atlântica é um dos ecossistemas brasileiros que possui os maiores índices de diversidade já encontrados em florestas tropicais apresentando alto nível de endemismo [1]. Uma vez que a Mata Atlântica, encontra-se em elevado grau de fragmentação e conseqüente perda de biodiversidade, o presente trabalho se faz muito importante para a preservação dessa área e conservação do bioma. O objetivo do trabalho foi realizar um levantamento florístico em uma (RPPN) situada no município de Alto Jequitibá Minas Gerais. Trata-se de uma RPPN localizada entre duas importantes unidades de conservação o Parque Estadual do Caparaó (PARNA Caparaó) e o Parque Estadual do Brigadeiro (PESB). Essas unidades de conservação são consideradas áreas de Importância Biológica Especial para a flora por estar entre as 112 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Estado e Minas Gerais [2].

MATERIAIS E METODOS:

Foram coletadas todas as plantas férteis encontradas. Para cada uma foram coletadas cinco amostras, anotadas no caderno de campo todas as características e informações de cada indivíduo e realizados os procedimentos de triagem do material; prensagem em jornal e papelão em seguida foi levado para a estufa. A identificação das plantas está sendo realizada através de literatura especializada, pelo envio de espécimes para especialistas ou por comparação a coleção do Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais (HUEMG). Todas as espécies estão sendo depositadas no HUEMG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Até o presente momento, foram identificadas dezesseis espécies, pertencentes a oito famílias botânicas, sendo elas: Asteraceae, Begoniaceae, Bromeliaceae, Fabaceae, Melastomataceae, Piperaceae, Solanaceae e Rubiaceae. A família com maior riqueza foi Rubiaceae com (cinco espécies), sendo duas do gênero *Psychotria* L., *P. poeppigiana* Mull. Arg. e duas do gênero *Policourea* Aubl. As espécies de Rubiaceae são comuns em sub-bosque de floresta no Bioma Mata Atlântica. Este mesmo padrão foi encontrado em outras regiões. Na Reserva Biológica da Represa do Gramma, Minas Gerais, foram encontradas 50 espécies da família Rubiaceae, já na Barra do Rio Mamanguape, na mata atlântica paraibana foram encontradas 16 espécies de Rubiaceae [3,4].

CONCLUSÕES:

O fragmento estudado apresentou um número considerável de espécies vegetais, visto que se trata de um levantamento ainda preliminar, com tendência a aumentar à medida que avançarmos com as coletas. A família Rubiaceae foi bem representada na RPPN Refúgio do Sauá. É

importante ressaltar que o fragmento de Mata Atlântica citado ainda não dispõe de nenhum conhecimento científico, sendo este o primeiro estudo botânico que está sendo realizado, de suma importância para o conhecimento florístico da área.

AGRADECIMENTO:

A FAPEMIG pela bolsa de Iniciação Científica, ao HUEMG por disponibilizar a coleção de apoio.

BIBLIOGRAFIA:

[1]GIULIETTI A. M. & FORERO, E. 1990 Diversidade taxonômica e padrões de distribuição das angiospermas brasileiras. Acta Botanica Brasílica 4, p. 3-10.[2] DRUMMOND G.M.; MARTINS C.S.; MACHADO A.B.M.; SEBAIO F.A.; ANTONINI Y. 2005. Biodiversidade em Minas Gerais. Fundação Biodiversitas.2 Eds, Belo Horizonte, Minas Gerais.
[3]FORZZA.R.C.;PIFANO.D.S.;FILHO.A.T.D.O.;MEIRELES.L.D.;FARIA.P.L.;SALIMENA.F.R.;MYNSEN.C.M.;PRADO.J; Flora vascular da Reserva Biológica da Represa do Gramma, Minas Gerais, e sua relação florística com outras florestas do sudeste brasileiro. Rodriguésia vol.65 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2014.[4]PEREIRA.M.S; ALVES.R.R.N. 2006.Composição Florística de um remanescente de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil.Revista de Biologia e Ciências da Terra. Vol 6,nº 1, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica

SPRING OF WATER FOR DOMESTIC USE IN RURAL PROPERTIES RURAL PROPERTIES IN THE MUNICIPALITY OF EUGENÓPOLIS-MG

Tainara dos Santos **ROCHA** (IC _ tainara.srocha@gmail.com)¹, Roselane de Oliveira **BOTELHO**(IC)¹, Felipe da Silva **COSTA** (PQ.)²

1.Course of Ciências Biológicas; 2. Teacher
Faculdade Santa Marcelina - FASM - 36880-000 - Muriaé-MG

Keywords: Nascent recovery, Recovery of degraded areas, Riparian forest.

INTRODUCTION:

In rural properties is common to use water coming from different sources and without proper treatment, surface water are more likely to be used, but are more likely to external contamination. The long distances between rural residences hinder and burden the installation of conventional sanitation systems. So it is vital that everyone do their part in their own homes and in their production systems. The recovery of springs is the first step so that the water is of good quality because it can be found in abundance in the world, but 97.5% of that water is salty and only 2.5 is sweet, and this small margin only 93% consists of renewable fresh water, groundwater is 30%, the remaining 70% is inaccessible glaciers and other forms [1]. Thus, the objective of this study was to revitalize springs sedimented or degraded as well as the recovery of degraded riparian vegetation to obtain good quality water for domestic use in rural properties where there is no public water supply.

MATERIALS AND METHODS:

The experiment was carried out in the owner's Desert Site Mauricio Milani, located in the Municipality of Eugenópolis-MG, which were collected in containers of 400mL five samples of spring water to be analyzed and subsequently held the enclosure 50 meters radius around the spring for reforestation of native plants of the region. A capture and water filtration system was chosen and built with a pre-filter for single family use. This is a compartment used for removing particulate matter (leaves and pieces of tree branches) having inside a layer of crushed stone [2]. Then, a filter constructed, consisting of stone, gravel and sand, which happens the process of solid and liquid separation and removing water impurities which are retained by a porous medium, in this case sand. The water is stored in a fiberglass box with 1,000 liter capacity, there is also the chlorination process, chlorine is used to disinfect this water should be added at least 30 minutes prior to the household in the amount of 5mg / l active chlorine.

RESULTS AND DISCUSSION:

When everything is working, it was observed that was instrumental in the production processes agricultural awareness of small farmers about the importance of conservation of riparian forests and springs, avoiding deforestation around these. Besides showing for producers that there is solution for the recovery of springs and at low cost. In Desert Site nascent started the recovery process, and subsequently in other farms will make a diagnosis and implement projects filtration of water springs in the rest of the city.

CONCLUSION:

The waters of the springs in Eugenópolis-MG municipality are compromised. In the spring of water samples before being recovered was found that this water was of good quality, but was contaminated on the surface due to fecal waste caused by cattle grazing, the result also showed high concentrations of ammonia nitrogen and total phosphorus. It will be always necessary to monitor the quality of surface water and the development of a water treatment system that is simple, using technologies with low costs of implementation and operation. In addition to using alternative materials with unskilled labor and can be incorporated into the local landscape without abrupt changes, creating a harmony with the environment.

BIBLIOGRAPHY:

[1] SEMA. Nascentes Protegidas e Recuperadas. Curitiba, 2010. p7-2.1; e [2] ZARPELON, Agenor; RODRIGUES, Eloize M. Os trihalometanos na água de consumo humano. 2002. Sanare Technical magazine of Sanepar, v.17, n.17, p.20-30, jan.-jun. 2002.

Area Knowledge (CNPq): 2.00.00.00-6 – Sciences Biological

SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: RELATO DE CASO DE NEUROPATIA AGUDA EM CRIANÇA.

Rafaela Ferreira da SILVA (IC – ferreira.rafaela17@yahoo.com.br)¹, Amanda Marini da SILVA (IC)¹, Ana Caroline Ferreira Placides da CUNHA (IC)¹ e Raphael de Souza VASCONCELLOS (IC)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas – 368800-000 – Muriaé-MG

Palavras-chaves: neuropatia, diagnóstico, criança.

APRESENTAÇÃO:

A Síndrome de Guillain-Barré (SGB) consiste em uma polineuropatia desmielinizante aguda ou subaguda autoimune, pois o sistema imune do portador gera anticorpos que promove a destruição da camada de mielina circundante dos axônios. Resultando na incapacidade principalmente dos nervos motores e sensitivos, caracterizada clinicamente por paralisia flácida e aumento da proteinorraquia [1]. Este estudo pretende relatar o caso de ALLE, 8 anos, do sexo feminino, residente na zona rural do Município de Muriaé - MG, atendida em um setor pediátrico de um Hospital público em Janeiro/2015. Queixando: dificuldade para deambular e de movimentação dos membros superiores e incluindo dor intensa. Após investigação clínica com exames de imagem, hematológicos e bioquímicos, exclusiva com amostra de LCR, a paciente foi diagnosticada com Síndrome de Guillain-Barré, sendo assistida com suporte medicamentoso (imunoglobina e antibióticos) e reabilitativo (fisioterapia e fonoaudiologia). Informações deste estudo foram obtidas mediante o consentimento dos responsáveis.

DESENVOLVIMENTO:

A Síndrome geralmente é precedida por uma infecção viral ou bacteriana [2]. Os principais agentes biológicos são *Campylobacter jejuni*, *Mycoplasma pneumoniae*, Citomegalovírus, Epstein-barr [3]. A incidência mundial da SGB é de 2 a cada 100.000 habitantes, acometendo principalmente adultos do sexo masculino, sendo mais frequente com o avançar da idade [4]. Os requisitos para o diagnóstico da SGB inclui avaliação clínica, análise laboratorial principalmente do LCR, incluindo de neurocondução motora e sensitiva [5], pois não há nenhuma observação patognomônica da síndrome e nenhum exame laboratorial é específico para patologia [6]. Tendo como marcador principal o LCR, pois apresenta hiperproteinorraquia e nível celular normal que reflete o processo inflamatório e alterações na barreira hematoencefálica [7]. Sendo acompanhados por elevação da contagem de leucócitos e aumento dos valores bioquímicos do ácido láctico, CPK e do ASLO. O tratamento que tem demonstrado eficaz consiste no uso de imunoglobina, atuado como agente profilático de proteção contra vírus e bactérias, com ação de neutralizar os auto-anticorpos e assim estimulando a produção de anticorpos anti-idiotipo [8].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Síndrome de Guillain-Barré em criança consiste em uma neuropatia rara. Porém com uma abordagem terapêutica eficaz pode obter uma evolução benigna da patologia, como foi visto neste caso que obteve um prognóstico favorável.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ARERO, Talena Brabo. Síndrome de Guillain-Barré: Um estudo de caso. Disponível em: <http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/pia/neuro/guillain_talena.htm>. Acesso em: 15 de Maio de 2015. [2] "Fact Sheet Síndrome de Guillain-Barré," NINDS. Data de publicação Julho de 2011. NIH Publication No. 11-2902. [3] NEVES, M. A. O. et al. Síndrome de Guillain-Barré na infância: relato de caso. Revista Neurociências 2007; 15/4: 329-333. [4] FILHO, L. A. B. Perfil epidemiológico e eletrofisiológico de pacientes com síndrome de Guillain-Barré atendidos em hospital terciário no Distrito Federal. Brasília Med 2014; 51(1): 21-26. [5] PORTARIA Nº 497, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. [6] BENETI, G, B; SILVA, D, L, D. Síndrome de Guillain-Barré. Semina: Ciências Biológicas e Saúde, Londrina, v. 27, n. 1, p. 57-69, jan/jun. 2006. [7] DIMAS, Luciana Ferreira and PUCCIONI-SOHLER, Marzia. Exame do líquido cefalorraquidiano: influência da temperatura, tempo e preparo da amostra na estabilidade analítica. J. Bras. Patol. Med. Lab. 2008, vol.44, n.2, pp. 97-106. ISSN 1678-4774. [8] Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública nº 36, de 20 de maio de 2004. D.O.U de 21/05/2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

AVALIAÇÃO “IN VITRO” DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DA TINTURA DE PRÓPOLIS FRENTE ÀS BACTÉRIAS *Staphylococcus aureus* e *Klebsiella pneumoniae*.

Rodrigo Gonçalves **DIAS** (IC- rodrigod17@gmail.com)¹, Douglas Cesso de Almeida **VIEIRA** (IC)¹, Karina Reis **GARCIA**(IC)¹, e Fernanda Mara **FERNANDES**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Tintura de Própolis; Antimicrobiano.

INTRODUÇÃO:

Produtos naturais com propriedades terapêuticas estão sendo comumente avaliados para obtenção de compostos biologicamente ativos. Plantas medicinais e complexos naturais balsâmicos lideram o grupo dos mais pesquisados [1]. A própolis é uma mistura complexa, formada por material resinoso e balsâmico coletada pelas abelhas dos ramos, flores, pólen, brotos e exsudados de árvores; além de secreções salivares adicionadas pelas abelhas na colmeia; possui propriedades biológicas antibacteriana, antifúngica, antiprotozoária, antioxidante e antiviral [2]. Nesse contexto, o projeto propôs avaliar a ação antimicrobiana da tintura de Própolis, a partir da Concentração Inibitória Mínima (CIM), frente as bactérias *Staphylococcus aureus* e *Klebsiella pneumoniae*.

MATERIAIS E MÉTODO:

A tintura de Própolis foi obtida em uma farmácia de manipulação na concentração de 30%, de acordo com os procedimentos exigidos pela Farmacopeia Brasileira. Conforme estabelecido por Barbosa, et al. (2014), para a determinação da CIM foram selecionados 11 tubos de ensaio contendo 3ml de caldo de tioglicolato; no primeiro tubo colocou-se 3 ml da tintura de própolis, realizando diluições seriadas na razão de 2 nos tubos de 2 à 9, obtendo-se as concentrações de 15%, 7.5%, 3.75%, 1.875%, 0,9375%, 0,46875%, 0,23437%, 0,1175%, 0,05875%, sendo os demais tubos, controle (+), utilizando-se como antibiótico a penicilina, e controle (-), sem adição de quaisquer substâncias. Foram adicionados em cada tubo 50 µl do inóculo bacteriano, preparado anteriormente em meio líquido, no meio de cultura BHI (Brain Heart Infusion). As bactérias selecionadas foram o *S. aureus*, cepa padrão (ATCC – 25923) e *K. pneumoniae*, cepa padrão (ATCC - CCBH11408). Os ensaios foram incubados a 37°C durante 48 horas e a leitura foi realizada visualmente, pela ausência ou presença de crescimento bacteriano através da turvação dos tubos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após a análise da CIM, observou-se que a tintura de própolis apresentou ação antibacteriana, principalmente sobre a *K. pneumoniae*, ao verificar crescimento bacteriano apenas na 9ª concentração; no *S. aureus*, após a 5ª diluição já se visualizou turvação no ensaio, indicando crescimento bacteriano. Segundo Castaldo e Capasso (2002), os flavonoides, juntamente com ácidos fenólicos e ésteres, aldeídos fenólicos e cetonas são considerados os mais importantes compostos antimicrobianos da própolis. O mecanismo de atividade antibacteriana é considerado complexo e pode ser atribuído à combinação entre flavonóides, hidroxiácidos e sesquiterpenos [3]. A diferença de sensibilidade entre as bactérias pode estar relacionada

com as características que as diferem: o *S. aureus* é Gram (+) e a *K. pneumoniae* Gram (-), dessa forma, diferenças na estrutura membranosa, entre outras, podem ser cruciais ao determinar a resistência bacteriana [4].

CONCLUSÃO:

Pode-se considerar que a tintura de Própolis apresentou ação antibacteriana sobre as bactérias testadas, e que a CIM no *S. aureus* (0,9375%) foi maior do que na *K. pneumoniae* (0,1175%), apontando, que esta bactéria apresenta maior sensibilidade ao produto testado.

BIBLIOGRAFIA:

[1] VARGAS, A.C. et. al. Atividade antimicrobiana “in vitro” de extrato alcóolico de própolis. *Ciência Rural*, v. 34, n. 1, jan-fev, 2004. [2] BARBOSA, V. et al. Avaliação da atividade antibacteriana do óleo essencial de *Rosmarinus officinalis* L. E tintura de própolis frente a bactéria causadora da acne *Propionibacterium acnes*. *Rev.Bras.Pl.Med*, Campinas, n.2, 2014; [3] CASTALDO, S.; CAPASSO, F. Propolis, an old remedy used in modern medicine. *Fitoterapia*, v.73, suppl.1, p.S1 – S6, 2002. [4] LUIZ B. TRABULSI e FLÁVIO ALTERTHUM. *Microbiologia*. 5 ed. Atheneu, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

SUSCETIBILIDADE ANTIMICROBIANA DE UROPATÓGENOS EM MULHERES

Mariana de Almeida **RAMOS** (IC - marianaalmeidaramos@hotmail.com)¹, Maryna de Azevedo **ANDRADE**(IC)¹, Alanna de Souza **GOUVÊA**(IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Infecção; Urina; Resistência bacteriana

INTRODUÇÃO:

As infecções de trato urinário (ITU) constituem uma das causas mais frequentes de patologia infecciosa encontrada na prática médica, ficando atrás somente das infecções respiratórias [1]. A doença ocorre quando uma bactéria entra no sistema urinário por meio da uretra e começa a se multiplicar na bexiga. Por isso, é mais comum no sistema reprodutor feminino, uma vez que o caminho que a bactéria precisa percorrer para chegar até a bexiga e se multiplicar é menor [2]. A utilização incorreta de antibióticos no tratamento deste tipo de enfermidade induz a uma pressão seletiva sobre o agente, favorecendo a multiplicação de cepas bacterianas resistentes. O emprego de doses curtas ou única não é aconselhado no tratamento da ITU, pois poderá induzir resistência bacteriana [3]. O presente estudo teve como objetivo verificar a suscetibilidade antimicrobiana de uropatógenos em jovens de 15 a 20 anos.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo transversal retrospectivo na cidade de Muriaé-MG e Cachoeira Alegre-MG, no qual foram colhidas e analisadas 30 amostras de urina de jovens de 15 a 20 anos. As amostras foram colhidas em recipientes estéreis, de forma aleatória e transportadas para o laboratório de microbiologia da FAMINAS onde foram semeadas em meio CLED (cystine lactose electrolyte deficient) e incubadas por 24 horas. Posteriormente foi realizado o antibiograma das amostras com crescimento microbiano, além da coloração de Gram de acordo com Koneman, 2001 para diferenciar bactérias Gram positivas de Gram negativas. Além disso, para complementar o estudo foi aplicado um questionário contendo questões referentes às ITUs. O antibiograma foi feito frente aos seguintes antibióticos: Cefepime, Nitrofurantoina, Norfloxacin, Penicilina e Vancomicina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram observados que em 23,3 % dos casos houve crescimento bacteriano. Foi verificada uma incidência de infecção em jovens que não bebiam água com frequência (16,6%), a constância em frequentar banheiros públicos (20%), o hábito de segurar a urina por muito tempo (13,3%) e a coloração anormal da mesma (16,6%). Houve uma incidência de bactérias Gram (-) e estas apresentaram resistência à Vancomicina e Nitrofurantoina sendo sensível a maioria dos casos a Cefepime, Penicilina e Norfloxacin. A frequência de ITU é maior em mulheres do que em homens, devido a questões anatômicas, como a uretra feminina ser mais curta, favorecendo assim a colonização pela microbiota fecal, havendo também a probabilidade de contaminação bacteriana da uretra feminina no ato sexual [4].

CONCLUSÃO:

Constatamos com o estudo que ocorreram infecções urinárias com maior predominância em adolescentes de 15 anos de idade. O desenvolvimento da resistência bacteriana pode ser diminuído, evitando o uso indiscriminado de antimicrobianos. O diagnóstico de ITU deve ser feito corretamente, seguindo as orientações médicas e com a realização de exames laboratoriais.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho e a professora Fernanda Mara Fernandes pelo incentivo.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Rieger A, Ferrugem F, Horta G, et al. Prevalência de patógenos bacterianos e susceptibilidade aos antimicrobianos em infecção do trato urinário de amostras ambulatoriais. Rev Bras Anal Clin. 2009;41(2):87-9. [2] KONEMAN, E. W. Diagnóstico Microbiológico: Texto e Atlas Colorido. São Paulo: Guanabara Koogan, 2001. [3] Bail L, Ito CAS, Esmerino LA. Infecção do trato urinário: comparação entre o perfil de suscetibilidade e a terapia empírica com antimicrobianos; RBAC. 2006; 38: 51-6. [4] Heilberg IP, Schor N. Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário. Rev. Assoc. Med. Bras. 2002; 49:109-16.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

AÇÃO BACTERICIDA DE SABONETES FRENTE AO *Staphylococcus aureus*

Isabela Cavalcanti **PORTES** (IC – isabelacavalcantiportes@hotmail.com)¹, Polyana Aparecida Almeida **PEDROSA**¹, Edmara Caetano **PORTO**¹ e Fernanda Mara **FERNANDES**²

1. Bacharelado em Biomedicina; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavra-chave: Sabonetes bactericidas; Mãos; Triclocarban.

INTRODUÇÃO:

O *Staphylococcus aureus* é uma bactéria que apresenta como característica morfológica cocos gram-positivos, responsável por doenças sistêmicas como infecções de pele, do trato urinário e doenças oportunistas [1]. Lavar as mãos com sabonete bactericida é uma forma de defesa contra bactérias e patógenos causadores de doenças. A utilização constante desses sabonetes pode resultar em resistência bacteriana, deixando o indivíduo mais vulnerável a infecções. Um documento de 1500 D.C. mostra que os egípcios combinavam óleos animais e vegetais com sais alcalinos para fazerem sabonetes usados para tratar doenças de pele. Os sabonetes antibacterianos disponíveis no mercado apresentam os compostos Triclosan, Triclorocarbomida e p-cloro-m-xilenol em suas fórmulas [2]. Alguns sabonetes são utilizados como bactericidas, sendo que, os que contêm Triclocarban são mais fortes, e os que possuem Cloroxilenol como agente ativo não apresentam boa eficácia quando comparados. O Triclosan, ingrediente ativo comum nos sabonetes, foi substituído pelo Triclocarban, devido ao desenvolvimento de resistência bacteriológica [3]. O presente estudo teve como objetivo verificar a ação bactericida de determinados sabonetes frente a uma cepa ATCC (25923) de *Staphylococcus aureus*.

MATERIAL E MÉTODOS:

Um tubo contendo solução salina foi preparado com uma cepa ATCC (25923) de *S. aureus*. A partir da solução, foi feita a semeadura por esgotamento em 30 placas de Petri contendo 5-mm de Ágar Mueller-Hinton. Foram avaliados 10 sabonetes antibacterianos em triplicata, e a partir deles foram feitos discos de 1 cm de diâmetro. Em cada placa foram colocados 3 discos, formando um triângulo: o disco do sabonete, do antibiótico Penicilina (controle+) e um mergulhado em água (controle-). As placas foram incubadas por 24h à 37°C.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com a tabela 1, os sabonetes 1,2,3,4 e 5 foram os mais eficazes contra o *S. aureus*, pois houve formação de halo. Já os sabonetes 6,7,8,9 e 10 foram ineficazes contra o *S. aureus*, pois não houve formação de halo de inibição. O principal "antimicrobiano" dos sabonetes testados foi o Triclocarban, segundo uma pesquisa feita por Mwambete e Lyombe(2011), a maioria dos sabonetes que continham este composto também apresentou certa eficácia contra o *S. aureus*.

Tabela 1 – Medida do halo dos sabonetes antibacterianos (cm).

SABONETE	HALO – <i>S. aureus</i>
1	1,8
2	1,4
3	1,4
4	1,4
5	1,3
6	0
7	0
8	0
9	0
10	0

CONCLUSÕES:

A cepa ATCC 25923 de *S. aureus* apresentou sensibilidade à 50% dos sabonetes estudados. Conclui-se, então, que alguns ingredientes presentes em determinados sabonetes podem reagir com o Triclocarban, conferindo assim, uma ação antimicrobiana mais eficaz.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MURRAY, P.; ROSENTHAL, K. S.; PFALLER, M. A. Microbiologia Médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2015; [2] MWAMBETE KD, LYOMBE F. – Antimicrobial activity of medicated soaps commonly used by dar ES Salaam residents in Tanzania. Indian J Pharm Sci 2011;73(1):92-8.; e [3] KALIYADAN F, ABOULMAGD E, AMIN TT. – Antimicrobial activity of commercial "antibacterial" handwashes and soaps. Indian Dermatol Online J 2014;5(3):344-6.MWAMBETE KD, LYOMBE F. – Antimicrobial activity of medicated soaps commonly used by dar ES Salaam residents in Tanzania. Indian J Pharm Sci 2011;73(1):92-8.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

ANÁLISE URINÁRIA DE PACIENTES ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Livia Novaes da Silva **GOMES** (IC - livianovaes.biomed@gmail.com)¹, Fernanda Trindade **SIQUEIRA** (IC)², Roberta Vieira Teixeira da **SILVA** (IC)¹ e Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)³

1. Curso de Biomedicina; 2. Curso de Farmácia; 3. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Urinálise; Infecção Urinária; Urocultura.

INTRODUÇÃO:

A ITU (infecção do trato urinário) é uma patologia que pode acometer diferentes faixas etárias e sexo, entretanto apresenta maior incidência no sexo feminino, exceto no primeiro ano de vida que devido ao maior número de malformações congênitas, especialmente a válvula da uretra posterior, acomete preferencialmente o sexo masculino [1]. O objetivo deste estudo foi estabelecer a incidência de ITU em pacientes atendidos em um Laboratório de Análises Clínicas particular localizado em uma cidade da Zona da Mata Mineira.

MATERIAIS E MÉTODOS:

No período de Junho a Agosto de 2015, foram analisadas 140 amostras de urina de pacientes atendidos em um Laboratório de Análises Clínicas particular localizado em uma cidade da Zona da Mata Mineira. As amostras foram submetidas aos exames de urocultura (meio Ágar Cled) e de identificação dos principais micro-organismos causadores da infecção urinária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Mediante a urocultura das amostras que apresentaram resultados positivo para ITU (n= 80), 61,6% (n=69) pertenciam a mulheres e 38,39% (n=11) de homens. Das uroculturas consideradas positivas, verificou-se crescimento de *E. Coli* em 65% (n=52), *Staphylococcus* em 12,5% (n= 10), *Protheus*, *Streptococcus*, *Pseudomonas* e *Enterococcus* em 3,75% (n=3), *Klebsiela*, *Cândida* e *Enterobactérias sp.* em 2,5% (n=2) das amostras. A ITU pode acometer indivíduos de qualquer sexo ou idade, porém é mais frequente em mulheres, pelo fato da uretra feminina ser mais curta e com isso maior proximidade ao ânus, o que favorece a contaminação do trato urinário por bactérias da microbiota intestinal [2]. Tal fato se confirma em estudos realizados por Muller et. al. (2008) onde, de acordo com as análises, o predomínio das infecções do trato urinário ocorreu em mulheres. Foi verificado o crescimento de *Escherichia coli* em 65% das amostras com resultado positivo para ITU. Os maiores responsáveis pela ITU são as bactérias gram-negativos entéricos, especialmente a *E.coli* seguido por *Staphylococcus* [3]. Estudos foram realizados por Dachi et. al (2003) obtendo resultados semelhantes.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que diante a pesquisa realizada, a *Escherichia coli* foi a principal bactéria encontrada na análise das uroculturas. A posição anatômica é um fator que interfere na maior incidência de infecção em mulheres, pois o menor comprimento da uretra feminina facilita a ascensão dos micro-organismos.

AGRADECIMENTOS:

À professora Fernanda Mara Fernandes pela orientação e dedicação e ao Laboratório de Análises Clínicas pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] HEILBERG, I. P. ; SCHOR, N. Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário – Itu. Rev. Assoc. Med. Bras. vol.49 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2003. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-423020030001_00043>. Acesso em: 12/05/2015. [2] JACOCIUNAS, L. V., PICOLI, S. U.I. Avaliação de Infecção Urinária em Gestantes no Primeiro Trimestre de Gravidez. RBAC, vol. 39(1): 55-57, 2007. Disponível em: <
<http://sbac.org.br/rbac/006/85.pdf>>. Acesso em: 01/05/2015. [3] DACHI, S. P. Infecção do trato urinário. Revista Brasileira de Medicina, São Paulo, v. 57, n. 7, p. 759- 765, jul. 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

OCORRÊNCIA DE PARASITAS ZONÓTICOS EM AREIAS DE PRAIAS DA REGIÃO DOS LAGOS - RJ

Ana Caroline Ferreira Placides da **CUNHA** (IC – anacarolineplacides@gmail.com)¹, Victor Hugo Ferraz da **SILVA** (IC)¹, Lorena Braga Bernardino **MADRIAGA** (IC)¹ e Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)².

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Parasitologia; Praias; Geohelmintíase.

INTRODUÇÃO:

As infecções por helmintos estão entre as mais frequentes no mundo [1]. A utilização de áreas públicas, tais como praias, parques e jardins podem oferecer alguns riscos aos seus frequentadores, uma vez que a deposição de fezes nesses ambientes por cães parasitados irá viabilizar a infecção de usuários [2]. Fezes com ovos e larvas de *Ancylostoma* sp. e *Toxocara* sp., podem ser contaminantes para humanos causando especialmente as geohelmintíases Larva Migrans Visceral e Larva Migrans Cutânea [3]. Este estudo teve como objetivo verificar a presença de parasitas zoonóticos nas areias de praias da Região dos Lagos - RJ.

MATERIAL E MÉTODOS:

O estudo foi realizado no período de Abril a Agosto de 2015, sendo escolhidas aleatoriamente três cidades: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio, localizadas no litoral do Rio de Janeiro. Foram selecionados um ponto de cada praia, e a partir deste foi medido em um raio de 20m, quatro pontos opostos de 2m², onde foi coletado 50 g de areia, sendo composto por uma amostra superficial (Grupo A) e uma profunda (Grupo B), de acordo com Silva et al (2013). As amostras foram transportadas em caixas térmicas para o Laboratório de Análises Clínicas da FAMINAS de Muriaé - MG, para a realização do Exame Parasitológico com os métodos de Hoffman, Pons e Janer (HPJ) para ovos e larvas e Willis para pesquisa de ovos leves, em triplicata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Este estudo contou com 24 amostras, o qual avaliou a prevalência de contaminação por parasitas. Foram encontrados 33,3% de amostras infectadas evidenciando a presença de larvas e ovos. Na cidade de Armação dos Búzios foram encontradas 20,8% de amostras infectadas dos helmintos *Toxocara* sp (80%) e *Ancylostoma* sp. (20%), sendo 3 (8,33%) no Grupo B e 2 (12,5%) no Grupo A. Para a cidade de Arraial do Cabo foram encontradas 3 (12,5%) amostras contaminadas, onde 66,6% era de *Ancylostoma* sp. e 33,4% *Toxocara* sp. Nas amostras do Grupo B, foram evidenciadas 8,33% e Grupo A 4,16% ao todo. Em Cabo Frio não foi encontrado nenhum parasita. Todas as amostras infectadas foram evidenciadas pelo método HPJ, para o Willis não foram detectadas nenhum parasita. Das amostras analisadas, 5 observaram-se larvas e ovos de *Toxocara* sp., distribuídas entre as praias estudadas, que é diferente do que foi achado por Silva et al (2013), onde encontrou poucos helmintos desta espécie, onde 192 amostras analisadas, foram positivos 18,75%, corroborando com os resultados apresentados por Santos et al (2006), mostrando que a prevalência era de *Ancylostoma* sp, ficando em segundo lugar *Toxocara* sp.

CONCLUSÃO:

O presente estudo demonstrou que as praias tem uma prevalência alta do parasita causador da Larva Migrans Visceral (LMV), sendo então importante a conscientização dos profissionais da saúde e do poder público para que façam medidas preventivas, mudando o comportamento da população, de forma a reduzir a poluição do meio. Todas as amostras analisadas em Cabo Frio foram negativas, dessa forma podemos sugerir que a praia possivelmente apresenta um programa de saneamento um pouco mais efetivo quando comparado com as demais, porém vale ressaltar a importância de novos estudos em outras áreas das praias estudadas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CAVALCANTI, I.M.D; ROCHA, F.J.S. Contaminação parasitológica da areia das praias do Pina, Boa Viagem e Piedade – PE. VX Congr. de I.C. UFPE, 2007[2] SANTOS, N.M, et al. Contaminação das praias por parasitos caninos de importância zoonótica na orla da parte alta da cidade de Salvador-BA. R. Ci. Mé. Biol, Salvador, v.5, n.1, 2006: pag 40-47[3] NEVES, D.P. et al Parasitologia Humana. 11 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005[4] SILVA, D.A.M et al. Análise da contaminação por parasitas caninos de importância zoonótica em praias de Vitória (ES). Rev. Cient. da Faminas v.9, n.2, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.13.00.00-3 Parasitologia

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL BACTERICIDA DE EXTRATOS AQUOSOS DE *Allium cepa* SOBRE BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS E GRAM NEGATIVAS

Arthur Alves **POUBEL** (IC – arthurpoubel.BMD@gmail.com)¹, Lorena Braga Bernardino **MADRIAGA** (IC)², Sílvia Mara **MATTOS** (IC)³ e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)⁴

1. Curso de Biomedicina; 2. Curso de Biomedicina; 3. Curso de Biomedicina 4. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: *Allium cepa*, extrato aquoso, atividade antimicrobiana.

INTRODUÇÃO:

O uso de plantas no tratamento de patologias é presente desde a origem da espécie humana, e ainda hoje, inúmeras comunidades e grupos étnicos de todo o mundo por fatores culturais e hierárquicos permanecem com este tipo de tratamento pela eficiência, baixo custo e por serem considerados menos danosos ao organismo comparados a fármacos [1]. Uma planta pode ser considerada medicinal quando possui substâncias ativas que provocam no organismo humano reações que podem variar da cura ao abrandamento da doença e evitar problemas quanto ao uso prolongado e indiscriminado destes produtos [2]. Tem-se verificado cientificamente o uso popular de plantas com a finalidade de obtenção dos mais variados efeitos medicamentosos, incluindo sua aplicação como antimicrobianos [3]. O presente trabalho teve o objetivo de avaliar o potencial bactericida de extratos aquosos de alho (*Allium cepa*) sobre bactérias Gram positivas e Gram negativas.

MATERIAL E MÉTODOS:

O alho foi adquirido em mercado comum, realizando posteriormente a trituração deste em uma proporção 1x10 p/v para obtenção do extrato aquoso. Os testes foram realizados pelo método de poços em 7 diluições (100%,85%,70%,55%,40%,25%,10%) em bactéria Gram-negativa, *Escherichia coli* (ATCC 25922) e Gram-positiva, *Staphylococcus aureus* (ATCC 25923). Foram utilizados discos de antibióticos como controle positivo e água destilada como controle negativo.

RESULTADO E DISCUSSÃO:

Os resultados foram baseados na presença ou ausência do halo de inibição após 24-48h incubação. Bactéria gram positiva *Staphylococcus aureus* apresentou-se sensível à concentração 100% do extrato, evidenciado pela formação do halo de inibição. Bactéria gram negativa *Escherichia coli* apresentou-se sensível à todas as concentrações testadas 100%,85%,70%,55%,40%,25%,10% evidenciado pela formação do halo de inibição. Foi possível analisar um crescente aumento da área do halo formado, seguindo o aumento da concentração do extrato aquoso, confirmando assim seu potencial bactericida. As diluições do extrato aquoso obtiveram resultado positivo sobre os microrganismos, porém a concentração 100% tanto em bactéria gram positiva *S. aureus* como gram negativa *E. Coli* teve a melhor eficiência por portar a maior concentração de substâncias com atividade bactericida, apresentando o os maiores halos, de circunferência uniforme e com halo de inibição equiparado ao formado a partir dos discos de antibióticos utilizados como controle.

CONCLUSÕES:

Nas dosagens testadas frente às bactérias gram negativa *Escherichia coli* e Gram positivo *Staphylococcus Aureus*, o extrato aquoso de alho apresenta uma característica bactericida, ou seja, promove alterações letalmente irreversíveis aos microrganismos, com uma capacidade inibitória equivalente ao antibiótico utilizado como controle, mantendo os microrganismo retido numa dada fase do ciclo celular, impedindo sua divisão e consequente proliferação após 24-48 horas de incubação.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MACIEL, Maria Aparecida M. et al. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. Química nova, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002. [2] MARINHO, M.L. et al. A utilização de plantas medicinais em medicina veterinária: um resgate do saber popular. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v.9, n.3, p.64- 9, 2007. [3] KOO, H. et al. Inhibition of *Streptococcus mutans* biofilm accumulation and polysaccharide production by apigenin and tt-farnesol. Journal of Antimicrobial Chemotherapy, v.52, p.782-9, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 - Botânica

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00- 9 - Microbiologia

AVALIAÇÃO “IN VITRO” DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DE *Rosmarinus officinalis* L. FRENTE À BACTÉRIAS.

Karina Reis **GARCIA** (IC- reis.karina.garcia@gmail.com)¹, Stella Pereira Da **SILVA** (IC)¹, Rodrigo Gonçalves **DIAS** (IC)¹, e Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)²

1. Curso de Biomedicina 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Óleo essencial; Antibacteriano.

INTRODUÇÃO:

O emprego de plantas é uma das formas mais antigas com finalidades para tratamento, prevenção e cura de doenças [1]. A espécie *Rosmarinus officinalis* L. (Alecrim), apresenta inúmeros empregos, tais como: culinários, cosméticos, farmacêuticos e medicinais. Faz-se alvo de vários estudos por conter propriedades antioxidantes, antimicrobianas, dentre outras [2]. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo analisar a ação antimicrobiana a partir de Concentração Inibitória Mínima (CIM) do óleo essencial de *Rosmarinus officinalis* L., frente as bactérias *Staphylococcus aureus* e *Klebsiella pneumoniae*.

MATERIAL E MÉTODOS:

O Alecrim foi coletado na cidade de Divino- MG e identificado pelo HUEMG (Horto Universidade Estadual de Minas Gerais). A obtenção do óleo essencial foi realizada por meio do aparelho de Clevenger, segundo Barbosa, *et al* 2014. Para a determinação do Concentração Inibitória Mínima (CIM) foram selecionados 11 tubos de ensaio contendo 3ml de caldo tioglicolato; no 1º tubo colocou-se 3 ml de óleo essencial de alecrim, realizando diluições seriadas na razão de 2 nos tubos de 2 à 9, obtendo-se as concentrações de 16%, 8%, 4%, 2%, 1%, 0,5%, 0,25%, 0,125%, 0,0625%; sendo os demais tubos, controle positivo, utilizando-se como antibiótico a penicilina, e controle negativo, sem adição de quaisquer substância[3]. Foram adicionados em cada tubo 50 µl do inóculo bacteriano, preparado anteriormente em meio líquido, em caldo BHI (Brain Heart Infusion). As bactérias selecionadas foram o *S. aureus*, cepa padrão(ATCC -25923) e *K. pneumoniae* cepa padrão(ATCC – CCBH11408). Os ensaios foram incubados a 37°C durante 48 horas. A leitura foi realizada visualmente, pela ausência ou presença de crescimento bacteriano através de turvação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados demonstraram uma eficiência do óleo essencial de alecrim sobre as linhagens ensaiadas, principalmente sobre a *K. pneumoniae*, ao verificar crescimento bacteriano apenas na 9ª concentração; Já no *S. aureus*, após a 2ª diluição observou-se turvação. Segundo Porte, *et al*, 2001, as propriedades estudadas do *Rosmarinus officinalis* L. podem ser atribuídas aos compostos químicos, produtos secundários do metabolismo, gerados durante seu desenvolvimento. Silva, *et al*. (2008), citou que o óleo essencial de alecrim é constituído por hidrocarbonetos mono-terpênicos, ésteres terpênicos, linalol, verbinol, terpineol, 3-octanona e acetato de isobornila. Os terpenoides são representados pelo carnosol, ácidos carnosílico, oleânico, ursólico. Utilizado para tratamento de enxaquecas, cansaço mental, gripe, entre outros.

CONCLUSÃO:

Através desse projeto, pode-se observar a ação antibacteriana do óleo essencial de *Rosmarinus officinalis* L. sobre a *K. pneumoniae* até a concentração de 0,125% mostrando maior sensibilidade, do que o *S. aureus*, já que sua concentração inibitória mínima foi de 8%.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS por disponibilizar os laboratórios, ao Professores Alexandre Bittencourt e Fernanda Fernandes por incentivar e apoiar o projeto e Isabel Rocha que auxiliou nas práticas laboratoriais.

BIBLIOGRAFIA:

[1] JUNIOR, Valdir F. V.; PINTO, Angelo C.; MACIEL, Maria A. M.; PLANTAS MEDICINAIS: CURA SEGURA?. *Quim. Nova*, Vol. 28, 2005. [2]PORTE, A.; GODOY, R. L. O. Alecrim (*Rosmarinus Officinalis* L.): Propriedade Antimicrobiana e Química do Óleo Essencial. *Boletim CEPPA*, 2001. [3]. BARBOSA, V. et al. Avaliação da atividade antibacteriana do óleo essencial de *Rosmarinus officinalis* L. E tintura de própolis frente a bactéria causadora da acne *Propionibacterium acnes*. *Rev.Bras.PI.Med*, Campinas, v.16, n.2, 2014; [4] SILVA, M. S. A. et al. Atividade antimicrobiana e antiaderente in vitro do extrato de *Rosmarinus officinalis* Linn. sobre bactérias orais planctônicas. *Rev. Bras. Farmacogn.*, João Pessoa, abr./jun. 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

SINTOMAS PRÉ-COMPETITIVOS EM ESPORTISTAS DE 12 E 17 ANOS.

Reges Ferreira DA SILVA(regesejc@hotmail.com)¹ Roberta Duarte VERAZZANI², Hely Toledo LOQUE³
(helyprofessor@gmail.com)

1 Graduando Licenciatura em Educação Física. 2 Graduanda Bacharelado em Educação Física 3 Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chaves: Sintomas, Esporte, Educação Física.

INTRODUÇÃO:

O trabalho com indivíduos entre os 12 e 17 anos de vida, a chamada adolescência, constitui-se um desafio em especial para professores e treinadores de esportes coletivos, de um modo geral. Tal etapa da vida é marcada por transformações físicas e psicológicas que geram incertezas e conflitos sociais, sobretudo no âmbito familiar [1]. O Esporte, amplamente difundido e incentivado na referida faixa etária pelos benefícios psicofisiológicos e sociais decorrentes de sua prática, pode estar se tornando uma fonte de estresse para os jovens esportistas, sobretudo quando a atividade é praticada em caráter competitivo. Dessa forma, faz-se necessário investigar o nível de estresse pré-competitivo em adolescentes praticantes de esportes, sobretudo aqueles classificados como esportes coletivos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Afim de identificar o stress pré-competitivo de 50 futebolistas participantes da fase Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) 2015, foi utilizado o teste "Sport Competition Anxiety Test" (SCAT), desenvolvido por Martens (1977), traduzido e adaptado por De Rose Junior & Rosamilha (citado por De Rose Junior, 1985). Atendendo às necessidades do presente estudo, recorreu-se apenas às questões 2, 8, 11 e 12 do referido teste, após a coleta do termo de livre esclarecimento e autorização do professor responsável. O questionário foi respondido individualmente, vinte (20) minutos antes do início dos jogos referentes à fase de classificação.

	SENTE SE AGITADO		SENTEM DOR NO ESTOMAGO		FICAM TENSOS	
	DIFÍCIL	14%	DIFÍCIL	60%	DIFÍCIL	24%
Esportistas 12 a 14 anos	As vezes	68%	As vezes	20%	As vezes	58%
	Sempre	18%	Sempre	20%	Sempre	18%
	Difícil	25%	Difícil	5%	Difícil	3%
Esportistas 15 a 17 anos	As vezes	55%	As vezes	50%	As vezes	72%
	Sempre	30%	Sempre	45%	Sempre	25%

CONCLUSÃO:

Tendo em vista que a maioria dos futsalistas (58%) entre 12 a 14 anos afirma sentir-se tenso antes do jogo, bem como a grande maioria (72%) dos atletas entre 15 a 17, faz-se necessário um acompanhamento especializado desses jovens desportistas, sobretudo por parte de um psicólogo especializado na prática esportiva, na preparação para a disputa de competições à nível regional.

BIBLIOGRAFIA:

[1] (MARQUES et al., 2010 apud LIPP., 1984) LIMA, F.M. Correlação entre variáveis preditoras de estresse e o nível de estresse. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. De ROSE JUNIOR, D. Lista de sintomas de "stress" pré-competitivo infanto-juvenil: elaboração e validação de um

instrumento. Revista Paulista Educação Física, São Paulo, 12(2): 126-33, jul./dez. 1998.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

RELAÇÃO ENTRE A EFICÁCIA DA SUPERIORIDADE NUMÉRICA TEMPORAL E O RESULTADO DA PARTIDA NO PAN- AMERICANO JÚNIOR DE PÓLO AQUÁTICO MASCULINO-2014

Janaina Teixeira **SILVA** (IC – jana162015@gmail.com)¹, Samyra Tavora **CORREIA** (IC)¹, Marina Procópio de **LACERDA** (IC)¹ e Guilherme **TUCHER** (PQ)

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Pólo Aquático, fadiga, superioridade numérica.

INTRODUÇÃO:

No polo aquático a superioridade numérica temporal-situação em que uma equipe fica privada de um jogador durante 20 segundos, fruto de uma exclusão ou expulsão, pode influenciar no resultado da partida [1, 2]. O objetivo deste estudo foi avaliar a relação existente entre a eficácia das situações de superioridade numérica temporal (H+) com o resultado das partidas no Campeonato Pan-Americano Júnior de Pólo Aquático Masculino-2014.

MATERIAL E MÉTODOS:

Analisamos 36 Jogos do Campeonato Pan Americano Júnior Masculino-2014. Classificamos as equipes em “perdedoras” ou “vencedoras” de acordo com o Resultado da Partida (RP). Por meio da quantidade de situações de superioridade numérica temporal (H+) e os gols alcançados nessa situação, obteve-se o Índice de Eficácia da Superioridade Numérica Temporal (IEH+). O IEH+ foi considerado “baixo” quando até 25% das situações de H+ foram convertidas em gol. Considerado “médio” quando a eficácia ficou entre 26% e 50%. Considerado como “alto” quando houve conversão em gol maior que 51%. O teste Qui-quadrado testou a relação entre RP e IEH+. Considerou-se $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ocorreram 478 situações de H+, o equivalente a $14,48 \pm 3,89$ (7-22; Med = 14) situações de H+ por jogo. Foram realizados 154 gols em H+. A média de gols em H+ por partida foi $4,66 \pm 2,30$ (1-10; Med = 4,0). A Tabela 1 apresenta a relação entre as variáveis avaliadas. Quando o IEH+ é baixo, 67,9% das equipes perderam e somente 32,1% venceram. Quando o IEH+ é médio ou alto, em 51,9% e 90,9% dos casos, respectivamente, as equipes venceram. Destacando que mesmo nas equipes vencedoras, a maior parte do IEH+ enquadrou-se como médio (42,4%). E somente cerca de 30,3% das vezes o IEH+ foi alto. Considerando as equipes, independentemente do resultado da partida, percebemos que na maior parte das vezes o IEH+ foi classificado como baixo (42,4%) ou médio (40,9%).

Tabela 1. Relacionamento entre o Resultado da Partida (RP) e o Índice de Eficácia da Superioridade Numérica (IEH+).

Resultado da Partida	Critério de Avaliação	Índice de Aproveitamento da Superioridade Numérica (IEH+)			
		Bai	Méd	Al	Total
Per	Frequência	19	13	1	33
	% Grupo	57,6	39,4	3,0	100,0
	% no IEH+	67,9	48,1	9,1	50,0
	% do total	28,8	19,7	1,5	50,0
Venc	Frequência	9	14	10	33
	% Grupo	27,3	42,4	30,3	100,0
	% no IEH+	32,1	51,9	90,9	50,0
	% do total	13,6	21,2	15,2	50,0
Total	Frequência	28	27	11	66
	% dentro Grupo	42,4	40,9	16,7	100,0
	% no IEH+	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do total	42,4	40,9	16,7	100,0

Per = perdedor; Venc = vencedor; Bai = baixo, Méd = médio; Al = alto

O teste Qui-quadrado associou RP e o IEH+, $\chi^2 (2) = 10,97$ ($p = 0,003$). Podemos afirmar a eficácia de H+ tem efeito significativo no resultado da partida.

CONCLUSÕES:

Concluimos que as situações de H+ são um dos pressupostos de jogo a explorar visando à obtenção de gols pelas equipes [4]. Mas precisamente no que se referem aos valores do IEH+ foi médio e alto nas equipes que venceram a partida, principalmente quando este valor do IEH+ foi médio. Onde as equipes devem buscar obter o valor médio nas situações de IEH+ para obter melhores resultados nas partidas futuras.

BIBLIOGRAFIA:

[1] STEWART, A. M.; HOPKINS, W. G. Seasonal training and performance of competitive swimmers. *Journal of Sports Sciences*. v. 18, n. 11, p. 873-884, 2000. [2] SILVA, A. J. ET AL. Pólo aquático: descrição técnica, modelo de ensino e regulamento desportivo. Vila Real: UTAD, 2004. [3] BAKER, J.; HORTON, S.; ROBERTSON-WILSON, J.; WALL, M. Nurturing sport expertise: factors influencing the development of elite athlete. *Journal of Sports Science and Medicine*. v. 2, n. 1, p. 1-9, 2003. [4] SARMENTO, J. P. O Jogo e o Jogador de Pólo Aquático Português. Dissertação (Doutorado em Ciências do Desporto). FCDEF-UP. Porto, 1994.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00- 2- Educação Física

RELAÇÃO DESCRITIVA ENTRE A QUALIDADE DO SONO E A SENSAÇÃO DE FADIGA DE NADADORES DURANTE O MACROCICLO DE TREINAMENTO

Janaina Teixeira SILVA (IC – jana162015@gmail.com)¹, Samyra Tavora CORREIA (IC)¹, Marina Procópio de LACERDA (IC)¹ e Guilherme TUCHER (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Natação, qualidade do sono, fadiga.

INTRODUÇÃO:

Os atletas são expostos a vários tipos de estímulo durante seus treinamentos. Alguns destes estímulos podem exceder a condição atual de adaptação do organismo e produzir fadiga- alterando, conseqüentemente, o funcionamento de outros sistemas biológicos [1]. Assim, o objetivo do presente estudo foi relacionar descritivamente a qualidade do sono e a sensação de fadiga de nadadores durante seu macrociclo de treinamento.

MATERIAL E MÉTODOS:

Avaliamos oito nadadores federados (FARJ) com idade de $15,13 \pm 1,55$ anos. O experimento durou 15 semanas e foi realizado registro diário do comportamento da qualidade do sono (profundo, normal ou sem relaxamento) e a sensação de fadiga (muito cansado, cansado, normal ou totalmente recuperado) pelos próprios atletas [2]. A estatística descritiva mostrou o comportamento das variáveis analisadas durante o experimento. A função *crosstab* verificou o percentual de associação das variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Tabela 1 é apresentada a relação da qualidade do sono com a sensação de fadiga durante o macrociclo de treinamento. Os valores encontrados apontam que há relação entre a fadiga no pós-treino e a qualidade de sono dos atletas. A condição de sono sem relaxamento sempre aconteceu (100%) quando os atletas se sentiam cansados no pós-treino. Por outro lado, o sono profundo aconteceu com mais frequência quando a fadiga foi classificada como normal (59,6%). De qualquer forma, para qualquer condição de fadiga apresentada pelos atletas no pós-treino, o sono profundo foi o que mais aconteceu.

Tabela 1 – Relação entre a qualidade do sono e a sensação de fadiga dos atletas avaliados.

Qualidade do Sono	Sensação de Fadiga				
	MC	C	N	TR	T2
Sem relaxamento					
QS (%)	0.0	100.0	0.0	0.0	100.0
SF (%)	0.0	4.2	0.0	0.0	1.0
T1 (%)	0.0	1.0	0.0	0.0	1.0
Normal					
QS (%)	0.0	40.0	40.0	20.0	100.0
SF (%)	0.0	8.3	3.3	5.6	4.8
T1 (%)	0.0	1.9	1.9	1.0	4.8
Profundo					
QS (%)	2.0	21.2	59.6	17.2	100.0
SF (%)	100.0	87.5	96.7	94.4	94.3
T1 (%)	1.9	20.0	56.2	16.2	94.3
T3					
QS (%)	1.9	22.9	58.1	17.1	100.0
SF (%)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
T1 (%)	1.9	22.9	58.1	17.1	100.0

QS (%) = percentual relativo à qualidade do sono para o critério de qualidade do sono (linha horizontal); SF (%) = percentual relativo à sensação de fadiga para o critério de sensação de fadiga (linha vertical); MC = muito cansado C = cansado N = normal TR = Totalmente recuperado T = total; T1 (%) = Divisão percentual do critério da linha (horizontal) para cada critério da coluna (vertical);

T2 (%) = Contribuição relativa percentual de cada critério da linha; T3 (%) = Contribuição relativa percentual de cada critério da coluna.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que há uma relação entre a fadiga no pós-treino dos nadadores e a qualidade de sono. O treinamento de um atleta deve desenvolver aspectos fisiológicos específicos do rendimento. Para que isso aconteça o atleta se encontra constantemente em condição de fadiga. Nesse sentido, os meios gerais e específicos de recuperação são importantes para a progressão do rendimento do nadador [3]. A atividade física é um dos componentes reguladores do sono, daí a influencia do treino na qualidade do sono-positiva ou negativamente. O sono é importante na recuperação das funções fisiológicas e neurobiológicas necessárias para a manutenção da saúde física e cognitiva do individuo [4].

BIBLIOGRAFIA:

[1] BOMPA, T. O. A periodização no treinamento esportivo. Manole, 2001. [2] BOMPA, T. O. Periodização: teoria e metodologiadado treinamento. São Paulo: Phorte, 2002. [3] FARTO, E. R. Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica. São Paulo: Phorte, 2010. [4] BERTOLAZI, A. N. Tradução, Adaptação Cultural e Validação de Dois Instrumentos de Avaliação do Sono: escala de sonolência de epworth e índice de qualidade de sono de pittsburgh. Porto Alegre, 2008. 93 P. Dissertação (Mestrado em Medicina) Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Medicina.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00- 2- Educação Física

EVOLUÇÃO NO DESEMPENHO NOS 100 M NADO LIVRE DE NADADORES BRASILEIROS AO LONGO DA FORMAÇÃO ESPORTIVA

Janaina Teixeira **SILVA** (IC – jana162015@gmail.com)¹, Samyra Tavora **CORREIA** (IC)¹, Marina Procópio de **LACERDA** (IC)¹ e Guilherme **TUCHER** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Treinamento Esportivo, Treinamento em Longo Prazo, Natação.

INTRODUÇÃO:

Considerando o período de formação de atletas jovens, variáveis como crescimento, maturação e desenvolvimento exercem ampla influência e dificultam o entendimento dos reais motivos que levam a melhora no desempenho esportivo [1]. Assim, o objetivo do estudo foi investigar a evolução no desempenho nos 100 m nado livre de nadadores brasileiros ao longo de sua formação esportiva.

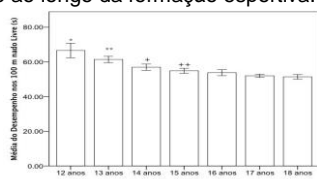
MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados atletas brasileiros do sexo masculino que no ranking 2013 da FINA estavam listados entre o TOP-100 na prova dos 100 m nado livre. Foi obtido junto a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos o histórico de desempenho destes atletas dos 12-18 anos. Deu-se preferência ao desempenho em piscina de 50 m. Na inexistência dessa informação, optou-se pelo melhor desempenho em piscina de 25 m. Realizou-se Anova One Way para medidas dependentes com teste post hoc de Tukey e $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foi encontrado efeito do período de formação esportiva no desempenho nos 100 m nado livre, $F(6,37) = 56$, $p < 0,01$, $\omega = 0,88$. A evolução no desempenho e as diferenças significativas podem ser observada na figura 1. Existe uma tendência linear significativa $F(1,37) = 329$, $p < 0,01$, indicando que a medida que os indivíduos ficam mais velhos, o tempo de realização dos 100 m livre diminui.

Figura 1 - Evolução no desempenho nos 100 m nado livre ao longo da formação esportiva.



* diferença significativa no desempenho dos 12 anos para as demais idades. ** diferença significativa no desempenho dos 13 anos para as demais idades. + diferença significativa no desempenho dos 14 anos para os 16, 17 e 18 anos. ++ diferença significativa no desempenho dos 15 anos para os 17 e 18 anos.

Os processos relativos ao crescimento, desenvolvimento e maturação afetam a forma como as crianças desenvolvem diferentes atividades e habilidades. Além disso, há grande variação entre crianças da mesma idade [2,3]. Assim, o treinamento de crianças e jovens consiste em um processo sistemático em longo prazo. Era de se esperar que o desempenho melhorasse ao longo do período de formação esportiva dos atletas – com os piores desempenhos próximos dos 12 anos e os melhores próximos da idade adulta. Se o

treinamento for programado em longo prazo, deve-se respeitar as características de cada faixa etária para que o treino torne-se adequado. Aos 12 anos ocorre o refinamento motor básicos, pelo contato com vários movimentos, porém sem qualidade [4]. Os 13 anos iniciam-se a automatização motora, melhorando a execução e coordenação. Dos 14 para os 16 anos, é o auge do desenvolvimento e prática motora. Dos 15 para os 17 anos, finaliza-se o desenvolvimento das capacidades físicas e há melhora no recrutamento neuromuscular-concretizando o potencial técnico, tático e psíquico do jovem atleta.

CONCLUSÕES:

Os fatores relacionados ao desenvolvimento, crescimento e maturação estão diretamente ligados a melhora do desempenho esportivo ao longo das idades estudadas. O treinamento esportivo bem conduzido pode levar o jovem atleta a alcançar desempenho esportivo superior na idade adulta.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MALINA, R. M.; BOUCHARD, C.; BAR-OR. O crescimento, maturação e atividade física. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2009. [2] BARBANTI, V. J. Dicionário de educação física e do esporte. São Paulo: Manole, 1994. [3] KARLBERG, P.; TARANGER, J. Somatic development: an introduction. Acta Paediatrica Scandinavica Supplement. v. 65, n. 258, p. 6-5, 1976. [4] GREGO, P. J.; BRENDA, R. N. Iniciação esportiva universal. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00- 2- Educação Física

EFEITO DE UM PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL NA MELHORA DOS NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA

Marina Procópio de LACERDA(IC), Janaína TEIXEIRA(IC), Samyra Tavora CORREIA (IC), Fabiano Guimaraes Novaes GOMES (PQ)

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

PALAVRAS CHAVE: Ginastica laboral, flexibilidade, qualidade de vida.

INTRODUÇÃO:

O trabalho em pequenas e grandes empresas e multinacionais vem causando lesões, dores, inflamações, maus estares, àqueles que trabalham produzindo movimentos repetitivos, pegando peso, permanecendo por muito tempo na mesma posição. No intuito de diminuir esses agravantes provocados pelo trabalho, em 12 de julho de 1949, foi criada a ergonomia (definida como um conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem, necessários à concepção de máquinas, dispositivos e ferramentas que possam ser utilizados com o máximo de segurança, conforto e eficiência) em prol da saúde dos trabalhadores. (TESSMANN, 2011). Lima (2004) conceitua a ginástica laboral como uma prática de exercícios físicos, realizada de forma coletiva, durante a jornada de trabalho, com o intuito de prevenção de doenças ocupacionais e promoção do bem-estar individual, através da consciência corporal. A ginástica laboral compreende exercícios específicos de alongamento, de fortalecimento muscular, de coordenação motora e de relaxamento, realizados em diferentes setores ou departamentos da empresa (OLIVEIRA, 2006), visando melhorar a postura, dores músculo-articulares, bem como a redução do encurtamento muscular e tendinoso pela melhora da flexibilidade (KONRATH, 1999). Este estudo teve como foco principal analisar as alterações na flexibilidade dos funcionários de uma empresa de energia – em Cataguases – MG; a partir da prática da ginástica laboral para promoção da saúde e qualidade de vida.

MATERIAL E MÉTODOS:

O estudo utilizou uma amostra, composta por 50 funcionários que realizaram um programa de ginástica laboral, que foi aplicado durante quinze minutos, três vezes por semana em um período de seis meses. O teste de "Sentar e Alcançar" foi utilizado para avaliar a flexibilidade. Os avaliados fizeram esse teste em duas etapas distintas, uma no início do procedimento e outra no final. Para análise estatística, foi realizado o teste t Student, considerando um nível de significância de 5%.

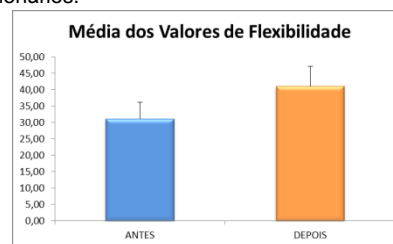
RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Pode-se então, constatar que houve melhora significativa ($p < 0,01$) do percentual da flexibilidade antes e depois do programa de ginástica laboral. Através da análise da Figura 1, percebe-se que houve uma melhora significativa entre o nível de flexibilidade antes e após as aulas de ginástica laboral ($p < 0,01$). Tal resultado vem corroborar as observações encontradas sobre os benefícios dos exercícios de alongamento na redução e/ou eliminação de encurtamentos do sistema muscular e tendinoso, nódulos musculares, diminuição do risco de lesões musculares,

aumento do relaxamento muscular, melhora na coordenação e postura estática e dinâmica, (COUTO, 1998). Os resultados levam a crer que ocasionaram alterações importantes na flexibilidade, (MARTINS, 2000).

CONCLUSÃO:

Os exercícios realizados durante a ginástica laboral podem promover incentivo a prática regular de atividades físicas, prevenção de lesões, dores corporais fortes, atrofia musculares, dores articulares provocadas pela função exercida no trabalho, melhora na saúde e qualidade de vida dos funcionários.



*Diferenças estatisticamente significativa ($p=0,01$)

Gráfico 1 – Média dos valores de flexibilidade (cm), antes e após as aulas de ginástica laboral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVAREZ, B. R. Estilo de Vida e Hábitos de Lazer de Trabalhadores, após 2 anos de aplicação de programa de ginástica laboral e saúde caso – Intelbras. 2002. 185f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2002. BADARO, A.F. VIERO; SILVA, A. HUBER; BECHE, D. Flexibilidade versus alongamento: esclarecimento as diferenças. Saúde, Santa Maria, vol 33, n 1: p 32-36, 2007. BRITO, É. C. O.; MARTINS, C. O. Percepções dos participantes de programa de Ginastica Laboral sobre flexibilidade e fatores relacionados a um estilo de vida saudável. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/408/40824829008.pdf>. Acessado em 25 de set. de 2013.

CONCEITOS SOBRE ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERCEPÇÃO DO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Reges Ferreira Da **SILVA** (regesejc@hotmail.com)¹; Paulo Henrique Ferreira de **MATOS**¹; Hely Toledo **LOQUE**²
(helyprofessor@hotmail.com)

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chaves: Percepção, Esporte, Educação Física.

INTRODUÇÃO:

Sem sombra de dúvidas, o esporte configura-se como um dos mais importantes fenômenos sociais ocorridos nos últimos tempos^[1], fatores como o aumento considerável do número de praticantes bem como o surgimento ininterrupto de novas modalidades esportivas, sob diferentes perspectivas, reforçam a relevância do esporte como uma poderosa instituição na sociedade atual. Nessa perspectiva, a Educação Física configura-se de forma indissolúvel ao esporte, propiciando assim o entendimento de Educação Física e Esporte como sinônimas. Muitas vezes o aluno conclui o ensino médio sem uma clareza sobre o real significado acerca de Esporte e Educação Física, bem como as relações que se estabelecem entre ambos. Desta forma, o presente estudo buscou analisar o entendimento dos alunos do ensino fundamental acerca do Esporte e da Educação Física. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e análise de um questionário semi-estruturado direcionado a 100 alunos regularmente matriculados no ensino fundamental de escolas públicas das cidades de Carangola/MG e Divino/MG.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

DESENVOLVIMENTO:

Dentre os alunos questionados (73%) percebem a Educação Física como prática desportiva. Os demais sujeitos (27%), ainda que tenha afirmado diferenças entre os dois campos de atuação, não conseguiram apresentar argumentação no sentido de evidenciar tal afirmação. Geralmente o aluno ingressa na escola com uma concepção baseada no senso comum acerca da Educação Física e dos conteúdos pertencentes a mesma. Em sua quase totalidade, (90%) os entrevistados percebem a relevância da Educação Física como componente curricular e demonstraram prazer pela prática desportiva oportunizada nas aulas de Educação Física escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

: O entendimento acerca do significado, diferenças e relações que se estabelecem entre Esporte e Educação Física seja no âmbito da escola ou fora dela se fazem essenciais ao aluno ou mesmo o praticante de uma dada atividade física no sentido de desmistificar e mesmo romper estereótipos acerca de diferentes aspectos que integram a Educação Física enquanto área de intervenção.

BIBLIOGRAFIA:

[1] TUBINO, Manuel J. G. O que é esporte? São Paulo: Brasiliense, 1999. PAES, R.R. Educação física escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. MOLINA NETO, V. A prática do esporte nas escolas de 1º e 2º graus. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

COMPARAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ANSIEDADE EM PRATICANTES DE FUTSAL E HANDEBOL.

Reges Ferreira Da SILVA¹ (regesejc@hotmail.com) Rebecca Dias NICOLAU (IC)² Luiz Felipe da Silva COUTO³ (IC) Hely Toledo LOQUE⁴ (helyprofessor@gmail.com)

1 Graduando Licenciatura em Educação Física. 2,3 Graduandos Bacharelado em Psicologia 4 Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chaves: Ansiedade, Handebol, Futsal.

INTRODUÇÃO:

Os estudos acerca da ansiedade pré-competitiva e suas consequências vem se tornando cada vez mais frequentes, sobretudo com a expansão da psicologia esportiva, sobretudo por se tratar de um aspecto interveniente no desempenho esportivo, seja em alto nível ou até mesmo em competições de várzea, afetando assim todos os sujeitos envolvidos no desporto^[1]. A extensão na qual a ansiedade se manifesta durante uma partida relaciona-se com a pressão imposta pela competição, seja intrínseca ou extrínseca, bem como ao nível de habilidade do atleta no esporte a ser praticado^[2]. Assim sendo, o presente estudo comparou o nível de ansiedade entre as duas modalidades desportivas mais praticadas nas aulas de Educação Física escolar, nomeadamente o handebol e o futsal.

148-214. [2] SINGER, R. N. Psicologia dos esportes. São Paulo: Harbra, 1977. 116 p. MADEIRA, M. et al. (1976). Influência da ansiedade na atenção concentrada. *Psico*, 10, 40-51.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

MATERIAIS E MÉTODOS:

A amostra foi composta por 24 jovens atletas do sexo masculino 12 a 14 que participaram da fase Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), edição de 2015. Foram selecionados 12 futsalistas inscritos por uma equipe e 12 praticantes de handball, todos pertencentes à mesma equipe. Utilizou-se o teste "Sport Competition Anxiety Test" (SCAT), desenvolvido por Martens (1977), traduzido e adaptado por De Rose Junior & Rosamilha (citado por De Rose Junior, 1985). Após a coleta do termo de livre esclarecimento e autorização junto aos professores responsáveis, a amostra respondeu ao questionário individualmente.

Ansiedade	Futsal	Handebol
Baixa	23%	9%
Média Baixa	25%	25%
Média	35%	42%
Média Alta	17%	9%
Alta	0%	17%

CONCLUSÃO:

Apesar da similaridade entre os percentuais, foram encontrados diferenças significativas no que se refere a ansiedade pré-competitiva entre os praticantes das duas modalidades. Destaca-se, sobretudo, o fato de nenhum futsalista apresentar alto nível de ansiedade, em contrapartida aos handebolistas, onde 17% dos praticantes apresentaram altos índices de ansiedade. Tal constatação pode ter relação com o fato de serem ofertadas mais competições de Futsal do que de Handebol, uma vez que a maior experiência em competições esportivas tende a diminuir a ansiedade pré-competitiva dos atletas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CRUZ, J. Stress e ansiedade na competição desportiva: natureza, efeitos e avaliação. In: CRUZ, J. (Ed.). Manual de Psicologia do Desporto. Braga: SHO, 1996b. p.

ANSIEDADE PRÉ-COMPETITIVA VERSUS RESULTADOS NO FUTSAL

Reges Ferreira **DA SILVA**¹ (regesejc@hotmail.com) Rebecca Dias **NICOLAU**² (rebecca-dias@hotmail.com) Luiz Felipe da Silva **COUTO**³ (luiz23felipe@yahoo.com.br) Hely Toledo **LOQUE**⁴ (helyprofessor@gmail.com)

1 Graduando Licenciatura em Educação Física. 2,3 Graduandos Bacharelado em Psicologia 4 Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chaves: Ansiedade, Futsal, Resultados.

INTRODUÇÃO:

Na busca por melhores resultados e performance, seja no âmbito do auto rendimento ou até mesmo em competições escolares, é imprescindível desenvolver nos atletas os aspectos físicos, técnicos e táticos, em qualquer modalidade esportiva coletiva. Porém, o desempenho desses aspectos, mesmo que devidamente treinados e condicionados, sofrem interferência do estado psicológico dos atletas em questão. A ansiedade em um praticante de Futsal pode interferir no plano tático ao induzir o atleta a tomar uma decisão errada em um momento decisivo da partida, no plano técnico através de espasmos musculares e no seu desempenho físico ao gerar taquicardia, prejudicando a absorção de oxigênio, por exemplo. [1] É imprescindível ressaltar que a ansiedade pode manifestar-se de duas formas: ansiedade de estado e ansiedade de traço. Ansiedade de estado refere-se a uma reação ou resposta emocional que é evocada em um indivíduo que percebe uma situação particular como pessoalmente perigosa ou ameaçadora. Já a ansiedade de traço é uma característica estável do indivíduo. [2] Independente da forma como se apresenta, se não for bem controlada através de tratamento terapêutico e até mesmo medicamentoso em casos mais severos, ambas formas de manifestação da ansiedade são prejudiciais não só ao desempenho esportivo de jogadores de Futsal, mas também à saúde dos mesmos. Assim sendo, faz-se relevante identificar a ansiedade pré-competitiva de praticantes de Futsal de nível escolar de 12 a 17 anos e relacionar sua incidência com a participação dos mesmos na competição.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi utilizado o "Sport Competition Anxiety Test" (SCAT) desenvolvido e validado por Martens (1977) após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, bem como a autorização do professor e do responsável legal em 20 atletas, que competiram na modalidade Futsal na etapa Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais 2015, em Ponte Nova-MG. De acordo com o SCAT, os esportistas deveriam responder ao teste optando por **A** se sua escolha for **Difícilmente**; marque **B** se a escolha for **Às Vezes** ou marque **C** se a escolha for **Sempre**. Que seguia com a informação que "não havia resposta certa ou errada". O teste foi aplicado individualmente em 20 alunos/atleta, com vinte minutos (20) de antecedência de início dos jogos, utilizando papel e caneta, podendo tirar dúvidas sobre a aplicação do teste a qualquer momento. Os resultados do teste foram comparados com os resultados dos jogos, documentados através das súmulas de jogo.

RESULTADOS

	Ansiedade Baixa/Media Baixa	Media/Media alta/ Alta
Alunos que fizeram gol.	15%	10%
Alunos a divertidos com cartões	12%	17%

Observou-se que 15% dos esportistas que apresentaram ansiedade classificada como Baixa/Media e Baixa anotaram gols durante as partidas. 10% dos esportistas que apresentaram ansiedade classificada como Media/Media alta/Alta fizeram gols. 12% dos esportistas que estavam com a ansiedade Baixa/Media Baixa foram advertidos cor cartões. 17% dos esportistas que estavam com a ansiedade Media/Media alta/ Alta foram advertidos cor cartões.

CONSIDERAÇÕES:

Com base nos resultados é possível afirmar que os atletas que apresentaram escores de ansiedade estado está Baixo/Media Baixo apresentaram desempenho individual melhor que os classificados nos demais escores, sendo inclusive menos advertidos por conduta disciplinar (cartões amarelos e vermelhos) durante as partidas analisadas.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] HARRIS, D.V.; HARRIS, B.L. Psicologia del deporte: integracion mente-cuerpo. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1987
- [2] SINGER, R. N. Psicologia dos esportes. São Paulo: Harbra, 1977. 116 p.
- SPIELBERGER, C. D. (1981). *Tensão e ansiedade*. São Paulo: Hasper & Row do Brasil.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM EM IDOSAS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA DA CIDADE DE ERVÁLIA- MG

Janaina Teixeira da **SILVA** (IC – jana162015@gmail.com)¹, Samyra Tavora **CORREIA** (IC)¹, Marina Procópio de **LACERDA** (IC)¹ e Carla Beatriz da Silva **RAFAEL** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Praticantes de Atividade Física, Idosos, Autoestima e Autoimagem.

INTRODUÇÃO:

A participação regular em exercício e atividade física é sugerida como meio de proporcionar benefícios psicológicos e sociológicos para o idoso [1]. Neste sentido buscamos investigar se houve melhora na autoestima e autoimagem de idosas que praticam aulas de hidroginástica há mais de três meses.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa ocorreu em julho de 2014, com amostra inicial de 30 senhoras, da cidade de Ervália- MG. Verificamos a data de matrícula das alunas nas aulas e aplicamos o termo de consentimento e posteriormente o questionário Autoestima e Autoimagem de Steglich. As aulas eram semanais, com a duração de 50 minutos. Excluímos 10 questionários que não foram respondidos por completo, obtendo um total de 20 questionários aptos à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O envelhecimento, processo que se inicia aos 40 anos e se intensifica aos 60 anos, é um processo dinâmico, progressivo e irreversível, no qual interagem aspectos biológicos, psíquicos e sociais, em maior ou menor intensidade, individualizando o mesmo [2]. Temos a autoimagem como percepção que a pessoa tem de si, somada aos pensamentos acerca de sentimentos e relações do indivíduo com outras pessoas [3]. Já a autoestima é o valor que o indivíduo atribui as suas características peculiares, atributos e limitações [4].

Tabela 1. Relação entre a autoestima e o valor encontrado.

Autoestima		
Alta	164 - 205 pts	20%
Baixa	41 – 163 pts	80%

Fonte: Quantitativo entre a autoestima ideal e das participantes da pesquisa.

Tabela 2. Relação entre a autoimagem e valor encontrado.

Autoimagem		
Alta	148 a 185 pts	45%
Baixa	37 a 147 pts	55%

Fonte: Quantitativo entre a autoimagem ideal e das participantes da pesquisa.

Os valores encontrados da autoestima são iguais ao estudo publicado por Nascimento e Doimo, 2010 [5]. A autoimagem é baixa, porém, estes valores estão próximos da normalidade ao observarmos o ponto de corte e a classificação pelo protocolo Steglich, que avalia as variáveis e categorias da autoimagem, como alta ou baixa, dos valores máximos e mínimos do intervalo para classifica-lá [6].

CONCLUSÕES:

Os dados mostram que não houve correlação entre o tempo de prática das aulas de hidroginástica com melhora na autoestima e autoimagem. Observamos que a autoestima e autoimagem estão baixas, uma vez que a autoestima baixa é maior que a autoimagem. Isso demonstra que a autoestima possui outros fatores de interferência além da autoimagem, pelo próprio conceito adotado. Talvez ainda, por termos levado em conta um período pequeno, apenas três meses, a redução no número da amostragem, de 30 para 20 idosas e por outros fatores relacionados a individualidades e ao motivo que as levou a procurarem as aulas de hidroginástica. Torna-se necessário um estudo maior do assunto.

REFERÊNCIAS:

[1] BOZOIAN, S.; REJESKI, W. J.; MCAULEY, E. Influências de auto-eficácia sentindo estados associados ao exercício agudo. *Journal of Sport and Exercise Psychology*. v. 16, p. 326-333, 1994. [2] LITVOC, J.; BRITO, C. Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004. [3] GOUVEIA, V. V.; SINGELIS, T. M.; GUERRA, V. M.; SANTOS, W. S.; VASCONCELOS, T. C. Autoimagem e sentimento de constrangimento. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, p. 231-241, 2005. [4] GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 3a. Ed. São Paulo: Phorte, 2006. [5] DOIMO, L. A.; NASCIMENTO, L. C. Autoestima, autoimagem e senso de auto-eficácia: o processo de Enfrentamento da velhice em grupos ginástica da terceira idade. *Revista ENAF Science*. Belo Horizonte. v. 5, p. 41-47, 2010. [6] MAZO, G. Z.; CARDOSO, F. L.; AGUIAR, D. L. Programa de hidroginástica para idosos: motivação, autoestima e autoimagem. *Revista Brasileira de Cineantropometria Desempenho Humano*. São Paulo. v. 8, p. 67-72, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00- 2- Educação Física

ANÁLISE SOBRE O QUANTITATIVO DE ALUNOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA FORMADOS EM LICENCIATURA QUE VOLTARAM À FACULDADE PARA COMPLEMENTAR COM BACHARELADO.

Patrícia Penna **COUTO** (IC- patricia.couto@live.com)¹, Mirelle Nunes **CAETANO** (IC)¹, Tatiane Aparecida Pereira e **SILVA** (IC)¹, Carla Beatriz da Silva **RAFAEL** (IC) ²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Educação Física, Licenciatura, Bacharelado

INTRODUÇÃO:

A preparação profissional em Educação Física passou por mudanças profundas (GHILARD, 1998). Com a criação do Bacharelado em algumas instituições, houve uma reformulação nos currículos dos cursos de preparação profissional em Educação Física, havendo a diferenciação e a separação do Licenciado (professor) do Bacharel (profissional), visando atender, do ponto de vista profissional, às necessidades do mercado e da sociedade, ou seja, professores ligados à Educação Física escolar e profissionais ligados a programas de atividade física no atendimento de diferentes necessidades da população (GHILARD, 1998). O bacharelado e a licenciatura são programas distintos, preparando profissionais com perfis diferentes, mas com possibilidade de complementação de estudos (BARROS, 1995), devido isso, vários profissionais tem voltado às instituições de ensino para complementar seu curso, podendo assim trabalhar nas duas áreas de atuação. O objetivo deste estudo é identificar o porquê da escolha do curso de Educação Física e o retorno à faculdade para complementar a graduação. Pretende – se também fazer uma análise sobre as principais áreas de atuação e as almeçadas após o término da segunda graduação.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foram convidadas a participar deste estudo 25 (vinte e cinco) pessoas formadas no curso de Licenciatura em Educação física na FAMINAS- Faculdade de Minas de Muriaé e que estão cursando Bacharelado na turma de 7º período. O questionário foi aplicado na FAMINAS e cada aluno respondeu individualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Questionados ao motivo da escolha dos estudantes pelo curso de educação física, a maioria deles 80% escolheu o curso por gostar de praticar atividade física, 16% por outros motivos e apenas 4% pelo custo X benefício. Sobre a complementação do curso com o bacharelado, 40% já atuam na área de bacharel, 36% visam o aumento do retorno financeiro, 20% pretendem ampliar o conhecimento e 4% por outros motivos. Perguntados sobre a área de atuação no momento do estudo, 36% já trabalham em academias, 28% deles atuam em escolas e academias, 24% somente em escolas e 12% não atuam na área. O mesmo foi observado em estudo de Picolli e Menezes (2006) que buscava saber o perfil dos egressos do curso de Educação Física do curso Universitário Feevale, e neste apenas 21,5% dos sujeitos investigados atuavam na escola e 84,6%, em outras atividades. Questionados sobre a área que pretendem atuar ao terminar a segunda graduação, 60% deles querem trabalhar em academias, 20% pretendem atuar em mais de

uma área citando academias e escolas, 12% citaram saúde pública e 8% somente em escolas.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que a Educação Física tem se caracterizado por um amplo e atrativo campo de trabalho. O esporte ainda parece ser o grande incentivador para a opção profissional de muitos jovens. O educador físico necessita ter uma visão ampla do mercado de trabalho que o cerca. Por isso a procura de vários profissionais para complementar seu curso, podendo assim atuar em mais de uma área. Porém, nota-se uma preferência ao treinamento físico e a atividade física voltada para a saúde, pois têm sido um campo de maior interesse atualmente.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BARROS, J. M. C. Educação Física na UNESP de Rio Claro: Bacharelado e Licenciatura. Revista Motriz. Rio Claro, vol. 1, no. 1, p. 71-80, jun.1995, [2] GHILARDI, R. Formação profissional em educação física: a relação teoria e prática. Revista Motriz. Rio Claro, vol. 4, no. 1, jun. 1998, [3] PICOLLI, J. C. J.; MENEZES, F. C. L. O perfil do egresso do curso de Educação Física do Centro Universitário Feevale. Revista Digital. Buenos Aires, vol. 11, no. 98, jul. 2006.

Área do Conhecimento (CNPq):

ANÁLISE DESCRITIVA DA PARTICIPAÇÃO COMPETITIVA DE NADADORES DE ELEVADO DESEMPENHO ESPORTIVO DURANTE SEU PERÍODO DE FORMAÇÃO

Janaina Teixeira **SILVA** (IC – jana162015@gmail.com)¹, Samyra Tavora **CORREIA** (IC)¹, Marina Procópio de **LACERDA** (IC)¹ e Guilherme **TUCHER** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Treinamento Esportivo, Formação Esportiva, Natação.

INTRODUÇÃO:

O treinamento de jovens é um processo em longo prazo e está relacionado ao desempenho na idade adulta [1]. Assim, o objetivo do estudo foi analisar descritivamente a participação competitiva de nadadores brasileiros de elevado desempenho nos 50 m nado livre durante sua formação esportiva.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados sete atletas brasileiros do sexo masculino que no ranking 2013 da FINA estavam listados entre o TOP-100 na prova dos 50 m nado livre. Foi obtido junto a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) o histórico dos atletas entre seus 12-18 anos, considerando este intervalo como o “período de formação esportiva” (PFE). O PFE foi dividido em 2 momentos, a saber: G1 (12 aos 15 anos; n = 19) e G2 (16 aos 18 anos; n = 20). Usou-se da estatística descritiva para o tratamento dos dados.

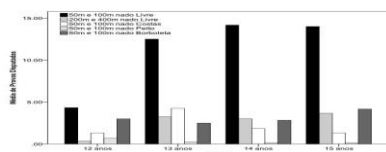


Gráfico 1 - Quantitativo médio de participação nos eventos competitivos em G1.

Observa-se que desde os 12 anos tem-se uma predominância competitiva nas provas mais curtas de nado livre, indicando uma possível especialização dos nadadores. Entretanto, a literatura recomenda que a especialização do jovem atleta aconteça após os 15 anos [2]. Para esta faixa etária a literatura recomenda uma participação variada em diversas atividades para criar uma base ampla e diversificada de movimentos. Mas por outro lado há uma tendência de se explorar as distâncias mais curtas porque o atleta ainda não domina por completo os quatro nados e consegue realizá-los nas distâncias maiores. O gráfico 2 apresenta o quantitativo médio de participação nos eventos competitivos em cada faixa etária de G2.

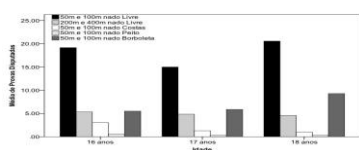


Gráfico 2 - Quantitativo médio de participação nos eventos competitivos em G2.

No Gráfico 2 percebe-se o aumento na participação das provas de 50-100 nado livre- possivelmente devido a um constante processo de especialização dos atletas. Menor

importância é dada ao nado livre nas distâncias maiores. Percebe-se ainda uma crescente participação nas provas de nado Borboleta, utilizadas possivelmente como um evento de preparação.

CONCLUSÕES:

Diversos fatores podem levar o atleta a se identificar com um nado e distância competitiva. Durante o processo de aprendizagem e iniciação ao treinamento na natação costuma-se privilegiar o nado de Crawl. A maior facilidade de aprendizagem deste nado associada à possibilidade de se nadar maiores distâncias, favorece que os jovens disputem essa prova desde cedo. Entretanto, pensando no processo de treinamento em longo prazo, deve-se buscar uma formação generalista do jovem atleta para que posteriormente a especialização esportiva aconteça sobre uma base sólida. De qualquer forma, devido ao elevado desempenho que estes atletas alcançaram na idade adulta, deve-se considerar que este parece ser um modelo adequado de formação de atletas velocistas para o nado crawl.

BIBLIOGRAFIA:

[1] WEINECK, J. Treinamento Ideal: Instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil. 9o edição, Manole. 1o edição brasileira, 2003. [2] CATTEAU, R. GAROFF, G. O Ensino da Natação. Ed. 3o. Manole. São Paulo. 1990.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00- 2- Educação Física

ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG

Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC – antoniosouza29@hotmail.com)¹; Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC)¹, Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Educação Física, ensino aprendizagem, professor.

INTRODUÇÃO:

A Educação Física possui um vasto conteúdo formado pelas diversas manifestações corporais criadas pelo ser humano ao longo dos anos. Como disciplina ela possibilita, espaços onde se pode dar início a mudanças significativas na maneira de se implementar o processo de ensino/aprendizagem, tendo em vista as diversas situações em que os fatos do cotidiano associados à cultura de movimentos podem ser utilizados como objetos para reflexão. [1] Para a educação, planejamento é um instrumento básico de todo o processo educacional, que estabelece e determina prioridades, organiza ações e meios necessários para a efetivação de metas e objetivos da educação (MENEGOLLA & SANT'ANNA, 2001). O presente estudo tem como objetivo analisar os aspectos metodológicos referentes à prática docente de professores de Educação Física.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram entrevistados três (3) professores de Educação Física totalizando cem por cento (100%) da pesquisa, onde, realizou-se uma entrevista semi-estruturada, com um questionário que indaga a respeito da formação profissional, além dos objetivos e conteúdos da Educação Física e, principalmente, como estes são utilizados e organizados pelos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com as observações e entrevistas realizadas, observou-se que todos os professores elaboram o plano de aula e acham o mesmo importante para as aulas, sobre a maneira que é feito esse plano de aula, trinta e três por cento (33%) disseram que elaboram através de pesquisa em livros, outros sessenta e sete por cento (67%) disseram que elaboram através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Currículo básico comum de Minas Gerais (CBC) e ainda analisam os alunos e espaços físicos da escola, sessenta e sete por cento (67%) acham importante para aplicar nas aulas os conteúdos: esportes coletivos e jogos recreativos, outros trinta e três por cento (33%) consideram esportes, conteúdos interdisciplinares e jogos/brincadeiras. Sobre a maneira que eles distribuem os conteúdos nas aulas, sessenta e sete por cento (67%) distribuem em aulas teóricas, vivências práticas e avaliações individuais, outros trinta e três por cento (33%) através das aulas práticas exclusivamente.

CONCLUSÕES:

A partir desta análise observou-se uma prática docente constituída por um planejamento periódico das atividades, porém, é possível perceber-se que o planejamento não ocorre de forma completa. O professor de Educação Física deve se

conscientizar da importância do planejamento no ensino-aprendizagem de maneira completa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2] CHMITZ, Egídio. Fundamentos da Didática. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000. (p. 101 a 110). [3] REIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003. (Pensamento e Ação no Magistério).

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PREFERÊNCIAS POR MODALIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO GLÓRIA, VIEIRAS-MG

Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC – antoniosouza29@hotmail.com)¹; Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Gil Carlos Ferreira **ARAUJO** (IC), Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Aulas de Educação Física, modalidades esportivas, preferência.

INTRODUÇÃO:

A Educação Física possui conteúdo formado pelas diversas manifestações corporais criadas pelo ser humano ao longo de todos esses anos, sendo eles jogos, brincadeiras, danças, esportes, ginásticas, lutas entre outros. Todo esse conjunto de prática recebe o nome de cultura corporal do movimento. Na área de Educação Física, segundo os PCN'S [1], espera-se que os alunos sejam capazes de participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais, religiosas ou sociais, sabendo reconhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo. O objetivo do presente estudo foi avaliar a preferências por modalidades esportivas de alunos do ensino fundamental do distrito de Santo Antônio do Glória, Vieiras MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Fizeram parte desse estudo, realizado no mês de abril de 2015, alunos dos anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono ano), de uma escola municipal situada no distrito de Santo Antônio do Glória, Vieiras, Minas Gerais. Os alunos responderam um questionário com sete questões relacionadas a preferências por modalidades esportivas praticadas nas aulas de educação física. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram 49 alunos do ensino fundamental dos anos finais, sendo quarenta e nove por cento (49%) meninas e cinquenta e um por cento (51%) de meninos, sendo eles submetidos a duas aulas de Educação Física por semana. Sobre a estrutura oferecida pela escola para a prática de modalidades esportivas durante as aulas de Educação Física, constatou-se que a escola possui apenas uma quadra poliesportiva para as aulas. De acordo com os objetivos que as aulas de Educação Física estão voltadas, constatou-se que sessenta e cinco por cento (65%) consideraram que as aulas estão voltadas para a prática de modalidades esportivas como: futsal, voleibol, handebol, basquete, etc, enquanto que dezenove por cento (19%) responderam que as aulas estão voltadas para treinamento físico (melhora na condição física) e apenas dezesseis por cento (16%) consideraram que as aulas estão voltadas para atividades recreativas e brincadeiras, com ou sem a utilização de algum esporte. Sobre a preferência de algum esporte utilizado nas aulas de Educação Física, foi verificado entre os alunos respondentes que cinquenta e sete por cento (57%) preferem

o voleibol e outros quarenta e três por cento (43%) preferem o futsal.

CONCLUSÕES:

Diante do exposto, conclui-se que a escola oferece aos alunos a prática das aulas de educação física duas vezes por semana, fazendo com que os alunos pratiquem atividades físicas de forma regular, além de possuir como estrutura somente uma quadra poliesportiva a disposição para os alunos. Levando em consideração um grande percentual de meninas na escola e por ser um esporte de pouco contato físico, o voleibol figura como a modalidade esportiva predileta entre os alunos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997. [2] BETTI, M; ZULIANI L. R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – Ano 1, Número 1, 2002, Pg. 73-81.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

DIFICULDADES PEDAGÓGICAS NO EXERCÍCIO DOCENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG

Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC – antoniosouza29@hotmail.com)¹; Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Gil Carlos Ferreira **ARAUJO** (IC)¹ e Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Educação Física, docência, dificultadores.

INTRODUÇÃO:

A educação é uma área que enfrenta desafios e conflitos políticos- econômicos em uma sociedade que está em constante mudança. Segundo a [1] LDB (2013 p.19) a partir da Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003 “a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”. Assim sendo, ela sofre com diversos problemas sociais, resultando em inúmeros professores insatisfeitos. [2] “Todos esses problemas refletem diretamente na qualidade de vida do profissional e na qualidade da sua prática. Existem muitos estudos publicados onde apontam a desmotivação como o principal problema da educação no Brasil”. (SOMARIVA et al, 2013)

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 3 professores de Educação Física da rede pública do município de Vieiras, resultando em cem (100%) da população. Os indivíduos possuem idade entre 26 a 36 anos e trabalham pelo menos há quatro (4) anos como professores. Os professores foram avaliados por meio de um questionário com seis perguntas relativas às dificuldades a quais se deparam no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com os professores avaliados constatou-se que todos já lecionaram em pelo menos três escolas públicas. De acordo com os espaços destinados às aulas de Educação Física, todos responderam ser de nível regular. Já sobre as condições dos materiais para aplicação das aulas, sessenta e sete por cento (67%) disseram ser de nível regular e outros trinta e três por cento (33%) disseram ser suficiente. Todos afirmaram possuir um bom relacionamento tanto com a direção da escola quanto com seus alunos, porém, trinta e três por cento (33%) apontaram que o relacionamento com professores de outras disciplinas é ruim. No que diz respeito ao retorno financeiro, sessenta e sete por cento (67%) disseram ser ruim e outros trinta e três por cento (33%) afirmam ser de nível regular.

CONCLUSÕES:

Entende-se que umas das maiores dificuldades encontradas por partes dos professores é o salário recebido, mas há também muito que se melhorar no que diz respeito aos espaços destinados às aulas e as condições de materiais para aplicação das aulas. Diante disso entende-se que há necessidade imediata de mudança das políticas públicas em relação ao reconhecimento salarial dos profissionais da área.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BRASIL. Lei LDB: de diretrizes e bases da educação: lei n. nº 10.793, de 1º. 12.2003. Apresentação Esther Grossi. 8. ed. Brasília: DP&A, 2013. [2] SOMARIVA, JFG. VASCONCELOS, DIC. JESUS, TV. As dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física das escolas públicas do Município de Braço do Norte. Santa Catarina, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PARTICIPAÇÃO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO GLÓRIA, VIEIRAS - MG

Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC – antoniosouza29@hotmail.com)¹; Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Gil Carlos Ferreira **ARAUJO** (IC)¹, Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Educação Física escolar, adesão às aulas.

INTRODUÇÃO:

A Educação Física na Escola, ao longo dos anos, foi construindo novas metodologias e reorganizando os seus conteúdos. A definição da cultura corporal como objeto de estudo da Educação Física torna necessária a ampliação das tematizações de aula, incluindo-se, além dos esportes, a ginástica, a dança, a luta e o jogo em suas dimensões procedimental, conceitual e atitudinal. Torna-se importante, também, a consideração do repertório dos alunos e a relevância social dos conteúdos da cultura corporal para a comunidade escolar. Segundo os PCN (1997 p. 22) [1], a partir do Decreto n. 69.450, de 1.971, relacionada ao âmbito escolar, contemplou-se a Educação Física como “a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. Assim compete a Escola oferecer a Educação Física de forma eficiente e bem planejada aos seus educandos. O objetivo do presente estudo foi avaliar a participação de alunos do oitavo (8º) e nono (9º) ano nas aulas de Educação Física da Escola Municipal do distrito de Santo Antônio do Glória, Vieiras MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Fizeram parte desse estudo alunos do oitavo (8º) e nono (9º) ano de uma escola municipal situada no distrito de Santo Antônio do Glória, Vieiras MG, realizado no mês de Março de 2015. Os alunos responderam um questionário com perguntas relacionadas à participação em aulas de Educação Física e incentivo por parte da escola em atividades físicas extracurriculares. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram 28 alunos com idade entre 12 e 14 anos, sendo quarenta e dois por cento (42%) do sexo feminino e cinquenta e oito por cento (58%) do sexo masculino. Sobre a participação nas aulas de Educação Física, cinco alunos disseram que não participam das aulas. Desses, sessenta por cento (60%) alegam não se sentirem bem nas aulas e outros quarenta por cento (40%) por não gostarem de esportes. Outros vinte e três alunos disseram que participam das aulas, sendo setenta e oito por cento (78%) por gostarem de esportes e por ser importante e outros vinte e dois por cento (22%) pela obrigatoriedade da escola e do professor. Outro ponto observado foi se a escola estimula a prática de Atividade Física fora das aulas de Educação Física. Observou-se que setenta e um por cento (71%) dos alunos disseram que não e vinte e nove por cento (29%) afirmaram que a escola estimula.

CONCLUSÕES:

Diante dos resultados apresentados, podemos concluir que a maioria dos alunos participa ativamente das aulas de Educação Física na escola observada, porém, há pouco incentivo por parte da escola para prática de atividade física fora das aulas de Educação Física. Um bom planejamento do professor de Educação Física juntamente com a escola fará com que as aulas fiquem mais atrativas e relevantes para o desenvolvimento dos alunos, fazendo com que esses sejam estimulados a prática de atividades físicas também fora do âmbito escolar.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PCN's. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. [2] BERLEZE, A; et al; Motivos que levam crianças à prática de atividades motoras na escola. R. da Educação Física UEM. Maringá, v. 13, n. 1, p. 99-107, 1. sem. 2002. [3] FERRAZ, M. A.; DA SILVA J. A.; Análise Psicofísica da preferência pela prática de atividades físicas e esportivas. FIB 2003. BRASIL. Ministério da Educação.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE PRESSÃO ARTERIAL EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM EUGENÓPOLIS, MG

Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC – milaynefumian@hotmail.com)¹; Ana Carolina **MARTINS** (IC)¹, Marcela Brum de **SOUZA** (IC)¹, Hely **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Atividade Física, Idosos, Pressão Arterial.

INTRODUÇÃO:

A hipertensão arterial constitui um dos problemas de saúde de maior prevalência na atualidade [1]. A incidência da mesma relaciona-se a fatores como o aumento do peso corporal, o consumo de bebidas alcoólicas, o estresse e o sedentarismo e, quando não tratada, pode levar a complicações que atingem o sistema cardiovascular, renal e nervoso [2]. A atividade física é, comprovadamente, um tratamento profilático de baixo custo para a hipertensão, uma vez que o mesmo contribui para o controle da Pressão Arterial (PA), além de proporcionar ao indivíduo uma vida mais saudável, em decorrência do estilo de vida ativa [2]. O tratamento farmacológico é indicado para hipertensos moderados e graves, bem como aqueles que apresentam fatores de risco para doenças cardiovasculares, porém muitos hipertensos não conseguem ter o controle ideal da pressão com o único agente terapêutico e faz-se necessário a terapia combinada entre fármaco e a intervenção não farmacológica, principalmente em indivíduos idosos [1]. Contudo, o presente trabalho tem como objetivo verificar os valores de Pressão Arterial em idosos antes e após a prática de atividade física.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 15 indivíduos do sexo feminino, participantes do grupo de ginástica da cidade de Eugenópolis-MG. A amostra da PA foi coletada através de um aparelho digital de pulso Premium, o mesmo foi previamente calibrado e em perfeitas condições de uso. A aferição da PA foi realizada antes e após a prática da atividade para verificar as oscilações nos índices da PA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Comparando-se os valores de PA pré e pós-atividade física, constatou-se uma diminuição da mesma em 20% (3 indivíduos) das amostras, em 67% (10 indivíduos) dos indivíduos a PA foi elevada e em 13% (2 indivíduos) a PA não se alterou.

CONCLUSÕES:

Observou-se que os exercícios aplicados foram de baixa intensidade de esforço, a fim de promover uma atividade segura, visto que os resultados da PA pós-atividade física apresentaram pouca alteração. Portanto os resultados obtidos demonstram apenas um resposta de efeito agudo imediato nos valores da PA pós-esforço físico, vê-se a necessidade de um estudo longitudinal com a aplicação de exercícios com intensidades relativas para este determinado grupo, a fim de gerar um efeito crônico onde contribua para a regulação da pressão arterial. Além disso, a prática de atividade física apresenta baixo custo ao aderir ao tratamento não farmacológico no controle da PA a fim de proporcionar ao indivíduo idoso uma vida mais saudável e

consequentemente reduzindo o número de medicamentos utilizados pela maioria dos hipertensos [3].

BIBLIOGRAFIA:

[1] ZAITUNE, M. P. A. et al. Hipertensão arterial em idosos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. P. 285-294. Fev. 2006. [2] FERREIRA, D., BAGNARA, I.C. A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA INDIVÍDUOS HIPERTENSOS. Buenos Aires: Efdportes.com, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd155/atividade-fisica-para-individuos-hipertensos.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015. [3] Araújo CGS. Fisiologia do exercício físico e hipertensão arterial. Uma breve introdução. Revista Hipertensão. 2001. p. 4. Disponível em: <<http://www.sbh.org.br/revista>>. Acesso em: 20, jun. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AVALIAÇÃO DA AGILIDADE EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Paulo Henrique Ferreira DE **MATOS** (IC – paulomatos15@hotmail.com)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Luiz Henrique **BARROS** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Agilidade, Treinamento, Criança.

INTRODUÇÃO:

A agilidade se refere à capacidade do atleta de mudar de direção de forma rápida e eficaz, mover-se com facilidade no campo ou fingir ações que enganem o adversário a sua frente [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar a avaliação da agilidade em crianças de 08 a 12 anos de uma escola municipal do município de Rosário da Limeira. Foram avaliados 60 crianças (9,7 ± 1,1 anos; 36,29 ± 10,5 kg; 142,1 ± 9,8 cm; 17,65 ± 3,1 kg.m⁻²), sendo 35 do sexo feminino (9,58 ± 1,2 anos; 35,06 ± 9,1 kg; 141,1 ± 10,3 cm; 18,03 ± 3,5 kg.m⁻²) e 25 do sexo masculino (9,84 ± 1,2 anos; 37,90 ± 12,0 kg; 143,4 ± 9,3 cm; 17,36 ± 2,8 kg.m⁻²), regularmente matriculados na Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato, situada no município de Rosário da Limeira-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, realizaram avaliação das variáveis antropométricas [2] e realizaram a avaliação da agilidade através do *Teste de Shuttle Run* [3], os seguintes materiais foram utilizados: fita adesiva, cronometro, dois blocos de madeira, uma caneta, prancheta com planilha de dados e apito. Duas faixas paralelas equidistantes a 9,14 metros, dois blocos de madeiras com as dimensões de 5 x 5 x 10 cm colocados atrás de uma delas de forma paralela a mesma e distantes 30 cm. Os voluntários iniciaram o teste na posição em pé, atrás da linha de partida com o sinal do apito, o voluntario corre em direção aos blocos, pegando um e retornando a linha de partida, colocando-o atrás desta e repetir esta movimentação com o outro bloco. Foram realizadas duas tentativas, havendo entre elas um intervalo de descanso de 10 minutos. O resultado foi o tempo gasto para executar a tarefa. Foi computado o melhor tempo das duas tentativas. Os blocos eram colocados no chão e não arremessados, pois, em caso desta ocorrência, o teste era anulado, devendo ser repetida a tentativa. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores da agilidade para os 60 alunos de ambos os sexos foram 10,59 ± 1,8 segundos, sendo para o sexo feminino 11,21 ± 1,6 segundos e para o sexo masculino 9,7 ± 1,8 segundos. Dos 60 (100%) alunos de ambos os sexos estudados: 13 (21,6%) ruim, 5 (8,3%) abaixo da média, 3 (5%) média, 3 (5%) acima da média e 36 (60,1%) excelente. Sendo destas, 35 (100%) meninas estudadas: 10 (28,5%) ruim, 5 (14,2%) abaixo da média, 3 (8,5%) acima da média e

17 (48,8%) excelente: Dos 25 (100%) meninos estudados: 3 (12%) ruim, 3 (12%) média e 19 (76%) excelente.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que a maior parte dos alunos avaliados, se encontram em níveis excelente de para a agilidade.

AGRADECIMENTOS:

Aos 60 alunos da Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato que participaram deste estudo.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BOMPA, T. O. Treinamento Total para Jovens Campeões. Barueri: Manole, 2002; [2] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. International standards for anthropometric assessment: ISAK. África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006; [3] AAHPERD. Health related physical fitness test manual. Reston: AAHPERD; 1980.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AVALIAÇÃO DA VELOCIDADE EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Paulo Henrique Ferreira de **MATOS** (IC – paulomatos15@hotmail.com)¹, **SILVA, R.F** (IC)¹, Josiel Antonio de **REZENDE** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Velocidade, Treinamento, Criança.

INTRODUÇÃO:

A velocidade é a qualidade física que permite a execução de uma sucessão rápida de gestos, que em seu encadeamento constitui uma só e mesma ação, de intensidade máxima e duração breve ou muito breve [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar a avaliação da velocidade em crianças de 08 a 12 anos de uma escola municipal do município de Rosário da Limeira. Foram avaliados 60 crianças ($9,7 \pm 1,1$ anos; $36,29 \pm 10,5$ kg; $142,1 \pm 9,8$ cm; $17,65 \pm 3,1$ kg.m²), sendo 35 do sexo feminino ($9,58 \pm 1,2$ anos; $35,06 \pm 9,1$ kg; $141,1 \pm 10,3$ cm; $18,03 \pm 3,5$ kg.m²) e 25 do sexo masculino ($9,84 \pm 1,2$ anos; $37,90 \pm 12,0$ kg; $143,4 \pm 9,3$ cm; $17,36 \pm 2,8$ kg.m²), regularmente matriculados na Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato, situada no município de Rosário da Limeira-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, realizaram avaliação das variáveis antropométricas [2] e realizaram a avaliação da agilidade através do *Teste de Shuttle Run de velocidade* [3], os seguintes materiais foram utilizados: fita adesiva, cronometro, dois blocos de madeira, uma caneta, prancheta com planilha de dados e apito. Duas faixas paralelas equidistantes a 5,00 metros, dois blocos de madeiras com as dimensões de 5 x 5 x 10 cm colocados atrás de uma delas de forma paralela a mesma e distantes 1,20 m. Os voluntários iniciaram o teste na posição em pé, atrás da linha de partida com o sinal do apito, o voluntario corre em direção aos blocos, pegando um e retornando a linha de partida, colocando-o atrás desta e repetir esta movimentação com o outro bloco. Foram realizadas duas tentativas, havendo entre elas um intervalo de descanso de 10 minutos. O resultado foi o tempo gasto para executar a tarefa. Foi computado o melhor tempo das duas tentativas. Os blocos eram colocados no chão e não arremessados, pois, em caso desta ocorrência, o teste era anulado, devendo ser repetida a tentativa. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores da agilidade para os 60 alunos de ambos os sexos foram $33,90 \pm 5,3$ segundos, sendo para o sexo feminino $34,08 \pm 6,8$ segundos e para o sexo masculino $33,66 \pm 4,1$ segundos. Dos 60 (100%) alunos de ambos os sexos estudados: 11 (18,33%) ruim, 5 (8,3%) abaixo da média, 5 (8,3%) média, 7 (11,6%) acima da média e 32 (53,47%) excelente. Sendo destas, 35 (100%) meninas estudadas: 08 (22,8%) ruim, 5 (14,2%) abaixo da média, 2

(5,7%) média, 5 (14,2%) acima da média e 15 (43,1%) excelente: Dos 25 (100%) meninos estudados: 3 (12%) ruim, 3 (12%) média, 2 (8%) acima da média e 17 (68%) excelente.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que a maior parte dos alunos avaliados, se encontram em níveis excelente de para a velocidade.

AGRADECIMENTOS:

Aos alunos da Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DANTAS, E. H. M. A prática da preparação física. Rio de Janeiro: Shape, 2003; [2] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. International standards for anthropometric assessment. International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006; [3] MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e prescrição de atividade física: guia pratico. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO DE CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Paulo Henrique Ferreira de **MATOS** (IC – paulomatos15@hotmail.com)¹, Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Sobrepeso, Treinamento, Crianças.

INTRODUÇÃO:

A obesidade é uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de energia sob a forma de triglicérides no tecido adiposo distribuído pelo corpo e pode provocar prejuízos à saúde, por facilitar o desenvolvimento ou agravamento de doenças associadas [1]. Já o sobrepeso é o excesso de peso previsto para o sexo, altura e idade, de acordo com os padrões populacionais de crescimento, podendo representar ou não excesso de gordura corporal [2]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar a prevalência de sobrepeso em crianças de 08 a 12 anos de uma escola municipal do município de Rosário da Limeira.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foram avaliados 60 crianças (9,7 ± 1,1 anos; 36,29 ± 10,5 kg; 142,1 ± 9,8 cm; 17,65 ± 3,1 kg.m⁻²), sendo 35 do sexo feminino (9,58 ± 1,2 anos; 35,06 ± 9,1 kg; 141,1 ± 10,3 cm; 18,03 ± 3,5 kg.m⁻²) e 25 do sexo masculino (9,84 ± 1,2 anos; 37,90 ± 12,0 kg; 143,4 ± 9,3 cm; 17,36 ± 2,8 kg.m⁻²), regularmente matriculados na Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato, situada no município de Rosário da Limeira-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação das características antropométricas, utilizou-se uma balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (kg), com precisão de 0,1 kg e um estadiômetro Sanny (Sanny, Brasil) para verificação da altura, onde para esta medida em metros (m), a precisão foi regulada a 0,1 centímetros (cm). O Índice de Massa Corporal (IMC) foi determinado pelo quociente massa corporal / (estatura)², sendo a massa corporal expressa em quilogramas (kg) e a estatura, em metros (m). As variáveis antropométricas massa corporal e estatura foram coletadas [3]. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos 60 (100%) alunos de ambos os sexos estudados: 42 (70%) apresentaram peso normal, 15 (25%) apresentaram sobrepeso e 3 (5%) apresentaram obesidade. Sendo destas, 35 (100%) meninas estudadas: 26 (74,3%) apresentaram peso normal, 8 (28,6%) apresentaram sobrepeso e 1 (2,8%) apresentou obesidade: Dos 25 (100%) meninos estudados: 16 (64%) apresentaram peso normal, 7 (28%) apresentaram sobrepeso e 2 (8%) apresentaram obesidade.

CONCLUSÃO

Conclui-se que uma parcela significativa da amostra estudada apresentam níveis de sobrepeso.

AGRADECIMENTOS:

Aos alunos da Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FAGUNDES, A. L. N.; RIBEIRO, D. C.; NASPITZ, L.; GARBELINI, L. E. B.; VIEIRA, J. K. P.; SILVA, A. P.; LIMA, V. O.; FAGUNDES, D. J.; COMPRI, P. C.; JULIANO, Y. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da região de Parelheiros do município de São Paulo. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 26, n. 3, setembro, 2008; [2] LIMA, S. C.; ARRAIS, R. F.; PEDROSA, L. F. C. Avaliação da dieta habitual de crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade. *Revista de Nutrição*, v. 17, p. 469-77, 2004; [3] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. *International standards for anthropometric assessment: ISAK*. África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM CRIANÇAS DE 08 A 12 ANOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Paulo Henrique Ferreira de **MATOS** (IC – paulomatos15@hotmail.com)¹, Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC)¹, Luiz Henrique **BARROS** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Transtornos Alimentares, Treinamento, Criança.

INTRODUÇÃO:

Os transtornos do comportamento alimentar, que apresentam-se através da: anorexia nervosa, bulimia nervosa e, dependendo da classificação utilizada, o transtorno alimentar [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar a prevalência de transtornos alimentares em crianças de 08 a 12 anos de uma escola municipal do município de Rosário da Limeira. Foram avaliados 60 crianças ($9,7 \pm 1,1$ anos; $36,29 \pm 10,5$ kg; $142,1 \pm 9,8$ cm; $17,65 \pm 3,1$ kg.m⁻²), sendo 35 do sexo feminino ($9,58 \pm 1,2$ anos; $35,06 \pm 9,1$ kg; $141,1 \pm 10,3$ cm; $18,03 \pm 3,5$ kg.m⁻²) e 25 do sexo masculino ($9,84 \pm 1,2$ anos; $37,90 \pm 12,0$ kg; $143,4 \pm 9,3$ cm; $17,36 \pm 2,8$ kg.m⁻²), regularmente matriculados na Escola municipal Maria Auxiliadora Guarçoni Benini Bonato, situada no município de Rosário da Limeira-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, responderam os questionário *Eating Attitudes Test* (EAT-26) [2] e realizaram avaliação das variáveis antropométricas [3]. Para avaliar as atitudes e os comportamentos típicos que caracterizam os transtornos do comportamento alimentar, adotou-se o EAT-26 [2]. Caso o escore total encontrado seja maior que 21, o EAT-26 é positivo (EAT-26+), o que confirma a presença de atitudes alimentares anormais e risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. A investigação sobre prevalência de transtornos alimentares realizou-se por meio de questionários auto - aplicáveis em versões traduzidas para o português [4]. Os instrumentos autoaplicáveis foram numerados progressivamente, portanto, sem identificação ou assinatura, a fim de garantir o anonimato dos participantes. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores do EAT-26 para os 60 alunos de ambos os sexos foram $55,58 \pm 17,24$ pontos, sendo para o sexo feminino $50,60 \pm 11,04$ pontos e para o sexo masculino $42,56 \pm 21,74$ pontos. Dos 60 (100%) alunos de ambos os sexos estudados apresentaram valores acima de 21 pontos. Sendo destas, 35 meninas estudadas e 25 meninos.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que todos os voluntários do estudo apresentam valores elevados para transtorno alimentar, sendo aconselhado outros instrumentos afim de diagnosticar com exatidão tal transtorno.

AGRADECIMENTOS:

Aos alunos que participaram deste estudo.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BOSI, M. L. M.; LUIZ, R. R.; UCHIMURA, K. Y.; OLIVEIRA, F. P. Comportamento alimentar e imagem corporal entre estudantes de educação física. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 57, n. 1, p. 28-33, 2008; [2] GARNER D, GARFINKEL P. Eating attitudes test: an index of the symptoms of anorexia nervosa. *Psychological Medicine*, v. 9, p. 273-279, 1979; [3] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. International standards for anthropometric assessment: ISAK. África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006; [4] CORDÁS, T. A.; NEVES, J. E. P. Escalas de avaliação de transtornos alimentares. *Revista de Psiquiatria Clínica*. v. 26, p 41-48, 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL PRÉ E PÓS COMPETITIVA EM FUTSALONISTAS DE 15 A 17 ANOS

Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC – gilderecreio@yahoo.com.br)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC)¹, Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Pressão Arterial, Futsal, Alunos.

INTRODUÇÃO:

A hipertensão arterial, considerado um dos problemas de saúde pública que mais acomete a população brasileira, representa um dos principais fatores de risco para problemas cardiovasculares, está diretamente relacionados com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, raça negra, excesso de peso, obesidade, elevada ingestão de sal, excessiva ingestão de álcool, sedentarismo, fatores sócioeconômicos e histórico familiar [1]. O futsal, hoje, modalidade esportiva mas comum nas escolas, considerado um dos três esportes mais populares no país e tendo conquistado lugar de destaque entre os esportes de quadra. Diversos pesquisadores têm investigado sobre os aspectos específicos desta modalidade, buscando produzir novos conhecimentos acerca das características dos atletas e das respostas agudas e crônicas ao treinamento específico do futsal [2]. O presente estudo teve como objetivo verificar a pressão arterial em alunos praticantes da modalidade futsal. Portanto, ressalta-se a investigação na avaliação da pressão arterial, antes, durante e após uma partida de futsal.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 12 alunos do sexo masculino de uma escola da rede pública de ensino do município de Recreio-MG. Os indivíduos possuem idade média de $16,08 \pm 0,64$ anos, do sexo masculino, praticantes de futsal a pelo menos 3 anos e alunos regularmente matriculados na Escola Estadual Olavo Bilac, situada no município de Recreio-MG. Os indivíduos tiveram suas pressões arteriais aferidas antes, durante e depois de uma partida de futsal. Após o primeiro tempo da partida, os alunos ingeriram 400 (quatrocentos) ml de água e comeram uma banana, enquanto ao término do segundo tempo, eles ingeriram novamente, apenas 400 (quatrocentos) ml de água.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com a análise constatou-se que houve uma variação mínima na aferição da pressão arterial, sendo nas seguintes proporções: antes da partida foi de $120,25 \times 80$ mmHg $\pm 0,44 \times 0,0$ mmHg; após o primeiro tempo foi de $120,92 \times 80$ mmHg $\pm 0,86 \times 0,0$ mmHg; e após o término da partida foi de $130,17 \times 80,8$ mmHg $\pm 1,21 \times 0,28$ mmHg.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que na modalidade esportiva futsal, os praticantes sofrem pequenas variações na pressão arterial para apenas uma partida do mesmo. Acredita-se este fator possa contribuir com sua permanência na prática da atividade.

AGRADECIMENTOS:

Aos doze alunos da Escola Estadual Olavo Bilac e a técnica de enfermagem Janete Rocha Ferreira de Souza.

BIBLIOGRAFIA:

[1] VENTURINI, A. B. ALVES, L. A. Hipertensão arterial sistêmica em trabalhadores: revisão literária e análise dos fatores de risco. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina – PR. Out. 2011. [2] TRETIN, M. M.; CONFORTIN, F. G.; SÁ, C. A. Hidratação e taxa de sudores em atletas de futsal masculino. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Santa Catarina – SC. Fev. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AUTONOMIA FUNCIONAL DE IDOSOS ANALISADOS ATRAVÉS DO PROTOCOLO GDLAM

Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC – milaynefumian@hotmail.com)¹; Ana Carolina **MARTINS** (IC)¹, Marcela Brum de **SOUZA** (IC)¹, Hely **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Autonomia Funcional, Atividade física, Idosos.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo natural que acarreta em perda gradativa das funções corporais, porém, tais perdas podem ser atenuadas caso o indivíduo adote um estilo de vida ativo ao longo de sua vida [3]. Para o indivíduo idoso, ser capaz de realizar sozinho as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) é sinônimo de independência e autonomia, o que impacta positivamente em sua qualidade de vida [2]. Além disso, a manutenção de uma vida ativa através de sessões de exercícios aplicados para o desenvolvimento de maior autonomia funcional se torna benéfico para indivíduos idosos reduzindo os riscos de quedas e lesões [1]. O presente estudo tem como objetivo Identificar os níveis de Autonomia Funcional de Idosos utilizando como avaliação o Protocolo GDLAM.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 17 idosos de ambos os sexos, participantes do grupo de ginástica da cidade de Eugénópolis (MG). Foram utilizados os testes do protocolo de avaliação da autonomia funcional GDLAM, constituído por cinco (5) testes: Teste Caminhar 10m (C10m); Teste Levantar da Posição Sentada (LPS); Teste Levantar-se da posição decúbito ventral (LPDV); Teste Levantar-se da cadeira e locomover-se pela casa (LCLC); Teste vestir e tirar a camisa (VTC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados apresentados nos testes foram comparados aos valores padrões de autonomia funcional do Protocolo GDLAM. Teste C10m classificou como fraco, apresentou média de 9,64; Teste LPS classificou como fraco, apresentou a média 15,10; Teste LPDV classificou como fraco, a média apresentada foi 5,31; Teste LCLC classificou como regular, valor da média 42,20; Teste VTC classificou como regular, apresentou a média 12,49.

CONCLUSÕES:

De acordo com os valores obtidos observa-se o baixo rendimento, constatando que os avaliados tem baixo nível de autonomia funcional. No entanto observa-se a necessidade da aplicação de atividades físicas voltada para as atividades básicas da vida diária, atendendo assim aos interesses do grupo de idosos a fim de manter uma vida mais independente e saudável.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DANTAS, E. H. M. et al. Protocolo GDLAM de avaliação da autonomia funcional. Fit Perf. J. rio de Janeiro. Mai./Jun. 2004. [2] ENVELHECIMENTO ATIVO E SUA RELAÇÃO COM A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. Florianópolis: Texto Contexto - Enferm., v. 21, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-

07072012000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2015. [3] NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E AUTONOMIA FUNCIONAL DE IDOSOS FISCAMENTE ATIVOS EM SANTARÉM DO PARÁ. Buenos Aires: Efdportes.com, out. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd161/autonomia-funcional-de-idosos-ativos.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AUTO-RELATO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE IDOSOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA

Ana Carolina **MARTINS** (IC – carolinaanamartins@hotmail.com)¹, Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC)¹, Guilherme **TUCHER** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idoso, Hidroginástica, Saúde.

INTRODUÇÃO:

Com o rápido envelhecimento da população veem surgindo a grande necessidade da criação de programas específicos para os idosos. Mas para isso, deve-se conhecer o perfil e as reais condições de saúde dessa população [1]. Um dos problemas é a inatividade do idoso, consequência do envelhecimento, que poderá proporcionar o aparecimento ou até mesmo agravar doenças como a osteoporose, artrite, doença arterial coronariana, diabetes, obesidade e hipertensão arterial, dentre outras [4]. Uma das iniciativas mais indicadas para reverter esse quadro é por meio da prática de atividade física. Essa prática pode beneficiar o indivíduo em processo de envelhecimento, e até mesmo, evitar o surgimento de problemas relacionados com a idade. Dentre as diversas atividades físicas indicadas para esse grupo destaca-se a hidroginástica. A prática regular da hidroginástica contribui para a qualidade de vida do idoso, proporcionando também uma melhora nos problemas de saúde, como por exemplo, no aumento da capacidade aeróbia, na força muscular, na flexibilidade articular e no treinamento de habilidades específicas como o equilíbrio e a coordenação motora [4]. Os idosos possuem perfil e características específicas. Por isso, requer uma atenção à saúde, para que facilite nos tratamentos e na identificação de problemas futuros [2]. Assim, este estudo tem como objetivo traçar o perfil da condição de saúde de idosos praticantes de hidroginástica.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 30 idosos que praticam hidroginástica em um mesmo estabelecimento localizado na cidade de Muriaé-MG. Os indivíduos possuem $68,1 \pm 6,66$ anos e fazem hidroginástica há pelo menos 1 ano. Os dados foram obtidos por meio do preenchimento do questionário BOAS (Brazil Old Age Schedule) [2]. O BOAS contém 3 perguntas fechadas que tratam sobre a auto percepção da saúde e os principais problemas de saúde apresentados pelo indivíduo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Constatou-se que 86,6% dos idosos consideram sua saúde boa, 10% acharam-na ruim e 3,4% ótima. Entretanto, 73,3% dos idosos estão com artrite e artrose, 56,6% possuem hipertensão arterial, 36,6% possuem o colesterol elevado, 23,3% possuem depressão, 23,3% apresentam problemas de coração, 20% possuem diabetes, 20% possuem gastrite, 6,6% possuem asma ou bronquite, 6,6% já tiveram câncer e 3,3% tem problemas renais.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que os idosos praticantes de hidroginástica se auto declaram com uma saúde boa apesar de apresentarem algumas doenças, pois a prática da atividade física regular, possibilita que eles tenham uma melhoria no seu bem-estar. Com isso, conhecendo melhor os problemas de saúde dos

alunos, favorece o profissional de educação física, que promoverá melhores ações que priorizam a prevenção de doenças e controle de condições que permita aos idosos viverem em qualidade.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] BENEDETTI, T. B.; PETROSKI, E. L.; GONÇALVES, L. T. Condições de saúde nos idosos de Florianópolis, Arquivos Catarinenses de Medicina Vol. 35, no. 1, de 2006; [2] PILGER, C.; MENON, M. H.; MATHIAS, T. A. F. Características sociodemográficas e de saúde de idosos: contribuições para os serviços de saúde, Rev. Latino-Am. Enfermagem set.-out. 2011; [3] CERRI, A. S.; SIMÕES, R. Hidroginástica e Idosos: por que eles praticam? Porto Alegre, v.13, n. 01, p.81-92, janeiro/abril de 2007. [4] PAULA, K. C.; PAULA, D. C. Hidroginástica na terceira idade, Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Vol. 4, Nº 1 – jan/fev, 1998.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AVALIAÇÃO DA FLEXIBILIDADE DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA NA CIDADE DE EUGENÓPOLIS - MG

Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA (IC – milaynefumian@hotmail.com)¹; Ana Carolina MARTINS (IC)¹, Marcela Brum de SOUZA (IC)¹, Hely LOQUE (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Atividade física, Flexibilidade, Idosos.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo que associa-se a diversas alterações biopsicossociais que acarretam em declínio das capacidades funcionais do organismo [3]. A perda de massa óssea e muscular, redução de força e flexibilidade, lentidão na execução dos movimentos e oscilação corporal, frequentemente na postura em pé, podem ser apontados como algumas dessas alterações [4]. A flexibilidade é caracterizada como uma qualidade física e tem a função permitir que o indivíduo realize movimentos articulares em toda sua amplitude, respeitando os limites anatômicos [3]. O envelhecimento conseqüentemente resulta em diminuição nos níveis de flexibilidade, sobretudo pelo declínio da elasticidade muscular, deterioração das cartilagens, ligamentos, tendões, fluidos sinoviais e dos músculos [2]. Em decorrência da redução da flexibilidade o idoso apresenta maiores dificuldades ao executar tarefas diárias, gerando desconforto e insegurança durante a prática de atividades físicas, resultando em frequentes queixas acerca de dores musculares e articulares [4]. A prática de atividades físicas tem como intuito minimizar tais efeitos, auxiliando o organismo a conviver de forma saudável com o processo de envelhecimento [4]. Assim sendo, o presente estudo pretende identificar os efeitos agudos da prática de atividade física de idosos nos níveis de flexibilidade.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 15 idosos de ambos os sexos através do teste de Sentar e Alcançar Sem Banco (SASB), capaz de aferir a flexibilidade das regiões lombar, do quadril e dos músculos ísquio-tibiais. Para a aplicação do referido teste foi fixado ao solo uma fita métrica na marca de 38,1 cm desta fita inseriu-se uma tira de fita adesiva de 30,0 cm, atravessando transversalmente a fita métrica. Os avaliados estavam descalços e sentados, com a extremidade (marco zero) da fita métrica entre as pernas; os calcanhares próximos a fita adesiva na marca de 38,1 cm e separados cerca de 30,0 cm. Com os joelhos estendidos os avaliados inclinaram-se e estenderam os braços e as mãos o mais distante possível. Foi registrado o melhor resultado entre duas execuções [1].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Comparando os valores obtidos pré-atividade e pós-atividade física constatou-se aumento da flexibilidade entre 3,0 a 7,0 centímetros em 100% (15) dos avaliados.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que os níveis de flexibilidade aumentaram após uma série de atividades físicas direcionadas para o grupo de idosos. De tal forma, faz-se necessária a prática de atividade física regular por parte da referida população, já que a melhoria e manutenção nos níveis de flexibilidade são

capazes de contribuir com a autonomia funcional nas atividades cotidianas do idoso, além de ser um meio simples e de baixo custo de promoção da saúde.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MOREIRA, R. B. et al. Teste de sentar e alcançar sem banco como alternativa para medida da flexibilidade de crianças e adolescentes. Rev. Brasileira de Atividade Física & Saúde. Vol. 14. N° 3, 2009. [2] PETREÇA, D. R. Validação dos testes de flexibilidade da AAHPERD para idosos Brasileiros. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v13n6/a08v13n6.pdf>>. Data de acesso: 20 de jun. 2015. [3] MOTA, A. K. A. et al. [4] LIMA, H. C. O. et al. Avaliação dos benefícios da ginástica localizada sobre a postura e a flexibilidade de mulheres na terceira idade. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo. V. 24, n. 4, p. 525-534. Out./Dez. 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

DENSIDADE URINÁRIA EM ALUNOS, ANTES E APÓS UMA PARTIDA DE FUTSAL

Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC – gilderecreio@yahoo.com.br)¹, Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Urina, Densidade, Futsal.

INTRODUÇÃO:

A prática esportiva do futsal é muito comum nas escolas. E hoje é considerado um dos três esportes mais populares no país e tem conquistado lugar de destaque entre os esportes de quadra. Diversos pesquisadores têm investigado sobre os aspectos específicos desta modalidade, buscando produzir novos conhecimentos acerca das características dos atletas e das respostas agudas e crônicas ao treinamento específico do futsal [1]. Todavia, um dos fatores que impedem alunos de praticar tal modalidade esportiva é a obesidade. E ela, a obesidade infantil vem aumentando significativamente, sendo determinante em complicações na própria infância e na fase adulta [2]. Portanto, a atividade física é um dos fatores que favorecem todos os tipos de pessoas a perderem peso. Ressalta-se também, uma atenção especial também em conhecer os hábitos de hidratação, visto que muitas pessoas não costumam se hidratar adequadamente, comportamento que ocasiona diminuição de rendimento, principalmente em situações de stress ambiental, além de impor sérios riscos à saúde [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi verificar a perda de peso nos alunos praticantes de futsal.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 12 alunos ($16,08 \pm 0,64$ anos) do sexo masculino, praticantes de futsal a pelo menos 3 anos e alunos regularmente matriculados na Escola Estadual Olavo Bilac, situada no município de Recreio-MG. Os procedimentos constaram de 1 visita, onde foram coletados urina antes e após o jogo de futsal em coletores apropriados para análise da densidade da urina. Após o primeiro tempo da partida, os alunos ingeriram 400 (quatrocentos) ml de água e comeram uma banana, enquanto ao término do segundo tempo, eles ingeriram novamente, apenas 400 (quatrocentos) ml de água. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização e dispersão. Para comparar os níveis de densidade foi utilizado teste T pareado. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. O nível de significância foi de $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A média dos níveis de densidade na urina no início do jogo de futsal foi de $1020 \pm 4,4$ g/mL e após o jogo de futsal foi de $1161 \pm 5,9$ g/mL. Quando comparado a densidade da urina (pré vs. pós) jogo, diferença ($p=0,0177$) foi observado entre as duas medidas.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que na modalidade esportiva futsal, os praticantes tem uma variação no índice da densidade urinária antes e após uma partida de futsal.

AGRADECIMENTOS:

Aos doze alunos da Escola Estadual Olavo Bilac e a Secretaria Municipal de Saúde de Recreio.

BIBLIOGRAFIA:

[1] TRETIN, M. M.; CONFORTIN, F. G.; SÁ, C. A. Hidratação e taxa de sudores em atletas de futsal masculino. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Santa Catarina – SC. Fev. 2015. [2] MELLO, E. D.; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? *Jornal de Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria*. Vol. 80, nº 3, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

EFEITO DE SESSÕES DE ALOGAMENTO SOBRE OS NÍVEIS DE FLEXIBILIDADE EM MULHERES

Layla Morete **SANTOS** (IC – moreteslayla@gmail.com)¹, Mirelle **NUNES** (IC)¹, Roberta **VERAZZANI** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Flexibilidade, Treinamento, Alongamento.

INTRODUÇÃO:

A flexibilidade é um termo geral que inclui a amplitude de movimento de uma articulação simples e múltipla e a habilidade para desempenhar as tarefas específicas [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi avaliar os níveis de flexibilidade após 04 semanas de aulas de alongamentos em mulheres.

MATERIAL E MÉTODOS:

A amostra foi composta de 15 mulheres ($44,33 \pm 8,7$ anos; $62,31 \pm 7,6$ kg; $160,9 \pm 1,0$ cm), praticantes de exercícios físico a pelo menos 6 meses, alunas da Academia Valéria Bruno, situada no município de Muriaé-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 6 visitas. A primeira visita, as voluntárias assinaram o termo de participação consentida, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas e os níveis de flexibilidade. Na segunda a quinta visita, foi estabelecido exercícios de alongamentos. Na sexta visita, foi realizado a reavaliação das variáveis antropométricas e dos níveis de flexibilidade. Para avaliação da flexibilidade, foi utilizado o Flexiteste adaptado que avalia oito movimentos: flexão quadril, extensão quadril, abdução quadril, flexão de tronco, flexão lateral de tronco, extensão+adução posterior de ombros, adução posterior à partir da abdução de 180° no ombro e extensão posterior do ombro, sendo atribuído escores de 0 a 4 para cada movimento [2]. Ao final de todos os movimentos somou-se os escores dos oito movimentos para obtenção do flexíndice e sua avaliação: >9 muito pequena, 9-12 pequena, 13-16 média negativa, 17-20 média positiva, 21-24 grande e ≤ 25 muito grande. Os exercícios de alongamento aconteceram sempre sexta-feira de 7:15 às 8:00 horas, durante o período de 4 semanas. Sua estrutura consistiu de aquecimento, com exercícios em forma de soltura com duração de 5 minutos; alongamentos para todos os grupos musculares, alternando em estáticos e dinâmicos com 45 segundos de insistência e duração de 30 minutos; alongamentos para todos os grupos musculares com exercícios estáticos, com intensidade baixa e duração de 10 minutos. Foi utilizada estatística descritiva, utilizando medida de localização e dispersão. Para comparar os níveis de flexibilidade foi utilizado teste T pareado. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. O nível de significância foi de $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A média dos escores do flexíndice para pré intervenção foi $14,30 \pm 2,9$ escore e para pós intervenção $15,80 \pm 2,8$ escore.

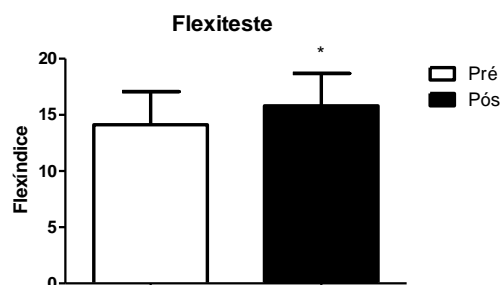


Figura 1. Comparação do flexiteste antes e após intervenção de 04 semanas.

* Diferença significativa ($p=0,01$) para a primeira avaliação.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que 04 semanas de sessões de alongamento foi capaz de aumentar os níveis de flexibilidade em mulheres.

AGRADECIMENTOS:

Às alunas da Academia Valéria Bruno, Muriaé-MG, por terem se disponibilizado a participar desta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] DANTAS, E.H.M. Flexibilidade: alongamento e flexionamento. 5ª Ed. Rio de Janeiro – RJ. Shape Editora Ltda, 2005; [2] FARINATTI, P.T.V, MONTEIRO, W.D. Fisiologia e avaliação funcional. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

FATORES MOTIVACIONAIS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE IDOSOS DA CIDADE DE EUGENÓPOLIS, MG

Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA (IC – milaynefumian@hotmail.com)¹; Ana Carolina MARTINS (IC)¹, Marcela Brum de SOUZA (IC)¹, Hely LOQUE (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Fatores Motivacionais, Idosos, Atividade Física.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo que acontece na vida do ser humano de forma contínua, que acarreta em declínio progressivo dos processos fisiológicos [1]. A adoção de um estilo de vida ativo auxilia na manutenção da capacidade funcional e da autonomia física durante o processo de envelhecimento, minimizando a degeneração provocada decorrente do envelhecimento, resultando em melhoria geral da saúde e, conseqüentemente, maior qualidade de vida do idoso [2]. As adaptações geradas pela prática regular de atividade física são capazes de minimizar os citados declínios fisiológicos decorrentes do avançar da idade, sobretudo no que diz respeito as valências físicas força, agilidade, equilíbrio, flexibilidade, coordenação e resistência aeróbica [3]. Diante de tais benefícios, torna-se importante conhecer os fatores motivacionais que influenciam a adesão e a permanência de idosos a um estilo de vida ativo [4]. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi identificar os principais aspectos motivacionais da população idosa a ingressar em programas que estimulam um estilo de vida ativo na terceira idade.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 15 idosos de ambos os sexos, participantes de um programa de ginástica para idosos da cidade de Eugenópolis-MG. Os avaliados responderam a um questionário, contendo cinco (5) questões objetivas onde tinham que marcar apenas, sim ou não. O questionário foi elaborado pela responsável da pesquisa, Milayne Fumian Cruz Oliveira, tendo como interesse analisar os fatores motivacionais que colaboravam ou dificultavam a prática de atividades físicas apresentadas pelo grupo de idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

66,66% (10) afirmam ter iniciado a prática de atividade física por recomendação médica; 100% (15) afirma que optação pela prática de atividade física se deu visando melhorias relacionadas ao convívio social; 100% (15) afirmaram que o bem-estar gerado por um estilo de vida ativo representa grande motivação a eles; 80% (12) consideram o local de prática das atividades um ambiente agradável e adaptado às necessidades de sua faixa etária enquanto outros 20% (3) discordam; 100% (15) da amostra demonstrou interesse em permanecer praticando atividade física enquanto lhes for possível, em busca da manutenção e melhoria da qualidade de vida.

CONCLUSÕES:

Os principais motivos apontados pelos idosos entrevistados para a adesão à atividade física foram o convívio social ou inserção a um grupo, bem como o bem-estar conseqüente da manutenção de um estilo de vida ativo. Portanto, ao se trabalhar com a população de idosa, sugere-

se que tais motivos devam ser levados em consideração pelo educador físico, ao planejar as atividades propostas a essa parcela da população.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] NÓBREGA, A. C. L. et al. POSICIONAMENTO OFICIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO ESPORTE E DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA: ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE NO IDOSO. Niterói: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 5, n. 6, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86921999000600002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2015. [2] FREITAS, C. M. S. M. et al. Aspectos motivacionais que influenciam a adesão e manutenção de idosos a programas de exercício físico. Rev. Bras. Cineantropometria e Desempenho Humano. P. 92-100. Recife- PE. 2007. [3] RIBEIRO, D.P. et al. Programa da ginástica para idosos nos centros de saúde: avaliação da aptidão física. Curitiba. v. 22. n. 3. P. 407-417. jul.-set, 2009. [4] MEURER, S. T. et al. Fatores motivacionais de idosos praticantes de exercício físicos: um estudo baseado na teoria da autodeterminação. Santa Catarina. P. 299-303. mai.-ago, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FAMINAS/MURIAÉ

Samyra Tavora **CORREIA** (samyracorreia44@gmail.com)¹; Taciara T. G. **FARIA** (IC)¹, Janaina Teixeira da **SILVA** (IC)¹ e Carla Beatriz da Silva **RAFAEL** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores;
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Educação Física, satisfação, profissionais.

INTRODUÇÃO:

O mercado de trabalho do profissional de Educação Física é amplo com diversas colocações na sociedade, nas escolas, em academias e clubes. As academias de atividades esportivas tem sido a escolha de muitos profissionais, principalmente recém-formados, isto pode ser constatado pelo crescimento acelerado da procura da população pelas atividades físicas desenvolvidas em estabelecimentos fora da educação formal como as academias [1]. Há também os profissionais que optam por trabalharem como professores de Educação Física escolar. Contudo destacando a importância do profissional dessa área, o objetivo desta pesquisa foi levantar informações juntos aos profissionais da Educação Física já egressos da instituição Faminas/Muriaé sobre quais campos de atuação são mais procurados, quais de maior preferência e qual o grau de satisfação desses profissionais.

MATERIAL E MÉTODOS:

O método de pesquisa aplicado foi quantitativo descritivo. Aplicou-se uma entrevista semi-estruturada elaborada pelos pesquisadores e supervisionado pela professora orientadora do estudo. O questionário é composto por oito questões referentes à formação, registro profissional e área de atuação dos egressos da instituição. A amostra foi composta por 15 professores de Educação Física de quatro cidades distintas, Cataguases, Ervália, Muriaé e Fervedouro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A análise dos questionários permitiu a conclusão de que 67% dos formados avaliados são licenciados, enquanto os 33% restantes são formados em ambas as graduações licenciatura e bacharelado. O campo de atuação que os profissionais mais se identificam é a área de musculação, os percentuais obtidos foram: 50% musculação, 25% esportes, 18,75% escolas e 6,25% ginástica. Já as atuais áreas profissionais que esses ex-alunos atuam são: 40% musculação (academias), 25% escolas, 15% ginástica, 15% personal e 5% NASF. Comparando os percentuais percebemos que nem todos os profissionais estão atuando nas áreas de atuação de preferência, mas o grau de satisfação é relevante, pois detectou-se que 93% dos participantes se consideram satisfeitos com suas profissões, enquanto somente 7% estão insatisfeitos.

CONCLUSÕES:

A Educação Física se mostra um campo amplo e em crescimento, abrindo um leque de oportunidades. Este artigo veio avaliar o grau de satisfação dos profissionais egressos da instituição Faminas/Muriaé. Dos 15 professores entrevistados, o campo da musculação se apresentou como preferido e mais procurado pelos profissionais da área, seguido do esporte, escolas e ginástica. Alguns não atuam

em suas áreas de preferência, porém o grau de satisfação foi elevado, pois 93% estão satisfeitos enquanto somente 7% encontram-se insatisfeitos. O resultado obtido com a pesquisa quanto à satisfação não era o esperado, uma vez que alguns não trabalham em seu campo de preferência, isso pode ser explicado devido ao pequeno número da amostra ou pela quantidade de cidades pesquisadas. Isso deixa em aberto futuras pesquisas com uma amostra maior. Conclui-se que a satisfação elevada mostra que os profissionais de Educação Física formados na Faminas/Muriaé tiveram a resposta que queriam após a graduação.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MELLO, S. I. L.; OELKE, S. A.; TESSARI, M. Determinantes pela procura de cursos de Educação Física e a influência destes na opção profissional do estudante catarinense. Florianópolis: 1995. Relatório de Pesquisa. CEFID-UDESC. [2] VALENTE, L. D.; Bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho em profissionais de Educação Física. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo de Campo. 2007. [3] MATTOS, M. G.; ROSSETTO JR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e prática da metodologia da pesquisa em Educação Física: Construindo sua monografia, Artigos e projetos de ação. São Paulo: Phorte, 2004.

Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS HIGIÊNICOS NO ÂMBITO ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE MURIAÉ-MG E REGIÃO

Isaura Maria de Oliveira da SILVA, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Lívia Fonseca Gomes da SILVA (IC)¹, Bernardo RODRIGUES (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física e Farmácia FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Higiene, Escola e Saúde.

INTRODUÇÃO:

Durante a infância, época decisiva na construção de hábitos e atitudes, a escola assume um papel importante por seu potencial para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo [1]. O objetivo desse presente estudo foi verificar a metodologia utilizada por professores que ministram aulas de diferentes disciplinas quanto à utilização e/ou exemplificação para seus alunos sobre hábitos higiênicos com o corpo.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa tem caráter qualitativo. Fizeram parte desta pesquisa professores da Escola Municipal Dedinho Mágico, situada na cidade de Eugenópolis-MG. A pesquisa foi realizada no mês de Março de 2015. Participaram 07 professores de educação física. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, responderam um questionário semiestruturado e posteriormente analisados seguindo a proposta de análise temática, com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos 07 (100%) professores de Educação Física entrevistados, 5 (71,4%) dos professores eram do sexo masculino e 2 (28,6%) professores eram do sexo feminino; 07 (100%) acham importante trabalhar nos conteúdos das aulas de educação física medidas de hábitos de higiene; 6 (85,7%) trabalham conteúdos de higiene em suas aulas; 6 (71,4%) utilizam recurso audiovisual em suas aulas para abordar o tema; 2 (28,6%) utilizam pesquisa em suas aulas para abordar o tema; 7 (100%) nunca participou de um curso de medidas de hábitos de higiene após a formação; 7 (100%) acha importante curso de medidas de hábitos de higiene.

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que os professores estudados, a maior parte trabalha com o conteúdo de medidas de hábitos de higiene em suas aulas, sendo utilizados recursos audiovisuais preferencialmente por estes profissionais para expor o tema. Eles também apontam para a necessidade de capacitação específica e maior suporte para se trabalhar como conteúdo, nas aulas de educação física escolar, hábitos higiênicos.

AGRADECIMENTOS:

À Escola Municipal Dedinho Mágico pela pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 283-291, maio-ago, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE IDOSOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA

Ana Carolina **MARTINS** (IC – carolinaanamartins@hotmail.com)¹, Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC)¹, Guilherme **TUCHER** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Escolaridade, Idoso, Atividade física.

INTRODUÇÃO:

O processo de envelhecimento está relacionado a alterações físicas e psicológicas. Como exemplo cita-se a diminuição da força muscular, flexibilidade articular, coordenação motora e um declínio no desempenho cognitivo. Estas alterações interferem em pequenas práticas de atividade da vida diária, como por exemplo, carregar compras ou subir em ônibus [1]. Outro fator importante é a escolaridade, pois constatou-se uma influência da escolaridade na velocidade de processamento, atenção, funções executivas, memória e na inteligência, sendo que as pessoas com maior nível de escolaridade tendem a ter um melhor desempenho comparados àqueles menos ativos [3]. A atividade física é aconselhada como tratamento das consequências negativas do envelhecimento proporcionando diversos benefícios como a diminuição dos sintomas depressivos, melhora a auto eficácia, o desempenho cognitivo, a memória recente, a força muscular, o controle do equilíbrio, e a saúde em geral [2]. Neste sentido, a hidroginástica é aconselhada por ter como benefício à melhora da flexibilidade, do equilíbrio, da coordenação motora e da modificação positiva na composição corporal [1]. Ao compararmos as alterações motoras provenientes do envelhecimento com a baixa escolaridade do idoso, encontramos um declínio funcional ocorrido com o aumento da idade. O nível de escolaridade é importante para o desempenho cognitivo, pois podem aumentar na aprendizagem de conhecimentos, habilidades específicas, eficiência geral no procedimento e manejo de informações [2]. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o nível de escolaridade dos idosos praticantes de hidroginástica [2].

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 30 idosos praticantes de hidroginástica, de ambos os sexos. Os indivíduos possuem $68,1 \pm 6,66$ anos e fazem hidroginástica a pelo menos 1 ano. Os indivíduos foram avaliados por meio de um questionário com 1 pergunta fechada relativa ao nível de escolaridade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com o nível de escolaridade constatou-se que 53,3% dos idosos possuem o ensino fundamental incompleto, 20% possuem o ensino médio completo, 10% possuem o ensino superior completo, 6,7% possuem o ensino fundamental completo, 6,6% não são alfabetizados, 3,4% possuem o ensino médio incompleto.

CONCLUSÕES:

Os resultados do estudo sugerem que o nível de escolaridade do idoso ainda esteja baixo, e por isso a procura pela atividade física tardia. Portanto quanto maior o nível de escolaridade do idoso, maior a percepção da

importância da prática da atividade física, podendo assim diminuir as perdas no processo de envelhecimento [4].

BIBLIOGRAFIA:

[1] PAULA, K. C.; PAULA, D. C. Hidroginástica na terceira idade, Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Vol. 4, Nº 1 – jan/fev, 1998; [2] JUNIOR, A. C. Q.; LAMONATO, A. C. C.; GOBBI, S. Nível de escolaridade não influencia nível de atividade física em idosos, Motriz, Rio Claro, v.17, n.1, p.202-208, jan/mar. 2011. [3] COELHO, F. G. M et al. Desempenho cognitivo em diferentes níveis de escolaridade de adultos e idosos ativos, Revista Brasileira de Geriatria. Gerontol, Rio de Janeiro, 2012; 15(1):7-15. [4] SILVA, L. D et al. Estudo Comparativo entre nível de escolaridade e atividade física em idosos. Congresso Internacional de Envelhecimento Humano - CIEH, UFRN, Rio Grande do Norte.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

pH URINÁRIO EM ALUNOS, ANTES E APÓS UMA PARTIDA DE FUTSAL

Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC – gilderecreio@yahoo.com.br)¹, Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Urina, pH, Futsal.

INTRODUÇÃO:

A prática esportiva do futsal é muito comum nas escolas. E hoje é considerado um dos três esportes mais populares no país e tem conquistado lugar de destaque entre os esportes de quadra. Diversos pesquisadores têm investigado sobre os aspectos específicos desta modalidade, buscando produzir novos conhecimentos acerca das características dos atletas e das respostas agudas e crônicas ao treinamento específico do futsal [1]. Todavia, um dos fatores que impedem alunos de praticar tal modalidade esportiva é a obesidade. E ela, a obesidade infantil vem aumentando significativamente, sendo determinante em complicações na própria infância e na fase adulta [2]. Portanto, a atividade física é um dos fatores que favorecem todos os tipos de pessoas a perderem peso. Ressalta-se também, uma atenção especial também em conhecer os hábitos de hidratação, visto que muitas pessoas não costumam se hidratar adequadamente, comportamento que ocasiona diminuição de rendimento, principalmente em situações de stress ambiental, além de impor sérios riscos à saúde [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi verificar a perda de peso nos alunos praticantes de futsal.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 12 alunos ($16,08 \pm 0,64$ anos) do sexo masculino, praticantes de futsal a pelo menos 3 anos e alunos regularmente matriculados na Escola Estadual Olavo Bilac, situada no município de Recreio-MG. Os procedimentos da pesquisa constaram de 1 visita, onde foram coletados urina antes e após o jogo de futsal em coletores apropriados para análise do PH na urina. Após o primeiro tempo da partida, os alunos ingeriram 400 (quatrocentos) ml de água e comeram uma banana, enquanto ao término do segundo tempo, eles ingeriram novamente, apenas 400 (quatrocentos) ml de água. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização e dispersão. Para comparar os níveis de PH foi utilizado teste T pareado. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. O nível de significância foi de $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A média dos níveis de pH na urina no início do jogo de futsal foi de $5,66 \pm 0,5$ UI e após o jogo de futsal foi de $6,12 \pm 1,1$ UI. Quando comparados a análise (Pré vs. Pós) jogo, não houve diferença ($p=0,22$) observado entre as duas medidas.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que na modalidade esportiva futsal, os praticantes não possuem variação no índice do pH urinário antes e após uma partida de futsal.

AGRADECIMENTOS:

Aos doze alunos da Escola Estadual Olavo Bilac e a Secretaira Municipal de Saúde de Recreio.

BIBLIOGRAFIA:

[1] TRETIN, M. M.; CONFORTIN, F. G.; SÁ, C. A. Hidratação e taxa de sudores em atletas de futsal masculino. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Santa Catarina – SC. Fev. 2015. [2] MELLO, E. D.; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?, *Jornal de Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria*. Vol. 80, nº 3, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PERDA DE MASSA CORPORAL EM ESCOLARES DE 15 A 17 ANOS DURANTE UMA PARTIDA DE FUTSAL

Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** (IC – gilderecreio@yahoo.com.br)¹, Gean Carlos Gomes da **SILVA** (IC)¹, Antônio José Cândido de **SOUZA** (IC)¹, Hely Toledo **LOQUE** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Perda de peso, Futsal, Alunos.

INTRODUÇÃO:

A prática esportiva do futsal é muito comum nas escolas públicas e particulares de todo o Brasil, figurando entre os três esportes mais populares do país e ocupando lugar de destaque entre os esportes de quadra [1]. A literatura acadêmica é vasta de pesquisas acerca dos aspectos relacionados à prática desta modalidade, seja em busca de informações sobre adaptações agudas ou crônicas decorrentes do treinamento do futsal [1]. Sobretudo no âmbito escolar, a obesidade pode ser apontada como um dos principais fatores desestimulantes para a prática de Futsal por parte de alunos de ambos os sexos. Tal fator se faz relevante, sobretudo pelos alarmantes índices de obesidade infantil identificados no Brasil [2]. A atividade física aliada a alimentação equilibrada representam o principal meio de perda e manutenção de peso, seja na infância, adolescência ou na fase adulta. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi identificar a perda de peso de escolares com idade média de $16,08 \pm 0,64$ anos, ao praticarem Futsal no âmbito escolar.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 12 alunos do sexo masculino do Ensino médio da Escola Estadual Olavo Bilac do município de Recreio - MG. Os indivíduos possuem idade média de $16,08 \pm 0,64$ anos, praticantes de futsal a pelo menos 3 anos dentro do âmbito escolar nas aulas de Educação Física. A massa corporal dos indivíduos foi coletada antes e após de uma partida de futsal, dentro da própria aula de Educação Física. Após o primeiro tempo da partida, os alunos ingeriram 400 (quatrocentos) ml de água e ingeriram uma banana, enquanto ao término do segundo tempo, ingeriram novamente 400 (quatrocentos) ml de água, antes da nova pesagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com a análise constatou-se que houve perda de peso numa variação de 100 (cem) gramas a 500 (quinhentas) gramas. A média do peso antes da partida de futsal foi de $62,78 \pm 8,58$ kilogramas e após a partida de $62,54 \pm 8,53$ kilogramas. Observou-se também que a ingestão de água e da banana pode interferir na perda de peso dos alunos.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que a prática esportiva de Futsal acarreta em perda de peso a seus praticantes, mesmo que ao se avaliar apenas uma partida. Assim sendo, a prática de Futsal pode ser aplicada a programas escolares que visam manutenção ou perda de peso dos escolares.

AGRADECIMENTOS:

Aos doze alunos da Escola Estadual Olavo Bilac e a farmácia Nossa Drogaria.

BIBLIOGRAFIA:

[1] TRETIN, M. M.; CONFORTIN, F. G.; SÁ, C. A. Hidratação e taxa de sudores em atletas de futsal masculino. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Santa Catarina – SC. Fev. 2015. [2] MELLO, E. D.; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?, *Jornal de Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria*. Vol. 80, nº 3, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PREFERÊNCIA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR ESPORTES COLETIVOS MINISTRADOS NA CIDADE DE EUGENÓPOLIS-MG

Isaura Maria de Oliveira da **SILVA**, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Lívia Fonseca Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física e Farmácia
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Alunos, Preferência e Esportes Coletivos.

INTRODUÇÃO:

Os esportes são tratados como forma de movimento humano, onde há uma relação de diálogo da prática com significado/sentido para a vida do aluno, trazendo as possibilidades de jogo e movimento para o mundo cotidiano dos alunos através da Educação Física como uma maneira de provocar uma ampliação das possibilidades de jogo e movimento [1]. O objetivo desse presente estudo foi justamente verificar a preferência de alunos do quinto (5º) ano, quanto aos esportes coletivos (Handebol, Basquetebol, Futebol e Voleibol) nas aulas de Educação Física de uma escola municipal da cidade de Eugénópolis-MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Fizeram parte deste estudo alunos das duas turmas do quinto (5º) ano Escola Municipal Dedinho Mágico, situada na cidade de Eugénópolis-MG. A pesquisa foi realizada no mês de Março de 2015. Participaram 28 alunos com idades entre 9 e 11 anos, sendo 42% do sexo feminino e 58% do sexo masculino. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, responderam um questionário estruturado com apenas uma pergunta diretamente relacionada à preferência por um esporte coletivo ministrado nas aulas de Educação Física da escola citada acima. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A participação nas aulas de Educação Física, 23 (100%) alunos que 65% dos alunos tem como preferência o futebol, 15% o Basquetebol, 12% o Voleibol e 8% o Handebol, sendo o esporte coletivo de menos preferência entre os alunos do quinto (5º) ano.

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que a maioria dos alunos participa ativamente das aulas de Educação Física na escola observada e que a maioria prefere praticar o futebol nas aulas de Educação Física, mas não deixando de lado os outros esportes coletivos, principalmente o basquetebol, por ser o segundo esporte coletivo de maior preferência entre os alunos.

AGRADECIMENTOS:

À Escola Municipal Dedinho Mágico pela pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

PRIMEIROS SOCORROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ABORDAGEM DA INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA OCORRÊNCIA DE ACIDENTES OU INCIDENTES NO ÂMBITO ESCOLAR

Isaura Maria de Oliveira da **SILVA**, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Lívia Fonseca Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física e Farmácia FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Primeiros socorros, Educação Física e Escola.

INTRODUÇÃO:

Durante a infância, época decisiva na construção de hábitos e atitudes, a escola assume um papel importante por seu potencial para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo [1]. O objetivo desse presente estudo foi entender os procedimentos utilizados pelos professores de Educação Física quando há a ocorrência de acidentes ou incidentes em suas aulas, seja teórica ou prática.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa tem caráter qualitativo. Fizeram parte destes professores Escola Municipal Dedinho Mágico, situada na cidade de Eugenópolis-MG. A pesquisa foi realizada no mês de Março de 2015. Participaram 07 professores de educação física. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, responderam um questionário semiestruturado e posteriormente analisados seguindo a proposta de análise temática, com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos 07 (100%) professores de Educação Física entrevistados, 5 (71,4%) dos professores eram do sexo masculino e 2 (28,6%) professores eram do sexo feminino; 07 (100%) como maiores causas de acidente a falta de brincadeiras seguras; 6 (85,7%) apontam a quadra como local mais comum para acidentes; 5 (71,4%) apresentam como procedimento inicial prestação de socorro; 7 (100%) apresentam como procedimento o encaminhamento para o hospital; 7 (100%) tiveram primeiros socorros em sua formação; 7 (100%) consideram importante cursos de primeiros socorros; 7 (100%) não participaram de nenhum curso de primeiros socorros após sua formação; 7 (100%) não conhecem a lei prevista no código penal para os casos de omissão de socorro; 7 (100%) não se consideram seguros na atuação da prestação do socorro em suas aulas.

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que os professores estudados, a maior parte deles apresentam como procedimento a prestação do socorro em caso de acidentes e incidente em suas aulas. Eles também apontam para a necessidade de capacitação específica e maior suporte para obterem segurança e conhecimento apropriado para a prestação do socorro.

AGRADECIMENTOS:

À Escola Municipal Dedinho Mágico pela pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 283-291, maio-ago, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE FÍSICA E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA CONCEPÇÃO ATUAL

Isaura Maria de Oliveira da **SILVA**, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Lívia Fonseca Gomes da **SILVA** (IC)¹, Bernardo **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física e Farmácia FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Atividade física, Educação Inclusiva e Deficiência visual.

INTRODUÇÃO:

A inclusão tem o desafio de garantir educação para todos, aonde os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam pessoas solidárias, sendo a participação do professor é essencial [1]. O objetivo desse presente estudo foi descrever os procedimentos adotados por professores de Educação Física de escolas de Muriaé e região para se lidar com alunos que apresentam deficiência visual dentro do contexto escolar.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa tem caráter qualitativo. Fizeram parte destes professores Escola Municipal Dedinho Mágico, situada na cidade de Eugenópolis-MG. A pesquisa foi realizada no mês de Março de 2015. Participaram 07 professores de educação física. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde, responderam um questionário semiestruturado e posteriormente analisados seguindo a proposta de análise temática, com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa foi realizada com prévia autorização da direção escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos 07 (100%) professores de Educação Física entrevistados, 5 (71,4%) dos professores eram do sexo masculino e 2 (28,6%) professores eram do sexo feminino; 4 (57,14%) já lecionaram para um deficiente visual; 1 (14,2%) atualmente leciona para um deficiente visual; 0 (0%) apresentaram algum procedimento que adotaria em suas aulas de educação física para a inclusão deste aluno; 7 (100%) como maior dificuldade a falta de profissionais treinados à inclusão deste aluno.

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que os professores estudados necessitam de capacitação específica e maior suporte para lidar com alunos que apresentam deficiência visual dentro do contexto escolar.

AGRADECIMENTOS:

À Escola Municipal Dedinho Mágico pela pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] RODRIGUES, D. A. Educação física perante educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, V. 23, p. 73-80, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

ANÁLISE SOBRE O CONHECIMENTO DOS HOMENS REFERENTE AO CÂNCER DE PRÓSTATA, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG.

Lilian Fernanda Pereira Vaz **MACHADO** (IC -lilianfernanda80@yahoo.com.br)¹, Luciana Aurora **SILVA** (IC)¹, Mariana Navarro Domingos Dos **SANTOS** (IC)¹ e Aline Ribeiro Murta **ABREU** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Desinformação; Saúde do Homem; Câncer de Próstata.

INTRODUÇÃO:

O câncer de próstata no Brasil, é o segundo mais comum entre os homens, e o sexto tipo mais comum no mundo. Sua taxa de incidência é cerca de seis vezes maior nos países desenvolvidos em comparação aos países em desenvolvimento. Estima-se que no Brasil ocorrerão em 2014 cerca de 68.800 casos novos. Os fatores de risco incluem idade avançada (acima de 50 anos), histórico familiar da doença, fatores hormonais e ambientais, certos hábitos alimentares, sedentarismo e excesso de peso. [1]. A próstata é uma glândula do sistema reprodutor masculino, que produz e armazena parte do fluido seminal. É um órgão muito pequeno, e situa-se abaixo da bexiga. Envolve a porção inicial da uretra, um tubo pelo qual a urina armazenada na bexiga é eliminada. Devido a sua localização, a próstata pode ser apalpada pelo toque retal. [2]. Recomenda-se também a dosagem de PSA (antígeno prostático específico) no sangue, e deve ser realizado junto com o toque retal. [3]. O estudo tem como objetivo avaliar o conhecimento dos homens em relação ao câncer de próstata, suas consequências e formas de prevenção, no município de Rosário da Limeira-MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Os dados foram coletados no município de Rosário da Limeira, MG, os sujeitos da pesquisa foram homens e mulheres na faixa etária de 20 e 72 anos, sendo escolhidos aleatoriamente, que responderam a um questionário elaborado exclusivamente para a pesquisa, com 10 questões pertinentes sobre o câncer de próstata, sendo distribuído ainda, um folheto informativo sobre o respectivo assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos entrevistados, 70% afirmam procurar a unidade de saúde somente quando sentem-se mal e 30% não procuram, a maioria tem entre 30 e 50 anos 83,3% seguido de 8,3% entre 20 e 25 anos e acima de 51 anos. 81,6% são casados e 18,3% solteiros. 60% sabem o que é o câncer de próstata enquanto 40% relatam não saber. Quanto aos fatores de risco, 76,6% não souberam descrever, enquanto 23,3% relatam conhecer. Sobre a realização do exame e sua frequência 80% desconhecem e 20% tem algum conhecimento. Quanto a prevenção a maioria desconhece 85%. A maioria relata não saber que existem programas do ministério da saúde para melhoria da saúde dos homens. Isso revela que ainda há muita falta de informação, o que prejudica na realização dos exames e no diagnóstico precoce da doença, sendo importante que a Estratégia Saúde da Família foque também na política voltada para os homens, diminuindo assim a falta de informação.

CONCLUSÃO:

É fundamental orientar o paciente, acolhê-lo e incentivar a busca por diagnóstico precoce e tratamento. É importante a conscientização dirigida a sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata, pois uma neoplasia confirmada no início oferece mais chances de cura e recuperação do paciente. A maioria dos entrevistados desconhece os fatores de risco do câncer, assim como, a prevenção e os exames que precisam ser feitos. É preciso uma boa intervenção educativa, que incentive a realização dos exames, orientando para mudanças dos hábitos de vida, que de todas as formas refletem na saúde dos indivíduos.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Disponível em: <INSTITUTO NACIONAL DE CANCER (INCA) > Acessado em 29/07/2014.

[2] Disponível em: <<http://www.hcancerbarretos.com.br/ao-cancer-de-prostata> > Acessado em 29/07/2014. [3] Disponível em: <<http://www.fcv.org.br/site/conteudo/conteudo.php?id=79> > Acessado em 30/07/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

APRIMORANDO OS CUIDADOS DE PREVENÇÃO QUANTO À REMOÇÃO DE DRENOS, SONDAS E CATETERES; SENSIBILIZANDO ACOMPANHANTES NA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ- MG.

Janilda da Silva Miranda FERREIRA (IC - janildaeramon@hotmail.com)¹, Dayanne Karla Ferreira FONSECA (IC)¹, Paula Maria Fialho LIMA (IC)¹, (PQ)² Sebastião Ezequiel VIEIRA².

1. Curso de Enfermagem; 2-Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: remoção de drenos, sondas e cateteres; Sensibilização; Orientação e prevenção.

INTRODUÇÃO:

A perda ou remoção de drenos, sondas e cateteres é considerada um evento adverso no tratamento dos pacientes. Sua manutenção, permeabilidade e fixação estão relacionados diretamente aos cuidados de enfermagem. Mediante a este evento adverso, indicadores são usados para avaliar o incidente, como exemplo: a retirada não planejada, retirada acidental, remoção voluntária, entre outros. Entretanto, existem situações que predisõem o risco desse evento adverso, tais como a falta de orientação ao familiar ou acompanhante. A literatura afirma que a maioria dos eventos, ocorre devido à remoção do próprio paciente [1]. O estudo a seguir tem como objetivo avaliar os fatores que levaram as remoções indesejadas de drenos, sondas e cateteres, e a partir desta análise criar medidas de prevenção quanto aos riscos inerentes.

MATERIAL E MÉTODOS:

Pesquisa quantitativa com abordagem descritiva dos dados, a mesma foi realizada na Fundação Cristiano Varella (FCV), e os dados foram coletados do sistema informatizado de produção INTERACT SA 6.4. Os dados foram contabilizados em dois momentos, no primeiro instante: antes da realização do projeto, foram coletados e analisados dados balizadores, a partir destes foi possível estipular metas de redução durante o projeto que compreenderia a 01 de abril a 01 de julho de 2014. Mediante esta coleta foi possível observar detalhes dos principais fatores que levaram as remoções, sendo notificados um total de 26 eventos no ano de 2013. Um fato notório observado é que na maioria dos casos os métodos de prevenção adotados pela instituição, como contenção química, mecânica, física, orientação dos familiares e acompanhantes foram seguidos pela equipe assistencial, porém se observou que os acompanhantes adormeciam de maneira profunda, durante a noite, desta forma não conseguiam observar as inquietações e agitação dos pacientes, assim não tinham condições de comunicar a enfermagem. Portanto a abordagem do projeto se baseou em principalmente sensibilizar os acompanhantes de sua importância no cuidado dos pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após o projeto de sensibilização os dados foram novamente computados, observou-se que a contar de 01 de abril a 01 de julho de 2014, houve apenas 04 notificações de eventos relacionados a drenos, sonda e cateteres. A meta de redução proposta foi de 20% nos três meses subsequentes ao projeto. Sendo assim, observa-se êxito do proposto projeto, tendo em vista que foi alcançado uma redução de 38,4% no número de eventos. O projeto foi desenvolvido da seguinte forma: desenvolvimento de ações preventivas junto

à equipe de enfermagem, sensibilização e orientações dos acompanhantes, realizado distribuição e orientação com o folder específico criado para a execução do projeto. Uma das orientações importantes repassadas aos acompanhantes e que mantivessem o sono em vigília, para que pudessem estar atentos às inquietações dos pacientes, e assim chamar o mais rápido possível à equipe de enfermagem.

CONCLUSÕES:

O presente estudo nos indica que o acompanhante junto à equipe de enfermagem é de grande importância na prevenção de eventos adversos. Desta forma, o estudo se torna relevante por permitir uma avaliação epidemiológica dos índices de remoção de drenos, sondas e cateteres, além de proporcionar medidas e ações para prevenção e o cuidado.

AGRADECIMENTO:

Ao enfermeiro Sebastião Ezequiel Vieira pelo apoio.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Acta paul.enferm.vol. 26 no.4 São Paulo 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002013000400007&script=sci_arttext> Acesso em março/2015 às 16h55m. [2] INTERACT SA 6.4.Sistema informatizado de produção. Fundação Cristiano Varella. Acesso em março de 2015.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA GESTAÇÃO E PUERPÉRIO EM PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PSF SANTO ANTÔNIO MURIAÉ – MG

Janilda da Silva Miranda FERREIRA (IC, janildaeramon@hotmail.com)¹, Dayanne Karla Ferreira FONSECA (IC)², Paula Maria Fialho LIMA (IC)³, Soraya Lucia do Carmo LOURES (PQ)².

1. Curso de Enfermagem; 2-Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Gestação e Puerpério; Atuação do Enfermeiro; Orientação.

INTRODUÇÃO:

A gestação é um período de intensas mudanças físicas e hormonais no corpo da mulher para acomodar o feto. Após o diagnóstico da gravidez a mulher é orientada a fazer o acompanhamento de pré-natal, onde o profissional médico e o enfermeiro vão orientar a mulher quanto aos cuidados que devem ser tomados durante toda a gravidez e após o parto. O puerpério é o período após o parto, em que todas as transformações físicas e fisiológicas desencadeadas pela gestação e pelo parto tendem a voltar ao normal. O puerpério divide-se em: imediato, tardio e remoto. A atenção à mulher e o recém-nascido (RN) no pós-parto e nas primeiras semanas são fundamentais para garantir a saúde materna e neonatal [2]. O objetivo deste trabalho foi orientar e conscientizar as gestantes e puérperas quanto aos cuidados para uma gravidez saudável e garantir a promoção da saúde materna e neonatal.

MATERIAL E MÉTODOS:

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com abordagem descritiva. A pesquisa foi realizada na Unidade de Atenção Básica PSF Santo Antonio do município de Muriaé MG, os dados foram coletados e analisados através da aplicação de um questionário estruturado com 08 questões, abordando a importância do aleitamento materno, tempo de duração do resguardo, cuidados com as mamas, cuidados com a alimentação, período pós-parto, retorno da vida sexual e métodos contraceptivos, cuidados com a higiene pessoal e alimentação do recém-nascido (RN) em mulheres de 21 a 34 anos. A pesquisa ocorreu em novembro de 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Através do estudo constatou-se que das mulheres entrevistadas 93,24% responderão que conhecem a importância do aleitamento materno, 6,6% não conheciam. Tempo de duração do resguardo 79,92% responderam que sabem, enquanto 19,8% não sabem. Cuidados com as mamas 46,62% conhecem os cuidados, já as outras 53,28% não conheciam, sendo essas orientadas quanto à importância desses cuidados para prevenir complicações como rachaduras. Alimentação 79,92% respondeu que sabiam, enquanto 19,98% não sabem, sendo essas orientadas. Período pós-parto 93,24% respondeu sim, e apenas 6,6% não conhecem. Quanto ao tempo para retornar à vida sexual e uso de métodos contraceptivos 6,6% não respondeu já as 46,62% afirmarão saber, enquanto 46,62% não sabem, resultado preocupante devido ao risco de gravidez não planejada, hemorragias e complicações durante o puerpério. Cuidados com a higiene 6,6% não respondeu e 93,24% responderam que sabem. Alimentação do recém-nascido 59,94% respondeu que sabem, já as 39,96% afirmarão não saber, sendo este um resultado preocupante,

levando em consideração que o aleitamento materno é indispensável ao recém-nascido e deve ser exclusivo até os seis meses de vida [1].

CONCLUSÕES:

O enfermeiro tem grande importância na prevenção e promoção da saúde da mulher na gestação e puerpério. A partir do estudo realizado conclui-se que a maioria das mulheres está sendo orientada quanto aos cuidados durante a gestação, puerpério, e a importância do aleitamento materno. Para resolver o problema das mulheres que ainda não tiveram orientações foram realizadas palestra e distribuição de folder dando ênfase na importância do aleitamento materno promovendo assim uma assistência humanizada e visando diminuir os riscos de desnutrição e complicações ao recém-nascido.

AGRADECIMENTO:

À FAMINAS pela realização do trabalho e ao PSF Santo Antônio pelo apoio.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] ERNA e Ziegel Mecca S. CRANLEY editora Guanabara oitava edição. Enfermagem Obstétrica. [2] [http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/04O%20ENFERMEIRO-NA-ASSISTENCIA-A-PUERPORA-NA-ATENCAOPRIMARIA-A-SAÚDE\(GOMES;NEVES\).pdf](http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/04O%20ENFERMEIRO-NA-ASSISTENCIA-A-PUERPORA-NA-ATENCAOPRIMARIA-A-SAÚDE(GOMES;NEVES).pdf) Revista Enfermagem Integrada – Ipatinga: Unileste-MG - V.4 - N.2 - Nov./Dez. 2011. Acesso em novembro de 2014.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO TESTE DE TOXOPLASMOSE EM GESTANTES, DURANTE O PRÉ-NATAL, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG.

Lilian Fernanda Pereira Vaz **MACHADO** (IC -lilianfernanda80@yahoo.com.br)¹, Elidiane Aparecida **PILLER** (IC)¹, Luciana Aurora **SILVA** (IC)¹ e Aline Ribeiro Murta **ABREU** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Pré-natal; Toxoplasmose; Gestação.

INTRODUÇÃO:

Segundo estudos realizados no Brasil, a soro-prevalência de toxoplasmose na população em geral varia aproximadamente entre 40 e 80%. Apesar desses valores elevados as maiores preocupações são voltadas as gestantes, devido a possibilidade de infecção congênita, que pode ser muitas vezes grave e até letal. [1]. A toxoplasmose é uma doença infecciosa, congênita ou adquirida, na maioria dos casos assintomática, causada pelo parasita *Toxoplasma gondii*. A transmissão da doença pode ocorrer através da ingestão de água, alimentos contaminados, carne mal cozida ou crua e fezes de gatos infectados. Embora não seja uma infecção grave para os adultos, ela deve ser prevenida durante a gravidez, uma vez que pode trazer grandes consequências para o bebê. Pode comprometer o desenvolvimento da criança, incluindo hidrocefalia, cegueira, abortamento ou até morte fetal. Por isso é tão importante que as gestantes sejam orientadas sobre a prevenção durante todo o pré-natal. [2]. Mulheres que já tiveram a doença não correm risco de reinfecção na gestação. Durante a gestação são solicitados exames para a detecção de dois tipos de anticorpos, o IgG e o IgM: Sendo que o IgG é o marcador da imunidade ao parasita e o IgM é o marcador de infecção pelo parasita. [3]. Este estudo analisou o conhecimento e a importância do teste de toxoplasmose em gestantes atendidas pela Estratégia Saúde da Família, localizado no município de Rosário da Limeira-MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Os dados foram coletados no município de Rosário da Limeira, MG, na Estratégia Saúde da Família (ESF) Padre Renato, os sujeitos da pesquisa foram gestantes na faixa etária de 15 a 34 anos, sendo que a escolha foi aleatória, incluindo todos os trimestre de gestação, estas responderam a um questionário elaborado exclusivamente para a pesquisa, com 07 questões sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Das pacientes entrevistadas, a maioria identificada corresponde a faixa etária entre 21 e 30 anos 55,8%, seguida de 23,5% entre 15 e 20 anos e 20,5% acima de 31 anos. Quanto a definição e formas de transmissão um número considerável 70,2% desconhecem, enquanto 29,4% afirmam conhecer. Sobre a forma de fazer o teste todos conhecem. Em relação a sua importância e consequência 82,3% não sabem, e apenas 17,6% relataram saber. Todas afirmaram ter realizado o teste, e ao perguntar sobre a importância do mesmo 94,1% afirmam ser importante enquanto 5,8% afirmam que não. Isso revela que ainda falta conhecimento sobre a importância do teste e suas consequências, por isso torna relevante uma maior abordagem sobre a realização do exame dentro da Estratégia Saúde da Família.

CONCLUSÕES:

É alta a falta de informações sobre a toxoplasmose e a importância do exame. O diagnóstico precoce é de suma importância para o início do tratamento. Todas as entrevistadas afirmam ter feito o teste, porém somente 17,6% sabem o quanto é importante. É fundamental a intervenção educativa pela equipe de enfermagem e acima de tudo o acompanhamento e o incentivo ao pré-natal.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho e ao ESF Padre Renato pelo apoio e colaboração.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n4/a05v7n4.pdf>> Acessado em 01/08/14.

[2] Disponível em: <<http://www.tuasaude.com/toxoplasmose-na-gravidez/>> Acessado em 01/08/14.

[3] Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br/ginecologia-e-obstetricia/gestacao-e-toxoplasmose>> Acessado em 04/08/14.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

AVALIAÇÃO DO NÚMERO DE QUEDAS E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM PACIENTES DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA NO SETOR DA ENFERMARIA CIRÚRGICA, CIDADE DE MURIAÉ - MG

Rosângela Vilela **MONTEIRO** (IC romonteiro12@hotmail.com)¹ Alessandra Aparecida **MARTINS** (IC)¹, Jaqueline **FELIPE** (IC)¹ Sebastião Ezequiel **VIEIRA** (PQ)².

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Queda, serviços, medidas de prevenção, hospital oncológico clinica cirúrgica.

INTRODUÇÃO:

[1] Queda é o deslocamento não intencional do corpo para o nível inferior a posição inicial, provocado por circunstâncias multifatoriais, resultando ou não em dano. A hospitalização aumenta o risco de queda, pois os pacientes se encontram em ambientes que não são familiares, muitas vezes são portadores de doença que predispõe a queda, sendo também muitos procedimentos terapêuticos, quedas podem levar as fraturas e outras complicações e ao maior tempo de permanência nos hospitais. [2] As medidas preventivas têm como finalidade reduzir a ocorrência de quedas de pacientes nos pontos de assistências e os danos causados por meio de implantação de medidas que contemplem avaliação de risco do paciente, garantindo um cuidado multiprofissional em um ambiente seguro e que promova a educação do paciente, familiares e profissionais.

MATERIAL E MÉTODOS:

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quanti qualitativa realizada por profissionais da área de saúde. O método utilizado foi coleta de dados e análise de dados através INTERACT AS 6.4, avaliando o número de quedas e os serviços prestados, os dados foram coletados em Muriaé MG, setor de clinica cirúrgica da fundação Cristiano Varella, sendo sujeito de pesquisa todos os pacientes com risco de queda como: crianças menores de cinco anos ou idosos portadores de declínio cognitivo, depressão e ansiedade, condições de saúde, AVC, hipotensão postural, tontura, convulsão, síncope, dor intensa e menor índice de massa corporal; Métodos utilizados para conscientização: entrega de panfletos aos internos e acompanhantes, orientação aos pacientes e acompanhantes nas medidas a serem seguidas como, grades do leito elevada, rodas travadas, o uso de chinelo de borracha, usar a escada de apoio ao descer do leito ex: pisar antes para firmá-la, e identificação do paciente com a pulseira correspondente ao risco de queda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O treinamento da equipe é fundamental para que se alertem aos possíveis riscos, educar os pacientes dos cuidados no ambiente hospitalar o paciente e acompanhante devem ser orientados. Com base nos resultados obtidos no período de janeiro a Dezembro de 2013 houve 29 eventos relacionados à queda, já no início de junho a setembro ocorreu notificações. A meta proposta era reduzir em 50% os riscos de queda em três meses, mas ocorreram 3,6 eventos nos três meses sendo a meta alcançada de 72,22%, totalizando a ocorrência de 11 eventos de Janeiro a dezembro de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sabemos que a hospitalização aumenta o risco de queda, pois os pacientes se encontram em ambientes que não são familiares, muitas vezes são portadores de doenças que já predispõe a queda então concluímos que a prevenção é o fator principal contra o risco de queda em pacientes hospitalizados; e através do projeto realizado as medidas preventivas que foram adotadas devem seguir em outras instituições sendo elas medidas universais a prevenção de quedas, com a importância de realizar palestras e educação continuada. Todo método de treinamento da equipe, pode reduzir significativamente o risco de queda aos pacientes hospitalizados.

AGRADECIMENTOS:

Ao professor Ezequiel, a Fundação Cristiano Varella, e à instituição de ensino FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1]: Protocolo de Prevenção de quedas/Ministério da saúde/ Anvisa/Fiocruz, WWW.saúde.mt.gov.br, [2]Dados da FCV (INTERACT).

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA DIMINUIÇÃO DO SOFRIMENTO NA VIDA DO PORTADOR DE ERISPELA BOLHOSA.

Daniele da Cruz de **SOUZA** (IC - dani.cruz.souza@hotmail.com)¹, Carolina da Cruz de **SOUZA** (IC)¹, Ludmila **GONÇALVES** (IC)¹, Rafael Gonzales de **OLIVEIRA** ((PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Curso de Biomedicina; 3. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavra chave: ferida, cuidado de enfermagem, tratamento.

INTRUDUÇÃO:

A erisipela é uma infecção caracterizada por presença de áreas de lesões infectadas, sendo a erisipela bolhosa um tipo mais grave. Caracterizada por ferida avermelhada, extensa e mais profunda, podendo afetar o tecido subcutâneo e até os músculos sendo causada pela penetração de uma bactéria chamada Streptococcus Beta-hemolítico do grupo A, através de uma ferida a bactéria ultrapassa a barreira da pele, invadindo e infectando os tecidos subcutâneos, formando uma mancha vermelha, quente e dolorosa [1]. Dentro do organismo, a proliferação das bactérias faz com que sejam liberadas muitas toxinas que provocam febre, cefaleia e mal-estar, e rapidamente afeta os vasos linfáticos existentes na segunda camada da pele e vai progressivamente evoluindo a partir do local de penetração. Evidentemente, à medida que a infecção vai evoluindo, o sistema de defesa tenta destruí-la, mas o organismo perde essa briga e a mancha vermelha se espalha. A erisipela bolhosa afeta tanto homens e mulheres de todas as idades e locais de maior incidência são as pernas e pés [3].

MATERIAL E MÉTODO:

O levantamento de dados foi realizado na Clínica Escola da Faculdade de Minas, campus Muriaé-mg, através da aplicação de diário de bordo, sendo ainda aplicado um questionário semiestruturado para anamnese inicial da usuária. A pesquisa foi realizada no período de julho a setembro de 2015, com a usuária, H.P, 86 anos, feminino, moradora da cidade de Recreio – Minas Gerais, diagnóstico clínico de erisipela bolhosa, no membro inferior esquerdo. Paciente arranhou o pé, começaram as dores e posteriormente parou de deambular. Realizado debridamento químico, para queimadura, ocorreu agravamento do quadro. Transferida para cidade de Muriaé onde foi submetida à debridamento cirúrgico e encaminhada pelo médico assistente ao Projeto de Laserterapia da Faminas – Muriaé.

RESULTADO E DISCUSSÃO:

Na 10ª (décima) sessão pode-se notar uma grande melhora no processo de cicatrização, foi observada a diminuição na extensão e aspecto da ferida. Segundo TANNURE Meire Chucre, e PINHEIRO Ana (SAE), os cuidados de enfermagem são indispensáveis no tratamento aos portadores de erisipela bolhosa sendo estas condutas utilizadas no usuário estudado a troca de curativos é indispensável. Destacamos dentre os vários cuidados a orientação à família, apoio ao paciente, alimentação saudável e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante deste estudo de caso pode-se observar que a usuária em questão teve uma evolução significativa. Através dos estudos utilizados foi constatado que o protocolo

utilizado SAE é recomendado e comprovado. Os cuidados de enfermagem são importantes para o processo de reabilitação do usuário na sociedade. Deve - se Ressaltar a responsabilidade de manter a observação intensiva com relação aos fatores locais, sistêmicos e externos que condicionam o surgimento da ferida ou interferiram no processo de cicatrização. Observar o aspecto e a evolução da ferida, realizar curativos diários. Proporcionar conforto ao paciente, buscar inseri-lo o mais breve possível as suas funções laborativas.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho aos professores orientadores e a família da paciente. BIBLIOGRAFIA: [1] SOUZA, Marcia de. Assistência de enfermagem em infectologia. Editora: Atheneu. São Paulo. Ano: 2014. [2] TANNURE Meire Chucre, e PINHEIRO Ana. SAE Guia Prático. [3] Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/diabetes/erisipela-2/> acesso em 10/09/2015 às 10:27 hrs.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO (UPP)

Tatiana Rosa do **CARMO** (IC-tatirosakta@hotmail.com)¹, Thaís de Almeida **PAULA**(IC)¹, Luana Barreto **SASSARA** (IC)¹ e Sebastião Ezequiel **VIEIRA** (PQ)²

1-Curso de Enfermagem 2-Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Prevenção; Enfermagem; Paciente e Risco Assistencial.

INTRODUÇÃO:

O risco assistencial inerente aos pacientes no ambiente hospitalar pode ser classificado como a combinação de probabilidades que podem ocasionar dano ao paciente. Desta forma, observa-se que o gerenciamento do risco se caracteriza pela tomada de decisões relativas aos riscos, ou uma ação que objetiva a redução das ocorrências [1]. No cenário hospitalar um evento notificável durante o tratamento, são as Úlceras por Pressão(UPP), lesões localizadas na pele ou tecido subjacente, geralmente sobre uma proeminência óssea, resultante da pressão ou da combinação entre pressão e cisalhamento [2]. É importante ressaltar que estas se desenvolvem quando não se proporciona os devidos cuidados de prevenção.

MATERIAL E MÉTODO:

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa dos dados. A pesquisa foi realizada na Fundação Cristiano Varella – Hospital do Câncer de Muriaé/MG, na Unidade de Internação Clínica. Os dados foram coletados durante os meses de janeiro a dezembro de 2013, neste período foi observado um total de 29 notificações de Úlceras por Pressão (UPP), o que correspondeu a um percentual de 21,8% de todas as notificações[3].

RESULTADO E DISCURSÃO:

Entre os dados coletados foram observadas 133 notificações durante o ano 2013, sendo que as UPP de origem hospitalar foram os eventos mais notificados somando 29 notificações (21,8%), seguido por UPP de origem domiciliar com 26 notificações (19,5%). As demais notificações foram discriminadas da seguinte forma: remoção de cateter com 26 (19,5%) eventos, pneumonia associada a assistência a saúde 14 (10,5%), erro de administração de medicação por horário incorreto com 7 (5,2%), flebites 7 (5,2%), infecção de trato urinário 5 (3,7%), erro de horário na administração da dieta 5 (3,7%), coletor de urina sem proteção 4 (3%), ausência de aferição do resíduo gástrico 4 (3%), as demais notificações não discriminadas somaram 06 eventos (4,5%). Por meio dos dados foi possível identificar que a UPP de origem hospitalar é o evento mais preponderante dentro da Unidade de Internação Clínica com 29 (21,8%) notificações. Alguns fatores podem contribuir para que isto ocorra, primeiramente atribui-se às características do setor, pois acolhe especificamente pacientes sem possibilidades terapêuticas onde é indicado os cuidados paliativos. A presença de maior umidade nestes pacientes, segundo a escala de Braden estes fatores aumentam significativamente o risco do aparecimento das UPP [2]. Outro dado que chama a atenção são as notificações de UPP de origem domiciliar 26 eventos (19,5%), esta situação torna-se bem peculiar tendo em vista que estes

pacientes em muitos casos encontram-se em fase terminal de vida.

CONCLUSÕES:

O presente trabalho nos possibilitou visualizar a importância das notificações de eventos adversos dentro do ambiente hospitalar. Conhecer estatisticamente os riscos agregados aos cuidados em saúde é essencial para fornecer um direcionamento as ações preventivas e corretivas. Neste trabalho foi possível observar que as UPP são eventos que merecem atenção, principalmente quando os pacientes apresentam maior vulnerabilidade, para tanto os cuidados preventivos devem ser a arma prioritária no combate a este evento. Somente com um bom gerenciamento é possível melhorar a qualidade assistencial dos pacientes hospitalizados.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho e a Fundação Cristiano Varella.

BIBLIOGRAFIA:

[1]CAPUCHO,H.C.;BRANQUINHO,S.;REIS,L.V. Gerenciamento de Riscos e Segurança do Paciente. Rede Sentinela ANVISA,2010. Disponível em:<www.sbrafh.org.br/site/index/library/id/117>. Acesso em 15 de Março de 2015. [2] BRASIL. Protocolo para Prevenção de Úlcera por Pressão. Ministério da Saúde/ANVISA/Fiocruz, 2013;[3] INTERACT SA 6.4. Sistema informatizado de produção. Fundação Cristiano Varella. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

IMPACTO DAS FERIDAS CRÔNICAS NA QUALIDADE DE VIDA DE SEUS PORTADORES, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA, MG.

Lilian Fernanda Pereira Vaz **MACHADO** (IC -lilianfernanda80@yahoo.com.br)¹, Mariana Navarro Domingos Dos **SANTOS** (IC)¹, Luciana Aurora **SILVA** (IC)¹ e Aline Ribeiro Murta **ABREU** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Curativo; Feridas Crônicas; Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO:

Vivemos na época de uma maior valorização da estética e da beleza, em que a imagem corporal está relacionada com a juventude, integridade e saúde. Com isso, é pertinente levarmos em consideração, que a condição de ter uma ferida crônica pode ocasionar mudanças na vida dos portadores e consequentemente familiares e amigos. [1]. Uma ferida não é apenas uma lesão física, mas é algo que afeta também a saúde mental do paciente. E na maioria das vezes incapacita-o para diversas atividades do dia-a-dia, interferindo nas relações sociais e no convívio familiar. Portanto, o portador se torna uma pessoa vulnerável, com sentimento de tristeza, ansiedade, raiva e vergonha, afetando seu estado de equilíbrio e autoestima. [2]. No Brasil, as feridas compõem um grave problema de saúde pública, devido ao grande número de doentes. [3]. Torna-se extremamente relevante que a equipe multiprofissional proporcione uma assistência humanizada, atendendo as necessidades biopsicossociais do paciente, auxiliando-o na realização dos curativos, que tem os objetivos de proteção e prevenção de infecções, facilitando o processo de cicatrização. [4]. Este estudo analisou a interferência da ferida na qualidade de vida, assim como os efeitos psicológicos sobre os portadores.

MATERIAL E MÉTODOS:

Os dados foram coletados em Rosário da Limeira MG, com pacientes portadores de feridas crônicas, sendo escolhidos de forma aleatória, os sujeitos da pesquisa são homens e mulheres na faixa etária de 52 a 89 anos, que responderam a um questionário elaborado exclusivamente para esta pesquisa, com 12 questões sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos entrevistados, a maioria são do sexo feminino 60% enquanto 40% são do sexo masculino. Em relação ao estado civil, 40% referem ser casados, 35% viúvos, 25% solteiros. Destes, 60% afirmam ser portadores de úlcera venosa ou varicosa, 35% sofreram outros traumas que foram cronicando-se e 5% pé-diabético. A maioria 90% possuíam alguma Doença Crônica Não Transmissível (DCNT) tais como: hipertensão arterial, diabetes e problemas de circulação e 10% referem não sofrer de nenhum agravo. Quanto a realização do curativo, 80% são realizados diariamente, enquanto 20% realizam semanalmente. Todos os pacientes afirmam que a ferida os afetam psicologicamente, além de suas rotinas serem modificadas. E ao serem questionados sobre qualidade de vida a maioria afirma não ter. O estudo revela que essas feridas além de afetarem fisicamente, elas afetam mais ainda psicologicamente, trazendo diversos transtornos.

CONCLUSÕES:

Essas feridas podem iniciar de forma espontânea, até mesmo por picadas de insetos, mas com o decorrer do tempo e da mal realização do curativo elas se tornam um grande empecilho na vida das pessoas. O tratamento costuma ser prolongado e exige acompanhamento médico, curativos diários, dieta indicada e acima de tudo muito repouso, o que implica na dificuldade desses pacientes em levar suas vidas normalmente. A equipe de enfermagem tem papel fundamental na intervenção dessas feridas, pois está sempre auxiliando o paciente em seu dia-a-dia.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/viewFile/20178/16232>> acessado em 22/07/2014. [2] Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532008000100006> acessado em 22/07/2014. [3] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n4/07.pdf>> acessado em 23/07/2014. [4] Disponível em: <<http://www.fmt.am.gov.br/manual/curativos.htm>> acessado em 23/07/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

INSTRUTORES INTERNOS: APRIMORANDO O ACOLHIMENTO DOS NOVOS COLABORADORES

Fernanda Lydiane de lima **JESUS** (IC – fernandalydiane@bol.com.br)¹, Estefani de Oliveira **SILVA** (IC)¹, Alcione Ferreira **ANTUNES** (IC)¹ e Sebastião Ezequiel **VIEIRA** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Acolhimento, instrutores internos, treinamento.

APRESENTAÇÃO:

O processo de acolhimento e treinamento de novos colaboradores envolve a transmissão de conhecimentos específicos, experiências vividas, necessidades e pontos importantes do setor e sanar possíveis dúvidas que irão ajudá-los na prática e tomadas de decisões para assim alcançar diferenciais a partir de Protocolo Operacional Padrão (POP). O grande objetivo do projeto é qualificar e orientar os colaboradores iniciantes para que estes possam desempenhar efetivamente seu trabalho. Isso aumenta significativamente os resultados na melhoria do atendimento aos pacientes que são a peça fundamental de todo esse projeto. Esta é uma pesquisa qualitativa onde os dados foram obtidos a partir de um sistema informatizado [1] e o setor de Treinamento e Desenvolvimento da instituição.

DESENVOLVIMENTO:

No início de fevereiro do ano de 2014, foi desenvolvido o projeto inovador "Instrutores Internos" no Hospital de Câncer de Muriaé da Fundação Cristiano Varella com o objetivo de proporcionar acolhimento, oferecer acompanhamento sistematizado e segurança para a integração dos novos colaboradores, visto que estes ao chegarem na instituição, encontravam-se perdidos no novo ambiente. Para a instalação desse projeto, foram realizadas reuniões a fim de organizar um serviço adequado e que viesse a ter bons resultados em seu feedback. Os instrutores são escolhidos a partir de suas habilidades e experiência no ramo, perfil didático e boa comunicação para realizar esta função e capacitar os novatos; estes recebem crachás de identificação como uma forma de diferenciá-los facilitando assim o reconhecimento. Diante disso, o treinamento é para promover a aquisição de habilidades, conceitos, regras ou atitudes que resultem em melhoria da adequação entre as características dos empregados e as exigências dos papéis funcionais [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A educação profissional institucionalizada visa preparar e formar o empregado para o exercício de sua profissão, trazendo consigo benefícios amplos e mediatos quando qualifica o homem; habita-o para desempenhar seu papel dentro da empresa e aumentar a qualidade do serviço prestado no setor; e também a longo prazo, mostrando disponibilidade e preparação para funções mais complexas. Com esta padronização do treinamento, foram feitas avaliações e pode-se perceber que o projeto contribuiu significativamente para o hospital alcançar altos índices de qualidade, segurança e minimização dos riscos para os pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] INTERACT SA 6.4. Sistema informatizado de produção. Fundação Cristiano Varella. Acesso em 23 de Janeiro de 2015. [2] CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. 7 ed. São Paulo: Atlas, p. 495-515, 2002.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DE ENFERMAGEM DA FAMINAS: UMA ANÁLISE DO PERFIL, DA OPÇÃO PELO CURSO E DA PERSPECTIVA PROFISSIONAL

Estefani de Oliveira **SILVA** (IC – estefanideoliveira@hotmail.com)¹, Fernanda Lydiane de Lima **JESUS**(IC)¹, Aline Ribeiro Murta **ABREU** (PQ)², Soraya Lúcia do Carmo da Silva **LOURES** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Enfermagem, Escolha do curso, Perspectiva profissional.

INTRODUÇÃO:

A escolha por um curso superior envolve vários fatores como influência familiar e aperfeiçoamento na carreira que exerce, além de perspectivas de satisfação profissional. Uma vez feita a opção e o ingresso na graduação, outra importante questão a ser discutida é a percepção e satisfação dos alunos quanto ao curso, pois muitas vezes a escolha pela Enfermagem, na busca pela satisfação eminentemente financeira, pode gerar frustrações [1]. Sendo assim, o egresso enfrenta situações complexas em seu cotidiano de trabalho, que o levam a confrontar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com os exigidos no exercício profissional [2]. O objetivo desse estudo foi analisar o perfil, os motivos da escolha do curso e as perspectivas em relação à carreira profissional dos formandos de Enfermagem.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa qualitativa foi realizada na Faculdade de Minas (FAMINAS) em Muriaé- MG a partir da aplicação de um questionário composto por 10 questões que abordou o perfil, os motivos que levaram a escolher a profissão e as perspectivas em relação à carreira profissional dos formandos de Enfermagem. Inicialmente o levantamento seria realizado com 26 alunos do 10º período do curso. Por não adesão de todos, a pesquisa contou com a participação de 13 alunos e ocorreu em Outubro de 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Analisando o questionário constatou-se que 92,31% dos alunos são do sexo feminino. Observou-se que 54% atuam na área do seu curso, sendo que 86% desses são técnicos de Enfermagem. 46% dos alunos consideram que a abordagem das disciplinas em sala de aula não foi adequada em relação ao exercer a prática, assim, 23% não se consideram preparados para atuar. Quanto à influência familiar na escolha do curso 23% disseram que houve, 54% não foram influenciados e 23% não responderam. De todos os entrevistados 69,23% escolheriam o curso novamente, 23,07% não escolheriam e 7,7% não souberam responder. Quanto a área a seguir 69% já se decidiram e 31% ainda não. Em relação a valorização profissional 84,6% responderam que a remuneração é baixa frente a carga horária exaustiva e a grande responsabilidade necessária. Em contrapartida, 15,4% acreditam que a valorização depende do local de trabalho, cargo desempenhado e o grau de capacitação do profissional.

CONCLUSÕES:

Através dessa pesquisa, podemos identificar que os estudantes mostraram-se satisfeitos com a escolha do curso e parte deles já se decidiram quanto a atuação e a carreira a seguir. Descreveram também suas opiniões sobre a atual

situação da remuneração e a valorização profissional. É importante destacar que quase metade dos entrevistados consideram que a teoria dada em sala de aula não é suficiente e adequada para exercer a prática em ambiente de trabalho, mostrando-se inseguros estando relacionado a mudanças curriculares do curso sendo o estágio obrigatório somente no último ano tornando difícil associar a teoria com a prática sendo necessário uma avaliação das diretrizes para contribuir com a formação dos alunos e melhor inserção no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] CAMARGOS, Marcos Antônio et al. Motivos da escolha, percepções e perspectivas de alunos do curso de administração de IES privada de Minas Gerais. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/15/14>>. Acesso em: out, 2014. [2] BRANDALISE, Mary Ângela T. Avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos: um indicador de avaliação institucional. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../741>> Acesso em: out, 2014.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

ANÁLISE DA QUALIDADE DE MATÉRIA PRIMA E DE COMPRIMIDOS DE PARACETAMOL

Danúbia Oliveira **SANTOS** (IC – danubia-oliveirasantos@hotmail.com) 1, Adriano César **PEREIRA** (IC)1, Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ) 2.

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Paracetamol, matéria prima, comprimidos, farmacopeia.

INTRODUÇÃO:

O paracetamol apresenta propriedades analgésicas e antipiréticas [1]. O objetivo desse trabalho é avaliar por métodos qualitativos e quantitativos as propriedades físicas e químicas da matéria prima e dos comprimidos de Paracetamol, seguindo as monografias especificadas na Farmacopéia Brasileira 5ª edição.

MATERIAS E MÉTODOS:

A matéria prima do Paracetamol, junto com seu certificado de análise de controle de qualidade foi adquirida em farmácia de manipulação na cidade de Catagüeses/MG. As amostras de Paracetamol Referência (R), Genérico (G) e Similar (S) foram adquiridas em uma drogaria na cidade de Vieiras/MG. A matéria prima do paracetamol foi submetida às análises de identificação: perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão, peso médio e infravermelho (IV). Aplicou-se o doseamento por espectrofotometria (UV/VIS) na matéria prima e nas amostras, conforme a metodologia descrita na Farmacopeia Brasileira 5ª edição [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores encontrados para perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão e peso estavam em conformidade com a Farmacopeia Brasileira [2]. Espectroscopia vibracional na região do infravermelho: Apresentou as bandas esperadas para os tipos de grupos funcionais de interesse do paracetamol. Espectrofotometria por UV: As absorvâncias de cinco diluições das amostras com concentrações de 0,00040 a 0,00005 % (p/v), foram medidas em 257 nm, utilizando como branco hidróxido de sódio 0,01 M. A curva de calibração foi plotada utilizando o programa Origin pro 8.0 e mostrou um R² de 0,998 e uma equação da reta $y = -0,5333 + 122600x$ confirmando assim a linearidade e confiabilidade. Essa curva de calibração foi utilizada para doseamento de paracetamol nas amostras (R), (G) e (S), que foram todas diluídas para a concentração 0,0003 % e posterior leitura no espectrofotômetro em comprimento de onda de 257 nm. Os valores obtidos são mostrados na Tabela 1.

Tabela 1: Valores de absorvância x quantidade de matéria prima das amostras de medicamentos na concentração 0,0003% p/v.

Paracetamol	Absorvância (% abs)	Percentual de matéria prima
Matéria Prima	36,25%	100,00 %
R	36,5%	100,69 %
G	38,6%	106,50 %
S	38,1%	105,10%

Os valores mostrados na Tabela 1 para doseamento dos comprimidos de Paracetamol obteve resultados satisfatórios, uma vez que o percentual de pureza para comprimidos apresentou dentro do especificado pela farmacopéia Brasileira, que é de 95% a 105% de quantidade declarada de C₈H₉NO₂. Uma pequena variação de 1,5% fora do padrão verifica-se no comprimido similar. Em geral os resultados foram compatíveis com a farmacopéia mostrando que os comprimidos estão em boas condições de comercialização.

CONCLUSÕES:

Tanto a matéria prima, quanto os comprimidos de paracetamol apresentaram boa qualidade e estão em conformidade com a farmacopéia Brasileira.

AGRADECIMENTOS:

Ao professor Samuel Ferreira da Silva, pela orientação e a FAMINAS, pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] LOCHINI, T. F.; BARIN, C. S.; TAVANTI, V. K. Avaliação da qualidade de cápsulas e comprimidos de Paracetamol. Disponível em: <http://revistas.unopar.br/index.php/exatas/article/view/1184/1086>; [2] BRASIL Agência Nacional de vigilância sanitária. Farmacopeia Brasileira 5ªed, 2010. v2. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/index.htm>.

Acesso em 29 out. 2014.

ANÁLISE FÍSICO - QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE IOGURTES COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG

Julyana Vargas **DONÁ** (IC- juvargas14@yahoo.com.br)¹, Gustavo Baêso **BICALHO** (IC)¹, Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)¹, Livia Beatriz Almeida **FONTES**. (PQ)¹

1. Curso de Farmácia; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: iogurtes, análise microbiológica, pH e ácido láctico.

INTRODUÇÃO:

O iogurte pode ser definido como produto cuja fermentação se realiza através de cultivos de *Streptococcus salivarius* subsp. *Thermophilus* e *Lactobacillus delbrueckii* subsp. *bulgaricus* [1]. Iogurtes constitui uma rica fonte de proteínas, minerais, vitaminas e carboidratos trazendo uma série de benefícios ao organismo. [2]. O objetivo desse trabalho é avaliação físico-química e microbiológica em amostras de iogurte comercializadas na cidade de Muriaé – MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram obtidas diferentes marcas de iogurtes de fabricantes e lotes diferentes, sendo as amostras: **A:** iogurte sabor morango com vitamina D; **B:** iogurte desnatado coco; **C:** bebida láctea fermentada coco; **D:** iogurte integral; **E:** iogurte light; **F:** bebida láctea mamão; **G:** iogurte parcialmente desnatado ameixa; **H:** iogurte desnatado ameixa; **I:** iogurte parcialmente desnatado morango; **J:** iogurte desnatado 0% gordura; **K:** iogurte parcialmente desnatado. As análises físico-químicas em triplicadas foram realizadas por titulação colorimétrica, a determinação da acidez em termos de ácido láctico de acordo com Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz (2008). As análises microbiológicas seguiram as metodologias da ANVISA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores obtidos das análises de acidez (ácido láctico), pH e microbiológicas estão listados na Figura 1.

Marcas	pH (Média)	Acidez (% de ácido láctico) Média	Análises Microbiológicas*	
			Cuneiformes Fecais	Cuneiformes Totais
A	4,32	1,37	-	-
B	4,15	0,72	-	-
C	4,26	0,45	-	-
D	4,61	0,61	-	-
E	4,40	0,89	-	-
F	4,10	0,52	-	-
G	4,25	0,89	-	-
H	4,30	0,96	-	-
I	4,05	0,72	-	-
J	4,34	0,68	-	-
K	4,42	0,97	-	-

Figura 1. Valores médios de pH e acidez e análises microbiológicas.

* As análises microbiológicas se dão pela presença ou ausência de coliformes totais e fecais analisados.

A figura mostra que a faixa com valores de pH dos iogurtes estão entre 4,05 a 4,42, sendo esses valores próximos as especificações da ANVISA que é de 4,0 a 4,4, nessa faixa o produto não se apresenta excessivamente amargo ou ácido. Apenas a amostra K encontrou-se com valor de pH superior ao da legislação. Os valores de acidez verificados em todas as amostras estão dentro do exigido pela legislação brasileira em vigor é de 0,6 a 1,5 (% ácido láctico), já o produto industrial da marca A, registrou o valor

máximo de acidez entre as amostras analisadas (1,37% ácido láctico). Apesar desta variação o valor médio das amostras a acidez está dentro dos padrões exigidos pelos órgãos fiscalizadores, no entanto, cerca de 18% das amostras analisadas foram encontrados valores menores que 0,6 g de ácido láctico/100 g. A tabela 1 ainda mostra os resultados para análises microbiológicas, onde percebe-se ausência de coliformes totais e fecais nas amostras. O pH das amostras variaram entre 4,0 a 4,4, numa faixa de pH a ácido como os das amostras a proliferação bactérias é muito pouco provável.

CONCLUSÕES:

De acordo com os resultados obtidos pode-se verificar os iogurtes analisados apresentaram um valor de pH, acidez dentro da legislação brasileira, assim como a ausência de coliformes totais e coliformes termos tolerantes, representando um produto elaborado em boas condições higiênicas, prontos para consumo humano.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001. Dispõe sobre Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos. Brasília: Diário Oficial da União. [2] INSTITUTO ADOLFO LUTZ – IAL. Métodos físico-químicos para análise de alimentos. 1. Ed. Digital. São Paulo, 2008.

DOSEAMENTO DE HIDROCLOROTIAZIDA POR TITULAÇÃO E ESPECTROFOTOMETRIA UV.

Julyana Vargas DONÁ (IC- juvargas14@yahoo.com.br)¹, Gustavo Baêso BICALHO, Samuel Ferreira da SILVA (PQ)¹.

1. Curso de Farmácia; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: hidroclorotiazida, espectrofotômetro, ponto de fusão.

INTRODUÇÃO:

A hidroclorotiazida (C₇H₈CIN₃O₄S₂) é considerado um anti-hipertensivo e tem indicação no tratamento da hipertensão arterial. É eficaz no edema relacionado a várias formas de disfunção renal [1]. Estima-se que no Brasil cerca de 30 milhões pessoas sofram da doença. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde, a hipertensão arterial é responsável por 30% das mortes em todo o mundo [2]. O objetivo deste trabalho foi verificar a conformidade do teor de princípio ativo presente na matéria-prima e em amostras de comprimidos de hidroclorotiazida comercializados na cidade de Muriaé/MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

A matéria prima de hidroclorotiazida junto com seu certificado de análise de controle de qualidade foi adquirida em farmácia de manipulação na cidade de Muriaé/MG. As amostras de hidroclorotiazida: Referência (R), Genérico (G), Similar (S) e Posto de Saúde (PS) de Muriaé/MG, todas de 25 mg. A matéria prima foi submetida às análises de identificação: perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão, peso médio, infravermelho (IV) no espectrofotômetro FTIR Perkin-Elmer modelo Spectrum 1000 com transformada de Fourier (4000-200 cm⁻¹), acidez e alcalinidade, enquanto o espectrofotometria (UV/VIS) aplicou-se na matéria prima e nas amostras, conforme metodologia descrita na Farmacopeia Brasileira 5ª edição [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores encontrados para perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão e peso médio, acidez e alcalinidade estavam em conformidade com a Farmacopeia Brasileira [2]. Espectroscopia vibracional na região do infravermelho: Apresentou as bandas esperadas para os tipos de grupos funcionais de interesse desse composto. Espectrofotometria por UV: As absorvâncias de cinco diluições das amostras com concentrações de 0,0005 a 0,0025 % (p/v), foram medidas em 273 nm. A curva foi plotada utilizando o programa Oringin pro 8.0. A curva de calibração mostrou um R² de 0,987, confirmando assim a linearidade e confiabilidade, sendo a equação da reta dada por $y = 1,61905 + 16571x$. A curva calibração foi utilizada para doseamento das amostras (R), (G), (S) e (PS) que foram todas diluídas para a concentração 0,001 % (p/v) em seguida foram medidas as absorvâncias em comprimento de onda de 273 nm. Os valores para obtidos para as amostras são mostrados na Figura 1.

Figura 1: Valores de absorvância x quantidade de matéria prima das amostras de medicamentos (R), (G), (S) e (PS) na concentração 0,001% (p/v)

Hidroclorotiazida	Absorbância (% abs.)	Percentual (%) de matéria prima
R	17,98	98,84
G	17,70	97,31
S	18,40	101,2
PS	19,10	105,0

A Farmacopeia Brasileira estabelece na monografia do fármaco valor declarado de teor de C₇H₈CIN₃O₄S₂ entre 98 e 102 %. Conforme mostra a Tabela 1, percebe-se que as amostras (R) e (S) se mostrou dentro do teor de C₇H₈CIN₃O₄S₂ estabelecido pela Farmacopeia Brasileira, enquanto as amostras (G) e (PS) ficaram fora dessa margem, por pequenas diferenças de 0,69% e 3% respectivamente.

CONCLUSÕES:

De modo geral conclui-se que a matéria prima de hidroclorotiazida e as amostras estão dentro de um bom padrão de qualidade muito próximos dos valores estabelecidos pela Farmacopeia Brasileira para esse tipo de medicamento.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Mion Junior DM, Pierin AMG, Guimarães A. Tratamento da hipertensão arterial. Respostas de médicos a um inquérito. Rev Ass Med Brasil. 2001;47(3):249-54 [2]. BRASIL Agência Nacional de vigilância sanitária. Farmacopeia Brasileira 5ª ed, 2010. v. 2.

DOSEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO DICLOFENACO DE POTÁSSIO

Michely Mirian Rodrigues **CARDOSO** (IC-michelyrodriguescardoso@hotmail.com)¹, Lorena Dornelas Souza de **ALBERGARIA** (IC)¹, Samuel Ferreira da **SILVA**(PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: doseamento, identificação, diclofenaco de potássio.

INTRODUÇÃO:

O diclofenaco potássico ($C_{14}H_{10}Cl_2KNO_2$) é o AINE mais utilizado, tendo ação anti-inflamatória, analgésica e antipirética [1]. O objetivo deste trabalho é a realização de métodos simples e eficazes para verificar qualidade do fármaco diclofenaco de potássio com os padrões de segurança estabelecidos para comercialização e consumo.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram Adquiridos uma amostra de matéria-prima do medicamento com seu certificado de análise do controle de qualidade e comprimidos 50 mg {Similar (A), Referência (B), Genérico (C) e uma amostra fornecido por farmácia popular (D)} na cidade de Muriaé/MG. A matéria prima do diclofenaco foi submetida às análises de identificação: perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão, infravermelho (IV) enquanto o doseamento por titulação potenciométrica e espectrofotometria (UV/VIS) aplicou-se na matéria prima e nas amostras, conforme metodologia descrita na Farmacopeia Brasileira 5ª edição [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Perda por dessecação, solubilidade e ponto de fusão, valores dentro daquele informado na Farmacopeia Brasileira [2]. Espectroscopia vibracional na região do infravermelho: Apresentou as bandas esperadas para os tipos de grupos funcionais de interesse desse composto. Titulação em meio não aquoso: Realizou-se titulação potenciométrica com ácido perclórico 0,099M e os valores foram lançados no programa OringinPRO 8.0 obtendo-se curva potenciométrica e sua primeira derivada, onde constatou-se que na matéria prima havia 99,99% de $C_{14}H_{10}Cl_2KNO_2$, estando dentro da faixa de pureza que é no mínimo de 99,0% e o máximo de 101,0% [2]. Espectrofotometria por UV: Cinco diluições das amostras com concentrações de 0,001 a 0,005 (%p/v) foram lidas no espectrofotômetro e os valores absorvância num comprimento de onda 244nm, foram lançados no programa OringinPRO 8.0, obtendo a curva de calibração. A curva de calibração mostrou um R^2 de 0,982 e equação da reta $y = 2,26 + 24670x$, confirmando assim a linearidade e confiabilidade. Essa curva de calibração foi utilizada para doseamento de diclofenaco nas amostras (A) à (D), que foram todas diluídas para a concentração 0,002%p/v e posterior leitura no espectrofotômetro em comprimento de onda de 244 nm. Os valores obtidos para as amostras (A) à (D), são mostrados na Tabela 1.

Tabela 1: Valores de absorvância x quantidade de matéria prima das amostras de medicamentos de A à D na concentração 0,002% p/v.

Amostras	Absorvância (% abs)	Percentual de matéria prima
A	52,06	100,89
B	51,4	99,62
C	50,6	98,06
D	50,7	98,26

Pode-se confirmar através dos valores obtidos (Tabela 1) que os fármacos analisados estão dentro da margem de pureza adequada já que a quantidade declarada de $C_{14}H_{10}Cl_2KNO_2$ pode variar entre 90,0% e 110,0% [2].

CONCLUSÃO:

conclui-se que métodos simples e econômicos são seguros e eficazes para qualificação e quantificação dos fármacos analisados.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS e ao professor Samuel pela dedicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1]BRUNTON, Laurence.L.; PARKER, Jonh.S. As bases farmaco lógicas da terapêutica. 11.ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006. [2] Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmacopéia Brasileira. v.2.5.ed. Brasília: Fiocruz, 2010. [3] SILVESTEIN, M. Robert; WEBSTER, X. Francis. Identificação espectrométrica de compostos orgânicos. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

Área do Conhecimento: CNPq 4.03.00.00-5 - Farmácia

IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DE OMEPRAZOL EM MATÉRIA PRIMA COMERCIALIZADA NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG

Marina Matias **LEONARDO** (IC – marinamatias_610@hotmail.com)¹, Karine Cristina Moreira **RODRIGUES**¹ Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: omeprazol , titulação , espectrofotometria.

INTRODUÇÃO:

Omeprazol (C₁₇H₁₉N₃O₃S), pertence à classe de fármacos denominada como inibidores da bomba de prótons e tem a função de realizar a inibição da secreção gástrica do ácido clorídrico [1]. O fármaco é sensível ao calor, umidade, solventes orgânicos e luz, com isso o preparo farmacotécnico tem como foco preservar sua estabilidade e características físico-químicas que está vinculada ao modo e processo de absorção do medicamento. Os polímeros são derivados da celulose, vinílicos e/ou acrílicos, por possuírem características que não cedem a fluidos gástricos. Destacam-se vários métodos para verificação da qualidade desse fármaco, mas seus custos elevados inviabilizam essas análises por parte de laboratórios em geral. [2]. O omeprazol é escolhido como o fármaco de primeira escolha para o tratamento de distúrbios ácido-pépticos. A terapia é a base de omeprazol é fornecida normalmente na forma de cápsulas contendo pellets que são gastro-resistentes e quando apresenta crise aguda é em forma de pó para injetáveis. O fármaco é muito instável em soluções ácidas, entretanto para prevenir sua eficácia terapêutica o omeprazol normalmente deve ser liberado na região proximal do intestino delgado. [3]. O objetivo desse trabalho é identificar a matéria prima e aferir seu teor de omeprazol seguindo as monografias especificadas na Farmacopéia Brasileira 5ª edição.

MATERIAL E MÉTODOS:

A matéria prima do omeprazol, junto com seu certificado de análise de controle de qualidade foi adquirida em farmácia de manipulação na cidade de Muriaé/MG. A matéria prima do foi submetida às análises de identificação: perda por dessecação, solubilidade, ponto de fusão e infravermelho (IV) no **espectrofotômetro FTIR Perkin-Elmer modelo Spectrum 1000** com transformada de Fourier (4000-200 cm⁻¹), do Departamento de Química da Universidade Federal de Viçosa, usando pastilhas de brometo de potássio (KBr) e espectrofotometria (UV/VIS). O doseamento da matéria prima foi feito pelo método de e titulação potenciométrica com NaOH 0,5 M, conforme metodologia descrita na Farmacopéia Brasileira 5ª edição [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os valores encontrados para perda por dessecação, solubilidade estavam em conformidade com a Farmacopéia Brasileira, assim como o ponto de fusão que variou na faixa de 156,2 a 157,2 de temperatura de acordo com a matéria prima omeprazol, indicando alto nível de pureza da matéria prima [2]. O espectro de espectroscopia vibracional na região do infravermelho mostrou as bandas esperadas para os tipos de grupos funcionais mais significativos para identificação do omeprazol. A identificação por Espectrofotometria UV/VIS com diluições que variaram de 0,001 a 0,005% (p/v), tiveram

suas absorbâncias máximas medidas em 305 nm, utilizando como branco hidróxido de sódio 0,01 M. No doseamento pelo método potenciométrico foram utilizados 1,1g da matéria prima titulada (em triplicada) que consumiu um volume médio de 6,3 mL de NaOH 0,5 M. Uma vez que a Farmacopéia Brasileira preconiza que cada mL de NaOH 0,5 M equivale a 0,1727g de omeprazol, pode-se afirmar que o teor de omeprazol na matéria prima é 98,9%.

CONCLUSÃO:

Pode-se então concluir que o método de titulação potenciométrica em meio não aquoso pode ser uma técnica alternativa de boa precisão, de baixo custo e de aplicação em laboratórios de controle de qualidade que não possuem ferramentas instrumentais de análise mais sofisticadas.

REFERENCIA:

[1]: ARAI, A. E.; GALLERANI, S. M. C. Uso crônico de fármacos inibidores da bomba de prótons: eficácia clínica e efeitos adversos. Disponível em: <<http://web.unifil.br/pergamum/vinculos/000004/0000041E.pdf>> Acesso em 18 março. 2013. [2]. BRASIL Agência Nacional de vigilância sanitária. Farmacopéia Brasileira 5ªed, 2010. v 2. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/index.htm>. Acesso em 23 março. 2013. [3]. MURAKAMI, SEIGI . Omeprazol sódico: caracterização das propriedades físico-químicas e desenvolvimento de comprimidos gastro-resistentes <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92635> Acesso em 21 de março. de 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES HIPERTENSOS DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Valquiria Eveline RABELO IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, José Silveira De Andrade NETO (IC)¹, Amanda Duarte Moreira TOLENTINO (IC)¹, e Fabrício M. C. CASTRO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: hipertensão, qualidade de vida, Teste SF-36.

INTRODUÇÃO:

As doenças cardiovasculares são os principais motivos de mortalidade na população brasileira, sendo a hipertensão arterial a de maior prevalência. A terapêutica para tratamento da mesma é cada vez maior e sabe-se que melhora a sobrevida dos pacientes, porém questiona-se sobre a melhora da qualidade de vida do paciente hipertenso em tratamento [1]. O objetivo desta pesquisa foi analisar a qualidade de vida em pacientes hipertensos da Clínica Escola da FAMINAS, comparando entre gêneros.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com pacientes da Clínica Escola da FAMINAS, de Abril a Maio de 2015. A amostra (n=37) concordou com a participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados foi identificado o número de pacientes com hipertensão arterial por meio de dados de prontuários e utilizada a Versão Brasileira do Questionário de Qualidade de Vida - SF-36 apresentando-se em 8 domínios, subdividindo a integridade do Componente Físico (CoF) e o Componente Mental (CoM). Os dados foram apresentados em percentual e média. Para acessar o nível de significância foi utilizado o teste t-student admitido como significativo $p \leq 0,05$ (Graphpad Software).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos indivíduos que compuseram a amostra (n=37) 56,75% pertencem ao gênero feminino, a média de idade total foi de 58,64 anos não apresentando diferenças significativas quando estratificado por gênero ($p=0,0553$). Da amostra 54,05% possuem hipertensão arterial e 70% destes pertencem ao gênero feminino. Separando por domínios a capacidade funcional total apresentou média de 32,25, não houve valor teto, sendo chão encontrado apenas no gênero masculino em 16,66% destes. A limitação por aspectos físicos obteve média total de 21,12, o valor chão apresentou-se em 70% da amostra total, no gênero masculino evidenciou-se em 66,66% e no feminino em 47,61%, já o valor teto em 15% da amostra, em 16,66% dos homens e em 9,52% das mulheres. A dor obteve média total de 45 e o estado geral de saúde de 55,73, ambas não apresentaram valores teto e chão. A vitalidade com média total de 60,35 apresentou valor chão apenas no gênero feminino representado em 4,76% do mesmo e valor teto apenas no masculino em 33,33% destes indivíduos. Os aspectos sociais evidenciaram uma média total de 62,64, não houve valor chão e o valor teto ocorreu em 20% da amostra total, sendo evidenciado em 16,66% dos indivíduos do gênero masculino e em 14,28% do feminino. A limitação por aspectos emocionais apresentou média total de 14,28, o valor chão foi encontrado em 85% da amostra total, sendo representado

em 83,33% dos indivíduos do gênero masculino e em 57,14% dos indivíduos do gênero feminino, não houve valor teto. A saúde mental com média de 55,27 apresentou valor chão apenas no gênero feminino em 4,76% deste, ambos os gêneros não evidenciaram valor teto. O CoF obteve média total de 38,52, entre o gênero feminino o valor chão foi de 35,71% e entre o masculino 29,16%, o valor teto no feminino foi de 23,21% e no masculino de 29,16%. O CoM manifestou média total de 48,1, entre o gênero feminino o valor chão foi de 30,35%, no masculino 20,83% e o valor teto em 32,14% do gênero feminino e em 41,66% do masculino.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que a hipertensão arterial é mais prevalente nos indivíduos do gênero feminino, os componentes físicos e mentais apresentaram maior média nos indivíduos do gênero masculino, sendo estes os que evidenciaram uma melhor qualidade de vida. Sugere-se a realização de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CAVALCANTE, M. A.; BOMBIG, M. T. N.; FILHO, A. C. C. C.; ANGELO, A. V.; POVOA, R. Qualidade de Vida de Pacientes Hipertensos em Tratamento Ambulatorial. Arq Bras Cardiol 2007; 89(4) : 245-250.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Amanda Branca **BAESSO** (IC- amandabaessosva@hotmail.com)¹ Juliana de Cassia **FILGUEIRAS**¹, Valquíria Eveline **RABELO**¹ e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Capacidade Funcional, Idosos, AIVD's.

INTRODUÇÃO:

Até 2025, segundo a OMS, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos [1]. No país, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são considerados idosos jovens aqueles que têm entre 60 e 70 anos de idade; medianamente idosos, de 71 até 80 anos; e muito idosos acima de 80 [2]. Capacidade funcional é definida como o potencial que os idosos apresentam para decidir e atuar em suas vidas de forma independente, no seu cotidiano [3]. Portanto, o objetivo deste estudo é avaliar a capacidade funcional de idosos em tratamento fisioterapêutico, comparando entre idosos jovens, medianamente idosos e muito idosos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

trata-se de um estudo transversal quantitativo em idosos em tratamento na Clínica Escola da Faculdade de Minas – FAMINAS - Muriaé/MG. Na caracterização do estudo, adotou-se três grupos: grupo I- idosos jovens (entre 60 e 70 anos); grupo II- medianamente idosos, (71 até 80 anos) e grupo III - muito idosos (acima de 80). Foram excluídos idosos com déficits cognitivos. Para analisar a capacidade funcional utilizou-se a escala de Lawton e Brody [4], para mensurar as (AIVD's) com oito atividades: preparar refeições, fazer tarefas domésticas, lavar roupas, manusear dinheiro, usar o telefone, tomar medicações, fazer compras e utilizar os meios de transporte. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para acessar o nível de significância foi utilizado o teste ANOVA seguido de teste t-student admitindo como significante $p \leq 0,05$ (Graphpad Software).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos idosos que compuseram a amostra, a média de idade total foi de 69,47 anos sendo 57,1% do sexo feminino. Quando analisou-se a capacidade funcional das idosas estratificando por faixa etária foram observadas diferenças significativas ($p = 0,0003$; ANOVA; Fig. 1). No grupo masculino foram avaliados apenas os grupos 60/70 anos em relação ao grupo 71/80 anos, e diferenças significativas também foram observados ($p = 0,02$; teste t-student; Fig. 1). Quando analisou-se o grau de dependência observou-se que os idosos, de ambos os sexos, na faixa etária de 60/70 anos apresentaram dependência ligeira ou independência. Na faixa etária entre 71/80 anos as idosas apresentaram dependência moderada e ligeira semelhante ao sexo masculino. Entretanto, ao analisar os indivíduos acima de 80 anos, as idosas apresentaram dependência total ou grave, enquanto os idosos apresentaram dependência moderada (Tab I). A relação entre idade e incapacidade funcional nas AVD's é confirmada na literatura. Estudos mostraram que as mulheres são mais dependentes que os homens, embora as

mulheres sejam mais longevas, apresentam pior qualidade de vida [5,6].

CONCLUSÃO:

Este estudo sugere que a incapacidade funcional para a realização de AIVD's é mais prevalente em idosos do sexo feminino. Enquanto no sexo masculino, a idade não interferiu na perda da capacidade funcional. Considera-se a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília (DF) 2000. [2] TALLMANN A E C. O CUIDADO GERONTOLÓGICO DE ENFERMAGEM E O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DO IDOSO LONGEVO Curitiba, 2011. [3] FIEDLER M M., Capacidade funcional e fatores associados em idosos do Sul do Brasil: um estudo de base populacional. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2008. [4] DUQUE A S., ERMIDA J G., AVALIAÇÃO GERIÁTRICA. (GERMI), 1948. [5] ALVES LC, MACHADO CJ. Fatores associados à incapacidade funcional dos idosos no Brasil: análise multinível. Rev Saude Publica 2010. [6] OLIVEIRA PH, MATTOS IE. Prevalência e fatores associados à incapacidade funcional em idosos institucionalizados no Município de Cuiabá, 2009-2010. Epidemiol Serv Saúde 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Matheus José da Costa **TRINDADE** (IC - matheusjctrindade@hotmail.com)¹, Vanessa Basílio **DUARTE** (IC)¹, Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC)¹, e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos, Medida de Independência Funcional, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO:

O Brasil apresenta um rápido e acentuado processo de envelhecimento e de aumento da longevidade populacional. Com isso, há um aumento da prevalência das doenças crônico-degenerativas e da incapacidade funcional que pode ser definida pela dificuldade ou necessidade de ajuda para o indivíduo executar tarefas cotidianas básicas ou mais complexas necessárias para uma vida independente na comunidade [1]. O objetivo desse estudo é avaliar o grau de capacidade funcional de idosos em tratamento fisioterapêutico.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida que foi realizado com idosos de ambos os gêneros, idade acima de 60 anos e que estão em tratamento fisioterapêutico na Clínica Escola da Faculdade de Minas – FAMINAS, no primeiro semestre de 2015. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido consentindo com a realização da mesma. A pesquisa foi realizada no mês de maio do corrente ano. Como instrumento de pesquisa adotou-se a Medida de Independência Funcional (MIF) que avalia 18 categorias pontuadas de um a sete. Dividida em dois domínios, motor e cognitivo/social e subdividida em categorias que são agrupadas em seis dimensões: autocuidados, controle de esfíncteres, transferências, locomoção, comunicação e cognição social. Somando-se os pontos das dimensões da MIF, obtém-se um escore mínimo de 18 e máximo de 126 pontos; sendo 18 (dependência completa – assistência total), 19 a 60 (necessita assistência de até 50%), 61 a 103 (necessita assistência de até 25%) e 104 a 126 (independência completa) [2].

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 24 idosos de ambos os gêneros, com predomínio do gênero feminino (54,1%) e média de idade 70,2±6,6 anos. Com relação ao nível de capacidade funcional, observou-se que 4,2% dos participantes necessitam assistência de até 50%; 8,3% necessitam assistência de até 25% e 87,5% dos participantes foram classificados como totalmente independentes. Ao analisar os que foram considerados independentes (n=21), nota-se que o predomínio está entre os idosos com idade entre 60 e 69 anos (57,1%) e do gênero masculino (52,3%). Em pesquisa similar, com idosos em tratamento fisioterapêutico, encontraram 67,5% dos idosos totalmente independentes, corroborando essa pesquisa, porém com valores ainda menores [3].

CONCLUSÃO:

Diante dos dados encontrados, conclui-se que, a maioria dos idosos em tratamento na Clínica Escola da FAMINAS, são totalmente independentes. Novas pesquisas precisam ser realizadas na busca de se avaliar os fatores que promovem a independência dos idosos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ALVES, Luciana Correia; LEITE, Lúri da Costa; MACHADO, Carla Jorge. Fatores associados à incapacidade funcional dos idosos no Brasil: análise multinível. *Rev Saúde Pública*, v. 44, n. 3, p. 468-78, 2010. [2] CARVALHO, G.; BARBOZA, Jorge. Avaliação fisioterapêutica da funcionalidade do idoso com base no índice de Katz e escala MIF. *Fisioterapia, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro*. 2008. [3] IBIAPINA, Iara Tamires et al. A fisioterapia comunitária na análise da capacidade funcional de idosos da comunidade São Pedro em Teresina-PI. In: 10º Congresso Internacional da Rede Unida. 2012.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Matheus José da Costa **TRINDADE** (IC - matheusjctrindade@hotmail.com)¹, Késia Alves de **OLIVEIRA** (IC)¹, Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)^{1,2}.

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Manovacuometria, musculatura respiratória, idosos.

INTRODUÇÃO:

O processo de envelhecimento apresenta como uma de suas conseqüências o declínio na força dos músculos esqueléticos bem como dos respiratórios, o que pode interferir na capacidade funcional e no desempenho das atividades de vida diária (AVD) do idoso [1]. A força muscular respiratória pode ser mensurada de forma indireta por meio das pressões inspiratórias (P_{lmáx}) e expiratórias (P_{Emáx}) que esses músculos são capazes de gerar durante respirações forçadas [2]. O objetivo desse estudo é avaliar a força da musculatura respiratória dos idosos em tratamento fisioterapêutico.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida, realizado com idosos de ambos os gêneros, idade acima de 60 anos e que estão em tratamento fisioterapêutico em diversas especialidades, na Clínica Escola da Faculdade de Minas – FAMINAS. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2015. A força muscular respiratória foi medida por meio de um manovacuômetro analógico calibrado em cmH₂O, com limite operacional de -120 a +120cmH₂O. A P_{lmáx} é obtida por meio de uma manobra de inspiração máxima partindo de uma expiração máxima e a P_{Emáx}, por uma manobra de expiração máxima partindo de uma inspiração máxima [3]. Para P_{lmáx}, os valores normais encontram-se entre -75 e -120cmH₂O, índices menores caracterizam graus de fraqueza (-70 a -45cmH₂O), fadiga (-40 a -25 cmH₂O) e falência (menores ou iguais a -20cmH₂O) muscular. Para P_{Emáx}, os valores normais estão entre 100 e 120cmH₂O, sendo caracterizada fraqueza abaixo de 95cmH₂O [4].

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

Composta por 22 idosos, a amostra teve predomínio do gênero feminino (52,1%) e média de idade 70,2±6,05 anos. As médias alcançadas pelos participantes foram: P_{lmáx} 71,31±60,68cmH₂O e P_{Emáx} 52,27±24,28cmH₂O. Quanto à P_{lmáx}, 22,72% dos participantes apresentaram fraqueza; 31,81% fadiga e 13,63% falência; o gênero feminino obteve predomínio nos critérios fraqueza (60%) e fadiga (71,42%) porém o masculino foi predominante no critério falência muscular (66,6%). Em relação à P_{Emáx}, 95,45% dos participantes apresentaram fraqueza muscular com predominância do gênero feminino (52,38%). Achados em estudo similar, mostram que a perda da força muscular respiratória está relacionada à idade, comprometendo a respiração dos idosos, neste estudo, a perda de força muscular respiratória foi identificada, porém sem associação direta com doença respiratória [5].

CONCLUSÃO:

Ficou evidente que os idosos tratados nesta Clínica por diversas razões possuem em sua maioria fraqueza muscular respiratória, o que com o avançar da idade pode comprometer significativamente sua saúde. Estudos como este demonstra a necessidade clara de atendimento amplo a essa população.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SIMÕES, Leonardo A. et al. Relação da função muscular respiratória e de membros inferiores de idosos comunitários com a capacidade funcional avaliada por teste de caminhada. *Rev Bras Fisioter*, v. 14, n. 1, p. 24-30, 2010. [2] SIMÕES, Rodrigo Polaquini et al. Influência da idade e do sexo na força muscular respiratória. *Fisioterapia e pesquisa*, v. 14, n. 1, p. 36-41, 2007. [3] ONAGA, Fabiane Inoue et al. Influência de diferentes tipos de bocais e diâmetros de traqueias na manovacuometria. *Fisioter. mov*, v. 23, n. 2, p. 211-219, 2010. [4] CASTOLDI, Anieli; PÉRICO, Eduardo; GRAVE, Magali. Avaliação da força muscular e capacidade respiratória em pacientes com síndrome de Down após Bad Ragaz. *Revista*, p. 386-391, 2012. [5] SIMÕES, Rodrigo Polaquini et al. Força muscular respiratória e sua relação com a idade em idosos de sessenta a noventa anos. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 7, n. 1, 2011.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PRATICANTES DA CAMINHADA MATINAL

Matheus José da Costa **TRINDADE** (IC - matheusjctrindade@hotmail.com)¹, Valquíria Eveline **RABELO** (IC)¹, José Silveira de Andrade **NETO** (IC)¹ e Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ)^{1,2}.

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Idosos, qualidade de vida, caminhada matinal.

INTRODUÇÃO:

O aumento da expectativa de vida é uma conquista social, entretanto almeja-se que esses anos sejam vividos com qualidade. Portanto, o envelhecimento da população, ao mesmo tempo em que representa um dos maiores triunfos da humanidade, é um dos maiores desafios [1]. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura, bem como no sistema de valores em que vive, assim como em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações [2]. O objetivo desse estudo é quantificar a qualidade de vida dos idosos participantes de grupo de caminhada.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida que foi realizado com idosos de ambos os gêneros, idade acima de 60 anos e que praticam caminhada no Bairro São Cristóvão no município de Muriaé – MG. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido consentindo com a realização da mesma. A coleta de dados foi realizada no mês de abril de 2015. Como instrumento de pesquisa, foi aplicado o questionário WHOQOL-BREF, elaborado pela OMS, que é constituído de 26 perguntas, sendo as perguntas número 1 e 2 sobre a qualidade de vida geral. Fora as questões 1 e 2 o instrumento tem 24 facetas as quais compõem 4 domínios que são: FÍSICO, PSICOLÓGICO, RELAÇÕES SOCIAIS e MEIO AMBIENTE. Em todas as facetas as respostas seguem a escala de Likert com valores de 1 a 5. A avaliação dos domínios ocorre da seguinte forma: necessita melhorar (quando for 1 até 2,9); regular (3 até 3,9); boa (4 até 4,9) e muito boa (5) o mesmo ocorre para a avaliação das questões 1 e 2 [3]. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 25 idosos com predominância do gênero feminino (68%) e média da idade 69,24±5,99 anos. No domínios Percepção da qualidade de vida observou-se média de 3,88±0,66 e Satisfação com a saúde 3,68±1,06. Os demais domínios obtiveram as respectivas médias: Físico (3,79±0,21); Psicológico (3,79±0,22); Relações Sociais (3,45±0,94) e Meio Ambiente (3,65±1,47). Em trabalhos similares pode-se observar a prevalência da avaliação positiva da qualidade de vida e os aspectos considerados determinantes para essa avaliação em idosos ativos, corroborando essa pesquisa [4].

CONCLUSÃO:

Baseando-se no critério de avaliação do questionário, conclui-se que a Percepção da qualidade de vida (média 3,88) foi tida como regular assim como a Satisfação com a saúde (média 3,68). Os Domínios Físico (3,79), Psicológico

(3,79), Relações Sociais (3,45) e Meio Ambiente (3,65) também se enquadram como regular. Novas pesquisas devem ser realizadas, visando alcançar conhecimento dos fatores que promovem qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] PEREIRA, Renata Junqueira et al. Influência de fatores socio sanitários na qualidade de vida dos idosos de um município do Sudeste do Brasil The influence of sociosanitary conditions on the quality of life of the elderly in a municipality in the Southeast of Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 6, p. 2907-2917, 2011. [2] Organização Mundial Da Saúde. *Promoção Saúde: Glossário Genebra: Organização Mundial da Saúde*, 1998. [3] FLECK, MPA; et al. APLICAÇÃO DA VERSÃO EM PORTUGUÊS DO INSTRUMENTO ABREVIADO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA "WHOQOL-BREF". *Revista de saúde pública*, 2000, 34(2):178-183. [4] PASKULIN, Lisiane Manganelli Girardi et al. Percepção de pessoas idosas sobre qualidade de vida. *Acta Paul Enferm*, v. 23, n. 1, p. 101-7, 2010.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DO RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Matheus José da Costa TRINDADE (IC - matheusjctrindade@hotmail.com)¹, José Silveira de Andrade NETO (IC)¹, Valquíria Eveline RABELO (IC)¹, e Roberta Xavier BRUNO (PQ)^{1,2}.

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos, quedas, equilíbrio.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento manifesta-se por declínio das funções dos diversos órgãos e sistemas, que caracteristicamente tendem a ser lineares em função do tempo, não se conseguindo definir um ponto exato de transição. Atualmente, sabe-se que um dos principais fatores que limitam a vida do idoso é a perda de equilíbrio, que aumenta o risco de quedas e conseqüentes lesões [1]. As causas das quedas em pessoas idosas são descritas em dois grandes grupos: as causas extrínsecas, dependentes de obstáculos ambientais que não podem ser transpostos pelo idoso, ou situações sociais de risco; e as causas intrínsecas, decorrentes de alterações fisiológicas relacionadas com o envelhecimento, doenças ou uso de fármacos [2]. O objetivo desse estudo é avaliar o risco de quedas dos idosos em tratamento fisioterapêutico.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida que foi realizado com idosos de ambos os gêneros, idade acima de 60 anos e que estão em tratamento fisioterapêutico na Clínica Escola da Faculdade de Minas – FAMINAS. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido consentindo com a realização da mesma. A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2015. Como instrumento de pesquisa adotou-se a Escala de Equilíbrio de Berg que é composta de 14 tarefas com cinco itens cada e pontuação de 0-4 pontos para cada tarefa: 0 - é incapaz de realizar a tarefa e 4 - realiza a tarefa de forma independente. O escore total varia de 0 a 56 pontos. Quanto menor for a pontuação, maior é o risco para quedas; quanto maior, melhor o desempenho. O risco de quedas é dado pelo escore com valores abaixo de 45 pontos [1].

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 24 idosos de ambos os gêneros. Houve predominância do gênero feminino (54,17%) e média da idade de 70,29±6,66 anos. Os resultados encontrados apresentaram média geral de 41,7±13,98 pontos na Escala de Equilíbrio de Berg; sendo que 62,5% dos participantes pontuaram entre 45 e 56 pontos. Ao analisar quanto ao gênero, houve predominância do gênero masculino (66,6%; n=15) nas pontuações entre 45 e 56 pontos. Quanto à faixa etária, o menor risco de quedas foi encontrado entre os idosos de 60 a 69 anos (53,33%). Em estudos que também analisaram risco de quedas em idosos submetidos a tratamento fisioterapêutico, pode-se observar que os idosos jovens (60 a 69 anos) têm menor risco de sofrerem quedas, assim como nesta pesquisa [3].

CONCLUSÃO:

Diante dos resultados observados, conclui-se que a população de idosos jovens, entre 60 e 69 anos, tem menor

risco de quedas em relação aos demais idosos. Novas pesquisas devem ser realizadas afim de que se minimize os fatores relacionados à quedas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DIAS, Beatriz Bastos et al. Aplicação da Escala de Equilíbrio de Berg para verificação do equilíbrio de idosos em diferentes fases do envelhecimento. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 6, n. 2, 2010. [2] GAL, Juliana et al. Fatores associados a quedas em mulheres idosas residentes na comunidade. *Rev Assoc Med Bras*, v. 56, n. 3, p. 327-32, 2010. [3] AGUIAR, J. L. N. et al. Análise do equilíbrio e redução do risco de quedas em idosos institucionalizados após programa de exercícios fisioterapêuticos. *Revista Digital EFDepores.com*, 2008.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA DA MARCHA EM IDOSOS EM DIFERENTES PSF'S

Amanda Duarte M. **TOLENTINO** (IC-amandafisioduarte@outlook.com)¹, Paula Lopes **SILVA** (IC)¹, Valquíria Eveline **RABELO** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (IC)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos ativos, marcha, PSF.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo fisiológico, irreversível, que acelera na maturidade e provoca várias modificações no organismo. Caracteriza-se por redução da capacidade física e funcional. Além disso, conforme o ser humano envelhece, sua massa muscular diminui, gerando instabilidade, perda da capacidade funcional e, sobretudo, aumento do risco de quedas [1,2]. Os benefícios da prática regular de atividade física para um envelhecimento ativo é amplamente comprovado e deste modo, o objetivo deste estudo é avaliar a marcha em idosos praticantes de atividade física sob orientação fisioterapêutica em diferentes PSF (Programa da Saúde da Família) em uma cidade mineira

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal com análise descritiva e amostra de conveniência foi realizado em dois PSF de uma cidade da zona da mata mineira. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e maio de 2015. A amostra foi composta por aproximadamente 90 indivíduos, porém foram avaliados somente 37 idosos de ambos os sexos, pois concordaram com o estudo mediante assinatura do Termo Livre e Esclarecido. Para avaliar marcha foi usado o teste Tinetti composto por 16 tarefas, sendo nove de equilíbrio e sete de marcha, pontuadas de 0 a 1 ou 0 a 2 com escore total 12 para marcha, quanto maior pontuação melhor o desempenho [3]. Para quantificar a avaliação e analisar o nível de mobilidade funcional foi aplicado o Timed up and go test, onde o idoso deve levantar-se da cadeira sem apoio de braços, caminhar três metros com passos seguros e confortáveis, girar 180°, retornar e sentar na cadeira. O tempo no qual o idoso realiza essa tarefa é cronometrado e quanto maior o tempo utilizado para realizá-la maior o risco de quedas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Entre os 37 idosos a média de idade foi de 69,8 ±6,94, e predominância do sexo feminino (n=34), com média de idade de 69,1±6,6, entre os homens (n=3) a média de idade ficou em 76±7,5 anos. Com relação ao tempo de participação nas atividades do PSF, a média foi de 1 ano e 9 meses. A média de pontuação para o teste de Tinetti foi para as mulheres 8,30 ±1,7 e, para os homens 8,66 ± 2,30 e não houve diferença estatisticamente significativa (p=0,406). No Teste Time up Go também não apresenta diferenças estatisticamente significativas (p=0,349), com 10,6±3,2 segundos para as mulheres e 12,3± 6,4 segundos para os homens. Estudos atuais confirmam que idosos praticantes de atividade física orientada, apresentam melhora durante a execução da marcha e independência nas AVD's, corroborando esta pesquisa.

CONCLUSÕES:

Observou-se que os idosos que praticam a atividade física orientada por um fisioterapeuta obtiveram bom resultado nos teste de avaliação da marcha e da mobilidade funcional o que sugere associação positiva entre essas tarefas. Não houveram diferenças quando comparados os gêneros, portanto novas pesquisas com amostras maiores são indicadas a fim de confirmar os dados deste estudo.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Figliolino, J. A. M., Morais, T. B., Berbel, A. M., & Dal Corso, S. Análise da influência do exercício físico em idosos com relação a equilíbrio, marcha e atividade de vida diária. *Rev Bras Geriatr Gerontol*, 12(2), 227-38. [2] Moreira, M. A., Oliveira, B. S., de Moura, K. Q., Tapajós, D. M., & Maciel, Á. C. C.. A velocidade da marcha pode identificar idosos com medo de cair?. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16. 2013. [3] Silva, A. D., Almeida, G. J., Cassilhas, R. C., Cohen, M., Peccin, M. S., Tufik, S., & Mello, M. T. D. Equilíbrio, coordenação e agilidade de idosos submetidos à prática de exercícios físicos resistidos. *Rev. bras. med. esporte*, 14(2), 88-93. 2008.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSAS PARTICIPANTES DO GRUPO DE ATIVIDADE FÍSICA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS NA CIDADE DE MURIAÉ

Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC- lucilenebarros1@outlook.com)¹, Késia Alves de **OLIVEIRA**¹, José Silveira de Andrade **NETO**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Idosas, capacidade funcional, Questionário MIF

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo progressivo, contínuo, natural e irreversível, que provoca desgaste e alterações em vários sistemas funcionais e diferenciam-se de um indivíduo para o outro. A capacidade funcional, especialmente no que se refere à dimensão física, é um dos importantes marcadores de um envelhecimento bem sucedido e de uma melhor qualidade de vida. Assim, a manutenção e a preservação da capacidade física ou funcional para desempenhar as atividades básicas da vida diária e um ponto essencial para prolongar, por maior tempo possível, a independência, oportunizando uma vida mais saudável [1]. O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de independência funcional de mulheres idosas que participam do grupo de atividade física de UBS, da cidade de Muriaé.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo quantitativo e análise descritiva com amostra de conveniência previamente definida, realizado com idosas ativas praticantes de atividade física em uma UBS na cidade de Muriaé. Como instrumento de pesquisa adotou-se o questionário MIF – Medida de Independência Funcional. O instrumento avalia 18 categorias pontuadas de um a sete e classificadas quanto ao nível de dependência para a realização da tarefa. As categorias são agrupadas em seis dimensões: auto-cuidado, controle de esfíncteres, transferências, locomoção, comunicação e cognição social. Cada dimensão é analisada pela soma de suas categorias referentes; quanto menor a pontuação, maior é o grau de dependência. Somando-se os pontos das dimensões da MIF, obtém-se um escore mínimo de 18 e máximo de 126 pontos; sendo 18 (dependência completa – assistência total), 19 a 60 (necessita assistência de até 50%), 61 a 103 (necessita assistência de até 25%) e 104 a 126 (independência completa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

As 30 idosas participantes do grupo de atividade física apresentaram média de idade de 71,5 ±4,94 anos, o tempo de participação varia de 1 a 6 anos, com média de 3,36 ±1,54 anos. Em relação ao nível da capacidade funcional, verificou-se que a idade não influenciou nos resultados, sendo que 25% das participantes necessitam de alguma assistência e 75% são totalmente independentes. Em pesquisas similares os idosos que foram avaliados apresentaram dependência na maioria dos escores, o que não corrobora com a atual pesquisa [2].

CONCLUSÃO:

Diante dos dados encontrados, conclui-se que a maioria das idosas participantes do grupo são totalmente independentes, mostrando assim que a prática da atividade física regular melhora e mantém a capacidade funcional de

mulheres idosas. Futuras pesquisas devem superar as limitações do presente estudo na busca de se avaliar os fatores que promovem a independência dos idosos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Cipriani, N. C. S., Meurer, S. T., Benedetti, T. R. B., & Lopes, M. A. Aptidão funcional de idosas praticantes de atividades físicas. Rev bras cineantropom desempenho hum, 12(2), 2010. [2] RICCI, Natalia Aquaroni; KUBOTA, Maristela Tiemi; CORDEIRO, Renata Cereda. Concordância de observações sobre a capacidade funcional de idosos em assistência domiciliar. Rev Saúde Pública, v. 39, n. 4, p. 655-62, 2005.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.

Marina de Oliveira e **SOUZA** (IC – marinaliverinha@hotmail.com)¹, Ludimila Assis **SILVA** (IC)¹, Thaís Messias **GONÇALVES** (IC)¹ Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: DORT; Professores; Rede pública de ensino.

INTRODUÇÃO:

Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são um conjunto de afecções do aparelho locomotor decorrentes de atividades laborais que acometem músculos, fáscias, vasos sanguíneos, tendões, ligamentos, articulações [1]. Dor e formigamento são os sintomas mais frequentes apresentados na DORT e dentre os fatores etiológicos, considerados de natureza multifatorial, destaca-se os biomecânicos, presentes na atividade de exigências repetitivas e desenvolvidas em ambientes planejados ergonomicamente inadequados [2]. O presente estudo teve como objetivo, identificar DORT nos professores de escolas públicas de uma cidade do interior de Minas Gerais.

MATERIAL E MÉTODOS:

Trata-se de um trabalho quantitativo, transversal, realizado em quatro escolas públicas. A coleta de dados foi realizada através da aplicação do questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa. O QNSO avalia dores nos últimos 7 dias, nos últimos 12 meses e se o indivíduo teve que se afastar de suas atividades nos últimos 12 meses. Também foi aplicado um questionário semiestruturado para obtenção dos dados sócios demográficos. Todos os participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo sua participação na pesquisa e a publicação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A pesquisa foi realizada no período de abril a junho de 2015. A amostra foi composta por 107 professores que lecionam no ensino fundamental e médio, ativos em sala de aula. Desses, 86 (80,4%) era do sexo feminino e 21 (19,6%) do sexo masculino. A média de idade foi de 39,1 anos, Desvio Padrão (DP) \pm 0,9. O tempo médio de atuação como professor foi de 14,6 anos, (DP) \pm 8,92. A média da carga horária semanal 30,8 horas, (DP) \pm 13,2. Questionados sobre sentir algum desconforto nos últimos 7 dias, a coluna lombar foi a mais acometida, onde 26,2% dos professores apresentaram desconforto nesta região, seguida de ombro (23%), tornozelo e pé (22,4%), coluna dorsal e punhos e mãos (19,6%) joelhos (18,2%), pescoço (14%) e quadril/coxas (13,1%). Nos últimos 12 meses, 42% sentiram desconforto na região lombar, ombro (31%), pescoço (29%), coluna dorsal (27,1%), joelhos (25,3%), punhos e mãos (24,3%), quadril/coxa (18,7%), tornozelo/pé (6,54%) e cotovelos (5,61%). Ao responderem sobre o afastamento das atividades devido ao desconforto, 7,48% dos professores se afastaram por desconforto em joelho, 6,54% em coluna lombar e tornozelo/pé, seguido de 5,61% em quadril/coxa. A maior prevalência do sexo feminino e de desconforto na

coluna lombar deste estudo, corroboram com o estudo realizado por Ribeiro et al [3].

CONCLUSÕES:

Pode-se observar que a maioria dos professores são do sexo feminino e a maior presença de DORT se encontra na região de coluna lombar, ombros, coluna dorsal, joelhos e tornozelos. A maior causa de afastamento ocorreu devido a desconforto em joelhos, coluna lombar e tornozelo/pé. Sugere-se, portanto, estudos que investiguem as possíveis causas desses desconfortos na tentativa de delinear propostas de prevenção para essas lesões.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] MELO, E. M. N.; CAIXETA, G. F.; CAIXETA, A. Prevalência De Lesões Osteomusculares em Professores do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica "Saúde CESUC" - Centro de Ensino Superior de Catalão, Ano I, Nº 01 – 2010. [2] FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Fatores Associados à Prevalência de Sintomas Osteomusculares em Professores Factors associated with teachers' osteomuscular prevalence. Rev. salud pública. v.11 n.2, p. 256-267, 2009. [3] RIBEIRO, I. Q. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; PORTO, L. A.; REIS, E. J. F. B. Fatores Ocupacionais Associados a dor Musculoesquelética em Professores. Revista Baiana de Saúde Pública, v.35, n.1, p.42-64 jan./mar. 2011;

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EFICÁCIA DA ELETOESTIMULAÇÃO DO NERVO TIBIAL E CINESIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA MISTA: ESTUDO DE CASO

Amanda Branca **BAESSO** (IC- amandabaessossva@hotmail.com)¹ e Roberta Xavier **BRUNO**²

1.Curso de Fisioterapia; 2-Professor

FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Eletroestimulação do nervo tibial, Incontinência Urinária.

INTRODUÇÃO:

Incontinência urinária mista é causada pela ocorrência simultânea da bexiga hiperativa e da incontinência de esforço, provocando a perda involuntária de urina [1]. A cinesioterapia é usualmente utilizada no fortalecimento do assoalho pélvico porém a eletroestimulação do nervo tibial surgiu recentemente como uma nova modalidade de tratamento conservador. Consiste em terapia periférica, não invasiva e com bons resultados no tratamento da incontinência urinária [2, 3]. O objetivo desse trabalho é verificar a eficácia do tratamento de incontinência urinária mista através da cinesioterapia e eletroestimulação do nervo tibial.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caso, com análise descritiva em paciente de 65 anos, atendida na clínica escola FAMINAS com incontinência urinária mista. Foi avaliada na admissão e reavaliada na oitava sessão através da inspeção, palpação, teste de perda de urina (simulação ao esforço – tosse) e teste de força muscular através da palpação vaginal utilizando a escala de Oxford (Quadro I). Foi utilizado absorvente para a mensuração da perda de urina através do PAD TEST e para a avaliação do trato urinário foi utilizado o STOP TEST (Quadro I). As condutas utilizadas para o tratamento foram a associação da cinesioterapia e eletroestimulação do nervo tibial [4,5].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No quadro I é possível identificar os avanços obtidos com a paciente durante o tratamento.

VARIÁVEIS	AVALIAÇÃO	REAVALIAÇÃO
INSPEÇÃO	Trofismo vaginal diminuído, diafragma pélvico fraco.	Trofismo vaginal normal, diafragma pélvico forte.
PALPAÇÃO	Tônus diminuído, contração mais forte do lado esquerdo.	Tônus normal, contração simétrica.
FORÇA MUSCULAR	Grau 2++	Grau 3++
PAD TEST	2,32g (usado) em relação a 2,29g (seco).	2,30 (usado) em relação a 2,28 (seco).
STOP TEST	Grau 2	Grau 3
PERDA DE URINA	Todos os dias a cada duas horas.	Duas a três perdas durante todo o dia.

Quadro I: Dados da avaliação e reavaliação da paciente.

Estudos atuais confirmam a associação positiva de cinesioterapia e eletroestimulação do nervo tibial no tratamento de incontinência urinária, corroborando com os achados desse estudo [4,5].

CONCLUSÃO:

Os resultados positivos em todas as variáveis analisadas comprova a eficácia da associação proposta no tratamento.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BOTELHO, F.; CRUZ, F. Incontinência Urinária Feminina. Rev. Acta Urológica. v.24, n.1, 2007. [2] RODRIGUES, B.P. Abordagem fisioterapêutica na IUE na mulher idosa. Rev. da Universidade Veiga de Almeida. out/2008. [3] SCHREINER L.; Eletroestimulação do nervo tibial no tratamento da incontinência urinária em idosas. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Gerontologia Biomédica da PUCRS, Porto Alegre, 2009. [4] Fischer-Sgrott FO, Busato WFS Jr. Qualidade de vida de mulheres com bexiga hiperativa tratadas com estimulação elétrica do nervo tibial posterior. Rev Bras de Fisioterapia; Itajaí, 2009. [5] ARRUDA, R. M. Hiperatividade do detrusor: comparação entre eletroestimulação funcional do assoalho pélvico e exercícios perineais. Rev Bras de Ginecol e Obstetrícia. Vol. 29. RJ, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ESTUDO COMPARATIVO DA MARCHA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Amanda Duarte Moreira **TOLENTINO** (IC amandafisioduarte@outlook.com)¹, Valquíria Eveline **RABELO** (IC)¹, Paula Lopes **SILVA** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (IC)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos, marcha, institucionalização.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, com alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas, que reduzem a capacidade de adaptação homeostática às situações de sobrecarga funcional. Entre as perdas apresentadas pelo idoso as alterações na marcha e equilíbrio aumentam o risco de quedas. Entre os institucionalizados cuja mobilidade ainda é mais reduzida, o risco de quedas ainda maior [1]. Este estudo tem como objetivo a comparação da marcha em idosos institucionalizados e idosos não institucionalizados.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal, com análise descritiva e amostra de conveniência previamente definida com idosos de instituição de longa permanência (ILP) e idosos ativos que participam de dois Programas de Saúde da Família (PSF's) na cidade de Muriaé/MG. A pesquisa foi autorizada pelos participantes e pelo Diretor da ILP mediante assinatura do Termo Livre e Esclarecido e foi realizada nos meses de abril e maio de 2015. A amostra da ILP é composta por 10 idosos, com média de idade de 77,6 anos e de idosos ativos (n=37) dos PSF's onde a média de idade foi menor (69,8 anos). Nos dois grupos havia atuação do Fisioterapeuta. Para avaliar a marcha foi usado o teste Tinetti composto por 16 tarefas, sendo nove de equilíbrio e sete de marcha, pontuadas de 0 a 1 ou 0 a 2 com escore total 12 para marcha, quanto maior pontuação melhor o desempenho. Para quantificar a avaliação foi aplicado o Timed up and go test, para avaliar o nível de mobilidade funcional em idosos, onde o idoso deve levantar-se da cadeira sem apoio de braços, caminhar três metros com passos seguros e confortáveis, girar 180° e retornar, sentando-se na cadeira. O tempo no qual o idoso realiza essa tarefa é cronometrado e quanto maior o tempo utilizado para realizá-la maior o risco de queda. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente utilizando o Teste t de student [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os idosos da ILP obtiveram $8,1 \pm 2,4$ no Teste Tinetti e para Timed up and go test o tempo gasto em média foi de $18,4 \pm 6,2$ segundos. Para os idosos ativos dos PSF's a média de pontuação para o teste de Tinetti foi $8,33 \pm 1,7$ e o Timed up and go test o tempo em média foi de $10,8 \pm 3,5$ segundos. Ao analisar de forma comparativa, não houve diferença significativamente estatística entre os valores obtidos pelos idosos ativos e asilados no Teste de marcha ($p=0,39$), porém no Timed up and go test, encontramos uma diferença muito significativa ($p=0,001$). Os idosos institucionalizados levaram quase o dobro do tempo para realizar o teste proposto, o que nos preocupa com relação a mobilidade e o alto risco de queda nessa população, mesmo

com a atuação de um Fisioterapeuta. Dados de estudos atuais corroboram com essa pesquisa, pois encontram piores resultados de mobilidade em idosos asilados [1].

CONCLUSÃO:

Os idosos que praticam atividade física supervisionada pelo fisioterapeuta sendo eles institucionalizados ou não, apresentaram valores similares na classificação da marcha, porém ao avaliar o nível de mobilidade funcional, ficou claro que a institucionalização tem influência negativa na mobilidade dos idosos. Sugere-se que o incremento das atividades realizadas e a presença de mais profissionais pode melhorar a funcionalidade e as atividades de vida diária dos idosos institucionalizados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Guimarães LHCT, Galdino DCA, Martins FLM, Vitorino DFM, Pereira KL, Carvalho EM. Comparação da propensão de quedas entre idosos que praticam atividade física e idosos sedentários. Revista Neurociências 2004;12. [2] Silva, A. D., Almeida, G. J., Cassilhas, R. C., Cohen, M., Peccin, M. S., Tufik, S., & Mello, M. T. D. Equilíbrio, coordenação e agilidade de idosos submetidos à prática de exercícios físicos resistidos. Rev. bras. med. esporte, 14(2), 88-93. 2008.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

MARCA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA FAZENDO A DIFERENÇA

Amanda Duarte Moreira **TOLENTINO** (IC - amandafisioduarte@outlook.com)¹; Karla de **MORAIS** (IC)¹; lasmin Martins **GUIMARÃES** (IC)¹; Roberta Xavier **BRUNO**(PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: idosos institucionalizados, fisioterapia, marcha.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento, que inevitavelmente acomete o indivíduo com o passar dos anos, interfere nos seus diversos aparelhos e sistemas orgânicos. Alterações funcionais daí decorrentes produzem diferentes conseqüências para o idoso, como por exemplo, distúrbios da marcha. A marcha é resultante da interação dos sistemas neurológico, musculoesquelético, vestibular e somato-sensorial. A presença de distúrbios de marcha pode também aumentar o risco de quedas, mais frequentes quanto maior a idade e o tempo de asilamento [1, 2]. Posto isto, o estudo objetiva avaliar a marcha de idosos institucionalizados em instituições asilares com e sem a atuação da fisioterapia.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal realizado em duas instituições de longa permanência da cidade de Muriaé - MG, ambas públicas. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e maio de 2015. A amostra inicial era composta por 40 idosos nas duas instituições, porém foram incluídos nesta pesquisa 23 idosos de ambos os sexos. Na Instituição A foram avaliados 10 idosos de ambos os sexos, e nesta há atuação do fisioterapeuta, já na Instituição B foram avaliados 13 idosos e nela não há fisioterapeuta. A idade obteve média de $77,6 \pm 9,64$ anos. Os critérios de exclusão foram: incapacidade em deambular, déficit cognitivo, a não concordância em participar da pesquisa. Para avaliar marcha foi usado o teste Tinetti composto por 16 tarefas, sendo nove de equilíbrio e sete de marcha, pontuadas de 0 a 1 ou 0 a 2 utilizando somente as atividades de marcha com escore total 12, quanto maior pontuação melhor o desempenho [3]. Para complementar a avaliação foi aplicado o Teste *Time Up & Go*, onde o idoso deve levantar-se da cadeira sem apoio de braços, caminhar três metros com passos seguros e confortáveis, girar 180° e retornar, sentando-se na cadeira. O tempo no qual o idoso realiza essa tarefa é cronometrado e quanto maior o tempo utilizado para realizá-la maior o risco de queda [4].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na Instituição A, com atuação do fisioterapeuta a pontuação para o teste de Tinetti foi de $8,1 \pm 2,46$ e no *Time Up & Go* o tempo em média foi de $18,4 \pm 6,2$ s. Na Instituição B, que não possui o profissional de fisioterapia atuando, os resultados foram no teste de Tinetti $7,61 \pm 2,46$ e no *Time Up & Go* o tempo em média foi de $23,69 \pm 7,31$ segundos. Estudos que adotaram como critério de avaliação essas mesmas escalas, apontam que houve melhora do grupo solo com atividade física realizada com fisioterapeuta em relação ao grupo controle, evidenciando-se uma melhora tanto na qualidade da marcha como na velocidade da mesma [5].

CONCLUSÕES:

Mesmo em uma pequena amostra pode-se inferir que a atuação do fisioterapeuta em Instituições de longa permanência faz diferença na mobilidade dos idosos, e entre os testes adotados o *Time Up & Go* mostra maior diferença entre os grupos, com vantagem no grupo com atuação da fisioterapia.

BIBLIOGRAFIA:

[1] REZENDE, A. A. B. et al. Medo do idoso em sofrer quedas recorrentes: a marcha como fator determinante da independência funcional. *Acta fisiátrica*, v. 17, n. 3, 2010. [2] SÁ, A. C. A. M.; BACHION, M. M.; MENEZES, R. L. Exercício físico para prevenção de quedas: ensaio clínico com idosos institucionalizados em Goiânia, Brasil. *Ciê. Saúde Coletiva*, 17(8):2117-2127, 2012. [3] SILVA, A. et al. Equilíbrio, coordenação e agilidade de idosos submetidos à prática de exercícios físicos resistidos. *Rev. bras. med. esporte*, v. 14, n. 2, p. 88-93, 2008. [4] MORAES, E. N. Avaliação multidimensional do idoso: instrumentos de rastreamento. 64p. Belo Horizonte: Folium, 2008. [5] CUNHA, M. F.; LAZZARESCHI, L. A influência da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos na comunidade: estudo comparativo. *Motriz. Revista de Educação Física. UNESP*, v. 15, n. 3, p. 527-536, 2009.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

MÉTODO PILATES NO TRATAMENTO DE ESCOLIOSE IDIOPÁTICA JUVENIL: UM ESTUDO DE CASO

Amanda Duarte Moreira **TOLENTINO** (IC amandafisioduarte@outlook.com)¹, Valquíria Eveline **RABELO** (IC)¹, Paula Lopes **SILVA** (IC) ¹, Roberta Xavier **BRUNO** (IC) ²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Escoliose idiopática, fisioterapia, Pilates.

INTRODUÇÃO:

A escoliose é definida como um desvio lateral da coluna vertebral e 80% são considerados de origem idiopática, que ocorre durante os anos de crescimento divididas nas categorias, infantil (até três anos), juvenil (entre quatro e dez anos) e adolescente (após 10 anos) [1,2]. Diversas técnicas são citadas como corretivas, entre elas a Reeducação Postural Global e o Método Pilates descrevem os melhores resultados [1]. A literatura aponta como vantagem do método Pilates, a melhora da flexibilidade e do alinhamento postural, entre outras [2]. Diante do exposto, este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia do método Pilates no tratamento da escoliose idiopática juvenil.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caso, com um menino de dez anos com escoliose idiopática juvenil atendido na Clínica Escola da FAMINAS - Muriaé/MG, no primeiro semestre de 2015. A pesquisa foi autorizada pelo responsável do menor ao assinar o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido. Os atendimentos foram realizados duas vezes por semana, durante 6 semanas. Na avaliação inicial havia dor na região lombar grau 7 (segundo uma escala visual analógica de classificação da dor - EVA) que piora com longos períodos de ortostatismo. O exame físico, identificou diminuição de amplitude de movimento (ADM) em inclinação lateral para a direita 25° e em flexão de tronco. Foram realizados: Teste de Schober (avalia a mobilidade da coluna lombar) onde o paciente apresentou 5 cm de distância entre os dois pontos na coluna indicando rigidez da coluna lombar, Teste do 3º dedo ao solo cujo resultado foi de +15 cm do chão. Durante a avaliação postural observou-se joelho valgo, gibosidade a direita comprovada por meio do Teste de Adams (+), depressão do ombro direito e protrusão. Os objetivos do tratamento foram: diminuir grau de dor, aumentar ADM na inclinação lateral para a direita e em flexão de tronco, aumentar a mobilidade e a flexibilidade da coluna. O plano de tratamento foi baseado no método pilates solo e bola através da realização dos exercícios *spine stretch forward*, *swimming*, *leg pull front*, *leg pull front* (variação), *leg pull back*, *one leg up-down* e *rolling back*, ponte na bola, alongamento no espaldar e fortalecimento de estabilizadores da escápula; com séries de 10 repetições, durante 50 minutos [1,3,4].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após 12 sessões comprova-se melhora, pois o paciente refere dor grau 0 (EVA), inclinação lateral a direita de 25° para 35°, diminuição de 15 cm para 1 cm de distância do solo no teste do 3º dedo, no Teste Schober (+) 7,5cm de mobilidade, diminuição da protrusão de ombro e da inclinação de tronco para a direita. Estudos atuais

comprovam a eficácia e resultados satisfatórios do método Pilates em pacientes com diagnóstico clínico de escoliose idiopática, assim como nesse estudo [1].

CONCLUSÃO:

O paciente continua em tratamento, mas fica comprovada a eficácia do método quando se analisa os resultados após o curto período de tratamento. Um estudo longitudinal é indicado para se verificar os resultados desta conduta em longo prazo sustentam e assim comprovar a indicação do método Pilates no tratamento da escoliose.

BIBLIOGRAFIA:

[1] COMUNELLO, J. F. Benefícios do Método Pilates e sua aplicação na reabilitação. Instituto Salus, 2011. [2] HOPPENFELD, S. Propedêutica Ortopédica: Coluna e Extremidades. 2ªed., Rio de Janeiro: Atheneu, 1999. [3] J H Pilates and W J Miller: Return to Life through Contrology. 1st Ed, publ. 1954 J.J. Augustin New York Review & purch [4] SEGURA, D. D. C. A., DO NASCIMENTO, F. C., CHIOSSI, C. A., DA SILVA, M. A. A., GUILHERME, J. H., & SANTOS, J. V. Estudo comparativo do tratamento da escoliose idiopática adolescente através dos métodos de RPG e Pilates. Saúde e Pesquisa, v. 4, n. 2, p. 200-206, maio/ago. 2011.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

MÉTODOS KLAPP, ISO-STRETCHING E ESTABILIZAÇÃO SEGMENTAR LOMBAR NO TRATAMENTO DE LOMBALGIA: UM ESTUDO DE CASO

Amanda Branca **BAESSO** (IC- amandabaessossva@hotmail.com)¹, Gustavo Baêso **BICALHO**² e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)³

1. Curso de Fisioterapia; 2. Curso de Farmácia; 3. Professora FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Lombalgia, Método Klapp, Estabilização Segmentar Lombar

INTRODUÇÃO:

No Brasil, cerca de 10 milhões de brasileiros ficam incapacitados devido à lombalgia e um dos métodos utilizados para tratamento é a Estabilização Segmentar Lombar (ESL), caracterizada pela contração isométrica da musculatura estabilizadora profunda do tronco, responsáveis primários pela estabilidade e controle do segmento [1,2]. *Iso-stretching* é um método que proporciona flexibilidade e fortalecimento à musculatura, aprimorando o controle postural e, o método *Klapp* foi criado para treinamento e fortalecimento da musculatura do tronco na posição de "gatas" [3,4]. O objetivo desse estudo é avaliar a eficácia do tratamento da lombalgia através da associação de três métodos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caso, com análise descritiva, em paciente com 49 anos, atendida na clínica escola da Faculdade de Minas – FAMINAS com lombalgia. Foi avaliada na admissão e reavaliada na oitava sessão, onde foram realizados a inspeção, palpação, teste de força muscular, goniometria, testes ortopédicos. As condutas utilizadas para o tratamento fisioterapêutico foram a associação dos métodos Klapp, Iso-Stretching e ESL [2,3,4].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No quadro I é possível identificar os avanços obtidos durante o tratamento fisioterapêutico.

VARIÁVEIS	AVALIAÇÃO	REAVLIAÇÃO
Dor (EVA)	Grau 4	Grau 0
INSPEÇÃO	Hiperlordose lombar, anteversão pélvica.	Lordose lombar fisiológica, anteversão pélvica corrigida.
PALPAÇÃO	Dolorosa nos processos espinhosos lombares e cadeia posterior encurtada.	Sem dor nos processos espinhosos lombares e melhora na flexibilidade da cadeia posterior.
TESTE DE FORÇA MUSCULAR	Quadríceps, isquiotibiais, glúteo máximo e médio – Grau 4; Transverso do abdômen, multifidos e reto abdominal – grau 3.	Quadríceps, isquiotibiais, glúteo máximo e médio – Grau 4 ; Transverso do abdômen, multifidos e reto abdominal – grau 4.
GONIOMETRIA TRONCO	Flexão – 35° Extensão –15° Rotação à direita –15° Rotação à esquerda –15° Inclinação à direita –20° Inclinação à esquerda –20°	Flexão – 90° Extensão –40° Rotação à direita –45° Rotação à esquerda – 50° Inclinação à direita –40° Inclinação à esquerda – 40°
TESTES ORTOPÉDICOS	Banco de Wells – 13 cm Teste dedos ao chão – 20cm	Banco de Wells – 28 Teste dedos ao chão – 9cm

Quadro I: Valores comparativos na admissão e 8ª sessão

Estudos atuais revelam benefício na associação dos métodos *Klapp*, *ESL* e *Iso-stretching* no tratamento de lombalgia, corroborando com os achados desse estudo [2,3,4].

CONCLUSÃO:

Com base nos resultados a proposta terapêutica indicada foi eficaz na redução do quadro algico, na melhora da flexibilidade da cadeia posterior, na estabilização dos segmentos lombares e no fortalecimento da musculatura do tronco.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SOUZA, V. Efeitos do método iso-stretching na dor lombar crônica. TCC. Universidade de Santa Catarina. Palhoça, 2008. [2] PIZOL, G. Z. Exercício de isostretching e ESL na lombalgia crônica. TCC. Faculdade Católica do Espírito Santo. Vitória, 2011. [3] MACEDO, C. S. G. Efeito do Isostreching em pacientes com lombalgia. Fisioter. Mov. 2010 jan/mar;23(1):113-20. [4] FERREIRA, MS. Método Klapp. World Gate Brasil Ltda. Disponível em: www.wgate.com.br/fisioweb, Acesso em: 23/11/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

NÍVEL DE CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS VASCULOGÊNICAS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA

Késia Alves de OLIVEIRA'(ksaoliveira@gmail.com - IC)¹, Lucilene Imaculada de BARROS¹, Matheus José da costa TRINDADE¹, Roberta XavierBRUNO(PQ)².

1. Curso de Fisioterapia. 3. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Úlceras vasculogênicas, capacidade funcional, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO:

Entre as úlceras nos membros inferiores as vasculogênicas (de origem venosa, arterial ou mista) são as mais prevalentes, caracterizando-se por um processo crônico, doloroso, recorrente, com impacto negativo na qualidade de vida, na mobilidade, no estado emocional e na capacidade funcional dos portadores[1]. O presente estudo tem como objetivo avaliar a capacidade funcional de pacientes tratados no projeto de laserterapia na Clínica Escola FAMINAS, que apresentam úlceras vasculogênicas.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida, realizado com pacientes com úlceras vasculogênicas, ambos os gêneros, que estavam em tratamento de laserterapia na Clínica Escola. A pesquisa foi realizada no mês de abril do corrente ano. Todos os pacientes atendidos nesta Clínica assinam um Termo de Compromisso autorizando previamente a realização dos atendimentos por acadêmicos, bem como a participação em pesquisas, e assim o fizeram. Para avaliar a capacidade funcional adotou-se o *Índice de Barthel* que avalia atividades da vida diária (AVD'S), e mede a independência funcional em dez tarefas: alimentação, banho, vestuário, higiene pessoal, eliminações intestinais, eliminações vesicais, uso do vaso sanitário, passagem cadeira-cama, deambulação e escadas. A pontuação varia de 0 a 100, em intervalos de cinco pontos, e quanto maior a pontuação obtida maior a independência [2].

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

Dos 12 pacientes atendidos na Clínica, 8 possuem úlceras vasculogênicas uni ou bilaterais e portanto foram incluídos na pesquisa. Houve predomínio do gênero masculino em 80% (n=6), a idade variou de 45 a 83 anos, com média de 66,8 ± 13,6 anos. O tempo de lesão dos pacientes variou de 1 a 40 anos. Sobre o *Índice de Barthel* encontrou-se 86,2 pontos em média, o que representa uma boa capacidade funcional. Ao analisar a capacidade funcional pelo tempo de lesão, esperava-se que quanto maior o tempo de lesão pior a capacidade funcional, o que não ficou evidente nesta amostra. Estudos corroboram a pesquisa, demonstrando que as pessoas portadoras de úlceras vasculogênicas que participaram de estudos apresentam boa independência funcional [3].

CONCLUSÃO:

O presente estudo encontrou valores numéricos que representam boa capacidade funcional, mesmo em pacientes com muitos anos de lesão, o que demonstra o caráter individual de cada paciente e também, a necessidade de maiores estudos, com amostra mais significativa ou de forma

longitudinal, para aumentar o nível de evidência científica sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MALAQUIAS, Suelen Gomes et al. Pessoas com úlceras vasculogênicas em atendimento ambulatorial de enfermagem: estudo das variáveis clínicas e sociodemográficas. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 46, n. 2, p. 302-310, 2012.[2] MINOSSO, Jéssica Sponton Moura et al. Validação, no Brasil, do Índice de Barthel em idosos atendidos em ambulatorios. Acta paulenferm, v. 23, n. 2, p. 218-23, 2010.[3] PORTO et al, Capacidade Funcional de Pessoas com Úlceras Vasculogênicas em Atendimento na Rede Ambulatorial do Município de Goiânia após 6 meses; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS; PIVIC/2010-2011. Disponível em: www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pivic/trabalhos/PRISCILL Acesso: 12/04/2015 11h44min.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

NÍVEL DE COGNIÇÃO EM IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS

Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC- lucilenebarros1@outlook.com)¹, Valquíria Eveline **RABELO**¹, Matheus José da Costa **TRINDADE**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Idosos, Mini-Exame do Estado Mental, Clínica Escola

INTRODUÇÃO:

Hoje temos aproximadamente 11 milhões de pessoas com mais de 60 anos e projeções indicam que seremos o 6º país do mundo em número de idosos no ano de 2020. Uma das principais conseqüências do crescimento desta parcela da população é o aumento da prevalência das demências em função do declínio da capacidade cognitiva [1,2]. É imprescindível a promoção e a atenção à saúde do idoso que englobam desde medidas preventivas até restauradoras e de caráter reabilitador [3]. O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de cognição dos idosos em tratamento na Clínica Escola-FAMINAS, no primeiro semestre de 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo quantitativo e análise descritiva com amostra de conveniência previamente definida, realizado com idosos em tratamento fisioterapêutico na Clínica Escola-FAMINAS no primeiro semestre de 2015. Ambos os gêneros, acima de 60 anos. Como instrumento de pesquisa adotou-se o Mini Exame de Estado Mental – MEEM [4]. A pesquisa foi realizada no mês de maio do ano de 2015. A pesquisa foi autorizada pelos participantes mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente utilizando o Teste t de student.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram avaliados 12 idosos de ambos os sexos, com escolaridade média de 5ª série, com média de idade de 68,5 ±8,15 com predominância do sexo feminino (n=8), com média de idade 65,5 ±4,5, entre os homens (n=4) a média de idade ficou em 74,5 ±11,15 anos. Entre os 12 idosos avaliados, 11 realizavam tratamento ortopédico e 1 tratamento neurológico. A média de pontuação para o MEEM foi para as mulheres 23,62 ±3,70 e para os homens 25 ±8,71 e não houve diferença estatisticamente significativa (p=0,389). Autores afirmam que o escore do MEEM pode variar de um mínimo de 0 pontos, o qual indica o maior grau de comprometimento cognitivo dos indivíduos, até um total máximo de 30 pontos, o qual por sua vez, corresponde a melhor capacidade cognitiva, porém se obtiver pontuação menor que 18 caracteriza-se alteração cognitiva [5]. Observou-se que quanto maior a escolaridade do indivíduo, melhor foi o seu desempenho no MEEM. Ao mesmo tempo, quanto maior a sua idade, pior foi a sua pontuação, refletindo um pior desempenho cognitivo.

CONCLUSÃO:

Após análise dos resultados, pode-se constatar que os idosos pesquisados apresentam alteração cognitiva. Neste sentido, acreditamos ser de suma importância a implantação de programas que visem a manutenção das capacidades cognitivas e funcionais dos idosos, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GUCCIONE, A. A. Fisioterapia Geriátrica. Rio de Janeiro, 2002; [2] SOARES, E. Memória e Envelhecimento: Aspectos Neuropsicológicos e Estratégias Preventivas. São Paulo, 2006; [3] CARVALHO, M. P. Intervenção Fisioterápica na Terceira Idade: Uma Visão Reabilitadora. Pelotas, 2007; [4] Mini-Exame do Estado Mental BERTOLUCCI et. al., 1994; BRUCKI et al., 2003; [5] FERRARI, Juliane Ferreira; DALACORTE, Roberta Rigo. Uso da Escala de Depressão Geriátrica de Yasavage para avaliar a prevalência de depressão em idosos hospitalizados. Scientia Medica. Porto Alegre, 2007.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

PRESENÇA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS VENOSAS ATENDIDOS NO PROJETO LASERTERAPIA

Késia Alves de OLIVEIRA(ksaoliveira@gmail.com - IC)¹, Lucilene Imaculada de BARROS¹, Valquíria Eveline RABELO¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Úlcera venosa, sintomas depressivos, tratamento.

INTRODUÇÃO:

Úlcera venosa é uma doença crônica, caracterizada por períodos de exacerbação e remissão. O processo de cicatrização é demorado gera desconforto físico e psicológico. Os idosos estão entre os mais acometidos por fragilidades relacionadas ao envelhecimento tegumentar, vascular e metabólico. Apresentam, além da ferida, declínio das atividades diárias somado a doenças crônico-degenerativas; portanto, são necessários suporte emocional e mecanismos para enfrentamento dessa situação, pois essa população frequentemente apresenta emoções e sentimentos abalados [1]. O presente estudo tem como objetivo avaliar a ocorrência de sintomas depressivos em pacientes com úlceras venosas atendidos na Clínica Escola

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida, realizado com pacientes com úlceras venosas, ambos os gêneros, que estavam em tratamento de laserterapia na Clínica Escola. A pesquisa foi realizada no mês de abril do corrente ano. Todos os pacientes atendidos nesta Clínica assinam um Termo de Compromisso autorizando previamente a realização dos atendimentos por acadêmicos, bem como a participação em pesquisas, e assim o fizeram. Como instrumento de pesquisa adotou-se o Inventário de Avaliação de Depressão de Beck que avalia o nível de sintomas depressivos, o mesmo apresenta 21 categorias de sintomas e atitudes características de depressão, cada uma delas consistindo em uma série de quatro graus diferentes de intensidade da manifestação (0 a 3 pontos), totalizando assim 63 pontos. Para o estudo, foram considerados os seguintes escores: inferior a 9, ausência de depressão ou depressão mínima, de 10 a 18, depressão leve a moderada; de 19 a 29, depressão moderada a grave, e de 30 a 63, depressão grave [2].

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

Dos 12 pacientes atendidos na Clínica, 8 possuem úlceras venosas uni ou bilaterais e portanto foram incluídos na pesquisa. Houve predomínio do gênero masculino em 80% (n=6), a idade variou de 45 a 83 anos, a média foi de 66,88 ± 13,67 anos. O tempo de lesão dos pacientes varia de 1 a 40 anos. Segundo o Inventário de Avaliação de Beck, 50% dos pacientes apresentam depressão mínima e os outros 50% depressão moderada. Ainda com base neste inventário os cinco sintomas mais prevalentes foram: falta de energia, alterações do padrão do sono, perda do apetite e fadiga. Em estudo semelhante, pode-se inferir que pacientes com úlceras venosas apresentam diferentes níveis de sintomas depressivos corroborando com a atual pesquisa [1].

CONCLUSÃO:

Se faz necessário à assistência global aos pacientes com úlceras, pois a presença de feridas prolongadas acarreta sintomas de depressão, que podem ter graus diferentes, mas o olhar profissional deve sempre abordar o indivíduo do ponto de vista biopsicossocial. Por esta razão além do tratamento convencional devem receber suporte psicológico.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SALOMÉ, Geraldo Magela; BLANES, Leila; FERREIRA, Lydia Masako. Avaliação de sintomas depressivos em pessoas com úlcera venosa. Rev Bras Cir Plást, v. 27, n. 1, p. 124-9, 2012 [2] Gorenstein C, Andrade L. Validation of a Portuguese version of the Beck Depression Inventory and the State-Trait Anxiety Inventory in Brazilian subjects. Braz J Med Biol Res. 1996;29(4):453-7.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM PACIENTES TABAGISTAS OU CONSUMIDORES DE ÁLCOOL NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Valquiria Eveline **RABELO** (IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, Vanessa Basilio **DUARTE** (IC)¹, Késia Alves de **OLIVEIRA** (IC)¹, e Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Teste AUDIT, Teste Fagerstrom, hipertensão arterial.

INTRODUÇÃO:

A hipertensão arterial é uma doença crônica que pode ser considerada como um dos principais fatores de risco para complicações cardiovasculares [1]. O tabagismo promove o aumento agudo da pressão arterial e da frequência cardíaca persistindo cerca de 15 minutos e o consumo de álcool eleva a pressão arterial à taxa de 1mmHg por cada 10 g de etanol, sendo seu efeito reversível após duas ou três semanas de abstinência [2]. O objetivo do trabalho foi analisar a prevalência de hipertensão arterial em pacientes tabagistas e consumidores de álcool da Clínica Escola da FAMINAS, comparando entre gêneros.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com pacientes da Clínica Escola da FAMINAS, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 37 pacientes concordou com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foram utilizados os questionários Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT), contendo 10 questões objetivas com o intuito de identificar a prevalência e a frequência do consumo e o Teste de Fagerstrom (Fagerstrom Test for Nicotine Dependence – FTND), contendo 6 questões objetivas com o intuito de estimar a prevalência de tabagismo e dependência à nicotina. A prevalência de hipertensão arterial foi obtida por meio de dados dos prontuários dos pacientes. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para acessar o nível de significância foi utilizado o teste *t-student* admitindo como significante $p \leq 0,05$ (*Graphpad Software*).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos indivíduos que compuseram a amostra (n=37), 56,75 % pertencem ao gênero feminino, a média de idade total foi de 58,64 anos e desvio padrão de 18,33 não apresentando diferenças significativas quando estratificado por gênero ($p=0,0553$). Da amostra 54,05% possuem hipertensão arterial, destes, 70% pertencem ao gênero feminino. A prevalência de tabagismo foi evidenciada em 40% dos indivíduos que possuem a doença, sendo 62,5% destes do gênero feminino também não demonstrando diferenças significativas em relação ao gênero masculino ($p=0,7887$). A prevalência de consumo de álcool foi evidenciada em 25% da amostra que possui hipertensão arterial, destes 60% são pertencentes ao gênero feminino, não ocorrendo também diferenças significativas em relação ao gênero masculino ($p=0,4226$). A alta prevalência de tabagismo e a baixa prevalência de consumo de álcool em indivíduos hipertensos são confirmadas na literatura. Estudos apontam que o consumo de álcool ocorre em pequena escala, já o tabagismo é encontrado em grande parte dos indivíduos hipertensos [3].

CONCLUSÃO:

Foi possível observar que os indivíduos do gênero feminino são os que apresentam maior prevalência de hipertensão arterial, sendo também os que mais fazem uso de tabaco e álcool, sugerindo que estes fatores podem influenciar na manutenção ou aumento da pressão arterial destes indivíduos. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PESSUTO, J.; CARVALHO, E. C. de. Fatores de risco em indivíduos com hipertensão arterial. *Rev. latino-am. enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 33-39, janeiro 1998. [2] SANTOS, A. C.; LIMA, C. A. Hipertensão de difícil controle: impacto do estilo de vida. *Rev Bras Hipertens* vol.16 (Supl 1): S5-S6, 2009. [3] COTTA, R. M. M., et al. Perfil sosiossanitário e estilo de vida de hipertensos/diabéticos usuários do PSF no Município de Teixeira, MG. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4):1251-1260, 2009.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM IDOSOS NO ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DA CLÍNICA ESCOLA- FAMINAS.

Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC- lucilenebarros1@outlook.com)¹, Amanda Duarte **TOLENTINO**¹, Matheus José da Costa **TRINDADE**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Idosos, Depressão, Clínica Escola

INTRODUÇÃO:

A depressão é um dos problemas psiquiátricos mais comuns e importantes em idosos. Ela caracteriza-se como um distúrbio da área afetiva ou do humor, que exerce forte impacto funcional em qualquer faixa etária. É um distúrbio de natureza multifatorial, que envolve inúmeros aspectos de ordem biológica, psicológica e social [1]. Entre os idosos, há expressiva variabilidade na experiência dos eventos estressantes e nas formas de enfrentamento, uma vez que estão expostos a diferentes circunstâncias sociais e pessoais, atuais e passadas, além de serem dotados de diferentes graus de resiliência e possuírem diferentes formas de interpretar e lidar com eventos estressantes [2]. O presente estudo tem como objetivo avaliar a prevalência de sintomas depressivos apresentado por idosos que estão em tratamento fisioterapêutico na clínica escola – FAMINAS no primeiro semestre de 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo quantitativo e análise descritiva com amostra de conveniência previamente definida, realizado com idosos de ambos os gêneros e idade acima de 60 anos em tratamento fisioterapêutico na Clínica Escola-FAMINAS no primeiro semestre de 2015. Como instrumento de pesquisa adotou-se o Inventário de Beck e a Escala de Depressão Geriátrica de Yessavage. A pesquisa foi realizada no mês de maio do ano de 2015. Foram excluídos da pesquisa idosos que apresentaram grau de demência evidente e idosos não colaborativos. A pesquisa foi autorizada pelos participantes ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Entre os 30 idosos em tratamento na clínica escola da FAMINAS, foram avaliados 15 idosos de ambos os sexos com média de idade de 68,5 ±7,41 com predominância do sexo feminino (n=8). Entre os avaliados, o tempo de tratamento varia de 6 meses a 6 anos. Analisando os escores do Inventário de Beck 75% dos idosos apresentaram depressão mínima e os outros 25% depressão moderada. Já de acordo com a Escala Geriátrica de Depressão 50% dos idosos apresentaram sintomas depressivos. Estudos similares corroboram com a atual pesquisa, sugerindo que as formas de enfrentamento do estresse tiveram associação mais forte com sintomatologia depressiva na velhice do que os eventos em si. Porém, não desconsideram a importância dos eventos de vida estressantes sobre a saúde mental dos idosos [2].

CONCLUSÃO:

Futuras pesquisas devem superar as limitações do presente estudo, com a inclusão de avaliação e

acompanhamento psicológico, já que esse tipo de pesquisa, no Brasil, ainda é escassa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] IRIGARAY, Tatiana Quarti; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. Prevalência de depressão em idosos participantes da Universidade para a Terceira Idade. Rev Psiquiatr RS, v. 29, n. 1, p. 19-27, 2007. [2] FORTES-BURGOS, Andréa Cristina Garofe; NERI, Anita Liberalesso; CUPERTINO, A. P. F. B. Eventos estressantes, estratégias de enfrentamento, auto-eficácia e sintomas depressivos entre idosos residentes na comunidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 21, n. 1, p. 74-82, 2008.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

NÍVEL DE COGNIÇÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E A RELAÇÃO COM O RISCO DE QUEDAS

Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC- lucilenebarros1@outlook.com)¹, Matheus José da Costa **TRINDADE**¹, Késia Alves de **OLIVEIRA**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: Idosos, Institucionalização, Cognição

INTRODUÇÃO:

O declínio na capacidade cognitiva, a partir de um nível anteriormente mais elevado de funcionamento, gera múltiplos problemas que influenciam a reabilitação do indivíduo idoso [1,2]. A marcha se altera com o envelhecimento, em decorrência do acometimento de vários sistemas responsáveis pelo controle motor. Dessa forma, o idoso pode apresentar instabilidade postural ficando mais susceptível a quedas [3]. Quando é necessária a residência permanente de idosos em instituições, uma ampla variedade de serviços encontra-se disponível para garantir a qualidade da assistência pelo resto da vida [1]. É imprescindível a promoção e a atenção à saúde do idoso que englobam desde medidas preventivas até restauradoras e de caráter reabilitador [4]. O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de cognição de idosos residentes em uma instituição de longa permanência da zona da mata mineira e relacionar com o risco de quedas.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo quantitativo, análise descritiva com amostra de conveniência previamente definida, realizado com idosos de ambos os gêneros, com idade acima de 60 anos, residentes em um asilo municipal na cidade de Muriaé-MG. Como instrumento de pesquisa adotou-se o Mini Exame de Estado Mental (MEEM), que é um teste de rastreamento que permite avaliação global do funcionamento cognitivo. O escore do MEEM pode variar de um mínimo de 0 pontos, o qual indica o maior grau de comprometimento cognitivo dos indivíduos, até um total máximo de 30 pontos, o qual por sua vez, corresponde a melhor capacidade cognitiva, porém se obtiver pontuação menor que 18 caracteriza-se alteração cognitiva [5]. A pesquisa foi realizada em maio deste ano. A pesquisa foi autorizada pelo Diretor da Instituição por meio da assinatura do Termo Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta 17 idosos cuja média de idade foi de 77,6 ±6,54 anos, sendo que 76,4% são do sexo feminino. Quanto à escolaridade 35,2% dos idosos residentes na instituição são analfabetos, 57,9% estudaram até o primário e 11,7% completaram o ensino médio. A análise do desempenho cognitivo teve uma média de 18,3 ±5,33. Observou-se que quanto maior a escolaridade do indivíduo, melhor foi o seu desempenho no MEEM. Ao mesmo tempo, quanto maior a sua idade, pior foi a sua pontuação, refletindo um pior desempenho cognitivo, o que está diretamente relacionado ao risco de quedas. Estudos semelhantes corroboram essa pesquisa onde comprovam maior risco de queda com cognição afetada [4].

CONCLUSÃO:

Após análise dos resultados, pode-se constatar que os idosos pesquisados apresentam alteração cognitiva. Neste sentido, acreditamos ser de suma importância a implantação de programas que visem a manutenção das capacidades cognitivas e funcionais dos idosos, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida. Futuras pesquisas devem superar as limitações do presente estudo, com a inclusão de avaliação e treino cognitivo, já que esse tipo de pesquisa, no Brasil, ainda é escassa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GUCCIONE, A. A. Fisioterapia Geriátrica. Rio de Janeiro, 2002; [2] SOARES, E. Memória e Envelhecimento: Aspectos Neuropsicológicos e Estratégias Preventivas. São Paulo, 2006; [3] Pereira LSM, Basques FV, Marra TA. Avaliação da marcha em idosos. O Mundo da saúde 1999; 23(4): 221-8. [4] CARVALHO, M. P. Intervenção Fisioterápica na Terceira Idade: Uma Visão Reabilitadora. Pelotas, 2007; [5] Mini-Exame do Estado Mental BERTOLUCCI et. al., 1994; BRUCKI et al., 2003; [5] FERRARI, Juliane Ferreira; DALACORTE, Roberta Rigo. Uso da Escala de Depressão Geriátrica de Yasavage para avaliar a prevalência de depressão em idosos hospitalizados. Scientia Medica. Porto Alegre, 2007.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

PREVALÊNCIA DE TABAGISMO E GRAU DE DEPENDÊNCIA À NICOTINA EM PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Valquíria Eveline RABELO (IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, Késia Alves de OLIVEIRA(IC)¹, Matheus José da Costa TRINDADE(IC)¹, e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: teste de Fagerstrom, nicotina, dependência.

INTRODUÇÃO:

O número de tabagistas continua a crescer em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, o que demonstra que o conhecimento sobre os efeitos deletérios não induz as pessoas a não iniciação do hábito de fumar, nem o abandono permanente do mesmo [1]. É considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) responsável por altos índices de morbimortalidade mundial, sendo a principal causa de morte evitável em todo o mundo [2]. O presente estudo teve como objetivo analisar a prevalência de tabagismo, estimando o grau de dependência à nicotina em pacientes da Clínica Escola da FAMINAS, comparando entre gêneros.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com pacientes da Clínica Escola da FAMINAS-MG, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 37 pacientes concordou com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foi utilizado o Teste de Fagerstrom (Fagerstrom Test for Nicotine Dependence – FTND), contendo 6 questões objetivas que identificam e separam o consumo em graus de dependência, sendo estes, a dependência muito elevada, elevada, nível médio, baixo nível e o muito baixo nível. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para acessar o nível de significância foi utilizado o teste t-student admitindo como significativo $p \leq 0,05$ (Graphpad Software).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos indivíduos que compuseram a amostra ($n=37$), 56,75 % pertencem ao gênero feminino, a média de idade total foi de 58,64 anos e desvio padrão de 18,33 não apresentando diferenças significativas quando estratificado por gênero ($p=0,0553$). A prevalência de tabagismo foi evidenciada em 32,43% da amostra total, sendo 58,33% destes indivíduos do gênero feminino também não demonstrando diferenças significativas em relação ao gênero masculino ($p=0,4216$). Quando classificados quanto ao grau de dependência observou-se que apesar dos indivíduos do gênero feminino apresentarem maior prevalência de tabagismo, foi do gênero masculino o maior grau de dependência com 40% dos indivíduos em nível muito elevado. Não houve casos de dependência elevada e o nível médio foi encontrado apenas no gênero feminino representando 14,28% dos indivíduos. O baixo nível foi evidenciado em 20 % da prevalência total dos homens e 42,85 % na prevalência total das mulheres. O maior número de indivíduos caracterizou-se com nível muito baixo identificando-se em 40 % da porcentagem total dos homens e em 42,85 nas mulheres. O maior índice tabagismo entre mulheres não é conformato na literatura. Estudos

mostram que os indivíduos do gênero masculino são mais tabagistas que os do gênero feminino [3,4].

CONCLUSÃO:

Este estudo sugere que o tabagismo é mais prevalente nos pacientes do gênero feminino, porém, encontra-se no gênero masculino o maior grau de dependência à nicotina. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Anderson P. Uso global de álcool, drogas e tabaco. Rev. Drug Alcohol, 2006;25(6):489-502. [2] Organização Mundial da Saúde (OMS). Tabagismo & saúde nos países em desenvolvimento; tradução. Brasília: Instituto Nacional do Câncer; 2003. [3] MALTA, D. C., MOURA, E. C., SILVA, S. A., OLIVEIRA, P. P. V., SILVA, V. L. C. Prevalência do tabagismo em adultos residentes nas capitais dos estados e no Distrito Federal, Brasil 2008. J Bras Pneumol. 2010;36(1):75-83. [4] COLARES, V., FRANÇA, C., GONZALEZ, E. Condutas de saúde entre universitários: diferença entre gêneros. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(3):521-528, mar, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREVALÊNCIA E PADRÃO DE CONSUMO ALCOÓLICO EM PACIENTES DA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Valquíria Eveline **RABELO** (IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, Lucilene Imaculada de **BARROS** (IC)¹, Matheus José da Costa **TRINDADE** (IC)¹, e Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO**(PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: teste AUDIT, consumo alcoólico, dependência.

INTRODUÇÃO:

O consumo de álcool é um fator recorrente em vários países do mundo, sendo seu uso abusivo atualmente um grave problema de saúde pública em diversos países, principalmente os que estão em desenvolvimento como o Brasil [1]. Em consequência disso, estudos nas áreas das ciências humanas, sociais e da saúde tem buscado analisar o perfil dos consumidores de álcool, mensurando o impacto das condutas de excesso e dependência do mesmo no ajustamento social e mental das pessoas consumidoras [2]. O objetivo deste trabalho foi analisar a prevalência e o padrão de consumo alcoólico em pacientes da Clínica Escola da FAMINAS, comparando entre gêneros.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com pacientes da Clínica Escola da FAMINAS, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 37 pacientes concordou com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foi utilizado o questionário Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT), contendo 10 questões objetivas que identificam a prevalência e separa o consumo em uso de baixo risco, uso de risco, uso nocivo e provável dependência. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para acessar o nível de significância foi utilizado o teste t-student admitindo como significante $p \leq 0,05$ (Graphpad Software).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos indivíduos que compuseram a amostra (n=37), 56,75 % pertencem ao gênero feminino, a média de idade total foi de 58,64 anos e desvio padrão de 18,33 não apresentando diferenças significativas quando estratificado por gênero ($p=0,0553$). A prevalência de consumo alcoólico foi evidenciada em 32,43% dos indivíduos, destes 58,33% pertencem ao gênero masculino, também não apresentando diferenças significativas quando comparados ao gênero feminino ($p=0,3910$). Quando classificados quanto ao nível de dependência observou-se que os indivíduos do gênero masculino além de demonstrarem maior prevalência de consumo, possuem um padrão mais abusivo em relação ao gênero feminino. Considerando a porcentagem de indivíduos que consomem álcool o nível de baixo risco foi encontrado em 28,57% da amostra gênero masculino e em 60% do gênero feminino. O uso de risco foi evidenciado em 42,85% dos homens e em 40% das mulheres. O uso nocivo e a provável dependência ocorreram apenas nos indivíduos do gênero masculino, ambos apresentando-se em 14,28% dos mesmos. A maior prevalência encontrada nos indivíduos do gênero masculino é confirmada na literatura. Estudos apontam que o consumo de álcool assim como o uso abusivo

ocorre em maior escala nos indivíduos do gênero masculino [3].

CONCLUSÃO:

Este estudo sugere que o consumo de álcool é mais prevalente nos pacientes do gênero masculino, sendo estes também os que apresentam um padrão de consumo mais abusivo. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] OMS. Relatório mundial sobre o álcool. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 1999. [2] FORMIGA, N. S., PICANÇO, E. L., SOUZA, R. C. M., & SANTOS, J. D. B. Identificação do problema com o consumo alcoólico em pessoas vulneráveis e não vulneráveis e sua relação com autoestima. *Psicologia.com.pt*, 1, 1-18, 2013. [3] ALMEIDA, R. M. M., PASA, G. G., SCHEFFER, M. Álcool e violência em homens e mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 252-260, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

QUALIDADE DE VIDA DE HIPERTENSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM PSF

Nathália Caroline LOURENÇO(IC -nathalia-caroline92@hotmail.com)¹, Kássia Elisa VARDIERO(IC)¹, Naiara de Cássia CAMPOS(IC)¹, Roberta Xavier BRUNO(PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavra-chave: Qualidade de vida; Hipertensão; Atividade física.

INTRODUÇÃO:

A hipertensão arterial é reconhecida mundialmente como problema de saúde pública devido ao crescente número de casos que surgem a cada ano. A hipertensão arterial, usualmente chamada de pressão alta, é ter a pressão arterial, sistematicamente, igual ou maior que 14 por 09.[1] A pressão se eleva por vários motivos, mas principalmente porque os vasos nos quais o sangue circula se contraem.[2] OBJETIVO: Definir a qualidade de vida não é fácil. É uma sensação íntima de conforto, bem estar físico e psíquico dentro da vida pessoal, e que só o próprio indivíduo é capaz de avaliar.[3] Assim realizou-se um estudo através do questionário denominado SF-36 tendo como objetivo o estudo avaliar a qualidade de vida de hipertensos praticantes de atividade física.

MATERIAL E MÉTODO:

Trata-se de um estudo descritivo, explorativo e com abordagem quantitativa. Iniciou-se a coleta de dados, a qual foi realizada no PSF localizado no Bairro Santana rede pública de saúde vinculada ao município de Muriaé MG, no período de 19 de Junho a 30 de Junho de 2015. A amostra foi constituída de 30 pacientes hipertensos praticantes de algum tipo de atividade física. Os dados foram coletados através do questionário de qualidade de vida, comumente chamado de SF-36. Foram utilizados diferentes métodos estatísticos para analisar o questionário aplicado na coleta de dados.

RESULTADO E DISCUSSÃO:

A amostra do estudo contou com 30 pacientes hipertensos praticantes de algum tipo de atividade física. A Idade média foi de 45 a 77 anos, sendo 09 do sexo masculino (30%) e maioria do sexo feminino 21 pacientes (70% do total). Como mostra a figura 01. FIGURA 01 - Distribuição das idades dos pacientes com hipertensão arterial praticantes de atividade física:

	Mínima	Mediana	Máxima	Média	Desvio Padrão	Nº
Idade	45	75	77	54,8	9,6	30

No que se refere ao elemento escolhido para avaliar a qualidade de vida se observa a classificação da "saúde atual" aonde 10% classifica como ruim e 90% da amostra como boa já em relação "à saúde comparada á um ano atrás" se observa os seguintes dados 02 pessoas (6,70%) classifica a saúde um pouco pior agora, 01 pessoa (3,30%) como muito pior agora, 10 pessoas (33,30%) quase a mesma, 12 pessoas (40%) um pouco melhor agora e 05 pessoas (16,70%) muito melhor agora. Sendo este estudo comparado ao artigo: Qualidade de Vida de Pacientes Hipertensos em Tratamento Ambulatorial de Margaret Assad Cavalcante aonde foram avaliados 100 pacientes hipertensos com idades entre 40 e 85 anos do Ambulatório Regional de

Especialidades da cidade de Presidente Prudente, SP, no período de outubro de 2010 a fevereiro de 2011 sendo o SF-36 aplicado em todos os participantes aonde houve 02 grupos: GRUPO A que respondeu após a participação do programa de tratamento a hipertensão aonde houve o acompanhamento fisioterápico incluindo atividade física, e GRUPO B não praticantes de atividade física, obtendo assim dados a serem comparados. Sendo observada a classificação de qualidade de vida do GRUPO A 73% como satisfatória, já no GRUPO B apenas 34% considera assim a sua qualidade de vida.[4].

CONCLUSÃO:

O SF-36 se mostrou um instrumento aplicável em ambos os estudos, gerando dados a serem comparados. A qualidade de vida dos pacientes com hipertensão arterial praticantes de atividades físicas de ambos os estudos demonstrou uma melhora significativa após a adesão das atividades, e mostra que apesar do comprometimento físico que a patologia trás houve uma melhora na vitalidade e capacidade funcional dos entrevistados. Foi possível observar após a comparação dos estudos, que fica mais fácil a avaliação da qualidade de vida quando se possui dois grupos distintos, como no caso do segundo estudo que compara os praticantes e não praticantes de atividade física, deixando assim uma oportunidade de segundo estudo comparando os hipertensos do PSF do bairro Santana.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Sociedade Brasileira de Hipertensão. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/ipad/o-que-e-hipertensao.php>. Acesso em: 03 de Junho de 2015. [2] Douglas CR. Fisiologia do coração. In: Douglas CR, editor, Tratado de fisiologia aplicada às ciências da saúde. 1ªed. São Paulo: Robe; 1994.p.555-600. [3] Nobre MRC. Qualidade de vida. Arq Bras Cardiol. 1995; 64:299-300. [4] Qualidade de Vida de Pacientes Hipertensos em Tratamento Ambulatorial, Margaret Assad. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v89n4/a06v89n4.pdf>. Acesso em: 03 de Junho de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ALTERAÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM IDOSAS DE GRUPOS DA TERCEIRA IDADE

Thatiane Martins Moreira **OLIVEIRA** (IC - thatianemartins12@hotmail.com)¹, Nathália Nunes **LOPES**², Géssica Roriz **PAIVA**³, Cristiano Andrade Quintão Coelho **ROCHA** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos, postura, fraqueza muscular.

INTRODUÇÃO:

Com o envelhecimento encontramos idosos que apresentam mudanças morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, trazendo consigo alterações na qualidade de vida e até mesmo incapacitação para realizar as Atividades de Vida Diária [1]. Com o envelhecimento podemos observar alterações musculoesqueléticas que poderão acarretar em fraqueza muscular (sarcopenia), déficits no equilíbrio e como consequência diversas alterações posturais [1,2]. A prática de atividade física vem prevenir essas alterações musculoesqueléticas assim como outras doenças que podem acompanhar o envelhecimento tais como o diabetes, AVC, hipertensão, entre outras [2]. Com isso o objetivo do presente estudo foi avaliar as alterações musculares e posturais na população de idosos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal quantitativo, cujo para a realização do mesmo foram convidadas 30 mulheres (n=30) participantes de grupos da terceira idade de dois municípios da Zona da Mata Mineira, dos critérios de inclusão participar de atividades do grupo da terceira idade, ter idade superior a 60 anos e ser do sexo feminino. Os critérios de exclusão foram: não participar das atividades do grupo da terceira idade, não ter idade superior a 60 anos e ser do sexo masculino. Após palestra de convite foi solicitado que as mesmas assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e em seguida foi realizado o Teste de Trendelenburg. O teste consiste em a paciente de pé, pede-se para mesma fletir o quadril e a coxa, se estabilizando em uma só perna. Se houver alteração na pelve ele é positivo e se não houver é negativo (avalia fraqueza do músculo glúteo médio) [3] e a Biofotogrametria na qual foi tirado fotos dessas idosas em vista anterior e posterior através de um celular LG L Prime com tela de 125,6 mm (5") e com a resolução da câmera de 6 megapixels, tendo 1,93 de distância e 1,25 de altura, após a coleta dos dados foi traçada uma linha no sentido do plano mediano determinando um ponto médio e foi analisado se as participantes saíam ou não desse plano para identificar se as mesmas possuem alterações posturais.

RESULTADOS:

Todas as participantes se enquadravam nos critérios de inclusão. A média de idade foi de 72,0±6,59 anos. Após análise de dados constatou-se que 60% (n=18) tiveram alterações posturais, caracterizando algum tipo de escoliose e 40% (n=12) não tiveram alterações posturais. Para o teste de Trendelenburg 73,3% (n=22) das idosas obtiveram resultado positivo e 26,6% (n=8) das idosas obtiveram resultado negativo em ambos os membros inferiores.

CONCLUSÃO:

Pode-se constatar que o percentual de idosas de grupos da terceira idade, apesar das atividades que as mesmas realizam no grupo muitas delas possuem alterações posturais e fraqueza na musculatura do glúteo médio sendo um resultado relativamente alto. Dessa forma, sugere-se que as mesmas sejam orientadas quanto aos possíveis riscos de uma má postura assim como o engajamento em um programa de exercícios fisioterapêuticos específicos, prevenindo alterações músculo-esqueléticas, melhorando diretamente a qualidade de vida nessa população.

REFERENCIAS:

[1] TAVARES, G. M. S.; ROCHA, T. R.; SANTO, C. C. E.S.; PIAZZA, L.; SPERANDIO, F. F.; MAZO, G. Z.; SANTOS, G. M.; Postural characteristics of elderly who practice physical activities. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 244-250, 2013. [2] SOUZA, W. C.; MASCARENHAS, L. P. G.; GRZELCZAK, M. T.; JUNIOR, D. T.; BRASILINO, F. F.; LIMA, V. A.; Exercício físico na promoção da saúde na terceira idade. *Saúde e Meio Ambiente*, v. 4, n. 1, p. 55-65, 2015. [3] BYRD, T. J., & RYU, R. K.. *ANNA Artroscopia Avançada – O Quadril*. Editora: Elsevier, Rio de Janeiro.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ANÁLISE DA FUNÇÃO SEXUAL EM IDOSAS SOB A ÓTICA DA FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA

Juliana de Cássia **FILGUEIRAS**¹ (IC- jufilgueiras_fisioterapia@hotmail.com)¹, Jéssica Christiane **FILGUEIRAS** (IC)¹, Hugo Guedes **VIANA** (IC)¹ e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Sexualidade, envelhecimento e Fisioterapia uroginecológica.

INTRODUÇÃO:

Com relação a função sexual, autores afirmam que em mulheres, a idade mais avançada traz uma resposta mais lenta e menos intensa em função da diminuição do estrogênio circulante, porém não menos prazerosa ou satisfatória [1]. A fisioterapia uroginecológica é a especialidade que pode através de exercícios e condutas específicas melhorar a qualidade de vida de idosas neste contexto [2]. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral avaliar o grau de satisfação e função sexual de mulheres idosas.

MATERIAIS E MÉTODOS

trata-se de um estudo transversal quantitativo com mulheres de idade superior à 60 anos, freqüentadoras do grupo de idosos do PSF do bairro Santa Terezinha em Muriaé/MG. As participantes foram esclarecidas a respeito da pesquisa e, após tirarem suas dúvidas, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual informa a garantia de preservação da privacidade do sujeito. Foi aplicado o questionário Quociente Sexual – Versão Feminina (QS-F), o instrumento compõe-se de 10 questões, cada qual devendo ser respondida numa escala de 0 a 5. O resultado da soma das 10 respostas deve ser multiplicado por dois, o que resulta num índice total que varia de 0 a 100. A sétima questão requer tratamento diferente, ou seja, o valor da resposta dada (de 0 a 5) deve ser subtraído de 5 para se ter o escore final dessa questão. Os valores maiores indicam melhor desempenho/satisfação sexual, a saber: 82-100 pontos: bom a excelente; 62-80 pontos: regular a bom; 42-60 pontos: desfavorável a regular; 22-40 pontos: ruim a desfavorável; 0-20 pontos: nulo a ruim [3]. Foram excluídas idosas que não se dispuseram a participar da pesquisa e aquelas com déficits cognitivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 30 idosas. A média de idade nos dois grupos foi de 68,96 ± 6,32 anos. Desta amostra apenas 36,6% das idosas eram casadas. Segundo a amostra 13,3% das idosas obtiveram resultado nulo ou ruim (0 a 20) em relação ao padrão de desempenho sexual, 6,66% destas apresentaram este desempenho de forma ruim a desfavorável (22 a 40), um total de 76,6% dessas idosas o que mostrou ser a maioria, se manteve regular a boa (62 a 80) e outras 3,33% apresentaram-se de forma desfavorável a regular (42 a 60). A prevalência das disfunções sexuais aumenta com a idade. O estudo da sexualidade na pós-menopausa vem-se intensificando devido à maior incidência de disfunções sexuais nesta fase da vida. Atualmente, a Fisioterapia tem vasta atuação nos distúrbios sexuais. Apesar da carência de estudos sobre a atuação da Fisioterapia no tratamento das queixas sexuais de mulheres

idosas, esta é uma área que pode ajudar mulheres nesta faixa etária, seja através de orientações a respeito das alterações fisiológicas que ocorrem com o avançar da idade, como através de recursos terapêuticos empregados nos mais variados tipos de disfunções sexuais [2].

CONCLUSÃO:

Obter dados sobre a sexualidade na população idosa é um desafio, já que é um assunto difícil de ser abordado nesta faixa etária. As mudanças biológicas do envelhecimento não são os maiores responsáveis pela extinção do comportamento sexual das mulheres na terceira idade. As alterações normais sobre a resposta sexual nesta fase da vida não determinam o fim da vida sexual das mulheres idosas entrevistadas. Entretanto, pôde-se concluir que as mulheres entrevistadas em sua maioria obteve um padrão de desempenho sexual de regular a bom, sem grandes alterações da função sexual. No entanto, o padrão nulo a ruim obteve um resultado significativo, de 13,3%.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ABDO C.H.N. Quociente sexual feminino: um questionário brasileiro para avaliar a atividade sexual da mulher. São Paulo, Diagn Tratamento. 2009. [2] POLIZER A.A.; ALVES T.M.B.; Perfil da satisfação e função sexual de mulheres idosas. Fisioter. Mov., Curitiba, v. 22, n. 2, p. 151-158, abr./jun. 2009.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA RUPTURA DO TENDÃO DO MÚSCULO SUPRA-ESPINHOSO: UM ESTUDO DE CASO

Vanessa Basílio **DUARTE** (vanessabduarte@outlook.com - IC)¹, Lucilene Imaculada de **BARROS**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Atuação fisioterapêutica, ruptura, supra-espinhoso.

INTRODUÇÃO:

A lesão do músculo supra-espinhoso é uma das mais acometidas lesões do ombro. É um músculo que compõe o manguito rotador, que é um grupamento muscular responsável pelos principais movimentos do ombro[1]. O principal tratamento para essa lesão é a fisioterapia convencional, pós cirúrgico ou não, que engloba analgesia, ganho da amplitude de movimento (ADM), fortalecimento e propriocepção [2].

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caso realizado com uma paciente atendida no segundo semestre de 2014 na Clínica Escola FAMINAS, duas vezes por semana. A paciente F.M.S, sexo feminino, 60 anos, 1,58 m de altura, 62 quilos, costureira aposentada. Foi submetida a cirurgia para a correção do tendão em 2013 e houve a recidiva da lesão ocorrendo novamente a ruptura bilateral desse tendão, e neste momento optou-se por tratamento conservador. Para confirmar o diagnóstico foram adotados os testes de JOBE, para confirmar lesão de músculo supraespinhoso(+) e o teste do arco doloroso para detectar se a origem da lesão é coracoacromial (+) ou acrômioclavicular (-). No exame físico observou-se sensibilidade tátil, térmica e dolorosa presentes, palpação dolorosa principalmente em inserção de supra-espinhoso e porção longa do bíceps, reflexos aumentados e dolorosos, coordenação alterada pela dor. A dor foi graduada pelo paciente utilizando a Escala Visual Analógica, grau 8/9 (dor severa). Na inspeção foram identificados: simetria adequada, perimetria sem alterações, goniometria limitada funcionalmente e ausência de alguns movimentos de manguito rotador. Foi traçado o plano de tratamento envolvendo: TENS (150Hz, 100 Us, 20 a 25 minutos) em caso de dor acima de 8 (EVA), mobilização escapular (elevação, abaixamento, retração, protrusão), alongamento de ECOM, escalenos, trapézio; tração cervical; ADM passiva até o limite da dor (flexão, extensão, abdução, adução horizontal, rotação interna e externa), fortalecimento de bíceps e tríceps com halteres, exercícios de Codman e orientações para AVD's. Foi reavaliada após 8 sessões e ao final de 16 sessões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após 16 sessões realizadas, houve melhora da dor de 8/9 para 2/3 e também com melhora da ADM em todos os movimentos avaliados. Autores afirmam que o principal impacto dessa lesão é a diminuição de funcionalidade, gerado pela drástica diminuição da ADM[2]. Deste modo, ao comparar valores da admissão com a avaliação final houve melhora na funcionalidade, de acordo com o Quadro 1:

Movimento OMBRO	Admissão DIR	Reavaliação DIR.	16ª sessão DIR.	Admissão ESQ.	Reavaliação ESQ.	16ª sessão ESQ.
Flexão	80°	90°	105°	100°	100°	130°
Extensão	25°	35°	45°	40°	40°	50°
Abdução	50°	100°	100°	85°	110°	130°
Adução	---	25°	20°	---	30°	30°
Rot. Ext.	---	---	30°	---	---	50°
Rot. Int.	---	---	10°	---	---	30°

Quadro 1: Análise comparativa goniométrica do ombro na admissão, na 8ª sessão e na 16ª sessão.

CONCLUSÃO:

Por meio deste estudo de caso, pode-se afirmar que houve melhora da amplitude articular do ombro tratado e que o protocolo adotado foi eficaz para essa paciente.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GIORDANO, M. et, al; Tratamento conservador da síndrome do impacto subacromial: estudo em 21 pacientes. Acta fisiátrica. (1) RJ. 2000. [2] METZKER, C. A. B. Tratamento conservador na síndrome do impacto no ombro. Fisioter Mov. 2010.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIAS (AVD'S) EM PACIENTES IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS

Vanessa Basílio **DUARTE** (vanessabduarte@outlook.com - IC)¹, Matheus José **TRINDADE**¹, José Silveira de Andrade **NETO**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Idosos, independência funcional, atividades de vida diária.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento humano pode ser compreendido como um processo universal, dinâmico e irreversível, influenciado por fatores biológicos, sociais, psicológicos e ambientais. Dentre os comprometimentos advindos com o avanço cronológico da idade, está a ocorrência de incapacidade funcional, caracterizada como qualquer restrição para desempenhar uma atividade dentro da extensão considerada normal para a vida humana. [1] O presente estudo teve por objetivo estimar a prevalência e os fatores associados à incapacidade funcional para atividades de vida diárias analisando o impacto das disfunções das AVD's em idosos atendidos na Clínica Escola da FAMINAS – Muriaé, através do questionário de KATZ..

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo de caráter transversal descritivo, com amostra de conveniência previamente definida que foi realizado com idosos de ambos os gêneros, com idade acima de 60 anos, que estão em tratamento fisioterápico na Clínica da FAMINAS. A pesquisa foi realizada no mês de março no ano de 2015. Foi entregue a cada paciente o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa adotou-se o *Questionário de Katz* que avalia a independência funcional por meio de aspectos da vida diária como capacidade de banhar-se, vestir-se, higiene pessoal, transferência, continência de esfíncteres e alimentação. A pontuação varia de 0 (dependente) a 6 (independente) pontos. Foram excluídos da pesquisa idosos que apresentaram déficit cognitivo.

RESULTADOS e DISCUSSÃO:

A amostra foi de 24 idosos, onde 54,17% eram do sexo feminino e 45,83% do sexo masculino, com 70,7±7,09 anos de idade em média. Segundo a classificação de Katz, foi observado, que 79,1% dos idosos apresentavam total independência funcional. Por outro lado, 20,9% são dependentes para o banho, vestuário, higiene pessoal e transferência. Esses resultados corroboram com a idéia que tendo em vista que a capacidade funcional do ser humano diminui com a idade, é necessário estratégias que melhorem o estilo de vida dos idosos, principalmente programas de promoção e melhoria da força muscular e de articulação, tratamento e reabilitação da capacidade funcional dos esfíncteres urinário e intestinal; integração social dentro e fora do contexto familiar [2,3].

CONCLUSÃO:

Fica evidente que a avaliação do grau de funcionalidade dos idosos se faz necessária, por determinar o nível de ajuda adequada, para não correr o risco de subestimar a sua condição independente bem como, exigir competência do idoso daquilo que ele não é capaz, com isso, após análise

dos resultados, pode se constatar que uma boa capacidade funcional está relacionado à autonomia dos idosos. Assim, a importância a implantação de programas que visem a manutenção funcional dos idosos, proporcionando uma melhor qualidade de vida é fundamental.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; et al. UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA IDOSOS. *Texto Contexto Enferm*, v. 16, n. 3, p. 387-98, 2007. [2] DUCAL, Giovâni Firpo Del. SILVA, Marcelo Cozzensa d. HALLAL, Pedro Curi. Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos. *Revista de Saúde Pública* 2009;43(5):796-805. [3] COSTA, E. C., KYOSEN, A. Y., BACHION, M. M. Capacidade de idosos da comunidade para desenvolver Atividades de Vida Diária e Atividades Instrumentais de Vida Diária. *Acta Paul Enferm*. 2006;19(1):43-35.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DO EQUILÍBRIO EM IDOSOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS

Juliana de Cássia **FILGUEIRAS**¹ (IC- julfilgueiras_fisioterapia@hotmail.com)¹, Matheus José da Costa **TRINDADE** (IC)¹, Marina de Oliveira e **SOUZA** (IC)¹, e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Equilíbrio, Idosos, Avaliação geriátrica.

INTRODUÇÃO:

Dentre as alterações fisiológicas no idoso, a perda da manutenção do equilíbrio merece maior atenção devido aos altos índices de quedas que são uma das principais causas de morbi-mortalidade nesta faixa etária [1]. O equilíbrio pode ser definido como o “processo pelo qual o Sistema Nervoso Central gera os padrões de atividade muscular necessários para regular a relação entre o centro de gravidade e a base de suporte” [2]. Portanto, objetiva-se com o presente estudo verificar o equilíbrio de idosos ativos e sedentários.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal quantitativo com análise descritiva em uma amostra de conveniência previamente definida. Foram comparados idosos residentes em uma Instituição asilar de Muriaé/MG (sedentários) com idosos ativos que participam de um grupo de atividade física em um PSF municipal. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a assinatura deste garantiu a participação no estudo. Na caracterização do estudo, adotou-se três grupos: grupo I - idosos jovens (entre 60 e 70 anos); grupo II - medianamente idoso, (71 até 80 anos) e grupo III - muito idoso (acima de 80). Neste trabalho optou-se pela Escala de Berg como instrumento de coleta de dados, trata-se de um instrumento validado, de avaliação funcional do equilíbrio, composta de 14 tarefas com cinco itens cada e pontuação de 0-4 para cada tarefa: 0 - é incapaz de realizar a tarefa e 4 - realiza a tarefa independente. O teste avalia tanto a forma como é realizada cada tarefa como o tempo para realizá-la. Os escores totais variam de 0 a 56 pontos, sendo que a máxima pontuação corresponde ao melhor desempenho [2]. Foram excluídos indivíduos idosos com patologias que interferissem em seu equilíbrio ou déficit cognitivo que prejudicasse a realização do teste, assim como limitações físicas e sensoriais, grande déficit visual ou auditivo, além de idosos com locomoção exclusivamente por cadeira de rodas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Compuseram a amostra 60 idosos, 30 no grupo PSF e 30 institucionalizados. Houve prevalência do gênero feminino em ambos os grupos. A média de idade nos dois grupos foi de $73,93 \pm 9,08$ anos. Com relação ao equilíbrio, considera-se que houve alta prevalência de quedas no grupo dos idosos institucionalizados, onde 90% dos idosos obtiveram um escore < que 45 pontos, destes somente 10% não apresentaram riscos para quedas (> que 45 pontos). Já no grupo idosos ativos (do PSF) 30% dos idosos apresentaram valores preditivos para quedas, e 70% deste mesmo grupo não apresentaram esse tipo de risco. Parece claro que a prática regular de atividade física é uma medida importante na melhora da qualidade de vida dos idosos. A realização de atividades físicas podem ter efeitos positivos sobre a

estabilidade postural e sobre o risco de quedas, proporcionando aumento do equilíbrio, da habilidade funcional, da mobilidade, força e da coordenação em idosos [3]

CONCLUSÃO:

Os resultados permitem concluir que o desempenho no teste de Berg foi pior no grupo sedentário do que no ativo, sugerindo que idosos sedentários têm maior risco de quedas e que a prática regular de atividades físicas interfere positivamente nesse desempenho.

BIBLIOGRAFIA:

DIAS B.B.; MOTA R.S.; GENOVA T.C.; TAMBORELLI V.; PEREIRA V.V.; PUCCINI P.T. Aplicação da Escala de Equilíbrio de Berg para verificação do equilíbrio de idosos em diferentes fases do envelhecimento. RBCEH, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 213-224, maio/ago. 2009. PIMENTEL R.M.; SCHEINER M.E. Comparação do risco de queda em idosos sedentários e ativos por meio da escala de equilíbrio de Berg. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.16, n.1, p.6-10, jan./mar. 2009. SILVA T.O.; FREITAS R.S.; MONTEIRO M.R.; BORGES S.M. Avaliação da capacidade física e quedas em idosos ativos e sedentários da comunidade. Rev Bras Clin Med. São Paulo, 2010 set-out;8(5):392-8.

AVALIAÇÃO MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM IDOSOS SEDENTÁRIOS E ATIVOS

Vanessa Basílio **DUARTE** (vanessabduarte@outlook.com - IC)¹, Cristiane Aparecida **FARIA**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: força muscular respiratória, idosos, manovacuometria.

INTRODUÇÃO:

A longevidade é o maior triunfo da humanidade e um desafio. A OMS descreve idoso, pessoa acima de 60 anos, embora a idade cronológica não seja precisa para as mudanças do envelhecimento [1]. O sistema respiratório (SR) sofre alterações do envelhecimento e conhecê-las ajuda a detectar e prevenir disfunções respiratórias em idosos. Estudos indicam que o SR seja o que envelhece mais rápido, graças à exposição a diferentes ambientes na vida. As mudanças na fisiologia respiratória são importantes, pois, danificado, o sistema tem associação com a mortalidade [2]. A avaliação da força muscular respiratória (FMR) é importante, podendo auxiliar avaliando a integridade do sistema [3]. A FMR pode ser mensurada por meio das pressões, sub e supra-atmosféricas geradas pelos músculos inspiratórios e expiratórios [4]. Para quantificá-la é utilizado o manovacuômetro, que mede a Pressão Inspiratória máxima e a Pressão Expiratória máxima, solicitando inspiração máxima até o ponteiro ficar imóvel e repetindo o com a expiração. Foram adotados os parâmetros de normalidade adultos para classificar em fadiga, fraqueza e falência muscular [5]. Este estudo tem como objetivo avaliar a força da musculatura respiratória em idosos sedentários e praticantes de atividade física.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal e quantitativo de análise descritiva. A amostra foi composta de idosos de ambos os gêneros, caracterizada de conveniência, previamente definida com idosos de um projeto de terceira idade na cidade de Vieiras – MG. Um grupo com idosos praticantes de ginástica aeróbica duas vezes por semana durante 50' (minutos). O outro grupo, composto por idosos sedentários (controle). O projeto foi devidamente registrado na FAMINAS e a pesquisa foi autorizada pelos responsáveis do município. Como critérios de inclusão idosos de 60 a 80 anos e exclusão, tabagistas, portadores de doença neuromusculares ou pulmonares. Para mensurar as pressões, utilizou-se o Manovacuômetro. A mensuração foi realizada com os idosos sentados, com o tronco a 90° graus com as coxas, braços na lateral do tronco e o nariz ocluído. Os dados foram analisados em planilha Excel em computador portátil pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram deste estudo 24 idosos, sendo 58,3% praticantes de atividade física e 41,6% sedentários. Os idosos ativos tiveram média de P_lmáx de -61,6 ± 18,8 cmH₂O e P_Emáx de 52,5 ± 20,9 cmH₂O. Entre os idosos sedentários a média de P_lmáx foi de -42,6 ± 21,9 cmH₂O e P_Emáx 41,8 ± 21,1 cmH₂O. De acordo com os valores de referência (P_lmáx: -90 a 120 cmH₂O e P_Emáx: 100 a 150 cmH₂O) pode-se inferir que os idosos pesquisados apresentam valores de

P_lmáx dentro do valor normal pela idade, porém P_Emáx abaixo do valor normal esperado.

CONCLUSÃO:

Com base neste estudo, conclui-se que os idosos praticantes de atividade física obtiveram valores normais quando comparados aos sedentários, o que sugere a associação positiva entre atividade física e função respiratória nessa faixa etária.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] GONÇALVES, M. P; et. Al. Avaliação da força muscular inspiratória e expiratória em idosos praticantes de atividade física e sedentárias. R. bras.. Cie Mov . 2006. [2] RUIVO, S., et. al. Efeito do envelhecimento cronológico na função pulmonar: comparação da função respiratória entre adultos e idosos saudáveis. J. português de pneumologia. 2009. [3] SIMÕES, R. P. et. al. Força muscular respiratória em idosos de sessenta a noventa anos. RBCEH, Passo Fundo,. 2010. [4] MONTEMEZZO, D. et. al. Pressões respiratórias máximas: equipamentos e procedimentos utilizados por fisioterapeutas brasileiros. Fisioter Pesq, v. 17, n.2, p.2010. [5] COSTA, DIRCEU. Novos valores de referência para pressões respiratórias máximas na população brasileira. J. Bras. Pneumologia. 2010.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA EM CRIANÇAS COM DOENÇAS NEUROLÓGICAS ATENDIDAS NA CLÍNICA ESCOLA FAMINAS

Vanessa Basílio **DUARTE** (vanessabduarte@outlook.com - IC)¹, Valquíria Eveline **RABELO**¹, Matheus José **TRINDADE**¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Função respiratória, crianças, doença neurológica.

INTRODUÇÃO:

As desordens neuromotoras proveniente da lesão cerebral podem promover alterações ao nível do trato respiratório decorrentes de alterações posturais, diminuição da mobilidade, deformidades torácicas, carências nutricionais, acentuado uso de medicações e infecções respiratórias de repetição, com conseqüente retenção de secreção traqueobrônquica [1]. Dessa maneira, aumenta-se o risco de morbidade e mortalidade por afecções respiratórias nestas crianças. Entretanto, acompanhar o comportamento do sistema respiratório dessas crianças, muitas vezes deixado de lado, é importantíssimo, visto que, co-morbidades respiratórias representam o principal motivo de internações e óbito [2]. Esse estudo tem como objetivo avaliar as características da função respiratório em crianças com doenças neurológicas atendidas na Clínica Escola-FAMINAS no primeiro semestre de 2015.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo do tipo transversal com amostra previamente definida em crianças de ambos os gêneros e em qualquer idade atendidas na Clínica Escola. Os responsáveis assinaram um termo livre e esclarecido autorizando a realização da pesquisa. Como instrumento de avaliação adotou-se parâmetros como a inspeção torácica, ausculta pulmonar, saturação de oxigênio em ar ambiente, presença de tosse produtiva e, histórico de internação hospitalar por exacerbação da função respiratória - pneumonia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 4 crianças. Na inspeção torácica todos os avaliados apresentaram hipotonia da musculatura de intercostais, gradil costal em formato de sino e respiração do tipo mista e ainda, desvios posturais na coluna vertebral. Três dos 4 avaliados possuem encurtamento da musculatura acessória (ECOM e escalenos). Na ausculta pulmonar, todas as crianças apresentaram MV ↓ globalmente, e 3 deles com roncos difusos. Quanto a saturação de oxigênio, os valores variaram de 91 a 94%. Quanto a presença de tosse, três crianças apresentam tosse produtiva. Quanto as internações hospitalares por pneumonia todos os avaliados apresentaram em média de duas vez ao ano. Nota-se nos estudos atuais o enfoque da fisioterapia respiratória em crianças com doenças neurológicas, visto que, essas devido a uma séria de alterações anatômicas e funcionais, perdem parte de sua função respiratória. Essas complicações levam a internações cada vez mais freqüentes e complicações em intervalos cada vez mais curtos [3].

CONCLUSÃO:

Pode-se observar com a análise desse estudo que a função respiratória das crianças com afecções neurológicas é de fato comprometida, e nos preocupa e chama a atenção o alto número de internações hospitalares por ano. Cabe salientar que o atendimento deve ser global, pois as necessidades desses pacientes vão além de estímulos motores.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FERREIRA, H. C. Características do Sistema Respiratório na Encefalopatia Crônica não Progressiva da Infância. Revista Neurociência. 2012. [2] SLUTZKY, LC. Fisioterapia Respiratória nas Enfermidades Neurológicas. Rio de Janeiro: Revinter, 1997. [3] FEROLDIL, M. M., et al; Efeito de um protocolo fisioterapêutico na função respiratória de crianças com paralisia cerebral. Rev. Neurocienc. 2011.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EFICÁCIA DA ESTABILIZAÇÃO SEGMENTAR LOMBAR NA LOMBALGIA MECÂNICA: ESTUDO DE CASO

Silvia Polyana Fazolo **SILVA** (IC silviapoly@hotmail.com)¹; Christiano Vieira **SILVA**, (IC)¹; Rafael Gonzalez **OLIVEIRA** (PQ)²

1.Acadêmica 2.Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Lombalgia; Fisioterapia; Estabilização Segmentar.

INTRODUÇÃO:

A lombalgia mecânica é a forma anatomoclínica de apresentação e a mais prevalente das causas mecânico degenerativas, sendo a causa mais frequente de morbidade e incapacidade. Fatores de natureza congênita, neoplásica, inflamatória, degenerativa entre outras, podem provocar dor lombar [1]. A Estabilização Segmentar Lombar (ESL) é uma técnica que se caracteriza por uma isometria de baixa intensidade dos músculos profundos do tronco, com o objetivo de dar estabilidade à coluna lombar, protegendo do desgaste excessivo [2]. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a eficácia da ESL na lombalgia mecânica.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de estudo de caso realizado na Clínica Escola da FAMINAS, no período de março a abril de 2015. O estudo relata o caso de uma paciente com 43 anos de idade com diagnóstico clínico de lombalgia, causada por diminuição do espaço L5 – S1 e discopatia degenerativa confirmadas em exames complementares. Para o tratamento, foi realizado alongamentos da musculatura posterior de tronco compreendendo três repetições de vinte segundos, dígito pressão para eliminação de pontos de tensão e a técnica de ESL com contração isométrica dos músculos profundos do tronco, Multifídeos e Transverso do Abdômen, que são os principais músculos afetados na lombalgia [2]. Todos os exercícios foram realizados em diferentes posições compreendendo contrações isométricas com quatro repetições de dez segundos cada. Para comprovação da eficácia da técnica, foi realizada avaliação de dor segundo a Escala Visual Analógica (EAV), goniometria e flexibilidade utilizando Banco de Wells. A paciente assinou o termo de consentimento livre e esclarecido aceitando participar do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na 1ª sessão a paciente apresentava dor grau 6, segundo a EVA, sendo classificada como dor severa, e na 10ª sessão a mesma apresentou-se com grau 0 em repouso, ou seja, sem dor e dor grau 2 ao realizar movimento severo. Na goniometria foi apresentado melhora em todos os movimentos, sendo a flexão de quadril como melhor ganho obtido. (Tabela 1).

1ª Sessão	10ª Sessão
Flexão de Quadril = 100º	Flexão do Quadril =120º
Extensão de Quadril = 10º	Extensão de Quadril = 10º
Flexão da Coluna = 90º	Flexão da Coluna =95º
Extensão da Coluna = 20º	Extensão da Coluna =30º
Rotação da Direita = 30º	Rotação a Direita =35º
Rotação a Esquerda = 30º	Rotação a Esquerda =35º

Tabela 1: Relação da goniometria da 1ª e da 10ª Sessão.

Na avaliação da flexibilidade com Banco de Wells, a paciente apresentou 24 cm, caracterizado como abaixo da média, e 34 cm na 10ª sessão, considerado acima da média

CONCLUSÃO:

Sugere-se que a ESL associada à desativação de pontos de tensão e alongamentos, diminui a dor e aumenta a flexibilidade, favorecendo o aumento da amplitude de movimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] BRAZILAV. et al., Diagnóstico e Tratamento das Lombalgias e Lombociatalgias, RevBrasReumatol. v. 44. n. 6. p. 41 9-2 5. nov, dez. 2004. [2] FRANÇA, F.J.R. et al., Estabilização Segmentar da Coluna Lombar nas Lombalgias: uma Revisão Bibliográfica e um Programa de Exercícios. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.15, n.2, p.200-6, abr./jun. 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EFICÁCIA DA LASERTERAPIA DE BAIXA POTENCIA EM ÚLCERA DECORRENTE DE ERISPELA: ESTUDO DE CASO

Christiano Vieira da SILVA (IC - christiano_fisio@hotmail.com)¹, Silvia Polyana Fazolo SILVA¹, Paula Lopes SILVA¹, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA (PQ)²

1. Acadêmicos 2. Docente
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Laserapia; Úlcera; Cicatrização.

INTRODUÇÃO:

A erisipela é uma infecção que ocorre comumente nos extremos de idade, podendo acometer a epiderme e a derme superficial, principalmente em membros inferiores. Em poucos dias, a infecção pode progredir para uma infecção mais grave, com formação de bolhas, úlceras e necrose severa sobre a placa eritematoedematosa [1]. O crescente interesse pelos efeitos da laserterapia tem sido demonstrado pela significativa quantidade de publicações científicas. Entretanto, há um questionamento sobre os benefícios clínicos desta técnica devido aos resultados divergentes encontrados na literatura, isso se deve a carência de estudos sem padronização metodológica, bem como de sua aplicabilidade clínica [2]. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar a eficácia da laserterapia de baixa potência em úlcera decorrente de erisipela.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo longitudinal, quantitativo, realizado na Clínica Escola da Faculdade de Minas – FAMINAS, com um paciente de 82 anos. O estudo foi realizado entre os meses de Fevereiro à Abril de 2015. Na avaliação foi constatado duas feridas em região medial da perna direita, as feridas foram medidas em comprimento vezes a largura resultando a área em centímetro quadrado (cm²). Para tratamento da cicatrização da ferida, foi aplicado LASER de baixa potência utilizando o aparelho Laserpulse da marca IBRAMED®, com caneta de comprimento de onda de 660nm AlGaInP - (Po - 30mW). A técnica de aplicação utilizada foi a técnica pontual ao redor da ferida finalizando com técnica de varredura no interior da ferida. Ambas as feridas tiveram o mesmo padrão de tratamento. O tempo de irradiação foi calculado de acordo com a fórmula proposta pelo manual do aparelho [3], porém este tempo teve que ser adaptado com o tempo de sessão disponível para o paciente, conforme normas da Clínica Escola da FAMINAS, no entanto, cada ponto de irradiação totalizou 2 minutos de aplicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A primeira ferida apresentava tamanho de 7,5 cm² e a segunda com 35 cm². Foram realizadas 12 sessões de laserterapia, sendo duas sessões semanais de uma hora cada sessão, onde foi possível observar que ambas as feridas tratadas, obtiveram resultado positivo na evolução da cicatrização, diminuindo consideravelmente de tamanho, conforme resultados expostos na Tabela I.

Sessão	1ª	12ª
1ª Ferida	7,5 cm ²	2,5 cm ²
2ª Ferida	35 cm ²	11,25 cm ²

Tabela 1: Evolução da cicatrização medida em cm² após 12 sessões de laserterapia de baixa potência

CONCLUSÃO:

Conclui-se que a laserterapia de baixa potencia obteve resultado positivo frente à cicatrização de feridas decorrentes de erisipela.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] FIRMINO, I. C. L. Infecções de pele e partes moles: proposta de protocolo de atendimento em unidade pediátrica. Hospital Regional da Asa Sul Residência Médica em Pediatria. MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PEDIATRIA. Brasília – DF 2010. [2] PIVA, Juliana, A. A. C. et al. Ação da terapia laser de baixa potência nas fases iniciais do reparo tecidual: princípios básicos. An. Bras. Dermatol. 2011; 86 (5): 947-54. [3] IBRAMED – Instruções de Uso. IBRAMED Indústria Brasileira de Equipamentos Médicos EIRELI ANVISA Nº 10360310030 3ª edição (REV_12/2012).

Área do conhecimentos (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

NÍVEL DE DEPRESSÃO EM IDOSOS SEDENTÁRIOS E ATIVOS EM UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Juliana de Cássia **FILGUEIRAS**¹ (IC- jufilgueiras_fisioterapia@hotmail.com)¹, Nathália Nunes **LOPES** (IC)¹, Hugo Guedes **VIANA** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Depressão, Idosos, Sedentarismo.

INTRODUÇÃO:

Depressão é um problema de saúde frequente entre idosos, embora a identificação desses pacientes seja muitas vezes difícil na prática clínica [1]. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), até o ano de 2010, a depressão só perderá o primeiro lugar para as doenças cardíacas isquêmicas graves, sendo um problema comum em pessoas idosas, especialmente entre as que possuem várias enfermidades médicas. Tais fatores comprometem a qualidade de vida e predispõem o idoso ao desenvolvimento da depressão [2]. Estudos apontam que quanto maior o nível de autonomia e atividade menor o índice de depressão [3]. O presente estudo objetivou avaliar o nível de depressão em idosos ativos e sedentários.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal quantitativo com análise descritiva em uma amostra de conveniência previamente definida. Foram avaliados idosos residentes na Casa de Assistência aos Idosos Lédia Tânus Braz e, do grupo de idosos do PSF do bairro Santa Terezinha em Muriaé/MG. Os participantes assinaram os Termos Livres e Esclarecidos concordando assim com a pesquisa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15), onde escores maior ou igual a 5 pontos representam depressão e maior ou igual a 11 pontos depressão grave. [1]. Foram excluídos indivíduos com doenças que interferiam na avaliação da escala ou que não se dispuseram a responder o questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 60 idosos, destes, 30 no Asilo e 30 no grupo do PSF. Houve prevalência do gênero feminino em ambos os grupos. A média de idade nos dois grupos foi de $73 \pm 9,08$ anos. Com relação a depressão, pode-se inferir que houve maior prevalência de depressão no grupo asilo, com 66,6% de idosos com escore > que 5 pontos e ainda houve no grupo estudado 20% de idosos com depressão grave. Já no grupo de idosos ativos (PSF), esperava-se um nível menor de depressão, porém 23,3% dos entrevistados obtiveram escore acima de 5 o que indica sinais de depressão e contrariando as expectativas iniciais houve maior prevalência de depressão grave (acima de 11 pontos) em idosos ativos e destes, todas do sexo feminino totalizando 23,3%. Sabe-se que o ambiente asilar pode propiciar o isolamento e assim favorecer a depressão, porém o indivíduo com depressão pode estar em qualquer ambiente [3]. Autores afirmam que a prática de atividade física influencia positivamente a terceira idade, mas como a depressão tem causas multifatoriais, diversos profissionais de saúde devem ter o olhar amplo para amparar e cuidar dessa população [4].

CONCLUSÃO:

Com o estudo pode-se afirmar que o nível de depressão grave em idosos ativos é maior do que os asilados, contrariando a tendência atual. Espera-se que estratégias multiprofissionais sejam levadas em consideração ao planejar cuidados e ações para grupos de idosos, que deste modo, tenham suas necessidades plenamente atendidas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SIQUEIRA G.R.; VASCONCELOS D.T.; DUARTE G.C.; ARRUDA I.C.; COSTA J.; CARDOSO R. Análise da sintomatologia depressiva nos moradores do Abrigo Cristo Redentor através da aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (EDG). Ciênc. saúde coletiva vol.14 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2009. [2] CHEIK, N.C.; REIS, I. T.; HEREDIA, R. A. G.; VENTURA, M. L.; TUFIK, S.; ANTUNES, H. K. M.; MELLO, M. T. Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e ansiedade em indivíduos idosos. R. bras. Ci. e Mov. 2003; 11(3): 45-52. [3] FERRARI J.F.; DALACORTE R.R. Uso da Escala de Depressão Geriátrica de Yesavage para avaliar a prevalência de depressão em idosos hospitalizados. Scientia Medica, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 3-8, jan./mar. 2007. [4] DÉA V.H.S.; DUARTE E.; REBELATTO J.R.; PAIVA A.C. Influência de um programa de atividades físicas de longa duração sobre sintomas depressivos em idosos. v. 12, n. 3 (2009).

PERFIL DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS NA SAÚDE PÚBLICA

Patrícia de Freitas **CLEMENTE** (IC- patricia-freeitas@hotmail.com)¹, Hugo Guedes **VIANA**(IC)¹, Thatiane Martins Moreira **OLIVEIRA**(IC)¹ e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras - Chave: Doenças Respiratórias, Saúde Pública, Crianças.

INTRODUÇÃO:

As doenças respiratórias têm múltiplas causas, sobretudo de natureza alérgica e infecciosa, que determinam quadros clínicos diversos e acometem um número elevado de crianças, de todos os níveis socioeconômicos. [1]. Os programas de saúde pública atuam na prevenção afim de evitar hospitalizações e consequências mais sérias [2]. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa foi analisar o perfil de doenças respiratórias em crianças atendidas na rede pública de um município mineiro.

MATERIAS E MÉTODOS:

Trata-se de uma pesquisa quantitativa transversal com análise descritiva, realizada de janeiro a março deste ano em crianças atendidas em uma unidade do Programa de Saúde da Família do município de Muriaé. Para este estudo houve o consentimento da secretaria municipal de saúde por meio da assinatura do termo livre e esclarecido. Os dados foram colhidos de prontuários de crianças de ambos os gêneros, com idade entre 1 e 10 anos. Para a análise estatística comparativa adotou-se o Teste Qui-Quadrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Entre os prontuários estudados, a amostra foi de 118 crianças e 142 ocorrências de doenças respiratórias, pois 19 crianças apresentaram mais de uma doença. A idade variou de 1 a 10 anos e a média foi $3,97 \pm 2,38$ anos, dos 118 prontuários, n=59 (50%) eram de meninos e n=59 (50%) de meninas. Com relação as doenças mais prevalentes: Rinite (37%), Resfriado (28%), Asma (14%), Gripe (8%), Laringite (4%) e Bronquiolite (3%) sem diferença estatística significativa entre gêneros. Sinusite (1%), Bronquite (1%), IVAS (1%) e Rinossinusite (1%) ocorreram somente no gênero feminino e Faringite (2%) somente no gênero masculino. Doenças respiratórias são um grave problema na saúde pública, e estão entre as cinco primeiras causas de morte de crianças menores de 5 anos [3]. De acordo com o presente estudo, todas as crianças de ambos os gêneros apresentaram doenças respiratórias, com destaque para a Rinite, que foi a mais prevalente sobretudo no sexo masculino, o que corrobora com estudos atuais que apontam a Rinite como a doença com maior prevalência entre as doenças respiratórias presentes na infância [4].

CONCLUSÃO:

O perfil das doenças respiratórias em crianças na saúde pública é variado e possui causas multifatoriais afetando um número elevado de crianças de ambos os gêneros. Entre o grupo estudado, não foi possível apontar diferença estatística entre os grupos, mas um variado grupo de doenças em uma média de idade baixa. As afecções respiratórias nessa faixa etária são prevalentes e a prevenção ainda é o melhor remédio.

BIBLIOGRAFIA:

[1] JÚNIOR, M. S. Doenças Respiratórias em Pediatria. Rev. Bras. Med., v. 67 Especial ORL, set. 2010. [2] DE OLIVEIRA, B. R. G.; COLLET, N.; MELLO, D. F.; LIMA, R. A. G.; O Itinerário Terapêutico de Famílias de Crianças com Doenças Respiratórias no Sistema Público de Saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 29, n. 3, 2012. [3] SILVA, NDB et al., Doença respiratória aguda na criança: uma revisão integrativa. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2012; 20(2):260-6. [4] SOUZA CA de. et al., Doenças respiratórias e fatores associados: estudo de base populacional em São Paulo, 2008-2009. Rev Saúde Pública 2012;46(1):16-25.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Juliana de Cássia **FILGUEIRAS** (IC- jufilgueiras_fisioterapia@hotmail.com)¹, Aline Paula **MACHADO** (IC)¹, Rafaela da Silva **ANGÉLO** (IC)¹ e Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Qualidade de vida, Idosos, PSF.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento é um processo que provoca alterações e desgastes em vários sistemas funcionais, que acontecem de forma progressiva e irreversível [1]. Qualidade de vida na velhice tem sido definida como a percepção de bem-estar de uma pessoa, que deriva de sua avaliação do quanto realizou daquilo que idealiza como importante para uma boa vida e de seu grau de satisfação com o que foi possível concretizar até o momento [2]. A prática de exercício físico, além de combater o sedentarismo, contribui de maneira significativa para a manutenção da aptidão física do idoso, seja na sua vertente da saúde, como nas capacidades funcionais [1]. Portanto, objetiva-se com o presente estudo avaliar a qualidade de vida em idosos que frequentam grupos de atividades em diferentes Programas de Saúde da Família (PSF) em Muriaé.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal quantitativo com análise descritiva e amostra previamente definida. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e deste modo autorizaram a pesquisa. Foram avaliados idosos de três PSF's na cidade de Muriaé/MG. Para avaliar a qualidade de vida (QV), adotou-se o questionário WHOQOL-OLD. Trata-se de um questionário auto-aplicativo composto por 24 itens distribuídos em 6 domínios: funcionamento sensorial, autonomia, morte e morrer, atividades passadas, presentes e futuras, participação social e intimidade. Cada um dos domínios possui 4 itens, com pontuação de 1 a 5 em cada. Os escores dos 24 itens do módulo WHOQOL-OLD são combinados para produzir um escore geral para a QV em idosos, denominado "escore total". Ao analisar por domínio, o valor 1 representa uma avaliação da qualidade de vida a mais baixa possível e o valor 5 a mais alta possível. Ao avaliar o escore total, quanto mais próximo de 100 pontos melhor será a QV do indivíduo [1].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi constituída por 90 idosos, cuja média de idade foi de $70,64 \pm 7,82$ anos, e prevalência do sexo feminino (56,6%). O domínio Funcionamento do Sensorial avalia o funcionamento sensorial e o impacto da perda das habilidades sensoriais na qualidade de vida e obteve média de 3,19 pontos; já o domínio Autonomia que se refere à independência na velhice e, portanto, descreve até que ponto se é capaz de viver de forma autônoma e tomar suas próprias decisões obteve-se média 2,61. Quanto ao domínio Participação social que avalia a participação em atividades do cotidiano, especialmente na comunidade obteve-se média de 2,28 pontos. Para este estudo decidiu-se apresentar os valores dos domínios diretamente relacionados ao tema. Sobre os valores que representam a QV geral,

obteve-se média de 73,5 pontos. Estudos apontam que quanto mais próxima de 100 pontos melhor a QV. Dentre os inúmeros benefícios que a prática de exercícios físicos oferece, um dos principais é a proteção da capacidade funcional e conseqüente qualidade de vida em todas as idades, principalmente nos idosos [2].

CONCLUSÃO:

No grupo estudado, cuja prevalência é feminina, os valores obtidos nos domínios estudados são considerados medianos e ao se analisar os escores gerais percebe-se que a qualidade de vida podia até ser melhor. Espera-se que a prática de atividade física regular para idosos contribua para a QV, mas os demais domínios devem ser considerados. Novas pesquisas com grupos controle que não praticam atividade física podem ser complementares a este estudo e contribuir para o planejamento de ações específicas a este grupo populacional.

BIBLIOGRAFIA:

[1] OLIVEIRA A.C.; ARANTES P. M. M.; ALENCAR M. A. Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física - uma revisão sistemática. REV. BRAS. GERIATR. GERONTOL., RIO DE JANEIRO, 2010; 13(2):301-312 [2] TOSCANO J. O.; OLIVEIRA A. C. C. Qualidade de Vida em Idosos com Distintos Níveis de Atividade Física. Rev Bras Med Esporte – Vol. 15, No 3 – Mai/Jun, 2009. [3]

RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E IDOSOS PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO.

Estéfane Rufino da **SILVA** (estefane.rufino@hotmail.com)¹, Vanessa Silva **BARBOSA** (IC)¹, Denise Cristina de Souza carvalho **LIMA** (IC)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho **ROCHA** (cristianorochoa@faminas.edu.br)².

1. Acadêmica 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Escala de Tinetti; Envelhecimento; Exercício Físico.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento gera redução da funcionalidade devido a comprometimentos na marcha e no equilíbrio, levando a quedas em idosos [1]. A prática de atividade física regular surge como um meio de promoção de saúde e qualidade de vida. São oferecidos pelos órgãos governamentais locais programas que têm como objetivo promover a saúde dos idosos por meio da prática de atividade física realizadas em grupos [2]. O presente trabalho teve como objetivo de comparar o risco de quedas em idosos institucionalizados e idosos praticantes de grupos de exercício físico.

MATERIAL E METODOS:

Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de maio a julho de 2015, cuja amostra foi composta por 60 participantes sendo 30 idosos institucionalizados e 30 idosos praticantes de exercício físico de grupos de posto de Saúde da Família (PSF) da cidade de Muriaé-MG. Os seguintes critérios de inclusão foram adotados: pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Os critérios de exclusão foram: idosos que se recusaram a participar voluntariamente ou estivessem ausentes no período de coleta dados, acamados e cadeirantes devido à impossibilidade de participar da coleta de dados. Foi realizado o Teste de Tinetti para avaliação do equilíbrio e as anormalidades da marcha. O teste consiste de 16 itens, em que 9 são para o equilíbrio do corpo e 7 para a marcha, classificando os aspectos da marcha como a velocidade, a distância do passo, a simetria e o equilíbrio em pé, o girar e também as mudanças com os olhos fechados. A pontuação máxima é 16 para o equilíbrio do corpo, 12 pontos para a marcha e 28 para a total. A pontuação menor que 19 indica risco cinco vezes maior de quedas nos idosos. Portanto, quanto menor a pontuação, maior o risco [3]. Os idosos ativos praticavam em grupo alongamentos globais, fortalecimento e 15 minutos de caminhada. Os participantes foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas - FAMINAS - MG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Nos idosos institucionalizados a média de idade foi de 78±5,65 anos, sendo 37%(n=11) homens e 63%(n=19) mulheres. Nos idosos praticantes de exercício físico a média de idade foi de 67±8,48 anos, 83%(n=25) mulheres e 17%(n=5) homens. Os resultados relativos à aplicação da Escala de Tinetti podem ser visualizados na tabela 1:

	Tinetti Equilíbrio	Tinetti Marcha	Tinetti Total
Idosos institucionalizados	11±2,86	7,5±3,35	16,5±5,58
Idosos praticantes de exercício físico	15±0,83	12±0,25	27±0,92

Tabela1: Resultados da aplicação da Escala de Tinetti em ambos os grupos.

Dos idosos institucionalizados 53,33%(n=16) apresentaram pontuação menor que 19, possuindo um risco 5 vezes maior de quedas, enquanto que em relação aos idosos praticantes de exercício físico não houve ocorrência de escores menor que 19 não representando risco de quedas.

CONCLUSÃO:

Os resultados permitem inferir que os exercício físico permite manter ou melhorar o equilíbrio e a marcha, diminuindo o risco de quedas nos idosos analisados.

BIBLIOGRAFIA:

- 1- COQUEIRO, K. R. R.; MOTA, P.; BERTOLUCCE, R. Avaliação da mobilidade orientada pelo desempenho em idosos institucionalizados e não institucionalizados. *Rev. Varia Scientia*, v. 7, n. 14, p. 45-53, 2009.
- 2- SILVA, M. S, ZARPELLON, G.M.S; SILVA, G.G. Atividade Física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v14n2/v14n2a02.pdf>> Acesso em 1 de junho de 2015.
- 3- Silvéria Maria Peixoto Larêdo. Riscos de quedas em idosos: avaliação da enfermagem através da Escala de Tinetti. 2013. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/26/22112013154410.pdf>> Acesso em 1 de junho de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

TÉCNICAS DE FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA: NÍVEL DE CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS

Tiago José PEREIRA (IC- barros092009@hotmail.com)¹, Nayara Rodrigues De Oliveira Costa VENTURA (IC)¹, Monique Lage de OLIVEIRA (IC)¹, e Roberta Xavier BRUNO (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Fisioterapia respiratória, Técnicas, Nível de conhecimento.

INTRODUÇÃO:

A fisioterapia respiratória atua como um processo dinâmico, que deve ser visto como uma aplicação terapêutica de intervenções mecânicas cujos objetivos são a prevenção ou a redução das consequências da obstrução por secreção [1]. Para isso utiliza-se de técnicas que são divididas em dois grupos, as convencionais e desobstrutivas atuais [2]. Dentro da fisioterapia convencional, destacamos a drenagem postural, percussão, vibração e compressão torácica. Já no grupo de técnicas desobstrutivas atuais, temos a drenagem autógena, ciclo ativo da respiração, aceleração de fluxo expiratório (AFE) [3]. O objetivo deste estudo é avaliar o nível de conhecimento e utilização das técnicas da fisioterapia respiratória por profissionais atuantes na área hospitalar na cidade de Muriaé/MG.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com análise descritiva, e amostra de conveniência previamente definida. O período do estudo foi entre março e abril de 2015, e, participaram fisioterapeutas de ambos os gêneros que atuam em hospitais da cidade. Autorizaram a pesquisa por meio da assinatura do Termo livre e esclarecido. Para coleta dos dados foi elaborado um questionário semiestruturado pelo autor da pesquisa, nele os entrevistados deveriam graduar as técnicas da fisioterapia respiratória em 0, 1, 2 e 3 de acordo com o grau de conhecimento da técnica, sendo zero não conhece e 3 as mais conhecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram entrevistados 20 fisioterapeutas, dos quais 70% (n=14) são do sexo feminino. A média de idade foi de 31 anos \pm 4,24 e o tempo de profissão obteve média de 7,4 anos \pm 3,84. Com relação a titulação, 80% afirmam ser especialistas em fisioterapia respiratória. Sobre a média de atendimentos, afirmam que é de 10 pacientes a cada 6 horas de trabalho. Dentre as técnicas graduadas em 3 (mais utilizadas), as mais relatadas foram: VMNI-BIPAP (100%), VMNI-CPAP (100%), aspiração de secreções (100%), mobilização precoce (95%); técnicas graduadas em 2 (menos utilizadas), destacamos: hiperinsuflação manual (70%), ELTGOL (55%), exercícios de fluxo inspiratório controlado (50%); segundo as técnicas graduadas em 1 (não utilizadas), as mais citadas foram: percussão (40%), TEMP brusco (25%), drenagem postural (25%) e ELTGOL (20%); para as graduadas em 0 (não conhecidas), temos em destaque: TEMP brusco (25%), expiração lenta prolongada (ELPr) (20%) e ELTGOL (20%). Estudos relatam que a hiperinsuflação mecânica, a compressão torácica manual e a mobilização precoce são técnicas, frequentemente, mais empregadas na mobilização de secreção, coadjuvante da aspiração na depuração de secreção em pacientes sob

ventilação mecânica [3]. Conclusão: Conclui-se que, algumas técnicas, como a utilização de VMNI-BIPAP, VMNI-CPAP e aspiração de secreções, são unanimidades na atuação destes profissionais e acabam norteando o trabalho da fisioterapia respiratória em Muriaé, mas há também uma grande diversidade na utilização de outras técnicas classificadas como mais utilizadas e menos utilizadas, o que nos mostra a singularidade de cada profissional na escolha da melhor terapêutica durante o tratamento do seu paciente.

BIBLIOGRAFIA:

[1] STOPIGLIA, M. S.; COPPO, M. R. C. Principais Técnicas de Fisioterapia Respiratória em pediatria. Anais do 2º Congresso Internacional Sabará de Especialidades Pediátricas. v.1, n.4. Nov. 2014; [2] SILVA K. M., BROMERSCHENCKEL A. I. M. Fisioterapia Respiratória nas Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências Médicas. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2013. ; e [3] NEPOMUCENO B. R. V., SANTOS C. R. S. Técnicas de higiene brônquica empregadas em pacientes ventilados mecanicamente: inquérito com fisioterapeutas. ASSOBRAFIR Ciência. Ago. 2014.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE HIGIENE PESSOAL E DA HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS POR IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG

Nataly Scala **ROCHA** (IC - natalyscala@hotmail.com)¹, Angela Gabriela Moreira **MANSO** (IC), Cláudia Gomes da **SILVA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: idosos, higienização, manipulação de alimentos

INTRODUÇÃO:

A população de idosos no Brasil vem crescendo consideravelmente, e nessa fase o organismo fica mais vulnerável à patologias, sendo necessária uma alimentação específica e maiores cuidados com a higiene [1]. Entre os agentes causadores de doenças transmitidas por alimentos encontram-se as bactérias, vírus, fungos e parasitas. A contaminação pode ocorrer pela manipulação inadequada dos alimentos, pela falta de higiene ao manipulá-los ou a partir de matéria prima contaminada [2]. Para a prevenção são necessários hábitos de higienização das unhas, cabelo, boca, orelhas, dentes e a prática rotineira de banho [3]. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as práticas de higiene pessoal e de higienização de alimentos por idosos do município de Vieiras- MG.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Estudo de caráter transversal realizado com idosos, moradores do município de Vieiras- MG, em Outubro de 2013. Os idosos assinaram do Termo de consentimento Livre e Esclarecido, sendo que os que não sabiam escrever, assinaram com sua digital do dedo polegar direito e para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por questões fechadas e abertas, abrangendo hábitos de higiene pessoal e de higienização de alimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram do estudo 50 idosos, sendo 44% do sexo masculino e 56% do sexo feminino. A pesquisa mostrou que 100% dos entrevistados possuem o hábito de lavar as mãos antes das refeições e após usar o banheiro, porém, quando se trata da higienização de frutas, legumes e verduras, apenas 2% fazem o procedimento correto, com água e hipoclorito de sódio, 76% utilizam apenas água para higienizar os alimentos, e o restante, 22%, utilizam vinagre para a higienização. Entre os agentes causadores de doenças transmitidas por alimentos, encontram-se as bactérias, vírus, fungos e parasitas. A contaminação pode ocorrer pela manipulação inadequada dos alimentos, pela falta de higiene ao manipulá-los ou a partir de matéria prima contaminada [2]. Em relação à forma de armazenamento dos alimentos, 42% armazenam os alimentos em temperatura ambiente, dentro do forno, criando condições propícias para o surgimento de microrganismos patogênicos. A temperatura é um fator relevante para o crescimento microbiano, sendo importante para o desenvolvimento ou para o controle de microrganismos. A conservação refrigerada não isenta os alimentos destes patógenos, entretanto, retarda a velocidade de proliferação, aumentando assim o tempo de conservação dos alimentos [4].

CONCLUSÃO:

As práticas de higiene pessoal dos idosos entrevistados mostraram-se dentro do padrão satisfatório, porém, a higienização dos alimentos se deu de forma ineficaz, uma vez que grande parte deles utilizam apenas água para a higienizá-los, além de armazenarem de forma incorreta os alimentos já preparados, propiciando o surgimento de microrganismos patogênicos. Portanto, deve-se dedicar uma atenção maior à alimentação dos idosos, orientando-os quanto às formas corretas de higienização e armazenamento dos alimentos, para que não sejam acometidos por Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs).

BIBLIOGRAFIA:

[1] SASS, A.; et al. Qualidade de vida e padrão alimentar de idosos institucionalizados na cidade de Maringá –PR. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 6, n. 2, p. 120-125, 2007. [2] SILVA JÚNIOR, E. A. da Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. In: ____. *Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação-Segurança Alimentar*. 6 ed., São Paulo, Livraria Varela, 1995, cap. 3, p. 624. [3] ANDREOTTI, A. et al. Importância do Treinamento para Manipuladores de Alimentos em Relação à Higiene Pessoal. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 5, n. 1, p. 29-33, 2007. [4] FIGUEIREDO, R.M. *As armadilhas de uma cozinha: Refrigeração*. v. 3, São Paulo: Editora Manole, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 – Nutrição

ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DE UM GRUPO DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG

Nataly Scala **ROCHA** (IC - natalyscala@hotmail.com)¹, Lidiane Andrade **LACERDA** (IC)¹, Kátia Gomes da **SILVA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: idosos, hábitos alimentares, consumo alimentar

INTRODUÇÃO:

O hábito alimentar do idoso pode ser determinado por questões de integração social, condições financeiras e mudanças fisiológicas [1]. A alimentação adequada para idosos deve ser equilibrada, com proteínas, vitaminas e sais minerais, moderada em açúcares e sal e conter líquidos. Deve ser ingerida em menor quantidade, mas em maior número de vezes ao dia, tendo um aspecto agradável e de fácil digestão, e respeitando os hábitos adquiridos ao longo de sua vida [2]. Uma dieta desequilibrada pode propiciar o surgimento de patologias como diabetes, hipertensão, obesidade, descalcificações, entre outros [1]. A presente pesquisa teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de um grupo de idosos do município de Vieiras- MG.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Estudo de caráter transversal realizado com idosos, moradores do município de Vieiras- MG, em Outubro de 2013. Os idosos assinaram do Termo de consentimento Livre e Esclarecido, sendo que os que não sabiam escrever, assinaram com sua digital do dedo polegar direito e para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por questões fechadas e abertas, abrangendo questões sobre hábitos e frequência alimentar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram do estudo 50 idosos, sendo 44% do sexo masculino e 56% do sexo feminino. De acordo com a avaliação dos hábitos alimentares, verificou-se que apenas 52% ingeriam leite e/ou derivados todos os dias. O risco de desenvolvimento de osteoporose em mulheres idosas varia entre 15% e 50%, sendo que, pelo menos 10% da população acima de 50 anos sofre da doença, mas de maneira grave o bastante para causar fratura vertebral, do quadril ou de ossos longos [3]. Em relação ao consumo de carnes e ovos, 62% afirmaram consumir entre uma e duas vezes por dia. A proteína pode contribuir no ganho ósseo desde que o consumo de cálcio esteja adequado. a proteína e o cálcio podem atuar no osso sinergicamente se ambos estiverem presentes na dieta em quantidades adequadas. Entretanto, a proteína pode tornar-se efetivamente antagonista para o metabolismo ósseo quando o consumo de cálcio é baixo [4]. Quanto ao consumo de frutas, legumes e verduras, 32% e 80%, dos idosos, relataram consumi-los, respectivamente, todos os dias. Dos idosos entrevistados, 58% disseram consumir doces diariamente e 38% frituras, mais de uma vez por dia. Já em relação à ingestão de água, apenas 24% consomem entre 7 e 8 copos ao longo do dia, e 48% relataram consumir refeições muito temperadas, ou com adição extra de sal.

CONCLUSÃO:

Observou-se hábito alimentar inadequado por parte dos idosos, visto que há consumo de alimentos muito temperados, bem como freqüente ingestão de doces e frituras, associado ao baixo consumo de frutas e de água, podendo gerar disfunções fisiológicas. Portanto, verifica-se que se deve dedicar uma maior atenção quanto aos hábitos alimentares dos idosos, pois é uma fase da vida que requer cuidados especiais, devido às alterações fisiológicas que o corpo humano pode enfrentar.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PFRIMER, K.; FERRIOLLI. E. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2008. [2] ALMEIDA, I.C.; et al. Hábitos Alimentares da População Idosa: Padrão de Compra e Consumo, Agroalimentaria, v. 7, n. 33, p. 95-110, 2011. [3] KURNIK, K. F.; et al. Estudo do consumo de leites e derivados por idosas praticantes de atividade física em uma academia no município de São Paulo. Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, n. 151, 2010. [4] MONTILLA, R. das N. G.; MARUCCI, M. de F. N.; ALDRIGHI, J. M. A. Avaliação do estado nutricional e de consumo alimentar de mulheres no climatério. Revista Associação Médica Brasileira, Arujá- São Paulo, v. 1, n. 49, p. 91-95, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 –Nutrição

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ERGONÔMICOS E A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE TRABALHO NA SAÚDE DOS COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMERCIAIS DA CIDADE DE MURIAÉ- MG

Nataly Scala **ROCHA** (IC - natalyscala@hotmail.com)¹, Cláudia Gomes da **SILVA** (IC)¹ Kátia Gomes da **SILVA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: ergonomia, saúde, unidades de alimentação e nutrição

INTRODUÇÃO:

A ergonomia é a ciência que se dedica ao estudo da adaptação do trabalho ao homem. Seu objetivo na atuação em Unidades de Alimentação e Nutrição é analisar o ambiente, de forma a poder contribuir com a concepção e/ou transformação das situações e dos sistemas de trabalho, visto que geralmente, os locais destinados ao preparo das refeições apresentam, condições físicas inadequadas como ruído excessivo, temperatura elevada, iluminação deficiente, arranjo físico e instalações precárias [1]. A presente pesquisa teve como objetivo avaliar os aspectos ergonômicos de UANs comerciais de Muriaé e a influência do ambiente de trabalho na saúde dos colaboradores.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Estudo de caráter transversal realizado com colaboradores de duas UANs comerciais da cidade de Muriaé- MG, em Julho de 2014. Após o responsável pelo estabelecimento assinar a Carta de Autorização, os colaboradores assinaram do Termo de consentimento Livre e Esclarecido e para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por questões fechadas e abertas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram do estudo 25 colaboradores, sendo 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino, com média de idade de 33,8 anos, variando de 20 a 57 anos. De acordo com a avaliação dos aspectos ergonômicos, 48% consideram o ambiente inadequado, em relação à temperatura, ventilação e ruídos. Foi observado que dos 13 colaboradores que trabalham dentro da cozinha 62% se incomodam com o calor, e 33% são importunados por ruídos, claridade ou falta de iluminação. Em uma UAN, a produção de ruído é constante devido às máquinas, à água, ao vapor, ao choque de utensílios e à ressonância de superfícies metálicas, ao sistema de exaustão e também ao diálogo entre os operadores [2]. A respeito do surgimento de dores no corpo relacionadas ao trabalho, 60% relataram sentir dores em diversos locais, como cabeça (8%), costas (28%), pernas (48%) e pé (8%). Movimentos repetitivos são muito comuns devido aos tipos de atividades desenvolvidas. O corte de alguns vegetais e a fritura de alimentos exigem que o operador permaneça em pé, estático, com o pescoço flexionado durante longo período de tempo [3]. Houve também, alteração na rotina do sono, sendo que 28% dos colaboradores apresentaram distúrbios como insônia, sonolência excessiva ou dificuldades para dormir. Condições inadequadas de trabalho acarretam insatisfações, cansaço excessivo, queda de produtividade, problemas de saúde e acidentes de trabalho [4].

CONCLUSÃO:

Os aspectos ergonômicos das UANs mostrou-se inadequado, devido ao calor excessivo, problemas de iluminação e elevado grau de ruídos. Pôde-se observar que esses fatores interferem diretamente na saúde dos colaboradores, causando-lhes dores pelo corpo. Portanto, deve-se dedicar uma atenção às condições de trabalho dos colaboradores, buscando recursos ergonômicos que ajudem a solucionar problemas que afetam a saúde e influenciam negativamente no ritmo da produção.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MONTEIRO, M. A. M.; Importância da ergonomia na saúde dos funcionários de unidades de alimentação e nutrição. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 33, n. 3, p. 416, 2012. [2] TOSTES, M. G. V. Segurança no trabalho em unidades de alimentação e nutrição - treinamentos e dinâmicas. 2003. 76 p. Monografia (Especialização em Nutrição) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. [3] PAIVA, A. C.; CRUZ, A. A. F. Estado nutricional e aspectos ergonômicos de trabalhadores de Unidade de Alimentação e Nutrição. Revista Mineira de Ciências da Saúde, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2009. [4] DOURADO, M. M. J.; LIMA, T. P. Ergonomia e sua importância para os trabalhadores de Unidades de Alimentação e Nutrição. Ensaio e Ciência Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde v. 15, n. 4, p. 183-196, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 – Nutrição

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS CARDÁPIOS DE ALMOÇO DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SEGUNDO PARÂMETROS NUTRICIONAIS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

Francine Rubim de RESENDE (IC-francinerubimresende@gmail.com)¹, Rachel Martins ANTUNES (IC)¹, Jádiane Rocha SOUZA (IC)¹, Denise Félix QUINTÃO (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Trabalhadores; alimentação; refeições.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) pertencem ao setor de alimentação coletiva, com finalidade de produção e distribuição de refeições nutricionalmente equilibradas [1]. Algumas UANs são direcionadas a produção de refeições para o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado em 1976 pelo governo federal com finalidade de melhorar o estado nutricional dos funcionários [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o cardápio de uma UAN de uma empresa de Leopoldina-MG em relação à oferta de nutrientes segundo os critérios estabelecidos pelo PAT.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, realizado em agosto de 2015 em uma UAN de autogestão, de uma empresa de Leopoldina-MG. O gerente da empresa autorizou a pesquisa através do Termo de Autorização Institucional. Foi avaliado o cardápio de uma semana, de segunda a sábado, o qual é composto por: arroz, feijão, uma guarnição, um prato proteico, com opção de dois ovos, duas saladas e uma sobremesa. A quantidade consumida de cada preparação foi obtida subtraindo-se o peso da refeição preparada do peso descartado (resto e sobra). Para o cálculo da porção utilizou-se o peso da preparação dividido pelo número de comensais de cada dia. As preparações foram pesadas em balança mecânica da marca Líder® com capacidade de 20 kg. análise nutricional da refeição foi utilizado o programa Dietwin versão 2008. Para realizar análise da adequação do cardápio, consideraram-se os parâmetros exigidos pelo PAT [2].

RESULTADOS:

A UAN fornece em média 220 refeições diárias no almoço, distribuídas sob a forma de self-service, com porcionamento do prato proteico e da sobremesa. Verificou-se que a média do valor calórico das refeições foi de 1030,99Kcal, 52,9% de carboidrato; 27,1% de proteína; 20,2% de gordura total; 6,6% de gordura saturada; 7,1 gramas de fibras; 935mg de sódio e NDPCal 15,5%. A oferta de proteínas ultrapassou a indicação do PAT de 15%, assim como de até 10% de NDPCal e o percentual de carboidratos não atingiu a recomendação de 60%. A baixa oferta de carboidratos é preocupante, visto que possuem função de fornecer energia para as funções básicas do organismo [2]. O elevado consumo de proteínas pode aumentar os riscos de desenvolver problemas renais, osteoporose, dentre outras [4]. A UAN oferece pelo menos uma porção de verdura ou legume e uma de fruta diariamente, de acordo com as exigências do PAT [2]. A adequada oferta dos nutrientes aos trabalhadores é importante, pois contribui para a melhoria do estado nutricional, da qualidade de vida, evita o

desenvolvimento de patologias, reduz os riscos de acidente de trabalho e aumenta a expectativa de vida [3].

CONCLUSÃO:

O cardápio da UAN analisada apresentou baixa oferta de carboidratos e alta de proteínas. Os demais nutrientes estavam de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PAT. Torna-se necessário reajustar os macronutrientes dos cardápios desta UAN, a fim de se adequar o mesmo de acordo com a legislação do programa, contribuindo desta forma para a promoção da saúde dos comensais.

BIBLIOGRAFIA:

[1] COLARES, L.G.T.; FREITAS, C.M. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. Cad. Saúde Pública, v.23, n.12, p.3011-3020, 2007. [2] MENDONÇA, R.T. Nutrição: um guia de alimentação, práticas de higiene, cardápios, doenças, dietas, gestão. São Paulo: Rideel, 2010. [3] GALVAN, C.T.G; TABAI, K.C. A importância do programa de alimentação do trabalhador para os brasileiros: uma análise sobre a situação no sudoeste do Paraná. Rev. Univ. Rural, Sér. Ci. Hum. Serop., RJ, EDUR, v.27, n.1, p.45-52. 2005. [4] VANIN, M. et al. Adequação nutricional do almoço de uma Unidade de Alimentação e Nutrição de Guarapuava – PR. Rev. Salus, v.1, n.1, p.31-38, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AVALIAÇÃO DA OBESIDADE ABDOMINAL EM TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA DE LEOPOLDINA – MG

Francine Rubim de RESENDE (IC-francinerubimresende@gmail.com)¹, Rachel Martins ANTUNES(IC)¹, Thalita Gomes VIEIRA(IC)¹, Denise Félix QUINTÃO(PQ)²,

1. Curso de Nutrição; 2-Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Antropometria, trabalhadores, obesidade.

INTRODUÇÃO:

A obesidade tem sido caracterizada como uma epidemia, consequência da transição nutricional, que é caracterizada pelo aumento do consumo de alimentos industrializados, ricos em açúcares e gorduras [1]. A razão cintura/estatura (RCEst), o índice de conicidade (Índice C) e circunferência da cintura (CC) são indicadores de obesidade abdominal com forte correlação com o risco cardiovascular [2,3]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a obesidade abdominal através do perfil antropométrico dos trabalhadores de uma indústria de Leopoldina.

METODOLOGIA:

Foi realizado um estudo transversal, em agosto de 2015 com trabalhadores de uma indústria de Leopoldina – MG. A coleta de dados foi autorizada pela gerência da instituição por meio do Termo de Autorização Institucional, e os funcionários consentiram a participação através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a avaliação antropométrica foram aferidos peso, estatura e da CC seguindo os procedimentos descritos pelo Ministério da Saúde [4]. O índice RCEst foi calculado utilizando as medidas de estatura e CC, sendo o ponto de corte 0,50 [5]. O Índice C foi determinado com as medidas do peso, da estatura e CC. Os pontos de corte propostos são 1,25 para homens e 1,18 para mulheres [6]. Para a CC, utilizou-se como ponto de corte 80 cm para mulheres e 94 para homens conforme ABESO [3].

RESULTADO E DISCUSSÃO:

O presente estudo obteve uma amostra de 119 trabalhadores de uma indústria, sendo 49,6% sexo feminino com idade média de $33,1 \pm 29$ e 50,4% do sexo masculino com idade média de $28,8 \pm 29,5$ anos. Observou-se que 76,3% das mulheres e 26,7% dos homens apresentaram CC acima do recomendado [3]. Através do Índice C, 64,4% das mulheres apresentaram resultados acima do normal, e os homens 16,7%. Em relação à RCEst, 79,7% das mulheres e 50% dos homens apresentaram obesidade abdominal. A distribuição regional da gordura corporal tem uma importante influência sobre os fatores de risco metabólicos e cardiovasculares. O aumento da gordura visceral é fator de risco para doença arterial coronariana (DAC) e doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como dislipidemias, hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio e diabetes tipo 2 [5].

CONCLUSÃO:

Verificou-se que grande parte dos trabalhadores apresentou obesidade abdominal, sendo maior prevalência no sexo feminino. O índice RCEst foi o método mais sensível para diagnóstico. Tal fato indica a necessidade de intervenção nutricional, a fim de se modificar os hábitos

alimentares destes indivíduos, melhorando seu rendimento no trabalho e maior qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA:

[1] LANDEIRO, F.M.; QUARANTINI, L.C. Obesidade: Controle Neural e Hormonal do Comportamento Alimentar. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, v.10, n.3, p.236-245, 2011. [2] PITANGA, F.J.G. Antropometria na avaliação da obesidade abdominal e risco coronariano. Rev Bras Cineantropom Des. Hum., v.13, n.3, p.238-241. 2011. [3] ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Diretrizes brasileiras de obesidade, 3.ed, Itapevi, SP : AC Farmacêutica, 2009. [4] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Brasília, 2011. [5] HUAN, D.R et al. Razão cintura/estatura com parados outros indicadores antropométricos de obesidade como preditor de risco coronariano elevado. Rev. Assoc. Med. Bras. v.55, n.6, p.705-711, 2009. [6] PITANGA, F.J.G., LESSA I. Indicadores antropométricos de obesidade como instrumento de triagem para risco coronariano elevado em adultos na cidade de Salvador - Bahia. Arq. Bra. Cardiol., n.85, p.26-31, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE VITAMINAS E MINERAIS EM GESTANTES DA ZONA DA MATA MINEIRA LESTE

Karina Costa **GERALDELI** (IC- karinageraldeli@hotmail.com)¹; Thayná Vieira **SIGILÃO** (IC)¹ e Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Alimentação, gestantes, micronutrientes.

INTRODUÇÃO:

Na fase gestacional, o atendimento das recomendações nutricionais tem grande influência no ganho de peso da mãe e no peso ao nascer do bebê e idade gestacional. Para grande parte dos micronutrientes as necessidades das gestantes encontram-se aumentadas, se comparadas às mulheres não grávidas [1]. A deficiência de vitaminas e minerais, pode trazer consequências maléficas para a saúde da criança e da mãe [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o consumo de vitaminas e minerais em gestantes da Zona da Mata Mineira Leste.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal realizado em quatro cidades da Zona da Mata Mineira Leste: Espera Feliz, Miradouro, Muriaé e São Sebastião da Vargem Alegre, com gestantes de Hospital, Postos de Saúde e Consultório Ginecológico. A pesquisa foi autorizada pelos diretores responsáveis através da assinatura do Termo de Autorização e o consentimento das gestantes através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Foi aplicado um questionário contendo perguntas referentes ao consumo de vitamina C, B12, B9 e minerais cálcio e ferro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra contou com 43 gestantes, com idade entre 18 e 41 anos e idade gestacional entre seis e 39 semanas. Em relação aos minerais constatou-se que apenas 44,2% faziam ingestão de cálcio todos os dias. A deficiência deste mineral pode levar a prejuízo no crescimento e desenvolvimento fetal, afetar a pressão sanguínea e propiciar contrações uterinas prematuras [2]. Constatou-se que 37,2% faziam o consumo de alimentos ricos em ferro diariamente. O ferro é necessário para as necessidades de crescimento do feto e da placenta [2]. Em relação as vitaminas, constatou-se que 39,5% faziam a ingestão de vitamina B12 todos os dias. Sua carência produz transtornos hematológicos, neurológicos e cardiovasculares [3]. Observou-se que apenas 13,9% consumiam vitamina B9 todos os dias. Esta vitamina na gestação previne defeitos de fechamento do tubo neural como anencefalia, lábio leporino, fenda palatina e malformações cardíacas [4]. Em relação à vitamina C, 41,9% das entrevistadas faziam a ingestão diária. Este nutriente atua facilitando na absorção do ferro, contribuindo para prevenção e tratamento da anemia, na resposta imune e na reação alérgica [3]. A maioria das gestantes (67,4%) faz suplementação de algum complexo vitamínico, sendo eles: ferro (27,9%), multivitamínicos (27,9%), ácido fólico (23,2%) e iodo (2,3%).

CONCLUSÃO:

A maioria das gestantes não consome diariamente alimentos fontes desses micronutrientes, sendo o menos consumido a vitamina B9 e poucas faziam a suplementação

desta vitamina e de outras, levando assim a um risco de malformações na criança. Assim, verifica-se a necessidade de um acompanhamento nutricional para melhorar os hábitos alimentares destas gestantes.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ACCIOLY, E; SAUNDERS, C; LACERDA, E.M.L. Nutrição Em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro: Ed. Cultura Médica, 2004. [2] SILVA, L.S.V et al. Micronutrientes na gestação e lactação. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., v. 7, n. 3, p. 237-244, 2007. [3] PANIZ, C. et. al. Fisiopatologia da deficiência de vitamina B12 e seu diagnóstico laboratorial. J BrasPatolMed Lab., v. 41, n.5, p. 323-34. 2005. [4] NASSER, C. et. al. Semana Da Conscientização Sobre A Importância do Ácido Fólico. J. epilepsyclin. Neurophysiol., v.11, n.4, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4- Nutrição.

AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO EXCESSO DE PESO DE SERVIDORES DE UNIDADES DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Rachel Martins **ANTUNES** (IC- rachelmartins.antunes@hotmail.com) ¹, Francine Rubim de **RESENDE** (IC) ¹, Rafaela Marchese Teixeira **PERRY** (IC) ¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ) ²

1. Curso de Nutrição; 2-Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Sobrepeso, Obesidade, Fatores de risco.

INTRODUÇÃO:

A obesidade tornou-se uma epidemia global com alta prevalência de morbidade [1]. Para diagnosticá-la, são utilizados os índices antropométricos, como o Índice de Massa Corporal (IMC). Já a Circunferência da Cintura (CC) e Razão Cintura/Estatura (RCEst) vem sendo propostos para analisar a relação entre obesidade abdominal e risco coronariano [2]. Diante desse contexto o presente estudo objetivou avaliar o perfil antropométrico e fatores de risco associados ao excesso de peso de servidores da cidade de Muriaé-MG.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Muriaé no mês de agosto de 2015, autorizada pelo Centro Epidemiológico de Muriaé, através do Termo de Autorização Institucional. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Aplicou-se um questionário sobre estilo de vida, hábitos alimentares e concomitantemente foi realizada avaliação antropométrica nos indivíduos. A pesagem foi realizada em uma balança mecânica, para altura utilizou-se estadiômetro fixo, para circunferência de cintura foi utilizada fita métrica inelástica e inextensível. Para o cálculo do IMC foram utilizadas medidas de peso e estatura, classificados de acordo com a Organização Mundial da Saúde [1] e para o cálculo de RCEst, foram utilizadas medidas de CC e estatura, classificados de acordo com HAUN et al [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Contou-se com uma amostra de 125 servidores adultos, com idade entre 20 e 59 anos, sendo 84% mulheres. Notou-se que apenas 35% dos homens e 25,71% das mulheres realizavam atividade física regularmente. Em relação à alimentação, verificou-se que 30,4% consumia gorduras, frituras e/ou embutidos diariamente, 47,2% semanalmente e 22,4% raramente. Considerando o consumo de frutas constatou-se que 38,2% consumiam uma fruta por dia ou menos, 35,5% consumiam duas frutas e apenas 26,3% consumiam o recomendado para a população brasileira de três a cinco porções por dia [3]. Houve prevalência de sobrepeso em 35% dos homens e 31,5% das mulheres e obesidade em 25% dos homens e 20% das mulheres. Em relação a circunferência de cintura, 50% dos homens e 51,4% das mulheres apresentaram risco aumentado para doenças cardiovasculares. Observou-se ainda que 60% dos homens e 43,2% das mulheres, obtiveram RCEst maior que 0,5, indicando obesidade abdominal. Devido às alterações nos padrões alimentares e no estilo de vida, as doenças crônicas não transmissíveis associadas ao excesso de peso e acúmulo de gordura na região abdominal, tais como

diabetes mellitus tipo II, doenças cardiovasculares, hipertensão, acidente vascular cerebral (AVC), e alguns tipos de câncer estão cada vez mais expressivos [1,4].

CONCLUSÃO:

Verificou-se consumo de frutas abaixo do recomendado, alto consumo de frituras e industrializados, e poucos realizam atividade física regular. A maioria dos entrevistados apresentou excesso de peso e obesidade abdominal, fatores esses relacionados que contribuem para o aparecimento de doenças associadas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] WHO. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneva: WHO; 1998. [2] HAUN, D.R., PITANGA, F. J. G., LESSA, I. Razão cintura/estatura comparado a outros indicadores antropométricos de obesidade como preditor de risco coronariano elevado. Revista Associação Medicina Brasileira, v.55, n.6, p.705-711, 2009. [3] PHILIPPI, S.T. et al. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. Revista de Nutrição, v.12, n.1, p.65-80. 1999. [4] ANJOS, L.A. Obesidade nas sociedades contemporâneas: o papel da dieta e da inatividade física. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: p.33-34, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANEMIA FERROPRIVA EM ESCOLARES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG

Caroline fraga **GODINHO** (IC - carolfbouzada@hotmail.com)¹, Lauany Peixoto **DUARTE** (IC)¹, Marcilene Gadiola de **FIGUEIRÊDO** (CI)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Anemia ferropriva, crianças, ferro.

INTRODUÇÃO:

A anemia ferropriva é causada pela deficiência de ferro no organismo, tendo como sintomas, fraqueza, tonturas, dificuldade respiratória, entre outros [1]. Os principais grupos de risco são os lactentes, crianças e as mulheres em idade fértil, incluindo as gestantes [2]. O objetivo do presente trabalho foi estudar os fatores de risco para desenvolvimento da anemia ferropriva em escolares de uma instituição privada de Muriaé-MG.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo do tipo transversal em maio e junho de 2015, com crianças de sete a nove anos, de uma escola privada de Muriaé-MG. Os pais ou responsáveis concordaram com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado aos pais um questionário contendo perguntas objetivas sobre hábitos alimentares, presença de verminose, suplementação de ferro e higienização dos alimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 52 crianças, de ambos os sexos, sendo a maioria (55,8%) do sexo feminino. Apenas 13,5% dos escolares já apresentaram diagnóstico de anemia. Também foi perguntado se eles já tiveram algum tipo de verminose, pois as infecções parasitárias, destacam-se como uma das principais causas do aparecimento da anemia ferropriva [3]. Verificou-se que 11,5% das crianças já tiveram algum tipo de verminose no último ano. Sobre a higienização dos alimentos, 57,7% afirmaram higienizar apenas com água, 25% com água sanitária e 17,3% com hipoclorito de sódio. Em relação a forma mais tradicional de intervenção ao combate a carência de ferro, que é ingestão do sulfato ferroso [1], 76,9% já utilizaram essa suplementação. Em relação à ingestão de carne, que é fonte de ferro heme, observou-se que 3,8% dos escolares consomem raramente, 21,2% de três a cinco vezes e 75,0% de seis a sete vezes por semana. Em relação à ingestão de verduras verde escuras, fontes de ferro não heme, 46,2% consomem raramente, 25% de uma a duas vezes, 19,2% de três a cinco vezes e apenas 9,6% das crianças consomem de seis a sete vezes por semana. Quanto ao consumo de leguminosas, 9,6% ingerem raramente, 5,7% de uma a duas vezes, 27% de três a cinco vezes e 57,7% consomem de seis a sete vezes por semana. Notou-se que 28,9% não tem hábito de consumir alimentos fonte de vitamina C durante ou após as principais refeições, sendo que essa vitamina é importante para maximizar a biodisponibilidade do ferro não heme [4]. Contudo, a grande maioria (80,8%) dos escolares ingerem alimentos fonte de cálcio após as principais refeições, sendo que, este mineral prejudica a absorção do ferro [4].

CONCLUSÃO:

A maioria das crianças nunca tiveram o diagnóstico de anemia, nem verminoses e muitos já utilizaram a suplementação de ferro. Mas pode-se observar fator de risco para desenvolvimento de tal patologia a partir dos dados de higienização dos alimentos e dos hábitos alimentares, pois muitos higienizam os alimentos apenas com água e não há consumo diário de alimentos fontes de ferro, além de consumo do mineral cálcio nas principais refeições. Portanto, há necessidade de atuação do profissional nutricionista para auxiliar nas mudanças destas práticas inadequadas, evitando assim tal patologia junto ao público infantil.

BIBLIOGRAFIA:

[1] TADDEI, J.A.A.C. et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. [2] VITOLLO, M.R. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008. [3] BRITO, L. L. et. al. Fatores de risco para anemia por deficiência de ferro em crianças e adolescentes parasitados por helmintos intestinais. Rev. Panam Salud Publica., v. 14, n. 6, p. 422-431, 2003. [4] MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 12. ed. São Paulo: Roca, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição.

HÁBITOS ALIMENTARES E FUNCIONAMENTO INTESTINAL EM ESCOLARES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG

Caroline Fraga **GODINHO** (IC-carolfbouzada@hotmail.com)¹, Dalylla Aparecida de Souza **MACHADO** (IC)¹, Debora Aparecida de Almeida **MARIQUITO**(IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Hábitos alimentares, funcionamento intestinal, crianças.

INTRODUÇÃO:

A constipação intestinal é um distúrbio intestinal frequente e persistente da infância. Em geral o problema se inicia durante o desmame, com introdução de alimentos sólidos com baixo teor de fibras, aliado ao baixo consumo de líquido e persistente na fase escolar [1]. O objetivo do trabalho foi avaliar hábitos alimentares e o funcionamento intestinal de escolares de uma instituição privada de Muriaé.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo do tipo transversal em maio e junho de 2015, com crianças de sete a nove anos, de uma escola privada de Muriaé, MG. Os pais ou responsáveis concordaram com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a diretora assinou o termo de autorização institucional. Foi aplicado aos pais um questionário contendo perguntas objetivas sobre hábitos alimentares e funcionamento intestinal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 52 crianças, sendo a maioria (55,8%) do sexo feminino. Em relação ao número de refeições realizadas no dia, 1,9% fazia duas a três refeições, 69,2% de quatro a cinco e 28,9% de seis a sete. Quanto à frequência de consumo de vegetais folhosos, 46,2% das crianças consumiam raramente, 25% de uma a duas vezes na semana, 19,2% de três a cinco vezes e apenas 9,6% de seis a sete vezes na semana. Quanto ao consumo de legumes, 51,9% consumiam de duas a três vezes por semana, 36,5% de quatro a cinco vezes e 11,6% de seis a sete vezes. Em relação às frutas, 42,3% ingerem de duas a três vezes por semana, 23% de quatro a cinco vezes e 34,7% de seis a sete vezes. Os vegetais folhosos, os legumes e frutas são fonte de fibras. As fibras são classificadas em solúveis e insolúveis, sendo as duas indispensáveis para um bom funcionamento intestinal, pois as solúveis são responsáveis pelo aumento da viscosidade do conteúdo intestinal e as insolúveis aumentam o volume fecal e diminuem o tempo de trânsito intestinal [2]. Quanto ao consumo de água, 25% ingerem de um a três copos, 50% de quatro a seis copos, 15,4% de sete a nove copos e 9,6% ingerem mais de 10 copos por dia. O ideal é que se beba pelo menos oito copos de água por dia, para auxiliar no funcionamento intestinal [3]. A maioria das crianças (78,9%) evacua todos os dias, 17,3% de três a quatro vezes por semana, 1,9% de duas a três vezes e 1,9% demora mais de uma semana para evacuar. O hábito diário de evacuar mantém os reflexos gastrocólico e duodenocólico ativos evitando hipotonia e prevenindo a constipação intestinal. A constipação intestinal pode acarretar megacólon,

ressecamento das fezes, lesão anal e diminuição da qualidade de vida, entre outros [4]

CONCLUSÃO:

A maioria dos escolares evacua todos os dias, mas apresentaram risco de desenvolver constipação intestinal, pois grande parte dos entrevistados ingere baixa quantidade de água e de alimentos fontes de fibras, necessitando assim da atuação do profissional nutricionista para auxiliar na mudança desses hábitos alimentares inadequados junto ao público infantil e familiar.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MAFFEI, H.V. et al. *História clínica e alimentar de crianças atendidas em ambulatório de gastroenterologia pediátrica (GEP) com constipação intestinal crônica funcional (CICF) e suas possíveis complicações*. *J pediatr*, v.70, p. 280-286, 1994. [2] MATTOS, L.L. et al. *Consumo de fibras alimentares em população adulta*. *Rev. Saúde Pública*, v.34, n.1, p.50-55, 2000. [3] Ministério da saúde, Guia alimentar. *Como ter uma alimentação saudável*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_alimentacao_saudavel.pdf. Acesso em: 10 ago 2015. [4] GUYTON, A.C. et al. *Tratado de fisiologia médica*. 12.ed. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição.

HÁBITOS ALIMENTARES E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM GESTANTES DA ZONA DA MATA MINEIRA LESTE

Ana Cláudia Morito **NEVES** (IC – ana_morito@hotmail.com)¹; Dione da Silva **ASSIS** (IC)¹ e Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Alimentação, doenças, gestantes.

INTRODUÇÃO:

A gestação é uma fase em que a mulher passa por várias alterações em seu organismo e metabolismo, sendo assim, as exigências energéticas maternas são aumentadas [1]. Algumas condições podem interferir na evolução da gestação como, idade, peso, altura, tabagismo, álcool, estado nutricional e patologias como diabetes, anemia e cardiopatias [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar hábitos alimentares e a presença de patologias em gestantes da Zona da Mata Mineira Leste.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal realizado em quatro cidades da Zona da Mata Mineira Leste: Espera Feliz, Miradouro, Muriaé e São Sebastião da Vargem Alegre, com gestantes de Hospital, Postos de Saúde e Consultório Ginecológico. A pesquisa foi autorizada pelos diretores responsáveis através da assinatura do Termo de Autorização e o consentimento das gestantes através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Foi aplicado um questionário contendo perguntas referentes ao hábito alimentar e a presença de patologias como, anemia e diabetes gestacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra contou com 43 gestantes, com idades entre 18 e 41 anos e idade gestacional entre seis e trinta e nove semanas. Apenas 20,9% das gestantes faziam seis ou mais refeições por dia. Somente 32,5% ingerem mais que oito copos de água por dia, ressaltando que a ingestão adequada de água auxilia no combate à constipação intestinal, e a diversas outras patologias [2]. Uma pequena parcela das gestantes (4,7%) consome alimentos ricos em gordura diariamente. Alimentos com baixo teor de gordura podem ajudar a amenizar o desconforto da gestante quanto a náuseas e vômitos, além de prevenir outros fatores que podem trazer riscos para a saúde da mãe e do bebê [2]. Em relação ao consumo de alimentos ricos em cálcio e ferro, constatou-se que apenas 44,1% e 37,2% faziam ingestão diária, respectivamente. A deficiência destes minerais pode levar a prejuízo no crescimento e desenvolvimento fetal [1]. Ter hábitos alimentares adequados durante a gestação é de grande importância para o ganho de peso gestacional adequado e para o desenvolvimento do feto, funções corporais, neurais e comportamentais [3]. Das patologias analisadas 6,9% apresentaram anemia, sendo uma (2,3%) dessas por deficiência de ferro, que está relacionada com trabalho de parto prematuro, baixo peso ao nascimento, aumento do risco de aborto espontâneo, além de mortalidade materna e perinatal [2]. E apenas uma (2,3%) das gestantes apresentava diabetes gestacional. Gestante portadora de diabetes não tratada tem alto risco de ruptura prematura de

membranas, feto com apresentação pélvica, feto macrossômico e pré-eclâmpsia [4].

CONCLUSÃO

A maioria das gestantes não tem um hábito alimentar saudável em relação a quantidade de água, refeições diárias e ingestão de cálcio e ferro. Embora, pequena parte delas consome alimentos ricos em gordura diariamente. Pode-se observar baixa prevalência de patologias presentes nas gestantes, mas este período merece grande atenção e cuidados, devido ao risco de desenvolverem agravos também para o feto.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] ACCIOLY, E; SAUNDERS, C; LACERDA, E.M.L. Nutrição Em Obstetria e Pediatria. Rio de Janeiro: Ed. Cultura Médica, 2004. [2] VITOLLO, M.R. Nutrição da Gestação ao Envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008. [3] BARROS, D. C.O consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. [4] MIRANDA P.A.C.; REIS R. Diabetes mellitus gestacional. Revista da Associação Médica Brasileira. v.54, n.6, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição.

CET
TRABALHOS DA AREA DE CIÊNCIAS
EXTAS E DA TERRA

A MATEMÁTICA E A QUÍMICA DO PONTO DE VISTA DOS ESTUDANTES CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO

Alan José Corrêa **MANSO** (alancorrea_15@hotmail.com)¹, Rhyanne Cristina Fialho De **MOURA** (rhyannefialho@gmail.com)², Érica Marques Da Silva **SANTOS** (emsilvas@hotmail.com)³

1.Licenciando em Química pela Faculdade Santa Marcelina, pólo Muriaé-MG. 2-Licenciando em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina, pólo Muriaé-MG. 3-Doutora em Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e professora da Faculdade Santa Marcelina, pólo Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO:

Atualmente o grande foco de discussões na educação é a forma como os conteúdos são ministrados em sala de aula, dentre os grandes desafios está o ensino de disciplinas relacionadas às ciências exatas. O presente trabalho tem como objetivo investigar a aceitação das disciplinas de Matemática e Química no ensino médio, as dificuldades encontradas pelos alunos, a opinião de cada um sobre o que falta para ser melhorado no ensino das disciplinas e, se posteriormente pretendem seguir carreira dentro de alguma área em que estas disciplinas estejam envolvidas.

MATERIAL E MÉTODOS:

Com a finalidade de tornar a pesquisa qualitativa e quantitativa foi aplicado um questionário a alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade de Muriaé-MG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os dados obtidos mostram que dentre as ciências exatas, a Química vem como preferência entre os estudantes. Em resposta sobre qual o motivo de gostar mais dessa, há respostas como, um interesse maior pelo conteúdo, mais facilidade de compreensão, aplicações mais simples, entre outras. Os estudantes se identificam mais com a Química Orgânica, a justificativa é a melhor compreensão do conteúdo, sendo esta mais interessante e a ausência de cálculos matemáticos. Em relação à Físico-Química, observou-se grande rejeição, e foi justamente os cálculos, o motivo mais colocado pelos alunos. A necessidade de aulas experimentais para melhor entendimento do conteúdo foi citada com frequência, uma vez que apenas aulas teóricas tornam o ato de aprender algo cansativo e sem sentido. Questionados sobre se futuramente pensam em fazer algum curso técnico ou superior em áreas relacionada à Química, a grande maioria se dizem não interessados e muitos preferem seguir outras áreas, e dentre eles há quem diga gostar da Química como matéria, mas não como profissão. Em relação a Matemática, somente uma pequena parcela optou por cursos relacionados, a grande maioria não escolheria pela dificuldade na disciplina e se interessam por outras áreas. Quando questionados sobre a utilidade da Matemática para a vida, uma pequena parcela não a considera útil, mas quando questionados se possuem dificuldade para aprendê-la ocorre quase um empate, mas a quantidade de alunos que possuem dificuldade é maior. A maioria afirma que a dificuldade encontrada na sala de aula é o não entendimento do assunto, pouco mais da metade dos entrevistados não concordam com a avaliação sistemática do ensino e

avaliação da disciplina, as habilidades que um indivíduo possui não aparece de repente resultam de um processo que ocorre por etapas [3]. A classificação de um bom professor foi tida como aquele que procura trazer coisas novas e interessantes para discutir com os alunos, valorizam e se interessam pelo conhecimento dos alunos.

CONCLUSÕES:

É possível perceber que os alunos estão cada vez mais críticos e, com isto os professores enfrentam um grande desafio que é o de inovar e tornar as aulas mais interessantes e motivadoras. A justificativa para os resultados obtidos neste trabalho dar-se pelo apontamento de algumas deficiências e dificuldades que o ensino tem passado atualmente. A Matemática e a Química estão presentes em toda parte e é de suma importância a aceitação dos alunos para estas disciplinas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática. – Brasília: MEC/SEF, 1997. [2] USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. Química, volume 3: Química Orgânica. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. [3] NETO, Ernesto Rosa. Didática da Matemática. 8. ed. São Paulo: Ática, 1995.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.01.00.00-8 – Matemática

Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química

APLICAÇÕES DA TEORIA DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS COM ÊNFASE NO CRESCIMENTO DE TUMORES

Alexandro Da Silva **RODRIGUES**(alexsandrorodrigues1980@hotmail.com)¹, Danilo Coelho **TARDEM**(danilotardem13@hotmail.com)¹, Wellix Moreira Da **SILVA** (wellix100@hotmail.com)¹, Érica Marques Da Silva **SANTOS** (emsilvas@hotmail.com)²

1-Graduandos - Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Carangola-MG. 2-DsC. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e professora Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG,36800-000 Carangola-MG.

APRESENTAÇÃO:

Equações diferenciais são ferramentas matemáticas usadas para calcular a evolução de sistemas. Uma equação diferencial é uma lei, ou uma prescrição, que relaciona determinada função com suas derivadas. Em outras palavras, uma equação diferencial estabelece a taxa segundo a qual as coisas acontecem[1]. A modelagem matemática para a análise do comportamento de sistemas dinâmicos é fundamental, e esta pode ser feita através de um conjunto de equações diferenciais que, na maioria das vezes, representa o processo real por intermédio de aproximação e simplificação. Atualmente, as aplicações das equações diferenciais estão direcionadas a diversas áreas do conhecimento. Dentre elas, podemos citar a utilização de equações diferenciais em problemas relacionados à dinâmica populacional, à datação por carbono 14 (em misturas), à Lei de Resfriamento de Newton, à Lei de Torricelli, à resistência em fluido, aos circuitos elétricos, às reações químicas, à trajetória ortogonal e outros[1]. Tendo em vista as diversas aplicações citadas, este trabalho tem como objetivo mostrar a relevância da modelagem matemática aplicando equações diferenciais na dinâmica de crescimento de tumores.

DESENVOLVIMENTO:

Diante dos avanços tecnológicos e do conhecimento atual, torna-se cada vez mais imprescindível buscar novas teorias e soluções que tornem o avanço da ciência mais dinâmico no que diz respeito à saúde[4]. Este trabalho tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a aplicação e a interdisciplinaridade da Matemática, e para isto foram pesquisadas fontes bibliográficas que possibilitassem a construção das bases teóricas deste trabalho. Pode-se definir a formação do tumor pela divisão e pelo crescimento desordenado de uma célula, quando ocorre o rompimento dos mecanismos reguladores da multiplicação celular[2]. O sistema imunológico do organismo é integrado por linfócitos de caça e de repouso, que têm a função de combater as células cancerígenas. Quando isso não acontece efetivamente, surge a proliferação da doença de modo proporcional ao seu volume no decorrer do tempo[3]. Estudos científicos realizados por especialistas mostram que é possível desenvolver um modelo matemático a partir de equações diferenciais para representar qualitativamente o desenvolvimento dos tumores. A partir deste modelo matemático, foi possível descobrir que a melhor perspectiva sobre o problema foi encontrar uma equação diferencial que tivesse como solução o volume do tumor[3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando que este trabalho obteve resultados teóricos básicos das equações diferenciais ordinárias, pode-se perceber que, na análise das aplicações na dinâmica de crescimento de tumores, a teoria qualitativa das equações diferenciais mostra-se como sendo um instrumento de grande importância para a interpretação de problemas reais, demonstrando que podem ser aplicadas em várias áreas do conhecimento e, em particular, na área de Biomatemática, direcionada ao crescimento e desenvolvimento de tumores.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] FIGUEIREDO, Djairo Guedes de; NEVES, Aloisio Freira. Equações Diferenciais Aplicadas. Rio de Janeiro, IMPA, CNPq, 1997. [2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. ABC do Câncer, v. único, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <www.inca.gov.br>. Acesso em: 10 de julho de 2015. [3] BORGES, Fernando da Silva. Equações Diferenciais aplicadas ao crescimento de tumores. UFGP, 2013. [4] THOMAS, Lucas Rangel. O uso de equações diferenciais na modelagem de sistemas naturais e outros. UnB, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.01.00.00-8 – Matemática

TANGRAM UMA TÁTICA PARA OTIMIZAÇÃO DO ENSINO DA GEOMETRIA

Mayara Fonseca **PINHEIRO** (fonseca.mayara@hotmail.com)¹; Reinaldo Loubach **SARDINHA** (rei1970@hotmail.com)²

1. Graduanda em Matemática Licenciatura- UEMG; 2. Docente do curso de Matemática Licenciatura- UEMG.
Universidade do Estado de Minas Gerais - 36202-284; São Sebastiao, MG

INTRODUÇÃO:

Em decorrência de um baixo rendimento no processo de ensino e aprendizagem, que resulta em um número excessivo de reprovações e, por conseguinte uma evasão escolar faz-se necessário a implantação de novas técnicas de ensino [4]. Atualmente sabe-se que a utilização de jogos em sala de aula tem sido um método satisfatório na área pedagógica. O uso dos jogos didáticos em sala de aula favorece a aprendizagem da temática em si e trabalha outras questões, como a socialização, o fortalecimento da autoestima e autonomia dos alunos[3]. A conexão entre o conhecimento e o abstrato, tem como consequência o desenvolvimento da autognosia, e do trabalho em grupo [2]. Dessarte, a realização de aulas com auxílio do Tangram, um quebra-cabeça constituído de sete peças geométricas, é de extrema importância, sendo utilizado principalmente no estímulo do raciocínio lógico, propiciando uma melhor compreensão dos discentes em relação às formas geométricas, podendo ser utilizado em diferentes aspectos como o teorema de Pitágoras, cálculo de área, perímetro e ângulos internos e fração [1].

MATERIAL E MÉTODOS:

Com essa crescente demanda de otimização nos métodos de instrução para a educação básica, e no esforço de avaliar a eficácia do jogo matemático Tangram, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados indexados sobre o tema, para fundamento teórico da pesquisa, e uma pesquisa de campo na Escola Estadual Reverendo Cícero Siqueira, situada no município de Alto Jequitibá- MG, realizada durante os meses de março e abril de 2015, onde foram utilizados questionários para os docentes de matemática, e a realização de uma aula experimental com alunos 9º ano do ensino fundamental, composta por 34 alunos, com o intuito de averiguar a aceitação do tangram pelos discentes e coletar dados através da análise direta do desempenho dos alunos nas atividades propostas. As atividades foram realizadas com a apresentação do Tangram confeccionado com EVA, possibilitando aos alunos um contato direto com o quebra-cabeça. Para realização das atividades os alunos foram divididos em grupos, com o objetivo de analisar não só o desenvolvimento intelectual, mas também o desempenho dos alunos em trabalhar em equipe. Os dados observados foram registrados para posterior análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Através das análises realizadas com base nos dados coletados durante a apresentação do jogo aos alunos, houve uma melhora em 40% no desempenho dos discentes na disciplina quando comparados com alunos da mesma série. Além disso, observou-se também um aumento do interesse por parte dos envolvidos pelas

aulas, além de propiciar um trabalho em equipe com esses alunos.

CONCLUSÃO:

Baseado nos resultados obtidos com o presente trabalho é possível concluir que a utilização tangram, como método alternativo de ensino geométrico, é satisfatório, pois atividades escolares passam a despertar o interesse do aluno, além do desenvolvimento do pensamento lógico, a autonomia e o espírito investigativo, fatores indispensáveis na resolução de problemas matemáticos.

BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA, F.A.O; ALMEIDA, V.L.M.C.de. Os jogos Tangram e dominó geométrico como estratégia para o ensino da geometria. São Paulo - UNESP, 2006, p. 122 – 124. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental. Documento matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997. MACEDO, L.de; PETTY, A.L.S; PASSOS, N.C. Aprender com Jogos e Situações-Problema. Porto Alegre: Artmed, 2000. MACEDO, A. R. et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação., Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.01.00.00-8 – Matemática

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS MÓVEIS

Gean Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Victor João Freitas **COSTA**(IC)¹, Silvério Rodrigues **MIRANDA**(IC)¹ Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Tecnologia, Mobilidade, Facilidade.

APRESENTAÇÃO:

Nos dias atuais pode ser percebido o quanto as tecnologias móveis estão evoluindo. O mercado consumidor cresce cada vez mais, além de estar sempre focado naquilo que está se destacando, principalmente em se tratando da parte eletrônica. Nesse contexto entram as tecnologias móveis, pois possuem uma maior flexibilidade no processo de comunicação, principalmente porque tem muita mobilidade, interatividade e, principalmente, portabilidade.

DESENVOLVIMENTO:

De acordo com Alcântara e Vieira, a tecnologia móvel pode ser caracterizada como uma forma de acessar a internet entre outros recursos computacionais por meio de dispositivos móveis, sejam eles: *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, entre outros. O que pode ser percebido é que a mobilidade na comunicação, de princípio se iniciou como uma facilidade, mas na atualidade vem se tornando uma necessidade, tanto na parte do social, assim como na parte empresarial. " A mobilidade assim permite ter em mãos serviços, informações, comunicação e entretenimento. No caso dos serviços incluem as consultas bancárias, previsões do tempo, notícias, redes sociais, operações em tempo real. Todo esse conteúdo é obtido por meio de pesquisas, a endereços, telefones, promoções e produtos. Para a comunicação a possibilidade de comunicar, interagir e compartilhar, faz com que pessoas se encontrem, troquem ideias, realizem negócios e cooperem uns com os outros", (ALCÂNTARA, VIEIRA, 2015, pág. 3) [2]. Também como um complemento a tecnologia móvel pode ser utilizada nos meios educacionais, iniciando assim uma nova era onde unirão o objeto central do processo educativo, como a facilidade pela qual alunos e professores têm ao EAD[1]. Diversos softwares são desenvolvidos levando-se em conta as especificidades dos aparelhos. Como exemplo pode ser citado o caso da fabricante Apple. Os seus produtos, iPhone e iPad possuem softwares desenvolvidos especialmente para a plataforma de seu Sistema Operacional, e são adotados, como material didático, em várias instituições de ensino, sejam elas de qualquer nível. Isso mostra a grande utilidade, e facilidade que as tecnologias móveis estão introduzindo, principalmente na educação[3]. Os dispositivos estão sempre na vanguarda, com atualizações de hardware e também de software, o mostra que o mercado é promissor, e com isso existe a grande possibilidade de um nicho no mercado de trabalho se expandir, principalmente na área de desenvolvimento[2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As tecnologias móveis podem ser consideradas de grande importância, principalmente na atualidade, e sua utilização parece não ter fim. Seja pessoal, na indústria, de qualquer porte, ela se mostra muito útil, trazendo assim novas possibilidades. A educação do país sai fortalecida com tantas opções disponibilizadas, e os alunos, que hoje são grandes adeptos da tecnologia, podem utilizá-la, tanto para diversão, como para seus estudos. Logo a tendência dessa tecnologia é de aumentar os investimentos na qualidade desses produtos e softwares.

REFERÊNCIAS:

[1]: FEDOCE, Rosângela; SQUIRRA, Sebastião. A tecnologia móvel e os potenciais da comunicação da educação. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/35/20_logos35_tema_livre_squirra.pdf> Acesso em: 21 de Abr. de 2015. [2]: ALCÂNTARA, Carlos; VIEIRA, Anderson. Tecnologia móvel: uma tendência, uma realidade. Disponível em: <<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1105/1105.3715.pdf>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015. [3]: RODRIGUES, Nadir. Tecnologia móvel na educação: a escola a qualquer tempo e em todo lugar. Disponível em: <<http://www.lantec.fe.unicamp.br/inovaeduc/edicoes/inovaeduc01/tecnologia-movel-na-educacao-a-escola-a-qualquer-tempo-e-em-todo-lugar/>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA AS EMPRESAS

Marcelo de Castro **PEREIRA** (IC – marcelocastro182@hotmail.com)¹, Débora Cristina de **PAIVA** (IC)¹, Chaieny Correia **ROZA** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras Chave: Sistemas de Informação, gestão empresarial, Sistema de Informação Gerencial.

APRESENTAÇÃO:

A partir do momento em que as empresas tomaram grandes proporções e a competitividade global tornou o mercado mais acirrado, fez-se necessário o uso de Sistemas de Informação para se realizar uma boa gestão. O presente artigo tem como intuito, discutir a necessidade e a importância da informação para uma gestão empresarial adequada, uma vez que se têm em vista a relevância da informação para a gestão e a continuidade dos negócios da organização, avaliando desta forma a importância do Sistema de Informação Gerencial.

DESENVOLVIMENTO:

“Os Sistemas de Informação (SI), são de grande valia para as organizações, uma vez que é a partir deles que o administrador tem acesso a todas as informações da empresa. Os SI podem ser definidos como um conjunto organizado de pessoas, hardware, software e redes de comunicações que transformam e disseminam as informações em uma organização” [1]. Juntamente com a TI (Tecnologia da Informação) os Sistemas de Informação (SI) têm inovado os negócios, pois confidencialidade, versatilidade, eficácia e eficiência são altamente necessários para que os processos empresariais tenham um melhor desempenho na empresa. [2] O principal objetivo dos SI é gerar informações que auxiliem na tomada de decisão nas empresas, e é onde, após a coleta de dados, estes são processados, e efetivamente transformados em informações que serão usadas pela gestão da empresa nas mais variadas ações. Problemas, sejam eles internos e/ou externos devem ser tratados caso a caso, e as organizações devem estar preparadas para enfrentá-los. O desenvolvimento dos SI deve ter suporte necessário para a solução de diversos problemas, sendo esta uma das razões pelas quais as empresas utilizam os SIs, e/ou mesmo desenvolvem os seus próprios sistemas, muita das vezes para reagir às mudanças que acontecem no ambiente de trabalho e no mundo, de uma maneira geral. [3] “De uma forma bem estruturada, os SI dão suporte para que as organizações consigam reagir às mudanças do mercado de trabalho e se sintam mais fortes por um processo decisório forte o bastante para garantir a resolução dos problemas”. [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No atual cenário em que a informação se encontra, é de grande importância para as organizações compreenderem as melhores práticas e meios de aplicar os Sistemas de Informação nas organizações. E é a dependência das informações que tornam os SI algo indispensável para a sobrevivência das empresas no mercado. Porém, é de grande relevância que esta aplicação de sistemas tecnológicos sejam adquiridas e

moldadas de acordo com a necessidade de cada empresa. O desafio para as organizações juntamente com seus gerentes de TI é saber identificar quais serão as melhores práticas a serem adotadas no contexto dos negócios para suprir as reais necessidades da organização. Desta forma o ideal para todas as organizações é conseguir fazer uma integração entre o melhor dos negócios de uma forma real e eletrônica.

REFERÊNCIAS:

[1]: BARROSO, R. A importância dos Sistemas de Informação para a Gestão das Empresas. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-importancia-dos-sistemas-de-informacao-para-a-gestao-das-empresas/56331/>> - Acesso em: 25 de Abr. 2015. [2]: BAZZOTTI, C.; GARCIA, E. A importância do Sistema de Informação Gerencial na Gestão Empresarial para tomada de decisões. Ciências Sociais Aplicadas em Revista. Vol. 6, nº 11, 2006. Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/368>> - Acesso em: 26 de Abr. 2015. [3]: LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Gerenciamento de sistemas de informação. 3ª ed. LTC: Rio de Janeiro, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

AMEAÇAS À SEGURANÇA EM REDES DOMÉSTICAS

Mateus de Moraes **DIAS** (IC – mateusmoraisdias@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Redes, usuário, segurança.

APRESENTAÇÃO:

A segurança é uma das principais ferramentas existentes no mundo tecnológico, onde sua principal função é proteger todos os tipos de dados que estão em algum equipamento eletrônico, evitando assim qualquer tipo de ameaça e risco. Hoje em dia, usa-se o computador para várias tarefas; de transações bancárias e investimentos até compras e comunicação com outras pessoas, seja através de e-mail ou programas de chat, assim como para diversão também. Obviamente que a segurança é uma preocupação constante, virtualmente falando, onde estranhos podem tentar acessar computadores para atacar outros sistemas, enviar e-mails forjados, roubar dados, etc. Esses estranhos são chamados de *hackers* e/ou *crackers*, ou simplesmente, “intrusos”, que são pessoas que não querem mostrar sua identidade, e só querem controlar seu equipamento eletrônico para poder utilizá-lo e assim atacar outros sistemas de computadores e ter acesso à seus dados, ou mesmo usá-lo em benefício próprio [1]. Esse trabalho tem como objetivo mostrar os tipos de ameaças que os usuários sofrem, apontando alguns riscos e medidas para prevenir esses ataques.

DESENVOLVIMENTO:

Muitas pessoas estão cada vez mais sujeitas a ataques pela rede, principalmente quando estão conectadas à *Internet*, seja jogando algum jogo, enviando algum e-mail, conversando com alguma pessoa, etc. Nesse tipo de caso é que o intruso entra em ação, onde ele consegue descobrir vulnerabilidades em programas de computadores e entrar dentro dos sistemas, e quando o usuário menos espera, ele já está invadindo seu e-mail, entrando em sua conta, roubando todos os dados, entre outras ações. As redes *WiFi* são uns dos meios domésticos onde os ataques são mais frequentes. Em uma pesquisa feita pelo Avast (2014), 81% das redes estão no alvo de ameaças cibernéticas, onde quatro, em cada cinco domicílios que estão conectados, sofrem desses ataques [2]. Como exemplo pode-se citar a China, que no ano de 2014 apresentou forte crescimento das redes wi-fi domésticas e que estão completamente vulneráveis. De acordo com o relatório da Qihoo 360 (2014), 80% dos pontos de wi-fi domésticos podem ter a segurança quebrada em apenas 15 minutos, isso porque usam uma combinação simples de números e senhas, consideradas fracas [3]. Alguns riscos que o usuário pode sofrer são: Negação de Serviço, onde o computador começa a processar dados que impeça-o de usá-lo; vírus carregados através de e-mail, quando ao abrir um anexo desconhecido, ele pode conter um programa do tipo Cavalo de Tróia e infectar todo o sistema; etc. Para combater esses ataques, recomenda-se o uso de algum programa antivírus em todos os computadores conectados

à Internet; antes de abrir um anexo de e-mail, ter a certeza da origem do anexo, mesmo sendo de um endereço conhecido; entre outros meios [1].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diversas ações podem ser realizadas, mas as apresentadas podem ajudar muito ao usuário comum, na proteção de seu sistema, e conseqüentemente seus dados. Todo o cuidado deve ser tomado para não cair nas armadilhas virtuais, pois a segurança de dados pessoais é de fundamental importância. Os usuários devem estar sempre alertas sobre as ameaças que surgem, não entrando em qualquer link antes de saber sua origem, protegendo seus dados o máximo possível, para que não caiam em mãos erradas.

REFERÊNCIAS:

- [1] PROJETO OVNI. Segurança Doméstica. Disponível em <http://gtrh.tche.br/ovni/seguranca_domestica/>. Acesso em: 30 Abr. 2015. [2] IP NEWS. Segurança. Disponível em: <http://www.ipnews.com.br/telefoniaip/index.php?option=com_content&view=article&id=32189:81-das-redes-wifi-domesticas-estao-no-alvo-dos-ataques-ciberneticos&catid=67:seguranca&Itemid=566>. Acesso em: 30 Abr. 2015. [3] PSAFE BLOG. Segurança. Disponível em: http://www.ipnews.com.br/telefoniaip/index.php?option=com_content&view=article&id=32189:81-das-redes-wifi-domesticas-estao-no-alvo-dos-ataques-ciberneticos&catid=67:seguranca&Itemid=566>. Acesso em: 30 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

BENEFÍCIOS DA VLAN EM AMBIENTES CORPORATIVOS

Antenor Campos Puchetti **JÚNIOR** (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado **RAIMUNDO** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras Chaves: VLAN; ambientes corporativos; monitoramento de rede

INTRODUÇÃO:

Os ambientes corporativos necessitam cada vez mais de uma boa política de segurança. As informações devem ser mantidas em confidencialidade, e ao mesmo tempo consistentes, uma vez que são acessadas a todo o tempo, e são de enorme valor na estrutura da organização. Uma Virtual Local Area Network ou Virtual LAN (VLANS) é implementada para segmentar os setores da empresa, afim de coibir acesso indevido às informações. Podem ser utilizadas também para isolar as sub-redes, afim de evitar tráfego broadcast, que em ambientes corporativos e de grande porte pode ocasionar lentidão na rede. "Inicialmente, as LANs (Local Area Network) das organizações conseguem responder sem problemas aos requisitos das Organizações, mas com o tempo, e com evolução natural da rede (mais utilizadores, mais dispositivos, etc.), fazer a gestão, manutenção e monitorização, fica um trabalho cada vez mais difícil para o administrador da rede" [1].

DESENVOLVIMENTO:

As VLANS devem ser implementadas através de sistemas gerenciadores de rede, plataformas Linux ou appliances, sendo assim todas as sub-redes e dispositivos que irão fazer a distribuição da rede deverão estar conectados a esta plataforma, que irá realizar o isolamento ou junção dos segmentos de rede. Os segmentos devem ser identificados por Ids (Identity - Identidade), afim de documentar e relacionar os ambientes de rede, também para trazer escalabilidade a rede, uma vez que identificadas, máquinas vizinhas de um mesmo setor podem fazer parte de segmentos diferentes, desde que estejam com a ID da VLAN correta, as VLANS proporcionam N possibilidades de formação de rede. [3] "Devido ao aumento do número de usuários e equipamentos, as redes expandiram-se, o que tornou a tarefa de separar as redes locais em departamentos um tanto quanto árdua. É importante para o administrador de rede estar ciente dos dispositivos que estão conectados ao segmento." [2]

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As VLANS são recursos de redes indispensáveis na atualidade, pois proporcionam robustez e segurança a rede, além de tornar a gestão da rede muito mais intuitiva de dinâmica. Através da documentação e do maior controle sobre os dispositivos das redes, hoje as VLANS são algo presente nas empresas de grande porte e ambientes de rede que tenham grande fluxo de dados. Os benefícios que são alcançados com a utilização das VLANS são muitos, uma vez que o gerenciamento

REFERÊNCIAS:

- [1] BRITO, P. do R. Implementação de uma VLAN: O caso da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponível em: <<http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/10964/290/1/Pedro%20Brito.pdf>> - Acesso em: 10 Jun. 2015. [2] NASCIMENTO, A. P. B do; FERRAZ FILHO, B. da S.; LIMAS, J. M de - Implementação de VLAN dinâmica com OpenVMPS. Disponível em: <http://sombrio.ifc.edu.br/download/redes/TCC_2013/ARTIGO_Braz_Aline.pdf> - Acesso em: 09 de Jun. 2015. [3] BARROS, O. S. Segurança de redes locais com a implementação de VLANS: O caso da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponível em: <<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/138/1/Odair%20Barros%20.pdf>> - Acesso em: 08 de Jun. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

BIG DATA, FAÇA AS PERGUNTAS DE FORMA CORRETA

Franklin Sanches **NOGUEIRA** (IC-franklinsanches@ymail.com)¹, Débora Cristina de **PAIVA** (IC)¹, Thiago **ANDRADE** (IC)¹, Daniel C. **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor;
FAMINAS - Faculdade de Minas – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Big Data, Informação, Dados

APRESENTAÇÃO:

Vive-se hoje em um mundo em que há um volume de informação sendo gerada a cada ano nunca antes vista na história, principalmente volumes digitais, onde houve um aumento na ordem de 1,7 zettabytes de dados em 2011 para 8 zettabytes em 2015 [1]. Diante de um volume de dados tão expressivo, surge um interesse, principalmente por parte de empresas, de poderem extrair informações relevantes de parte deste volume, com os quais as mesmas possam trabalhar, e se possível lucrar com elas. Neste cenário surge o conceito de Big Data, e este trabalho visa apresentar e conceituar este novo termo e como poder utilizá-lo da maneira correta.

DESENVOLVIMENTO:

Em português, Big Data quer dizer “Grandes Dados”. Este termo é ao mesmo tempo novo e velho, pois somente há alguns anos ele vem ganhando força, porém o mesmo surgiu em 2005 com o Google [2]. Através da utilização de um Big Data, pode-se fazer uma análise de um volume considerável de dados a fim de se obter informações relevantes para uma tomada de decisão. Big Data baseia-se em 3 pilares, conhecidos como os 3“V’s”, que são: Volume, que refere-se à quantidade de dados, Velocidade, onde a análise dos dados deve ser realizada em tempo hábil, e muitas vezes até mesmo em tempo real e Variedade, onde está relacionado com a capacidade de trabalhar com informações diferentes ou mesmo com bancos de dados diferentes. Alguns autores adotam mais 2 conceitos na definição de Big Data, que são a Veracidade, onde deve-se procurar trabalhar com dados confiáveis e o Valor, que está relacionado ao retorno do investimento na análise dos dados. Para que o Big Data possa ser realmente útil, deve-se ter em mente, a melhor maneira de fazer as perguntas na forma correta, como exemplos: o que eu quero; o que vou analisar; vou analisar dados relativos a qual período; vou analisar dados internos, externos ou os dois; etc.. [4]. De nada adianta analisar um grande volume de dados se os mesmos não têm uma relevância para a real necessidade do que se propôs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Quando se fala em informação, principalmente na área de tecnologia da informação, uma frase repercute muito, que é a que diz: “informação é poder”. De fato este é um conceito que pode ser verdade desde que a informação tenha credibilidade, relevância e que tenha fins certos e determinados [3], Sabendo a maneira correta de fazer as perguntas, você certamente encontrará as respostas nos resultados obtidos a partir da análise de um ou vários bancos de dados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] – IBM. Saiba o que é o Big Data e os desafios que as empresas enfrentam - Disponível em: <http://www.ibm.com/midmarket/br/pt/infografico_bigdata.html> Acesso em: 20 Abr. 2015. [2] TARIFA, A. O que é Big data e como usar na sua pequena empresa, 2014. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/o-que-e-big-data-e-como-usar-na-sua-pequena-empresa>> Acesso em: 20 Abr. 2015. [3] ROCHA, G. Informação é poder? Disponível em:< http://www.qualidadebrasil.com.br/artigo/administracao/informacao_e_poder> Acesso em: 20 Abr. 2015. [4] TAURION, C. Big data não faz milagre se voce não souber usá-lo. Disponível em: <<http://imasters.com.br/gerencia-de-ti/big-data-nao-faz-milagre-se-voce-nao-souber-usa-lo/?trace=1519021197&source=search>> Acesso em: 20 Abr. 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

BITCOIN - A MOEDA VIRTUAL

Gean Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Victor João Freitas **COSTA**(IC)¹, Silvério Rodrigues **MIRANDA**(IC)¹ Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Bitcoin, moeda virtual, peer-to-peer

INTRODUÇÃO:

Esse trabalho aborda o surgimento, propósito e utilização moeda virtual/digital, de nome Bitcoin. É uma tecnologia *peer-to-peer* (ponto a ponto), para pagamentos e transações eletrônicas de código aberto, ou seja, sem entidades proprietárias ou governos envolvidos, livre e totalmente descentralizados.

DESENVOLVIMENTO:

Com a dispersão da globalização comercial e das telecomunicações, junto com a liberdade que a *Internet* implica nas vidas dos usuários diretos e indiretos, surgiu a moeda *Bitcoin*. Idealizada por Satoshi Sakamoto, em 31 de outubro de 2008, no início acreditava-se ser um pseudônimo ou grupo de pessoas. Há pouco tempo sua identidade foi revelada, em um fórum de discussões sobre criptografia. Sakamoto disponibilizou abertamente a moeda para livre utilização [3]. O *Bitcoin* pode ser adquirido de várias formas: a primária é por mineração, quando foi idealizada a moeda, estabeleceu-se um limite de 21 milhões de *bitcoins*, essa mineração ocorre com a doação de processamento de computadores convencionais ou máquinas de alto desempenho específicas, processamento esse que resolve o protocolo de sequência de dados de problemas matemáticos, chamado de *hash*, e quando ele é resolvido a premiação é o arquivo *bitcoin* [3]. As outras maneiras são por compra direta ou indireta das moedas, por meio de dinheiro convencional ou serviços de troca livres. O primeiro passo é a criação de uma carteira *bitcoin* que lhe concederá um endereço alfa numérico divulgável para transferência. Existem várias plataformas para carteiras, que podem ser *web*, por *download* ou *smartphone* [1]. A compra ou transferência pode ser feita diretamente ou por meio de sites com mercados com cotações da moeda, e todas essas movimentações são feitas através do *peer-to-peer*. Esses intermediários servem para registro de transações, assim, mesmo com anonimato ou descentralizado, qualquer transferência pode ser identificada e conferida pela própria comunidade *Bitcoin* ou por qualquer pessoa no *blockchain* (uma espécie de livro razão que evita gasto duplo desses arquivos) [1]. Existe uma grande fatia do mercado aceitando *Bitcoin*, como pequenas lojas e comércios, até grandes imobiliárias, e sites de pagamento altamente difundidos também, como o PayPal [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Reverendo os conceitos e o modo de utilização, se contesta muito sobre a confiabilidade da moeda, que sofrerá grandes desafios nos anos a seguir de sua história. Como exemplo, a integridade dos arquivos e das transações, assim como os problemas do dinheiro comum que pode sumir, estragar, raspar e ser roubado, o *bitcoin* é

um arquivo de computador [1]. O fato de ser esse arquivo infere vários perigos na rede, com vários casos de perda dos mesmos por *hackers* ou até mesmo problemas de armazenamento, como por exemplo, falhas de HD ou falta de *backup*. Outro ponto divergente é a utilização da moeda para contratos para produtos ilícitos, como drogas, armas e até serviços de assassinato, todos esses serviços contratados através da *deep web* onde a camada de proteção de anonimato é fortíssima [3]. Todos esses fatores aumentam a volatilidade do dinheiro, e alguns economistas defendem uma maior regulação, enquanto outros mostram a liberdade da moeda, que é seu diferencial [3]. Ao mesmo tempo é um desafio tornar-se universalmente aceita como dinheiro propriamente dito.

REFERÊNCIAS:

- [1]: Canal Bitcoin – Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLWNNgUJ_LOES_HJYb3Yka9cmI9HCk0C9Tv> - Acesso em: 20/10/2014. - [2]: PayPal vai começar a aceitar a moeda virtual bitcoin em pagamentos – Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/paypal-vai-comecar-aceitar-moeda-virtual-bitcoin-em-pagamentos.html>> - Acesso em: 01/11/2014. [3]: ULRICH, F. - BITCOIN: a moeda na era digital – São Paulo: Instituto Ludwig vom Mises Brasil, 2014 - Disponível em: <http://www.mises.org.br/files/literature/MisesBrasil_BITC_OIN_BROCHURA.pdf> - Acesso em: 16/10/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

COMÉRCIO ELETRÔNICO

Bruno Estevam **PEREIRA** (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹,², Jose Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS**(IC)², Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES** (IC Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)².

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: comércio eletrônico, internet, tecnologia.

APRESENTAÇÃO:

A tecnologia é uma realidade inexorável, pela gama de informações que disponibiliza a todos que dela fazem uso. Nos últimos anos, houveram profundas mudanças no ambiente empresarial, causadas pelo impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Considerado como tendência, o Comércio Eletrônico (e-Commerce), vem ganhando destaque. Este trabalho visa uma análise sobre esse novo modelo comercial, bem como as consequências que ele traz para os tempos modernos [1].

DESENVOLVIMENTO:

A tecnologia em conjunto com a Internet, trouxe benefícios inquestionáveis para a humanidade. No âmbito empresarial, não foi diferente. Antes, as transações comerciais, demandavam tempo, onde o fluxo das informações eram todos físicos, na forma de papéis, faturas, dinheiro, cheques, relatórios, etc. Tudo isso gerava uma intensa burocracia e uma produção enorme de papelório. Com a evolução tecnológica, o mercado torna-se mais competitivo, conseqüentemente, os cidadãos mais exigentes e críticos. Vivencia-se um mundo, em que a agilidade e a qualidade dos serviços prestados é um fator de destaque. Nesse contexto, o Comércio Eletrônico, tornou-se um importante aliado para a realização de compras, pela Internet [2]. O Comércio Eletrônico, além de ser um importante meio de vendas atualmente, funciona também como mecanismo de promoção, espaço de reclamação de produtos e serviços, análise das empresas sobre o que seus clientes buscam, entre outros. O mundo está interconectado, exemplo disso são os sistemas bancários. Hoje, sem sair de suas residências, pessoas podem realizar transações bancárias, através de um computador conectado à Internet. Porém, todas essas facilidades, acabam gerando um receio dos consumidores para efetivar relações comerciais, pelo meio eletrônico. Fato esse, que pode ser explicado, pelos inúmeros casos, de invasões de hackers, e também pelo medo de que ao comprar pela Internet, o produto não chegue ao destino final [3]. Apesar disso, as empresas vêm aderindo paulatinamente, na utilização na Internet para expansão de seus negócios. É evidente que existem obstáculos tecnológicos e culturais a serem vencidos. É preciso, que as empresas forneçam mais segurança aos clientes nas transações comerciais, para que os consumidores sintam-se mais confiáveis de que estão fazendo um bom negócio. Importante destacar que, através do Comércio Eletrônico, os consumidores podem pesquisar melhor a qualidade de um produto ou serviço, através de comentários e recomendações de outros consumidores, bem como, realizar uma análise mais crítica de preço. Para os consumidores que não

demandam de tempo e horário flexível, o Comércio Eletrônico, é considerado um forte aliado, porque possibilita que compras e análises de mercado, sejam realizadas, de qualquer lugar que provenha de aparelhos conectados a Internet. [2,3]

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

São diversos os benefícios que o Comércio Eletrônico propicia, entre esses, estão o fato das empresas poderem ter contato direto com os clientes. Surge daí um novo meio de vendas, maior flexibilidade para comprar, novas oportunidades, promoções de produtos e serviços, além disso, as empresas tornam-se mais competitivas, conseqüentemente, melhoram a qualidade dos seus produtos e de atendimento às necessidades dos clientes.

REFERÊNCIAS:

- [1] ALBERTIN, A. L. Comércio Eletrônico: Um estudo no setor bancário. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1998/AI/1998_AI3.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2015. [2] ALBERTIN, A. L. Comércio Eletrônico: Benefícios e aspectos de sua aplicação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v38n1/a06v38n1.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2015. [3] DINIZ, E. H. Comércio Eletrônico: fazendo negócios por meio da internet. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v3n1/v3n1a05.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL

Marcelo de Castro **PEREIRA** (IC-marcelocastro182@hotmail.com)¹, Chaieny Correia **ROZA** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: EaD, Web, Ensino.

APRESENTAÇÃO:

Os avanços tecnológicos contemporâneos, a popularização da internet e as políticas públicas vêm possibilitando novas formas de aprender e ensinar, em uma sociedade cada vez mais conectada através dos cursos e ambientes EAD. São inúmeros os cursos à distância que são criados e difundidos diariamente, no mundo inteiro, utilizando a Internet ou sistemas de rede similares como suporte da comunicação pedagógica. Desde cursos informais de culinária ou eletrônica básica, até cursos de graduação e pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, vemos o desenvolvimento acelerado de softwares e tecnologias de rede criados ou adaptados para servir a esse mercado em expansão [1]. Este trabalho pretende contextualizar o ensino a distância, no Brasil, na atualidade.

DESENVOLVIMENTO:

Caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos [2]. Através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que permite a utilização de palavras, sons e vídeos, e conexão com a internet, a educação à distância é uma modalidade de ensino que vem crescendo muito nos últimos cinco anos, e vem sendo desenvolvida para atender a demandas diversificadas da agenda no novo espaço/tempo. A queda das barreiras de espaço e tempo é, simultaneamente, o principal desafio e trunfo para a expansão da EaD, que envolve diferentes meios de comunicação capazes de ultrapassar os limites de tempo e espaço e permitir a interação dos sujeitos com as diversas fontes de informação. Assim, alteram-se papéis tradicionalmente cristalizados: o aluno deixa de ser um receptor passivo e se torna responsável por sua aprendizagem, com direito a trabalhar num ritmo individualizado, sem perder, no entanto, a possibilidade de interagir com seus pares e com o professor. Esse deixa de ser o dono do saber e o controlador da aprendizagem, para ser um orientador que estimula a curiosidade, o debate e a interação com os participantes do processo [3]. Outra vantagem é que os cursos realizados a distância são mais baratos que os presenciais. Hoje, cerca de 200 instituições atuam no segmento, sendo que outras 100 já pediram autorização ao MEC para ofertar essa modalidade de ensino [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A interatividade, a flexibilidade de quanto à hora e ao local para estudo, possibilidade de conduzir o próprio estudo, dependendo apenas da própria organização agradou aos brasileiros, principalmente aqueles que não têm instituições de ensino superior em suas cidades ou não podem pagar um curso presencial. O Brasil já percebeu que a educação à distância ajuda a levar educação de qualidade nas regiões mais distantes, e tem incentivado com políticas públicas. Estima-se que até 2022 mais de um milhão de pessoas estejam matriculadas nesta modalidade de ensino, representando 16% do total de matrículas no mercado e um crescimento médio de 3,8% ao ano [4].

REFERÊNCIAS:

- [1]: NOVA, C.; ALVES, L. Educação à Distância: Limites e Possibilidades. Disponível em: <http://lynn.pro.br/pdf/livro_ead.pdf> - Acesso em: 26 Abr. 2015. [2]: Decreto Nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> - Acesso em: 26 Abr. 2015. [3]: ARAGÃO, C. R. D. Educação a Distância: Contextualização da EaD. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABE6UAI/educacao-a-distancia-ead>> - Acesso em: 26 Abr. 2015. [4]: FREITAS, V. Educação a distância no Brasil deve dobrar em cinco anos. Disponível em: <<http://www.segs.com.br/educacao/sobre-educacao/categ-educacao/28014-educacao-a-distancia-no-brasil-deve-dobrar-em-cinco-anos.html>> - Acesso em: 26 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CONTROLE DE QUALIDADE DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES ATRAVÉS DE SMARTPHONES

Antenor Campos Puchetti JÚNIOR (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras Chaves: Gestão de Rede, Mobilidade,

INTRODUÇÃO:

A crescente demanda na realização de serviços no campo das telecomunicações através da era digital, faz necessário que ferramentas de controle de qualidade sejam desenvolvidas, para que os serviços sejam executados dentro de um padrão, para que a qualidade seja mantida e para que quaisquer problemas que vierem a ocorrer, a empresa esteja amparada através de uma documentação para se basear e começar o pré diagnóstico, o que torna todo o processo de manutenção mais ágil e eficiente. Neste artigo iremos abordar a usabilidade de um smartphone no processo de ativação de um ponto de internet na tecnologia wireless 802.11n na frequência de 5ghz. “Uma funcionalidade presente em diversos *smartphones* é o acesso a redes WiFi, uma classe de *Wireless Local Area Network (WLAN)*. O hardware específico é certificado pela *Wi-Fi Alliance (WFA)*, uma organização independente que os testa segundo protocolos e padrões definidos pela IEEE 802.11”^[1].

DESENVOLVIMENTO:

Após a realização de todo o processo de instalação do ponto de internet na frequência de 5ghz e também de um roteador que atua na frequência de 2ghz para que o *smartphone* possa se conectar com a matriz da empresa, deve-se preencher um arquivo de texto, no formato .doc, no *smartphone*, que contém campos onde os dados referentes a instalação devem ser preenchidos, como por exemplo: MAC (Número de série do rádio), POP (Torre e respectivo painel) em que está conectado, Nível de sinal em db (decibéis) das polarizações utilizadas, o CCQ (*Client Connection Quality*), senha de acesso do rádio principal e do ponto de acesso sem fio, além da criptografia da rede, assim como observações referentes aos computadores ou dispositivos móveis que irão utilizar o serviço, tais como estado de conservação e funcionamento. Imagens da instalação também deverão ser anexadas, sempre em formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) e focando o alinhamento da antena e o cabeamento. Após esse processo, o arquivo deverá ser enviado via e-mail para a matriz, onde uma equipe específica fará a avaliação do arquivo e estará autorizando o funcionamento do ponto de acesso, afim de manter os padrões de qualidade dos serviços de telecomunicações. “O correio eletrônico, ou e-mail, como é chamado por muitos de seus fãs, já existe a mais de três décadas, os primeiros sistemas de correio eletrônico eram simplesmente formados por protocolos de transferência de arquivos”. ^[2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pode-se concluir que esse processo de criação da documentação por parte dos instaladores e manutenção destes arquivos salvos por parte da empresa, reduz o tempo ocioso em caso de manutenção ou atendimento, além de ajudar a manter um alto padrão de qualidade nos serviços, assim como um controle patrimonial dos equipamentos usados. Toda instalação de ponto de acesso passará por uma avaliação, evitando assim serviços sem qualidade.

REFERÊNCIAS:

[1] LABIOD, H.; HOSSAM, A.; DE SANTIS, C. Wi-Fi, Bluetooth, Zigbee and Wimax. Springer, 2007. [2] - TANEMBAUM, A. S. Redes de Computadores – 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

CRIMES VIRTUAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE ESSA NOVA MODALIDADE DE CRIME

Franklin Sanches NOGUEIRA (IC-franklinsanches@ymail.com)¹, Chaieny Correia ROZA(IC)¹, Thiago ANDRADE (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas –36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Crimes Virtuais, leis, penalidades

APRESENTAÇÃO:

Com o advento da internet, um novo mundo se abriu, tudo está a apenas um clique de distância: pesquisas, compras, diversão e até relacionamentos são conseguidos através do acesso à rede mundial de computadores. E como tudo na vida existem as duas faces da moeda, ao mesmo passo em que a rede encurta distâncias e facilita nossas vidas ela também criou um espaço para que surgisse uma nova modalidade de crime, chamados crimes virtuais. Este trabalho visa, de forma resumida, a apresentação e definição de crimes virtuais, alguns fatores que colaboram para seu crescimento, bem como as leis que são aplicadas para combater essas infrações além de algumas leis que estão sendo elaboradas para lidar com este grave problema da vida moderna.

DESENVOLVIMENTO:

Crimes Virtuais são todos os atos ilícitos praticados com uso de computadores, enquadrados em nossa legislação vigente, estando os mesmos sujeitos às sanções como indenizações e até mesmo detenção por reclusão [1]. Um dos maiores fatores para o aumento exponencial nos delitos praticados na web em todo o mundo se deve à sensação de anonimato que a rede transmite. De fato, para quem detém um maior conhecimento técnico sobre informática é mais fácil cometer crimes e esconder rastros, ficando desta forma quase que como um fantasma, em contrapartida, para os profissionais do setor que se dedicam a combater os criminosos virtuais, também não é impossível localizá-los, uma vez que os mesmos possuem meios de rastreamento, através de sofisticados sistemas de localização. Muito se discute na atualidade, acerca de leis específicas para combater esta modalidade de crime, porém, várias condutas criminosas praticadas no mundo virtual podem ser enquadradas de acordo com as leis vigentes em nosso país, muitas delas advindas do Código Penal (CP) Brasileiro. Como exemplo, podem ser citadas algumas que costumam ser os delitos mais praticados: Crimes contra a honra (Arts. 138,139 e 140 do CP), Crime de ameaça (Art. 147 do CP), Furto (Art. 155 do CP), Extorsão (Art. 158 do CP), Extorsão Indireta (Art. 160 do CP), Apropriação indébita (Art. 168 do CP), Estelionato (Art. 171 do CP), Violação de direito autoral (Art. 184 do CP), Apologia de crime ou criminoso (Art. 287 do CP); Pedofilia (Art. 241 da Lei 8.069/90), Crime de divulgação do nazismo (Art. 20º §2º. da Lei 7.716/89), entre outros [1]. Recentemente foi criada a lei nº 12.737/2012, popularmente conhecida como lei “Carolina Dieckmann, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 30/11/2012 e passou a vigorar a partir de 02/04/2013, tornando crime, com a pena de 3(três) meses a 1(um) ano de detenção, a invasão de “dispositivo informático alheio”

com a finalidade de adulterar, destruir ou obter informações sem autorização do titular. Todavia a pena só poderá ser aplicada, caso comprovado o delito, e somente se o usuário tiver em sua máquina algum dispositivo de segurança que impeça o livre acesso ao mesmo [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O ser humano tem a grande capacidade de se adaptar às mudanças, tanto para o bem como para o mal. No caso dos crimes não é diferente, e vários “espertos” viram nesta nova tecnologia que está em constante crescimento, uma oportunidade para cometer velhos delitos, com mais sofisticação, porém com a mesma finalidade. Através das leis, é dever do Estado proteger os cidadãos, e quanto aos usuários, esses têm a obrigação de dificultar ao máximo a vida destes novos criminosos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] EQUIPE CRIMES PELA INTERNET. O que são Crimes Virtuais – Disponível em: <<http://www.crimespelainternet.com.br/o-que-sao-crimes-virtuais/>> - Acesso em: 19 Abr. 2015. [2] MANZEPPI, E. A chamada Lei “Carolina Dieckmann” (Lei nº 12.737/2012) – Disponível, em: <http://www.olhardireto.com.br/juridico/artigos/exibir.asp?artigo=A_chamada%20Lei_Carolina_Dieckmann_Lei_n_127372012&id=296> - Acesso em: 10 Abr. 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

CRIOGRAFIA E SUAS FUNÇÕES

Gean Rodrigues MATTA (IC)¹, Victor João Freitas COSTA(IC)¹, Silvério Rodrigues MIRANDA(IC)¹ Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Criptografia, Segurança, Ferramenta.

APRESENTAÇÃO:

As transferências de arquivos e utilização de senhas para acessos restritos online se tornou algo necessário e indispensável no mundo inteiro. Este trabalho, tem como objetivo apresentar uma importante tecnologia que é aliada da segurança, e é imprescindível nessa área, que é a criptografia.

DESENVOLVIMENTO:

A criptografia é um meio de proteção onde as informações são transformadas em um emaranhado de caracteres onde pessoas não autorizadas não conseguem lê-las e nem identificá-las[1]. Basicamente ela serve para proteger uma informação, principalmente contra quem não tem necessidade de ver, ler, ou mesmo interpretar essa informação que está sendo transmitida. Existem dois tipos de criptografia conhecidas, que são a Simétrica e Assimétrica. Na Criptografia Simétrica é utilizada um mesmo par de chaves, onde somente o remetente e o destinatário tem conhecimento dessa chave, podendo assim criptografar ou “descriptografar” uma mensagem quando necessário. A Criptografia Assimétrica, funciona de modo diferente, pois utiliza duas chaves diferentes, sendo uma chave pública, disponibilizada gratuitamente a qualquer pessoa que queira enviar uma mensagem e uma segunda chave, que é mantida em sigilo, para que somente o remetente saiba, isto é, uma chave privada, que é usada para “decriptar”, ou interpretar a mensagem [2]. A grande utilização da Criptografia se faz nas transações bancárias, mas não é somente esse item de segurança que é utilizado. Algumas outras ferramentas podem e devem ser utilizadas, no auxílio à Criptografia, e que muitas vezes também fazem uso de técnicas criptográficas, que são a assinatura digital (AD) e o Certificado Digital (CD). A AD permite comprovar a autenticidade e a integridade de uma informação, isto é, se ela foi criada pelo destinatário e que em momento algum foi alterada; o CD, que é um registro eletrônico feito por um conjunto de dados que diferenciam uma entidade e associa-a a com uma chave pública [3] Este conjunto de técnicas vem sendo utilizadas e graças a estas tecnologias, as transações que são feitas pela Web, como o Comércio Eletrônico, ou mesmo as transações bancárias tem-se mostrado mais seguras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pode-se dizer então que a criptografia é uma ferramenta de segurança de transferência de dados, eficiente contra ataques, entretanto não resolverá todos os problemas relacionados. Assim como toda ferramenta, a Criptografia possui falhas, que um usuário mais experiente pode explorar e se valer dessa falha para cometer algum crime, porém bem implementada, aliada com outras

técnicas a tendência é que os riscos sejam minimizados. Sabe-se que não se consegue segurança 100% (cem por cento), mas quanto mais dificuldade se colocar para um invasor, provavelmente ele ficará desestimulado a tentar qualquer ação nesse sistema [4].

REFERÊNCIAS:

- [1]: PISA, Pedro. O que é criptografia? Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/06/o-que-e-criptografia.html>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015.
[2]: DESK, Answer. Descrição da criptografia simétrica e assimétrica. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/kb/246071/pt-br>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015. [3] Equipe CERT.br. Criptografia. Disponível em <<http://cartilha.cert.br/criptografia/>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015 [4] BURNETT, Steven; PAINE, Stephen. Criptografia e segurança: o guia oficial RSA. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DlSkNhcTUNoC&oi=fnd&pg=PR11&dq=criptografia&ots=H-mzSllloFi&sig=zDMfdvJMa20-OBclqQQd52CfvK0#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

CRIPTOGRAFIA WEP PARA SEGURANÇA EM REDES DOMÉSTICAS

Bruno Estevam PEREIRA (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹, Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES (IC)², Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS(IC)² e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: criptografia, segurança, WEP.

APRESENTAÇÃO:

A utilização de redes domésticas está se intensificando nos últimos anos e conseqüentemente, os usuários estão se adaptando melhor as tecnologias de rede sem fio, ao invés da rede cabeada. Esse fato pode ser explicado, pela liberdade que as conexões *Wi-Fi* (*Wireless Fidelity*) oferecem, uma vez que permitem que os usuários possam se conectar através de vários equipamentos (celulares, *tablets* e *notebooks*), sem a necessidade de ficarem presos a cabos. Esse trabalho busca apresentar a criptografia WEP (*Wired Equivalent Privacy* - Privacidade Equivalente ao Cabo), e se a mesma é recomendável para a segurança em redes domésticas.

[1].

DESENVOLVIMENTO:

Paralelo à mobilidade de redes sem fio, surge à preocupação com vulnerabilidades de segurança. Para solucionar e/ou mitigar a invasão de redes sem fio, surge à criptografia (do grego *kriptos* = escondido e *grifo* = grafia), isto é, ciência que transforma uma informação legível, em uma forma ilegível, para pessoas que não possuam acesso autorizado. O *Wired Equivalency Privacy* (WEP), foi a primeira técnica de criptografia utilizada para redes sem fio, atua na camada de enlace (têm a responsabilidade de fazer a transferência confiável de dados entre sistemas conectados), fornecendo criptografia entre o usuário e o AP (*Access Point* - Ponto de Acesso). WEP, baseia-se na utilização de um algoritmo de criptografia, denominado RC4 (Roteamento Coloniale 4), o qual faz uso de chaves que variam de 64 a 256 bits. É importante ressaltar que o uso da chave de 256 bits promove uma maior segurança, além disso, quanto maior for o uso de caracteres diferentes (letras maiúsculas e minúsculas, símbolos e números), maior será a dificuldade de um *hacker* conseguir quebrar a segurança da rede [2]. Por ser o primeiro protocolo criado para a segurança de redes sem fio, estudos apontaram grandes vulnerabilidades, conseqüentemente, o mesmo entrou em desuso, principalmente para aplicações mais sérias. Surge então, o protocolo WPA (*Wi-Fi Protected Access* – Acesso sem fio protegido), considerado um WEP melhorado. O propósito de sua criação foi solucionar as principais vulnerabilidades encontradas no WEP, aumentando assim, a segurança das redes Wi-Fi. Como vivencia-se uma era em que a segurança das informações, é questão prioritária, o uso do protocolo WEP, não é recomendável, mesmo para redes domésticas. Sua principal vulnerabilidade permite que através de escutas, uma pessoa com acesso não autorizado, possa descriptar os dados da rede [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O protocolo WEP ainda é bastante utilizado, fato que pode ser explicado, por este ser o protocolo padrão na maioria dos casos. É importante salientar que suas vulnerabilidades, acabam colocando o usuário em um risco maior de ataques de hackers. Apesar de não existir um protocolo que forneça total segurança ao usuário, esse deve procurar manter sempre uma senha com nível forte (letras maiúsculas, minúsculas, símbolos e números), não fornecer essa chave de segurança à terceiros, não confiáveis, além de manter *firewall* e antivírus sempre atualizados e ativados, independentemente do protocolo de rede que escolha.

REFERÊNCIAS:

- [1] SILVA, L. R. Segurança em Redes Sem Fio (Wireless) (2010). Disponível em: <<http://www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/RSS/TCCRSS08B/Leandro%20Rodrigues%20Silva%20-%20Artigo.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2015. [2] GIMENES, E. C. Segurança de Redes Wireless (2005). Disponível em: <<http://www.tvprudente.com.br/apostilas/Rede/Redes.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2015. [3] SOUZA, F. R. A.; SILVA, C. M.; GUIMARÃES, C. Segurança em Redes Wireless. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcet/article/viewFile/236/128>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

DOCUMENTAÇÃO EM METODOLOGIAS ÁGEIS

Bruno Estevam PEREIRA (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹, Jose Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS(IC)², Victor Arruda Gonsalves RODRIGUES (IC)², Daniel Clarismundo BORGES (PQ)².

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Metodologias ágeis, documentação, desenvolvimento.

APRESENTAÇÃO:

A Engenharia de Software vem renovando a maneira de desenvolvimento de softwares, procurando aprimorar técnicas e métodos que buscam a qualidade e produtividade do desenvolvimento. As metodologias tradicionais são fortemente fundamentadas em documentação, já as metodologias ágeis valorizam a entrega de um software funcionando ao cliente, em intervalos de tempo menores. Nesse contexto, este trabalho busca demonstrar que a documentação de software é essencial em qualquer processo de desenvolvimento, uma vez que, através dela, podem ser registradas todas as bases necessárias para as etapas subsequentes e para a manutenção do software [1].

DESENVOLVIMENTO:

Um dos princípios que permeiam o Manifesto Ágil é que o software funcionando tem mais importância do que uma documentação abrangente. Esse princípio acabou gerando o mito de que não há a necessidade de possuir documentação em projetos ágeis. Em contrapartida, a documentação é ideal, desde que seja criada com cautela e qualidade. É inquestionável dizer, em termos de desenvolvimento, que o cliente é sempre imprevisível e muitas vezes não sabe o que realmente necessita. Além disso, o processo de criação nunca será construído da mesma forma, sob as mesmas circunstâncias, e muito menos pela mesma equipe de desenvolvimento. Nesse cenário, é muito importante salientar que a documentação deve sempre ser criada, para auxiliar na compreensão de como o sistema foi construído [2]. Em qualquer projeto, devem ser criadas documentações que preservem o conhecimento utilizado pela equipe de desenvolvimento e também documentos que expliquem como o usuário deverá utilizar o programa, já que na maioria, esses não dominam a tecnologia. Existem dois tipos mais comuns de documentação: Documentação Colaborativa é aquela que permite que qualquer membro da equipe possa fazer edições, a fim de corrigir falhas, acrescentar novas funcionalidades e manter sempre o produto atualizado. A documentação executável é aquela que alerta a equipe de desenvolvimento sempre que há a falta de sincronia entre software e os requisitos do projeto, por isso requer um maior esforço para ser criada [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A falta ou o excesso de uma documentação em desenvolvimentos de software podem influenciar na qualidade e produtividade do projeto. Em metodologias ágeis, deve-se sempre dar ênfase a entrega de um software funcionando, porém, não deixando de lado a documentação do que está sendo desenvolvido e a criação de documentações que expliquem, de forma clara

e objetiva ao usuário, todas as funcionalidades do software, que por ele será utilizado.

REFERÊNCIAS:

[1] NUNES, V. B.; SOARES, A. O.; FALBO, R. A. Apoio à Documentação em um Ambiente de Desenvolvimento de Software (2004). Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/download/pub/2004-IDEAS-1.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2015. [2] RENZI, W. A importância da documentação funcional na Metodologia Ágil (2014). Disponível em: <<http://www.tiespecialistas.com.br/2014/03/importancia-da-documentacao-funcional-na-metodologia-agil/>>. Acesso em: 15 de abr. 2015. [3] 5CQualiBr. Documentação em Projetos Ágeis. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br/5cqualibr/xowiki/docPr ojetosAgeis>>. Acesso em: 15 de abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

ESTUDO EXPLORATÓRIO DE CORES EM INTERFACE DE SISTEMAS WEB

Fábio José Pacheco dos REIS(IC - fabiodagaspar@hotmail.com)¹, Dênis Rufino da SILVA, Washington Luiz de BARROS e Nilton de Freitas JÚNIOR (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Interface, Sistemas Web, Interação Humano-Computador

INTRODUÇÃO:

Uma interface que oferece bons princípios de usabilidade pode representar o sucesso ou o fracasso de utilização de um sistema. Padrões de interface podem ser observados de várias formas e podem auxiliar um usuário a identificar com mais rapidez a temática de determinado conteúdo. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada com observação de interfaces, mostrando como o uso de padronização por cores é recorrente em importantes portais de conteúdo na internet brasileira.

DISCUSSÃO:

As interfaces que apresentam de maneira mais organizada e exploram corretamente a usabilidade de cores tem a tendência de uma maior aceitação por parte dos usuários, que procuram de eficiência e rapidez nestes sistemas. O uso das cores torna os visuais de interfaces mais atrativos. As cores são associadas a um sentimentalismo estético quando usadas em conjunto. A pesquisa deste trabalho foi realizada no mês de abril de 2015, e na oportunidade foram capturadas imagens. A tabela 01 apresenta os padrões de uso das cores em conteúdos, percebidos na pesquisa:

Tabela 01: Padrões de uso de cores percebidos na pesquisa

	Esporte	Notícias	Entretenimento	Tecnologia	Vídeos
Globo	Verde	Vermelho	Laranja	Cinza	Azul
Record	Verde	Preto	Lilás	N/D	Azul
Folha de São Paulo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Rev. Abril	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
iG	Verde	Azul	Preto	N/D	N/D
Uol	Verde	Azul	Laranja	Azul	N/D
Terra	Verde	Vermelho	N/D	N/D	N/D

Percebe-se que na maioria dos sites pesquisados foi encontrado um padrão de cores para facilitar a percepção do usuário tornando o site padronizado em seus conteúdos. Na pesquisa também foi verificado o uso de padrões de cores em sites estrangeiros, nos quais também pode ser verificado o mesmo princípio de utilização de cores para identificar conteúdos distintos. Por isso nota-se que esse tipo de recurso de interface é recorrente e, possivelmente, tem o intuito de manter usuários familiarizados com os recursos oferecidos pelo sistema. As cores se tornam ferramentas importantes para os profissionais em marketing uma combinação errada entre tais pode ocasionar um efeito contrário ao esperado [1]. O esquema de padronização de categoria por cores para o auxílio à usabilidade de sites faz com que os usuários que estejam visitando sua página pela primeira vez, ele possivelmente se familiarizarem, mas rapidamente e receber novas visitas daquele usuário.

CONCLUSÃO:

Em uma breve pesquisa exploratória, foi possível perceber que o uso de cores para categorizar conteúdos de portais na internet tem sido utilizado como forma de padronização, buscando auxiliar o usuário na identificação destes conteúdos, mesmo em sistemas diferentes. Destaca-se a importância que um profissional de IHC tem, pois é necessário manter-se sempre atualizado tecnologicamente para que garanta uma boa interação entre o usuário e a interface do sistema utilizado, pois uma boa interface pode representar o sucesso de um empreendimento.

BIBLIOGRAFIAS:

[1] Milton Design Studio. Cores: combinações de sucesso e combinações desastrosas. Disponível em <<http://www.miltondesigner.com.br/cores-combinacoes-de-sucesso-e-combinacoes-desastrosas/>>. Acesso em 15 de maio de 2015. [2] MEMÓRIA, F. Design para a Internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. [3] VENETIANER, Tom. Como Vender seu Peixe na Internet: um guia Prático de marketing e comércio eletrônico. Rio de Janeiro: Campus, 1999. [4] ROGERS, Yvone; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador. Porto Alegre: Bockman, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA INFORMÁTICA: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Mateus de Morais DIAS (IC - mateusmoraisdias@hotmail.com), Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Legislação da informática; cibercrime; regulamentação da informática.

INTRODUÇÃO:

O termo cibercrime ou crime informático ou crimes eletrônicos se refere a delitos praticados contra sistemas de informática ou por meio desses, incluindo-se crimes praticados contra o computador e seus acessórios e os perpetrados, por meio, do computador [1]. Este trabalho tem por objetivo fazer um comparativo entre medidas tomadas pelos Estados Unidos e as tomadas pelo Brasil visando elaborar leis que atuariam sobre a informática, além de apontar alguns dos principais problemas que ambos os países enfrentaram ou enfrentam.

DESENVOLVIMENTO:

Os Estados Unidos, até mesmo por terem sido o berço dos primeiros computadores e da Internet, entre diversas evoluções tecnológicas no ramo da informática, tiveram um papel de destaque quando começaram os esforços para se criar leis que atuariam sobre a informática. Nos Estados Unidos, também dois projetos de leis polêmicos que envolvem a liberdade com relação ao conteúdo disponibilizado na Internet, ganharam grande destaque na mídia: o Stop Online Piracy Act (SOPA) que visava combater a pirataria na Internet e o Protect Internet Protocol Act (PIPA) que visa proteger o conteúdo da Internet. Estas leis beneficiariam a indústria cinematográfica norte Americana e tinha contra, o interesse de grandes empresas da área de informática, como o Google, Facebook, entre outros, pois pela lei, qualquer site pode ser fechado apenas por ter conexão com outro site suspeito de pirataria a pedido do governo dos EUA ou dos geradores de conteúdo [3]. Já no Brasil foi o Art. 5º, que incluiu o inciso II no § 3º do Art. 20, da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que prevê a possibilidade de um juiz, verificando a ocorrência de crimes cometidos na esfera virtual relacionados a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, determine a cessação da transmissão que contenha o referido delito, isto pouco mais de um ano após a Internet ter sido liberada comercialmente no país [2]. Recentemente no Brasil duas leis ganharam destaque na mídia, onde mostram vitórias brasileiras, no que se refere à regulamentação da informática, que são a Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012, que ficou conhecida como "Lei Carolina Dieckmann", que trata da invasão de dispositivo informático alheio, mediante violação indevida de mecanismo de segurança [3], e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet e visa regulamentar o uso da Internet no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Leis que atuam sobre a informática vêm ganhando destaque em ambos os países, a exemplo do Marco Civil da Internet e a lei Carolina Dieckmann no Brasil e os projetos PIPA e SOPA nos Estados Unidos. Ao se comparar a legislação dos dois países, no que se refere a regulamentação da informática, percebe-se que a legislação norte americana é bem mais madura que a brasileira, até por ser mais antiga, no entanto ela sofre mais com a questão territorialista, uma vez que o fato da internet não respeitar as fronteiras se torna um problema não só em relação ao exterior como dentro do próprio país.

REFERÊNCIAS:

[1] PONTE, G. Segurança na Internet deve ser garantida. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/13/provedore_s.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014. [2] BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Brasília: DOU, 03 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm>. Acesso em 12/11/2014. [3] G1. Entenda o Sopa e o PIPA, projetos de lei que motivam protestos de sites: Propostas aprovadas por estúdios são repudiadas por empresas de internet. Elas ainda tramitam no Congresso americano. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/entenda-o-projeto-de-lei-dos-eua-que-motiva-protestos-de-sites.html>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

HUMANIZA REDES

Lucas Dionísio **ROCHA** (IC-lucasdionisiorocha1990@hotmail.com)¹, Washington Luiz de **BARROS** (IC)¹, Railander Lucio de **LAIA** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Humaniza Redes, online, violação

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho tem como foco apresentar e conceituar uma nova política pública, criada pela Presidenta Dilma Rousseff, denominada Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet.

DESENVOLVIMENTO:

A conscientização a respeito de violações dos direitos humanos, nunca se fez tão necessária como nos tempos de hoje. O Pacto (Humaniza Redes), foi criado com o intuito de aumentar a segurança na rede, particularmente para nossas crianças e adolescentes, visto que, nos últimos anos têm-se aumentado significativamente o número de violações online. Humaniza Redes funciona basicamente como o Disque 100 (canal de denúncias de violação aos direitos humanos, feita por telefone), onde através de uma ouvidoria online, a população poderá fazer denúncias que serão avaliadas pelos órgãos competentes. Para efetivar a denúncia, o cidadão deverá ter acesso a um computador com Internet, onde deverá acessar o site humaniza redes, usando o seguinte endereço: www.humanizaredes.gov.br. Na página principal do site, o cidadão poderá efetuar denúncias sobre violações que ocorreram na Internet ou violações que ocorreram fora da Internet. No primeiro caso, as denúncias devem conter a página da Internet a qual contém a violação e o comentário feito pelo cidadão que se sentiu violentado. Essas denúncias abrangem: Violência ou Discriminação contra Mulheres, Homofobia, Xenofobia, Intolerância Religiosa, Pornografia Infantil, Racismo, Apologia e Incitação a crimes contra a Vida, Neo Nazismo e Tráfico de Pessoas. Para denúncias de violações que ocorreram fora da Internet, o cidadão deve preencher um questionário que contém uma série de dados (por exemplo, onde a vítima pode ser encontrada, onde ocorreu a violação, quem sofreu a violação, características do suspeito, características da vítima, etc.) [1]. Essa iniciativa do Governo Federal tem coordenação da Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Secretária de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, Ministério da Educação e Ministério Das Comunicações, além da aprovação do Comitê Gestor Da Internet do Brasil e apoio de empresas como Google e Facebook [1,2]. Humaniza Redes possui como propósito, solucionar e/ou mitigar violações de Direitos Humanos, ajudando a penalizar e prevenir ações de preconceitos e discriminações. Importante destacar que, a partir desse projeto os ataques amparados pelo Marco Civil Da Internet, poderão ser denunciados e apurados, mais facilmente. É importante dizer também que compete aos cidadãos denunciar quaisquer tipos de violações, para a

busca efetiva de soluções e para a promoção dos Direitos Humanos. [1,3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Importante salientar que, embora seja uma grande iniciativa do Governo Federal, para efetivar denúncias de crimes e violações do Direito Humano, ações como essa, só poderão minimizar essas práticas ilícitas, se houver também um comprometimento por parte da sociedade. A denúncia é o meio que se tem para melhorar o país, diminuindo significativamente crimes e discriminações, que ferem aos nossos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

[1]: HUMANIZA REDES. Disponível em: <<http://www.humanizaredes.gov.br/>>. Acesso em: 20 de Abr. 2015. [2]: BLOG DO PLANALTO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet Recebe Apoio de Gigantes das Redes. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/assunto/humanizaredes/>>. Acesso em: 20 de Abr. 2015. [3]: DIRETÓRIO ESTADUAL MINAS GERAIS. Presidente Dilma Rousseff lança o Humaniza Redes. Disponível em: <<http://www.ptmg.org.br/presidenta-dilma-rousseff-lanca-o-humaniza-redes/#.VTvX3iFViko>>. Acesso em: 20 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

INCLUSÃO DIGITAL EM ÁREAS RURAIS ATRAVÉS DAS REDES SEM FIO 802.11

Antenor Campos Puchetti **JÚNIOR** (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado **RAIMUNDO** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras Chaves: Wi-Fi; inclusão digital

INTRODUÇÃO:

As soluções para redes sem fio, no padrão 802.11 da atualidade podem oferecer diversos benefícios. Um dos grandes benefícios que merece destaque é a possibilidade da inclusão digital, em áreas rurais, até então isoladas e sem acesso a internet. O acesso a internet serve de fomento para o desenvolvimento destas regiões, seja para uso residencial ou profissional. Os dispositivos móveis da atualidade, são hoje, além de uma forma de lazer, uma excelente ferramenta de trabalho. O usuário sabendo fazer uso dessa ferramenta tem muito a ganhar em produtividade e, principalmente mobilidade. “O segmento de mercado que mais cresce na indústria de computadores é a dos computadores móveis”. [1] O uso da internet vai desde a comunicação com pessoas até o controle de pragas das plantações e vigilância patrimonial realizada por terceiros, através de redes IP (Internet Protocol – Protocolo de Internet). “Todas as aplicações citadas até agora envolvem interações entre uma pessoa e um banco de dados remoto. A segunda grande categoria de uso das redes será a interação pessoa a pessoa, que basicamente será a resposta do século XXI ao telefone do século XIX.” [2].

DESENVOLVIMENTO:

Para fomentar o desenvolvimento de áreas rurais, sobretudo com o uso da tecnologia, um morador de zona rural terá acesso a todo conteúdo que alguém da capital tem. Neste sentido, até pela localização geográfica, muitas vezes muito distantes dos grandes centros, a velocidade não será a mesma. Um bom exemplo de caso de igualdade que pode ser citado, são os serviços de vídeo sobre demanda. “O entretenimento é uma grande crescente na indústria. A aplicação com maior demanda de recursos desse segmento é o vídeo sob demanda.” [3] Dessa forma, o conceito de inclusão digital se faz cada vez mais presente. Em uma área rural, normalmente não se consegue acesso à Internet com alta velocidade, e muitas das vezes o custo inviabiliza essa possibilidade. Uma solução que surge e ganhar força no mercado são as redes 802.11n. [2] Essa solução utiliza o protocolo N, e podem proporcionar esta comodidade sanando essa necessidade. Além de impulsionar o agronegócio, com a quebra das barreiras físicas de comunicação. “O protocolo n opera tanto na frequência de 2,4 gigahertz quando na de 5 gigahertz. O protocolo n abriu a possibilidade do uso do que os técnicos chamam de MIMO (Múltiplo Input e Múltiplo Output). Essa tecnologia permite que a informação seja transmitida e recebida por múltiplas antenas tanto no emissor quanto no receptor, o que aumenta não só a velocidade, mas também a confiabilidade da transmissão.” [3]

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os moradores das zonas rurais possuem as mesmas necessidades tecnológicas que os moradores das áreas urbanas. As redes sem fio 802.11 servem de fomento tecnológico, financeiro e operacional, pois podem desencadear um processo de evolução muito importante, que abrange várias esferas, desde o cunho social até o financeiro. A grande vantagem dessa tecnologia é a sua mobilidade, e com os avanços, um dos principais entraves para implantação, o custo, vem tendo significativa redução, proporcionando, dessa forma, que locais que antes eram inviáveis as instalações, agora podem contar com mais esse grande benefício.

REFERÊNCIAS:

[1] - TANEMBAUM, A. S. Redes de Computadores – 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. [2] - MORIMOTO, C. E. [Redes Wireless: Entendendo o 802.11n](#) – Disponível em: <<http://www.hardware.com.br/artigos/802-11n/>> - Acesso em: 06 Jun. 2015. [3] - OLHAR DIGITAL. Protocolos Wi-Fi: conheça as diferenças – Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/protocolos-wi-fi-conheca-a-diferencas/29423>> - Acesso em: 20 Jun. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

INCLUSÃO DIGITAL NA SOCIEDADE ATUAL

Mateus de Morais **DIAS** (IC - mateusmoraisdias@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras Chaves: tecnologia, Internet, inclusão

APRESENTAÇÃO:

Na atualidade, ainda existem muitas pessoas que não possuem acesso à Internet, onde ficam praticamente excluídas, não conseguindo assim interagir com a sociedade. Novas tecnologias, novas tendências e novas culturas surgem a cada dia, fazendo com que as relações pessoais e interpessoais sofram grandes mudanças ao longo do tempo. Com isso, a tendência hoje é que todas as pessoas, independentemente de sua classe social, raça, etc, tenham acesso a todo tipo de informação, onde possam se tornar usuários e obter grandes conhecimentos. Baseado nesse contexto, este trabalho procura mostrar como a tecnologia tem afetado as pessoas, através da informação e conhecimento adquirido nessa grande evolução.

DESENVOLVIMENTO:

Está crescendo cada vez mais o número de pessoas que estão conectados à Internet. Essa realidade se submete à facilidade com que se pode ter acesso à grande rede nos dias de hoje, pois há vários meios que possibilitam essa interação tecnológica. Além dos computadores de mesa e notebooks, smartphones, e tablets também contribuem para esse grande volume de acesso, e conseqüentemente promovendo a inclusão digital. De acordo com o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), em uma pesquisa realizada no Brasil, em 2014, 42,5 milhões de brasileiros acessam a Internet usando celulares. Por outro lado, algumas pessoas também possuem dificuldade para conseguir entrar no mundo virtual, de acordo com essa pesquisa, e os motivos para nunca terem acessado a rede são: falta de habilidade com computador, falta de necessidade ou interesse e falta de condição de pagar pelo acesso. [1] Pessoas que moram em lugares distantes, como o Norte e o Nordeste do país, por exemplo, e famílias com renda inferior a um salário mínimo, experimentaram esse processo acelerado de inclusão digital entre 2005 e 2011, de acordo com o IBGE como parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD - 2013), e isso se deve ao avanço da renda e do mercado de trabalho nos últimos anos. Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, a população passou a ganhar mais e foi beneficiada pelo maior acesso a crédito nesse período, e com isso passou a usar a rede, ou porque comprou um computador ou porque começou a trabalhar [2]. Recentemente, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, anunciou uma parceria com o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, para tentar ampliar através da rede social, a inclusão digital e o acesso à rede no país [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Novas oportunidades vão surgindo e com elas novos caminhos se abrindo. Aos poucos a desigualdade social vai sendo deixada de lado e a sociedade vai se interagindo através da tecnologia. Pessoas que não tinham nenhum conhecimento do mundo virtual, agora podem ficar conectados, pois a cada dia fica mais fácil de se ter acesso à Internet, pois há vários meios que possibilitam a isso, seja pelo computador, celular, tablet, entre outros.

REFERÊNCIAS:

[1] - REVISTA EXAME. Tecnologia. Mais da metade dos brasileiros são usuários da Internet. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/mais-da-metade-dos-brasileiros-sao-usuarios-da-Internet>>. Acesso em: 15 Abr. 2015. [2] O GLOBO. Tecnologia. Com mais renda e emprego, acesso à Internet dá salto entre os mais pobres, mostra IBGE. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/com-mais-renda-emprego-acesso-Internet-da-salto-entre-os-mais-pobres-mostra-ibge-8403619>>. Acesso em: 15 Abr. 2015. [3] BIT MAGAZINE. Dilma anuncia parceria com Facebook para inclusão digital. Disponível em: <<http://www.bitmag.com.br/2015/04/dilma-anuncia-parceria-com-facebook-para-inclusao-digital/>>. Acesso em: 15 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

JOGOS EDUCATIVOS: UMA MANEIRA DE PROPORCIONAR UM APRENDIZADO ESCOLAR MAIS INTERATIVO E EFICIENTE

Lucas Dionísio **ROCHA** (IC – lucasdionisiorocha1990@hotmail.com)¹, Maycon Lucas Cordeiro **EMILIO** (IC)¹, Sylvio Joaquim Soares **NETTO** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES**(PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: jogos, tecnologia, alunos.

APRESENTAÇÃO:

A tecnologia, na atualidade, tornou-se um bem primordial da sociedade, provocando mudanças no modo de viver e, principalmente, na forma das pessoas se relacionarem. Uma dessas mudanças é na educação que se dá, e recebe, e também nas formas de aprendizado escolar. A sociedade da atualidade é fortemente influenciada pela correria do dia-a-dia, onde as famílias possuem prazos curtos e um elevado número de trabalhos a se cumprir. Consequentemente, as crianças acabam ficando presas em casa, não se divertem como antigamente e apresentam certo grau de dificuldade no aprendizado. O objetivo desse trabalho é demonstrar como através de jogos educativos, as escolas, podem proporcionar um ambiente mais interativo e eficiente para uma educação efetiva dos seus alunos. [1].

DESENVOLVIMENTO:

A desmotivação dos alunos nas escolas deve-se ao contexto ao qual está inserida a educação, apresentando aulas expositivas e artificiais, com conteúdos pragmáticos e muitas vezes descontextualizados com a realidade do aluno. Jogos, quando aplicados à educação, podem ser considerados como uma importante ferramenta de auxílio, que promove um desenvolvimento integral, interativo e dinâmico, para o aprendizado das crianças e dos adolescentes. Para que a educação possa ser significativa, o aluno deve estar propenso a aprender e o material escolar precisa ser claro, objetivo e significativo. Nesse contexto os jogos estão melhorando o processo de ensino-aprendizado, oportunizando uma aprendizagem lúdica, onde o desenvolvimento motor e psicomotor das crianças é favorecido. [2]. Através dos jogos, os alunos sentem-se motivados, desenvolvendo habilidades e competências para a construção do próprio conhecimento. Eles permitem o desenvolvimento de raciocínio lógico, possibilitando que as crianças tracem metas, planos e estratégias, que as conduzirão à resolução daquela situação problema. No método tradicional de ensino, o aluno é apenas um receptor passivo do conhecimento que lhe é transmitido, por isso, ele se sente desmotivado [1]. Em contrapartida, o método lúdico de ensino, que utiliza jogos educativos, faz com que o aluno se interesse pelas informações, tornando-se receptores ativos do conhecimento. No ambiente dos jogos, os alunos transformam inconscientemente, imagens em expressões significativas, de uma forma prazerosa. Vale também destacar que, além de assimilarem o conteúdo pragmático, os alunos aprendem a escutar, esperar sua vez e trabalhar em coletividade. [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A desmotivação escolar é o principal fator para a dificuldade de aprendizado. É inerente do ser humano prestar atenção somente àquilo que lhe é de interesse, e nas escolas isso não é diferente. Os professores precisam aderir às tecnologias existentes para conseguir despertar a vontade de aprender dos alunos, através de um ambiente prazeroso e agradável. Além dos jogos serem um diferencial para os alunos, professores reformulam o processo ensino-aprendizado deixando a sala de aula mais dinâmica e interativa. Entretanto é necessário que haja planejamento na utilização dos jogos, para que a sala de aula não fique desorganizada. Além disso, o ambiente precisa ter condições para os alunos assimilarem efetivamente o propósito do jogo, despertando assim a criatividade e interesse pelo aprendizado.

REFERÊNCIAS:

[1]: MALATORI, P. B. Porque utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem? (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003). Disponível em: <http://www.nce.ufrj.br/GINAPE/publicacoes/trabalhos/t_2003/t_2003_patrick_barbosa_moratori.pdf>. Acesso em: 25 de Abr. 2015 [2] FALKEMBACH, G. A. M. O lúdico e os jogos educacionais. (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006). Disponível em: <http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo13/etapa1/leitura_s/arquivos/Leitura_1.pdf>. Acesso em: 25 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

MACROMEDIA FLASH MX E SUAS UTILIDADES

Gean Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Silvério Rodrigues **MIRANDA**(IC)¹, Victor João Freitas **COSTA**(IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Macromedia Flash MX, Desenvolvimento de Jogos, Software.

APRESENTAÇÃO:

Os jogos estão envolvidos na vida de todos, não só na infância, mas como também em outros momentos, desde tempos remotos. Em tempos mais antigos, não existia a tecnologia e os jogos eram bem diferentes da atualidade. Nos dias atuais, com o avanço da tecnologia, e com jogos, cada vez mais “reais” observa-se que muitos desses jogos são usados para fins educacionais. Este trabalho vem apresentar a importância da ferramenta Macromedia Flash MX (MFM), que é utilizada para o desenvolvimento de jogos.

DESENVOLVIMENTO:

A tecnologia avança muito rápido na atualidade e os jogos eletrônicos fazem parte do aprendizado de vários alunos [1], logo é necessária uma ferramenta para sua criação e desenvolvimento. Uma das ferramentas mais utilizadas para desenvolvimento de jogos, é o MFM. O MFM é um software feito para a criação de plataformas de conteúdos multimídias e web sites sofisticados que contêm animações e ainda faz consulta a dados dinâmicos e geração e implementação de objetos vetoriais para internet [2]. De acordo com Tarouco, 2015, pág. 4: “o Flash MX também se configura como uma excelente ferramenta de autoria, pois com ele podemos desenvolver desde um simples jogo-da-velha até um complexo jogo multiusuário em tempo real.” A tecnologia utilizada pelo Macromedia Flash MX utiliza vetores gráficos, além de compressão dos arquivos de som. A combinação dessas técnicas ocasiona uma diminuição no tamanho final dos arquivos, deixando-os muito pequenos, principalmente se for feita uma comparação com os arquivos criados em outros programas similares. [3] A grande vantagem desta ferramenta está na junção de várias aplicações em um único software, o que traz grandes benefícios na hora da edição e/ou desenvolvimento de qualquer aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do que foi apresentado, a facilidade em se trabalhar com a ferramenta traz grandes benefícios para quem a utiliza, principalmente no desenvolvimento de jogos, sejam eles voltados para a educação ou não. Vive-se uma época em que até grandes faculdades estão introduzindo a tecnologia dos jogos nos cursos de graduação, e já há, inclusive, cursos específicos na confecção de jogos, voltados para diversas áreas. Os jogos educacionais trazem muitas vantagens para a educação, fazendo com que os alunos desenvolvam várias habilidades, principalmente a lógica e o raciocínio, e o Macromedia Flash MX é um grande aliado nesse quesito, por sua facilidade, pela grande utilização dos mais variados grupos de desenvolvedores.

REFERÊNCIAS:

- [1] MONTEIRO, Tairine; MAGAGNIN, Cláudia; ARAÚJO, Cláudia. Importância dos jogos eletrônicos na formação do aluno. Disponível em: https://www.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fanaisdosimposio.fe.ufg.br%2Fup%2F248%2Fo%2FTairine_Vieira_Barros_Monteiro_Cla_dia_Dolores_Martins_Magagnin_e_Cludia_Helena_dos_Santos_Araujo.pdf&h=DAQGFmXhb> Acesso em: 21 de Abr. de 2015. [2] XANDÓ, Flávio. Macromedia Flash MX. Disponível em: <http://www.fxconsult.com.br/xando/macromedia/flashmx.htm>> Acesso em: 21 de Abr. de 2015. [3] TAROUCO, Liane; [et al]. Jogos educacionais. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo3/af/30-jogoseducacionais.pdf>> Acesso em: 21 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

METODOLOGIAS ÁGEIS: SCRUM E SUAS FUNCIONALIDADES

Bruno Estevam **PEREIRA** (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹, Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES** (IC)², Jose Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS**(IC)², Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)².

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Metodologias ágeis, Scrum, projetos.

APRESENTAÇÃO:

O mercado de software está mais exigente, consequentemente os clientes sempre necessitam que seus sistemas sejam adaptados e melhorados constantemente. Nesse cenário, as empresas de desenvolvimento de softwares necessitam se adaptar constantemente, em um curto intervalo de tempo. Metodologia ágil é um novo conjunto de ferramentas que ajudam essas empresas a se adequarem rapidamente as mudanças dos projetos. O objetivo desse trabalho é apresentar a Metodologia Ágil Scrum e as suas funcionalidades. [1].

DESENVOLVIMENTO:

Scrum é um tipo de metodologia ágil, que aborda um conjunto de ferramentas e normas utilizadas para um gerenciamento ágil de projetos. A origem do seu nome teve inspiração em uma jogada de Rugby, onde os jogadores devem retirar obstáculos de sua frente para conseguirem marcar pontos. De forma análoga, em Scrum, é necessário vencer todos os obstáculos que surgem no gerenciamento do projeto. [2] O Scrum tem como forte característica o fato de ser bem objetivo, ter funções bem definidas, ser adaptativo às mudanças e não ser previsível. Nessa metodologia, os projetos são divididos em ciclos, os quais são chamados de Sprints, que contêm as atividades que devem ser executadas. Cada funcionalidade do projeto é colocada em uma lista, que recebe a denominação de Product Backlog. Interessante destacar que o Scrum não determina com exatidão o que deverá ser feito, muito menos como os problemas serão solucionados. Sua principal função é auxiliar a equipe de desenvolvedores na Reunião de Planejamento (Sprint Planning Meeting) com os clientes (chamados de Product Owner). Essa reunião é de extrema importância para avaliar quais os requisitos do projeto que devem ser priorizados. Durante todo o desenvolvimento do projeto, a equipe monitora o desenvolvimento das atividades e ao término de cada Sprint, deverá ser feita a revisão do produto que será entregue ao Product Owner, evitando, dessa forma, que alguma funcionalidade deixe de ser implementada.



Figura 01 - Ciclo do Scrum. Fonte: <<https://alanbraz.wordpress.com/category/agile/>> [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Scrum é uma importante Metodologia Ágil, que ajuda no desenvolvimento de projetos, onde são feitas várias reuniões a fim de identificar, aquilo que realmente o cliente necessita para seu projeto. Suas vantagens consistem em um envolvimento colaborativo entre equipe e cliente, melhor comprometimento e uma entrega ágil e eficiente do produto final.

REFERÊNCIAS:

[1] PEREIRA, P.; TORREÃO, P.; MARÇAL, A. S. Entendendo Scrum para Gerenciar Projetos de Forma Ágil. Disponível em: <<http://www.siq.com.br/DOCS/EntendendoScrumparaGerenciarProjetosdeFormaAgil.pdf>>. Acesso em: 17 de abr. 2015. [2] HEPTAGON, Tecnologia da Informação. Scrum. Disponível em: <<http://www.heptagon.com.br/scrum/>>. Acesso em: 17 de abr. 2015. [3] GUERRATO, D. Desenvolvimento Ágil Utilizando Scrum. Disponível em: <<http://tableless.com.br/desenvolvimento-agil-utilizando-scrum/>>. Acesso em: 17 de abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

METODOLOGIAS TRADICIONAIS: UTILIZAÇÃO DO CMMI PARA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Bruno Estevam **PEREIRA** (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹, Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES** (IC)², Jose Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS**(IC)², Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)².

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: metodologias tradicionais, CMMI, desenvolvimento.

APRESENTAÇÃO:

Na atualidade, as organizações buscam a melhoria de seus produtos e serviços, para conseguirem se perpetuarem em um mercado totalmente competitivo. O presente trabalho tem como propósito apresentar o CMMI (Capability Maturity Model Integration – Modelo de Maturidade da Capacidade Integrada), uma metodologia tradicional, que auxilia as empresas a melhorarem seus negócios, através de modelos de maturidade [1].

DESENVOLVIMENTO:

O CMMI é um modelo desenvolvido pelo SEI (Software Engineering Institute - Instituto de Engenharia de Software), o qual apresenta como proposta, o fornecimento de um guia para o desenvolvimento de processos em empresas de quaisquer estruturas, abordando todas as atividades que serão implementadas no projeto, desde a sua concepção até a sua entrega ao cliente. [2]. Basicamente é dividido em duas representações, as quais norteiam as organizações sobre melhoria e avaliação dos processos, que são a Representação Contínua (caracterizada por possibilitar que a organização escolha qual área ou grupo de processos deseja melhorar.) e Representação por Estágios (aquela que faz uso de conjuntos predefinidos de processos, os quais utilizam níveis de maturidade para diferentes comportamentos organizacionais). Por meio dos níveis de maturidade, a empresa pode prever o que precisa ser melhorado e aperfeiçoado. O CMMI está dividido em 5 níveis de maturidade (Inicial, Gerenciado, Definido, Gerenciado Quantitativo e Otimizado). A organização que consegue atingir o nível cinco de maturidade apresenta-se como uma empresa diferenciada no mercado, possuindo reconhecimento internacional de maturidade e melhoria continuada de seus processos e também de sua qualidade de entrega de produtos e serviços. [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através do CMMI as empresas podem aprimorar suas técnicas de construção de produtos e serviços, reduzindo assim a probabilidade de insucesso. Suas vantagens consistem em promover uma melhor execução das tarefas e distribuição de atividades, melhor organização da equipe no controle dos projetos, melhor relacionamento entre os membros da equipe e uma melhor qualidade no produto final. As empresas que aderem ao CMMI, além de se diferenciarem internacionalmente no mercado, estão sempre em busca de uma maior qualidade de seus produtos.

REFERÊNCIAS:

- [1] DEVMEDIA. CMMI (Capability Maturity Model Integration). Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/cmmi-capability-maturity-model-integration/3530>>. Acesso em: 18 de abr. 2015. [2] MACEDO, D. A importância da documentação funcional na Metodologia Ágil (2014) - Mapa Mental de CMMI – Níveis e Processos. Disponível em: <<http://www.diegomacedo.com.br/tag/cmmi?print=pdf-page>>. Acesso em: 18 de abr. 2015. [3] CMMI-DEV. CMMI para desenvolvimento – Versão 1.2. Disponível em: <http://www.sei.cmu.edu/library/assets/whitepapers/cmmi-dev_1-2_portuguese.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

NOVAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS

Mateus de Morais **DIAS** (IC - mateusmoraisdias@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras Chaves: tecnologia, educação.

APRESENTAÇÃO:

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) passaram a ser um grande meio de comunicação entre as pessoas e, conseqüentemente, difusora de conhecimentos. O avanço tecnológico tem contribuído cada vez mais para novas descobertas. Este fato inegavelmente faz com que escolas invistam em TIC para uma melhor proposta de ensino e a aprendizagem dos alunos. Com base neste contexto, este trabalho explora as visões de profissionais que estudam o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

DESENVOLVIMENTO:

Apesar de tantas possibilidades, a educação ainda se encontra em uma fase de transição complicada. A implantação dessa nova tecnologia é utilizada para desempenhar novos processos e diminuir os custos nas escolas. Novos laboratórios estão sendo implantados, todos conectados à internet, com cursos, aplicativos de pesquisa e comunicação [1]. Isso implica na necessidade de o professor estar completamente atualizado para se comunicar melhor com o aluno, além de uma maior facilidade para melhorar cada vez mais o aprendizado e uma maior qualidade no serviço do próprio Docente. Esse fato inovador, que está prestes a gerar mudanças na educação, poderá aproximar o aluno do professor, gerando uma maior interação entre ambos. Alunos de séries diferentes vão se comunicando entre si, criando um novo ambiente. Em vez de provas, jogos são utilizados para a construção de novos conhecimentos, e assim leva o aluno ao interesse de aprender [2]. Apesar de essa inovação melhorar totalmente o fluxo de ensino nas escolas, algumas pessoas (professores e alunos) ainda não se adaptaram a esse novo mundo, pois elas dizem que ainda não estão preparadas para essa grande mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Utilizando-se da melhor maneira possível essa grande inovação tecnológica para a capacitação e aprendizagem dos alunos, espera-se que as escolas consigam alcançar novos objetivos para melhorar a qualidade de seu ensino.

REFERÊNCIAS:

[1] REDE GLOBO. Educação. Novas tecnologias já estão mudando radicalmente o ambiente escolar. Disponível em <<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2013/06/novas-tecnologias-ja-estao-mudando-radicalmente-o-ambiente-escolar.html>>. Acesso em: 20 Abr. 2015. [2] PORTAL G1. Fantástico. Escolas públicas apostam na tecnologia dentro das salas de aula. Disponível em <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/03/escolas-publicas-apostam-na-tecnologia-dentro-das-salas-de-aula.html>>. Acesso em: 19 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

PUBLICIDADE NA WEB E O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

Marcelo de Castro PEREIRA (IC – marcelocastro182@hotmail.com)¹, Chaieny Correia ROZA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: publicidade, redes sociais, web.

APRESENTAÇÃO:

Com o advento da Internet e cada vez mais pessoas on-line, tem se percebido um aumento na publicidade nas mídias sociais, rompendo a barreira física e trazendo consigo novas oportunidades de apreciar produtos, de maneira mais ágil e interativa. Comparado a outras mídias publicitárias, a Internet é o veículo com o maior crescimento no bolo publicitário na última década, com 15,5% de participação em tudo que foi gasto em publicidade em 2012. [1] A democratização do acesso, a comunicação publicitária e o comportamento dos consumidores evoluíram de tal maneira que o Marketing Digital está ocupando cada vez mais espaço e importância no Mix de Marketing. O uso das ferramentas de mídias sociais, por empresas e clientes, está a cada dia estreitando o relacionamento e melhorando a comunicação entre os dois lados. [2] Este trabalho pretende analisar como a publicidade vem influenciando a vida das pessoas na web.

DESENVOLVIMENTO:

As mídias sociais têm sido cruciais para as empresas em todo seu processo de divulgação de marcas e produtos. São ferramentas importantes para todas as áreas de atuação, e empresas que tenham interesse em veicular seu trabalho na web, buscam esse espaço também. A prova de todo esse processo são as grandes mídias existentes no [Facebook](#), [Twitter](#), entre outros. [3] Tais redes sociais passaram a influenciar os internautas, em sua maneira como descobrem, leem sobre, e como compram seus produtos, de modo que todos passassem a ser também formadores de opinião, através de relatos, elogios e reclamações. 68% dos brasileiros, usuários da Internet, admitem que anúncios on-line influenciem suas decisões de compra, enquanto 57% dizem que são motivados a comprar produtos promovidos através de anúncios na Internet e 56% dizem que usam as mídias sociais para comprar produtos [1], revela uma pesquisa da US Media Consulting.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A confiança no Brasil, como grande potência do mercado de publicidade on-line está em alta – e não poderia ser diferente. A propaganda na Internet cresceu mais do que em todos os outros meios nos últimos anos, afetando o trabalho de todos os profissionais que trabalham na área. Segundo a [IAB Brasil](#), somente os grandes anunciantes brasileiros movimentaram 4,57 bilhões de reais em 2012 em publicidade on-line. 77% dos brasileiros que possuem contas no Facebook interagem com as fanpages das marcas que consomem, e 58% usam o Twitter para escrever sobre suas empresas favoritas. [1] Isso mostra que a Internet tornou o

consumidor mais livre, dinâmico, autônomo e exigente, com a possibilidade de assumir posturas em relação às marcas e produtos, cada vez mais acessíveis. A propaganda na web cresceu muito nos últimos anos, e hoje já não é mais possível a consolidação de uma marca no mercado sem a sua presença online, que é um meio próspero de interação e divulgação.

REFERÊNCIAS:

[1]: COSTA, T. - Raio-X da publicidade nas redes sociais. Disponível em: <<http://ideas.scup.com/pt/radar-academico/raio-x-da-publicidade-das-redes-sociais/>>. Acesso em: 26 de Abr. 2015. [2]: MÍDIA BOOM. Marketing Digital está ocupando cada vez mais espaço e importância no Mix de Marketing. Disponível em: <<http://www.imagineuseusite.com.br/blog/349-marketing-digital-esta-ocupando-cada-vez-mais-espaco-e-importancia-no-mix-de-marketing.html>>. Acesso em: 26 de Abr. 2015. [3]: INTERUP – MARKETING DIGITAL - Publicidade nas redes Sociais. Disponível em: <<http://www.aparecernogoogle.com/publicidade-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 26 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

REDES SEM FIO UTILIZANDO INFRAESTRUTURA ELÉTRICA RESIDENCIAL

Antenor Campos Puchetti JÚNIOR (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado RAIMUNDO (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras Chaves: Redes sem fio; IEEE 802.11; PLC

INTRODUÇÃO:

O acesso à Internet, através de redes elétricas, conhecido como PLC (Power Line Communication – Comunicação por Linhas de Força) ultimamente vem recebendo muita atenção. As concessionárias de energia, os provedores de conteúdo, passando por fabricantes de tecnologia até os provedores de acesso já realizam testes com esta tecnologia. Este grande interesse se dá por utilizar algo que já está pronto, e é de acesso a grande parte da população, ou seja, a energia elétrica, e toda sua estrutura envolvida, além da capacidade de oferecer Internet de alta velocidade a um baixo custo. “Nos últimos anos a solução sem novos fios recebeu uma atenção especial. A ideia básica é usar fios de uma estrutura já existente”. [1] A principal vantagem da infraestrutura elétrica é a existência de tomadas espalhadas por toda a casa, permitindo o acesso à rede de todos os cômodos e potencialmente por todos os aparelhos. [2].

DESENVOLVIMENTO:

A corrente DC (Direct Current -Corrente Direta ou como é mais conhecida, Corrente Contínua) está disponível na grande maioria das tomadas elétricas residenciais, independente da voltagem, seja ela 110V ou 220V. O padrão 802.11 é o padrão mais utilizado nas redes Wi-Fi domésticas, principalmente pelos equipamentos residenciais, que possuem um custo relativamente mais baixo. “O padrão IEEE 802.11, como todos os protocolos da família 802.x, específica as camadas físicas e de controle de acesso ao meio (MAC – Media Access Control). Esse padrão continua em desenvolvimento através de vários grupos de trabalho que tem como objetivo prover melhorias no desempenho e novas aplicações.” [3] Analisando dados já coletados por acadêmicos, foi constatado que a velocidade máxima aceitável para o uso é de 14Mbps em uma estrutura de energia elétrica DC. “O DC diminui o número de colisões em até 38% quando é utilizada uma taxa de transmissão de 14 Mbps. Constatou-se que o DC é mais eficaz para taxas elevadas” [3]. A grande vantagem da utilização do PLC é o meio de transporte dos dados, ou seja, a energia elétrica. Os equipamentos que serão utilizados nessa tecnologia também estão em fase de desenvolvimento e/ou ajustes, para que se possa fazer um melhor uso da Internet, e dessa forma implementar, de fato, o conceito de inclusão digital, visto que de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) 97,8% dos lares no Brasil possuem energia elétrica. [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As redes elétricas tem sido observadas e são alvo de todos os envolvidos nos setores das telecomunicações, devido a sua usabilidade, e reuso de estrutura, além de

estar bastante difundida entre a população, porém ainda esbarra em alguns quesitos, como a falta de padrão em instalações elétricas e a banda passante, quando comparada a estruturas em RJ45 e fibra ótica, o que poderá ser um impedimento para o investimento nesta tecnologia a longo prazo, contudo oferece simetria de banda, algo que não é possível em redes ADSL.

REFERÊNCIAS:

[1] CAMPISTA, M. E. M. [et al] - Uma Análise de Capacidade de Transmissão na rede de Energia Elétrica Domiciliar- XXI Simpósio Brasileiro de Telecomunicações – SBT’04 – 06-09 Setembro de 2004, Belém/PA. Disponível em: <<http://www.gta.ufrj.br/ftp/gta/TechReports/CVCD04.pdf>> - Acesso em: 10 Jun. 2015. [2] GARDNER, S.; MARKWALTER, B.; YONGE, L. - Homeplug standard brings networking to the home. Disponível em: <<http://www.commsdesign.com/main/2000/12/0012feat5.htm>> - Acesso em: 09 de Jun. 2015. [3] RUBINSTEIN, M. G.; REZENDE, J. F. de - Qualidade de Serviço em Redes 802.11. Disponível em: <<http://gta.ufrj.br/ftp/gta/TechReports/RuRe02.pdf>> - Acesso em: 08 de Jun. 2015. [4] - PORTALBRASIL. Energia elétrica chega a 97,8% dos domicílios brasileiros, mostra censo demográfico – Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/11/energia-eletrica-chega-a-97-8-dos-domicilios-brasileiros-mostra-censo-demografico>> - Acesso em: 10 Jun. 2015

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

RFID - TECNOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA –

Lucas Dionísio **ROCHA**(IC- lucasdionisiorocha1990@hotmail.com)¹, Maria Vanderléa de **QUEIROZ** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: RFID, tecnologia, etiqueta inteligente.

APRESENTAÇÃO:

RFID (Radio Frequency Identification, em português, Identificação por Rádio Frequência), consiste em uma tecnologia automática de identificação, rastreamento e gerenciamento de produtos e documentos, que utiliza sinais de rádio, que recuperam e armazenam dados remotamente em Etiquetas RFID. Este trabalho aborda aspectos relacionados à tecnologia, demonstrando algumas das suas vantagens no meio empresarial [1].

DESENVOLVIMENTO:

Na Segunda Grande Guerra Mundial, Alemanha, Japão, E.U.A. e Inglaterra, utilizaram radares, que identificavam com antecedência, a chegada de aviões. Em plena, guerra, a dificuldade estava em saber se esses aviões eram aliados ou inimigos. Diante dessa problemática, o físico escocês Sir Robert Alexander Watson-Watt aliado com o exército britânico, criaram sistemas para fazer o reconhecimento desses aviões. Isso foi possível, graças a transmissores que eram acoplados nas naves inglesas, que refletiam sinais de radares diferentes dos demais aviões. Por intermédio desse sistema, os ingleses, puderam identificar com antecedência as naves inimigas, facilitando assim seus ataques. Esse sistema foi considerado, a primeira tecnologia RFID [2]. Não se pode negar que o mercado global, está cada vez mais competitivo, e para as empresas sobreviverem a esse cenário, precisam se diferenciar, através de preços mais acessíveis e tecnologias para uma melhor gestão empresarial. Muito utilizado no comércio, a leitura ótica faz a coleta de dados, através de códigos de barras, que são impressos em embalagens, etiquetas e boletos bancários. Comparado ao processo manual, esse sistema é, sem dúvida, mais eficiente [3]. Entretanto, sistemas RFID, apresentam um rápido crescimento no mercado industrial. Essa tecnologia utiliza basicamente três componentes: transponder, leitor conectado a uma antena e um sistema de gerenciamento de armazenagem (WMS - Warehouse Management System, ou Sistema de Gerenciamento de Armazém) ou ERP (Enterprise Resource Planning - Planejamento dos Recursos Empresariais). A principal diferença entre código de barras e o RFID, é que este último permite a identificação de produtos, mesmo sem um campo visual. Através de chips instalados em etiquetas RFID e uma antena integrada, é possível fazer a leitura de vários produtos ao mesmo tempo, facilitando assim seu rastreamento [2]. Etiquetas RFID podem ser ativas ou passivas, e podem ser alteradas quando necessário. “Etiquetas ativas, possuem uma bateria interna, que possibilita a leitura de produtos, com uma distância de até 10 metros do scanner. Já as passivas, são energizadas através de um campo magnético, irradiado pelos leitores, sendo mais utilizadas pelo seu menor custo benefício” [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A tecnologia RFID oferece uma série de vantagens. Através de sinais de rádio e das etiquetas com chip, as empresas podem realizar um rastreamento de seus produtos, melhorar a utilização de seus espaços de armazenagem, redução de mão de obra, e, principalmente, os custos, além do aumento da exatidão dos dados e gerenciamento de estoque.

REFERÊNCIAS:

[1]: SOARES, R. S.; [et. al]. O impacto da tecnologia de etiqueta inteligente (RFID) na performance de cadeias de suprimentos – um estudo no Brasil (2008). Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/viewFile/820/344>>. Acesso em: 27 de Abr. 2015. [2]: PUC-RIO. Contextualização da tecnologia RFID (2014). Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1222013_2014_cap_3.pdf>. Acesso em: 27 de Abr. 2015. [3]: GOUVEIA, C. A. R. A utilização dos códigos de barras ao longo da cadeia de abastecimento: Estudo de Caso da Empresa Luís Simões - (2014). Disponível em: <<https://aquila2.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=530092&method=getFile>> - Acesso em: 27 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

SEGURANÇA COM CRIPTOGRAFIA: USO DE CHAVES SIMÉTRICAS E ASSIMÉTRICAS NAS TRANSAÇÕES PELA WEB

Franklin Sanches NOGUEIRA (IC-franklinsanches@ymail.com)¹, Thiago ANDRADE (IC)¹, Chaieny Correia ROZA(IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ)²

1.Curso de Sistemas de Informação; 2.Professor;
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Criptografia, Chaves, Algoritmo

APRESENTAÇÃO:

A ideia de proteger o envio e o recebimento de informações é antiga, alguns historiadores afirmam que surgiu a centenas de anos [2]. Com o crescimento da internet, esse conceito ganhou uma dimensão ainda maior, pois mensagens, documentos e todo o tipo de informação passaram a ser trocadas de maneira muito mais rápida, e em um volume cada vez maior. No que diz respeito a computação as técnicas mais utilizadas são as Chaves Criptográficas. Este trabalho visa apresentar o conceito de criptografia e as respectivas chaves simétricas e assimétricas, utilizadas para essa finalidade.

DESENVOLVIMENTO:

A palavra Criptografia vem do grego Kryptos que quer dizer “oculto, escondido” e Graphé “escrita” [1], portanto, uma das traduções para a palavra Criptografia é escrever de maneira oculta, e esta ação pode ser realizada de várias maneiras, dependendo do meio com o qual a informação está sendo gerada. A arte de criptografar vem evoluindo com o passar dos anos [2], mas a ideia principal é: O emissor escreve uma mensagem de maneira codificada que somente um receptor que detenha os padrões necessários para interpretá-la possa lê-la, para qualquer outro será apenas um punhado de caracteres sem sentido. Na informática, as primeiras criptografias eram realizadas por algoritmos que faziam basicamente isto, embaralhar a informação e só quem tivesse o mesmo algoritmo poderia desembaralhar e ler a mensagem [2]. O problema desta técnica consistia em que se um terceiro tivesse o mesmo algoritmo poderia ter acesso à esta informação, deste modo, para cada mensagem o emissor deveria criar um algoritmo diferente para se garantir a confidencialidade da informação. Atualmente, há técnicas mais sofisticadas que possibilitam garantir a integridade das informações trocadas. São o conceito das Chaves Criptográficas, onde para cada mensagem o programa cria um algoritmo único que somente o receptor que tiver o mesmo código poderá interpretá-lo. Há dois tipos de Chaves Criptográficas, Chaves Simétricas e Chaves Assimétricas [2]. Nas Chaves Simétricas a mesma Chave criada para efetuar a codificação é utilizada para efetuar a decodificação, por isto é necessária uma quantidade muito grande de chaves para diferentes destinatários e como é utilizado apenas uma chave que também é enviada ao destinatário, corre-se o risco de que a mesma possa ser interceptada por um terceiro. Chave Assimétrica ou Chave Pública, consiste na utilização de duas chaves, uma privada que pertence unicamente ao emissor que gera a informação e no ato da criptografia é gerada uma chave pública que é enviada ao destinatário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para que exista a criptografia deve-se respeitar 4 princípios básicos, Confidencialidade, integridade da informação, autenticação e não reputabilidade (ou seja, o remetente não pode negar o envio da informação) [2], apesar de todos os esforços e técnicas, mesmo a criptografia não é totalmente segura, pois toda segurança pode ser violada, por isso ela está e sempre estará em constante evolução.

BIBLIOGRAFIA:

[1] – STALLINGS, W. Criptografia e segurança de Redes. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2008. [2] ALECRIM, E. Criptografia. Disponível em: <<http://www.infowester.com/criptografia.php>> Acesso em: 15 Abr. 2015. [3] – GOODRICH, M.T.; TAMASSIA, R. Introdução a Segurança de Computadores. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Marcelo de Castro PEREIRA (IC- marcelocastro182@hotmail.com)¹, Chaieny Correia ROZA (IC)¹, Débora Cristina de PAIVA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Segurança da informação; Gestão de Segurança da Informação

APRESENTAÇÃO:

Aplicar de forma correta a Gestão de Segurança da Informação (GSI) torna-se necessário a fim de reduzir a probabilidade da ocorrência de incidentes que podem gerar, por exemplo, furto ou perda de dados, que constituem um diferencial competitivo, garantindo a preservação desse ativo tão importante para a organização que é a informação. Através de pesquisas bibliográficas e obras literárias relacionadas ao tema principal, pretende-se com este estudo, descrever e apresentar conceitos reconhecidos sobre GSI nas organizações, analisando falhas por parte não só da organização, mas também pela ação humana e, posteriormente, determinar ações apropriadas para o gerenciamento dos riscos à segurança da Informação.

DESENVOLVIMENTO:

“A Segurança da Informação pode ser definida por uma área do conhecimento que se dedica à proteção de informações que são mantidas em componentes de Tecnologia da Informação (TI) contra possíveis ameaças como acessos não autorizados, alterações indevidas, ou a sua indisponibilidade”[1]. A informação assim, como projetos, sistemas, entre outras atividades/produtos/serviços possui o seu ciclo. Este ciclo é denominado como Ciclo de Vida da Informação, e possui os seguintes aspectos: “Manuseio – momento em que a informação é criada e então começa a ser manipulada, Armazenamento - como ou onde armazenar as informações. Transporte - tipo de transporte possível para uma informação e Descarte – procedimentos adotados para o descarte e exclusão de qualquer informação” [2]. A implementação da segurança engloba algumas atividades, sendo estas necessárias para que sejam colocadas em prática tudo aquilo que foi planejado de modo que os requisitos de segurança sejam alcançados. Entre estes requisitos, alguns merecem destaques, como por exemplo: “divulgar dentro de toda a organização, as políticas de segurança, para que elas se tornem oficiais e do conhecimento de todos; capacitar os usuários na parte em que tange o manuseio, armazenamento, transporte e descarte da informação; efetivar mecanismos de controle físicos, tecnológicos e humanos, com o intuito de que o nível de risco consiga alcançar um patamar almejado de operação” [3]. Há ainda uma exigência de um plano de contingência, ou seja, ações que devem ser realizadas, em resposta aos possíveis incidentes, para que sejam combatidos com ações bem definidas. Entre essas ações merecem destaques: “identificação e entendimento do problema; conter ou interromper o dano; confirmar o diagnóstico e determinar o tamanho do dano; restaurar o sistema; atacar a causa do problema e realizar ações de recuperação

associadas. Desta forma a administração de incidentes pode servir de subsídio para uma análise crítica da política de segurança servindo assim para que possa se aprender com os incidentes ocorridos. [1]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para que a Segurança da Informação seja de fato garantida exige na realidade muito mais do que somente instalar a ferramenta tecnológica que seja a mais atualizada do mercado. Todos os princípios e práticas apresentadas neste trabalho embasam de forma clara as características de uma organização, sua estrutura, seus objetivos, estratégias e a natureza dos patrimônios de informação, desta forma é possível que se possa definir critérios adequados para que se possa avaliar os riscos e selecionar de forma adequada como avaliar os riscos e escolher as melhores alternativas entre as medidas de proteção aplicando-as e reduzindo-as.

REFERÊNCIAS:

[1]: BEAL, A. Segurança da Informação: principais práticas para a proteção dos ativos de informação nas organizações. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. [2]: FONTES, E. Políticas e Normas para segurança da informação. Rio de Janeiro: Brasport, 2012. [3]: SÊMOLA, M. Gestão da Segurança da Informação: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE FRAUDES NO E-COMMERCE

Franklin Sanches **NOGUEIRA** (IC-franklinsanches@ymail.com)¹, Thiago **ANDRADE**(IC)¹, Chaieny Correia **ROZA**(IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor;
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: E-Commerce, Fraudes, Segurança

APRESENTAÇÃO:

Todo processo que envolve compra e venda de bens e serviços está sujeito a fraudes, e no comércio eletrônico não poderia ser diferente, antes de se efetuar qualquer tipo de transação via web, o usuário deve ficar atento para que ele não seja mais uma vítima. Este trabalho visa, descrever o aumento desta modalidade, assim como algumas medidas que podem ser adotadas para sua prevenção.

DESENVOLVIMENTO:

Existem várias vantagens de se efetuar uma compra on-line, como não precisar enfrentar trânsito para se deslocar até uma loja física, além do estacionamento, que em algumas lojas são cobrados, descontos que somente as lojas virtuais podem oferecer, uma vez que estas não tem as mesmas despesas e encargos que uma loja física, entrega em todo o país seja por transportadoras ou pelos correios, dentre outras. Diante de tantas vantagens, o e-commerce vem ganhando força a cada ano. Segundo informações da consultoria Conversion, somente no ano de 2014, as vendas do e-commerce no Brasil alcançaram R\$ 43 bilhões, o que corresponde a um aumento de 26% em relação ao ano anterior [1]. Outro dado interessante, revelou as cinco categorias de mercado que mais geraram negócios no e-commerce, sendo elas: turismo com 15%, venda de eletrodomesticos 14%, produtos de informática 11%, cosméticos, perfumaria e bem estar com 10% e eletrônicos também com 10% [1]. As fraudes no e-commerce causam prejuízos milionários, segundo pesquisa realizada pelo Registro de Direções de internet na América Latina e no Caribe (Lacnic), no ano de 2013 as fraudes na américa latina quadruplicaram, causando um prejuízo de US\$ 430 Milhões, e dentre os países da américa latina o Brasil foi o mais afetado [2]. Existem várias medidas que podem ser adotadas para não se tornar uma vítima de uma fraude em compras on-line, como: Verifique se a loja virtual informa seu CNPJ, endereço e telefone. Desconfie de preços muito abaixo do mercado. Pesquise sobre a reputação da loja em sites como www.reclameaqui.com.br. Verifique se a página da loja no navegador exibe um cadeado ou algum selo de segurança demonstrando que ela usa um certificado digital SSL (Secure Socket Layer). Mantenha seu computador com um antivírus atualizado. Evite clicar em Links e e-mails que podem lhe redirecionar para arquivos maliciosos [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esta é uma modalidade que veio para ficar, e a cada ano as compras on-line aumentam e para que não nos tornemos vítimas de fraudes devemos estar sempre

atentos e atualizados para que possamos saber nos prevenir.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] CARNETI, K. Comércio eletrônico fatura R\$ 43 bi e registra crescimento de 26% nas vendas em 2014, 2015. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/2015/01/comercio-eletronico-fatura-r-43-bi-e-registra-crescimento-de-26-nas-vendas-em-2014.shtml>> Acesso em: 10 Mai. 2015. [2] – Fraudes no comércio eletrônico quadruplicam na América Latina. Disponível em: <<http://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/fraudes-comercio-eletronico-quadruplicam-na-america-latina/>> Acesso em: 10 Mai. 2015. [3] – ALECRIM, E. 20 dicas para você fazer compras pela internet com segurança, 2010. Disponível em: <<http://www.infowester.com/dicascomprasonline.php>> Acesso em: 16 Mai. 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

SISTEMAS EMBARCADOS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES

Darlei da Silva **BANDEIRA** (IC - darlei.sb@ig.com.br)¹; Samuel de Almeida Guimarães **FRITZ** (IC)¹; Daniel de Paula **FERNANDES** (IC)¹; Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: motor a combustão, injeção de combustível, sistemas embarcados.

APRESENTAÇÃO:

Computadores estão difundidos em diferentes aplicações e recursos, embora às vezes não se apresentem como tais, mas são usados na maioria dos aparelhos, como telefones celulares, veículos, aviões, cartões de crédito, dentre outros. Muitos destes aparelhos utilizam sistemas embarcados capazes de gerenciar suas ações, como os veículos. Sistemas embarcados nos veículos têm a função de controlar, a partir de um computador, o funcionamento de vários mecanismos. Este trabalho tem como objetivo principal apresentar a introdução dos sistemas embarcados em veículos visando à diminuição da emissão de gases poluentes.

DESENVOLVIMENTO.

Ao se observar um veículo muitas vezes se passa despercebido, mas ele contém vários sistemas embarcados controlando todo seu funcionamento, inclusive a queima do combustível, que a partir do gerenciamento eletrônico passou a ser mais eficiente e menos poluente[1]. Nas últimas décadas, com o aumento da frota de veículos, gerou-se um problema grave de poluição ambiental, surgindo aí os programas de controle de emissões de gases. Entre alguns desses programas pode-se destacar o PRONAR (Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar), que estabelece limites nacionais para emissões de poluentes buscando o desenvolvimento sustentável. Os motores de combustão interna passaram por várias modificações ao longo dos anos, porém não se teve grandes mudanças em sua forma de funcionamento, que causa grande emissão de gases nocivos com grande impacto como: monóxido de carbono (Co), os hidrocarbonetos (Hc), óxidos de nitrogênio (Nox) e óxidos de enxofre, entre outros.[3]. Com a criação de programas que limitam as emissões de gases, os fabricantes de motores tiveram de buscar alternativas para redução dessas emissões, surgindo assim o gerenciamento eletrônico nos veículos, que são sistemas embarcados que possibilitam um melhor rendimento e menos emissões de gases poluentes[2]. Mudanças significativas foram realizadas, onde equipamentos mecânicos foram substituídos por equipamentos eletrônicos, gerenciados por um computador ou módulo chamado de ECM (ElectronicControl Module), que necessitam de uma programação especial, que dê resposta em tempo real, ou seja, ao receber uma entrada ele responde rapidamente[4]. A ECM recebe os dados através dos sensores que fazem a leitura das condições do motor como, pressão atmosférica, temperatura do líquido de arrefecimento, temperatura do ar admitido, número de rotações por minuto do motor e tempo de explosão, ativa os atuadores, que geralmente são bomba de alta pressão,

turbo compressor, entre outros, formando assim o sistema de injeção de combustível. Somente com um sistema deste nível é possível atingir as metas de emissões estabelecidas na legislação vigente[4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os sistemas embarcados em veículos automotores trazem melhor rendimento e, com isso, menor gasto de energia. O maior desafio é criar sistemas que sejam viáveis economicamente e seguros em sua utilização e para isto deve-se aumentar o investimento na formação de novos pesquisadores, implementação de políticas que facilitem a criação de empresas nacionais operando nestas áreas, proteção das tecnologias descobertas no Brasil, entre outras.

REFERÊNCIAS:

- [1]:STROUSTRUP, B.Princípios e práticas de programação com C++.Porto Alegre: Bookman, 2012.[2]:Conjunto didático para o estudo do Sistema de Admissão de Arem Motores a Combustão INTERNA.Disponível em:<<http://www3.fsa.br/localuser/cobenge2011/sessoeste/c/art1901.pdf>> - Acesso em: 5 de Out. 2014.[3]:Engenharia de Requisitos para Sistemas Embarcados. Disponível em:<http://www.cin.ufpe.br/~in100/arquivos/monografias/2008/Monografia_sms.pdf>-Acesso em: 02 de Nov. 2014.[4]:Desenvolvimento de Central Eletrônica Automotiva. Disponível em:<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_tn_sto_135_855_17661.pdf> - Acesso em: 02 de Nov. 2014.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

TECNOLOGIA 4G: DIFICULDADES ENCONTRADAS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO

Bruno Estevam **PEREIRA** (IC – brunoestevamp@gmail.com)¹, Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES** (IC)², Jose Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS**(IC)², Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)².

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Telefonia móvel; 4G; Internet móvel

APRESENTAÇÃO:

A quarta geração da tecnologia móvel (4G), possui como propósito melhorar a rede móvel mundial, através de serviços integrados e baseados em IP (Internet Protocol – Protocolo de Internet). A tecnologia 4G irá proporcionar a entrega de serviços de voz, conteúdos multimídias e vídeos, para usuários a qualquer hora e em qualquer lugar (anytime, anywhere). Esse trabalho irá apresentar e conceituar a tecnologia 4G, identificando as principais dificuldades em sua implementação e também os benefícios para os dispositivos móveis [1].

DESENVOLVIMENTO:

A tecnologia 4G surge como sucessora da terceira geração (3G) de telefonia móvel e no Brasil o modelo adotado para seu funcionamento se baseia na tecnologia LTE (Long Term Evolution) a qual utiliza uma transmissão de dados que prioriza o acesso a Internet, além de oferecer melhor simplicidade e desempenho. O fato de priorizar as conexões de tráfego de dados faz com que a 4G propicie uma conexão mais rápida, estável e eficiente aos dispositivos móveis. [2]



Fig. 01 – Comparação entre a 3ª e 4ª geração. Fonte: Ikeda, 2015.

Apesar da 4G apresentar benefícios como ser integrada e baseada em IP, o que possibilita uma entrega de voz, vídeo e serviços multimídias para os usuários, permitindo até videoconferência, sua adoção no Brasil apresenta certas dificuldades/barreiras. Em outros países, a tecnologia 4G utiliza uma faixa de 700 MHz, a qual é considerada a melhor frequência para internet móvel, porém no Brasil, essa faixa já está destinada a TV Analógica. Problemas como alcance da rede em todas as regiões do país, pode ser considerado como outro obstáculo da implementação desta tecnologia. Além disso, smartphones importados poderão não funcionar com o 4G, visto que as faixas destinadas a essa tecnologia são diferentes em alguns países. [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A tecnologia 4G pretende revolucionar o mercado de dispositivos móveis, em um cenário onde praticamente todos os cidadãos usam a Internet. Entretanto, ela enfrenta diversos problemas que devem ser solucionados

para que os usuários possam ter acesso a qualquer hora e em qualquer lugar. A maior dificuldade no Brasil está na faixa de frequência 2,5 GHz, a qual faz com que a abrangência de cobertura seja menor. Além disso, será necessário um maior investimento por parte do governo e também das operadoras de telefonia móvel para que a cobertura se faça presente em todas as localidades do Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GAZETA DO POVO. Tecnologia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/rapido-4g-da-vivo-ainda-sofre-com-sombras-bzou5ga2i042j1x86827kxdn2>> Acesso em: 18 de maio 2015. [2] IKEDA, A. Sinal do 4G no Brasil enfrenta obstáculos “naturais”. Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/29/sinal-do-4g-no-brasil-enfrenta-obstaculos-naturais-entenda.htm>>. Acesso em: 18 de Maio 2015. [3] CULTURA DIGITAL. As dificuldades do 4G no Brasil. Disponível em: <<http://culturadigital.br/sistemasetecnologia/as-dificuldades-do-4g-no-brasil/>>. Acesso em: 18 de Maio 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

USABILIDADE DAS MAIORES OPERADORAS DE CELULAR: UM COMPARATIVO ENTRE WEB E DISPOSITIVO MÓVEL

Lucas Dionísio **ROCHA** (IC-lucasdionisiorocha1990@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: sistemas operacionais, usabilidade, websites.

INTRODUÇÃO:

Com o advento da Internet e o crescimento exponencial do número de usuários, algumas empresas, vem ampliando seus serviços, principalmente através das criações de websites. Engatado a um comércio cada vez mais concorrido, as empresas precisam adequar seus serviços, via internet, deixando-os usuais [1]. A usabilidade é um processo que avalia a qualidade de negócios, referindo-se a facilidade com que os usuários utilizam algum serviço. O objetivo desse trabalho é avaliar a usabilidade dos websites das principais operadoras de celular (Claro, Oi, Tim e Vivo) nos principais sistemas operacionais (Windows 7, Windows 8, Android e Iphone) [2].

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi desenvolvido um questionário para avaliar a usabilidade das principais operadoras de celulares e sua comparação entre sistemas operacionais para computadores e dispositivos móveis, com perguntas relacionadas a acessibilidade, funcionalidade, acerca designs do site, entre outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após a análise dos websites, verificou-se que as operadoras Claro e Oi atenderam a praticamente todos os requisitos, deixando a desejar somente por algumas quedas de sinal. No sistema operacional, Windows 7, a operadora VIVO apresentou problemas no navegador Google Chrome, onde o usuário não consegue fazer login no campo Meu VIVO. Além disso, nas plataformas móveis, torna-se obrigatório o download de um aplicativo para acessar os dados da conta pessoal. Ainda, no Iphone o design não foi adequado, pois além, das informações da operadora VIVO, aparecem informações referentes ao Portal Terra, contribuindo para a poluição visual do website. Irrefutável dizer que, como as operadoras são voltadas para a oferta de produtos e serviços a dispositivos móveis, a Tim deixou muito a desejar, por não possuir uma plataforma exclusiva para smartphones, dificultando o acesso, entendimento e a satisfação de seus usuários.

CONCLUSÃO:

As operadoras de telefonia móvel atingem um grande e variado número de usuários. É notório dizer que satisfazer as necessidades desses usuários não é uma tarefa fácil, mas através da Interação Humano Computador (IHC), pode-se melhorar a qualidade no desenvolvimento de websites, priorizando uma maior facilidade de comunicação entre usuário e sistema. Como observado, as operadoras necessitam modificar seus sistemas, para que esses possam ser acessíveis, independentemente do sistema operacional e dispositivo

utilizado. De acordo com a pesquisa, as operadoras Claro e Oi, são mais adequadas, em contrapartida, a Tim apresentou problemas que dificultam sua acessibilidade móvel. A seguir é apresentado um quando comparativo entre as operadoras e alguns quesitos avaliados.

Perguntas	Sistema Operacional x Operadora de Telefone															
	Windows 7				Windows 8				Android				Iphone			
	Claro	Oi	Tim	Vivo	Claro	Oi	Tim	Vivo	Claro	Oi	Tim	Vivo	Claro	Oi	Tim	Vivo
Acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Funcionalidade	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Simplicidade e																
Naturalidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Intuitividade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Design																
Adequado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Figura 01 – Comparação entre as operadoras – Fonte: Autor

REFERÊNCIAS:

[1]: COELHO, C. O. G. Avaliação de Websites segundo as heurísticas de Nielsen. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/16127/1/ulfpie046931_tm.pdf>. Acesso em 25 de Abr. 2015. [2]: BUSE, R. Sistema de Apoio a Avaliações Heurísticas de Interfaces Web (2008). Disponível em: <dsc.inf.furb.br/arquivos/tccs/monografias/TCC2008-1-12-VF-RafaelBuse.pdf> - Acesso em: 26 de Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

USO DE ENLACES MICRO-ONDAS EM PROVEDORES DE ACESSO A INTERNET

Antenor Campos Puchetti **JÚNIOR** (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado **RAIMUNDO** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras Chaves: ISP, Enlaces, Banda Larga.

INTRODUÇÃO:

A crescente demanda no transporte de dados, faz com que os provedores de acesso tenham que melhorar suas estruturas operacionais, uma vez que os conteúdos se tornam cada vez mais ricos em detalhes e conseqüentemente em tamanho, este intenso trânsito incessante de dados e informações, conhecido como internet, exige cada vez mais das empresas dispostas a prover acesso a grande rede mundial de computadores, fazendo com que elas melhorem e estejam sempre em busca das melhores tecnologias para que seu público alvo esteja bem servido. "As redes banda larga tem como finalidade sanar a necessidade de grande transporte de dados em curto espaço de tempo, é o padrão transporte de dados mais presente nas redes de telecomunicações" [1].

DESENVOLVIMENTO:

Os rádios micro-ondas possuem um desempenho muito superior aos já conhecidos 802.11, uma vez que tem capacidade de transporte muito maior e são feitos para uso outdoor, são capazes de transferir grandes quantidades de dados em alta velocidade, muito raramente causando latência superior a 15ms em full throughput (Banda Total Passante). Os enlaces licenciados são a porta de entrada para atingir um alto padrão de qualidade na prestação de serviços, já que exigem mão de obra especializada e toda uma infraestrutura capaz de abrigar equipamentos tão sofisticados. "Os rádios micro-ondas possuem sua frequência reservada pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), o órgão responsável por regular o uso destes equipamentos, uma vez que suas frequências são de uso restrito e exigem uma série de trâmites para que as licenças sejam obtidas." [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A preocupação das empresas de telecomunicações, em especial os provedores de acesso e os novos requisitos que a internet tem estabelecido a seus provedores faz com que a qualidade do acesso a internet tenha tido um salto enorme no que diz respeito a velocidade, disponibilidade e latência em relação a alguns anos, fazendo com que as empresas dispostas a investir em inovação tecnológica e dispostas a buscar sempre progressos em suas áreas atuantes venham se destacando e conquistando aumento de Market Share (Participação de mercado).

REFERÊNCIAS:

[1] - BERNAL, Paulo Sérgio Milano, and Claude FALBRIARD. "Redes banda larga." Editora Érica (2002).
[2] MATTOS, Cesar Costa Alves de; MUELLER, Bernardo. Regulando o regulador: a proposta do governo e a

Anatel. Revista de Economia Contemporânea, v. 10 (2006).

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

USO DO FIREWALL MIKROTIK NO AMBIENTE DE TRABALHO PARA MELHOR PERFORMANCE OPERACIONAL

Antenor Campos Puchetti **JÚNIOR** (IC - infonetic.comercial@gmail.com)¹, Arthur Geraldo Machado **RAIMUNDO** (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras Chaves: Firewall, Mikrotik, Segurança corporativa.

INTRODUÇÃO:

Os recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, podem servir de apoio num contexto operacional de uma empresa, afim de fomentar a produtividade dos colaboradores e manter o foco nas atividades realizadas. Este trabalho visa dar uma explanação de quão é importante a implantação de uma ferramenta de restrição de conteúdo, seja ele indevido ou inútil para o ambiente de trabalho, visando assim aumentar a produtividade dos colaboradores e a segurança da rede de computadores do local. O trabalho tem com público alvo empresas na qual façam uso de tecnologia por parte dos colaboradores, sejam em desktops, computadores móveis ou smartphones. “Em termos genéricos, podemos dizer que estamos falando de compartilhamento de recursos, cujo objetivo é colocar todos os programas, especialmente dados ao alcance de todas as pessoas da rede” [1].

DESENVOLVIMENTO:

O firewall faz a filtragem do conteúdo previamente listado como indevido. A escolha dos conteúdos a serem negados é feita após um estudo do ambiente de trabalho através do Firewall, onde ele mostra os endereços mais acessados, sendo assim é possível classificar o conteúdo como produtivo ou impróprio. Como teste será abordada a restrição de endereços IP (Internet Protocol - Protocolo de Internet). A rede da empresa recebe um Firewall Mikrotik, uma solução appliance, que se trata de hardware e software integrados em uma solução proprietária do fabricante. “O Mikrotik RouterOS pode nos prover muitas possibilidades. Ele oferece muitos recursos e pode ser utilizado em diversas situações, desde pequenas redes até provedores de acesso à internet” [2]. Já no ambiente do Firewall Mikrotik, são criadas listas de endereço, onde serão cadastrados os endereços IP, no qual serão usadas regras para negar o seu acesso. Acessando o terminal do Mikrotik e digitando a seguinte sintaxe: /ip firewall address-list e pressionando a tecla enter, posteriormente ir cadastrando o endereço IP da seguinte forma: add address=xxx.xxx.xxx*xx list=Bloqueio. O segundo passo é criar uma regra para o bloqueio da lista criada; voltando ao terminal digita-se a seguinte sintaxe: ip firewall filter add action=drop chain=input src-address-list=Bloqueio. Feito isso pressiona-se a tecla enter. Após estes passos os endereços IP cadastrados não poderão ser acessados. Geralmente as redes sociais mostram em seus respectivos sites, nas áreas destinadas a desenvolvedores, os endereços IP utilizados pelos servidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Um ambiente de trabalho precisa de uma ferramenta regulatória de acesso a conteúdo, para que o foco das atividades não venha a ser perdido com acessos indevidos e improdutivo, devido ao fato conteúdo da internet. O Mikrotik se encaixa perfeitamente nestes ambientes, por se tratar de uma ferramenta com muita documentação e de baixo custo, fazendo com que a segurança e os respectivos bloqueios sejam, de fato, implementados e executados.

REFERÊNCIAS:

[1] - TANEMBAUM, A. S. Redes de Computadores – 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. [2] FERREIRA, S. – Mikrotik RouterOS - Curso Profissional. Vol. 1. – 1ª ed. Juatuba: Instituto Alpha, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS COMO MECANISMO DE CONTATO COM O CLIENTE

Fábio José Pacheco dos REIS(IC - fabiodagaspar@hotmail.com)¹, Leonardo José DIAS, Ludmila Helena GUIMARÃES e Nilton de Freitas JUNIOR²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Redes sociais, Mecanismos de contato, Marketing Digital

INTRODUÇÃO:

A internet tem se consolidado como meio de comunicação na sociedade atual. Dentre inúmeras utilizações da internet voltadas para comunicação, uma delas pode ser realizada com fins comerciais, estabelecendo contato entre um fornecedor e seus clientes. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve pesquisa sobre utilização prática de redes sociais como mecanismo de comunicação e marketing entre um determinado estabelecimento comercial e seus clientes, apresentando resultados de dados obtidos através da aplicação de questionário.

DISCUSSÃO:

A internet, como meio de comunicação, é útil para o comprador de produtos e/ou serviços que procura mais comodidade no processo da compra. Também é útil para informação de detalhes e características de um determinado produto sem que o comprador precisa se deslocar até o estabelecimento fornecedor [1]. No meio comercial, estabelecer contato com clientes é fundamental para que empresas consigam bons resultados de marketing e vendas. A pesquisa deste trabalho foi realizada entre os dias 11 e 26 de junho de 2015, na empresa VM Parts LTDA, documentando os contatos realizados por seus vendedores e seus clientes, feitos exclusivamente através de redes sociais. Para cada cliente foram feitas três perguntas quanto à sua visão do contato realizado através de rede social: 1- Você gostou de ser contatado pela empresa através de rede social? 2 - Você gostaria de receber futuros contatos através de rede social? 3 - Você acha válido o uso de redes sociais como mecanismo de comunicação com o cliente? Através das respostas obtidas foi possível ver a percepção de doze (12) clientes da empresa citada perante a utilização das redes sociais como uma maneira de intermediar um contato mais direto e simplificado. Segundo as respostas obtidas na questão 1, sete (07) pessoas concordaram, quatro concordaram totalmente e uma nem concorda nem discorda. Já na segunda questão o resultado obtido foi dois (02) entrevistados discordando, cinco (05) não concordam nem discordam e cinco (05) concordando. Para a terceira questão, três (03) clientes não concordam nem discordam sete (07) concordaram e outros dois (02) concordaram totalmente. De acordo com os resultados, é possível afirmar que os clientes entrevistados acham vantajoso a empresa adotar as redes sociais como uma maneira de manter contato. Os benefícios certamente são a facilidade da comunicação e maior agilidade nos processos de consulta para produtos, sanando suas dúvidas de forma mais rápida. Entretanto, também foi possível perceber uma discordância a ser considerada na aplicação prática deste modelo de comunicação, visto que

alguns entrevistados entenderam que o contato da empresa poderia causar incômodos, como envio de propaganda indesejada (spam), fato que deve ser observado pela empresa para que não ocorra o efeito inverso da estratégia de comunicação e marketing pelas redes sociais: o afastamento do cliente.

CONCLUSÃO:

Valeria a pena para a empresa que os vendedores utilizassem seus contatos particulares para aumentar sua carteira de clientes e, conseqüentemente, as vendas. A utilização de redes sociais populares pode ser feita, mas também há a possibilidade de gerenciamento de grupos e promoção da utilização destes recursos pelo profissional de Sistemas de Informação. Fazendo a melhor utilização dos recursos disponibilizados por estes aplicativos fazendo que se possam obter maiores êxitos em suas comunicações

BIBLIOGRAFIAS:

[1] KUAZAQUI, Edmir. Marketing Internacional: como conquistar negócios em Mercados Internacionais.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

VOIP: UMA NOVA FORMA DE COMUNICAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DA INTERNET

Franklin Sanches **NOGUEIRA** (franklinsanches@ymail.com)¹, Thiago **ANDRADE** (IC)¹, Débora Cristina de **PAIVA** (IC)¹, Daniel Clarismundo. **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: VoIP, Tecnologia, internet

APRESENTAÇÃO:

A humanidade, sempre teve a necessidade de se comunicar, e a comunicação pode ser considerada uma das principais ferramentas utilizadas pelo ser humano para que o mesmo pudesse evoluir. [1] Antes mesmo dos avanços tecnológicos em que o mundo vive atualmente, sempre se buscavam meios para que os povos pudessem trocar informações, como exemplo podemos citar a utilização do papiro no antigo egito, do telégrafo e dos correios, que apesar do avanço do e-mail, este ainda tem o seu espaço. [2] Graças a informatização, novos recursos surgiram, dentre eles a comunicação via IP (Internet Protocol), com o uso da tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol – Voz sobre Protocolo de internet). Este trabalho visa a dar um enfoque no que é, assim como é o seu funcionamento e algumas de suas vantagens e também desvantagens.

DESENVOLVIMENTO:

A palavra VoIP vem do acrônimo (Voice over Internet Protocol) cuja tradução é “voz sobre protocolo de internet”. Esta tecnologia tem por finalidade, a transmissão de áudio via internet, onde hoje existem inúmeros softwares que a utilizam, sendo alguns muito populares, e muito utilizados na atualidade, como: Skype, Facebook Messenger e WhatsApp [3]. Seu funcionamento se baseia em softwares que fazem a captura de sons, que no primeiro momento é analógico, convertendo-os em pacotes de dados digitais, que a partir deste momento podem ser transmitidos via qualquer protocolo TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol). [3] Este processo pode ocorrer, tanto entre computadores, smartphones, tablets, quanto destes equipamentos para telefones convencionais. Esta tecnologia tem em sua grande vantagem a redução de custo das ligações e quanto ao tamanho que as mesmas ocupam, como exemplo, nas transmissões convencionais, 10 minutos de ligação consomem 10 minutos de transmissão, a uma taxa de 128Kbp/s, já o VoIP consome apenas 3,5 minutos a uma taxa de 64Kbp/s. Uma desvantagem, significativa, é a dependência constante de uma conexão ativa e constante com a internet [3]. Ainda existe a possibilidade de se configurar um software, Asterisk, para utilização nas centrais de PABX.



Fig.01 – Esquema do Asterisk – Fonte: Asteriskwin32, 2015 [5]

O Asterisk funciona como uma central telefônica, e possibilita a utilização do telefone, sobre a rede IP, reduzindo consideravelmente os custos com telefonia [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esta é uma tecnologia que a cada ano ganha força, devido aos softwares que a utilizam serem muito populares, e como a cada ano nos tornamos mais conectados esta é a nova forma de comunicação, aliado aos baixos preços das ligações. Empresas já utilizam em larga escala, principalmente em comunicações com as filiais, tudo isso para reduzir custos operacionais.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PASSADORI, R. As 7 Dimensões da Comunicação Verbal. São Paulo. Gente: Editora Gente, 2009. [2] - LINS, R.D.; BARBOSA, D.C.P.; NASCIMENTO, V.C. de O. VoIP: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: Brasport, 2011. [3] - PIXININE, J. Entenda o Voip, tecnologia que permite apps ligarem pela internet. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/03/entenda-o-voip-tecnologia-que-permite-apps-ligarem-pela-internet.html>> Acesso em: 18 Abr. 2015. [4] – PORTAL ASTERISK. What is Asterisk? Disponível em: <<http://www.asteriskwin32.com/>> - Acesso em 20 Abr. 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

PROTOCOLO IPV6: A EVOLUÇÃO DO IP (*INTERNET PROTOCOL DE INTERNET*)

Franklin Sanches **NOGUEIRA** (IC-franklinsanches@ymail.com)¹, Thiago **ANDRADE** (IC)¹, Débora Cristina de **PAIVA** (IC)¹, Daniel C. **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor;
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: IPV6, *Internet*, Protocolos

APRESENTAÇÃO:

Na atualidade é quase impossível pensar em um mundo sem Internet. No início, apenas computadores tinham acesso à rede, e hoje em dia esta história mudou muito, pois vários dispositivos como smartphones e TVs, já possuem softwares capazes de se conectarem, à *internet*, e provavelmente em um futuro bem próximo eletrodomésticos, carros e até nossas roupas poderão também ter acesso à rede mundial de computadores. Toda essa demanda exige mudanças tanto físicas quanto lógicas, e uma dessas mudanças é com relação à nova versão do protocolo IP, passando do atual IPv4 para o IPv6. Este trabalho visa esclarecer o conceito deste novo protocolo e o porquê da necessidade da adoção deste novo modelo.

DESENVOLVIMENTO:

Cada aparelho conectado à *internet* recebe um número IP (*Internet Protocol* – Protocolo de *Internet*), que é seu endereço na rede. Este número, desde a década de 70, é regido pelo padrão IPv4 (*Internet Protocol version 4*) que reserva 32 bits, $(2)^{32}$, para a criação de endereços, o que corresponde a mais de 4 bilhões de combinações distintas. [1] Com o aumento vertiginoso dos aparelhos que passaram a ter conexão com a internet como celulares, tvs e tantos outros, o padrão do IPv4 está praticamente esgotado, restando pouquíssimos blocos a serem comercializados, por isso a necessidade obrigatória de evolução para o novo padrão, ou seja, o IPv6. Esse novo padrão reserva 128 bits, $(2)^{128}$, para a criação de endereços, correspondendo a mais de 340 undecilhões de combinações possíveis [2], o que chega a ser um número quase inimaginável. Outra vantagem em relação ao seu antecessor é em relação à simplificação do formato do cabeçalho, onde nesta nova versão alguns campos foram removidos ou se tornaram opcionais o que possibilitou maior velocidade na leitura dos pacotes por parte dos roteadores [1]. Além disso, com relação à segurança, o novo protocolo tem o potencial de garantir mais segurança nas navegações, devido ao fato de mesmo possuir um suporte integrado à segurança por meio do protocolo IPSec (*Internet Protocol Security*), uma vez que esse protocolo já faz parte do IPv6 [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A *Internet* é, sem dúvida, uma das maiores invenções da humanidade, estreitando laços, encurtando distâncias, massificando o conhecimento, e o novo padrão para o protocolo IP, o IPv6, vem para garantir que ela possa continuar a crescer, possibilitando que um número imenso de novos aparelhos possa ter acesso à rede mundial de computadores.

BIBLIOGRAFIA:

[1] - MOREIRAS, A. M.; et al. Apostila IPv6 básico. Disponível em: <<http://staff.on.br/mscorrea/IPv6/ApostilaIPv62012.pdf>> - Acesso em: 18 Abr. 2015. [2] - IPv6.br, Endereçamento IPV6 - Disponível em: < <http://ipv6.br/enderecamento-ipv6/>> Acesso em: 18 Abr. 2015. [3] BRITO, S.H.B. IPv6 o Novo Protocolo da Internet. São Paulo: Novatec, 2013.

Área do conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 – Ciência da Computação

ANÁLISE DE PERFIS DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DO GOVERNO ELETRÔNICO

Priscila Ramos **RIBEIRO** (IC – priscilaribeiro95@hotmail.com)¹ e Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: e-GOV, e-PING, e-MAG.

INTRODUÇÃO:

A Tecnologia da Informação (TI) está se destacando na gestão da qualidade de serviços das Organizações Públicas. Nesse contexto destacam-se o Governo Eletrônico (e-GOV), o Modelo de Acessibilidade em e-GOV (e-MAG) e os Padrões de Interoperabilidade de e-GOV (e-PING). Este trabalho tem como objetivo analisar alguns perfis dos usuários que acessam e utilizam os serviços do governo eletrônico.

MATERIAS E MÉTODOS:

Foi aplicado um questionário online, construído no Google Docs, constituído de 10 perguntas objetivas, para análise dos perfis dos usuários que acessam os serviços do e-GOV. A pesquisa foi compartilhada em redes sociais como o Facebook® e WhatsApp®.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS:

As ações do programa de E-GOV priorizam o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação e visando ampliar a participação popular na construção das políticas públicas [1]. Dentro deste programa, podemos destacar o E-MAG que consiste em um conjunto de recomendações para que os processos de acessibilidade dos sítios do governo sejam padronizados e de fácil implementação [2] e o E-PING, que tem como base o documento que define as políticas de gestão do governo, o qual destaca a necessidade de transformações nas instituições públicas tendo o cidadão como foco [3]. Cento e vinte e quatro pessoas responderam ao questionário, onde algumas das questões mais relevantes estão aqui apresentadas, juntamente com as devidas análises. As primeiras perguntas eram se os usuários conheciam os serviços e-MAG, e-GOV, e-PING, onde apenas 10,6% responderam que conheciam os serviços. Também foi questionado a escolaridade, a renda e a idade dos usuários desses serviços. Efetuando uma comparação entre essas questões, foi possível constatar que pessoas com idade superior a de 25 anos, com renda mensal acima de três salários mínimos e a maioria possuindo, no mínimo, ensino médio, conhecem e de fato, utilizam algum dos serviços, como se pode observar no gráfico abaixo:

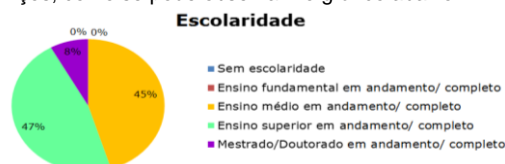


Gráfico 01: Escolaridade dos perfis de usuários dos serviços de e-GOV. Fonte: Autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A ideia de um processo digital reforça os conceitos de responsabilidade e compromisso com transparência e

rastreabilidade de todos os atos públicos, colaborando para um ambiente mais ético e mais produtivo [4]. A partir da análise das respostas colhidas, conclui-se que a renda mensal, a escolaridade e a idade são imprescindíveis na hora de fazer um levantamento dos tipos de usuários que acessam o portal do governo eletrônico.

REFERÊNCIAS:

- [1]: PORTAL GOVERNO ELETRÔNICO. Histórico do Governo Eletrônico - Apresentação. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/historico>> - Acesso em: 10 Set. 2015. [2]: PORTAL GOVERNO ELETRÔNICO. e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>> - Acesso em: 10 Set. 2015. [3]: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Interoperabilidade – e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/governancambiental/geoprocessoamento/item/877-e-ping-padr%C3%B5es-de-interoperabilidade-de-governo-eletr%C3%B4nico>> Acesso em: 09 Set. 2015. [4]: SILVA, M. de S. Implementação de um governo eletrônico: e-GOV. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Brasport, 2012

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

APPS MAIS BAIXADOS DA GOOGLE PLAY E AS PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS ANDRIOD

Thiago Andrade **MENDONÇA** (IC – thiagoandrade156@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Android, Aplicativos, Usuário.

APRESENTAÇÃO:

Os smartphones estão presentes cada vez mais na vida das pessoas, e o Brasil encerrou 2014 com o sexto maior volume de vendas no mercado mundial, registrando 38,8 milhões de unidades ativas [1]. Desse total, mais de 7, a cada 10 smartphones em uso, utilizam o sistema operacional da Google, o Android [2]. Com tantas pessoas utilizando esses telefones inteligentes, acabam passando mais tempo on-line e usufruindo de toda a tecnologia que tais aparelhos dispõem, como os aplicativos, por exemplo. A plataforma Android possui mais de 800 mil aplicativos, entre pagos e gratuitos, em sua loja on-line, a Google Play. Este trabalho pretende apresentar uma análise, acerca das preferências dos usuários Android, analisando a lista dos 100 aplicativos mais baixados pelos brasileiros.

DESENVOLVIMENTO:

Encabeçando a lista encontra-se o aplicativo do Facebook, e logo em seguida o WhatsApp Messenger. Mais abaixo, ainda constam Instagram e Messenger, todos da empresa de Mark Zuckerberg. Outros aplicativos de mensagem instantânea e redes sociais, como Skype e Viber, aparecem em posições mais distantes, o que demonstra certa preferência pelos aplicativos do Facebook, somando juntos, algo em torno de 33 milhões de downloads. A Google vem adquirindo empresas menores nos últimos anos e apostando alto na conectividade de seus usuários. Aplicativos de gerenciamento de memória RAM (Random Access Memory - Memória de Acesso Aleatório) e limpezas do sistema têm sido muito procurados, com destaque para o CleanMaster, assim como os antivírus e aqueles que prometem melhorar a duração da bateria, o que mostra a preocupação por parte dos usuários com a segurança e vida útil das informações e do aparelho, respectivamente. Para os que gostam de baixar música diretamente no smartphone os aplicativos são inúmeros, além de serem maioria na contagem: entre os mais baixados estão MP3 Music Download e Free Music Download, com mais de 1 milhão de downloads cada. A procura é grande devido à comodidade de ouvir as músicas que gostam, em qualquer lugar e a qualquer momento. Como não poderia faltar, a lista de apps mais baixados está repleta de jogos. O mais procurado é Pou, um bichinho virtual que precisa de brincadeiras, alimentação e limpeza. Candy Crush Soda Saga e o Subway Surfers são outros que chamaram atenção. Como para quase tudo que as pessoas fazem, existe um aplicativo correspondente, o número de aplicativos voltados para gerenciamento de contas bancárias aumentou consideravelmente, com muitos deles se destacando no top 100. Aplicativos de compra e venda, como OLX e Bom Negócio também são sucesso, o que revela que as pessoas não têm mais tanto receio de compras on-line.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mais de dois bilhões de pessoas no mundo terão um smartphone em 2016, assim como o número de usuários de telefones inteligentes poderá atingir a marca de 2,56 bilhões em 2018, sendo os smartphones chegando à representação de 51,7% de todo o mercado móvel [1]. Com esse número crescente, aplicativos variados são criados para realizar todos os tipos de funções. A lista dos 100 aplicativos mais baixados pode revelar um perfil de usuários Android: são pessoas que tem intimidade com tecnologia, que gostam de usar redes sociais, e utilizam os aplicativos do seu Android, principalmente, para entretenimento e realizar suas tarefas diárias.

REFERÊNCIAS:

[1] - Brasil é o 6º país com o maior número de smartphones no mundo. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/sexta-lugar-em-numero-de-smartphones-brasil-tem-38-8-milhoes-de-aparelhos/46052>> - Acesso em: 25 Abr. 2015. [2] - Mais de 7 a cada 10 smartphones em uso são Android. Disponível em: <<http://www.tudocelular.com/curiosidade/noticias/n31470/mercado-smartphones-uso-mundo.html>> - Acesso em: 25 Abr. 2015. [3] - Lista dos 100 aplicativos mais baixados da Google Play. Disponível em: <<http://www.tudocelular.com/android/noticias/n46783/aplicativos-android-mais-baixados.html>> - Acesso em: 25 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

BOOTSTRAP COMO FRAMEWORK DE DESENVOLVIMENTO PARA SISTEMAS WEB RESPONSIVOS

Pedro de Paula **CORRÊDO** (IC – pedro_corredo@yahoo.com.br)¹, Washington Luiz de **BARROS** (IC) ¹, Francisco Augusto Navarro **ROCHA** (IC)¹, Nilton Freitas **JÚNIOR** (PQ) ²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Bootstrap, Framework, Responsivo

INTRODUÇÃO:

O objetivo desse estudo é apresentar resultado de uma pesquisa de observação do pacote de desenvolvimento Bootstrap como base para o desenvolvimento responsivo de sistemas web e introduzir o conceito de sistema responsivo. “As pessoas não devem ter que mudar radicalmente sua forma de atuar para se adaptarem ao sistema; o sistema que deve ser projetado de forma a atender às suas necessidades”[1]. Um bom design responsivo deve ser utilizado para desenvolver web sites cujo layout se adapte a qualquer tela ou resolução, tornando a navegação confortável e sem comprometimento do conteúdo exibido.

DESENVOLVIMENTO:

O Bootstrap é um conjunto de ferramentas de código criado para ajudar desenvolvedores em sistemas web. Framework desenvolvido pelos criadores do twitter, front-end, open-source (código aberto) e compatível com HTML5 e CSS3. Para os programadores de web sites é de extrema importância ter conhecimento do Bootstrap, principalmente pelo fato de ser uma ferramenta open-source Além disso sua documentação é detalhada e de fácil entendimento, possui interface simples e componentes para desenvolver qualquer sistema web e pode ser executado em todos os navegadores atuais. “O framework possibilita a criação de layouts responsivos e o uso de grids permitindo que seu conteúdo seja organizado em até 12 colunas e que se comporte de maneira diferente para cada resolução” [2]. Dentre as poucas desvantagens, destaca-se que caso o programador não realize ajustes no visual, o seu sistema irá ficar semelhante ao de outros que o utilizem e também não alterem seu visual. O Bootstrap possui três tipos de arquivos em seu pacote que é disponibilizado para download na web, Javascript, CSS e Fonts. Os componentes do pacote Bootstrap são encontrados facilmente em sua interface. São encontrados botões de menus, elementos de extensões, formulários para preenchimento, gráficos, fontes, opções visuais como galeria de imagens interativas, tabelas, calendários, ícones, páginas de login, mensagens de erro entre outras opções. E todos esses recursos são completamente responsivos, tendo qualidade de visualização em diversos dispositivos computacionais, com diferentes dimensões de tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A mesma velocidade que é observada no desenvolvimento da tecnologia da informação, especialmente para dispositivos móveis com variados tamanhos de tela também deve ser considerada para o

desenvolvimento de sistemas que sejam suportados por esses dispositivos. A pesquisa e estudo de ferramentas como o bootstrap, por parte dos profissionais de TI, é fundamental para sua adaptação a este dinâmico mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] HAUSSEN, Liana. A Aplicabilidade da semiótica como metodologia de projeto de sites responsivos. 2014. Página 10. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/x_sepesq/arquivos_trabalhos/2968/131/107.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

[2] NASCIMENTO, Thiago. Desenvolvendo com Bootstrap 3: um framework front-end que vale a pena. 2013. Disponível em:

<<http://thiagonasc.com/desenvolvimento-web/desenvolvendo-com-bootstrap-3-um-framework-front-end-que-vale-a-pena>>. Acesso em: 14 de maio de 2015. COSTA, Fernando Freitas. Design Responsivo para Web com Bootstrap. 2014. Disponível em: <<http://blog.fimes.edu.br/fernando/files/2014/05/Design-responsivo-para-WEB-com-Bootstrap.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

PROSTT, Marcela Eloisa. Interface Web utilizando design responsivo: Um estudo de caso aplicado a smartphones, tablets, computadores e televisores. 2013. Curitiba. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2513/1/CT_TECJAVMOV_1_2012_12.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CARACTERÍSTICAS E UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA VOIP

Paulo Arthur Henriques **GONZALEZ** (IC - pauloarthurhenriques@gmail.com)¹ e Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: VoIP, Asterisk, Telefonia.

APRESENTAÇÃO:

A VoIP (Voice Over Internet Protocol) é uma tecnologia capaz de estabelecer comunicação de voz e vídeo através de protocolos das redes IP (TCP/UDP/IP). O uso dessa tecnologia vem crescendo durante os anos graças à evolução constante que a Internet vem sofrendo, tendo assim uma qualidade igual ou até superior da rede de telefonia. Com um custo baixo, o VoIP está sendo a opção de empresas que visam a melhor comunicação para os negócios.

DESENVOLVIMENTO:

Quando uma pessoa faz uma ligação telefônica usando o VoIP, o sinal analógico é convertido de voz para dados, a conversão se faz necessária já que os dados são sinais digitais que circulam em uma rede IP. Quando os dados são entregues ao destinatário, o sinal digital é convertido novamente em sinal analógico conseguindo assim ser compreendido. Portanto a principal ideia é conseguir estabelecer uma comunicação entre a origem e o destino por meio de uma rede IP, e assim acontecer uma troca de pacotes de dados em tempo real com áudio (voz) de forma bidirecional. A tecnologia ficou muito famosa devido à possibilidade de utilizar o telefone fixo para conversar pela Internet, graças a um aparelho que consegue converter os sinais digitais da Internet em sinais analógicos chamado ATA (Adaptador de Telefone Analógico). Nele é possível encontrar de uma a quatro portas FXO ou FXS, que são as conexões comuns de telefone, e uma ou duas portas Ethernet, que servem para conectar o aparelho a Internet. [1] O VoIP está presente nos dias atuais em grandes corporações como a General Motors do Brasil, Ford, Rhodia entre outras. Estas empresas estão buscando novas tendências e soluções. Entretanto as empresas precisam levar em conta aspectos que são de suma importância para o sucesso de seu projeto. A empresa tem que saber qual é a atual situação da sua infraestrutura, já que um projeto que acaba oferecendo tantas mudanças necessita de um capital alto para se realizar tal investimento. É preciso alinhar as expectativas quanto ao que se quer implementar e ao que se propõe o projeto em questão. [2] Uma das aplicações mais utilizadas para se fazer chamadas VoIP com mais de um milhão de downloads e sendo referência em mais de 170 países, o Asterisk, é a opção de algumas empresas já que não possui custos para adquiri-lo, pois ele é um software livre que possui código aberto. Criado por Mark Spencer e desenvolvido pela Digium, o Asterisk possui todo seu desenvolvimento baseado em Linux, mas também é possível instalar em outros sistemas operacionais, sendo possível criar aplicações e soluções, mas é necessário possuir um bom conhecimento de programação em Linux. Mesmo não sendo um desenvolvedor, você ainda pode usufruir do Asterisk

utilizando pacotes pré-construídos que facilitam o seu uso. Para teste foi utilizado a seguinte linha de comando para compilar o programa e testar seu funcionamento no Linux: `cd /usr/src/asterisk-1.6 contrib/scripts/get_ilbc_source.sh contrib/scripts/get_mp3_source.sh ./configure make menuselect make makeinstall makesample makeconfig.`

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O uso da VoIP alavancou o comércio entre diversas empresas, abrangendo seus parceiros de negócios em escala internacional aumentando seus lucros e diminuindo os gastos, transformando o telefone e o computador em uma ainda mais poderosa ferramenta de comunicação através da rede mundial de computadores, que aos poucos vem tomando o lugar da telefonia convencional.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CRISTOFOLI, Fulvio. VoIP: Benefícios e Implementação. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/cristofoli/files/349/1813/VoIP+-+Benef%C3%ADcios+e+Implementa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> [2] ASTERISK. Get Started. Disponível em <<http://www.asterisk.org/get-started>> Acesso em 16/08/2015 [3] UNUTH, Nadeem. VoIP: What is VoIP? Disponível em <<http://voip.about.com/od/voipbasics/a/whatisvoip.htm>> Acesso em 14/08/2015 [4] KELLER, Alexandre. Asterisk na prática. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

ESTRATÉGIAS DE BACKUP EM BANCOS DE DADOS SQL

Paulo Arthur Henriques **GONZALEZ** (IC – pauloarthurhenriques@gmail.com)¹ Damon Perpétuo de Sales **PEDROSA** (IC - damonpedrosa@gmail.com)¹, e Nilton Freitas **JÚNIOR** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Segurança, SQL, Backup.

APRESENTAÇÃO:

A utilização de Banco de Dados (BD) é comum em diversas aplicações. Com isso a necessidade de manter os dados seguros cresce gradualmente, pois a perda destes dados pode levar ao comprometimento total de informações valiosas para uma organização. Assim, uma cópia de segurança dos dados, conhecida como backup, torna-se a maneira mais segura para que haja a possibilidade de restauração de dados, minimizando prejuízos para a organização que o utiliza. O objetivo desse trabalho é explorar as diversas técnicas de backup aplicadas a bancos de dados baseados em SQL (Structured Query Language - Linguagem de Consulta Estruturada) e a utilização do MysqlDump.

DESENVOLVIMENTO:

As regras de negócio das empresas adaptam-se junto com o avanço tecnológico. Um exemplo é o modo como se armazenam dados. A utilização de Tecnologia da Informação (TI) trouxe a necessidade de informatizar transações diárias, gerando dados armazenados em formato digital. Os BD são a forma mais adequada e funcional de armazenar dados importantes para a empresa. Para que este banco seja organizado, deve-se ter um cuidado ao armazenar os dados, já que se não for manipulado de forma correta, pode ser prejudicial. Juntamente com os bancos vem a SQL que é a linguagem pela qual se acessa qualquer BD para obter informações sobre os dados nele armazenados. Essa linguagem é de suma importância para quem utiliza BD, já que ela será a ferramenta que vai viabilizar o acesso aos dados. As empresas necessitam de garantir o bom funcionamento das cópias de segurança. Para que o backup seja efetivo, deve-se manter estratégias sobre o que deve ser armazenado. É importante que o estudo das estratégias de backup seja feito para sua correta implementação. Segundo consta em Microsoft, são comuns três (total, diferencial e incremental). [1] O backup total copia todos os arquivos selecionados. O backup diferencial copia arquivos que foram alterados ou incluídos no banco desde o último backup total. O backup incremental copia arquivos que foram alterados ou incluídos desde o último backup, a diferença básica entre este tipo de backup e o diferencial: ele salva apenas informações que foram alteradas e não o arquivo todo. [2] O SQL possui diversas ferramentas para backup uma delas é o MySQLDump, que cria um arquivo com todos os dados existentes na base.[3] Alguns comando foram usados para verificar a eficiência da ferramenta; para fazer o backup total dos dados e importar um arquivo de backup para o MySQL por meio do MysqlDump utilizou-se a linha de comando: \$ mysqldump --user=root --password=senha \ --result-

file=file.sql. Para realizar a importação se usou: mysql -u [root] -p[senha] [NOME-DA-BASE] < file.sql.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O conhecimento destas estratégias e a importância do profissional de TI neste contexto para que a segurança dos dados seja realmente efetiva. As estratégias de backup são de suma importância pois cada uma delas será importante em momentos diferentes da empresa. O MysqlDump é uma ferramenta importante para facilitar o backup de dados, pois utiliza apenas um comando, o que facilita sua utilização.

BIBLIOGRAFIA:

[1] RAMAKRISHNAN, Raghu, GEHRKE, Johannes. Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados. 3. ed. São Paulo: Gisélia Costa, 2008. [2] MICROSOFT. Tipos de Backup. Disponível em: <[http://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc784306\(v=ws.10\).aspx](http://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc784306(v=ws.10).aspx)>. Acesso em 06/11/2014. [3] OLTEANU, Cosmin Cătălin. Prevent, Backup and restore procedures for a web server. Lex ET Scientia International Journal (LESIJ), n. XVII-1, p. 483-489, 2010.[4] SEYED, M. M; HUGB, E. W; Aprendendo MySql. 2. Ed. Local: mm, data.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

PROPOSTA DE UM METAMODELO DE DADOS PARA PUBLICAÇÕES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAMINAS

Jefinny de Paula Dias **SOUZA** (IC - jefinnypaulasouza@hotmail.com)¹ e Nilton Freitas **JUNIOR** (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Dublin Core, FAMINAS, Metamodelo.

INTRODUÇÃO:

Um importante destaque promovido pelo o avanço das Tecnologias da Informação (TI) é o crescimento de publicações disponibilizadas em formato digital. Uma vez que esses recursos façam parte de bancos de dados, também surgem as necessidades de se recuperar informações dos conteúdos que se encontrarão armazenados. Este trabalho tem como objetivo apresentar a iniciativa de metadados DUBLIN CORE como possibilidade de padronizar os dados que identificam esse tipo de publicação [1][2]. Também faz parte do objetivo propor um metamodelo de dados capaz de se adequar às necessidades dos elementos que compõem uma publicação feita na Iniciação Científica da FAMINAS.

DESENVOLVIMENTO:

O DUBLIN CORE é um metamodelo de dados que pode ser considerado um conjunto de elementos criado para facilitar a descrição de recursos armazenados em meios digitais. Ele pode ser exemplificado como um tipo de catálogo, que emprega basicamente regras e formatos de intercâmbio de registros bibliográficos por meio de remissivas [3]. O conjunto Dublin Core (Core Metadata Element Set, DCMES) possui 15 elementos: Título; Autor; Palavra-Chave; Descrição; Editor; Contribuidor/Colaborador; Data; Tipo do recurso; Formato; Identificador do recurso; Fonte; Idioma; Relação; Abrangência; e Gerenciamento de Direitos autorais. A utilização do metamodelo DUBLIN CORE não está condicionada ao preenchimento de todos os seus 15 elementos. É possível que apenas alguns desses sejam necessários para descrever um recurso e, inclusive, alguns podem ser repetidos quantas vezes for necessário para contemplar os dados pertinentes a uma determinada publicação. Também é possível usar o padrão DUBLIN CORE como modelo inicial e inserir novos elementos que sejam capazes de contemplar as necessidades de armazenamento de uma publicação. Propõe-se, portanto, um metamodelo de dados para catalogação dos resumos publicados no ENIC conforme demonstrado na Tabela 01.

Elementos de um resumo para o ENIC		
Título	Descrição	E-mail
Autor	Editor	Área do Trabalho
Palavra-chave	Data	Área de conhecimento do CNPQ

Tabela 01: Metamodelo proposto para o ENIC

Os elementos do metamodelo ENIC seriam utilizados como base para construção de sistema de armazenamento digital das publicações e pesquisa das mesmas, mantendo o padrão internacional do DUBLIN

CORE, adicionando campos importantes para identificação das publicações produzidas.

CONCLUSÃO:

Amparar a utilização de um metamodelo para os resumos de Iniciação Científica da FAMINAS em outro metamodelo validado traz uma padronização desejada e promove a organização dos recursos que forem armazenados desde então. Em trabalhos futuros, seguir a utilização do metamodelo aqui proposto pode promover melhores possibilidades de recuperação da informação de publicações na FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA:

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE: Disponível em <<http://dublincore.org>> acesso em 07/05/2015. SOUZA, M.I.F; VENDRUSCULO, L.G; G.C. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a10.pdf>>. Acesso em 07/05/2015. MORATO, A.C; MORAES, M.A. Metadados, Dublin Core: Uma breve introdução: Disponível em <http://eprints.rclis.org/14424/1/Dublin_Core_-_uma_breve_introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 07/05/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA.Thiago Andrade **MENDONÇA** (IC – thiagoandrade156@hotmail.com)¹ e Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG**Palavras chave:** Sistemas de informação, Empresa, Pesquisa.**APRESENTAÇÃO:**

Atualmente o uso de tecnologia da informação é indispensável em todos os tipos de empresas, desde as grades até as de médio ou pequeno porte, o crescimento gigantesco das informações faz com que as empresas tenham que adotar meios para absorver essa grande quantidade de dados existentes, e a melhor maneira e utilizando tecnologia da informação para melhorar seu desempenho [1]. Com base nisso foi desenvolvida uma pesquisa nas empresas de São Francisco do Glória, aplicando um questionário a um grupo de empresas e entrevistas com seus gestores, questionado quais os benefícios do uso de sistemas de informação em suas atividades diárias seus pontos positivos e negativos [2].

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi aplicado um questionário para algumas empresas da cidade de São Francisco do Glória, com o propósito de discutir os impactos que a Tecnologia da Informação provocam nessas organizações, abordando diferentes fatores, como tempo de utilização dos sistemas, fatores positivos, quantidade de sistemas já utilizado dentro da empresa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS:

Foram entrevistadas 11 empresas, com número de funcionários entre 2 e 8. 90% dos gestores disseram que a grande motivação para adquirir tecnologia da informação em seu empreendimento foi o fato de se manterem ativos em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, buscando melhorar a qualidade dos seus serviços e facilitar a mão de obra diária, além da redução de custos. Todas as empresas franciscanas contam com serviço de terceiros para controlar o sistema, uma vez que a cidade não tem empresas com estrutura para manter seu próprio setor de TI. Essa pesquisa pode mostrar que a tecnologia ainda tem muito a evoluir dentro dos comércios locais, onde existe o uso de muita papelada para gerir os negócios. Existe uma tendência de mudança com a implantação de sistemas de informação pelas empresas [2]. Vários pontos positivos são destacados, principalmente com relação à informatização nas empresas locais, pois a tecnologia promove uma facilidade nas atividades diárias, a eliminação de partes burocráticas, como elaboração manual de fichas de clientes e fornecedores, emissão de notas fiscais, consultas que podem ser feitas facilmente pela Internet, aumento da segurança, agilidade e exatidão nos dados levantados. Segundo alguns administradores entrevistados, auxilia também no aperfeiçoamento da administração geral da empresa, no planejamento de custos e na análise de investimentos, além da comodidade e facilidade no fácil acesso das informações da organização. Todos esses fatores contribuem para um

melhor desempenho dentro das empresas de São Francisco do Glória e faz com que o uso de sistemas informatizados seja de muita importância para economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A tecnologia da informação ainda pode ser considerada um investimento novo na cidade de São Francisco do Glória, pois muitos administradores estão há muito tempo no mercado e nunca precisaram de tecnologia para gerir seu negócio. Com a evolução e o aumento da fiscalização do governo e as exigências que o mercado impõe, todos eles assumem que a implantação de sistema de informação dentro de suas empresas é indispensável, já que os pontos positivos são enormes e os resultados muito satisfatórios [1]. Conclui-se com isso que a tecnologia é indispensável nos dias de hoje e alavancou o comércio local proporcionando mais facilidade no trabalho dos administradores e um melhor controle tanto dos custos como dos investimentos.

REFERÊNCIAS:

- [1]: RIBEIRO, L. G. Os impactos da Tecnologia de Informação nas organizações: uma visão política. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Ciencia_da_informacao/Impactos_TI_orgs.pdf> - Acesso em: 20 Jul. 2015. [2]: BERALDI, L. C.; ESCRIVÃO FILHO, E. Impacto da tecnologia de informação na gestão de pequenas empresas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a5>> - Acesso em: 21 Jul. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

IPv6: A NOVA GERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTERNET

Gean Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Silvério Rodrigues **MIRANDA**(IC)¹, Victor João Freitas **COSTA**(IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: IPv6, protocolo, implementação.

APRESENTAÇÃO:

Esse trabalho aborda a chegada do IPV6 (Internet Protocol version 6 - Protocolo de Internet versão 6) às redes mundiais, descrevendo sua importância e necessidade para a subsistência de IP's disponíveis na internet mundial, assim como também algumas das vantagens e desvantagens, apresentando também alguns projetos que estão em curso.

DESENVOLVIMENTO:

O IPv6 é a última versão do IP (Internet Protocol), desenvolvida para substituir o IPv4 (Internet Protocol version 4) [1]. Essa versão foi criada por que a IANA (Internet Assigned Numbers Authority) que é a central de distribuição mundial de IP's, esses endereços disponíveis esgotaram-se para a rede mundial. Algumas nações já estão implementando essa inovação, entretanto o Brasil ainda está um pouco atrasado em relação aos demais que já estão começando a sua utilização, de acordo com vários sites de pesquisa [2]. Em relação a sua implementação tem-se algumas vantagens e desvantagens ao ser completada. Entre as principais vantagens se destacam os recursos de mobilidade, onde os dispositivos móveis irão funcionar bem e ininterruptamente, mesmo quando o usuário estiver em trânsito e for necessário conectar-se através de redes diferentes. Este novo formato de protocolo permitirá construir redes com desempenho superior e melhor controle sobre a qualidade de serviço (QoS – Quality of Service). Em relação às desvantagens, o IPV6 modificou muitas coisas, e será necessário fazer com que outros protocolos, como exemplo o ICMP (Internet Control Message Protocol) e o DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) sejam adaptados para que consigam trabalhar corretamente com esta versão do protocolo. Além de ser necessário reescrever os protocolos, é preciso desenvolver aplicativos que suportem o IPv6, assim como em relação aos custos, estes tendem a ficar um pouco mais elevados. [3]. No dia 08/06/2011, foi realizado o “dia do IPv6”, onde muitas empresas, entre elas o Google, Yahoo e o Facebook, fizeram o primeiro teste em grande escala para verificar os problemas que poderiam ser causados e os resultados foram animadores, sendo oficializado definitivamente o uso no dia 06/06/2012 até os dias atuais [4]. Uma das grandes diferenças está no tamanho do endereço, pois no IPv4 os endereços são formados por 4 octetos, ou seja, números agrupados de três a três, dessa forma: 192.168.100.100. Já no IPv6, são 32 caracteres, hexadecimais, agrupados de quatro a quatro, com o seguinte formato: 1CD1:231B:FA22:AC34:0012:100B:AD34:0101. O total de endereços possíveis no IPv6 também é muito grande, pois

passa dos quase 4 bilhões de endereços possíveis, com o IPv4, para aproximadamente 79 octilhões de endereços, no IPv6[3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Espera-se que com a chegada do IPv6, de fato às redes, poderão haver melhoras além de facilitar o avanço da área tecnológica de forma geral, melhorando também a economia e infra-estrutura, apesar da dificuldade inicial em sua implementação.

REFERÊNCIAS:

[1]: Olhar Digital. A próxima geração da internet começa hoje – Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/ipv6-a-proxima-geracao-da-internet-comeca-hoje-06-06/26710>> - Acesso em: 27 de Abr. de 2015. [2]: IDGNOW. O que 7 gigantes da web estão fazendo para adotar o IPv6. Disponível em <<http://idgnow.com.br/mobilidade/2010/02/04/o-que-7-gigantes-da-web-estao-fazendo-para-adotar-o-ipv6/>> - Acesso em: 27 de abril de 2015. [3]: MOREIRAS, Antônio. Ações para fomentar a adoção do IPv6. Disponível em: <<http://ipv6.br/recomendacao-acoes/>> Acesso em: 27 de abril de 2015. [4]: MUCHERONI, Marcos. 400 maiores empresas testam o IPv6. Disponível em: <<http://marcosmucheroni.pro.br/blog/?p=2164#.UnehGHC-qpc>> - Acesso em: 27 de abril de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra

BIG DATA: PRINCIPAIS CONCEITOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Thiago Andrade **MENDONÇA** (IC – thiagoandrade156@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Informação, Big Data, Organização.

APRESENTAÇÃO:

Em plena era da informação e com visível crescimento da internet, na atualidade, dados são gerados a todo momento, sejam através de compras online, pesquisas acadêmicas, fóruns, GPS (Global Positioning System), etc. O fenômeno conhecido recentemente como Big Data é caracterizado pela gigantesca quantidade de dados existentes na rede mundial de computadores e que, por seu próprio tamanho, depende de ferramentas adequadas para sua manipulação, de forma que toda e qualquer informação possa ser encontrada, analisada e aproveitada em tempo hábil [1]. Este trabalho visa apresentar, efetuar uma análise sobre o que é, como funciona o Big Data, seus principais conceitos e como ele vem sendo utilizado para extrair valor e benefícios para os negócios corporativos.

DESENVOLVIMENTO:

A era do Big Data só se materializou com a confluência de alguns fatores: caiu o custo do armazenamento de dados, os processadores tornaram-se mais velozes, os programas ficaram mais inteligentes e a quantidade de dados cresce exponencialmente [4]. Há um consenso de que três características tornam esses dados difíceis de serem tratados, conhecidos como os três V's: volume, velocidade e variedade. Volume refere-se à tectônica quantidade de dados, que hoje gira em torno de zettabytes (1 trilhão de gigabytes) [2]. Variedade refere-se às formas diferentes como os dados aparecem: em formato estruturado, isto é, armazenados em bancos de dados, e não estruturados, oriundos de inúmeras fontes, como documentos, imagens, áudios, vídeos, etc. [1]. Os dados não-estruturados representam 85% das informações com as quais as empresas lidam na atualidade [3], e são aqueles que só podem ser compreendidos por pessoas, mas que quando "garimpada", com ferramentas, como Data Mining por exemplo, podem revelar significados antes ocultos, como padrões de comportamento e de consumo, por exemplo. Velocidade refere-se à rapidez com que esses dados são transmitidos e tratados, muitas vezes em tempo real. Alguns outros autores consideram outros dois V's: veracidade e valor. Veracidade se refere a confiabilidade desses dados, e valor, aos benefícios obtidos que compensem o investimento. Contudo, por ser uma tecnologia ainda nova, ainda existem alguns obstáculos a serem superados, como a falta de profissionais especializados, a demora para filtrar e validar informações através de algoritmos, e o fato de ainda não se ter processos formais de gerenciamento de dados [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

90% dos dados disponíveis no mundo foram gerados apenas nos últimos dois anos e estimativas revelam que o mercado do Big Data crescerá quase 40% ao ano até o final de 2015 [3]. Assim, as possibilidades e vantagens nesse mercado são enormes e estão crescendo nos diferentes segmentos. Apesar das dificuldades atuais de aplicação, que devem se resolver com o passar do tempo e com o aprimoramento das tecnologias, o Big Data tende a conquistar cada vez mais organizações, fornecendo a capacidade de compreender e obter valor através das "pegadas digitais", trazendo várias vantagens competitivas, como ajudar a operar de forma mais eficiente e rentável as informações, melhorar a oferta e o marketing dos produtos, responder rápido às demandas dos clientes, cortar gastos e melhorar as tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS:

[1] - ALECRIM, E. O que é Big Data. Disponível em: <<http://www.infowester.com/big-data.php>> - Acesso em: 25 Abr. 2015. [2] - FEIJÓ, B. V. A revolução dos dados. Revista Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: edição 65, p. 30-43, Setembro 2013. [3] – O GLOBO. Infográfico: como funciona o BIG Data. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/bigdata/>> - Acesso em: 25 Abr. 2015. [4] - PETRY, A. O Berço do Big Data. Revista Veja. São Paulo: edição 2321, p.71-81, 15 maio de 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

IMPORTANCIA DO DESCARTE CORRETO DO LIXO ELETRÔNICO

Thiago Andrade **MENDONÇA** (IC – thiagoandrade156@hotmail.com)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação, 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: Lixo Eletrônico, Reciclagem, Poluição Eletrônica

INTRODUÇÃO:

Lixo eletrônico (e-lixo) é todo tipo de material proveniente do descarte de equipamentos eletrônicos, e são compostos basicamente por: placas eletrônicas, ouro, platina, prata, paládio, vidro, metais não ferrosos (chumbo, cádmio, berílio, mercúrio), plástico e metal ferroso [2]. O lixo eletrônico é gerado pelas constantes mudanças tecnológicas dos computadores, celulares, televisores e etc. Cerca de 50 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos são jogadas fora, todos os anos, pela população do mundo [1]. A grande parte da população não conhece os meios de descarte correto desses resíduos e, devido à falta de informação, acabam descartando esse material em locais inadequados. No Brasil, os aterros sanitários não estão preparados para realizar o processo de reciclagem específico do e-lixo, então para um descarte seguro, o aconselhável é entrar em contato com a empresa responsável pela fabricação do aparelho ou um serviço especializado de reciclagem [3]. Esse trabalho tem como objetivo mostrar a importância do descarte correto dos materiais eletrônicos e a possibilidade de reciclagem dos mesmos.

DESENVOLVIMENTO:

A reciclagem é essencial, pois além de contribuir para a não poluição do meio ambiente, também ajuda na construção de novos equipamentos eletrônicos, porque durante todo o processo é possível extrair chips, placas, metais, que podem chegar a até 17 tipos diferentes, dentre esses, o mais importante que pode ser considerado, o ouro. Todos esses componentes, depois de reciclados, poderão ser utilizados em novos aparelhos. Nossa tecnologia ainda está atrasada, no que diz respeito aos processos de separação de todos os componentes eletrônicos, devido a falta de equipamentos específicos, para realizar as separações detalhadas dos metais nobres. Devido a esse fato, o Brasil vende parte do seu e-lixo para países que possuem a tecnologia necessária para total aproveitamento desses resíduos. Com isso o país deixa de gerar bastante lucro, e como exemplo pode ser citado: "em uma tonelada de PCs, existe mais ouro do que em 17 toneladas do minério bruto do metal" [3], e se tudo fosse reciclado aqui, mais oportunidades de emprego poderiam ser criadas, para pequenas cidades e o lucro obtido com o e-lixo poderia ser maior. Com a crescente preocupação da preservação do nosso meio ambiente em todo o mundo, já pode ser notado um crescente investimento em projetos para tentar realizar a troca de componentes mais agressivos para o solo, quanto para a saúde humana, e é o que afirma Carlos Redondo responsável pela área de sustentabilidade da Itautec, em entrevista ao site IT Web. "Há um investimento crescente da indústria para substituir materiais nocivos a saúde por outros menos agressivos e que facilitem o processo de

reciclagem. Por exemplo, o chumbo dos monitores pode ser trocado por estanho, cobre e prata: antes eram usados 60% chumbo e 40% estanho, hoje são 98% estanho, 3% prata e 0,5% de cobre" [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Não há dúvidas de que, com as crescentes inovações, a criação de aparelhos eletrônicos com novas tecnologias irá crescer cada vez mais no mundo. É preciso considerar que isso poderá gerar um crescente acúmulo de lixo no meio ambiente e muitas empresas verão que o fato de reciclar, além de preservar, não seria um custo a mais e sim lucro, pois com a reciclagem, muitas peças poderão ser reaproveitadas e metais preciosos serão retirados dos componentes, gerando assim uma boa margem de lucro para as empresas que investirem nesse ramo.

REFERÊNCIAS:

[1] - Reciclagem de lixo Eletrônico, o e-lixo, é oportunidade de mercado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/10/reciclagem-de-lixo-eletronico-o-e-lixo-e-oportunidade-de-mercado.html>> - Acesso em: 20 Abr. 2015. [2] - Lixo Eletrônico. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/lixo-eletronico>> - Acesso em: 20 Abr. 2015. [3] - Como os principais componentes de eletrônicos são reciclados. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/produtos/37275-como-os-principais-componentes-de-eletronicos-sao-reciclados-.htm>> - Acesso em: 20 Abr. 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

CSA
TRABALHOS DA AREA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS

PERCEPÇÕES DOS GESTORES DE EMPRESAS COMERCIANTES MURIAEENSES ACERCA DO USO DE APARELHOS CELULARES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Matheus Toledo **CUPERTINO** (IC – matheustoledoc@hotmail.com)¹, Marisa Carvalho de **MELO** (IC)¹, Dayane Manhanini de **BARROS** (IC)¹, Nilton Freitas **JUNIOR** (PQ)^{1,2}

1. Curso de Administração; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Consumerização; aparelho celular; comerciantes.

INTRODUÇÃO:

A posse de aparatos tecnológicos para uso pessoal é uma realidade para grande parcela da sociedade contemporânea. De acordo com pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o percentual de pessoas economicamente ativas que possuíam um telefone móvel para uso pessoal aumentou gradativamente nos últimos anos [1]. Este cenário contribuiu para o surgimento de uma nova tendência dentro das organizações, conhecida por Consumerização ou BYOD - Bring Your Own Device e caracterizada pelo uso no ambiente de trabalho, de dispositivos que são de posse dos colaboradores. Entre outros objetivos, este estudo buscou averiguar o posicionamento de gestores de empresas comerciantes sobre o uso de aparelhos celulares no ambiente de trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS:

Este estudo possui natureza quantitativa e teve como objeto de análise empresas atuantes no comércio varejista da cidade de Muriaé - MG. Existem 626 empresas conveniadas à Câmara de Dirigentes Lojistas de Muriaé, segundo dados obtidos junto à mesma. A amostra foi constituída por 66 gerentes e/ou proprietários destas empresas. Utilizou-se um questionário, com aplicação feita entre 23 e 25/06/2015. Os dados foram tabulados de forma manual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Constatou-se que 54,5% dos proprietários e/ou gestores permitem que seus funcionários usem seus próprios aparelhos celulares no horário de trabalho. Sobre as situações em que este uso é permitido, “Comunicação com clientes e negociação de possíveis vendas” foi o que obteve maior resultado. O uso ainda é permitido em outras situações, como para comunicação entre colaboradores em outros departamentos da empresa. Os demais 45,5% não permitem, porém, 16,6% destes afirmaram que a empresa possui um aparelho celular para que sejam feitos contatos com os clientes e publicações nas redes sociais da loja. A pesquisa também mostrou que 48,48% do total de entrevistados afirmaram que seus funcionários recebem alguma orientação com relação a cuidados que devem ser tomados quanto à segurança das informações contidas em seus aparelhos celulares. Por outro lado, 42,42% afirmaram que seus funcionários não recebem tais orientações. 9,09% dos entrevistados não responderam a esta questão. A maioria dos entrevistados afirmou acreditar totalmente que o uso do aparelho celular para contato com os clientes pode resultar em relacionamentos lucrativos para a empresa; 20 acreditam parcialmente; 7 não acreditam, nem desacreditam; 4 desacreditam

parcialmente e 3 desacreditam totalmente. Entre os fatores considerados por eles como vantagens em permitir o uso do celular, “Conforto para o cliente, que pode fazer uma compra sem se deslocar” foi o de maior destaque. Por fim, apurou-se que a maioria (51), não conhecem os termos Consumerização ou Bring Your Own Device e seu significado.

CONCLUSÕES:

Os estudos mostraram que a maior parte dos entrevistados orienta seus funcionários quanto à segurança das informações contidas em seus aparelhos, porém, um percentual significativo destes não orientam. Também constatou-se que muitos dos gestores consideram que o uso do aparelho celular tem alguma interferência negativa no desempenho de seus funcionários. Percebeu-se ainda que quase a totalidade não conhece o termo e/ou significado da Consumerização. E verificou-se uma diferença pequena entre o percentual de entrevistados que permitem e que não permitem o uso do celular. Contudo, todos marcaram no questionário alguma vantagem em permitir o uso.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal – 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>>. Acesso em 20/06/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO VANTAGEM COMPETITIVA NOS NEGÓCIOS

Monique De Sousa **LOPES** (IC – monique@fitdress.com.br)¹, Fernanda Sarah **BECALITO**(IC)², Sara **OLIVEIRA**(IC)¹ e Nilton Freitas **JUNIOR**(PQ)²

1. Curso de Administração;2-. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Responsabilidade social, vantagem competitiva, Fundação.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho visa apresentar um estudo exploratório sobre a importância da responsabilidade social, a fim de descobrir vantagens competitivas que ela pode trazer à uma organização. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na Fundação Cristiano Varella, que adota critérios de responsabilidade social em sua gestão e norteia sua atuação de forma ética e transparente, orientando sua conduta com princípios e valores que fundamentam a sua missão. Reconhecendo a importância da contribuição para a sociedade e percebendo-se capaz de intervir como alternativa para minimizar os problemas sociais que afetam o país, incorpora à instituição ações sociais e ambientais. Através de uma investigação in loco, buscou-se neste estudo demonstrar as ações sociais da instituição em questão e o feedback esperado.

DESENVOLVIMENTO:

“A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovem o bem-estar do seu público interno e externo” [1]. Além da influência da sociedade, que hoje se preocupa com a sustentabilidade, as empresas estão se adaptando com as constantes mudanças no cenário econômico para sobreviverem num mercado altamente volátil, flexível e competitivo [2]. A Fundação Cristiano Varella é uma instituição que tem como visão ser o melhor hospital de combate ao câncer de Minas Gerais, sustentável e reconhecido por sua qualidade. Portanto, preocupa-se com a sustentabilidade e se baseia em quatro pilares: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. A investigação realizada para este trabalho constatou que são realizadas diversas ações sociais e ambientais, como a preservação da fauna nativa e tratamento de esgoto; a Casa de Apoio, no qual são disponibilizadas hospedagem e refeições para pacientes que necessitam, além de serem realizadas oficinas; campanhas de conscientização e prevenção do câncer; programa cuidando do cuidador, onde o setor de psicologia oferece apoio aos profissionais que trabalham com os pacientes; capacitação externa; e preferência por recrutamento interno. Segundo relato do responsável pelo setor, o feedback sobre todas atividades é percebido de forma positiva e traz benefícios e vantagens para a instituição tanto externamente, quanto internamente. A junção destas ações valoriza a imagem da Fundação, sendo reconhecidas através de premiações: prêmios de sustentabilidade, três premiações no “Prêmio Mineiro da Qualidade” e uma premiação nacional em gestão da qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As empresas que exercem a responsabilidade social devem buscar de forma estratégica atender tanto os clientes quanto os colaboradores, respeitando os princípios éticos, culturais, econômicos e ambientais. Através do estudo de caso, foi possível entender como a atividade é realizada na prática e seus benefícios, além de confirmar a importância da atuação profissional da Administração, que deve ser capaz de fomentar tais ações dentro de uma organização.

REFERÊNCIAS:

- [1] EON, Fabio. O que é responsabilidade social. Revista ResponsabilidadeSocial.com, 2014. Disponível em <<http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 7 de maio de 2015.
[2] RIBEIRO, Cynthia. O olhar da sociedade para a responsabilidade social. Edição número 99. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/editorial/o-olhar-da-sociedade-para-a-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 7 de maio de 2015. [3] Autor desconhecido. Responsabilidade Social. Disponível em: <http://terceiro-setor.info/mos/view/Responsabilidade_Social/>. Acesso em: 7 de maio de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

MARKETING ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

Monique De Sousa **LOPES** (IC – monique@fitdress.com.br)¹, Sara Gonçalves **OLIVEIRA** (IC – saragoncalvesoliveira@outlook.com)², Fernanda Sarah **BECALITO** (IC – fernanda_sarah_@hotmail.com)³, e Nilton Freitas **JUNIOR** (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Curso de Administração; 3. Curso de Administração; 4. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Marketing, redes sociais, loja virtual, divulgação.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo exploratório sobre o marketing em redes sociais, que é uma vantagem competitiva nos dias de hoje. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na empresa virtual Fitdress e elaborado um plano de marketing através das redes sociais para aumentar a visibilidade e divulgação dos produtos da empresa.

DESENVOLVIMENTO:

O marketing digital é o conjunto de atividades que uma empresa (ou pessoa) realiza online e que tem o objetivo de atrair novos negócios, criar relacionamentos e divulgar sua marca. Possui várias vantagens em relação ao marketing tradicional, sendo mais fácil de mensurar e possuindo métricas mais claras, além de permitir maior ROI (Retorno Sobre Investimento). Atualmente mais de 90% dos processos de compra tem início em uma busca online, se tornando essencial para as empresas. (Marketing de Conteúdo, 2015). Dessa forma, encontra-se nas redes sociais um canal ideal para criar pontos de contato e maior relacionamento com o consumidor, sendo cada vez mais utilizado por empresas. Os benefícios da utilização das redes sociais são muitos, podendo se destacar: aumento nas vendas, diminuição de custo de aquisição de novos clientes e maior interação com clientes. (Marketing Digital Dicas, 2015). Com base nestas informações, foi elaborado um plano de marketing através de redes sociais, com o intuito de otimizar as vendas e divulgação da Fitdress, empresa que iniciou suas atividades há pouco tempo e não possuía estratégia de marketing estruturada. Foi proposta a utilização de quatro mídias sociais: divulgação em blog através de parceria; divulgação no Instagram através de parceria; divulgação no Facebook; e uso de e-mail marketing. O investimento total aplicado inicialmente foi de R\$700,00, que é razoável no momento, pois a empresa não possui muitos recursos. O retorno financeiro será para cobrir a despesas, aumentar a confiabilidade do público-alvo e divulgação. Foi selecionado um blog com alto poder de acesso, que apresenta o total de 51.810 seguidores e média 16.000 visualizações por semana; um Instagram com 210.000 seguidores, com média superior a 1500 curtidas por fotos; no Facebook foi criada uma página com os dados da loja, fotos dos produtos e contratado um plano de divulgação, visando alcançar maior número de pessoas. A empresa aceitou e aprovou o plano elaborado e colocará em prática a partir do mês de setembro. A expectativa é que traga bons resultados a um custo acessível, trazendo maiores benefícios se comparado ao marketing convencional (como outdoors e flyers), que apresenta limitação geográfica, atingindo menor alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Vive-se hoje em um mercado altamente competitivo e o marketing faz toda a diferença. Como o perfil do consumidor vem mudando e a utilização da internet e de redes sociais vem se intensificando, as empresas vem utilizando desse meio para se destacarem, pois, a divulgação e a produtividade aumentam pelo fato de ser o meio de comunicação mais utilizado nos dias atuais, sendo assim uma vantagem competitiva para a empresa que aderir-lo.

REFERÊNCIAS

[1] PEÇANHA, Vitor. Marketing Digital: O que é isso, afinal? Disponível em: <http://marketingdeconteudo.com/marketing-digital/>. Acesso em 28/07/2015. [2] COUTO, Guilherme. Quais os benefícios das redes sociais para empresas. Disponível em: <http://www.marketingdigitaldicas.com.br/quais-os-beneficios-das-redes-sociais-para-empresas/>. Acesso em 30/07/2015. [3] Autor desconhecido. Fonte: Ufla Jr. Qual a importância do Marketing para minha empresa? Disponível em: <http://exitomarketing.com.br/qual-a-importancia-do-marketing-para-a-minha-empresa/>. Acesso em 18/08/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

CADEIA PRODUTIVA DOS SUPERMERCADOS DE MURIAÉ.

Hudo Figueiredo da **SILVEIRA** (IC – hudo.figueiredo@hotmail.com)¹, Cássio Silva **OLIVEIRA** (IC)¹, Rafael Salatiel Rodrigues **SANTOS** (IC)¹, Maria Cecília Teixeira **REIS** (PQ)².

1. Curso de Administração; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

INTRODUÇÃO:

Muriaé, localizada na Zona da Mata Mineira, é a 3ª cidade mais populosa dessa região e a 29ª mais populosa do Estado (IBGE 2010), contando ainda com população flutuante, por ser referência regional em saúde e educação superior. Este dinamismo populacional tem atraído empresários para o município, com destaque para o setor de supermercados que recentemente inaugurou duas lojas de grandes redes na cidade gerando empregos e impactando no mercado local. O objetivo deste estudo é respaldar possíveis investidores e gestores já instalados, na tarefa de entender o mercado local e características da cadeia produtiva deste setor. Definidos como “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios variados” [1], os supermercados, em geral, relacionam-se com vários tipos de fornecedores e público, o que faz com que sejam fortemente influenciados por variáveis micro e macroeconômicas e devem estar sempre atentos às mudanças do mercado. O setor, responsável por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2014, tem a maior parcela de seu faturamento na região sudeste, sendo Minas Gerais responsável pelo segundo maior faturamento do país [2]. A cadeia produtiva de supermercados apresenta características diferenciadas das demais cadeias: no geral, os estabelecimentos recebem o produto finalizado e o expõe, com foco em oferecer ao consumidor grande variedade e diversidade, em um ambiente agradável e seguro, buscando superar os concorrentes no oferecimento das melhores condições do serviço.

MATERIAL E MÉTODOS:

Com base em Vergara [3], esta pesquisa é classificada quanto aos fins em descritiva, pois observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionários aos gerentes de cinco supermercados de Muriaé.

CONCLUSÕES:

Destacam-se os principais pontos observados: a inserção ou não do supermercado em rede modifica sua cadeia de produção, pois as compras e negociações passam a ser feitas majoritariamente pela rede. A margem média de lucro bruto das empresas gira em torno de 25%, sem grandes discrepâncias, o que mostra a força e consistência da economia muriaeense. Como ponto fraco, destaca-se a forte dependência de fornecedores externos ao município, sendo a maioria localizada no estado de Minas Gerais e na região sudeste. A média de 8.000 (oito mil) itens cadastrados nos sistemas de gestão mostra grande variedade de produtos oferecidos. Os gerentes de compras são responsáveis pelo controle de estoque e a logística para recebimento. Quatro das cinco empresas

pesquisadas relataram a importância da fidelização de clientes, de qualquer classe social, através do oferecimento de condições especiais para compras, como ambiente fresco, arejado e limpo, presença de estacionamento para clientes em compras e pelo oferecimento de condições especiais de pagamento, além de promoções negociadas com fornecedores para oferecer melhores preços. A preocupação ambiental das empresas evidencia-se, principalmente, pela defesa da substituição gradual de sacolas plásticas por alternativas sustentáveis, como sacolas de pano e plástico biodegradável. Os resultados obtidos foram entregues em forma de informativo em alguns supermercados da cidade a fim de auxiliar o trabalho dos gestores.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Comissão Nacional de Classificação: Disponível em <http://www.cnae.ibge.gov.br/classe.asp?codclasse=52124&TabelaBusca=CNAE_110@CNAE%201.0%20/%20CNAE%20FISCAL1.1@1@cnae@1> Acesso em: 15 de outubro de 2014. [2] Associação Brasileira de Supermercados, Economia e Pesquisa, Índice de vendas: Disponível em <<http://www.abrasnet.com.br/economia-e-pesquisa>> Acesso em 12 de outubro de 2014. [3] VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 96p.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração.

POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Ayrton Mota de **FARIA** (IC – ayrton_mf@hotmail.com)¹, Priscila Silva da **PAIXÃO** (IC)¹, Luan Carlos de Freitas **LEAL** (IC)¹,
Maria Cecília Teixeira **REIS** (PQ) ²

1. Curso de Administração; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Políticas Públicas, Empresas, Consumo Sustentável.

APRESENTAÇÃO:

Segundo Marilena Lavorato: “Políticas públicas são ações governamentais com objetivo de desenvolver o bem coletivo. No caso ambiental incentivam um desenvolvimento sustentável com menor impacto ao meio ambiente. As políticas públicas podem ser desenvolvidas em parcerias do governo com a sociedade, através de ONGs e mais recentemente com a iniciativa privada.” Assim, as idéias de projetos empresariais que atendam aos parâmetros de sustentabilidade, começaram a multiplicar-se e a espalhar-se por vários lugares antes degradados do planeta. Neste trabalho, destaca-se a importância do desenvolvimento sustentável, e da relação de empresas que aplicam projetos auto-sustentáveis em Muriaé. Para isso, realizamos uma pesquisa numa empresa distribuidora de energia, na Zona da Mata mineira a qual autorizou a pesquisa, mantendo sigilo ao nome.

DESENVOLVIMENTO:

Em Muriaé-MG, podem-se ver alguns projetos de desenvolvimento sustentável aplicado pela prefeitura e empresas privadas. Pode-se destacar um projeto auto-sustentável que é realizado por uma empresa distribuidora de energia, que aplica um projeto na nossa cidade que é a troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Segundo o gestor, o projeto funciona a partir do interesse do cliente. O cliente interessado vai até um posto de coleta, faz o cadastro e recebe o cartão do projeto. De posse do cartão, o cliente acumula seus resíduos e os leva até um posto de coleta na cidade. A empresa parceira que coleta os resíduos pesa e registra o valor do bônus, utilizando o cartão do cliente. A empresa de coleta de resíduos deposita o valor do bônus na conta da concessionária. A concessionária, que no caso é a empresa distribuidora de energia, repassa o valor do bônus para a Conta de Energia do Cliente. O projeto arrecada mensalmente cerca de 25 toneladas de resíduos recicláveis, que são reciclados por uma empresa parceira no projeto e reutilizados novamente. Esse projeto já conseguiu tirar das ruas de Muriaé um total 130 toneladas de resíduos desde junho de 2014, quando o projeto foi implantado na cidade. Ele é muito importante para a cidade e deve ser incentivado para que seja ampliado. O projeto abrange atualmente cinco cidades da zona da mata mineira (Muriaé, Leopoldina, Cataguases, Ubá e Manhuaçu) e a cidade de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro. As empresas e a população estão aderindo de forma positiva o projeto, pois os mesmos além de serem beneficiados com desconto na conta de luz estão ajudando a preservar o meio ambiente, buscando meios auto-sustentáveis. No ponto de vista da empresa criadora

do projeto, ele está sendo bem sucedido e está trazendo resultados além do esperado pela mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nesse trabalho, pôde-se analisar a importância do consumo sustentável e políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento sustentável das empresas. Projetos como o citado, neste estudo, voltado para desenvolvimento sustentável são de extrema importância. Sua eficiência pode ser claramente observada na prática empresarial na cidade. Sem desperdício, uma prática que pode ser adotada é de redução, que se recomenda evitar adquirir produtos desnecessários; de reutilização, que sugere que se reaproveitem embalagens, plásticos e vidros, por exemplo; e reciclagem, que orienta separar o que pode ser transformado em outro produto ou, então, em produto semelhante.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS e à professora Maria Cecília pelo apoio concedido.

REFERÊNCIAS:

[1] CONTA CIDADÃ. Disponível em: <<http://www.contacidada.minhacidadelimpa.com.br/projeto.html>>. Acesso em: 03/05/2015. [2] MARILENA LAVORATO, POLITICAS PÚBLICAS. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vyaestelar/sersustentavel_politicas_publicas.htm>. Acesso em: 03/05/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

SATISFAÇÃO DE CONSUMO: O CASO FREE BABY

Amanda de Oliveira **FREITAS** (IC – amanda_freitas00@hotmail.com)¹, Matheus Toledo **CUPERTINO** (IC)¹, Paula Bouzada **GONÇALVES** (IC)¹, Francisco de Assis **FERREIRA** (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Satisfação, Clientes, Reconhecimento, Free Baby.

INTRODUÇÃO:

Durante toda a história das organizações, a satisfação do consumidor sempre foi um fator de importante relevância. No cenário atual, em meio a um mercado competitivo e com tanta variedade de bens de consumo, este fator tornou-se ainda mais importante para ser considerado pelos gestores de organizações de pequeno, médio e grande portes. Segundo Chiavenato, os clientes são capazes de impulsionar ou derrubar um negócio. Um cliente pode ser uma organização, uma empresa, um usuário dos produtos/serviços ou um consumidor final, é quem compra-os na cadeia de transações. É ele quem determina direta ou indiretamente se o negócio será bem sucedido ou não. Por essa razão, o cliente deve ser encarado como o principal patrimônio da empresa [1]. Este trabalho constitui-se de um estudo de caso feito na Free Baby, loja de artigos infantis localizada em uma cidade do interior mineiro, e buscou identificar o que gera a satisfação dos clientes e o porquê da marca ser tão reconhecida na região.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foram coletados dados com a aplicação de um questionário a uma amostra de 50 pessoas que visitaram a loja da fábrica na semana que antecedeu o Dia das Crianças - período em que o movimento na loja aumenta devido à compra de presentes. A aplicação do mesmo teve início no dia 04/10/2014 e término no dia 11/10/2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Diante dos dados coletados, apurou-se que 64% dos entrevistados alegou procurar os produtos da loja em busca do preço, 18% em busca do atendimento, 12% da qualidade, 4% em busca de outros fatores e 2% pelo conforto. Moreira et al. enfatizam que para o consumidor, o preço é um padrão de medida usado para julgar o valor e potencial de satisfação [2]. Foi constatado também que cerca de 72% dos entrevistados encontrou a Free Baby por indicação de terceiros. Para Soares, este é o chamado marketing boca a boca, e é uma das melhores ferramentas para divulgar um negócio, ideia e/ou intenção, sem custos e tarifas. Este conceito de marketing serve ainda para causar aproximação ou afastamento de algum produto ou serviço, podendo ser negativo ou positivo [3]. Os clientes puderam avaliar ainda alguns itens, atribuindo a estes notas de 1 a 5, numa escala em que 1 era considerado péssimo e 5, ótimo. Estes aspectos foram: atendimento, preço, qualidade, localidade, variedade e comodidade, todos com notas médias entre 4 e 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conclui-se que a Free Baby atende significativamente às necessidades dos clientes, pois obteve média considerada boa quanto a todos os quesitos avaliados por estes. Os aspectos que obtiveram as menores médias foram comodidade e localidade, ambos com 4,13. Com a intenção de melhorar tais resultados a empresa está realizando uma reforma que irá ampliar suas instalações e assim fornecer mais comodidade e conforto aos seus colaboradores e clientes. Para divulgar produtos e serviços a empresa utiliza a internet, porém foi constatado que o marketing que mais influencia é o famoso "marketing boca a boca". Os estudos revelaram ainda que as pessoas que compram os produtos da marca os indicam a terceiros e tendem a retornar para realizar novas compras. Podemos salientar ainda, que a obra de ampliação das instalações é mais um reflexo da boa aceitação do público quanto aos produtos da marca e do crescimento da empresa proporcionado pela mesma.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007; [2] MOREIRA, Júlio César Tavares et al. Administração de vendas. São Paulo: Saraiva, 2000; [3] SOARES, Pedro Henrique Oliveira. Marketing boca a boca: a melhor forma de divulgar sua empresa. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/marketing-boca-a-boca-a-melhor-forma-de-divulgar-sua-empresa/75451/>> Acesso em 23/10/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

ATENDIMENTO EM EXCELENCIA AO CLIENTE: UM ESTUDO DE CASO EM UM RESTAURANTE FAST FOOD

Vitor Antunes Miranda **FERREIRA** (IC - vitorantunes.m.f@hotmail.com) e Jorge Luiz **DAIBES** (PQ)

1. Curso de Administração; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- chaves: Atendimento; excelência; necessidades.

APRESENTAÇÃO:

Iremos através deste trabalhar analisar dentro de um restaurante fast food se a disposição de um menu pode agilizar um atendimento, demonstraremos assim a importância de investir sempre em qualidade. Atualmente o mercado está acirrado, e em consequência os clientes usufruindo de várias opções de consumo, a busca de um diferencial em meio a tantos concorrentes é imprescindível, ou seja, oferecer um serviço de qualidade verificou ser de suma importância e todas as ferramentas de informações devem ser de fácil entendimento dentro da organização facilitando sempre uma melhor assimilação por parte dos clientes externos, então constatamos que para conseguirmos um entendimento melhor por parte dos clientes buscando sempre excelência foi-se necessário uma melhor simplificação de nosso menu principal realizarmos entrevistas no próprio estabelecimento, pesquisas referenciais ao tema e pesquisas bibliográficas sobre o mesmo.

DESENVOLVIMENTO:

Já dizia um famoso dito popular “Uma imagem vale mais do que mil palavras”. Segundo Coem [1], a imagem de uma empresa é tudo para ela e, de modo geral, muitas empresas não levam em consideração a possibilidade de uma crise de imagem. Com relação ao ramo de fast food, as empresas têm se tornado alvo fácil de campanhas contra obesidade, já que os dois principais ingredientes do ramo de alimentação rápida são carboidratos e gorduras. Uma crise de imagem, antes de tudo, é uma crise de confiança, de credibilidade e de reputação, e pode facilmente levar tudo a perder de forma irremediável. Uma empresa pode ter sua imagem suja apenas com a visita da vigilância sanitária que tenha encontrado irregularidades higiênicas em sua cozinha. Portanto, uma empresa no ramo da alimentação rápida não vende sanduíches ou hambúrgueres, ela os produz, o que ela deve vender dia após dia é confiança, na qualidade dos produtos, na segurança das instalações, nas condições sanitárias compreender as necessidades e os desejos dos clientes nem sempre é uma tarefa fácil. A atenção dos consumidores é atraída pelas marcas mais familiares, possuem um instinto natural para evitar o que é desconhecido. De fato, uma marca tem a capacidade de oferecer uma certa sensação de segurança quando há uniformidade em seus produtos onde quer que eles sejam comercializados. A atenção dos consumidores é atraída pelas marcas mais familiares, possuem um instinto natural para evitar o que é desconhecido. De fato, uma marca tem a capacidade de oferecer uma certa sensação de segurança quando há uniformidade em seus produtos onde quer que eles sejam comercializados. Alguns tem necessidades das quais não tem plena consciência.U

não conseguem articular essas necessidade.Ou então empregam palavras que exigem alguma interpretação”[2](KOTLER, Philip. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.)Kotler faz um diagnostico muito importante sobre as necessidades que cada cliente possui demonstrando perante sua analise que cada ser possui particularidades que devem ser respeitadas em prol de um bom atendimento para Chiavenato [3] acredita que o cliente é imprescindível para a empresa se manter no mercado e afirma que o atendimento ao cliente é um dos aspectos de maior importância do negócio, o mercado comercial era voltado para o lucro e suas estratégias eram em cima do produto. Hoje as estratégias estão envolvidas com o foco no cliente, portanto, o cliente tornou-se exigente, colocando o preço não mais como o único fator de compra. As empresas dependem dos clientes, e investir em qualidade é sinônimo de investimento a longo prazo a visão do estabelecimento perante ao cliente era o sujeito que entrava no estabelecimento comercial, chamava a atenção batendo sua mão no balcão e fazia seu pedido do produto que desejava comprar. Como o cliente não tinha muitas opções de produtos e as vezes não compreendia os mesmos, se não ficasse satisfeito, deixaria de adquirir a mercadoria ou então voltaria contra sua vontade no estabelecimento. O poder estava nas mãos dos proprietários do comércio Podemos assim considerar que o atendimento fica totalmente diferenciado quando todo o seu tratamento e voltado para satisfação,segundo Quivy e Campenhoudt a pesquisa tem como principais vantagens o grau de profundidade onde se consegue obter dos elementos uma analise franca e direcionada para o ponto proposto [4], por isso analisamos dentro de nossa empresa opiniões de clientes considerados assíduos preponderando nas pesquisas a opinião sempre da maior porcentagem de nossos consumidores, a grande maioria sentia a necessidade que na distribuição de produtos dentro do nosso cardápio eletrônico cada produto alem do nome tivesse uma numeração correspondente de fácil assimilação, pois assim constatou-se que ficava mais fácil a lembrança e que os mesmos fossem posicionados de forma ordinária e que os tornam mais fácil compreensão , os mesmos deveriam possuir seus principais ingredientes em suas nomenclaturas para que inconscientemente se possa distinguir um produto do outro fortalecendo ainda mais a percepção do cliente externo, ainda se fez necessário um estudo onde seria a localização do menu principal (cardápio iluminado e eletrônico) dentro do restaurante de modo a impactar positivamente sobre os clientes e como seria a iluminação do mesmo, fez-se necessário uma luz viva com cores quentes que causassem um friso positivo, as pesquisas realizadas dentro da organização nos demonstraram um feedback muito importante pois nossos

clientes em sua maioria constataram que o menu deveria ficar acima dos caixas registradores o que levariam a um contato visual direto com as pessoas que adentrarem em nosso estabelecimento o que nos facilitou bastante em termos de atendimento rápido e eficaz..

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

através de nossa pesquisas podemos concluir que o cliente ganhou uma dimensão maior no mundo atual e não se importar com ele tem sido a causa do desaparecimento de muitas empresas, a preocupação com o cliente deve ser constante pois os mesmos são os maiores patrimônios que uma organização pode possuir , constatamos com tudo maioria dos clientes se sentem mais confortáveis para um atendimento perante um menu de fácil visualização e de fácil entendimento melhorando assim a percepção dos mesmos, agilizando sempre o nosso atendimento, conseguimos eficiência o que nos permitiu superar as expectativas tanto dos nossos clientes externos como os internos se tornando algo no mercado intangível mais de sumo valor agregado, mesmo a palavra cliente repetida diversas vezes no trabalho não se tornou um pleonasmo mais sim a palavra mais importante de uma organização. Conforme o estudo o cliente é a pessoa mais importante para os negócios darem certo ou não e que o sucesso para um bom atendimento esta vinculado a satisfação tanto do atendente como do atendido.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA:

[1] COHEN, David.Crise de imagem: Um drama na vida das empresas. Revista Exame, ano 38 - nº 8, p. 22 – 29, Abril 2004 [2] KOTLER, Philip. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.[3] CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Atlas, 1999.[4] QUIVY, Raymond; Van Campenhoudt, Luc- Manual de Investigação em Ciências Sociais.Lisboa:Gradiva,2008 .DENTON, D. Keith. Qualidade em serviços: o atendimento ao cliente como fator de vantagem competitiva. São Paulo: Makron Books, 1990. MARQUES, Fábio. Guia prático da qualidade total em serviços. São Paulo: APMS, 2000. LIMA, Agnaldo. Gestão de Marketing Direto- Da conquista ao relacionamento com o Cliente. São Paulo: Atlas, 2006. MENEZES, Elisa, Dez coisas que você precisa saber sobre: FAST FOOD. Revista Mundo Estranho. ano 5 - nº 29, p. 18 – 20, Julho 2004. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. De A. Fundamentos de Metodologia Científica. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES. Melhoria na Qualidade do Atendimento para Bares e Restaurantes - Guia do Participante - Programa Qualidade na Mesa, 2005. Garçom - Módulo para Treinamento Ocupacional - Programa Qualidade na Mesa, 2006. Operador de Caixa - Módulo para Treinamento Ocupacional - Programa Qualidade na Mesa,2006. Guia de Boas Práticas para Serviços de Alimentação - Programa Qualidade na Mesa, 2006. RUDIO, F. V. Introdução a projetos de pesquisa. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2004. SCHLOSSER, Eric. País Fast Food. São Paulo: Ática 2001.

Área do Conhecimento(CNPq):6.02.00.00-6 - Administração

CONCESSÃO DE CREDITO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Mateus da Silva **PIMENTEL** (IC – mateuspimentel984@yahoo.com.br)¹, Marcos Vinícius Monteiro da **ROCHA** (IC)¹, Jaqueline Silva **FLORENTINO** (IC)¹ e Marcelo da Silva **CARNEIRO** (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Crédito, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte.

APRESENTAÇÃO:

O mercado nacional está passando por um intenso momento de resseção, ocasionado por diversos problemas políticos que estão assolando todo o mercado. Nessa premissa, a presente pesquisa, analisa o impacto da crise financeira, nos processos de concessão de crédito em longo prazo para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). No entanto, as instituições financeiras, conhecendo a dificuldade encontrada por estas empresas, para almejem financiamentos ou linhas de créditos com taxas de juros mais competitivas, ofertam para os gestores destes empreendimentos, outras opções de linhas de crédito com altas taxas de juros, como por exemplo, a antecipação de recebíveis que onera a margem de lucratividade, pois parte dos lucros é absorvido por altos juros.

DESENVOLVIMENTO:

Considerando que o crédito é uma das principais ferramentas que as empresas possuem para alavancar seu crescimento, é imperativa a participação das instituições financeiras em ofertar linhas de créditos adequadas ao seu desenvolvimento, principalmente, aquelas destinadas aos investimentos em ampliação de capacidade instalada, pois geram mais empregos e renda. Os gestores são desafiados a negociar com os bancos as melhores opções de crédito. No entanto, as instituições financeiras oferecem linhas de crédito convencionais, tais como: “cheque especial”, “conta garantida”, “desconto de recebíveis”, “capital de giro”, “financiamentos” e “leasing”. Para análise de crédito são exigidos das empresas, além dos documentos próprios das instituições, o “faturamento”, o “contrato social” e o “endividamento bancário”, o que naturalmente tenderia facilitar o acesso das mesmas ao mercado de crédito, já que reconhecidamente, elas possuem insuficiência nas informações contábeis e financeiras. Devido a muitas delas não darem as devidas importâncias para gestão profissionalizada. Segundo Gitman, as atividades do administrador financeiro devem ser realizadas de modo que atinjam os objetivos dos sócios [1].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A dificuldade encontrada pelas empresas em conseguir boas linhas de crédito, pode ser determinante para o desenvolvimento do município e região, já que as operações de curto prazo cobram taxas de juros superiores à média e não são adequadas para financiar projetos de expansão e ampliação dos negócios, que levam tempo para maturar. Certamente, uma parte importante do capital de giro dessas empresas está sendo canalizado para pagamento de juros, ao invés de serem canalizadas para manutenção e ampliação das atividades

empresariais. É notável que existe uma carência gritante nas empresas por uma gestão financeira de maior qualidade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA VALOR DE MERCADO PARA A TOMADA DE DECISÃO

Claudionir Vilela de **LAIA1** (IC-claudyonyrvillela@hotmail.com), Lucas José Pereira de **ANDRADE1** (IC), Webster Antônio da **SILVEIRA1** (IC) e Wisley de Jesus **VIEIRA2** (PQ)

1. Graduação em Ciências Contábeis; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36.880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: contabilidade gerencial, valor de mercado, ativo imobilizado.

APRESENTAÇÃO:

A contabilidade gerencial é uma ferramenta utilizada para a tomada de decisão em uma empresa. Segundo Padoveze, [1] a contabilidade gerencial pode ser caracterizada superficialmente, com um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório. Em contraste, a contabilidade financeira preocupa-se com o fornecimento de informações a acionistas, credores e outros agentes situados fora da organização. Segundo Crepaldi [2] a contabilidade financeira é o processo de elaboração de demonstrativos financeiros para propósitos externos à organização, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Uma das ferramentas utilizadas pela contabilidade gerencial é a atualização dos ativos a valor de mercado. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, através do Pronunciamento Técnico CPC 46, demonstra que [3] o valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 27, [4] ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período.

DESENVOLVIMENTO:

Foi realizado um estudo de caso dentro de uma empresa do ramo de autoescola na cidade de Muriaé (MG). Neste estudo de caso foi analisado o período de 01/01/2013 a 30/06/2015, onde foi feita uma análise do balanço patrimonial da empresa do grupo de contas do ativo imobilizado. Durante a análise, verificamos que houve duas vendas de veículos no valor R\$15.000,00 cada. Também foi realizada a devolução de um cavalo mecânico que estava alugada pela empresa. Com a venda desses dois ativos imobilizados foi possível realizar a aquisição de mais três veículos: Um veículo Fiat Palio no valor de R\$ 36.000,00, sendo R\$ 10.000,00 de entrada e o restante financiado em 36 parcelas mensais de R\$ 782,00; um veículo VW Gol G4 no valor de R\$ 26.500,00, com R\$ 10.000,00 de entrada e o restante através de financiamento em 36 parcelas mensais de R\$ 736,00; um veículo VW Gol G6 no valor de R\$ 33.000,00, mediante R\$ 10.000,00 de entrada e o restante financiado em 36 parcelas mensais de 934,00. Também foi adquirido um cavalo mecânico no valor de R\$ 118.000,00, financiado integralmente em 36 parcelas mensais de R\$ 3.327,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após a realização das análises concluímos que a atualização dos ativos imobilizados da empresa a valor de mercado contribuiu para a tomada de decisão. Os veículos vendidos já se encontravam com um alto grau de depreciação. A aquisição do cavalo mecânico foi realizada de forma estrategicamente correta, substituindo um valor de aluguel de R\$5.000,00 mensais por um valor de parcela de R\$ 1.673,00 por mês, além de adquirir mais um bem para o ativo imobilizado.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. [2] CREPALDI, Sílvia Aparecido. Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. [3] Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 46. Mensuração do Valor Justo. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/CPC_46.pdf> Acesso em 06/05/2015. [4] Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 27. Ativo Imobilizado. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documents/316_CP_C_27_rev%2006.pdf> Acesso em 06/05/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Jaqueline Silva FLORENTINO (IC - jaquelinecienciascontabeis@hotmail.com)¹, Marcos Vinícius Monteiro da ROCHA (IC)¹, Mateus da Silva PIMENTEL (IC)¹ e Marcelo da Silva CARNEIRO (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Planejamento estratégico, gestão, mercado.

APRESENTAÇÃO:

As constantes mudanças no mercado mundial de ordem econômica, tecnológica, comportamental e operacional traduzem em incerteza o planejamento e gestão dos negócios das empresas e são os principais problemas realçados nos dias atuais. Adequar-se a nova realidade é fator de extrema necessidade e, neste caso faz-se necessário que os gestores tenham conhecimento do negócio em que atuam o conhecimento da empresa e o alcance das decisões diárias. A maioria das empresas encontra dificuldades para se adaptarem a esse cenário hostil, pois submetem sua gestão a mudanças bruscas e repentinas. Decorrem disso, alterações que afetam sensivelmente a eficiência de seus sistemas de controle, implicando na necessidade de se adaptar a novos conceitos e técnicas que possibilitem o adequado controle das atividades.

DESENVOLVIMENTO:

Desta forma, nesta pesquisa, serão abordados conceitos relacionados ao processo de formulação e implementação das estratégias, mas antes é preciso entender o que é o planejamento estratégico. Este é um processo que visa determinar o propósito organizacional que será estabelecido de acordo com os seus gestores, colaboradores, clientes, fornecedores, ou seja, envolve tanto o ambiente interno quanto o externo. O desenvolvimento de todo negócio empresarial está condicionado à capacidade de a organização interagir com o ambiente de atuação levando-se em consideração as suas influências sobre seus objetivos estabelecidos. Feita a análise dos principais aspectos que irão influenciar o desenvolvimento da empresa, ou seja, quais são as influências do mercado e dos fatores internos sobre os objetivos estabelecidos, é necessário que os administradores definam qual a missão e visão da empresa, seus objetivos e as metas que deverão ser alcançadas ao longo do intervalo de tempo pré-estabelecido. Para Certo e Peter (1993) [1], os dois fatores que são utilizados para estabelecer e documentar as diretrizes da organização é a missão e os objetivos. Geralmente a missão organizacional está relacionada com os princípios da empresa, ou seja, o que a empresa é. Define seu propósito fundamental a finalidade de sua existência e o motivo pelo qual foi criada, a missão é considerada a identidade da empresa. Já a visão organizacional representa um estado futuro para a organização, o que se deseja alcançar. Ao definir a visão, devemos ter em mente como queremos que a empresa seja vista e reconhecida no mercado. Definido a missão e a visão organizacional, é preciso que sejam determinados os objetivos, nesta etapa é preciso estabelecer com clareza o que se pretende atingir. Para Ansoff (1997) [2],

um objetivo é como uma medida de eficiência do processo de conversão de recursos. Um objetivo contém três elementos: o atributo específico como medida de eficiência, o padrão de escala em que o atributo é medido, e a meta – valor específico na escala, que a empresa procura atingir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Uma empresa que possui seus objetivos bem definidos, metas pré-estabelecidas e controle sobre seus processos, certamente conseguirá se sobressair no mercado com sucesso logo, terão capacidade de se organizar e traçar as estratégias corretas para se manterem competitivas no mercado. Para que isso possa ser adequadamente executado, há necessidade de pleno conhecimento por parte de toda a empresa dos objetivos preestabelecidos, e de como se pretende alcançá-los. A organização e documentação de todas as informações são realizadas por meio do planejamento estratégico.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ANSOFF, H. I., Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1997. [2] CERTO, S. C., PETER, P. J. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: MAKRON Books, 1993.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

PLANEJAMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DA PERCEÇÃO DAS FAMÍLIAS DA CIDADE DE MURIAE-MG

Marcos Vinícius Monteiro da **ROCHA** (IC – marcosmrocha@hotmail.com) ¹, Iara Andrade do **PRADO** (IC) ¹, Natália Scarton **GOMES** (IC) ¹, Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES** (PQ) ²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Planejamento, Qualidade de vida, Educação Financeira.

APRESENTAÇÃO:

Segundo Gustavo Cerbasi (2013, p.17), “Grande parte dos problemas entre marido e mulher começa no dinheiro” [1]. Vários fatores são apontados como origem para as dificuldades financeiras, como: baixos salários, dificuldade para obter crédito, juros abusivos, contudo, a falta de um planejamento financeiro familiar quase sempre não é apontada como um fator relevante. Segundo Frankenberg (1999, p.31), “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família” [2]. O objetivo desse trabalho é analisar as contribuições de um planejamento financeiro para uma qualidade de vida, segundo a percepção das famílias de Muriaé - MG.

DESENVOLVIMENTO:

A pesquisa teve como universo de análise várias famílias, com diferentes rendas, tendo sido selecionada como população para estudo, as famílias da cidade de Muriaé – MG. Foram aplicados questionários com dez perguntas, como instrumento de coleta de dados, no período de Fevereiro a Abril de 2015. A pesquisa foi baseada em um questionário do livro de Gustavo Cerbasi, “Casais inteligentes enriquecem juntos”. Posteriormente, os dados foram tabulados e analisados com a utilização de técnicas qualitativas, especificamente frequência e porcentagem de incidência. Após a aplicação do questionário, obtivemos como resultado, 20% mostravam que os casais não tinham nenhum ou quase nenhum controle sobre suas finanças, ocasionando conflitos entre o casal e conseqüentemente não havia qualidade de vida, 59% mostravam que pelo menos um fazia, de alguma forma, o controle financeiro da família, mas ainda havia muitos problemas, pois apenas um se esforçava para fazer o planejamento financeiro, sendo assim, a qualidade de vida era considerada razoável, 21% mostravam que o casal seguia à risca um planejamento financeiro, tendo raramente conflitos, com isso sua qualidade de vida foi considerada excelente. Halfeld (2001, p.16) afirma que, “um dos principais obstáculos para a construção de uma poupança, está na dor da renúncia ao consumo imediato e que poucas pessoas conseguem, de fato, diferenciar os verbos necessitar e precisar, do verbo desejar.” (Grifo nosso) [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A educação financeira é um processo complexo, tendo a influência de vários fatores, desde econômicos até culturais. Segundo as famílias de Muriaé, podemos perceber que a qualidade de vida pode estar relacionada a uma vida financeira saudável. Percebemos que muitos

casais não fazem um planejamento por falta de conhecimento financeiro, sendo assim, corroborando com Gustavo Cerbasi, podemos perceber que uma das formas de mudar essa cultura consumista em uma cultura mais poupadora seria, ainda na infância, os pais e as escolas disponibilizarem um tempo para ensinar as crianças sobre finanças e a fazer desde cedo um planejamento financeiro. CERBASÍ (2014, p.51) diz que “em casa os pais devem discutir abertamente com os filhos as decisões sobre dinheiro, investimentos e planejamento para o futuro.” [4].

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CERBASÍ, Gustavo Petrasunas. Casais inteligentes enriquecem juntos. 20ª ed., p.17, São Paulo: Editora Gente, 2013; [2] FRANKENBERG, Louis. Seu futuro financeiro. 12ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999; [3] HALFELD, Mauro. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001; [4] CERBASÍ, Gustavo Petrasunas. Casais inteligentes enriquecem juntos. 20ª ed., p.51, São Paulo: Editora Gente, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

REFLEXO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE DE CARGAS

Claudionir Vilela de LAIA¹ (IC-claudyonyrvillela@hotmail.com), Adenivania Valquenya PINHEIRO¹ (IC), Webster Antônio da SILVEIRA¹ (IC) e Wisley de Jesus VIEIRA² (PQ)

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: desoneração, folha de pagamento, contribuição previdenciária

APRESENTAÇÃO:

A desoneração da folha de pagamento é viável? Essa pesquisa tem como intuito verificar se é benéfico para uma empresa de transporte de cargas se aderir à desoneração da folha de pagamento. A desoneração da folha de pagamento é uma nova forma de cálculo para o pagamento da contribuição previdenciária patronal, onde a empresa deixa de contribuir com uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamento e passa a contribuir com uma alíquota que varia de 1% a 2% sobre a receita bruta, denominada de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Podem se beneficiar com essa forma de cálculo algumas empresas específicas, entre elas, as transportadoras de cargas. Conforme informado pela Receita Federal do Brasil, [1] a alteração da legislação tributária incidente sobre a folha de pagamento (desoneração da folha) foi efetuada em agosto de 2011, por intermédio da Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei 12.715/2012, Lei 12.794/2013, e Lei nº 12.844/2013). Esta medida consiste na substituição da base de incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, por uma incidência sobre a receita bruta.

DESENVOLVIMENTO:

Foi realizado um estudo de caso em uma empresa do setor de transporte de cargas na cidade de Muriaé (MG). Foram analisados os dados da folha de pagamento e da contribuição previdenciária patronal no período de 01/01/2013 a 30/04/2015. Verificamos que a empresa pagou no ano de 2013 o montante de R\$ 2.089.004,92 de contribuição previdenciária patronal, calculado à uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Em janeiro de 2014 a empresa se aderiu à desoneração da folha de pagamento, passando a recolher a contribuição previdenciária patronal através da alíquota de 1% sobre a receita bruta (descontando as deduções) e teve como recolhimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta o montante de R\$ 871.419,37 no ano. Caso a empresa não tivesse optado pela desoneração da folha de pagamento, teria que ter pago o total de R\$ 1.744.991,93, ou seja, obteve de economia no ano de 2014 o valor de R\$ 873.572,56. Em 2015, até o mês de abril, a empresa havia recolhido o total de R\$ 297.755,80, ao invés de R\$ 530.082,04 caso a empresa recolhesse sobre os 20% da folha de pagamento. No total, de janeiro de 2014 a abril de 2015, a empresa economizou R\$ 1.105.898,80.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluimos que a empresa analisada obteve benefícios ao se aderir à desoneração da folha de pagamento, recolhendo a Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta (CPRB) à alíquota de 1%. No período que a empresa optou pela desoneração (janeiro/2014) até o mês de abril de 2015, a empresa havia economizado R\$ 1.105.898,80. Caso a empresa fosse tributada à alíquota de 2%, a empresa obteria, nesse mesmo período, uma desvantagem financeira no valor de R\$ 63.276,37. Isso demonstra que não é somente o fato de ter optado pela desoneração da folha de pagamento que trouxe benefícios para a empresa, mas, principalmente, pela empresa estar enquadrada na alíquota de 1% sobre a receita bruta.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS e ao professor Wisley pelo trabalho realizado.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Desoneração da Folha de Pagamento: Estimativa de Renúncia e Metodologia de Cálculo. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/RenunciaFiscal/Desoneracaodaofolha.pdf>. Acesso em: 25/05/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

A MELHOR FORMA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL

Claudionir Vilela de **LAIA**¹(IC-claudyonyrvilela@hotmail.com), Adenivania Valqueria **PINHEIRO**¹(IC), Webster Antonio da **SILVEIRA**¹(IC) e Wisley de Jesus **VIEIRA**² (PQ)

1. Graduação em ciências contábeis; 2. Professor
Faculdade de Minas-FAMINAS-36.880-000-Muriae-MG.

Palavras-Chaves: desoneração da folha pagamento, tributação, contribuição previdenciária

APRESENTAÇÃO:

A desoneração da folha de pagamento é uma nova forma de tributação, onde a empresa deixa de contribuir para a previdência com uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamento salarial e passa a contribuir com uma alíquota que varia de 1% a 2% sobre a receita bruta. Mas a desoneração da folha não é para todas as empresas e indústrias, para cada uma delas vai demandar o tipo de atividade que ela desenvolve, o tipo de produto que ela produz, é somente para as que se enquadram em determinados códigos do (CNAE) ou se indústria nos códigos do (NCM), também as empresas de construções civis. As empresas que se enquadram nos aspectos determinados estão obrigadas a seguir essa nova lei. Segundo a RFB [1] a lei 12.546 diz que altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona. A RFB diz que a alteração da legislação tributária incidente sobre a folha de pagamento (Desoneração da Folha) foi efetuada em agosto de 2011, por intermédio da Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei 12.715/2012, Lei 12.794/2013, e Lei nº 12.844/2013). Esta medida consiste na substituição da base de incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, por uma incidência sobre a receita bruta. A implementação da incidência sobre a receita bruta se deu, em termos práticos, por meio da criação de um novo tributo, Contribuição Previdenciária sobre a receita Bruta (CPRB), que consiste na aplicação de uma alíquota ad valorem, 1% ou 2%, a depender da atividade, do setor econômico (CNAE) e do produto fabricado (NCM), sobre a receita bruta mensal. Na Lei 8.212 art. 22, inciso I diz[2]: vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. Em seu inciso III, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestam serviços. Pois no art. 7º da lei 12.546/2011 [3] contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedido, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da lei 8.212,

de 24 de junho de 1991, a alíquota de 2% (dois por cento), no art. 8º, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, a alíquota de 1% (um por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da lei 8.212 de 24 de junho de 1991, às empresas que fabricam os produtos classificados na tip, no inciso XIV menciona o de transporte rodoviário de cargas, enquadradas na classe 4930-2 da CNAE 2.0. Em 2015 o governo propõe um aumento nas alíquotas da desoneração da folha de pagamento, que com esta medida as empresas teriam que refazer os cálculos para saber qual a melhor forma de tributação para a empresa, pois o aumento da alíquota poderia não ser mais viável a empresa, mas ele voltou a traz e sua medida provisória perdeu sua eficácia. Segundo a Coad [4], foi publicado no diário oficial, 27/02/2015, a medida provisória 669, de 26/02/2015, que altera dentre outras normas a Lei 12.546/2011, que a partir de junho de 2015, poderão contribuir sobre a receita bruta as alíquotas de 2,5% ou 4,5%, anteriormente de 1% ou 2%, em substituição a contribuição sobre a folha de pagamento, as empresas cujos serviços ou produtos se enquadram nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011; [5] porém o Presidente do Congresso Nacional, por meio de um ato declaratório 5, de 03/03/2015, publicado no diário oficial de hoje 05/03, declara a perda da eficácia da Medida Provisória 669, de 26/02/2015, que dentre outras normas aumentaria, a partir de 01/06/2015, de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5%, as alíquotas de contribuição previdenciária incidentes sobre a receita bruta em substituição a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento, das empresas enquadradas nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011. Com a perda da eficácia da Medida Provisória 669/2015, continuam em vigor as regras previstas nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011, permanecendo 1% e 2% as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta.

DESENVOLVIMENTO:

Foi realizado um estudo de caso dentro de uma empresa do setor de transporte de cargas na cidade de Muriaé (MG). Neste estudo de caso foi analisado a contabilidade do departamento pessoal no período de 01/01/2013 a 30/04/2015, onde analisamos quanto a empresa pagava de contribuição previdenciária patronal mensal. Diante desta análise verificamos que a empresa pagou no ano de 2013 R\$ 2.089.004,92 de contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento com uma alíquota de 20% para a previdência. Em janeiro de 2014 esta empresa se aderiu a nova forma de tributação, que é a Desoneração da Folha de Pagamento, passando a ser tributado a uma alíquota de 1% sobre a receita bruta, (descontando as deduções até chegar a base de cálculo).

208

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após feito esta análise e cálculos da folha de pagamentos, concluímos que esta empresa foi beneficiada com esta nova forma de tributação, pois fizemos mais alguns cálculos de janeiro de 2014 a abril de 2015 e vejamos só como esta empresa economizou de contribuição previdenciária patronal, se ela continuasse a contribuir com a alíquota de 20% ela teria pago nesta data a quantia de R\$ 2.275.073,97 de contribuições previdenciária patronal, como ela se aderiu a forma de tributação, sua contribuição previdenciária patronal sobre a alíquota de 1% foi de R\$ 1.169.175,17, desta forma resultando em uma economia de R\$ 1.105.898,80, resultando em % de economia. Diante destes resultados, se o governo aumentasse as alíquotas da desoneração da folha como ele tinha proposto, a alíquota de 2,5% sobre a receita bruta, para esta empresa não é viável, mas a uma alíquota de 1% ficou constatado que é viável e benéfico para esta empresa, que obteve uma economia satisfatória.

AGRADECIMENTO:

À Faminas e ao professor Wisley pelo trabalho realizado.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/RenunciaFiscal/Desoneracaodafolha.pdf>, acesso em 25/05/2015 [2] Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8.212compilado.htm, acesso em 25/05/2015 [3] disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2011-2014/2011/lei/l12.546.htm, acesso em 25/05/2015 [4] disponível em: <http://www.coad.com.br/home/noticias-detalle/64604/medida-provisoria-sobre-desoneracao-da-folha-de-pagamento-perde-eficacia>, [5] disponível em: www.coad.com.br/home/noticias-detalle/64484/majorados-os-percentuais-de-contribuicao-sobre-a-receita-bruta

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELOS SISTEMAS GERENCIAIS NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG

Adenivânia Valqueria **PINHEIRO** (IC - adenivania@hotmail.com)¹, Claudionir Vilela de **LAIA** (IC)¹, Rafaela de Freitas **CÂNDIDO** (IC)¹, Wisley de Jesus **VIEIRA** (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Sistemas Gerenciais, Gestão, Tomada de decisão.

INTRODUÇÃO:

Podemos definir Sistema de Informação como um conjunto de recursos humanos, materiais e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir as organizações o cumprimento de seus objetivos principais[1]. Conhecidos como softwares ERP- Enterprise Resource Planning, os Sistemas Integrados de Gestão Empresarial são plataformas de softwares desenvolvidas para integrar e consolidar todos os diversos departamentos de uma organização em um único sistema. A contabilidade gerencial, em um sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador [2].

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi aplicado um questionário com 19 perguntas de múltipla escolha em 36 % dos postos de combustíveis do Município de Muriaé-MG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Verificou-se que todas as empresas pesquisadas possuem algum sistema gerencial. Em 80% das empresas o sistema gerencial consegue demonstrar a posição financeira a curto prazo e em 40% delas o sistema gerencial não demonstra a posição financeira a longo prazo (previsão para os próximos 12 meses). Em 80% das empresas utilizam o sistema gerencial para tomada de decisão. Em todas as empresas pesquisadas os dados são inseridos diariamente no sistema, sendo que 20% dos gestores entrevistados disseram que não há funcionários qualificados para utilização do programa. Em 80% das empresas houve um treinamento dos funcionários sobre a funcionalidade do software. Em 80% das empresas o software atende as expectativas dos gestores e em 60% delas os funcionários conhecem todas as funcionalidades do software. Em 80% das empresas entrevistadas afirmaram que através do software se consegue ter uma visão geral da empresa, principalmente no que se referem a finanças e estoque. Em 60% os relatórios gerados são conferidos e corrigidos por outro funcionário, a fim de se evitar erros. Os módulos mais utilizados são: caixa, contas a pagar, contas a receber, notas fiscais (emissão e lançamento), cadastro de produtos e controle de estoque. O módulo de Demonstração do Resultado do Exercício é pouco utilizado, Quando necessário a DRE é solicitada junto à contabilidade. 40% das empresas assumiram que ocorrem erros desnecessários pela incorreta utilização do

software e em 80% das empresas há uma exigência da diretoria em corrigir esse desvio.

CONCLUSÕES:

Evidenciou-se que os sistemas gerenciais são de extrema importância nas empresas pesquisadas, com exigência da diretoria em melhorar a forma como o software é utilizado. Os gestores reconhecem a utilidade dos sistemas, principalmente se os dados forem lançados corretamente. A conferência dos dados é geralmente efetuada pelos gerentes da entidade ou pelos próprios gestores, e proporciona maior confiabilidade e credibilidade das informações. Apesar de a maioria conhecer todas as funcionalidades do software, uma parte significativa dos entrevistados ainda desconhece muitos módulos do próprio sistema, o que de certa forma restringe o aproveitamento de todos os benefícios oferecidos pelo mesmo. O sistema é utilizado para tomada de decisão no que tange a área operacional, pouco sendo utilizado para fazer projeção do futuro da empresa quanto a investimentos, aplicações, ponto de equilíbrio, planejamento tributário, controle orçamentário e análise de desempenho.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2010. [2] IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Gerencial, São Paulo: Atlas, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS QUE O PROUNI PROPORCIONA A UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG

Rafaela de Freitas **CÂNDIDO** (IC - rafelacandido@hotmail.com)¹, Alexandra Aparecida Ribeiro **VIEIRA** (IC)¹, Adenivânia Valquênia **PINHEIRO** (IC)¹, Wisley de Jesus **VIEIRA** (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: PROUNI, Adesão, Vantagens

APRESENTAÇÃO:

O PROUNI – “Programa Universidade para Todos” é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (25% e 50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de educação e seqüenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior [1]. A adesão das instituições ao PROUNI proporciona isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) [2]. Este trabalho tem como objetivo identificar os benefícios tributários obtidos pelas instituições educacionais que aderem ao PROUNI, a relação dos mesmos com a quantidade de ingressos através do programa ao ensino superior e de que forma esses benefícios interferem na gestão financeira da entidade.

DESENVOLVIMENTO:

Foi efetuada uma pesquisa em uma instituição de ensino superior do município de Muriaé – MG, através da aplicação de um questionário com questões abertas. De acordo com a pesquisa verificou-se que os benefícios tributários alcançam 12% da receita bruta total da instituição. No ano de 2005, no início da adesão ao programa pela IES (Instituição de Ensino Superior), foram oferecidas 76 bolsas integrais e só havia a modalidade de bolsas integrais. A modalidade de bolsa parcial passou a ser oferecida a partir do ano de 2010. Já no 1º semestre de 2014, a IES ofereceu 28 bolsas integrais, uma diminuição de 36,84%, porém, no mesmo período foram ofertadas 73 bolsas parciais, ou seja, apesar de ter ocorrido a diminuição da quantidade de bolsas integrais a IES compensou com um número bem maior de bolsas parciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através da pesquisa conclui-se que os benefícios tributários que a IES obtém com a adesão ao PROUNI compensa financeiramente a receita renunciada com os alunos bolsistas. De acordo com o gerente administrativo e financeiro as instituições privadas de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes poderão oferecer uma bolsa integral para cada 22 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 25% e 50% na proporção necessária para que a soma dos benefícios

concedidos atinja o equivalente a 8,5% da receita anual dos períodos letivos que já tenham bolsistas do PROUNI, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica. [3] Verificou-se que as concessões às bolsas pelo PROUNI são viáveis para a instituição, pois além de ser um programa de cunho social, possibilitando às famílias de baixa renda acesso ao ensino superior, a IES se beneficia também com a redução de seus impostos a pagar, o conseqüente aumento do seu lucro líquido, melhorando a imagem da IES junta à sociedade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PROUNI – Programa Universidade Para Todos. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em 24/07/2015. [2] COLLUCCI, Cláudia. Um terço dos alunos não pode se inscrever no Prouni. Folha de São Paulo, São Paulo, 2004. [3] Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em 03/08/2015.

CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO DE UMA TRANSPORTADORA – UM ESTUDO DE CASO

Jôsy de Almeida **PAULA** (IC josyalmeida84@hotmail.com)¹, Taiana Cristina de Freitas da **SILVA**(IC)¹, Fernanda Pereira da **SILVA**(IC)¹ e Wisley de Jesus **VIEIRA**(PQ)²

1. Graduação em Ciências Contábeis; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36.880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: contabilidade gerencial, transportadora, capital de giro.

APRESENTAÇÃO:

O ano de 2015 iniciou-se com a economia do país sofrendo desequilíbrios. Neste contexto, muitos empreendedores sofrem problemas financeiros, falência, interdições ou em sua forma mais branda, atrasos de pagamentos.

DESENVOLVIMENTO:

Essa pesquisa foi realizada na empresa chamada aqui de Fx3 Transportes do ramo de transportes de cargas. Segundo Drucker (2002), [1] as empresas necessitam de ferramentas que possibilitem o processo de tomada de decisão sem que haja a necessidade de adivinhar em qual estágio da economia a empresa se encontra. Marion (2004) disse que, [2] os interesses dos usuários externos nas informações geradas pela Contabilidade podem assim ser descritos: o governo... a fim de verificar quanto de impostos foram gerados...; os bancos financiam investimentos...; os fornecedores querem saber se a empresa apresenta condições para pagamento das compras. A Fx3 Transportes apresenta um faturamento mensal médio de R\$ 6.100.000,00. Em seu último pedido de capital de giro a uma instituição financeira a empresa teve que responder a razão do crescimento em endividamento bancário em mais de 10 milhões no último ano, qual prazo médio de recebimento das empresas clientes no período anterior e no atual, além de qual será a estratégia a longo prazo. A empresa adquiriu 40 cavalos e 59 reboques, aumentou o faturamento médio mensal para os atuais R\$ 6.100.000,00, aumentando os custos operacionais. Mudou a rota Nordeste – São Paulo, passando a receber o frete com 45 dias nessa rota. E tem buscado como estratégia: a) negociar um possível aumento no prazo médio de pagamentos. b) ampliar os controles de custos. c) aumentar a tabela de frete. Com essas ações a empresa acredita que vai melhorar o seu resultado líquido, e que nos próximos 5 meses estará reduzindo o PMT de R\$ 633.898,00 para R\$ 296.000,00, liquidando R\$ 337.000,00 nesse prazo. Diante dessa explicação a empresa conseguiu o capital de giro solicitado, mas a sua grande tomada de decisão ainda está por vir. Encontra-se em tramitação a MP 661 [3] que autoriza a união a refinanciar os FINAMES existentes para as empresas de transportes com uma carência de 12 meses e uma nova taxa de juros sobreposta a já existente no contrato. A empresa tem contraído capitais de giro a uma taxa de juros média de 1,7% a.m., mais o IOF a 0,38%, tendo que oferecer bens como garantia. Em contrapartida, os FINAME's são isentos de IOF. Espera-se a sanção da MP 661 com a nova taxa de juros para que a empresa entre em processo de refinanciamento dos contratos e utilize a carência para gerar um volume em

caixa, fazendo melhores negociações com fornecedores e a eliminando as despesas com juros passivos. O contador deve fornecer as informações para a tomada de decisão dentro dos padrões e diretrizes da empresa. Como já citado por PADOVEZE (2002), o contador deve respeitar a posição do usuário e sua forma de enxergar e utilizar a informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O sucesso das organizações está associado ao uso preciso das informações contábeis aliadas à contabilidade gerencial. A contabilidade gerencial tem como objetivo subsidiar a empresa para que esta tenha vantagem competitiva e crescimento sustentável, através de informações contábeis. No caso específico da transportadora Fx3, pode ser observado a relevância das informações contábeis na tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DRUCKER, P. F. *Prática de Administração de Pequenas Empresas*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. [2] MARION, J. C. *Contabilidade Básica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004. [3] Medida Provisória nº 661/2014. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/portal/medidaprovisor/ia/119262>> Acesso em 15/05/2015. [4] PADOVEZE, C. L. *Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

IMPORTÂNCIA DE UM BALANÇO: O CASO PETROBRAS

Krislany Estefany da **SILVA** (IC- krislanyasilva17@gmail.com)¹, Denise de Oliveira **FERNANDES**(IC)¹, João Paulo **TEIXEIRA**(IC)¹, Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER**(PQ)².

1. Curso de Ciências Contábeis, 2. Professor

FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Balanço Patrimonial, Publicação, Antecipação de Dívidas.

APRESENTAÇÃO:

“O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade” [1]. Sendo assim ele é ferramenta extremamente importante na tomada de decisões dos diversos usuários da contabilidade. No caso das organizações listadas em bolsa, é um dos instrumentos que permite os acionistas a visualizarem a situação da entidade no que diz respeito a sua situação patrimonial, econômica e financeira. Ainda é uma das ferramentas que possibilita fornecedores e credores manterem ou não seus acordos com a empresa. Busca-se nesse trabalho, por meio do estudo de caso investigativo, com pesquisa documental de revisão e análise das opiniões de alguns especialistas, publicadas na imprensa especializada, acerca da dificuldade da Petrobras para a publicação de suas demonstrações contábeis do exercício de 2014, demonstrar os possíveis impactos que poderiam ocorrer na posição na empresa caso não publicasse suas demonstrações tempestivamente.

DESENVOLVIMENTO:

Considerando a legislação brasileira, os números anuais precisam ser publicados até o fim de março do ano subsequente e pelas regras americanas até o fim de abril. Em janeiro, após adiar a publicação de seu balanço trimestral por duas vezes, a Petrobras divulgou um resultado não auditado para o terceiro trimestre de 2014 e uma estimativa preliminar de R\$88,6 bilhões para a sobrevalorização de ativos, onde não se conseguiu definir o que seria fruto de corrupção e o que decorreria de falhas de gestão. Esse atraso expôs a Petrobras a um processo desgastante, considerando que sua dívida bruta é a maior no setor corporativo no mundo, R\$331,7 bilhões (em setembro de 2014), situação que piorou após as revelações da Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Em meio a tantos problemas houve a renúncia da presidente Graça Foster e o atual presidente Aldemir Bendine, disse que os R\$88,6 bilhões é “um número aleatório, que não diz praticamente nada” [2]. Bendine, em 22 de abril de 2015, apresentou o balanço auditado do exercício de 2014, com um prejuízo de R\$21,6 bilhões, o valor da corrupção foi estimado em R\$6,2 bilhões. Caso o balanço auditado não fosse publicado até junho de 2015, credores poderiam exigir a antecipação do vencimento de dívidas, hipótese que levaria a empresa a uma crise de caixa sem precedentes. “Caso o balanço não fosse aprovado pelos auditores, há cláusulas de aceleração de um total de R\$57 bilhões em títulos que poderiam ser acionados antecipadamente, o HSBC chamou a atenção para o perfil das dívidas da Petrobras que representam 120% do valor

atual de mercado da empresa e cerca de 3% do PIB do Brasil estimado para 2015” [3]. Com isso investidores têm se apresentado cada vez mais desestimulados com as ações e títulos da empresa, devido a grandes incertezas corporativas.

CONDIDERAÇÕES FINAIS:

Por meio dessa pesquisa foi possível concluir sobre quanto é significativo o balanço patrimonial para as empresas, pois um balanço auditado e publicado tempestivamente pode evitar a conversão de dívidas e o seu respectivo pagamento antecipado. O atraso na publicação do balanço e o risco de não aprovação pelos auditores expuseram a Petrobras a riscos financeiros incalculáveis, já que poderia ser obrigada a saldar antecipadamente débitos junto aos credores em montante superior à sua disponibilidade de caixa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PORTAL da contabilidade: Balanço patrimonial. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm>>. Acesso em: 15 de jul de 2015. [2] ROMERO Cristiano, Bendine diz que vai cortar investimentos, Rio, Valor Econômico, quinta-feira, 12 de fev de 2015. [3] CUTAIT Beatriz, MEIBAK Daniela, ROSTÁS Renato, Petrobras: ação para comprar e vender, São Paulo e Rio, Valor Econômico, terça-feira, 10 de fev de 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O SIMPLES NACIONAL EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS-MG

Fernanda Pereira da SILVA (IC –nandacoelho92@hotmail.com)¹, Josy de Almeida PAULA (IC)¹, Layla Jennyfer de Carvalho PEREIRA e Wisley de Jesus VIEIRA (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Conhecimento, Simples Nacional.

INTRODUÇÃO:

Muito se tem visto falar no universo empresarial sobre o diferencial que a informação consegue agregar às empresas. Neste contexto vale destacar a importância do conhecimento sobre a legislação tributária para um planejamento ideal. Nesse aspecto os tributos são considerados entraves para o desenvolvimento econômico refletindo em sua competitividade, no entanto, para o Estado, uma obrigação que, constitucional e legalmente amparada, pode ser convertida em benefícios para o cidadão. O regime tributário Simples Nacional estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [1]. Considera-se ME, para efeito da Lei Complementar nº 123, de 2006, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Considera-se EPP, para efeito da Lei Complementar nº 123, de 2006, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) [2].

MATERIAL E METODOS:

O estudo tem por referência os dados obtidos por meio de um questionário implantado em uma amostra de 19 empresas no município de Vieiras-MG para avaliar o nível de conhecimento dos empresários e administradores sobre o regime tributário Simples Nacional. Os dados foram obtidos no mês de julho de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Do total de 19 empresas entrevistadas, 89% afirmaram possuir um faturamento anual menor ou igual a R\$ 36.000,00 e 11% possuem faturamento anual maior do que R\$ 36.000,00, porém, menor ou igual a R\$ 3.600.000,00. Em relação a modalidade de enquadramento das empresas, 78% disseram ser Microempresa (ME), 16% Empresa de Pequeno Porte (EPP) e 6% não souberam responder. Quando interrogados sobre o regime tributário Simples Nacional, 95% disseram ser optantes e 5% disseram não ser optantes. Em relação ao nível de conhecimento dos empresários e administradores do Simples Nacional 58% afirmaram possuir conhecimento médio, 21% disseram possuir conhecimento baixo e os outros 21% não

possuem conhecimento. Quanto a ser questionado se sabem em qual(is) anexo(s) do Simples Nacional a empresa se encontra 42% responderam que sim e 58% responderam que não. Quando questionado sobre o funcionamento da contabilidade da empresa 100% disseram que esta é feita por um escritório externo à empresa. Como empresário e administrador 53% disseram não possuir conhecimento da legislação tributária nacional e 47% disseram possuir algum conhecimento.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que o conhecimento sobre legislação tributária nacional é de extrema relevância para o administrador de uma empresa. Assim, a análise do presente estudo permite constatar o baixo nível de conhecimento que os empresários e administradores possuem com relação ao regime tributário Simples Nacional, mesmo sendo 95% optantes por esta modalidade. Vale destacar, contudo, que todas as empresas entrevistadas possuem contabilidade externa, evidenciando uma falha de comunicação entre empresa e escritório contábil.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em 18/08/2015. [2] Portal do Simples Nacional. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>> Acesso em 18/08/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

USO DE FERRAMENTAS CONTÁBEIS NO AUXÍLIO À GESTÃO DAS MICROEMPRESAS DE ESPERA FELIZ-MG

Denise de Oliveira **FERNANDES** (IC-denisecontab4@gmail.com)¹, Krislany Estefany da **SILVA** (IC)¹, Juliana Pereira Rosa **RODRIGUES** (IC)¹, Wisley de Jesus **VIEIRA** (PQ)².

1. Curso de Ciências Contábeis, 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Tomada de decisão, Gestão, Ferramentas Contábeis.

INTRODUÇÃO:

As microempresas são a maioria dos empreendimentos ocorrentes na cidade de Espera Feliz - MG, tendo assim relevância na economia local, pois produzem e mantêm postos de trabalho e garantem a renda de parcela considerável da população. Considerando o atual cenário econômico e os desafios que este traz aos gestores, a contabilidade assume papel relevante na gestão empresarial, fornecendo informações através de suas ferramentas, pois ela representa um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões [1]. A contabilidade financeira destina-se a fornecer informações financeiras e econômicas aos usuários externos da empresa. Esse processo é muito influenciado por autoridades que estabelecem padrões regulamentadores e fiscais, bem como exigências de auditoria e contadores independentes [2]. Já o ramo da contabilidade que se ocupa de fornecer informações para a tomada de decisões na organização é a contabilidade gerencial, que pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados em outras áreas da contabilidade, colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada [3]. Nesse contexto, questiona-se: quais ferramentas contábeis as microempresas da cidade de Espera Feliz estão usando para auxiliar seus gestores a tomarem decisões precisas? O objetivo geral deste trabalho é investigar e analisar as ferramentas contábeis que têm sido utilizadas pelas microempresas para auxílio na gestão. Os objetivos específicos compreendem a identificação das ferramentas e a posterior avaliação quantitativa dos dados coletados por meio da aplicação de questionário.

MATERIAL E MÉTODOS:

Esta pesquisa tem como população analisada as microempresas da cidade de Espera Feliz-MG. Utilizou-se de questionários como forma de coleta de dados que foram analisados por meio de técnicas quantitativas, considerando o percentual de ocorrência e a frequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados mostraram que 40% das empresas atuam no ramo comercial, 34% na prestação de serviços e 26% conjugam comércio e serviços. Destas empresas 68% fazem o controle de contas a pagar, 59% o controle de contas a receber, 53% controle de estoque, 100% o fluxo de caixa e 59% apuram o resultado. Sobre o cálculo da margem de contribuição por produto ou por mix de produtos apenas 22% o realizam e quanto ao cálculo do

ponto de equilíbrio somente 16% o fazem. Sobre o ponto de vista acerca da função da contabilidade 68% entendem que ela serve para fornecer informações necessárias à Receita Federal, Estadual e Municipal e 32% acreditam que serve para fornecer informações aos sócios (proprietários) da empresa para que possam tomar decisões com base nessas informações. Apenas 40% recebem o balanço patrimonial anualmente. O mesmo ocorre quanto a DRE. Enfim somente 40% das empresas utilizam essas ferramentas para tomar algum tipo de decisão.

CONCLUSÕES:

A pesquisa revelou que a maioria dos microempresários utilizam algumas das ferramentas pesquisadas, embora algumas delas de forma bastante restrita como o cálculo da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio. Mostrou-nos também que a maioria entende que a contabilidade tem como função fornecer informações fiscais e que poucos destes utilizam as informações fornecidas por instrumentos contábeis para tomarem suas decisões.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MARION, J.C. Contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 1988. [2] CREPALDI, S. A. Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2004. [3] IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.08.00.00-1 - Ciências Sociais Aplicadas

SOLUÇÃO TÉCNICA UTILIZADA PELA PETROBRAS PARA AJUSTES DE SEU BALANÇO APÓS A OPERAÇÃO LAVA – JATO.

Thiago Souza de **PAULA** (IC – thiagocps182@live.com)¹; Túlio Oliveira do **SANTOS** (IC)¹; Daniel Queiroz dos **SANTOS** (IC)¹,
Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER** (PQ)²

1. Graduando de Ciências Contábeis; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Demonstrações contábeis, impairment, sobrepreço.

APRESENTAÇÃO:

Um desdobramento inesperado da Operação Lava-Jato foi o impacto sobre as demonstrações contábeis da Petrobras, pois conforme demonstrado durante as investigações da operação policial, alguns projetos, obras e instalações contratados pela empresa foram objeto de licitações fraudulentas, que levaram ao sobrepreço dos ativos e, conseqüentemente, ao registro contábil desses mesmos ativos por valores acima dos valores reais de mercado. Esse desfecho evidenciou que as demonstrações contábeis não refletiam a real situação patrimonial da empresa e precisaria ser ajustado para se alcançar essa condição [1]. O presente trabalho objetiva demonstrar qual foi a solução encontrada pela empresa para proceder ao ajuste necessário e adequar suas demonstrações contábeis ao valor real dos ativos. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio da revisão de diversos artigos publicados em série por diversos especialistas, no Jornal Valor Econômico e em seu portal, no período compreendido entre novembro de 2014 e maio de 2015. O objeto principal da pesquisa foram as decisões técnicas utilizadas pela empresa para ajustar suas demonstrações contábeis após as evidências de que diversos ativos haviam sido registrados na sua contabilidade com sobrepreço.

DESENVOLVIMENTO:

Ao publicar em abril de 2015 suas demonstrações contábeis ajustadas, referentes ao exercício de 2014, a Petrobras divulgou uma baixa contábil total de cerca de R\$44 bilhões, o que gerou uma série de análises e discussões no meio contábil e jurídico acerca da solução adotada para se chegar a esses valores. Observou-se que o auditor usou informações passadas pela justiça para comprovar que durante a construção da refinaria Abreu e Lima (Rnest) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), foram praticadas várias licitações fraudulentas, por meio do sobrepreço e superfaturamento. Por meio de uma solução considerada “simplista” por muitos especialistas, foi realizada uma baixa contábil no montante de R\$6,2 bilhões, baseada na estimativa de 3% de sobrepreço sobre o valor total dos contratos assinados no período de 2004 a 2012. Contudo, o principal ajuste realizado totalizou o montante de R\$31 bilhões e foi decorrente da perda de valor recuperável dos ativos, também chamado de “impairment. Discute-se que a solução ideal seria reconhecer lançamentos contábeis errados e corrigir, contrato por contrato, incluindo balanços anteriores. Contudo, a principal solução encontrada pela empresa foi o ajuste ao valor recuperável dos ativos, ou seja, o impairment. A opção pelo “impairment” não descarta que a empresa divulgue como correção de erros,

os valores em que conseguir identificar com segurança como sendo referentes à corrupção. Esse teste prevê que a empresa calcule de duas formas os valores de um ativo ou UGC – Unidade Geradora de Caixa: 1) pelo valor justo, ou seja, quanto um terceiro estaria disposto a pagar pelo bem, baseando-se em condições de mercado; e, 2) pelo valor em uso, que considera a estimativa de fluxo de caixa gerado pelo uso do ativo, considerando-se inclusive as sinergias e outras características da empresa como: taxa de desconto, custo de produção e outras variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após a análise da solução técnica utilizada pela Petrobras para ajuste de suas demonstrações contábeis, conclui-se que a empresa teve muitas dificuldades para encontrar o valor exato que a corrupção causou de sobrepreço em seus ativos. Sendo assim, a empresa utilizou uma solução considerada “simplista” por especialistas e complementou os ajustes necessários por meio do teste de impairment.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Jornal Valor Econômico. Portal Valor Econômico: www.valor.com.br. Portal Petrobras – www.petrobras.com.br.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

BUSCA DA EFICIÊNCIA: DIFICULDADES E CARÊNCIAS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MIRADOURO NA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Wilson Ribas **LEAL**(IC vil-son-ribas@hotmail.com)¹, Alice De Almeida **PEDROSA**(IC)¹, Alcione **OLIVEIRA** (IC)¹, Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Conselho-tutelar, Carência e Proteção.

INTRODUÇÃO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990, trouxe um novo paradigma das políticas de proteção dos direitos das crianças e adolescentes [1]. Esta Lei veio com intuito de introduzir mudanças na gestão da política pública de atendimento à infância e à juventude, para que haja diferentes agentes na defesa, no controle social e na promoção social destes direitos. Uma das asserções fundamentais é que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente seja feito por meio de ações conjuntas, por parte da família, da sociedade e do Estado. Esta mudança de entendimento constitui um marco da luta da sociedade civil na defesa dos direitos da criança e do Adolescente. Neste sentido surgem os Conselhos Tutelares com a finalidade em prover e garantir a defesa dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei.

MÉTODO:

No presente trabalho foi realizado visitas ao Conselho Tutelar de Miradouro/MG no período de janeiro a fevereiro de 2015 observando sua funcionalidade administrativa, abordando pontos importantes de sua estrutura, funcionamento e a capacitação dos membros titulares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Apesar dos muitos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda convive-se com uma série de situações que configuram claras violações aos direitos das crianças e dos adolescentes. Os Conselhos Tutelares ocupam uma posição estratégica nesse cenário, pois têm a função de proteger e zelar diretamente pelos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias, promovendo articulações com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, visando à reparação dos direitos violados. Posicionados “na linha de frente”, em contato direto com a comunidade e buscando a solução dos casos individuais desempenham um papel fundamental no campo da prevenção de riscos e da promoção de direitos. O artigo 134 da Lei Federal 8069/90 impõe aos municípios criar lei para estabelecer critérios e requisitos específicos com a finalidade de que sejam obedecidos os regramentos dados no tocante da organização local, dias e horários de funcionamento e quanto à sua remuneração, ajustando de forma discricionária na esfera federal às necessidades específicas de cada município, que deverá constar na lei orçamentária municipal a previsão anual dos gastos que o órgão terá dentro dos seus Conselhos Tutelares, visando dar o bom andamento na execução de suas funções [2]. Neste ensejo, os cinco membros do colegiado destacaram que a maior dificuldade na elaboração do trabalho é a

precariedade estrutural da sede e baixa remuneração paga pelo do Poder Executivo; no que tange aos atendimentos diligenciais, três membros ressaltaram que a capacitação é fundamental na efetivação da qualidade dos conselheiros, sendo que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Miradouro/MG, órgão este essencial no monitoramento e apóio se mantém inerte neste quesito; concomitante, salientaram que a sede não condiz com as adequações necessárias ao um atendimento privativo e a falta de computadores poderia desburocratizar e propiciar a celeridade dos atendimentos.

CONCLUSÃO:

Após análise das informações conclui-se que o Conselho Tutelar de Miradouro tem grande eficácia na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Por outro lado, a administração municipal desta cidade mostra-se desinteressada em apoiá-lo, dificultando o cumprimento de seus atributos, e a falta de estrutura compromete a eficiência e prejudica sua legitimidade junto à população, acabando por resultar na violação de um direito constitucional.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE- LEI 8069/90-, EDITORA IMPRENSA OFICIAL MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2006. [2] CURY, Munir. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 8 ed., São Paulo: Editora Malheiros, 2006, p. 452.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E O ERRO MÉDICO

Patrícia Leite de Sousa **RIBEIRO** (IC – plsousa73@ig.com.br)¹, Anderson Antonio Neves da **SILVA** (IC)¹, Emanuely Cristina de **OLIVEIRA** (IC)¹ e Edson Augusto Pracchia **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Perda de uma chance; Responsabilidade civil; Erro médico.

APRESENTAÇÃO:

A aplicação da teoria da perda de uma chance em erro médico tem gerado inúmeras controvérsias no que tange o ordenamento jurídico pátrio. Dúvidas são lançadas acerca da doutrina e jurisprudência sobre a possibilidade de sua aplicação bem como a linha tênue que a faz ser confundida, de maneira equivocada, com os lucros cessantes. Torna-se relevante a definição de parâmetros norteadores para a aplicação de tal teoria, a fim de não se fomentar ainda mais a tão criticada e em ascensão “indústria do dano”. O presente estudo visa somente demonstrar alguns parâmetros da aplicação de tal teoria, para que, caso venha ocorrer, que se dê de modo adequado e pertinente.

DESENVOLVIMENTO:

Uma nova seara no que concerne a responsabilidade civil vem sendo cada vez mais utilizada pelos tribunais. Trata-se do instituto da perda da chance, surgido na França na década de 1960 e é caracterizado pelas situações em que, por culpa do agente, a vítima fica privada de alcançar uma vantagem ou evitar uma perda. Alguns requisitos são fundamentais a possibilidade de aplicação da teoria, quais sejam a seriedade da chance, bem como a análise do percentual de probabilidade que a vítima teria de alcançar a vantagem, sendo que o que dará ensejo à reparação não é a vantagem em si, mas sim a oportunidade perdida. Essa teoria trabalha baseada na evolução de dois requisitos essenciais: nexo causal e dano. Na apuração e quantificação da responsabilidade civil ocasionada por erro médico, pode-se utilizar a teoria da perda de uma chance como critério na hipótese em que esse erro tenha de fato reduzido as possibilidades concretas e reais de cura de paciente que venha a falecer em razão da doença mal conduzida pelo médico. Nessas situações, o agente não responde pelo resultado para o qual sua conduta pode ter contribuído, mas apenas pela chance de que ele privou a paciente. Durante muito tempo, a possibilidade de indenização por dano decorrente desse tipo de situação não foi devidamente tratado pelo Direito, uma vez que não se tinha certeza se sem o ato do agente a vantagem seria obtida. Porém, não obstante não seja possível saber ao certo se a chance perdida foi diretamente ocasionada pelo agente causador do dano, o prejuízo é certo e a vítima tem direito a ser indenizada pela sua chance perdida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Atualmente, o que se tem considerado em nosso país e fundamentado pela maioria dos julgados em casos semelhantes é a aplicação da teoria convencional baseada na responsabilidade civil subjetiva, onde o grau da culpa não influi na quantificação do dano, bastando a

culpa levíssima para que o réu indenize toda a extensão do prejuízo causado. Lado outro, quando da aplicação da teoria da perda de uma chance em erro médico aos casos nos quais esse erro ocasione tratamento inadequado e danos irreversíveis ao paciente, a base relevante é a responsabilidade civil objetiva, deixando-se de lado o extremismo e graduando-se o nível de culpa a fim de quantificar o dano causado pela conduta e não a culpa total pelo resultado final. Isso se torna o maior desafio para se apurar qual o valor econômico da chance perdida. Esse entendimento, provavelmente, norteará decisões judiciais futuras sobre o tema, no qual o valor da indenização deverá ser fixado com razoabilidade e total atenção às circunstâncias do caso concreto, sendo suficiente para compensar a dor moral sofrida pela vítima, sem, contudo, configurar enriquecimento sem causa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] O erro de diagnóstico médico e a teoria da perda de uma chance: linhas sobre a questão indenitária. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11316. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. [2] STJ adota teoria da perda da chance em erro médico. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-ago-21/gislene-costa-stj-adota-teoria-perda-chance-erro-medico>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

AFETO: OBRIGAÇÃO OU FACULDADE JURÍDICA DOS PAIS

Leonardo Pires **RODRIGUES**(IC – leonardo.rodrigues@trf1.jus.br)1Priscila Gomes Piler dos **SANTOS**(IC) 1Vânia Lúcia do Prado Ferreira **NUNES**(IC)1e Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ**(PQ)2

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Criança, Afeto, Obrigatoriedade.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho visa demonstrar que além de um direito, nossa Carta Magna, assim como as demais normas infraconstitucionais, estabelece como um dever dos pais dar afeto aos seus filhos. A Constituição Federal possui como princípio basilar o da dignidade da pessoa humana. Sendo dever dos órgãos, assim como da sociedade respeitá-lo. Nesta inclui-se a família, lugar onde a harmonia e afeto entre os que a compõem devem prosperar. Por meio do Poder Familiar, os pais exercem a proteção dos seus filhos, todavia seu exercício possui principalmente caráter de “dever”. Respeitando assim o princípio da paternidade responsável que, de forma clara, determina que os pais criem seus filhos com responsabilidade. De ambos os princípios expostos deriva o da afetividade, concretizando desta forma, em conjunto com outras normas, o dever de que os pais possuem de dar afeto aos seus filhos.

DESENVOLVIMENTO:

Previsto no art. 1º, III da CF/88, o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser utilizado como norte ao legislador, ao intérprete e ao aplicador da lei. De valor supremo, deve ser respeitado sem questionamentos. Assim, os pais devem tratar seus filhos com dignidade. Não se trata de uma opção e sim de uma obrigação. A criança possui a particularidade de que está em pleno desenvolvimento emocional. E tal fase necessita de atenção especial. Receber afeto é um direito da criança, assim como ser tratada com amor e carinho, em resumo, com dignidade. Nossa Carta Magna, em seu art. 229, impõe aos pais o dever de assistência aos filhos. Tal assistência não se restringe somente a bens materiais. A assistência moral, o cuidado, o carinho, a amizade e afeto também é um dever dos pais. Reforçando o que foi dito alhures, tais atitudes são imprescindíveis para um desenvolvimento saudável da criança, visto que influenciam sobremaneira na sua autoestima. O próprio Estatuto de Criança e do Adolescente, em seu art. 3º, reforça que a criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, prevalecendo sua proteção integral, objetivando o desenvolvimento mental e moral, de forma digna. O mesmo diploma mencionado, nos seus artigos 4º e 5º, descreve que é dever da família, principalmente dos pais, dar efetividade ao direito à saúde e à dignidade, impondo que tais direitos não lhes sejam negligenciados. Uma criança amada hoje, tornar-se-á um adulto mais seguro amanhã. E isso é de grande valia para a sociedade e conseqüentemente para o Estado. Assim não há como negar que o afeto seja proveniente do princípio da dignidade da pessoa humana e que as normas protetivas devam ser direitos prioritários das crianças e conseqüentemente deveres dos pais.

Respeitando, assim, a integridade psíquica e moral da criança no âmbito familiar. Inúmeras passagens de ordem normativa fazem referência ao afeto como forma de proteger as crianças. A Lei 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, é a principal delas. Deve ser interpretada no seio dos seus artigos a obrigatoriedade dos pais em prover seus filhos de segurança, amizade e carinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desta forma, torna-se inegável que a família é baseada no afeto e que todas as normas devem ser interpretadas com conteúdo voltado para o sentimento. Principalmente carinho, amor e afeto. Várias normas há cujo objetivo é a proteção das crianças. Inclusive nossa constituição deixa claro tal intento. Enfim a criança valoriza o sentimento. E as normas devem valorizá-lo também. Cabe aos pais cumprir seus deveres legais e também morais. Não tentando se prevalecer de subterfúgios para não cumpri-las.

AGRADECIMENTOS:

à FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA:

[1]DIAS, Maria Berenice – Direito das Famílias: um balanço positivo. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/direitodas-familias---um-balanco-positivo.cont>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2014.>

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE ADOLESCENTES EM RISCO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO.

Vilson Ribas **LEAL1** (IC vil-son-ribas@hotmail.com), Alcione **OLIVEIRA(1C)¹**, Alice **PEDROSA** (IC) Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ(PQ)²**

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: criança, adolescente, oportunidade

INTRODUÇÃO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº8.069/90 de 13 de julho de 1990[1] garante um conjunto de normas de proteção a criança em uma sociedade democrática onde não deve ser encarado apenas como prestação de serviço público governamental na reprodução de relações sociais mas como compromisso assumido por toda a sociedade e individualmente por todo o cidadão. Segundo o professor e filósofo Mário Sérgio Cortella : “é preciso criar relações mais próximas com as crianças e os adolescentes e saber quais são as suas necessidades e desejos para que possamos formar cidadãos conscientes e atuantes” [2]. Com a defasagem educacional marcado por muitas deficiências e o modelo econômico atual, o jovem anseia perspectivas de autonomia e possibilidades de superar sua condição social devido ao capitalismo que visa o lucro e não um projeto de desenvolvimento social. Com o intuito analítico, o objetivo deste trabalho é analisar o ponto de vista de jovens de 12 a 17 anos sobre o tema supracitado em comunidades socialmente vulneráveis do Município de Miradouro.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa teve como universo de análise dinâmicas e entrevistas com vinte adolescentes em situação de risco social atendidos na sede do Conselho Tutelar de Miradouro nos meses de Julho a Novembro de 2014. Foram aplicados questionários com trinta e três perguntas referentes à convivência social e familiar , medos, preferências, vaidades, problemas sociais e as perspectivas de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Município de Miradouro é composto segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2013 aproximadamente de 10.674 habitantes e parte da população miradourense é composta com mais de cinco membros vivendo com 1/3 do salário por pessoa [3]. Após a aplicação do questionário, observa-se que 94% dos entrevistados declararam estar satisfeitos com a aparência física e que não mudariam ou passariam por algum procedimento, sendo que 6% gostariam de modificar alguma parte de seu corpo. Em média 85 % declaram que praticam alguma atividade esportiva entre os quais 65 % consideram que o Poder Público não fornece estrutura suficiente para agregar atividades de qualidade e 15 % declararam não aderir a nenhuma atividade socioesportiva. Em relação à convivência escolar 90 % dos entrevistados responderam que individualmente se identificam com alguma disciplina, mas sentem que os professores estão desmotivados com as práticas e as estruturas fornecidas pelo Estado, dentre os quais 60 %

ressaltaram que acham que a desmotivação seria o medo e a insegurança dentro de sala de aula e 10 % não opinaram. No que tange às perspectivas de futuro e os acontecimentos em sociedade 95 % responderam que repudiam o uso de drogas e 70 % acham que o Estado deveria investir com mais seriedade na Educação, Saúde , Esporte e na formação dos jovens em sociedade uma vez que a cidade onde residem não angaria possibilidades de incentivo à capacitação profissional. Sobre a formação profissional 70 % disseram que pretendem no prazo de dez anos cursarem uma faculdade na convicção de ter um futuro melhor. Por fim, foi perguntado sobre a formação do caráter, sendo 90% dos entrevistados afirmaram que os valores aprendidos dentro de casa, o apoio e o diálogo com os pais são fundamentais para o sucesso profissional.

CONCLUSÕES:

Concluiu-se que os entrevistados demonstram um potencial de conscientização e reflexão crítica de suas realidades tendo em comum melhores oportunidades onde cabe ao Estado prioridade absoluta e cooperação a perspectiva de interação social e democrática local para construção de uma sociedade mais justa e orientada.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Lei 8.069 de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, [2] <http://www.cpflicultura.com.br/wp/2008/12/26/a-crianca-em-seu-mundo/> acessado em 21/05/2015 às 10:44., [3] www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=314210, acessado em 15/07/2014 às 22:19

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS CIDADES DE MIRADOURO E VIEIRAS.

Vilson Ribas **LEAL**1 (IC vil-son-ribas@hotmail.com), Alcione **OLIVEIRA** (IC) 1, Luciana Dinar da **SILVA** (IC) 1 Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ** (PQ)2

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: mulher, violência, proteção.

INTRODUÇÃO:

Sancionada em 2006, a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu ex companheiro preso. Firmada nos princípios da dignidade, moralidade e igualdade, possibilita um atendimento prioritário, articulado e cooperado pelas esferas Federais, Estaduais e Municipais. As medidas protetivas de urgência de natureza cautelar prevista no artigo 18 da lei acima citada têm a finalidade de eliminar ou amenizar situações de riscos enfrentadas por mulheres [1]. Neste sentido, a Constituição da República em seu artigo 226, § 8º assegura o dever do Estado em amparar a família criando mecanismos para coibir a violência a fim de proteger a dignidade, agregar valores e contribuir para a formação e educação da sociedade [2]. Nisto surgem os Centros de Referência de Assistência Social com a finalidade em amparar e acessar mulheres vítimas de violência. Com caráter educativo, este trabalho tem como propósito a verificação da rede de proteção da mulher nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) das cidades de Miradouro e Vieiras onde se desenvolvem atividades de acolhimento de vítimas tendo como ponto de partida o período de outubro de 2014 a janeiro de 2015.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa teve como universo a análise, diálogos e questionários com quatro assistentes sociais, duas psicólogas e duas terapeutas ocupacionais dos Centros de Referência de Assistência Social das cidades de Miradouro e Vieiras, tendo como ponto de partida à filosofia de abordagem e o recebimento das vítimas destas localidades sendo observadas as carências e as características principais de violações sofridas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após as observações e o questionário aplicado, obteve-se a soma total de 35 atendimentos nos centros de referência, dos quais 15 atendimentos foram encaminhados pelo Juíz da Comarca de Miradouro segundo as profissionais entrevistadas. Obteve-se que 100% das profissionais declararam que todas as trinta e cinco mulheres atendidas sofreram alguma forma de violência antes dos dezoito anos de idade. Em relação à reincidência de agressões sofridas todas as atendidas registraram vários boletins de ocorrências contra seus companheiros. No que tange à instabilidade psicológica as profissionais declararam que o contexto psicossocial das vítimas é esmagado devido ao sentimento de culpa e sua exposição frente à sociedade e à família. Essas profissionais informaram que vinte e três atendidas foram

agredidas na frente de seus filhos propiciando um choque traumático o qual aniquila o desenvolvimento deles frente ao ambiente familiar. Por fim, todas as entrevistadas declaram que os Centros de Referências de Assistência Social não contém meios e estruturas necessárias para a efetivação, capacitação e continuidade destes atendimentos.

CONCLUSÕES:

Após análise e estudos concluiu-se que os municípios pesquisados possuem políticas e instrumentos de atendimento e acolhimento a favor dos direitos da mulher. Percebe-se, porém, que há necessidade de disseminar com maior abrangência uma mentalidade reflexiva frente aos direitos da mulher, uma vez que as ocorrências acontecem nos mais variados ambientes. Por fim, mediante as estruturas mínimas, os municípios devem fortalecer as políticas públicas que atuam frente às políticas de proteção ao direito da mulher, promovendo processos educativos e formativos que garantam sua integridade física e autônoma.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, artigo 8º, página 1669, Editora Saraiva, edição 2007, São Paulo, Brasil. [2] Constituição da República, artigo 226, página 68, Editora Saraiva, edição 2007, São Paulo, Brasil.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.

Geraldo Majella **Braga** LIMONDGE (IC–majellabraga@hotmail.com.br)¹, Mariana Tibiriçá **TURETA** (IC)¹, Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC)¹, Maurício Barreto **CAMPOS** (PQ-)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: antecipação de tutela; obrigação de fazer; Fazenda Pública.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, utilizando-se para tanto de pesquisa na literatura especializada e consulta ao acervo de decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A Tutela antecipada é um provimento jurisdicional de caráter provisório e precário, muito embora possibilite a fruição imediata da pretensão de direito material deduzida em juízo, a qual, ordinariamente, só produziria seus efeitos após o trânsito em julgado de uma sentença. Logo, sua revogação poderá acarretar a restituição dos valores recebidos, por sua fruição (arts. 273, §3º e 475-O do CPC).

DESENVOLVIMENTO:

Sistematizando o preceito contido no artigo 461 do CPC, mais especificamente em seu parágrafo 3º, podemos perceber que essa modalidade de antecipação de tutela, encontra-se sujeita a dois requisitos, quais sejam: a) relevância dos fundamentos da demanda e b) justificado receio de ineficácia do provimento final. Sendo relevante destacar que, cumprido esses requisitos, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente. Mas não é só, caso o juiz encontre alguma dificuldade na apuração dos requisitos anteriormente elencados, poderá designar uma audiência de justificação prévia, citando o réu para comparecer a mesma. Além dessa possibilidade, poderá também o juiz, para efetivação da medida antecipatória, impor ex officio, multa diária ao réu, fixando-lhe prazo razoável para cumprimento da obrigação. Feitas essas considerações iniciais, passaremos a análise da aplicação do citado instituto nas ações em face da Fazenda Pública. No tocante a possibilidade da sua concessão não resta dúvida, desde que preenchidos os requisitos do artigo 461 do CPC. No entanto, essa mesma pacificidade não se encontra presente na possibilidade do julgador fixar multa pelo descumprimento da antecipação concedida. Relevante destacar que várias são as restrições doutrinárias sobre a possibilidade da aplicação de multa ao descumprimento das decisões antecipatórias em face da Fazenda Pública. Nesse sentido podemos destacar o posicionamento de Antônio Carlos Villen, segundo o qual: “a utilização do meio coercitivo de multa contra a Fazenda Pública é inócuo, não surtindo eficácia prática, uma vez que a sanção pecuniária não atingiria, em princípio, o patrimônio do administrador, mas sim o Patrimônio Público”. De outro lado, há aqueles que entendem ser possível a aplicação da multa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Muito embora exista um consistente embate doutrinário sobre a aplicação da medida coercitiva de multa sobre a Fazenda Pública, tendo-se em conta, principalmente, a transferência à coletividade de um ônus do gestor público, os Tribunais pátrios pacificaram entendimento, no sentido de que é plenamente possível essa imposição, sendo lícita e plenamente razoável essa modalidade coercitiva (TJMG – AI 1.0261.15.000260-6/001. Em outras palavras, é lícita uma vez que não encontra qualquer óbice legal e razoável desde que fixadas em valores condizentes com seu caráter coercitivo e a natureza pública do órgão destinatário. Assim, hoje é plenamente possível não só a concessão da antecipação dos efeitos da tutela de mérito nas ações de obrigação de fazer e não fazer em face da Fazenda Pública, como também a possibilidade da imposição de multa diária pelo seu descumprimento, sendo a mencionada penalidade muito importante para efetividade da ordem antecipatória.

BIBLIOGRAFIA:

VILLEN, Antônio Carlos. Ação de Preceito Cominatório e Fazenda Pública. Revista de Direito Público n.86, São Paulo; RT, abril-jun/1998,p.155.<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordãopesquisado em 30/06/2015>.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES

Mariana Tibiriçá **TURETA** (IC-mariana_tureta@hotmail.com)¹, Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC)¹, Geraldo Majella Braga **LIMONDGE**(IC)¹, Maurício Barreto **CAMPOS** (PQ-mbarretocampos@yahoo.com.br)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: infrator; menor; ressocialização.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho busca, através de pesquisas bibliográficas e busca em sites jurídicos, discutir o tema da ressocialização dos menores infratores perante a sistemática da sociedade brasileira atual. A Lei nº 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como objetivo proporcionar aos infantes uma situação especial de pessoa em desenvolvimento, conduzindo-os a uma reflexão sobre o ato infracional cometido, bem como suas consequências. De outro lado, almeja à reeducação dos menores, de forma que estes não mais reiterem a prática infracional. Contudo, o referido Estatuto não alcançou a eficácia esperada, não conseguindo propiciar aos menores infratores uma reabilitação e uma reinclusão social adequada, permanecendo os adolescentes marginalizados ao término da medida socioeducativa.

DESENVOLVIMENTO:

A lei 8.069 de 1990 (ECA) criou medidas socioeducativas, nas quais buscou em sua essência privilegiar seu aspecto pedagógico. Em outras palavras, criou medidas que buscavam, em última análise, moldar aspectos da vida da criança e do adolescente, de modo a reaver os valores morais e sociais para sua estrutura e formação perante a sociedade. No entanto, essas medidas socioeducativas são aplicadas de modo a privilegiar unicamente seu caráter punitivo descumprindo sua natureza pedagógica, principal razão de sua criação, ou seja, a reeducação e reinserção dos menores no meio social. Mas não é só, esses menores ao serem apreendidos, são depositados em estabelecimentos totalmente inadequados, o que os tornam, na maioria das vezes, reincidentes nos atos infracionais praticados, passando, posteriormente a reiteração delituosa, conforme relatos de pesquisas (indo do furto ao homicídio). Soma-se a esse grave quadro, o uso de drogas nesses locais, que tornam esses menores dependentes químicos. Assim, o que ocorre após o cumprimento das medidas socioeducativas, principalmente as apenadas com internação, é que o adolescente desamparado pelo estado, pela sociedade e pela família, busca refúgio nas ruas e acaba por se envolver novamente na criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Logo, podemos concluir que grande parte dos atos infracionais praticados por adolescentes tem como causa o ambiente em que estes vivem e a ineficácia das medidas socializadoras tomadas pelo Estado, que não contribuem adequadamente para formação moral e psicológica desses menores. Desta forma, para que surjam mudanças, é indispensável investimentos em políticas sociais básicas, de maneira que os adolescentes

passem a ter maiores oportunidades e consigam ter um futuro melhor, bem como sejam aplicadas de forma eficaz as medidas socioeducativas, dando maior ênfase ao seu aspecto pedagógico.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

CURY, Munir. O Ministério Público e a Justiça de Menores. In. (Coord.) Temas de Direito do Menor. São Paulo. Revista dos Tribunais:1987.; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito de família. 5º vol. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.; ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente – Doutrina e Jurisprudência. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2005;

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CASAMENTO CELEBRADO EM CENTRO ESPÍRITA: POSSIBILIDADE LEGAL DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS CIVIS.

Luciana Dinar da **SILVA** (luciana.dinar@gmail.com) 1 Vilson **RIBAS1** , Alcione **OLIVEIRA1** , Stefanine Michaelle Alvim **LACERDA** (PQ)2

1. Graduação em Direito; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chaves: Casamento, Centro Espírita , Efeitos Civis.

INTRODUÇÃO:

No nosso ordenamento jurídico, três tipos de matrimônio são considerados: O civil, o religioso sem efeitos e o religioso com efeitos civis. O Casamento religioso com efeitos civis é aquele celebrado por uma autoridade ou ministro religioso (art. 71 da Lei dos Registros Públicos) [1]. A primeira questão que se faz à impropriedade do casamento espírita, diz respeito à falta de autoridade recaindo em casamento inexistente. Nas reuniões de suas atividades não há sacerdote, ministro, pastor, nem rabino, existe apenas um dirigente. Enfim, inexistente a figura do celebrante instituído por autoridade hierárquica para formalização do casamento, portanto, incompatível com a celebração da cerimônia formal e ritualizada do casamento, que exige obrigatoriamente uma carga de formalidade na sua celebração. Por outro lado, entende-se que casamento em centro espírita pode ter efeitos civis, pois que "a negação destes à casamento realizado em centro espírita violaria os valores constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade religiosa [1]. Como o Brasil é um Estado laico, não poderia recusar efeitos civis a casamentos celebrados por líderes de qualquer religião ou crença. O Objetivo desse trabalho é de investigar a possibilidade legal do casamento realizado no centro espírita ter efeito civil.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para realização desse trabalho fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica, por meio de artigos, juntamente com pesquisa de campo no qual foi aplicado um questionário aos advogados atuantes no município de Miradouro e Mirai, no período 02 de Setembro 2014 à 10 de Setembro 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

75% dos entrevistados tem entre 31 a 40 anos de idade e apenas 25% tem de 25 a 30 anos. 75 % atuam mais de 6 anos como advogados, e 25% menos de 5 anos. 75% não possuem especialização, apenas 25% possui especialização, sendo na área do Direito Público. 50% consideram a entidade espírita como seitas e 50% consideram como uma doutrina religiosa. Segundo seu fundador Allan Kardec, a Doutrina Espírita é uma ciência de observação e uma doutrina filosófica na finalidade em acreditar que Deus ajuda todos independente de submeter ao rito religioso. Segundo a tradição espírita, não existe autoridade superior hierárquica entre membros, logo, à luz do artigo 71 da Lei de Registros Públicos, que estabelece que o casamento sejam realizados por autoridade ou ministro religioso, com esse exposto, foi questionado se o casamento realizado no centro espírita deveria ser considerado sem efeito civil, 25% responderam que sim,

deve ser considerado sem efeito civil, pois a validade jurídica depende da realização do casamento perante a autoridade religiosa, 75% responderam que não, pois deve ser considerado o casamento realizado em centro espírita com efeito civil, mesmo que para isso seja escolhido um membro "autoridade" apenas para a celebração do casamento. 100% responderam a autoridade ou ministro que está alencado no artigo 71 da Lei de Registro Público é relevante para a formalizar a cerimônia, atribuindo com isso um caráter de organização e obediência aos princípios religiosos. 75% entendem que o não reconhecimento civil do casamento espírita fere o princípio da Isonomia. A maioria dos entrevistados entendem que o casamento realizado nos centros espírita tem validade no ordenamento jurídico brasileiro.

CONCLUSÃO:

Após análise das informações conclui-se, o casamento realizado no centro Espírita, tem validade jurídica. A única exigência do Código Civil para essa validade é que tenham sido observados os requisitos legais para o casamento, ser realizado perante autoridade religiosa reconhecida pela comunidade respectiva.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DALLARI, Dalmo de Abreu. Casamento celebrado em centro espírita:possibilidade legal de atribuição de efeitos civis. Disponível <[http://www.abolicionismoanimal.org.br/revistas/Revista Formandos Direito - parte 2.pdf](http://www.abolicionismoanimal.org.br/revistas/Revista_Formandos_Direito_-_parte_2.pdf)>. Acesso em 02-09-2014.

CONTROLE JUDICIAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A SEPARAÇÃO DOS PODERES

Riviane Maria Felipe Féres **LAVIOLA** (IC-rivianelaviola@gmail.com)¹, Rafaela **CARNEIRO**(IC)¹, Ana Paula De Souza **VEGGI** (IC)¹, Stefanine Michaelle Alvim **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Controle judicial, licenciamento ambiental, separação dos poderes.

APRESENTAÇÃO:

O desenvolvimento tecnológico e industrial, sem a devida precaução e prevenção quanto aos impactos das atividades econômicas junto ao meio ambiente, deu origem à denominada “sociedade de risco”, na qual a poluição e a degradação ambiental compõem um cenário onde os benefícios da evolução econômica quase sempre se sobressaem ao cuidado com o ambiente. Nesse contexto, o licenciamento ambiental concedido pelo Poder Público tornou-se um instrumento de compatibilização entre o desenvolvimento econômico e o sustentável. Entretanto, o crescimento da intervenção estatal em setores estratégicos da economia tem feito com que o Estado, não raras vezes, se posicione de maneira tendenciosa ao “capital global”, concedendo licenças ambientais sem o devido EPIA, comprometendo a imparcialidade e independência necessárias para se decidir em prol do ambiente ecologicamente equilibrado, tornando-se mister o controle judicial das decisões que afetam o meio ambiente. Assim, o presente estudo, por meio de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, visa discutir se o ativismo judicial em matéria ambiental caracteriza ou não ofensa à máxima da Separação dos Poderes.

DESENVOLVIMENTO:

O licenciamento ambiental, conforme art. 1º, I, da resolução 237/97 do CONAMA é um procedimento administrativo complexo, em que o ente político avaliará os empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, e são considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que, de qualquer maneira, possam causar impactos negativos ao ambiente. Lado outro, a licença ambiental se caracteriza como ato administrativo discricionário, concedida ao fim do licenciamento ambiental, que determinará restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, em atendimento aos princípios da precaução e prevenção, do desenvolvimento sustentável, da educação ambiental e da supremacia do interesse público na proteção ambiental. Sendo ato discricionário, questiona-se até que ponto o Poder Judiciário pode exercer controle sobre as decisões administrativas do ente político, com o fim de velar pelos referidos princípios, quando esses estejam sendo afrontados pela atuação funcional do administrador, tendo em vista a separação dos poderes. Segundo Marinela, o controle da atividade administrativa pelo Judiciário, em se tratando de atos discricionários, deve ser feito observando-se a ideia de comportamento ideal, compatível com todo o ordenamento jurídico e apto, no caso concreto, a atender com perfeição à finalidade da norma. Assim, caso o administrador utilize da discricionariedade para o cometimento de atos

arbitrários, em evidente desrespeito aos princípios e normas de direito ambiental, faz-se imperioso o controle jurisdicional através de Ação Civil Pública, relativizando o caráter discricionário do ato administrativo e afastando qualquer ofensa à separação dos poderes, para se garantir um meio ambiente saudável enquanto direito inerente ao “mínimo existencial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A discricionariedade da licença ambiental é admitida dentro do parâmetro da razoabilidade e da legalidade, devendo satisfazer a finalidade legal. Não estando o licenciamento ambiental em conformidade com os princípios de proteção ambiental e com art. 225, CR/88, não atenderá à finalidade constitucional de defesa e preservação do meio ambiente. Assim, o Poder Judiciário pode apreciar ato administrativo de licença ambiental que seja considerado ilegal e abusivo sob uma análise sistemática das normas e princípios, não restando demonstrada ofensa à máxima da separação dos poderes.

BIBLIOGRAFIA:

MARINELA, F. Direito Administrativo. Niterói: Impetus, 2013; MACHADO, P.A.L. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2012; GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Acesso: 26/05/2015. Disponível://http: r1.ufrjr.br.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

DESMATAMENTO E A LEI AMBIENTAL

Mariana Tibiriçá **TURETA** (IC-mariana_tureta@hotmail.com)¹, Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC)¹, Camila dos Santos **SILVA** (IC)¹, Ricardo Resende **BERSAN** (PQ-rbersan@gmail.com)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: desmatamento; florestas; preservar.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho objetiva, através de pesquisa em livros de doutrina, discutir a questão do desmatamento perante a atual legislação ambiental pátria. A busca pelo enriquecimento e desenvolvimento marca a história do Brasil, onde áreas como a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica tiveram sua cobertura vegetal devastada em razão de políticas equivocadas de desenvolvimento. Podemos perceber que a Constituição pátria, instituída em 1988, zela pela proteção ambiental, principalmente em relação às florestas, uma vez que são biomas ricos em espécies animais e vegetais, sendo de fundamental importância para o equilíbrio ecológico. Já em âmbito infraconstitucional, podemos aludir a tríplice responsabilização ambiental, onde a pessoa que causar dano às florestas responderá na esfera civil, penal e administrativa.

DESENVOLVIMENTO:

O desmatamento é um processo de degradação da vegetação nativa de uma região e pode provocar um processo de desertificação. O mau uso dos recursos naturais, a poluição e a expansão urbana são alguns fatores que devastam ambientes naturais e reduzem o número de habitats para as espécies. A Lei 9.605 de 1998, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, tipifica uma série de condutas consideradas criminosas, todavia, a sanção penal aplicada sobre estes atos é relativamente baixa, entrando em contradição com a importância do bem juridicamente protegido, visto que não se trata apenas de preservar nossas matas. O Código Civil e a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente prevêm a responsabilização civil pela prática de danos ambientais, sendo imprescindível a comprovação do nexo de causalidade, não se levando em conta o aspecto subjetivo da culpa, atendendo às particularidades do meio ambiente, posto que, dependendo da atividade exercida pelo agente causador não haverá a possibilidade de se comprovar a culpabilidade, dado que os danos efetivos podem não se concretizar repentinamente. Por se tratar de obrigação propter rem, em alguns casos, o vínculo causal poderá ser relativizado. Ademais, esta obrigação é solidária, podendo responsabilizar tanto o agente causador indireto como o direto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O tema abordado demonstra que não existe mais lugar para a exploração predatória das matas como ocorre na contemporaneidade, devendo ser feita uma fiscalização permanente e ostensiva; estímulos à “inteligência ambiental”, com o objetivo de melhorar as ações realizadas em conjunto pelas organizações federais; integração do Exército na preservação ambiental; e

o advento de um grupo de trabalho permanente entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para monitorar os focos de desmatamento de forma permanente. Ademais, tendo em vista que os recursos naturais são finitos e que já foram largamente devastados, o crescimento econômico deve ser encarado de maneira consciente, sendo imprescindível estabelecer um consumo sustentável de nosso patrimônio natural.

BIBLIOGRAFIA:

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. São Paulo: Editora Atlas, 2009.; PRADO, Luiz Regis. Direito Penal do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.; SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional São Paulo: Editora Malheiros, 2003.; SILVA, Romeu Faria Thomé da. Manual de Direito Ambiental. Editora Juspodivm. 2011.; SOARES, Guido Fernando Silva. A Proteção Internacional do Meio Ambiente. Vol. 2, São Paulo: Manole, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

Pedro Henrique Rodrigues de **ARÊDES** (IC-pedrohenriquerodriguesaredes@gmail.com)¹, Ana Carolina Pereira **SOUZA** (IC)¹,
Rayssa dos Santos **VAZ** (IC)¹, Francisco Carvalho **CORRÊA** (PQ-fcarvalhocorrea@yahoo.com.br)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: cartularidade, crédito, desmaterialização.

APRESENTAÇÃO:

O crédito derivou-se da evolução do sistema econômico e financeiro da sociedade, por meio da fidúcia que alguém deposita em outra em relação a uma obrigação a ser adimplida no futuro. A indispensabilidade de mobilização desse crédito motivou à origem dos títulos de créditos, que se originaram por meio de práticas mercantis, as quais os mercadores buscavam realizar com uma maior segurança. O Direito Comercial, atualmente intitulado de Direito Empresarial, é representado pela circulação de capitais e mobilização de riquezas, sendo que a partir de uma única cédula, diversos negócios poderão ser realizados. Através de pesquisas bibliográficas e observações feitas em notícias contemporâneas, pretende-se discutir nesse estudo o tema da desmaterialização dos títulos de crédito dentro da sistemática socioeconômica brasileira atual.

DESENVOLVIMENTO:

O progresso dos mecanismos sistematizados acarretou à troca do documento sob a forma física (papel), para o eletrônico. A contínua presença da informática no dia a dia da sociedade afetou de modo intenso os títulos de crédito, acarretando o fenômeno de desmaterialização do mesmo. Em meio a um ato mercantil moderno, o título eletrônico se estabilizou diante a economia globalizada, onde as transações que abarcam os títulos de crédito renunciam o uso do papel, afetando especialmente, de modo mais direto, o princípio da cartularidade. Os princípios da autonomia e da literalidade não são atributos peculiares e específicos do documento cartular. O título de crédito eletrônico (virtual), do mesmo modo que o físico refletirá as informações referentes à obrigação cambiária estabelecida, e a literalidade estará evidente, sem qualquer ressalva, em função do formato eletrônico. A autonomia, por sua vez, também poderá ser percebida no título de crédito virtual, visto que todos os ônus constantes no documento, seja este eletrônico ou em papel, são independentes em relação aos demais. A cartularidade estaria afetada, uma vez que há a perda da materialidade da cédula de crédito pela escusa da aplicação tradicional do documento físico do título de crédito. Não obstante, a desmaterialização do documento ou a inexistência de materialidade não despersonaliza o título de crédito, já que, sendo a obrigação registrada em formato eletrônico, fica assegurado e garantido o direito das partes. Dessa forma, a ausência da cédula não impede que o direito se materialize no documento virtual, posto que a literalidade e autonomia são capazes de proporcionar a circulação crédito, objetivo principal dos títulos de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O título de crédito virtual é a representação da modernização do usual Direito Cambiário. As primordialidades atribuídas por um mercado globalizante, especialmente no setor financeiro e a procura pela fugacidade das relações comerciais, incentivaram a inovação de métodos que atendessem as expectativas dos mercantes, mecanismos esses que tiveram como ensejo os avanços tecnológicos e a informática. Nesse axioma: "Título de crédito é o documento, material ou eletrônico, necessário para o exercício do direito autônomo e literal nele mencionado".

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 1º volume. 19ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2015.; MAMEDE, Gladstone. Manual de direito empresarial. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.; PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.; REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 2º volume. 31ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

FEMINICÍDIO: A EXPRESSÃO MÁXIMA DA VIOLENCIA DE GENERO.

Juliana Silvana da **SILVA** (IC- julianasilvana@yahoo.com.br) ¹, Patrícia Leite de Souza **RIBEIRO** (IC) ¹, Anderson Antônio Neves da **SILVA** (IC) ¹, Stefanine Michaelle Alvim Lacerda **GOMES** (PQ) ².

1-Curso de Direito; 2- Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Violência; avanço; feminicídio.

APRESENTAÇÃO:

A lei 13.104/15 altera o código penal incluindo o feminicídio como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol de crimes hediondos. A condenação será agravada caso o crime seja cometido contra mulheres menores de 18 anos ou idosas, gestantes ou em condição física vulnerável. Na prática configura, quando é comprovado que as causas do assassinato foram em razão do gênero, ou seja, morta exclusivamente pela razão de ser mulher. A primeira medida voltada ao confronto da violência contra a mulher ocorreu em 1985 com a criação da delegacia especializada de atendimento à mulher, com o objetivo de assegurar atendimento à população feminina vítima de violência e em 2006 foi criada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) que disponibiliza mecanismos para coibir esta violência doméstica e familiar; diante de um pequeno decréscimo de mortalidade viu-se necessário o reconhecimento legal do “FEMINICÍDIO COMO EXPRESSÃO MÁXIMA DA VIOLENCIA DE GENERO”. O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos e causas desta medida, defendida como um avanço em defesa da liberdade e da igualdade entre os gêneros.

DESENVOLVIMENTO:

Existem 3 modalidades de feminicídio. O íntimo, caracteriza quando é causado por alguém que tem ou já teve uma relação íntima ou interpessoal com vítima. O não íntimo, ocorre quando causado por alguém que não tem relação íntima com a vítima, mas que tinha laços de amizade ou de hierarquia. E o por conexão ocorre quando uma mulher se torna vítima ao tentar intervir no ato de violência praticado por um homem contra outra mulher[1]. O instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em um estudo constatou que entre 2001 e 2011, a cada uma hora e meia uma mulher morreu de forma violenta no Brasil. Foram 5.664 por ano, 472 por mês, 15 por dia [2]. E cerca de todos os assassinatos de mulheres foram cometidos por um parceiro íntimo, os números alarmantes retratam à opressão feminina, várias são as causas, sendo; porque deixou de amar; porque discordou sobre a educação dos filhos, porque decidiu voltar a estudar, porque era bonita ou até porque cortou os cabelos. O próprio rompimento de um ciclo de violência representa um grave risco para a mulher, neste momento acontecem muitos feminicídios. O inciso primeiro do artigo 5º da CF, declara que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, mas ao analisarmos esta igualdade, percebemos a necessidade de uma igualdade material além da jurídica, pois a violência contra mulher tem como base a desigualdade de gênero, mas se sustenta num conjunto de desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A inclusão do feminicídio, como circunstância qualificadora no crime de homicídio no Código Penal é fundamental para o contexto grave da violência contra a mulher, pois mesmo sendo uma medida drástica, é necessário punir aquele que comete o extremo da violência por causa do gênero. O avanço das leis e das políticas públicas precisa, entretanto, atingir a esfera social na construção de uma educação efetiva para que a mulher seja vista como “sujeito” de valor com seus direitos garantidos sem que sofra opressão.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] PEREIRA, Jeferson Botelho. Apontamentos sobre a Lei nº 13.104/2015. In <http://jus.com.br/artigos/37061/breves-apontamentos-sobre-a-lei-n-13-104-2015-que-cria-de-crime-feminicidio-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Publicado em março de 2015. Acesso em 10/04/2015.
- [2] GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana; SILVA, Gabriela Drummond Marques; HOFELMAN, Doroteia Aparecida- Ipea-violência contra a mulher. In. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf. Acesso em 10/04/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito.

JOVEM E ÊXODO RURAL: IMPACTOS SOCIO-CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO

Wilson Ribas **LEAL** (IC vil-son-ribas@hotmail.com)¹, Luciana **DINAR** (IC)¹, Alcione **OLIVEIRA** (IC)¹, Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

PALAVRAS –CHAVE: Êxodo, Rural e Jovem

INTRODUÇÃO:

O êxodo rural de jovens é uma realidade cada vez mais presente no Brasil. O sociólogo Nilson Weisshermer, coordenador do observatório social da juventude e do núcleo de estudos em agricultura familiar afirma que “O jovem sai do meio rural em busca de melhor oportunidade no meio urbano”[1]. Essa afirmação é demonstrada pelos dados do IBGE, onde se constata que entre 1996 e 2006 o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a três milhões [2]. Isso é uma realidade preocupante, pois nos jovens está depositada a continuidade da atividade agrícola das famílias do campo, que são responsáveis pela capacidade produtiva do país e em manter a soberania alimentar do Brasil. Objetivo deste trabalho é analisar os impactos negativos quanto à saída dos jovens da zona rural do Município de Miradouro.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para a realização desse trabalho fez-se necessária uma pesquisa bibliográfica juntamente com pesquisa de campo na qual foi aplicado um questionário aos produtores rurais do Município de Miradouro (MG), no período de Janeiro à Março de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Município de Miradouro é composto segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2013 de aproximadamente 10.674 habitantes e parte da população rural miradourense são famílias compostas com mais de cinco membros vivendo com 1/3 do salário mínimo por pessoa [2]. Após a aplicação do questionário, obteve-se como resultado que 27,9% dos produtores rurais têm o ensino médio completo e 28,6% fundamental incompleto. Outros 20,1% contam com ensino médio incompleto e 15,3% do percentual de jovens têm superior completo e 4,3% superior incompleto. 90 % dos produtores rurais salientam que o motivo da saída do jovem do meio rural reflete a falta de oportunidades e capacitação profissional. Em média 60 % afirmam que parte dos jovens voltaria a residir em solo agrário caso o trabalho fosse valorizado economicamente. Quando questionados se existem políticas de incentivo aos produtores rurais, apenas 30% responderam que sim, foram citados os seguintes programas: PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários, PRO-JOVEM- Saberes da Terra, que tem por objetivo a elevação da escolaridade e a qualificação profissional e social de jovens agricultores familiares, segundo o art. 3º da Lei nº 11.326/2006, entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever, mas não tenham

concluído o ensino fundamental, SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural , que visa o ensino da Formação Profissional Rural e da Promoção Social das pessoas do meio rural com intuito de promover a cidadania, qualidade de vida e a inclusão social das pessoas do meio rural. O que chama atenção é que apenas 30% dos produtores rurais conhecem com afinco esses programas, 50% já ouviram falar, mas não sabem como funcionam e 20% não tem nenhum conhecimento. Por fim, 75 % responderam que o impacto social e econômico interfere com grande propriedade na economia real do Município ocasionando o encarecimento de produtos básicos da agricultura familiar.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que ainda há muito a caminhar para que o campo se torne atrativo para continuidade dos jovens na atividade rural. Talvez a melhor forma de buscar minimizar o êxodo rural seja pela introdução de mudanças gradativas, mas contínuas, de políticas públicas com o objetivo de proporcionar subsídios para os pequenos produtores, evitando assim a migração dessa população para as cidades em busca de uma melhor sorte.

BIBLIOGRAFIA:

[1] WEISSHEIMER, Nilson. Invisíveis. Entrevista. Revista Rolimã, Editora oficinas de Imagens, julho de 2014, Edição. 02. pag 8-13, [2] <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314210>, acessado em 15/07/2014 às 22:19

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

MEDIAÇÃO FAMILIAR E A RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ.

Luísa Souza **BITTENCOURT** (IC – luisinha.souza@gmail.com)1 Lays Vieira **SILVA** (IC) 1 Everardo Nunes da Silva **PRADO** (IC)1 e Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ** (PQ)2

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Diálogo, Conciliação, Conflitos Familiares.

APRESENTAÇÃO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar a mediação familiar como importante meio alternativo de diminuir, pacificamente, os litígios decorridos no âmbito da família e os desdobramentos da resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, no desenvolvimento da sociedade brasileira, buscando um comportamento apropriado na pacificação social, através do diálogo familiar.

DESENVOLVIMENTO:

A família é considerada a base da sociedade. Deve ser preservada pelos seus componentes, como também protegida pelo Estado. Também no âmbito familiar se originam diversos conflitos, contudo a solução advinda do Estado pode até mesmo agravar a situação. Assim com o intuito de resolver o conflito familiar de forma satisfatória o judiciário passou a empregar a mediação. Esta se conceitua como o meio alternativo de compor conflitos através do qual os litigantes são auxiliados por um terceiro imparcial responsável por contribuir na busca de uma solução para o litígio. É de suma importância frisar que este terceiro não decide o conflito. Seu papel é de auxiliar as partes para que elas mesmas busquem a melhor solução. O mediador tem como função primordial restabelecer o diálogo entre os litigantes para que os próprios cheguem a melhor solução. A resolução nº. 125 do Conselho Nacional de Justiça foi uma ferramenta de grande importância na utilização efetiva da mediação familiar na prática judiciária. Por meio de sua aplicação, o CNJ estabeleceu uma política pública voltada ao tratamento adequado aos conflitos de interesses de âmbito familiar tão corriqueiros na sociedade, visto que cada órgão tratava do assunto da forma que achava melhor. Garantiu o acesso pleno à Justiça previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como uniformizou e organizou os serviços de conciliação e mediação, criando os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. No Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros da Comarca de Muriaé a mediação é muito equiparada à conciliação. De modo geral, as audiências de conciliação nos ambientes de justiça pública são entendidas como mediação propriamente dita. A mediação é uma das categorias mais usadas pelo Serviço Social na sua prática. Seu significado nem sempre é explicitado, podendo ser revelado pela direção que o profissional imprime na sua intervenção. Atuam na Central de Conciliação de Muriaé, três assistentes sociais e uma psicóloga jurídica, que prestam atendimento as partes litigantes em todos os dias da semana, no horário de 12:00 as 17:00 horas, com prévio agendamento. Em seus atendimentos, visam restabelecer o diálogo entre os conflitos decorrentes de todos os outros

laços de parentesco (entre irmãos, primos, tios, sobrinhos, etc.), sendo geralmente conflitos que envolvem sentimentos, geralmente precedidos de sofrimento. As sessões de atendimento realizados pelo serviço social na justiça, visam também, encerrar da melhor forma um processo judicial, e até mesmo evitar que seja inicializado, arremete o setor como mediador e o profissional de serviço social por muitas vezes arbitro de determinadas processos judiciais de caráter familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É possível concluir, a partir do presente estudo, que a mediação familiar é uma excelente oportunidade para a solução consensual e pacífica do conflito, possibilitando que, com maturidade, os mediados repensem sua posição perante o âmbito familiar, reavaliando seus papéis na conjugalidade e na parentalidade, e assim possam chegar a decisões mutuamente satisfatórias para o modelo de família que se reestrutura.

AGRADECIMENTOS:

à FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA:

[1] LUCHIARI: Valeria Ferioli Lagrasta. A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Mediação Familiar. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões. São Paulo: LexMagister, n. 3, nov./dez. 2014. p. 101 -109.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.

Deivid **REGINALDO** (IC – deivid_reginaldo_92@hotmail.com)¹, Kamilla Neves Ciuldin Silva de **LIMA** (IC)¹, Filipe Carboni **MOTA** (IC)¹ e Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: fato típico; insignificância; delegado de polícia.

APRESENTAÇÃO:

O aspecto histórico do Princípio da Insignificância, segundo a doutrina maciça, é devido a Claus Roxin, que no ano de 1964, o formulou como base de validade geral para a determinação do injusto, a partir de considerações sobre a máxima latina *minima non curat praetor*.¹ O princípio não goza de amparo expresso na legislação pátria. O crime, segundo orientação da jurisprudência majoritária, seria um fato típico, ilícito e culpável. O fato típico subdivide-se em conduta, resultado, nexa causal e tipicidade penal. A tipicidade penal se divide em formal, entendida como um juízo de subsunção entre o fato à norma, e material, que se relaciona com o princípio da ofensividade do Direito Penal, em que a ação deve acarretar dano ou perigo ao bem jurídico tutelado. É cediço que o princípio em epígrafe decorre do caráter fragmentário do princípio da intervenção mínima, como critério de interpretação restritiva dos tipos penais, afastando a tipicidade material dos delitos de pouca ou ínfima lesividade, tornando a conduta materialmente atípica, apesar de formalmente descrita em lei. Se o fato já nasce atípico, seria incongruente não permitir ao Delegado de Polícia assim o reconhecê-lo desde a investigação preliminar, mormente nos casos de flagrante delito.

DESENVOLVIMENTO:

Francisco Assis Toledo, primeiro jurista brasileiro a tratar do princípio, diz que "(...) O princípio da insignificância, se revela por inteiro pela sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas (...)".² A lei 12.830, de 20 de junho de 2013, passou a facultar a autoridade policial a análise técnico-jurídica dos fatos com os quais se depara durante o exercício da função. Neste diapasão, para vários doutrinadores, se o Delegado de Polícia é bacharel em Direito, ocupando cargo mediante concurso público, sendo o primeiro juiz do fato típico e detentor da análise jurídica do fato, não só pode como deve aplicar o princípio da insignificância quando presentes os requisitos objetivos fixados pelo Supremo Tribunal Federal, quais sejam: a mínima ofensividade da conduta; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; a inexpressividade da lesão jurídica. Tal dever, decorreria da contenção do poder punitivo, já que, se o fato é materialmente atípico, seria defeso o Delegado ensejar persecução penal e manutenção do indivíduo preso em flagrante em função de situação insignificante. Não são poucos os casos divulgados pela mídia em que são lavrados autos de prisão em flagrante para casos de furto de objetos de

valores irrisórios, em que acaba sendo imperioso chegar-se aos tribunais superiores para o reconhecimento da insignificância, o que causa grande gasto com pessoal e material e um elevado transtorno desnecessário para o acusado, pois, acabará tendo reconhecido sua conduta como atípica. Ressalta-se que o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que somente o Poder Judiciário é dotado de poderes para reconhecer o princípio da insignificância, posição esta bastante combatida pela doutrina

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluimos que, se tipicidade penal, elemento constitutivo do fato típico, que integra o conceito analítico de crime, subdivide-se em tipicidade formal mais tipicidade material, não há dúvida que, por força do princípio da insignificância, o fato de ínfimo valor é atípico desde sua incidência, sendo desnecessária toda a persecução penal, incluindo o inquérito policial.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SILVA, Ivan Luiz da, Princípio da Insignificância no Direito Penal. 2º ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 93 [2] TOLEDO, Francisco de Assis, Princípios básicos do Direito Penal, 5ª ed, São Paulo: Saraiva, 1994.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESSOCIALIZAÇÃO DO REEDUCANDO ATRAVÉS DO SISTEMA PRISIONAL E ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC)

Karen Alves De Souza e OLIVEIRA (IC – karenoliveira95@yahoo.com.br) ¹ Beatriz da Silva SANTOS (IC), Claudete de S. FERREIRA (IC) ¹ e Stefanine Michaelle Alvim Lacerda GOMES (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chaves: ressocialização, sistema prisional, APAC.

APRESENTAÇÃO:

O sistema Prisional Brasileiro não está alcançando com eficácia o papel primordial para os cidadãos, que de fato é a ressocialização do detento. Para enfrentar esta questão, surge um método que tem o objetivo de reeducar o apenado evitando, assim, a reincidência lhe proporcionando meio de recuperação, que é o conhecido Método APAC. Este trabalho visa demonstrar a diferença entre o cumprimento da pena privativa no sistema prisional e na APAC, com foco no alcance da ressocialização.

DESENVOLVIMENTO:

“Nunca devemos esquecer que os presos ainda são seres humanos e, nos países em que não é possível a aplicação das penas de morte e perpétua, em pouco ou em muito tempo, estarão de volta à sociedade. Assim, podemos contribuir para que voltem melhores ou piores.” [1]. Atualmente o sistema prisional Brasileiro está ineficaz, pois se preocupa em retirar o indivíduo da sociedade concluindo, assim, que o problema extinguirá, mas não percebe que a cada dia este problema somente evolui. “Indivíduos que foram condenados ao cumprimento de uma pena privativa de liberdade são afetados, diariamente, em sua dignidade, enfrentando problemas como os da superlotação carcerária, espancamentos, ausência de programas de reabilitação, etc. A ressocialização do egresso é uma tarefa quase que impossível, pois que não existem programas governamentais para sua reinserção social, além do fato de a sociedade não perdoar aquele que já foi condenado por ter praticado uma infração penal” [1]. No sistema prisional comum o que temos são celas superlotadas, e pessoas com vários tipos de doenças, abuso à integridade física e moral, tornando-se uma escola do crime onde o vício é degradante. Porém, surge a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) que nada mais é que uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica independente, que visa valorizar os apenados tentando assim lhe dar condições para a tão almejada recuperação. Os recuperandos, como são chamados nas APAC's, têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela sociedade. Seu principal lema é que a sociedade é responsável pelo seu criminoso [2]. Os trabalhos efetuados nesta entidade são feitos através destes recuperandos e com apoio de voluntários e nestes estabelecimentos não tem a presença de nenhum policial e nem de agentes penitenciários. Tem o objetivo de ressocializar os apenados para que não venham cometer mais crimes, sendo assim todos são tratados com respeito e dignidade. Mas para a APAC

conseguir estes objetivos a mesma conta com elementos fundamentais, como: participação da comunidade, cooperação, trabalho, religião, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização, participação da família, de voluntários, incentivo ao Mérito, e a Jornada de Libertação com Cristo. Através destes elementos as APAC's vêm conseguindo atingir excelentes resultados da recuperação dos recuperandos. Outro fato que deve ser provados é que segundo dados estatísticos o sistema prisional tem reincidência de 70% enquanto nas entidades do APAC o índice é de 15% [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através deste trabalho podemos notar a diferença entre estes dois modelos prisionais, portanto é um papel da sociedade, conjuntamente com o Poder Público repensar o sistema prisional brasileiro, envolvendo assim todos da sociedade para uma mudança, para que assim tenhamos um país mais justo e harmônico.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Greco, R. Direitos Humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade. São Paulo: Saraiva 2011. [2] OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso? : método APAC. São Paulo: Edições Paulinas, 2001b. [3] Passos João Paulo Apolinário, economia livre e justiça social Disponível em...<<http://mercadopopular.org/2015/04/sera-que-devemos-reduzir-a-maioridade-penal/>> Acesso em: 27/05/2015.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1-Direito

TEORIA DA COCULPABILIDADE E SUA INTERPRETAÇÃO ÀS AVESSAS

Deivid **REGINALDO** (IC – deivid_reginaldo_92@hotmail.com)¹, Kamilla Neves Ciuldin Silva de **LIMA** (IC)¹, Filipe Carboni **MOTA** (IC)¹ e Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: coculpabilidade; fato culpável; ilicitude.

APRESENTAÇÃO:

De acordo com o entendimento sedimentado na doutrina e jurisprudência majoritária, o conceito analítico do crime é tripartido, que na visão clássica da conduta, é fato típico e ilícito e culpável. O Código Penal nunca cuidou de conceituar culpabilidade, o que ficou a cargo da doutrina, podendo ser entendida como o juízo de reprovabilidade que incide sobre o desenvolvimento a exteriorização da vontade (Direito Penal do Fato) do responsável por um fato típico e ilícito, com fito de aferir a necessidade de cominação de pena. A culpabilidade leva em conta o perfil subjetivo do agente, diferenciando a conduta do ser humano apto ao convívio social, daqueles realizados por portadores de doenças mentais, com desenvolvimento mental incompleto ou retardado, dos atos de pessoas que não possuem consciência do caráter ilícito do fato típico ou não têm como agir de forma diversa. Consiste na adoção da teoria limitada, que apesar da discussão doutrinária, vigora no Brasil, sendo a culpabilidade composta pelos elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa e tratamento dispensado às descriminantes putativas.¹

DESENVOLVIMENTO:

Desde muito tempo a antropologia envida esforços para compreender o desenvolvimento da personalidade do homem. Para o professor argentino, Eugênio Raúl Zaffaroni, devido às desigualdades sociais, a personalidade do agente é moldada em consonância com as oportunidades que lhes são oferecidas, o que ele chama de autodeterminação. Assim, acaba sendo impossível ao Estado brindar a todos com as mesmas oportunidades, em consequência, há sujeitos mais vulneráveis a não se orientar em sintonia com o ordenamento jurídico. Essa carga de valores sociais negativos deve ser considerada, em prol do réu, uma atenuante inominada, na forma prevista no art. 66 do CPB/40, que fornece ao juiz uma ferramenta para atenuar a resposta penal à desigualdade social de oportunidades. Neste "iter", a teoria em tela versa sobre a parcela de responsabilidade do Estado pela não inserção social, suportando o ônus da conduta desviante por parte dos agentes que possuem uma menor autodeterminação. Tem-se trabalhado uma visão contrária. Cuida-se da coculpabilidade às avessas, que envolve reprimenda penal mais severa no tocante aos crimes praticados por pessoas dotadas de elevado poder econômico, que não têm, em tese, razão para delinquir, mas se valem das facilidades proporcionadas pela posição social ocupada para delinquir. Se os excluídos e marginalizados merecem um tratamento penal mais brando, já que o caminho da criminalidade lhes era mais atrativo e quase uma seqüela,

os ricos e poderosos não têm razão para cometer crimes. Mas, são movidos pela vaidade, por desvios de caráter e pela ambição desmedida, justificando a imposição da pena de modo ríspido.²

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluimos que, se de um lado a coculpabilidade é admitida como atenuante genérica inominada, com fundamento no art. 66 do CPB/40, a coculpabilidade às avessas não pode ser compreendida como agravante genérica, a uma, pela falta de previsão legal, a duas, pois, em se tratando de matéria prejudicial ao acusado, não há espaço para a analogia in malam partem. A punição mais severa deverá ter como pedra angular unicamente na pena-base, levando em conta as circunstâncias judiciais desfavoráveis (conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime), com fulcro no art. 59, caput, do CPB/40.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado. Parte geral. vol. I. 8ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. p. 479/482. [2] ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. Parte geral. 7. ed. São Paulo: RT, 2007. v. 1, p. 525.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

TEORIA DA TIPICIDADE CONGLOBANTE

Deivid REGINALDO (IC – deivid_reginaldo_92@hotmail.com)¹, Karina de Carvalho PARDÓCIMO (IC)¹, Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA (IC)¹ e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: conglobante; fato típico; antinormativo.

APRESENTAÇÃO:

Para a doutrina e jurisprudência majoritária, quanto ao conceito analítico do crime, vigora no Brasil a Teoria Tripartida, sendo o crime fato típico, ilícito e culpável. Majoritariamente também se entende que o fato típico se subdivide em conduta, resultado, nexa causal e tipicidade penal. A tipicidade penal se divide em material e formal. Esse é o conceito básico. Entretanto, o professor argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, traz a lume um novo conceito de tipicidade, denominado de conglobante, refletindo que todo fato típico deve se revestir de antinormatividade. O nome “conglobante” deriva da necessidade de que a conduta seja contrária ao ordenamento jurídico em geral, conglobado, e não apenas ao Direito Penal.

DESENVOLVIMENTO:

Para a aferição da tipicidade conglobante reclama-se a presença da antinormatividade, que pode ser compreendida como aqueles atos não determinados ou não incentivados por lei, ou seja, se existe norma no ordenamento jurídico que fomenta, autoriza ou determina a conduta, o que está fomentado, autorizado ou determinado por uma norma não pode estar proibido por outra. Para essa teoria, a tipicidade penal resulta da junção da tipicidade legal (ou formal), que é a individualização que a lei faz da conduta, com a tipicidade conglobante, que se subdivide em tipicidade material e atos antinormativos, que é a comprovação de que a conduta legalmente típica está também proibida pela norma. A conduta do agente, contrária à lei penal, deve violar todo o sistema normativo, deve ser antinormativa, bem como afetar o bem jurídico tutelado pela norma, em respeito ao princípio da lesividade. Não havendo ato antinormativo, não há tipicidade conglobante.¹ Para a doutrina tradicional, o oficial de justiça que executa ordem judicial de penhora e sequestro de um quadro, de propriedade de um devedor, só não teria cometido um furto, pois, estaria amparado pelo estrito cumprimento do dever legal, causa excludente da ilicitude, do art. 23, III, do CPB/40. Sua conduta seria típica, mas não antijurídica. Sob a dialética da Tipicidade Conglobante, não há tipicidade penal, pois o ato do agente é normativo, prévio em lei. Para Zaffaroni é inadmissível dentro de uma ordem normativa, que uma lei, ordene o que seria proibido por outra norma. Para Zaffaroni, é um absurdo admitir que o agente público, munido de um mandamento legal, tenha praticado fato típico, já que a lei assim estaria permitindo.² Extrai-se desse entendimento que o Estrito Cumprimento do Dever Legal e o Exercício Regular de Direito deixam de ser excludentes da ilicitude, conforme previsto no Código Penal, no artigo 23, e passam a ser excludentes do Fato Típico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluimos que ou o fato praticado, contrário a lei penal, desrespeita todo o ordenamento normativo, e há tipicidade, ou, ainda que em desconformidade com a lei penal, esteja em consonância com a ordem normativa, e ausente estará a tipicidade. Os atos praticados pelo agente em estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito se tornam excludentes do fato típico, pois, são normativos, determinados e fomentados por lei. Não havendo ato antinormativo, não há Tipicidade Conglobante, não havendo Tipicidade Conglobante, não haverá tipicidade penal, que em sua falta, não haverá fato típico. O direito, na lógica de Zaffaroni, não pode ser visto em blocos separados por seus ramos, mas sim um todo “conglobado”, único e indivisível. Se uma conduta é lícita em qualquer outro ramo, não cabe ao Direito Penal rechaçá-la como ilícito penal.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MASSON, Cleber. Código Penal comentado. 2º ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014 [2] ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. Parte geral. 7. ed. São Paulo: RT, 2007. v. 1.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS (“BROKEN WINDOWS THEORY”).

Deivid REGINALDO (IC – deivid_reginaldo_92@hotmail.com)¹, Karina de Carvalho PARDÓCIMO (IC)¹, Kamilla Neves Ciuldin Silva de LIMA (IC)¹ e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: criminalidade; janela quebrada; miseráveis.

APRESENTAÇÃO:

Em 1969, na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos da América, Phillip Zimbardo realizou uma experiência inédita no campo da psicologia social, abandonando dois automóveis idênticos em vias públicas, um no Bronx, zona pobre e problemática de Nova York, e outra em Palo Alto, local rico e tranquilo da Califórnia. O veículo deixado no Bronx foi rapidamente destruído pelos vândalos, que subtraíram os seus componentes. O carro deixado em Palo Alto permaneceu intacto. Concluiu-se, a princípio, ser a pobreza um fator determinante da criminalidade. Os pesquisadores decidiram quebrar uma das janelas do automóvel íntegro. Desta sorte, rapidamente instalou-se idêntico processo de completa deterioração do veículo, como o ocorrido no Bronx. Averiguou-se que a pobreza não era por si só a fomentadora das infrações penais, mas sim a sensação de impunidade. Assim, uma janela quebrada do automóvel transmitia o sentimento de despreocupação com as regras de convivência e ausência do Estado.¹

DESENVOLVIMENTO:

No ano de 1982, James Q. Wilson e George L. Kelling desenvolveram, agora no terreno da criminologia, ciência utilizada para identificação de fatores conducentes à prática de crimes, a “teoria das janelas quebradas” (broken windows theory), sob o fundamento de existir maior incidência de infrações penais nos locais em que o descuido e a desordem são mais acentuados. Segundo a teoria, quando se quebra a janela de uma casa e nada se faz, implicitamente se estimula sua destruição. Não se pode olvidar que a omissão estatal ocorre excessivamente nos locais onde se aglomera pessoas de baixo poder econômico. A teoria foi pioneiramente aplicada em 1980, no metrô de Nova York, que havia se convertido no ponto mais perigoso da cidade, sob o prisma da “Tolerância Zero”, combatendo às pequenas infrações, como prostituição e mendicância. A estratégia foi eficiente e logo se constatou uma melhora, convertendo-se o metrô em local limpo e seguro. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho rechaça a ideia de que a queda do crime em Nova York é prova indiscutível de que a teoria funciona, acrescentando que junto com a política de Tolerância Zero, outros fatores foram implantados como a duplicação do número de policiais nas ruas, o que contribuiu. Ademais, estaria fadada a inconstitucionalidade a equiparação de crimes de menor potencial com demais, sendo total desrespeito aos princípios comezinhos.²

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluímos, que a pseudo eficácia da Broken Windows Theory não pode ser considerada de forma desmedida, vez que o utópico de “tolerância zero” é um

desrespeito a ultima ratio do Direito Penal, e visa apenas punição e exclusão daqueles que não se adequam ao “padrão normal”, sem se importar com sua reinserção social. É intolerável valer-se de teorias do direito penal máximo para solucionar esses problemas, mormente por considerar empiricamente que o vadio, se não reputado penalmente, será um próspero criminoso. Antes de encarcerar o miserável, faz-se irrefutável combater a problemática social que o submerge, já que estão intrinsecamente interligados. É indubitável que a ação estatal deve pautar-se não somente em combater as pedras arremessadas do lado externo, mas sim às que vem de dentro e podem ainda atingir os que estão do lado de fora, ponto relegado pela teoria, porque aqueles que estão do lado de fora não merecer atenção, desde que não façam o revide de jogar de volta a pedra.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado. Parte geral. vol. I. 8ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. p. 594/595.
[2] COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. Teoria das janelas quebradas: E se a pedra vem de dentro? Disponível em <<http://emporiiododireito.com.br/tag/teoria-das-janelas-quebradas/>>. Acesso em 01 de junho de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

VALIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE DO PACIENTE TERMINAL

Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC-analuzagt@yahoo.com.br)¹, Patrícia Leite **SOUSA** (IC)¹, Francesca Ribeiro Bernardes de **ARAÚJO** (IC)¹, Ricardo Resende **BERSAN** (PQ- rbersan@gmail.com)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: diretivas antecipadas de vontade; paciente terminal, previsão legal

APRESENTAÇÃO:

A Medicina encontra-se em constante desenvolvimento o que culmina no avanço de diversos tratamentos para adiar a morte, sempre buscando a cura. Conquanto, há divergências em relação a esta situação quando reconhece-se a autonomia do paciente em declarar sua vontade frente as condutas a serem tomadas caso depare-se a uma condição de incapacidade. Dessarte, desponta-se, neste cenário, as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV) a partir das quais o paciente pode deixar expresso qual sua vontade em relação a procedimentos médicos, caso ache-se incapacitado.

DESENVOLVIMENTO:

De maneira lacônica, as Diretivas Antecipadas de Vontade são conceituadas como instrumento pelo qual o paciente tem a possibilidade de pronunciar-se, previamente a um estado terminal capaz de incapacitá-lo a tomar decisões, quanto à sua entrega ou não a certas terapêuticas médicas que ensejam apenas prolongar sua morte, fomentando não mais que um padecimento desnecessário escolhendo, por sua vez, uma morte que julgue digna. Estas estão previstas na lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, em vigor desde 1º de dezembro de 1991, PSDA – The Patient Self-Determination Act ou Ato de Auto-Determinação do Paciente, sendo em 2012 renovadas pelo Conselho da Europa na Resolução 1859. De forma reiterada, cada vez mais países reconhecem e aprovam as Diretivas Antecipadas de Vontade. Reconhecidas também como o “Living will”, testamento vital, encontram nesta tradução certo desacordo de nomenclatura visto que, para a legislação brasileira o testamento, embora seja uma manifestação antecipada de vontade, somente tem eficácia post mortem. No Brasil ainda não figura legislação pertinente à matéria, embora o artigo 15 do Código Civil de 2002 ateste que não se pode constranger alguém a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica. Nada obstante, a Resolução 1995/2012 aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que versa sobre o tema, possui força normativa apenas entre a classe médica, haja vista tratar-se este conselho de um órgão de classe. Assim sendo, não traz esta resolução considerações específicas quanto aos requisitos formais para constituição das Diretivas Antecipadas de Vontade, pois na ausência de uma previsão legal não há como estabelecê-los. Advindo desta situação, tem-se correlacionado de forma análoga a preceitos do Código Civil requisitos que as validem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Perante todo o exposto resta frisar a necessidade e importância de se elaborar uma legislação específica sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade para que sejam juridicamente reconhecidas e amparadas, posto que serão capazes de preservar o profissional médico de ocasional responsabilização pela prática ou não de tratamentos exclusivos por vontade do paciente além de garantir a este a autonomia para decidir a qual tratamento quer ou não ser submetido em caso de uma possível incapacidade.

BIBLIOGRAFIA:

Conselho Federal de Medicina (CFM). RESOLUÇÃO CFM nº 1995/2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Diário Oficial da União. 2012; Seção I (170): 269-70. DADALTO, Luciana; TUPINAMBÁS, Unai; GRECO, Dirceu Bartolomeu. Diretivas antecipadas de vontade: um modelo brasileiro. Rev. Bioét. (impr). 2013; 21 (3): 463-76. PENALVA, Luciana Dadalto. Declaração prévia de vontade do paciente terminal. 2009. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito. GODINHO, Adriano Marteleto. Diretivas antecipadas de vontade: testamento vital, mandato duradouro e sua admissibilidade no ordenamento brasileiro. RIBD, ano 1 (2012), nº 2 , 945 -978.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Patrícia Leite de Sousa **RIBEIRO** (IC – plsousa73@ig.com.br)¹, Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC)¹, Juliana Silvana da **SILVA** (IC)¹ e Edson Augusto Pracchia **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor.
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36.880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Litigância na saúde; acesso à justiça; direito à saúde.

APRESENTAÇÃO:

A judicialização da saúde, fenômeno crescente no Brasil atual, tem tornado o Judiciário uma peça importante na atual política de saúde do Brasil, o qual tem sido provocado a exigir que a Administração cumpra o dever imposto pela Constituição, que é a garantia de direito à Saúde. Essa situação demonstra uma tensão clara entre o mínimo existencial, garantido na Carta Magna e a reserva do possível, instituído primeiramente pelo Direito alemão, o qual faz o Judiciário enveredar através do sistema político e proferir decisões, muitas vezes por causa do momento de anomia total à política da saúde, onde a população brasileira sofre grandes transformações em contraste com a pouca atualização do sistema de saúde.

DESENVOLVIMENTO:

A quantidade expressiva de ações judiciais faz crer que os tribunais estão criando um sistema público de saúde de dois patamares: um para aqueles que litigam para ter acesso ao tratamento, independentemente dos custos, e outro para o resto da população. A fim de não comprometer o acesso ao tratamento da população como um todo, só se pode exigir que o Estado execute a prestação de um atendimento desde que essa medida não onere os cofres públicos ao ponto de inviabilizar o atendimento dos demais. Esse movimento nada mais é que um reflexo de um sistema de saúde deficitário, que não tem condições de proteger os Direitos Fundamentais do cidadão, criando-se assim um confronto direto entre o dever do Estado de garantir os direitos mínimos de uma vida digna e a disponibilidade de recursos financeiros para atender todos esses direitos. O ingresso à Justiça não deve significar somente o resultado de uma solução justa individual, mas sim produzir uma prestação jurisdicional que atenda a população como um todo, a qual também possui as mesmas garantias e direitos fundamentais decretados pela Constituição Federal, uma vez que não é justo desviar recursos de programas de saúde já existentes para satisfazer uma parcela de indivíduos que judicializam. Lado outro, é fato também que a situação é muito mais complexa tanto para o juiz, diante de uma situação extrema de uma pessoa que necessita de cuidados de saúde, quanto para o Estado, que tem o dever de suprir esses cuidados e gerenciar os recursos disponíveis, mas fato é uma real necessidade de se quebrar paradigmas, reconhecer as limitações, principalmente no que diz respeito ao dinheiro público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluindo, faz-se necessário um rol de ações mais amplas executadas tanto pelo Estado, quanto pelo Judiciário em conjunto com a área médica, visando também o estabelecimento de diretrizes quanto às

necessidades do paciente e a possibilidade do sistema de saúde em atendê-las. Esse é um problema de difícil resolução em curto prazo, porém os excessos identificados com o fenômeno da judicialização devem ser atacados de forma rigorosa, afinal, a necessidade de uma minoria, a qual teve acesso à justiça, não deve se sobrepor às necessidades e até aos direitos de uma grande massa o qual não teve a mesma oportunidade e aguarda a chegada de sua vez como tantos outros.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Pesquisa em foco: Judicialização: um risco para a saúde pública no Brasil. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/node/71962>. Acesso em 05 de agosto de 2015. [2] A judicialização do direito à saúde: a obtenção de atendimento médico, medicamentos e insumos terapêuticos por via judicial – critérios e experiências. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=4182&n_link=revisita_artigos_leitura. Acesso em 04 de agosto de 2015. [3] Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000100006&script=sci_arttext. Acesso em 06 de agosto de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Vera Lúcia de LAIA (IC – vera_laia@hotmail.com)¹, Maria Olívia Mattos CALAIS (IC)¹ e Ana Paola Medeiros de Oliveira CARNEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Direitos Fundamentais, Direitos em Conflitos – Liberdade Religiosa e direito à Vida.

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa tem como objetivo fazer um levantamento teórico e conceitual acerca do conflito sobre o direito à vida e do direito à liberdade de religião. O direito à vida é fundamental ao homem, porque é dele que decorrem todos os outros direitos. É também um direito natural inerente à condição de ser humano, por isso, a Constituição Federal do Brasil declara que o direito à vida é inviolável, como representado no caput do art. 5º. Em contra partida também é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias (inciso VI). No entanto, identificamos que há um conflito entre as duas normas constitucionais em se tratando de casos específicos como aos das Testemunhas de Jeová. Entendemos ser de suma importância buscar resgatar conceitos que versem sobre essas temáticas no sentido de promover uma discussão e a partir disso tecer algumas concepções acerca do que se compreendem atualmente como direitos fundamentais que tangem a nossa constituição. Participaram como sujeitos da pesquisa um ancião com vasto conhecimento bíblico, uma testemunha de Jeová, um juiz de Direito da vara cível e um médico, utilizando-se para a pesquisa coleta de dados como questionários com perguntas objetivas e subjetivas.

MATERIAL E MÉTODOS:

No que tange o tema a respeito dos direitos fundamentais foi elaborada uma pesquisa mediante a aplicação de questionário estruturado contendo seis perguntas, relacionando o conhecimento dos entrevistados à colisão entre os direitos fundamentais. A técnica de amostragem utilizada foi a estratificada, buscando obter informações sobre o procedimento a ser tomado diante de uma emergência. Se há métodos substitutivos para proteger o direito de crenças, relatos de situações pertinentes ao tema pelo qual tenha passado, sobre pontos de vista a respeito de pessoas que optam pela crença em vez da vida, sobre a divergência de posicionamentos referentes a crianças e adultos, em relação às crianças que são intermediadas pela família respondendo por possíveis consequências como a morte, sobre o sangue ser considerado alimento - motivo da recusa da transfusão, sobre a reação psicológica ao reportar-se a situações fatídicas que poderiam ser evitadas e sobre o fato de não aceitar a transfusão e sim transplantes de órgãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Prelecionou o obstetra que deve-se postergar ao máximo a realização de transfusão de sangue, devido a possibilidade de serem, teoricamente, contaminados e,

sobretudo, em respeito ao direito de religião. Embora não exista procedimentos 100% substitutivos conforme alegam os entrevistados da denominação cristã não-trinitária Testemunhos de Jeová. Não há controvérsias entre o médico e o juiz que salienta que a busca pela vida é fundamental, independente das questões religiosas, e que a Jurisprudência, a doutrina já tem caminhado no sentido de valorizar nesses confrontos o direito a vida.

CONCLUSÕES:

Constata-se diante da pesquisa realizada que o direito à vida, artigo 5º caput da CF/88 é um direito inviolável e, portanto, indisponível. A vida pondera-se, configura pré-requisito para a efetivação dos outros direitos, pois, sem ela, não há, por exemplo, a liberdade religiosa a ser tutelada.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1).13º. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 08 p; e [2] SIMAN, Felipe Valente. Recusa de transfusão de sangue e direito da personalidade sob a perspectiva civil-constitucional. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XXII, nº71, dez 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&Eartigo_id=7032. Acesso em maio 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Emanuelly Cristina de OLIVEIRA (IC – emanuellycdeoliveira@hotmail.com)¹, Juliana Silvana da SILVA (IC)¹, Patrícia Leite de Sousa RIBEIRO (IC)¹, Paulo Sergio Pires do AMARAL (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Conciliação, Mediação, Novo Código de Processo Civil.

APRESENTAÇÃO:

O Novo Código de Processo Civil, Lei 13.1015/15, que entra em vigor no dia 17 de março de 2016, traz de forma muito objetiva inovações para o Direito Processual Civil. Dentre elas, a busca por incentivar a solução consensual dos conflitos através da conciliação e mediação. O capítulo I do Novo CPC, em seu artigo 3º, §3º, enfatiza a importância da conciliação e mediação como norma fundamental do processo, dispondo o seguinte, “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”. A seguir apontaremos as diferenças entre as formas de autocomposição, os princípios reguladores e a atuação dos operadores do Direito para que se possa alcançar uma sociedade mais justa, igualitária e menos conflituosa.

DESENVOLVIMENTO:

Embora os institutos da Conciliação e Mediação sejam semelhantes, o legislador ao positivizar os institutos mencionados preocupou-se em fazer distinção entre eles. Foram definidos critérios de como se dará a atuação do conciliador e do mediador, parágrafos 2º e 3º do art. 165 do Novo CPC, respectivamente. O conciliador, neutro e imparcial, atuará, preferencialmente, nos casos em que não houver qualquer tipo de vínculo entre as partes, e terá um papel mais efetivo no litígio, ou seja, ele poderá propor soluções para o conflito, sendo vedada a utilização de qualquer meio constrangedor ou intimidador para que as partes se conciliem. De forma diversa, o mediador, neutro e imparcial, trabalhará, preferencialmente, nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, visando facilitar o diálogo entre elas, enquanto buscam seus interesses. Tanto a conciliação como a mediação são reguladas pelos princípios da imparcialidade, da informalidade, da independência, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da flexibilidade e da decisão formada. Como já dito, a aplicação destas medidas contará com a colaboração dos operadores do Direito. Caberá aos tribunais a criação de ambientes para soluções consensuais dos conflitos e para a realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, também deverão desenvolver programas destinados ao auxílio, orientação e estímulo da autocomposição; e será incumbido ao juízes promoverem, a qualquer tempo, com a ajuda de conciliadores e mediadores judiciais, a autocomposição. Os advogados para evitar que as ações se perpetuem no tempo, devido a alta demanda de processos no Judiciário, também poderão estimular a autocomposição, economizando custos e tempo, o que poderá proporcionar para os clientes uma solução rápida e satisfatória do litígio, e ao

advogado, um melhor desempenho na atividade. Ao litigantes será proporcionado um ambiente menos adversarial e mais colaborativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Não resta dúvida que ainda que a autocomposição não se torne efetiva a partir da vigência do Novo CPC, ela irá colaborar para que os envolvidos no litígio tenham a oportunidade de resolverem seus conflitos de forma mais rápida; para que o Judiciário possa ter uma melhor atuação naqueles que processos que demandam um período de tempo maior; e para que o Estado possa alcançar a pacificação social.

BIBLIOGRAFIA:

Vade Mecun Saraiva, Lei 13105/15, 20.ed. Saraiva. São Paulo, 2015

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

REFLEXO NEGATIVO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E SEU CUSTO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Maria Olívia Mattos **CALAIS** (IC-maria.oliviamattoscalais@hotmail.com)¹, Crislân B. **GUEDES**.(IC)¹, Vera Lúcia de **LAIA**.(IC)¹
Stefanine Michaelle Alvim **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chaves: Corrupção Política, Efetivação, Direitos Sociais.

APRESENTAÇÃO:

A corrupção política é um fato social que propicia malefícios imponderáveis para a efetivação dos direitos sociais descritos no texto constitucional em vigor. Diante deste fenômeno que se propaga nos últimos anos em nosso País, refletiremos, no presente trabalho, acerca da influência negativa resultante deste para a concretização de essenciais direitos fundamentais como o direito da saúde e educação, contribuintes para o desenvolvimento nacional, bem como a respeito dos custos oriundos deste evento.

DESENVOLVIMENTO:

A corrupção política no Brasil está ligada diretamente a prática política da troca de favores e se encontra, hoje, em estado crônico. A corrupção pode ser considerada como a representação de momentos de mau funcionamento das organizações do sistema político [1] e se revela como maior enfermidade da Administração Pública brasileira atual. Nesse sentido, a desorganização e a falta de controle administrativo servem de pilar para a construção de organizações criminosas que buscam lesionar o erário. Diante desse quadro, a máquina pública é utilizada para suprir benefícios e interesses privados de componentes do esquema "sanguessuga", em que se destacam os políticos, empresários e servidores públicos. A escassez de recursos para o aprimoramento de áreas como a da saúde e educação cria um obstáculo para a concretização dos direitos fundamentais do homem, o que gera reflexos extremamente negativos para a efetivação desses direitos sociais. Tais restrições acarretam na má concessão de uma educação de boa qualidade e gera um déficit no tratamento médico digno. Segundo o estudo realizado pela FIESP, em 2014, o Brasil perde mais de R\$ 100 bi por ano, ou seja, 2,3 % do PIB é comprometido com os custos da corrupção, o que poderia aumentar em, aproximadamente, 48% os gastos para melhorias no ensino fundamental e 89% em investimentos quanto aos números de leitos do SUS [2]. Nesta linha, vale ressaltar que o Ministério da Saúde é a unidade orçamentária que teve maior contingenciamento de recursos e neste, a corrupção se faz presente por meio de fraudes às licitações e superfaturamento de preços. Ademais, o Ministério da Educação também é prejudicado e, por esta causa, se verifica incapaz de desenvolver plenamente o cidadão, não o deixando apto a exercer seu trabalho e se integrar no meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conforme disserta Canotilho "a democracia não se constrói num meio onde existem tantas mazelas sociais, procedimentos injustos de participação política e falhas

radicais na distribuição de bens sociais" [3]. Para tanto, entendemos que, indivíduos interessados em transformar o Estado Social, para que este conceda atendimento aos direitos essenciais do homem, com dignidade, devem lutar por mecanismos de combate a corrupção. Observamos também que não há uma fórmula determinada para calcular o custo da corrupção política, mas se ocorrer o crescimento deste fenômeno no País, maiores serão as carências financeiras e, em decorrência desse fato, seu reflexo negativo no meio social causará problemas sociais de grande complexidade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FILGUEIRAS, Fernando. Marcos teóricos da corrupção. In: Corrupção: ensaios e críticas. 2.ed., 2012, p. 301, Belo Horizonte: UFMG, 2012. [2] Brasil perde R\$ 100 bilhões por ano em razão da corrupção. Disponível em: < <http://www.cmp.gov.br/portal/noticia/6736-brasil-perde-r-100-bilhoes-por-ano-em-razao-da-corruptao> >. Acesso em: 15 de agosto de 2015. [3] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Entre Discursos e Culturas Jurídicas. p. 147, Coimbra: Coimbra Editora. 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE PENAL DOS AGENTES INFILTRADOS EM ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Riviane Maria Felipe Féres **LAVIOLA** (IC-rivianelaviola@gmail.com)¹, Marina Dos Santos **ELEUTÉRIO** (IC)¹, Rafaela **CARNEIRO** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Responsabilidade penal, agente infiltrado, organização criminosa.

APRESENTAÇÃO:

A Lei 12850/13 inovou ao estabelecer um tratamento mais preciso e minucioso à infiltração policial, enquanto meio extraordinário de obtenção de prova. Caracterizada pela introdução de um agente especializado da Polícia Civil ou Federal no âmbito social e profissional dos integrantes da organização criminosa, a infiltração objetiva a obtenção de provas e informações de difícil acesso acerca da atividade criminosa desenvolvida pela organização. Atualmente, muito se têm discutido acerca da possibilidade dos agentes infiltrados serem ou não responsabilizados penalmente nos casos em que venham a cometer crimes junto aos indivíduos investigados, como forma de manutenção do disfarce. Ante o exposto, o presente estudo, valendo-se de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais acerca de tal temática, visa discutir a punibilidade do agente que atua de forma infiltrada, quando do cometimento de crimes no âmbito das organizações investigadas.

DESENVOLVIMENTO:

O agente infiltrado, uma vez integrando o âmbito da organização criminosa, pode ser compelido à prática de condutas criminosas. Após a autorização para a infiltração, concedida pelo magistrado por meio de uma Representação do Delegado de Polícia ou a Requerimento do Ministério Público, o agente se incorpora à organização criminosa como se fosse um de seus membros. A infiltração faz com que esse assumira uma nova identidade, passando a integrar o submundo do crime, compondo os planos e as ações ilícitas da organização. Nesse sentido, o art. 13, parágrafo único, da Lei 12850/13 determina que não será punível a prática de crimes pelo agente, no âmbito da infiltração, respeitada a proporcionalidade e a finalidade da investigação, quando inexigível conduta diversa. Neste caso, a responsabilidade surgiria a partir do cometimento de excessos pelo agente. Segundo lições de Damásio de Jesus e Sanches, a responsabilidade penal do agente estaria condicionada à observância de uma causa de excludente da culpabilidade, qual seja, a inexigibilidade de conduta diversa. Assim, estando o agente em situação na qual o cometimento do crime se faz necessário à manutenção de seu disfarce, ao prosseguimento das investigações e à sua segurança, a prática do delito não levaria à sua responsabilidade penal, uma vez que apesar típica e ilícita, sua conduta não integraria o terceiro elemento do conceito analítico de crime, qual seja, a culpabilidade. Lado outro, à luz da teoria da acessoriedade limitada, os agentes investigados que atuaram como eventuais coautores ou partícipes do crime cometido pelo policial infiltrado poderão ser penalizados. Em decisão proferida

no HC 70059115725, o TJ/RS corroborou a tese adotada pela doutrina, diante de caso de infiltração policial em organização destinada ao tráfico de drogas. Conforme relatório do Des. Júlio Finger “Deveras, forçoso admitir que se mostraria muito provavelmente destituída de qualquer sucesso tentativa de infiltração policial para investigar crime de tráfico de drogas se o agente policial não pudesse adquirir entorpecente, pois nesse caso dificilmente angariaria a confiança do traficante a fim de obter dados de inteligência úteis à investigação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O agente infiltrado, uma vez no âmbito da organização criminosa, deverá limitar suas ações à permissão concedida pelo magistrado, podendo inclusive praticar condutas tipificadas como crime, sem ser por elas responsabilizado, desde que imprescindíveis ao prosseguimento da investigação e inexigível conduta diversa. Excedendo os limites legais permitidos, poderá ser responsabilizado.

BIBLIOGRAFIA:

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. Crime Organizado. Editora JusPODIVM, 2014. RS, 2014. BRASIL. TJ/RS. HC70059115725. Relator: Des. Júlio Finger. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/130479586/habeas-corpus-hc-70059115725-rs/inteiro-teor-130479596>. Acesso em: 06 ago.2015.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

FALHAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELAS EMPRESAS DE TELEFONIA - MG

Sylvio Garcia do **AMARAL** (IC – sylviogamaral@hotmail.com)¹, Andréa De Souza **LOPES** (IC)²; Flaviane Ávila **FERREIRA** (IC)³ e Eduardo Assis **PINHEIRO** (PQ)^{1,2,3}

1. Curso de Direito; 2. Curso de Direito; 3. Curso de Direito; 4. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Falhas; serviços de telefonia; insatisfação.

APRESENTAÇÃO:

O texto a seguir tem o condão de chamar a atenção das autoridades e entidades do setor de telecomunicações, a fim de denunciar o alto índice de insatisfação dos usuários dos serviços de telefonia. A má prestação de serviço pelas operadoras de telefonia vem de longa data, por conseguinte, há um grande sentimento de insatisfação por parte dos usuários, são inúmeras as reclamações dos consumidores, tornado-se uma “avalanche” de ações no PROCON e no Poder Judiciário, contribuindo para o “inchaço” das repartições judiciárias a nível nacional.

DESENVOLVIMENTO:

São falhas na prestação de serviço provenientes quase sempre das mesmas fontes e que se repetem insistentemente, na maioria das vezes de fácil solução, porém negligenciados com fito de aumentar o faturamento das empresas. Em uma simples pesquisa nas varas de relações de consumo dos juizados especiais foi constatado que as falhas são quase sempre referentes à: cortes temporários na prestação do serviço sem explicação plausível, cobranças indevidas de serviços não contratados, bem como taxas indevidas, propagandas enganosas e lançamento indevido de cadastro de pessoas físicas e jurídicas em sistemas de proteção ao crédito. Inclusive a solicitação de reparos, o cancelamento da prestação de serviços, só é acessível através de ligações para os escritórios das empresas, o que sempre é um martírio para o consumidor, que fica a mercê dos atendentes das empresas que impõem diversas dificuldades para resolver simples situações, tendo o consumidor que dispensar grande parte de tempo e paciência para solucionar problemas corriqueiros, e que no mês seguinte volta a repetirem-se nos mesmos moldes anteriores. O consumidor fica refém das empresas, apesar de serem várias as prestadoras de serviços, os vícios e defeitos na prestação de serviços são sempre os mesmos. Estas alegações foram constadas através de uma pesquisa de campo na Comarca de Muriaé – MG, na Secretaria do Juizado Especial Cível, durante o período de 13/05/2015 à 13/07/2015, a respeito dos tipos de ações impetradas, sendo obtidos os seguintes resultados: foram distribuídas 884 ações, sendo 272 destas encaminhadas ao JESP Criminal e 612 ao JESP Cível; destas 612 ações cíveis, 358 foram referentes à Responsabilidade Civil, correspondendo a 58,5% do acervo de ações cíveis; deste número de ações de Responsabilidade, 179 foram de ações contra comércios diversos e pessoas físicas, o que corresponde a um percentual de exatamente 50% das ações; sendo ainda 58 ações contra entidades bancárias, correspondendo a 16,2% e 121 ações contra empresas de telefonia, o que corresponde a 33,8% das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Se avaliarmos a nível nacional chega-se a um número significativo, há que se adotar uma postura rígida, com intuito de garantir uma prestação de serviço no mínimo digna para a população brasileira, uma vez que os serviços oferecidos pelas operadoras de telefonia no Brasil são um dos mais onerosos em comparação com outras nações o que expurga qualquer alegação quanto às dificuldades financeiras por parte das prestadoras de serviços, além do que deveria haver regras mais rígidas nas concessões de exploração dos serviços de telecomunicações, exigindo-se das empresas investimento em pessoal e tecnologias avançadas e uma política de fixação de tarifas e aumentos transparentes, de forma que o consumidor no ato de recebimento de sua fatura não seja surpreendido por cobranças de valores exorbitantes. Esta pesquisa tem por objetivo denunciar um sistema que falha concomitantemente em sua função, causando insatisfação, dissabores e sensação de injustiça.:

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos humildemente aos serventuários do Juizado Especial e Setor de Distribuição da Comarca de Muriaé - MG, que disponibilizaram seu precioso tempo auxiliando nas pesquisas que deram suporte a este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008. DELMANTO, Celso et al. Código Penal comentado. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

GUARDA COMPARTILHADA OBRIGATÓRIA – LEI 13.058/14

Emanuelly Cristina de **OLIVEIRA** (IC – emanuellycdeoliveira@hotmail.com)¹, Wesley Leite Sanches **CORRÊA** (IC)¹, Juliana Silvana da **SILVA** (IC)¹, Fernando Gomes **SCHETTINI** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Guarda Compartilhada Obrigatória, Requisitos, Aspectos

APRESENTAÇÃO:

A guarda compartilhada foi inserida no ordenamento jurídico pátrio com a sanção da Lei 11.698/08, alterando os artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil de 2002. A finalidade era instituir e disciplinar a guarda compartilhada no Direito de Família após a dissolução do casamento ou união estável. O legislador ao perceber que a aplicação da lei acima referida só se dava nos casos em que a separação era consensual ou quando atendendo às necessidades específicas do menor, era determinada pelo juiz, através do Projeto de Lei 117/2013 e, em seguida, a entrada em vigor da Lei 13.058/14, instituiu a Guarda Compartilhada Obrigatória.

DESENVOLVIMENTO:

Ao falarmos de guarda, devemos entender o real significado desta palavra. É a ação de guardar algo ou alguém, com a finalidade de proteger, conservar e defender. Aplicando esta definição ao tema em comento, a guarda se define como um direito - dever da função de proteger, observar e acompanhar a formação física e psíquica da criança até que alcancem a maioridade. A guarda consiste em uma obrigação para os pais, na qual esses detêm a responsabilidade sobre os delitos praticados pela prole, e também o dever de zelar pelas necessidades e vicissitudes do menor, como: alimentação, saúde, segurança, educação entre outros. Nessa nova modalidade de Guarda Compartilhada Obrigatória, objeto de nosso estudo, o menor ficará na guarda física do genitor que melhor satisfizer suas necessidades, porém a guarda jurídica será exercida plenamente por ambos os genitores. A aplicação da medida antecede de muita ponderação do magistrado, visto que este se encontra diante de uma situação de conflito que poderá, se não tratada com cautela, causar traumas irreparáveis a criança. Para que se estabeleça o modelo de guarda compartilhada obrigatória, é mister pontuar requisitos que devem ser observados antes que o magistrado determine esta modalidade de guarda. Como principal requisito deve-se exigir dos genitores que optaram pelo desfazimento da união o consenso na criação da prole, de forma que a cada um possa ser atribuído responsabilidades, direitos e deveres na persecução do desenvolvimento dos filhos. Ainda nesse âmbito, devem os genitores estar abertos a superarem seus rancores individuais, para que possam, pensando no bem estar do menor, fazer concessões, estarem propícios ao diálogo em assuntos que digam respeito ao menor. Cabe ainda aos genitores a noção de que os filhos são os maiores prejudicados no desfazimento da união conjugal, não devendo ser tratados como um bem pertencente ao seu patrimônio pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como em toda mudança a lei de guarda compartilhada obrigatória vem sendo apontada em diversos estudos e pesquisas, onde são levantados pontos favoráveis e desfavoráveis deste modelo de guarda. Grandes são os posicionamentos doutrinários que vislumbram a referida lei como um referencial positivo ao crescimento do menor. Esta forma de guarda lhe proporciona uma gama maior de possibilidades para seu crescimento pessoal, psicológico e social, estando amparado pela figura de ambos os pais aconselhando-o, incentivando-o e delimitando parâmetros comportamentais, de forma a criar um maior conceito moral. No entanto, no plano prático são inúmeros os posicionamentos que preceituam de forma negativa a obrigatoriedade da lei supracitada, onde se pautam de forma contrária aos argumentos dispostos anteriormente pelos doutrinadores favoráveis a ela, tendo em vista que havendo erro na aplicação de tal medida, o menor poderá sofrer consequências irreparáveis em sua formação.

BIBLIOGRAFIA:

MOURA, Elizana Rodrigues de Disponível em: 20/04/2014, <http://elizanarodrigues.jusbrasil.com.br/artigos/111669185/guarda-compartilhada-uma-visao-interdisciplinar-dos-aspectos-positivos-e-negativos>, Acesso em 08/07/215.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

REABILITAÇÃO CRIMINAL E RESSOCIALIZAÇÃO NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Beatriz da S. **SANTOS** (IC - beea.quintao@gmail.com)¹, Karen A. de S e **OLIVEIRA** (IC)¹, Kátia C. F. **OLIVEIRA** (IC)¹ e Anderson Krsthian Reis **LOURENÇO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: reabilitação; lei; ressocialização.

APRESENTAÇÃO:

O presente artigo, tem o escopo de demonstrar em linhas gerais os institutos afetos ao Direito Penal brasileiro denominados reabilitação criminal e a ressocialização dos reeducandos que cumpriram suas penas, demonstrando as leis que regulamentam a reabilitação e as políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO:

Nos tempos atuais, quando falamos em reabilitação criminal gera uma insatisfação por meio de uma carga majoritária dos integrantes da sociedade brasileira. A priori, mister se faz salientar, que a reabilitação criminal está prevista nos artigos 93 a 95 do Decreto-lei Nº 2.848, de 07 de dezembro, de 1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro.[2] A reabilitação criminal é um instituto afeto ao do Direito Penal pátrio, que tem por objetivo, conceder ao reeducando após o cumprimento da sanção penal, a possibilidade de ver-se reabilitado, ocasionando, nestes termos, o retorno ao status a quo. Já a ressocialização se faz através de políticas públicas que visam à recuperação daqueles que já cumpriam suas sanções penais, para que os mesmos possam, após conquistarem a liberdade ambulatorial, serem reintegrados ao convívio social. Outrossim, o artigo 94 do mesmo Diploma Repressivo enumera os requisitos necessários para que a reabilitação possa ser concedida[1]. Em relação a sua aplicabilidade do instituto em análise, a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal brasileira, em seu artigo 202 expõe de forma simplificada, que in verbis: Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei. Frisa-se, por oportuno, que o instituto da reabilitação criminal não apaga os dados da reincidência, todavia garante o sigilo dos dados pessoais daqueles que já cumpriram suas reprimendas [1].

CONCLUSÃO:

O instituto da reabilitação transmite uma carga positiva ao cidadão que cumpriu, in totum, a sua sanção penal, uma vez que, além de resguardar o sigilo de seus dados pessoais, traz uma nova perspectiva para o convívio em sociedade [2]. Destarte, é imperativo salientar, que a reabilitação criminal não pode ser apenas um benefício jurídico, mais uma forma de garantia humanitária, introduzindo na sociedade os reeducandos que de forma progressiva cumpriam suas reprimendas oriundas do ius puniendi estatal. Afinal todo ser humano é detentor de direitos, dos quais não podem ser violados. Portanto, o presente artigo tem como escopo o objetivo de demonstrar

à valorização da pessoa humana, principalmente para o reeducando, como meio eficaz de ressocialização, facilitando o reingresso na sociedade. De modo a implantar o respeito mútuo, onde, acreditamos que o ser humano é capaz de se ressocializar, reintegrar e regenerar-se.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] GRECO, R. Curso de Direito Penal Parte Geral. 16ª ed. Niterói RJ, 2014. 679 p.
[2] AMBITO JURÍDICO.COM. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10246> Acesso em: 16 de maio. 2015.

Área do Conhecimento: (CNPq): 6.01.00.00-1-Direito

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Marina CASTRO (IC)¹, Luís Augusto ABREU (IC)¹ e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA (PQ)²1. Curso de Direito; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG**Palavras-chave:** Maioridade penal, imputabilidade, ato infracional**INTRODUÇÃO:**

Os dispositivos legais vigentes consideram inimputáveis penalmente os menores de 18 anos - art. 228 da Constituição Federal, art. 27 do Código Penal e art. 104 do ECA, para os quais não são aplicadas as sanções legais, visto que não se considera crime suas ações contra a lei, mas, sim, ato infracional [1]. O aumento da criminalidade entre crianças e adolescentes no país tem fomentado a discussão acerca da inviabilidade e inoperância do atual modelo brasileiro de imputabilidade penal. Nesse contexto, surge a redução da maioridade penal como uma “válvula de escape” para o problema recorrente. Assim, o presente trabalho visa elucidar os fatores envolvidos na discussão da redução da maioridade penal com foco na realidade da região do Município de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Segundo Conselho Tutelar atuante no município de Muriaé/MG, no ano de 2015, ocorreram em torno de 30 atos infracionais, discriminados em: furto ou tentativa de furto (15), desacato a autoridade e a funcionário público (04), tráfico de drogas (06), tentativa de homicídio (02) e homicídio (03). Conquanto, de acordo com a Polícia Militar da cidade, foram registradas cerca de 171 infrações envolvendo menores, sendo estas: homicídio (09), tentativa de homicídio (07), latrocínio (01), furto (41), tráfico de drogas (45), porte ilegal de arma de fogo (68); sendo necessário salientar que na maioria dos casos os menores agiram em conjunto com maiores. Os bairros com maior incidência dos delitos são: José Cirilo, Santo Antônio, São Cristóvão e Santa Terezinha. O município dispõe apenas de uma instalação de programa socioeducativo, o PEMSE - Polo de Educação de Medidas Socioeducativas, inaugurada em 25/11/2011, para onde são encaminhados os menores em conflito com a lei, destinados a cumprir regime de semiliberdade, para que sejam inseridos em programas específicos, objetivando a ressocialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Em linhas gerais, os argumentos contrários à diminuição da maioridade penal baseiam-se no fato de que: os menores de 18 anos não gozam de plena capacidade de compreensão da prática de um crime; maior acesso à informação não é sinônimo de amadurecimento; embora seja permitido ao jovem de voto de 16 anos, este é facultativo, enquanto a imputabilidade penal é compulsória; a convenção da ONU sobre os direitos da criança transformou em consenso a idade de 18 anos para a imputabilidade penal; o sistema prisional é ineficaz com relação aos presos maiores. Em contrapartida, os argumentos favoráveis transitam em torno de que: o jovem possui mais acesso às informações,

o que propicia um amadurecimento mais célere, podendo discernir sobre a ilicitude de seus atos; é grande o número de delitos praticados por adolescentes e o “uso” destes por criminosos para a prática de delitos; em consonância à Constituição Federal, o jovem de 16 anos pode eleger representantes políticos; o Código Civil concede a emancipação aos 16 anos de idade, atentando para o fato de que o jovem amadurece mais cedo, podendo constituir família e ser proprietário de uma empresa. [2] [3]

CONCLUSÕES:

Mediante os dados obtidos, é possível inferir que a maioria das ocorrências envolvendo os menores são furto, violência, uso e tráfico de drogas, e homicídio. Pode-se também depreender que os menores usuários de substâncias psicoativas são a maioria dos jovens infratores, sendo os demais crimes consequências desse envolvimento. Ademais, conforme verificado através do índice de incidência criminal, as áreas mais propensas à propagação da criminalidade são áreas de vulnerabilidade social e econômica, onde são recorrentes problemas na estrutura familiar, envolvendo violência doméstica, problemas de maus-tratos, abuso físico e sexual. Além disso, geralmente, os jovens fazem uso de drogas ilícitas de modo que, posteriormente, eles se tornam os próprios comerciantes de tais substâncias. Vale ainda citar a precária aplicação do ECA. Diante tais dados, fica clara a necessidade de políticas públicas adequadas à realidade social em que vivem os jovens brasileiros, que garantam, na prática, seus direitos fundamentais, haja vista que apenas o endurecimento da legislação penal é insuficiente para o desenvolvimento de uma política criminal eficiente.

BIBLIOGRAFIA:

[1] OLIVEIRA, Maristela Cristina de; SÁ, Marlon Marques. Redução da Maioridade Penal: Uma Abordagem Jurídica. 36 p. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008. [2] MELO, Carolina Castelo Branco de; LEÃO, Demétrius Almeida. Aspectos Constitucionais da Redução da Maioridade Penal. Dataveni@ - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas. v. 5, n. 7. Jan./Jun. Campina Grande, 2012. [3] SANTOS, Amanda Farias Galvão. Apontamentos jurídicos acerca da redução da maioridade penal, Revista Direito e Liberdade - Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, Natal, v. 10, n. 1, Jan/Jun. Rio Grande do Norte, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA ATUALIDADE

Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** (IC-analuizagt@yahoo.com.br)¹, Geraldo Majella Braga **LIMONDGE** (IC)¹, Mariana Tibiriçá **TURETA** (IC)¹, Ricardo Resende **BERSAN** (PQ- rbersan@gmail.com)^{1,2}

1. Curso de Direito; 2. Professor FAMINAS
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: médico; responsabilidade civil.

APRESENTAÇÃO:

Evidente está a remodelação da vida em sociedade e um dos propulsores dessa mudança de paradigma é a evolução das ciências médicas. Por conseguinte, com o aumento do número de procedimentos, os indivíduos tem se atentado para a responsabilidade civil do médico percebendo que este profissional é passível de cometer erros, o que tem acarretado em um florescente aumento das demandas judiciais indenizatórias. Assim sendo, recorre-se ao amparo de matérias em constante expansão como o biodireito, o direito consumerista o direito médico a fim de verificar sobre a responsabilidade civil do médico perante seus atos profissionais, ocorrendo um grande intrincamento das ciências jurídica e médica.

DESENVOLVIMENTO:

Em apertada síntese, diversas doutrinas trazem o conceito de responsabilidade civil objetiva e subjetiva sendo a primeira independente de culpa stricto sensu (negligência, imprudência e imperícia), mas adstrita ao nexo de causalidade entre a conduta praticada pelo agente e o dano sofrido pela vítima, persistindo aqui o dever de indenizar. Já a subjetiva, ou aquiliana, tem como imprescindibilidade a comprovação do dolo ou da culpa, além do nexo de causalidade entre a conduta praticada e o ato sofrido. Concernente ao médico, o Código Civil Brasileiro, de 2002, aduz como regra geral ser a responsabilidade deste profissional a subjetiva, cabendo àquele que alega o ônus da prova. Nesta mesma esteira de raciocínio, também o Código de Defesa do Consumidor enfatiza que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação da culpa. Dessarte, a culpa deverá ser extraída a partir da análise do esmero que era necessário para consecução da finalidade basilar da contratação. Ponderoso salientar que em casos como o de cirurgia plástica estética e radiologia há a culpa presumida, por se tratar de obrigação de resultado, e não como de meio nas demais áreas, ocorre uma inversão do ônus probatório. Pela obrigação de meio impende ao médico a execução de sua obrigação primando pelo zelo, técnica mais adequada, diligência e perícia, com escopo de atingir o melhor resultado possível sem, contudo, obrigar-se ao alcance da finalidade almejada. Na obrigação de resultado fica o profissional impelido a efetivar um fim certo e determinado. Em relação à classificação da responsabilidade do médico tanto a doutrina como a jurisprudência a enquadram como contratual por ser consecutiva a um elo antecedente. Conquanto, em situações emergenciais em que o atendimento prestado pelo médico intercorre sem esse elo antecedente, a relação será extracontratual. Ao suceder-se o desrespeito contratual atribuído a este profissional, advém o dever de indenizar pela constatação de um dano

efetivo e real, seja este patrimonial e/ou moral. Meritório sobrelevar que na vigência de excludentes de responsabilidade do médico este fica liberto da reparação do dano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na atualidade observa-se que a responsabilidade civil do médico é, em regra, subjetiva, de natureza contratual, prevalentemente, e uma obrigação de meio, ressalvadas as exceções. É cediço que a atividade médica lida com certos riscos e, por esta razão, necessita o profissional atuar com diligência, empenhando-se na prática responsável e criteriosa imposta à sua profissão.

BIBLIOGRAFIA:

DANTAS, Eduardo Vasconcelos dos Santos. Direito Médico. Rio de Janeiro: GZ Editora, 3ª edição, 2014; GONDIM, Glenda Gonçalves; STEINER, Renata Carlos. Responsabilidade Civil Médica: Breves considerações em face da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Goiânia: Revista da Faculdade de Direito da UFG, Vol.33, n.1, p. 204-219, Editora KELPS, 2009; VASCONCELOS, Fernando. Proteção do Consumidor na área da saúde: responsabilidade civil de médicos, hospitais e planos de saúde. Revista Direito e Desenvolvimento, a. 2, n. 4, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESTRESSE DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL

Rômulo N. A. RABELO (IC – romulorabelo@ymail.com)¹, Valquíria E. RABELO² e Luciana Xavier SENRA (PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Escala de estresse no trabalho (EET), estresse, médicos.

INTRODUÇÃO:

O estresse é uma relação particular entre o indivíduo, seu ambiente e as circunstâncias às quais este está submetido, que é avaliado como uma ameaça ou algo que exige de si mais que suas próprias habilidades ou recursos e que põe em perigo o seu bem-estar [1]. Quando se diz trabalho, se fala da tendência contemporânea organizacional, logo, faz-se presente o “super trabalhador” que necessita tolerar divergências aumentando seu ritmo na busca de melhor rendimento, surge uma ameaça, a relação com o ambiente é lesada, resultando em tensões psíquicas que possibilitarão o estresse advindo da ansiedade, depressão e baixa autoestima [2]. O estresse é a reação adaptativa e pode causar sintomas físicos, psicológicos e comportamentais [3]. O objetivo da pesquisa foi analisar diante de uma perspectiva psicológica os níveis de estresse apresentado em médicos de um hospital.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal na classe médica de um hospital, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 21 indivíduos de ambos os gêneros concordou com a participação da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre esclarecido. Para coleta de dados foi utilizada a Escala de Estresse no Trabalho – (EET) contendo 23 questões objetivas, classificando o nível de estresse em 1,0 a 2,0 como baixo, 2,1 a 2,9 como médios e 3,0 a 5,0 como alto. Os dados foram apresentados em porcentagem, média e desvio padrão (dp).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 21 médicos com média de idade total de 41,19 anos com desvio padrão de 11,38. O nível baixo de estresse obteve média total de 1,60 com desvio padrão de 0,29 representado por 47,61% dos indivíduos entrevistados. O médio nível de estresse evidenciou uma média total de 2,62 com desvio padrão de 0,31 referenciado por 57,14% dos indivíduos. O alto nível de estresse indicou média de 3,08 não apresentando desvio padrão sendo representado por 4,76% dos participantes. O maior índice de indivíduos com nível médio de estresse em ambiente laboral é confirmado na literatura. Estudos mostraram que existe uma maior prevalência de sujeitos com nível médio de estresse, tornando-se primordial a implementação de planos que busquem atenuar os efeitos causados pelo estresse [2,3].

CONCLUSÃO:

O estudo sugere que o nível médio de estresse é de maior prevalência entre a classe estudada, seguido pelo nível de baixo estresse. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar os achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] RODRIGUES, A. Stress, trabalho e doenças de adaptação. in: Franco, a.c.l. & Rodrigues, a.l. Stress e trabalho: guia prático com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas 1997. [2] ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L. SAUTER. S. L.; Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais na saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2007. [3] ROSSI, A. M. Apresentação International Stress Management Association (ISMA-BR). In: ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L.; SAUTER, S. L. Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2007. [4] ROMERO, S. M., OLIVERIA, L. O. Estresse no ambiente organizacional: estudo sobre o corpo gerencial. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfki0AJ/artigo-escala-stress-no-trabalho?part=2> > Acesso em: 01/06/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL

Rômulo N. A. RABELO (IC – romulorabelo@ymail.com)¹, Valquíria E. RABELO² e Luciana Xavier SENRA (PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: questionário SF-36, qualidade de vida, médicos.

INTRODUÇÃO:

Qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas [1]. Na área médica a má qualidade de vida está relacionada ao esgotamento, contato frio e impessoal com pacientes, insatisfação, baixa autoestima, desmotivação e desejo de abandonar o cargo e isso corre devido a longas jornadas de trabalho, equipe despreparada, exposição constante a risco e convivência direta com o sofrimento e a morte. [2]. A disposição lesada da qualidade de vida em caráter físico e/ ou emocional pode comprometer de forma indireta a dinâmica de atendimento, com conseqüente prestação de serviços de forma inadequada, prejudicando pacientes e a instituição [3]. O objetivo da pesquisa foi analisar a qualidade de vida da classe médica de um hospital.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com médicos de um hospital, de Abril a Maio de 2015. A amostra (n=21) concordou com a participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foi utilizado o Questionário de Qualidade de Vida (SF-36), apresentando-se em 8 domínios, subdividindo a integridade do Componente Físico (CoF), representado pela capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor e estado geral de saúde e o Componente Mental (CoM), representado pela vitalidade, aspectos sociais, limitação por aspectos emocionais e saúde mental. Os dados serão apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 21 médicos com média de idade total de 41,19 anos com desvio padrão de 11,38. Separando por domínios a capacidade funcional obteve uma média total de 89,52, não houve valor chão para este domínio e o valor teto ocorreu em 38,09% dos indivíduos. A limitação por aspectos físicos evidenciou uma média total de 77,38 sendo o valor chão encontrado em 9,52% e o valor teto em 52,38% da amostra. A dor apresentou média total de 39,76, não houve valores teto e chão. O estado geral de saúde manifestou média total de 71,90, não ocorreu valor chão e o valor teto evidenciou-se em 9,52% do grupo. A vitalidade com média total de 55,71, também não apresentou valor chão, ocorrendo valor teto apenas em 4,76% dos indivíduos. Os aspectos gerais com média total de 72,02 identificou valor chão de 4,76% e teto de 28,57%. As limitações por aspectos emocionais apresentaram média total de 68,25 sendo o valor chão

encontrado em 23,80% e teto em 57,14% dos indivíduos. Por fim a saúde mental com média total de 71,04, não demonstrou valor chão e o teto foi encontrado em 9,52% da amostra. O CoF apresentou uma média geral de 69,64, o valor chão evidenciou-se em 5,95% e valor teto em 39,28% da amostra total e o CoM obteve média geral de 66,75 com valor chão em 8,33% e teto em 65,47% dos indivíduos entrevistados.

CONCLUSÃO:

Pode-se concluir que os indivíduos da classe estudada apresentaram valores de componentes físicos e mentais acima do ponto médio o que identifica que os mesmos evidenciam uma boa qualidade de vida. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar os achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] OMS. Promoción de la salud: glosario. Ginebra: OMS, 1998 [2] ASAIAG, P. E.; PERROTA, B.; MARTINS, M. A.; TEMPSKI, P. Avaliação da qualidade de vida, sonolência diurna em médicos residentes. Ver. Bras. Edu. Medica. 34 (3): 422–429; 2010. [3] PASCHOA, S.; ZANEI, S. S. V.; WHITAKER, I. Y. Qualidade de vida dos trabalhadores de enfermagem de Unidades de Terapia Intensiva. Acta Paul Enferm, 20(3):305-10, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

ANÁLISE PSICOLÓGICA DA SAÚDE GERAL EM MÉDICOS DE UM HOSPITAL

Rômulo Neves Alló **RABELO** (IC – romulorabelo@ymail.com)¹, Valquíria Eveline **RABELO**² e Luciana Xavier **SENRA** (PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: questionário QSG-12, qualidade de vida, saúde geral, médicos.

INTRODUÇÃO:

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades [1]. Sobre saúde geral, é possível detectar diferentes linhas pelas quais a mesma se apresenta, visto que seu conceito percorre por frequentes modificações [2]. Pesquisas evidenciam que médicos brasileiros apontam indícios de sensação de fadiga, com proporções mais elevadas do que as equivalentes à população em geral. Entre esses elementos, destacam-se as excessivas jornadas de trabalho, agregadas ao estresse pela instabilidade, a confrontação rotineira com a morte, dor e sofrimento [3]. O objetivo desta pesquisa foi analisar diante de uma perspectiva psicológica a saúde geral de médicos de um hospital.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal na classe médica de um hospital, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 21 indivíduos de ambos os gêneros, manifestou sua autorização mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foi utilizado o Questionário de Saúde Geral (QSG-12), sendo uma escala tipo Likert com 12 questões objetivas que se subdividem em três domínios, a autoeficácia, a depressão e a ansiedade que variam de 0 a 3 pontos, sendo o ponto médio igual a 1,5. Escores próximos ou acima do ponto médio indicam efeitos nocivos à saúde. Os dados serão apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 21 médicos com média de idade total de 41,19 anos com desvio padrão de 11,38. A média total do QSG-12 foi de 0,99 com desvio padrão de 0,35. Subdividindo os itens propostos, a autoeficácia apresentou média de 0,59 e desvio padrão de 0,40 que indica que os profissionais apresentaram no geral pouca interferência na convicção da capacidade de realizar tarefas específicas. Dos indivíduos estudados 9,53% demonstraram média superior ao padrão de normalidade. A depressão com média total de 1,25 e desvio padrão de 0,42 indica que os sintomas depressivos ocorrem dentro do padrão de normalidade, porém, muito próximos ao ponto médio, sendo a anormalidade encontrada em 23,80% dos mesmos. A ansiedade apresentou media total de 1,15 com desvio padrão de 0,68 indicando que os sintomas ansiolíticos encontram-se abaixo, porém, próximos ao ponto médio, sendo encontrados em valor anormal em 28,57% da classe estudada. Estudos mostram que a depressão e ansiedade encontram-se próximos ao ponto médio da escala, corroborando com o presente estudo [4].

CONCLUSÃO:

Este estudo identifica que a autoeficácia, a depressão e a ansiedade estão dentro dos padrões de normalidade da classe médica entrevistada, no entanto, a depressão e a ansiedade encontra-se em níveis muito próximos ao ponto médio, o que sugere a necessidade de atenção psicológica. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Constituição da Organização Mundial da Saúde em 1946. [2] SCLiar, M. História do conceito de saúde. Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. [3] SANTOS, M. F. O.; OLIVEIRA, H. J. Influência de Variáveis Laborais na Qualidade de Vida dos Anestesiologistas da Cidade de João Pessoa. Rev Bras Anesthesiol, 61: 3: 333-343, 2011. [4] BARBOSA, S. C. et al. Saúde mental em enfermeiros plantonistas do serviço de atendimento móvel de urgência-SAMU. In ALVES, R. F., org. Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

ANÁLISE RELACIONAL DE FATORES ESTRESSORES E SAÚDE GERAL DA CLASSE MÉDICA DE UM HOSPITAL

Rômulo N. A. RABELO (IC – romulorabelo@ymail.com)¹, Valquíria E. RABELO² e Luciana Xavier SENRA (PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Questionário de Saúde Geral (QSG-12), Escala de Estresse no Trabalho – (EET), médicos.

INTRODUÇÃO:

A intensidade da resposta ao estresse deve ser proporcional ao estressor, à energia induzida pelo mesmo deve ser adequada e ter um tempo limitado, o estresse que persiste ou é mantido em larga escala pode comprometer o organismo prejudicando a saúde de forma geral [1]. O objetivo deste estudo foi relacionar os fatores estressores mediante seus níveis com a saúde geral de médicos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal relacional na classe médica de um hospital, de Abril a Maio de 2015. A amostra composta por 21 indivíduos de ambos os gêneros, manifestou sua autorização mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para coleta de dados foi utilizada a Escala de Estresse no Trabalho – (EET) contendo 23 questões objetivas, classificando o nível de estresse em 1,0 a 2,0 como baixo, 2,1 a 2,9 como médios e 3,0 a 5,0 como altos e o Questionário de Saúde Geral (QSG-12), sendo uma escala tipo Likert com 12 questões objetivas subdivididas em três domínios, a autoeficácia, a depressão e a ansiedade que variam de 0 a 3 pontos, sendo o ponto médio igual a 1,5. Escores próximos ou acima do ponto médio indicam efeitos nocivos à saúde. Os dados serão apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 21 médicos com média de idade total de 41,19 anos com desvio padrão de 11,38. Na análise da EET, o nível baixo de estresse obteve média total de 1,60 com desvio padrão de 0,29 representado por 47,61% dos indivíduos entrevistados. O médio nível evidenciou uma média total de 2,62 com desvio padrão de 0,31 referenciado por 57,14% dos indivíduos. O alto nível de estresse indicou média de 3,08 não apresentando desvio padrão sendo representado por 4,76% dos participantes. A média total do QSG-12 foi de 0,99 com desvio padrão de 0,35. Subdividindo os itens propostos, a autoeficácia apresentou média de 0,59 e desvio padrão de 0,40 que indica que os profissionais apresentaram no geral pouca interferência na convicção da capacidade de realizar tarefas específicas. Dos indivíduos estudados 9,53% demonstraram média superior ao padrão de normalidade. A depressão com média total de 1,25 e desvio padrão de 0,42 indica que os sintomas depressivos ocorrem dentro do padrão de normalidade, porém, muito próximos ao ponto médio, sendo a anormalidade encontrada em 23,80% dos mesmos. A ansiedade apresentou média total de 1,15 com desvio padrão de 0,68 indicando que os sintomas ansiolíticos encontram-se

abaixo, porém, próximos ao ponto médio, sendo encontrados em valor anormal em 28,57% da classe estudada. O nível médio de estresse em maior proporção, a depressão e a ansiedade próximos ao ponto médio corroboram com a literatura [2,3].

CONCLUSÃO:

Conclui-se que os fatores estressores apresentam-se em nível médio e a saúde geral do indivíduo apresenta-se normal, porém, tendo suas médias com valores muito próximos aos considerados nocivos à saúde, podendo-se sugerir que o nível de estresse encontrado pode ser considerado um fator agravante de saúde geral do indivíduo. Considera-se, portanto, a necessidade de novos estudos com maior população a fim de ratificar ou refutar esses achados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ZUARDI, A. W. Fisiologia do estresse e sua influencia na saúde. Disponível em: <http://rnp.fmrp.usp.br/~psicmed/doc/Fisiologia%20do%20e%20stresse.pdf> Acesso em: 14/06/2015. [2] ROMERO, S. M., OLIVERIA, L. O. Estresse no ambiente organizacional: estudo sobre o corpo gerencial. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2015. [3] BARBOSA, S. C. et al. Saúde mental em enfermeiros plantonistas do serviço de atendimento móvel de urgência- SAMU. In ALVES, R. F., org. Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

APLICAÇÃO DO MÉTODO TEACCH COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UM GRUPO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM AUTISMO

Jaqueline dos Santos OLIVEIRA (IC – jaqueoliveirapsi@gmail.com)¹ Dayane Lopes BARBOSA (IC)¹, Milena Rodrigues TOLEDO (IC)¹, Pedrita Reis Vargas PAULINO (PQ)².

1. Curso de Psicologia; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Autismo; Método teacch; intervenção; crianças.

APRESENTAÇÃO:

O Autismo ou TID, como são mais conhecidos corresponde a um transtorno que afeta várias áreas do desenvolvimento da criança, variando em sua intensidade. Sabe-se que estes “são, por natureza, transtornos do neurodesenvolvimento que acometem mecanismos cerebrais de sociabilidade básicos e precoces” [1]. O presente estudo preconiza analisar o método teacch (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children) que consiste em um “Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com déficits relacionados à Comunicação” [2], como proposta de intervenção em crianças diagnosticadas com este transtorno, levando em consideração todos os fatores considerados relevantes e que causam impacto direto na evolução ou não desta proposta de intervenção. Inserido neste contexto, aborda-se aqui a experiência de um projeto realizado na implementação de uma sala estruturada de acordo com o método teacch composta por seis crianças com diagnóstico de autismo, localizada no interior da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cataguases-MG.

MATERIAL E MÉTODO:

Utilizou-se a pesquisa descritiva objetivando apresentar as características de um grupo de seis crianças diagnosticadas com autismo que compunham uma sala estruturada de acordo com as normas do método teacch. Estas crianças receberam tratamento multidisciplinar, com a presença de uma psicóloga, uma estagiária de psicologia, uma professora e três mediadoras, tendo regularmente acompanhamento junto à fonoaudióloga e terapeuta ocupacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

As crianças estavam na faixa etária de cinco a doze anos, dentre estas, cinco eram do sexo masculino, três destas faziam o uso de fraldas. Durante o acompanhamento, através de estímulos diferentes e apesar de não falar, uma das crianças aprendeu a comunicar quando queria ir ao banheiro. Com relação ao diagnóstico, duas possuíam o diagnóstico de retardo mental associado ao autismo, dificultando o manejo das atividades feitas por meio de cartões com fotos, desenhos, símbolos, palavra escrita, então objetos concretos característicos do método foram utilizados nas atividades (potes, legos, etc.). Em relação à comunicação, três não haviam desenvolvido a fala, porém uma destas três cantava. Dentre as seis, nenhuma obteve o diagnóstico precoce do transtorno, duas inclusive obtiveram o diagnóstico tardio, tendo 10 e 11 anos e ainda não haviam desenvolvido a fala. Todas entraram no projeto com

comunicação mínima. As famílias em geral, tinham um conhecimento superficial sobre o diagnóstico. No que diz respeito ao fato de realizarem acompanhamento psicológico, nenhuma fazia atendimento psicológico antes de serem inseridas no programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A necessidade do diagnóstico precoce e de estarem inseridos em um programa de tratamento especializado tornou-se notória, como também a prevalência de outras doenças como o retardo mental associado ao autismo, tornando ainda mais difícil os avanços na comunicação. Constatou-se a predominância do sexo masculino entre as crianças. O método teacch, sendo uma prática predominantemente psicopedagógica, possibilitou às crianças de maneira geral, um desenvolvimento significativo na comunicação, aprendizado, cognição e comportamento, além de outras formas a se comunicarem e expressarem suas vontades tornando-os mais independentes em suas tarefas diárias. A utilização deste método e da psicologia como recurso terapêutico, aparece como destaque mediante este quadro.

BIBLIOGRAFIA:

[1] AMI, Klim. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.28 suppl.1 São Paulo May,2006.[2] KWEE, Caroline S.; SAMPAIO, Tania M. M.; ATHERINO, Ciríaco C. T. Autismo: Uma avaliação transdisciplinar baseada no programa teacch. Rev. CEFAC, v.11, Supl2, 217-226, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

BURNOUT E QUALIDADE DE SONO EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA

Jéssica C. R. PERES (IC - jessica.peres17@hotmail.com)¹, Danila V. GOMES (IC)¹, Rayane N. DIAS (IC)¹ e Fabrícia Creton NERY(PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Burnout, qualidade de sono, docentes universitários.

INTRODUÇÃO:

A Síndrome de Burnout é uma condição de exaustão de ordem fisiológica e psicológica associada à atividade laboral [1]. Podendo desencadear sintomas somáticos, como alteração do sono [2]. Docentes universitários se caracterizam como pertencente a um grupo vulnerável a desencadear tal síndrome, pois pertence a um mercado cada dia mais exigente, o qual possui uma sobrecarga de atividades a serem desenvolvidas [3]. O presente estudo visa avaliar o Índice de Burnout de professores universitários do curso de psicologia da FAMINAS (Faculdade de Minas) de Muriaé, Minas Gerais e associá-lo a qualidade do sono dos mesmos.

MATERIAIS E MÉTODO:

Os dados da pesquisa foram coletados nos intervalos de aula da FAMINAS Muriaé. Primeiramente pediu-se aos participantes a assinatura de um termo livre e esclarecido, onde comprova sua autonomia e anonimato. O estudo contou com quatro questões de identificação geral, com o Questionário Jbeili de Identificação de Burnout, possuindo 20 questões [4] e com o Instrumento de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP), composto por nove questões [5]. Ambos os questionários possuem validação em amostras brasileiras [4;5].

RESULTADOS E DESCRIÇÃO:

A amostra contou com a participação de três pessoas do sexo masculino (33,3%) e seis do feminino (66,7%). A idade dos participantes variou de 27 a 51 (M=34,4; DP=7,3). O tempo de profissão oscilou de 7 a 312 meses (M=80,3; DP=95,9). Os participantes se apresentaram com a titulação de mestrado (n=7; 77,8%), doutorado (n=1; 11,1%) e pós doutorado (n=1; 11,1%). Quanto ao escore do Índice de Burnout, a população pesquisada apresentou média de 41,1 (DP=2,6), caracterizando fase inicial de Burnout [4]. O escore do IQSP apresentou uma média de 4,7 (DP=2,6), o que indica que a amostra não se caracteriza com distúrbios de sono [5].

CONCLUSÕES:

Pode-se constatar na presente pesquisa que o resultado do Índice de Burnout não afeta de forma significativa a qualidade de sono da população estudada, uma vez que estes se apresentam em fase inicial de Burnout [4] e, ao mesmo tempo, um padrão regular de sono [5]. No entanto isso pode ser considerado um dado importante a ser avaliado em longo prazo, tendo em vista a importâncias de intervenções preventivas e de promoção de saúde [1]. Deve-se considerar relevante que a análise foi aplicada em início de período letivo, o que pode afetar os resultados, uma vez que os docentes estavam em período de férias. Portanto, sugere-se que os

mesmos questionários sejam reaplicados próximo ao fim do semestre letivo, para que então possa ser feito um estudo comparativo com relação à pesquisa descrita nesse estudo.

BIBLIOGRAFIA:

[1] DAUDT, C. V. G. Fatores de riscos de doenças crônicas não transmissíveis em uma unidade universitária do Sul do Brasil (UFRGS). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de pós-graduação em epidemiologia. Porto Alegre, 2013. [2] JBEILI, C. Síndrome de Burnout: Identificação, tratamento e prevenção, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/3017297/Cartilha-Burnout-Chafic-Jbeili#scribd>> acesso em 11 de agosto de 2015. [3] NASCIMENTO, D. F. D. L.; CUNHA, D. R. D.; MOTA, E. F. C. & VASCONCELOS, E. S. Identificação preliminar de Burnout em professores do IF Goiano Campus Urutaí – GO. Enciclopédia Biosfera: Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.8, n.15; p 2089, 2012. [4] JBEILI, C. Burnout em professores. Questionário. 2008. Disponível em: <<http://www.chafic.com.br>> Acesso em: 10 de agosto de 2015. [5] BERTOLAZI, A. N. Tradução, adaptação cultural e validação de dois instrumentos de avaliação do sono: escala de sonolência de Epworth e índice de qualidade de sono de Pittsburgh. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Medicina: Ciências Médicas, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

ESTIGMA RELACIONADO AO PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL

Larissa Bouzada de **PAULA** (IC – larissabouzada@gmail.com)¹, Tamara Loures **CHAVES**¹, Naiara aparecida de **LAIA**¹,
Fabrícia Creton **NERY** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Saúde Mental, Estigma, Psicologia.

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho pretende, através da metodologia de revisão bibliográfica, promover reflexão sobre o que é o estigma, e como a sociedade compreende as pessoas com transtorno mental dentro dessa ótica. , os gregos utilizavam o termo estigma para se referirem aos sinais corporais que evidenciavam algo ruim, que fugia dos padrões impostos pela sociedade.

DESENVOLVIMENTO:

Tais sinais eram feitos com fogo ou objetos cortantes evidenciando que o portador do sinal era um escravo, ou criminoso, pessoa ritualmente poluída, que deveria ser evitada[1] . Sabe-se que desde esse tempo a sociedade tenta estabelecer meios de categorizar as pessoas, por conseguinte, quando nos é apresentado um indivíduo, em seus primeiros aspectos é observado sua identidade social, e é construída uma série de expectativas normativas e exigências acerca daquele indivíduo. A esta característica de descrédito dá-se o nome de “estigma”. O estigma traz problemas severos para o sujeito que o vivencia, tais como segregação do meio social, percepção depreciativa de si, reconfiguração da dinâmica familiar, entre outras séries de fatores de acordo com que o estigma é vivenciado pela pessoa.[2] A sociedade em si considera o portador de transtorno mental como marginalizado. As afirmações [3]) acerca do resgate histórico das pesquisas de Goffman até o momento do estudo das autoras, apontam que o estigma associado à pessoas com doenças mentais está entre os mais nocivos tipos de estigma. Em relação às representações sociais, [4] afirma que o estigma pode levar o sujeito ao ostracismo, revolta ou subordinação, principalmente ao perceber que não é apenas um fator externo, existe uma busca interior de se identificar com o mundo que o cerca, adequando-se a ele. Ao se pensar em intervenções,[5] apresentam exemplos de programas que contribuem com o rompimento do estigma e preconceito com a loucura: Assim surgiu a ideia do Projeto “Loko.Motiva” que por via da arte e da inserção social, contribuiu para minimizar o estigma e o preconceito em relação ao portador de transtorno mental a partir de uma intervenção nos serviços de saúde mental. O projeto visa estabelecer o vínculo entre o portador de transtorno mental e a sociedade, fazendo com que esses também se apropriem de sua cidadania que é por direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

diante desta demanda o psicólogo, enquanto veículo dos direitos humanos visa mediar essa relação entre o sujeito estigmatizado e a sociedade, evitando rótulos e preconceitos, afim de que o indivíduo não se auto

estigmatize ou sofra pelo estigma aplicado pela sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1]Alvarenga, A. R. & Dimenstein, M. (2006). A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. Interface – Comunic., Saúde, Educ.,10(20), 299-316.[2] GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.[3] JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.[4] MOREIRA, V.; MELO, A. K. Minha doença é invisível! Re-visitando o estigma na doença mental. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 12, p. 307-314, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

FUTSAL COMO ELEMENTO SOCIALIZADOR EM UMA CIDADE DO INTERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA

Aline Pereira ROSA (IC - alinestechitti@ymail.com)¹, Rayane Nunes DIAS (IC)¹, Danila Vasconcelos GOMES (IC)¹, Giselle Braga de AQUINO (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Socialização, Esporte, Psicologia.

INTRODUÇÃO:

A Psicologia do Esporte pode ser considerada uma nova área em expansão, possuindo possibilidades de atuação e estudo bastante abrangentes [1]. Pode-se destacá-la como um campo interligado ao movimento de ação social que visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, foco do presente trabalho [2]. O esporte como agente socializador deve ser um espaço para a criança testar e desenvolver habilidades em um ambiente provido de estímulos, propiciando a possibilidade de novas aquisições físicas, cognitivas [3] e socioafetivas. A Psicologia se inseriu nesse contexto a partir de um projeto de extensão para a prática do futsal desenvolvido com crianças e jovens que residem, em sua maioria, em um bairro vulnerável de uma cidade do interior da Zona da Mata mineira, a fim de primeiramente realizar o levantamento do perfil do público atendido para posteriormente estruturar possibilidades de intervenção. Portanto, esse trabalho tem como objetivo apresentar o perfil dos participantes desse projeto.

MATERIAL E MÉTODO:

Para tal utilizou-se a pesquisa descritiva a fim de apresentar as características do grupo, a partir da análise dos 14 participantes do projeto que permaneceram frequentes entre os meses de março e agosto de 2015. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Todos os integrantes do projeto são do sexo masculino, as idades variam entre 7 a 15 anos, sendo que 14,3% tem entre 7 a 11 anos, 64,3% de 12 a 13 anos e 21,4% possui idades entre 14 e 15 anos. Todos eles estudam em escola pública, sendo que 71,4% estão em salas regulares condizentes com a idade e 28,6% estão em salas AC (Avança Ciclo), que se destinam a alunos que reprovaram ou que interromperam os estudos. Quanto à constituição familiar 57,2% dos jovens são de famílias nucleares, 32,1% monoparentais e 10,7% ampliadas. Referente ainda as famílias, 42,8% são cadastradas e acompanhadas pelo PSF e 50,0% são atendidas pelo CRAS. Dos participantes 21,4% são irmãos e 42,8% são primos em primeiro grau. Com relação à ocupação das famílias 64,3% compõe-se de lavradores, 21,4% de pequenos comerciantes, e 14,3% de pensionistas. Do total das famílias, 57,2% delas são beneficiadas pelo Bolsa Família. Ao que se refere à localidade 78,6% dos participantes residem em bairro de classe baixa que possui um estigma muito forte na região, outros 14,2% residem na zona rural e 7,2% em bairro de classe média baixa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nota-se que a maioria dos participantes está no início da adolescência, não possui condições financeiras

favoráveis e pertence a núcleos familiares diversos. Ademais, reside em um bairro que não é amplamente atendido por políticas públicas, apesar de seu histórico de vulnerabilidade. O fato dos participantes serem todos do sexo masculino; matriculados na mesma escola; residirem, em sua maior parte, no mesmo bairro; acrescentando-se ainda o parentesco entre vários deles, faz com que as chances de resultados positivos sejam maiores. Por fim, é possível considerar que, nesse contexto, o esporte intervém unindo as pessoas em torno de objetivos comuns, propiciando maior contato entre os cidadãos, além de ter um papel crucial no desenvolvimento emocional, na saúde e no bem estar dos envolvidos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] RUBIO, K. A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 19 (3), 60-69, 1999. [2] EPIPHANIO, E. H. Psicologia do esporte: apropriando a desapropriação. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 19 (3), 70-73, 1999. [3] Marques, J. A. A.; Kuroda, S. J. Iniciação esportiva: um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: RUBIO, K. (Org.). *Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

IMPACTO DAS VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS NO AUMENTO DO ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES

Thamara Márcia de P. P. de **CARVALHO** (IC – thamarinha.carvalho@gmail.com)¹, Gabriela dos Passos C. **BATISTA** (IC)¹, Hugo Silva **VALENTE**(PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Vulnerabilidade, Juventude, Violência.

INTRODUÇÃO:

Observamos um alto índice de adolescentes infratores cujas famílias são marcadas por diversos tipos de vulnerabilidades socioeconômicas. Os jovens privados dos serviços de educação, saneamento básico, qualidade de vida e oportunidades de emprego têm maior probabilidade de se tornarem vítimas e reprodutores da violência [1]. Não somente a segregação econômica gera os efeitos de exclusão e aumento da violência, mas também a qualidade dos relacionamentos entre crianças, jovens e adultos, o nível de compreensão dos seus direitos e deveres e o nível de escolarização dos responsáveis pelo cuidado são fundamentais para entender suas necessidades e buscar sua proteção. As medidas psicossociais de proteção ao jovem se apresentam como uma das formas de combater o aumento da violência juvenil no país [2]. Considerando as afirmativas acima, este estudo apresenta os resultados de um 'estágio com interface em pesquisa' realizado no CREAS de Muriaé que demonstrou a importância do fortalecimento das redes de atendimento às comunidades como ferramenta de combate à violência sofrida e praticada por jovens em idade escolar.

DESENVOLVIMENTO:

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma instituição pública estatal articulada com a rede de políticas públicas de saúde e assistência social que tem como uma de suas funções a realização de atendimento de apoio, orientação e acompanhamento de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade [3]. Atualmente existem 25 adolescentes em cumprimento de prestação de serviço e 10 em liberdade assistida. Através da experiência de estágio e análise das demandas desses jovens foi possível verificar a necessidade de adaptação do modelo de cumprimento das medidas socioeducativas. As medidas de prestação de serviços na maioria das vezes não conseguem realizar a reeducação dos jovens, pois impõem rotinas como 'organização e limpeza das instituições conveniadas' sem associar este trabalho a ações educativas e medidas de proteção social às famílias. Por outro lado, os jovens em situação de liberdade assistida que possuem rotinas sistemáticas de cunho profissionalizante, através de cursos e oficinas, apresentam resultados mais positivos relacionados à conquista de sua autonomia e independência financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebemos a necessidade de intervir em questões econômicas e psicossociológicas intrafamiliares,

empoderando seus membros e refazendo laços com o objetivo de realizar a emancipação e autonomia do adolescente pela via da reeducação e redução dos determinantes de vulnerabilidades. Além disso, podemos constatar um obstáculo jurídico relacionado à acumulação de processos aguardando julgamentos, o que gera a perda da possibilidade de reeducação e reinserção social aumentando o índice de reincidência no crime. Por fim, é necessário o fortalecimento das redes e projetos de atendimento das demandas da juventude, ressaltando a necessidade de um trabalho mais efetivo em relação aos determinantes socioeconômicos das vulnerabilidades que tanto influenciam a reincidência do jovem nas contravenções penais.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FEIJÓ, M.C.; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estudos de psicologia, v. 9, n. 1, p. 157-166, 2004. [2] SIERRA, V.M.; MESQUITA, W.A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006. [3] BRASIL. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: guia de orientação, n. 1, Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

INCIDÊNCIA DE PACIENTES IDENTIFICADOS COM DELIRIUM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA, DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ.

Érica Cristina **PAULA** (IC – epaula@fcv.org.br)¹, Jaqueline Pereira **SILVA** (IC)¹, Miriam Costa **RIBEIRO** (PQ)², Luciana Xavier **SENRA**(PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Psicóloga (HCM); 3. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – Chave: Delirium, Unidade de Terapia Intensiva, Câncer

INTRODUÇÃO:

O delirium é um fator de forte relevância, geralmente evidenciados em pacientes internados na Unidade de Terapia intensiva (UTI). Trata-se de uma síndrome que consiste em um estado confusional caracterizado por distúrbio da consciência, atenção, percepção, cognição e memória. Geralmente apresenta alterações cognitivas aguda ou de curso flutuante no estado mental. Encontrase diretamente relacionado com o agravamento da doença de base do paciente, abstinência de vícios ou drogas, idade, confinamento, medicamentos, anestesia e uremia. O delirium manifesta diversas consequências, que impactam nas taxas de mortalidade, aumenta o tempo de permanência do paciente no setor e sobretudo eleva o valor de todo o processo de internação. Com intuito de identificar pacientes com delirium internados na UTI da Fundação Cristiano Varela - Hospital do Câncer de Muriaé (HCM), diariamente é utilizado o teste CAM-ICU. Antes da avaliação de delirium com o referido teste é necessário identificar o nível de sedação, através da Escala de Agitação e Sedação de Richmond (RASS), se RASS for identificado entre (-4 e -5) não pode seguir com o instrumento CAM-ICU. Devido a estes fatores, o presente estudo buscou colaborar para a detecção precoce, identificação dos riscos, produzir medidas preventivas e possíveis intervenções dentro da UTI.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para coleta e análise dos dados foram averiguadas planilhas eletrônicas com registros e prontuários dos pacientes. A instituição forneceu liberação para a consulta de tais planilhas e os dados dos pacientes foram mantidos em sigilo. Mensalmente é mensurado o percentual de pacientes que apresentaram delirium. Os dados para este estudo foram coletados no HCM, no período de Abril a Junho de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No mês de Abril foram analisados no HCM 44 pacientes na qual 11,36% (5) apresentaram o diagnóstico de delirium, no mês de Maio foram analisados 47 pacientes sendo que destes 6,38% (3) apresentaram o delirium, já no mês de Junho 55 pacientes foram avaliados e 9,09% (5) apresentaram o diagnóstico de delirium. Os pacientes identificados com a síndrome, são acompanhados em um tratamento que busca a neutralização dos fatores desencadeantes, conforme a demanda de cada paciente a equipe multidisciplinar adota medidas com o objetivo de buscar melhorias nas funções cognitivas dos mesmos. Os resultados mostraram a importância de realizar um constante acompanhamento dentro da UTI visando, assim, prevenir alterações

cognitivas, buscando um melhor conforto para o paciente e redução de gastos para a instituição. A partir deste estudo, em análise com a equipe multidisciplinar da UTI concluiu-se que os fatores desencadeantes desta síndrome, foram o confinamento e a gravidade da doença de base. Mesmo possuindo um resultado satisfatório em relação ao delirium dentro da UTI, a equipe multidisciplinar aponta novos investimentos como forma de medidas preventivas.

CONCLUSÕES:

Constata-se a importância de uma equipe preparada que trabalhe com a prevenção e tratamento do delirium; bem como a utilização de um instrumento validado como o CAM-ICU, visto que este contribuiu para uma prevenção e identificação segura e eficaz do quadro de cada paciente.

BIBLIOGRAFIA:

[1] PITROWSKY, Melissa Tassano et al. Importância da monitorização do delirium na unidade de terapia intensiva. Rev. Bras. intensiva. 2010, vol.22, n.3, pp.274-279. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbti/v22n3/10.pdf> > Acesso em: 15 de agosto de 2015. [2] MORI, Satomi et al. Confusion assessment method para analisar delirium em unidade de terapia intensiva. Revisão de literatura. Rev Bras Ter Intensiva, v. 21, n. 1, p. 58-64, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbti/v21n1/v21n1a09.pdf> > Acesso em: 15 de agosto de 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

LEVANTAMENTO DE USO DE ÁLCOOL E TABACO ENTRE ACADÊMICOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Tallys G. Andrade **BASTOS** (IC-tallysandrade55@gmail.com)¹, Mônica Pirassol **VIEIRA**¹, Simone Luiz **SIDNEI**¹, Fabricia Creton **NERY** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Álcool, Tabaco, Universitário.

INTRODUÇÃO:

Os problemas relacionados ao uso e abuso de substâncias lícitas, tais como álcool e tabaco interferem na rotina universitária, podendo comprometer o desempenho acadêmico [1]. No Brasil, um estudo demonstrou prevalência de uso de álcool e tabaco na vida da população de universitários, cerca 44% de universitários fazem uso de tabaco e 74,6% de consumo de álcool [2]. Os universitários são os mais vulneráveis, pois apresentam influência sócio-ambiental no consumo e abuso destes tipos de substâncias, foram relatadas evidências relacionadas ao beber e fumar como correlacionais diretas à queda no desempenho acadêmico e prejuízo no desenvolvimento e na estruturação de habilidades cognitivo-comportamentais e emocionais [3]. O objetivo desta pesquisa foi avaliar variáveis relacionadas ao consumo de álcool e tabaco em estudantes, tendo em vista a importância dessa investigação, para a proposição de intervenções coerentes com a real necessidade dos alunos, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida e saúde dos estudantes.

MATERIAL E MÉTODOS:

O estudo foi quantitativo transversal, realizado através de aplicação de um questionário virtual anônimo, auto-aplicável, contendo um questionário sócio econômico de 13 questões, bem como duas sessões específicas relacionadas ao uso de tabaco (22 questões) e álcool (23 questões).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 119 universitários de 17 a 41 anos média de 22 anos do 1º ao 9º período sendo 52 do sexo masculino e 67 feminino, com discrepância de 107 solteiros, 10 casados 2 divorciados de 24 cidades. Graduando dos cursos de ciências exatas (26) humanas (21), e da área da saúde (109) da Faminas Muriaé do primeiro semestre 2015. Com os resultados na tabela1:

Investigação de Tabaco		Investigação de álcool	
Uso de cigarro na vida?	31,5% ^{sim} 68,5% ^{não}	Uso de álcool na vida?	89% ^{sim} 20% ^{não}
Atualmente, você fuma cigarros?	21,8% ^{sim} 78,2% ^{não}	Atualmente, você faz uso de álcool?	64,6% ^{sim} 35,2% ^{não}
A frequência?	64,3% ^{lançamento}	A frequência?	35,1% ^{uma a três vezes por semana}
Numero de cigarros diários?	55,5% ^{até 10} 21,1% ^{menos que 10}	Numero de doses médias consumidas?	25,7% ^{1 a 5}
Você sente alteração fisiológica?	52,5% ^{sim} 47,5% ^{não}	Você sente alteração fisiológica?	28,6% ^{sim} 71,4% ^{não}
Se sim, qual?	79% ^{distúrbio do sono} 54,2% ^{irritabilidade}	Se sim, qual?	35,7% ^{irritabilidade} 38,2% ^{distúrbio}
Você usa cigarro na faculdade?	67,1% ^{sim} 32,9% ^{não}	Você faz uso de álcool na faculdade?	61% ^{sim} 35,4% ^{às vezes} 85,4% ^{às vezes}
Al tentou parar de fumar?	70,7% ^{sim} 29,3% ^{não}	Al tentou parar de beber?	28,5% ^{sim} 71,5% ^{não}

Tabela 1: Investigação de uso de álcool e tabaco em universitários.

Os níveis de ingestão de álcool foi avaliado como problemático, 50,9% não conseguiram cumprir com algum compromisso da rotina acadêmica uma vez por mês e 28% já se machucaram ou prejudicou alguém por ter bebido em acesso no período do último ano. Cerca de 67% dos usuários de tabaco fazem uso na faculdade, 20,5% destes relatam o uso para relaxar, enquanto 52,5% sentem algum tipo de alteração fisiológica/emocional e 71,1% relataram necessidade de interromper uso tabaco

por atrapalhar a rotina acadêmica. Verifica-se um alto índice de uso, e início precoce, a o desencadeamento de problemas físicos em função do uso e sobretudo um relato significativo de vontade de parar de usar. Tais resultados nos apontam para a necessidade de se atentar para esse problema de saúde no ambiente educacional.

CONCLUSÕES:

Tais resultados apontam a necessidade de elaborar e desenvolver no campo educacional ações conjuntas para intervir de forma efetiva, que levem em consideração as variáveis problemáticas, através de programas de triagem e intervenção terapêutico-pedagógica, voltadas para a maximização das potencialidades e a qualidade de vida dos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ANDRADE A.G. , et al.. Uso de álcool e drogas entre alunos de graduação da Universidade de São Paulo. Rev. ABP-APAL. 1997 [2] CARELLI, M. J. G; SANTOS, A. A. A. Condições temporais e pessoais de Estudos em Universitários. Universidade de São Francisco. 1999. [3] TEIXEIRA, J. (ed.). Boletim Cérebro Toxicodependente: Instituto da Droga e Toxicodependência. Lisboa, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

NÍVEL DE ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA

Rayane Nunes **DIAS** (IC – rayanenunesfotografia@gmail.com)¹, Aline Pereira **ROSA** (IC)¹, Jéssica Caroline Ramos **PERES** (IC)¹ e Pedrita Reis Vargas **PAULINO** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Ansiedade, universitários, psicologia.

INTRODUÇÃO:

A ansiedade normal pode ser definida como uma resposta de adaptação do organismo, passa a ser considerada prejudicial ou patológica quando o organismo não consegue responder de forma positiva aos estímulos ambientais [1]. No decorrer da formação profissional é possível que os alunos se sintam pressionados para cumprir suas tarefas relacionadas à formação e efetuar seus afazeres cotidianos sem prejudicar a mesma. Diante dessa demanda, esses universitários, pressionados por suas ocupações, busca por aperfeiçoamento e sucesso profissional, estão propensos a desenvolver ansiedade [1]. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo avaliar e relacionar o nível de ansiedade de alunos do primeiro e último ano do curso de psicologia da FAMINAS (Faculdade de Minas) de Muriaé-MG. A hipótese levantada é a de que o último período possui grau de ansiedade mais elevado do que o primeiro, tendo em vista que no último os universitários possuem diversas tarefas como trabalhos de conclusão e preparativos para a formatura.

MATERIAL E MÉTODO:

Foi-se adotada uma pesquisa de cunho quantitativo, a qual foi aplicada um questionário com três questões de identificação geral e o inventário de Ansiedade Beck (BAI). O inventário de Ansiedade Beck possui 21 questões de múltipla escolha contendo sintomas de ansiedade, onde o sujeito avalia questões subjetivas de acordo com a última semana, numa escala de zero a quatro (Absolutamente não, Levemente, Moderadamente, Gravemente) [2]. Para a aplicação da pesquisa, os universitários assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, que atesta sua participação de forma anônima e voluntária. Os dados foram coletados na FAMINAS Muriaé-MG, sendo sua amostra composta por universitários cursando o primeiro e último ano do curso de psicologia.

RESULTADO E DESCRIÇÃO:

A pesquisa foi composta por 59 universitários, sendo 44 do primeiro ano (74,58%) e 15 do último ano (25,42%) do curso de psicologia, com idade média de 23 anos (DP=7,3), sendo 10 homens (16,95%) e 49 mulheres (83,05%). De acordo com a análise dos dados, a média total de ansiedade da amostra foi de 17,07 (DP=12,5), o que demonstrou que esta possui ansiedade moderada. Quando comparadas, observou-se que não houve diferença considerável entre a média de ansiedade do primeiro (M=17,05; DP=12,6) e último (M=17,13; DP=12,4) ano. De acordo com a escala Beck, 25,42% (n=15) da amostra demonstrou possuir o nível mínimo de ansiedade; 28,81% (n=17) o nível leve, caracterizando a maior parte;

18,64% (n=11) o nível moderado e 27,12% (n=16) demonstrou ansiedade severa.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que, independente de estarem no primeiro ou último ano, os universitários de nossa amostra se mostraram ansiosos, de forma a poder apresentar efeitos colaterais e possivelmente precisar de uma ajuda profissional. Um possível motivo pelo qual o primeiro e último ano esteja se igualando na média é o fato de que o primeiro está ainda conhecendo e se adaptando ao curso, com muitas tarefas novas para serem desenvolvidas; já o último ano, está em fase de término, uma sobrecarga maior de atividades são desempenhadas. Analisando de forma mais específica, a amostra possui uma grande parte de universitários que se enquadraram no nível de ansiedade severa (27,12% n=16), e consequentemente precisam de uma ajuda médica imediata para redução do nível de ansiedade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] OLIVEIRA, Maria Aparecida de; DUARTE, Ângela Maria Menezes. Controle de respostas de ansiedade em universitários em situações de exposições orais. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, v. 6, n. 2, p. 183-200, 2004. [2] RODRIGUES, Daniel Guzinski; PELISOLI, Cátula. Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 35, n. 5, p. 171-177, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

NÍVEL DE ANSIEDADE EM VESTIBULANDOS DO ENSINO PRIVADO E PÚBLICO

Danila Vasconcelos **GOMES** (IC – danila.psi.gomes@gmail.com)¹, Jéssica Caroline Ramos **PERES** (IC)¹, Aline Pereira **ROSA** (IC)¹, Fabrícia Creton **NERY**(PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Estudantes, vestibular, ansiedade, família.

INTRODUÇÃO:

Segundo Strieder, a ansiedade “se caracteriza por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho” [1]. Pesquisas têm apontado uma possível relação entre a manifestação de sintomas de ansiedade e o período de preparação para o vestibular. Os alunos enfrentam incertezas e inseguranças, geralmente relacionadas à cobrança familiar, dos amigos e da sociedade. Esses fatores podem desencadear altos níveis de ansiedade, interferindo no desempenho durante a preparação e no dia de realização da prova [2].

MATERIAL E MÉTODO:

A pesquisa caracterizou-se por um delineamento transversal de metodologia quantitativa. O estudo teve por objetivo avaliar o nível de ansiedade entre estudantes pré-vestibulandos em Muriaé - MG. Os participantes foram submetidos a uma entrevista semiestruturada que consistiu na aplicação do BAI (Inventário de Ansiedade Escala de Beck), tratando-se de um teste psicológico “de auto relato, que mede a intensidade de sintomas de ansiedade” [3]. Também foi aplicado o questionário sócio demográfico com autorização dos pais e/ou responsáveis, com finalidade de avaliar dados demográficos e investigar a subjetividade dos estudantes com relação à ansiedade.

RESULTADOS E DESCRIÇÃO:

Participaram da pesquisa 40 estudantes, vinte do ensino público e vinte do ensino privado. Os participantes da escola particular apresentaram idades entre 16 e 23 anos, sendo 50% (n=20) do sexo feminino e 50% (n=20) do sexo masculino. Referente à segurança sentida em relação ao vestibular, 65% (n=13) relataram insegurança. Do total, 90% (n=18) dos alunos demonstraram pretensão para cursar o ensino superior em instituição pública. Quanto ao apoio familiar para cursar o ensino superior, 100% dos vestibulandos relataram obtê-lo. Ao serem questionados sobre se sentirem ansiosos e quanto à escola ser ou não um ambiente de apoio ao enfrentamento contra ansiedade, 75% (n=15) disseram ser ansiosos e 40% (n=8) afirmaram que a escola seria um ambiente contra a ansiedade. Sobre o nível de ansiedade avaliado pelo BAI, 35% (n=7) apontou nível mínimo; 20% (n=4) leve; 20% (n=4) moderado; e 25% (n=5) grave. No tocante aos alunos da escola pública, as idades variaram entre 16 e 19 anos, sendo 90% (n=18) do sexo feminino. Do total, 95% (n=19) têm o apoio da família para cursar o ensino superior e 55% (n=11) relaram segurança para realizar o vestibular, com pretensão também pela faculdade pública. Com relação à ansiedade, 90% (n=18) dos estudantes se consideraram ansiosos e afirmaram que a escola seria um bom ambiente para o

enfrentamento. De acordo com os dados apresentados pelo BAI, 35% (n=7) apontam nível de ansiedade mínimo; 30% (n=6) leve; e 35% (n=7) moderado.

CONCLUSÃO:

Os resultados evidenciam que alunos do ensino público se sentem mais seguros em prestar o vestibular e consideram mais a escola como um bom ambiente de enfrentamento da ansiedade. Sobre a escolha da faculdade, os alunos das duas escolas demonstram aspiração pela faculdade pública. Através do BAI, verificamos que 27,5% dos alunos apresentam nível de ansiedade moderado e 12,4% nível grave, caracterizando 40% dos alunos com manifestação de sintomas de ansiedade, sendo que 82,5% do total relataram serem ansiosos. De acordo com o manual da Escala de Beck, os dois níveis são os mais altos e alarmantes, o que torna os dados significativos e justifica a necessidade de atenção a temática abordada.

BIBLIOGRAFIA:

[1] STRIEDER, R. Depressão e ansiedade em profissionais da educação das regiões da Amerios e da AMEOSC; Roteiro, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 252, 2009; [2] RODRIGUES, Daniel Guzinski; PELISOLI, Cátula; Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório. Rev. Psiq. Clín. 2008, pág. 173 e [3] JUREMA, Alcides Cunha; Manual da versão em português das Escalas de Beck. Casa do Psicólogo. 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

POSIÇÃO DA PSICOLOGIA FRENTE AOS PADRÕES DE BELEZA INFLUENCIADOS PELA MÍDIA

Naiara Aparecida de **LAIA** (IC naiaralaia@yahoo.com.br)¹, Tamara Loures **CHAVES**², Larissa Bouzada de **PAULA**³ Hugo Silva **VALENTE** (PQ)²

Curso de Psicologia; 2- Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS-36880-000 – Muriaé - MG

PALAVRAS-CHAVE: Beleza, Saúde, Psicologia.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem como objetivo apresentar elementos teóricos para um debate crítico acerca dos 'padrões de beleza no mundo contemporâneo', apontando-os como fatores associados ao alto índice de psicopatologias relacionadas à alimentação e à percepção distorcida do corpo próprio. Nossa metodologia é qualitativa e o procedimento metodológico é a revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO:

A bulimia nervosa é um transtorno alimentar caracterizado pela ingestão de uma grande quantidade de comida seguida por métodos de eliminação compensatória. Esses métodos de eliminação geralmente são vômitos induzidos, medicamentos como laxantes ou diuréticos e a prática de exercícios físicos em excesso. As pessoas que sofrem desse transtorno têm baixa autoestima e são obsessivas com dietas e tentativas de alcançar formas físicas 'perfeitas'. Há uma preocupação aguda com o comer e um desejo irresistível por comida. Outro quadro psicopatológico, dentro da categoria 'transtornos da alimentação', é a anorexia nervosa. Esta se caracteriza por uma auto-imposição de regras rígidas para controlar o peso e a aparência corporal, envolvendo dietas severas associadas a distorções de percepção da imagem do corpo próprio, o que pode levar a um sério quadro de desnutrição [1]. A influência da mídia, é altamente estimulante tanto para o consumo de produtos dietéticos quanto dos mais calóricos, pois a venda é o interesse principal; logo, investem em propagandas chamativas e não se mostram verdadeiramente preocupados em transmitir instruções de saúde e moderação relacionadas ao uso de seus produtos. Soma-se a isso o fato das empresas não usarem apenas a fala instigante do apresentador midiático, a imagem corporal transmitida pelo artista desperta o desejo de ter um estilo de vida 'perfeito' e relaciona esse estilo com a ideia de sucesso [2]. O corpo deixou de ser nosso quando se transformou em imagens [3]. Acrescenta-se que há ainda um estímulo às atividades físicas, tecnologias estéticas e cirurgias plásticas como soluções para a busca do corpo ideal. Portanto, há uma tendência a qualificar como positivos os excessos tanto na alimentação (como forma de prazer), quanto nos esportes e no trabalho (para obtenção do corpo ideal). Ao mesmo tempo estimulam o excesso em relação à exposição do corpo 'conquistado a duras penas', reforçando um modo de vida obsessivo em todos os setores da existência. A indústria cultural, através de meios de comunicação, cria desejos e reforça imagens tidas como ideais, resultando nos famosos padrões corporais que devem ser buscados por todos. Corpos que se vêm fora dos padrões se sentem insatisfeitos e derrotados. A busca pela vaidade impede o uso da

prudência em relação ao corpo [4]. A prudência é uma virtude que deveria dar ênfase à integridade corporal e subjetiva [3]. Consideramos necessário ter cautela quanto ao comportamento de assumir irrefletidamente as orientações midiáticas, pois as pessoas acabam se tornando escravas de um ideal, submetendo-se a estilos de vida diferentes do que o próprio organismo suporta. É importante mencionar que o 'culpado' não é apenas o indivíduo, mas principalmente o marketing irresponsável que gera manipulação ideológica que, resulta em corpos vitimizados por políticas de saberes e poderes que nos identificam, classificam, recalcam e estigmatizam, modelando e remodelando imagens que temos de nós mesmos e dos outros, não permitindo que possamos viver o corpo à vontade e da forma que desejar [4]. Cabe aos 'fazeres da psicologia' gerar elementos de debate e reflexão para incentivar o sujeito a se relacionar mais com seu corpo real do que com o ideal, tomando os devidos cuidados em relação a tudo que diz respeito a um padrão ideal de beleza e funcionalidade, já que nosso interesse é que as pessoas se emancipem ideologicamente e se tornem os próprios normatizadores de suas medidas corporais, pesos e atitudes.

BIBLIOGRAFIA:

[1] KAPLAN, Harold I. e SADOCK, Benjamin J. Manual de psiquiatria clínica. Trad. Dayse Batista. 2ªEd. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.p.173-174. [2] Serra, Giane Moliari Amaral, & Santos, Elizabeth Moreira dos. (2003). Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), 691-701. [3] GUZZO, Marina. Riscos da beleza e desejos de um corpo arquitetado *Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas*. V. 27, n.1.p;139-149,set.2005.[4] RUSSO, R. C. T. Imagem corporal: construção através da cultura do belo. *Rev. Movimento & Percepção*, v.5,n.6,Espirito Santo de Pinhal, SP, jan./jun.2005, p.80-90.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO EM FAVOR DOS PROCEDIMENTOS DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

Elizielly de Oliveira **MARTINS** (IC - eliziellyom@hotmail.com)¹, Gilcilene **AMORIN** (IC)¹, Hugo Silva **VALENTE** (PQ)², Lara Brum de **CALAIS** (PQ)².

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Doação de órgãos, atenção primária, psicologia hospitalar.

APRESENTAÇÃO:

A doação de órgãos e transplantes são procedimentos cirúrgicos que, apesar de já serem muito utilizados no Brasil, ainda encontram obstáculos que precisam ser transpostos. Um exemplo disto é o baixo número de captação de órgãos em comparação com a fila de indivíduos que se encontram à espera de um transplante. Até junho de 2015 foi registrado o número de 32.000 pacientes ativos na lista de espera em todo país [1]. A família de primeiro grau é a única que pode autorizar a doação dos órgãos no momento da entrevista familiar que, é realizada após a constatação do óbito [2]. Esse trabalho mostrará como a atuação do psicólogo, como formador de opinião na atenção primária e promoção à saúde, pode auxiliar no processo de conscientização e, com isso, gerar o aumento da probabilidade de doações.

DESENVOLVIMENTO:

Esse estudo foi realizado através de um projeto de extensão e experiência de estágio, vinculado a FAMINAS em parceria com um hospital geral na cidade de Muriaé. Para sua concretização utilizou-se o modelo de pesquisa intervenção, com o auxílio da estrutura de rodas de conversas nos leitos. Esse modelo foi escolhido após uma investigação dentro e fora da instituição hospitalar. Quando levantada a demanda, notou-se uma falha em níveis de atenção primária, a respeito da conscientização social sobre o tema doação de órgãos e transplantes. Isto gera maior probabilidade da decisão da família ser negativa no momento da entrevista, considerando a hipótese que ela não saiba o desejo que o sujeito tinha em vida. As rodas de conversas aconteciam duas vezes por semana, durante um período de quatro meses. Os locais eram os próprios leitos onde ficavam internados pacientes do SUS; os acompanhantes também eram convidados a participar. Era feita uma abordagem geral sobre temas como, por exemplo, o que é a morte encefálica, órgãos que podem ser doados e transplantados, responsabilidade da família na hora da entrevista, a necessidade de acordar o desejo pessoal com a própria família, pontos positivos da doação e do transplante e outros quando surgia a demanda. O público-alvo da intervenção, por sua vez, tinha participação ativa na troca de informações e esclarecimento das dúvidas. Ao fim da reunião era reforçado que aquela intervenção não tinha o propósito de induzi-los. Ao contrário, o objetivo era apresenta-los à possibilidade de conhecimento e troca de informação com suas famílias sobre o tema. Após o fim do encontro os pesquisadores realizaram a montagem dos relatórios destacando os pontos importantes abordados em cada conversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os resultados, considerados positivos, ocorreram em curto prazo. Por exemplo, alguns pacientes que já haviam participado da roda de conversas afirmaram, antes mesmo de terem alta, que (I) conversaram com a família e com amigos sobre a doação e (II) tornaram claro seu desejo de doar ou não. Com isto, chegamos mais próximo de alcançar o objetivo principal dessa pesquisa-intervenção, que é aumentar a probabilidade de respostas positivas da família. Isto porque alguns dos fatores que dificultam essa resposta são, por um lado, a falta de diálogo sobre o tema e, por outro, o fato de os familiares não conhecerem a intenção dos sujeitos em relação a doar ou não. Uma vez contornado estes obstáculos, possibilita-se um número maior de respostas positivas no momento da entrevista. E como conseqüências um número maior de doações e a diminuição do número de indivíduos na fila de espera.

BIBLIOGRAFIA:

[1] RBT – REGISTRO BRASILEIRO DE TRANSPLANTES. Disponível em: <http://www.abto.org.br/>. Acesso em agosto de 2015. [2] RECH, Tatiana. RODRIGUES FILHO, Édison Moraes. Entrevista familiar e consentimento. Revista brasileira de terapia intensiva, vol.19, n.1, São Paulo Jan./Mar. 2007, pp. 86-87.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

QUALIDADE DE VIDA E ENVELHECIMENTO: FATORES ASSOCIADOS- MG

Thais Alves **SILVA** (IC – Thais_alves@iclaro.com.br)¹, Grays Kellen Schneider de **OLIVEIRA** (IC)¹, Pedrita **REIS** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavra-chave: Idosos, Envelhecimento, Depressão.

INTRODUÇÃO:

Por longos anos o envelhecimento foi visto como um declínio no processo de desenvolvimento marcado pela presença de perdas e doenças [1]. Essa perspectiva unidimensional e limitada foi superada por visões mais otimistas que conferem ao processo de envelhecimento a possibilidade de ganhos desde que o indivíduo goze de condições adequadas de educação, saúde, trabalho, habitação e urbanização. “Esses são elementos cruciais à determinação a saúde (a real percebida) e da longevidade” (p.38) [3]. Envelhecer envolve mudanças físicas e mentais inevitáveis, mas que não necessariamente é patológico, por isso, se classificação em senescência o processo de envelhecimento saudável caracterizado pelas mudanças específicas da idade; e em senilidade o que, além das alterações esperadas, é seguido de comorbidades como, por exemplo, a demência senil [3]. Entre essas, a depressão além de muito comum, é muita das vezes negligenciada por se apresentar de forma peculiar no idoso e, geralmente, serem os sintomas encarados como características naturais [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a presença de depressão entre idosos de realidades diferentes e verificar a influência da patologia no processo de envelhecimento.

MÉTODOS:

Foi realizada uma pesquisa com dois grupos de idosos: o primeiro compostos por 29 idosos ativos (24,1% homens; 75,9% mulheres) participantes do Clube da maioria, um centro de convivência para a maior idade; e o segundo por 14 idosos (42,85% mulheres; 57,14% homens) institucionalizados. O EDG-15, um instrumento que busca rastrear sintomas depressivos na população idosa composto por 15 itens de fácil compreensão, foi utilizado para coletar os dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O escore do primeiro grupo demonstrou que 89,7% dos participantes não apresentam suspeita de depressão e 10,3% possuem a sintomatologia para a patologia. Esses idosos participam diariamente de atividades recreativas como pintura, coral, ginástica, dança e festas temáticas além de receberem orientação médica e psicológica. Essas atividades podem influenciar no processo de envelhecimento quanto à possibilidade de equilibrar as perdas aos potenciais ganhos dando um sentido de utilidade aos idosos [2]. Já no segundo grupo pode-se observar que metade (50%) da amostra apresenta sintomatologia depressiva. Ainda foi possível observar que dentre os idosos que não apresentaram suspeita de depressão 85% obtiveram pontuação enquadrada no ponto limite para suspeita da patologia. Esses idosos não realizam com frequência atividades laborais ficando a mercê da rotina e de cuidados

basicamente biológicos, evento que, pode-se inferir como prejudicial ao envelhecimento sadio e que pode ser agravado na presença da depressão evoluindo para a senilidade [3]

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através dos resultados apresentados pode-se inferir que os idosos que são estimulados a realizar atividades regularmente apresentam menor inclinação para a depressão se comparado com os institucionalizados. Não se pode garantir que a inatividade é de tudo prejudicial ao envelhecimento, mas os resultados obtidos indicam como um possível disparador para que a patologia se instale afetando diretamente o processo do envelhecer. Considerando tais aspectos, o envelhecimento bem-sucedido depende da capacidade adaptativa que o indivíduo tem para responder com flexibilidade aos desafios biopsicossociais, contudo, depende também do ambiente e das oportunidades que o indivíduo pode gozar.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BARROS, C. S. G., Pontos de Psicologia do Desenvolvimento. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002. [2] NERI, A. N. L. Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas Psicológicas, Biológicas e Sociológicas. Campinas: Papyrus, 2004. [3] NERI, A. L. Psicologia do envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida. Campinas: Papyrus, 1995.

Área do conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

USO DE PSICOTRÓPICOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Tallys G. Andrade **BASTOS** (IC-tallysandrade55@gmail.com)¹, Simone L. **SIDNEI**¹, Mônica P. **VIEIRA**¹, Fabricia Creton **NERY** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Psicotrópicos, Universitários, Fatores de Risco.

INTRODUÇÃO:

O envolvimento de drogas medicamentosas entre universitários encontra-se em crescente ascensão em detrimento a outras drogas psicotrópicas. Em relação aos seus efeitos no organismo dependendo do envolvimento pode ser inofensivo, mas o uso sem prescrição médica vêm certificar efeitos colaterais, dependência e principalmente prejuízo disfuncional: biológico, psicológico e social [1]. Recentemente o uso de drogas psicotrópicas foi considerado mundialmente um problema de saúde pública, uma vez que é prejudicial ao indivíduo com reflexos na sociedade. São os universitários os mais vulneráveis e de maiores incidências relacionado com a população brasileira em geral com faixa etária de 12 aos 65 anos [2]. O uso deste tipo de droga é considerado duas vezes maior entre acadêmicos correspondendo a 48,7%[3]. O presente estudo tem por objetivo fazer uma avaliação dos tipos de drogas psicotrópicas utilizadas pelos alunos do curso superior com relação ao uso esporádico, abusivo e dependente de tais substâncias para se refugiar da rotina estafante universitária e aumentar o alto desempenho acadêmico. Tem por finalidade, investigar a situação de uso na instituição e inferir e elaborar de intervenções apropriadas.

MATERIAL E MÉTODOS:

Por meio de uma pesquisa quantitativa, analítica utilizou como instrumento um questionário virtual, elaborado pelos próprios pesquisadores, seguido investigação socioeconômica de 13 questões e sessão de uso de drogas psicoativas. "Relacionados a único uso na vida, no último mês e na última semana". E por fim, um espaço subjetivo para averiguar a utilização de substâncias na rotina acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo contou com 165 participantes com idade média 22 anos, sendo 62 do sexo masculino e 103 feminino, sendo 144 solteiros. Graduandos dos cursos de ciências exatas (36) humanas (21), e (109) área da saúde da Faminas 2015/1. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, o uso de hipnóticos/sedativos lideram 24,7% seguida maconha 23,6% e estimulantes 21,0%.



No que se refere a outros tipos de drogas que os estudantes fazem uso, observamos que entre 23 relatos, cerca 17,4% fazem uso exclusivamente de metilfenidato, 21,8% combinam metilfenidato com hipnóticos/sedativos,

17,4% hipnóticos/sedativos, 13,0% outros tipos de anfetaminas, 13,0% uso de anabolizantes, 17,4 outros tipos de substâncias.

CONCLUSÕES:

Espera que estudo ofereça um panorama deste fenômeno de exposição ao uso múltiplas substâncias, tornando um fator de risco para o aparecimento de problemáticas de uso, abuso e dependência e possíveis problemas educacionais, que não atendidas adequadamente pode evoluir a casos mais drásticos. Desenvolver programas de intervenção pode ser uma estratégia importante com finalidade de diminuir o consumo e esclarecer sobre as variáveis envolvidas em uma nova ótica de reabilitação para cada tipo de problema, possibilitando novas frentes preventivas de trabalho específico.

BIBLIOGRAFIA:

[1] ANDERSON P, CHISHOLM D, FUHR D.C . Efetividade e custo- eficácia das políticas e programas para reduzir os danos causados pelo álcool . Lancet . 2009.[2]CARLINI, E.A.; et all. II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. – 2005. São Paulo: CEBRID –UNIFESP–, 468 p., 2007.[3] STROTE J. Et all. O aumento do uso de MDMA entre estudantes universitários : resultados de uma pesquisa nacional. J Adolesc Saúde . 2002.

Área do Conhecimento (CNPq):4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq):7.07.00.00-1 - Psicologia

MORFOLOGIA EM SALA DE AULA: A TEORIA E A PRÁTICA NO ENSINO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS POR DERIVAÇÃO SOB UM VIÉS FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM

Amanda Monteiro **LEITE** (IC – amanda.monteiro.leite@hotmail.com)¹; Sérgio Carvalho **PORTILHO** (IC)¹; Anna Carolina Ferreira **CARRARA** (PQ)²

1. Curso de Letras; 2. Professor
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36.800.000 Carangola – MG

Palavras-chave: Livros didáticos, Morfologia, Formação de Palavras.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho, inserido no projeto 'A morfologia em sala de aula: revisitando o tratamento conferido aos processos de formação de palavras nos livros didáticos sob a ótica da Linguística Cognitiva' (UEMG-UNIDADE CARANGOLA) discutiu, em sua primeira fase, como a temática 'formação de palavras (por derivação)' vem sendo abordada em obras didáticas da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II e propôs, em decorrência dessa análise, uma reflexão linguística capaz de auxiliar os professores na tarefa de repensar a relevância deste conteúdo e as práticas pedagógicas que o envolvem. Desse modo, os principais achados nesse primeiro momento da pesquisa forma: (i) a confirmação do caráter marginal dado ao estudo da formação de palavras e seu isolamento em relação a outros tópicos que dialogam com eles; (ii) o reconhecimento de que os livros didáticos não devem ser a única opção para se trabalhar com formação de palavras e (iii) a importância de um trabalho sobre gramática que seja relevante para o uso da língua nas mais diferentes situações.

DESENVOLVIMENTO:

Partindo, pois, dos postulados firmados na primeira etapa do trabalho, o estudo desenvolvido neste segundo momento consistiu na elaboração de sequências didáticas (contendo teoria e prática) em torno da temática Formação de Palavras por Derivação. Essas sequências seguem, por sua vez, o viés funcionalista de linguagem, segundo o qual, na prática da língua, a consciência linguística do locutor e receptor relaciona-se com a linguagem no sentido dos possíveis contextos de uso. Para que esse objetivo fosse atingido, foram selecionadas inicialmente 20 (vinte) revistas *Todateen* da Editora Alto Astral, suporte textual usado como base para o desenvolvimento das atividades montadas. A proposta dessas sequências didáticas que mesclam teoria e prática é mostrar ao aluno e ao professor de Língua Portuguesa a possibilidade de um ensino de Morfologia de forma contextualizada, utilizando gêneros textuais presentes no cotiando do aluno e focada na interpretação de textos, ou seja, uma proposta teórico-prática que prima por uma reflexão da 'língua em uso'. Para isso, foi montado um corpus contendo 40 (quarenta) textos oriundos de *Revistas Todateen* (anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2015), os quais serviram de base para os exercícios (todos focados nos processos de formação de palavras por derivação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O intuito dessa pesquisa, em sua segunda fase de desenvolvimento, é viabilizar possibilidades de trabalho

teórico-prático dentro da temática Morfologia fugindo do tratamento problemático a ela conferida nos livros didáticos, em que é tratada tecnicamente, sem a exploração devida do valor semântico e das condições de produção da formação lexical. Desse modo, buscamos efetivar uma abordagem criativa e dinâmica da linguagem que, na grande maioria dos compêndios didáticos, fica negligenciada. O desenvolvimento das sequências didáticas primam pela reflexão linguística, uma vez que a aquisição da linguagem se dá a partir da promoção de sentidos em textos situados em contextos de interação específicos e não da palavra isolada. Pretende-se, pois, designar ao léxico a sua função principal, que é servir de instrumento às necessidades de comunicação

BIBLIOGRAFIA:

[1] FINAMORE, R. G.; OLIVEIRA, R. C. A morfologia na sala de aula: uma proposta de trabalho a partir de formações lexicais por prefixação. Juiz de Fora, 2013. 81 p. Monografia (Pós Graduação em Ensino de Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Juiz de Fora. [2] BASÍLIO, M. Teoria Lexical. São Paulo: Editora Ática, 2004. [3] MIRANDA, N. S. A reflexão metalinguística no Ensino Fundamental – caderno do formador. Coleção Alfabetização e Letramento. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 2006. [4] TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Ensino de gramática e qualidade de vida. In: Gramática – Ensino Plural. São Paulo: Editora Cortez, 2004. [5] PERINI, Mário Aberto. Princípios de Linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

Área do conhecimento CNPq: 8.01.00.00-7 – Linguística

EPG

TRABALHOS DO ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

UTILIZAÇÃO DO ANALGÉSICO NÃO OPIÓIDE PARACETAMOL POR IDOSOS NO MUNICÍPIO DE UBÁ/MG: AVALIAÇÃO DO CONSUMO E IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Jessica Ptolomeu **RINCO** (IC – jessicaptolomeu@hotmail.com¹, Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ – pesquisa@faminas.edu.br)², Barbara Campos Teixeira Malta **GRAVINA** (PQ – campos.teixeira@hotmail.com)³

1. Especialização Farmacologia Clínica; 2. Professor Faminas; 3. Farmacêutica – CRFSP/77.775.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Paracetamol; Analgésico; Automedicação; Idosos.

INTRODUÇÃO:

Os medicamentos de uma forma geral existem em nosso meio há muito tempo, seja para ser utilizado para cura em alguma doença ou adquirido apenas por precaução. No caso dos analgésicos não opióides, a sua utilização seria a fim de amenizar sintomas relacionados à dor, seja ela aguda ou crônica. O paracetamol foi utilizado pela primeira vez na medicina por Von Mering em 1893. No entanto, só ganhou popularidade após 1949, quando foi identificado como o principal metabólito ativo da acetanilida e da fenacetina [1]. Este medicamento é bem tolerado e tem baixa incidência de efeitos colaterais gastrintestinais, tornando-se um dos mais utilizados na automedicação e conseqüentemente um dos maiores causadores de intoxicação. Entretanto, a overdose aguda pode causar lesão hepática grave [1,2]. Em adultos, pode ocorrer hepatotoxicidade e intoxicação após a ingestão de uma única dose de 10 a 15g (150 a 250mg/kg) sendo nessa forma o máximo de uso diário é de 4g de paracetamol e o tratamento pode persistir até 10 dias. Em condições de consumo exagerado de álcool, jejum ou má nutrição aumentam a suscetibilidade à lesão hepática [1]. Tem-se informação, que em altas doses potencializa a ação de anticoagulantes e realçam os efeitos tóxicos do álcool e antiinflamatórios [4]. O paracetamol em determinados casos de interação pode ser concebido como de risco e gravidade moderada [5], ou seja, em determinados casos deve-se monitorar o tratamento, como o do idoso, com dose terapêutica adequada, pelo fato de sua resposta ser mais lenta quando comparada aos jovens [6]. A automedicação refere-se à situação na qual as pessoas fazem a seleção e uso de medicamentos para tratar doenças ou sintomas percebidos sem avaliação ou orientação de profissionais adequados [7]. Várias pessoas são adeptas a essa prática, podendo gerar risco a e até mesmo evoluir para uma preocupação de saúde pública para o país [8,9,10]. Todos estes problemas poderiam ser evitados se houvesse um uso discriminado de medicamentos pela população [2]. No Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e assim como em vários países, vem ocorrendo um aumento expressivo na população idosa, podendo ressaltar que as mulheres estão com maior expectativa de vida [11]. Devido a este aumento populacional, houve maior demanda aos serviços de saúde e ao consumo de medicamentos, advertindo que o envelhecimento colabora com a prevalência de doenças [12,13,14,15,16]. Devido a estas circunstâncias os idosos se tornam amplos consumidores de medicamentos, principalmente dos analgésicos, que nos dias atuais é considerada a classe de medicamentos com maior utilização para prevenção ou alívio do sintoma da dor

[17,18]. Pesquisas apontam que os analgésicos são utilizados de forma indiscriminada mundialmente, esse fato pode ocorrer devido à dificuldade em se ter acesso a um profissional adequado, fácil acesso ao medicamento e pelo descumprimento de receita medica, tornando assim maior causador de intoxicação [15]. A avaliação de intoxicações nos idosos se torna complicada em razão das mudanças farmacocinéticas e farmacodinâmicas, que ocorrem no organismo do idoso devido ao desgaste ocasionado pelo processo de envelhecimento, portanto os medicamentos permanecem mais tempo na corrente sanguínea e podem ocasionar as iméritas intoxicações ou devido a polifarmacoterapia, o que propicia as potenciais interações medicamentosas e reações adversas [7,13,19]. Cerca de 30% das internações em hospitais por idosos estão relacionadas à medicação [15]. De acordo com Dilson Pereira de Oliveira et al, é de cabível obrigação, que todos os profissionais de saúde exerçam suas funções de orientação a todos os pacientes e principalmente aos idosos o modo correto de se administrar os medicamentos. A assistência farmacêutica tem um papel primordial com a saúde da sociedade, exercendo a função de orientação aos pacientes no ato da dispensação do tratamento, proporcionando assim um Uso Racional de Medicamentos (URM), que é definido como ações que engloba o medicamento apropriado à sua patologia, em doses, posologia adequada e em menor custo possível, com o objetivo de trazer benefícios ao paciente e evitando reações adversas [9,10,20,21].

MATERIAL E MÉTODOS:

A presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório, descritivo. O local do estudo será em 25 farmácias e drogarias do município de Ubá/MG, sendo que para cada estabelecimento haverá 15 entrevistas. A amostragem será abordada de forma aleatória e intencional. A coleta dos dados será realizada através de um questionário aplicado pelo pesquisador, onde foi realizado um cálculo amostral com nível de significância de 95% e com erro amostral de 5 %, em uma população de 11.063 idosos, segundo a última pesquisa do IBGE, resultando assim em uma amostra de 375 idosos, que buscam atendimento em drogarias do município de Ubá/MG e que foram selecionados de forma aleatória, tendo como critério de inclusão ser morador do município de Ubá/MG, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, que aceitaram participar da pesquisa, assinando assim o termo de consentimento. A entrevista foi realizada, no período de março a maio de 2015. As variáveis investigadas são: gênero, idade, escolaridade, se faz uso de analgésico, quem prescreveu e o que levou ao

uso, tempo de duração do tratamento e se sente melhor ao administrá-lo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dentre os 375 idosos entrevistados nas drogarias da cidade Ubá foram encontrados, 225 (60%) do sexo feminino e 150 (40%) do sexo masculino. Este dado demonstra que a população feminina de idosos prevalece na procura do uso de medicamentos em comparação com o sexo masculino. Dos idosos pesquisados grande parte apresentaram a idade entre a faixa etária de 61 a 70 anos 44%, seguido pela faixa etária de 71 a 80 anos que obteve 30% e a de 81 a 90 anos com 24% e acima de 90 anos 2%. Em relação ao grau de escolaridade dos idosos obtivemos 44% alfabetizados, seguido de 32% com ensino fundamental, 12% não alfabetizados, 8% com ensino médio e apenas 4% com ensino superior. Quanto à utilização de medicamentos 84% fazem uso contínuo de algum tipo de medicação e os outros 16% não. Estes resultados evidenciam que o avanço da idade potencializa o aumento de doenças crônicas; ocasionando na necessidade de utilização de uma quantidade maior e de uso prolongado de medicamentos. Os resultados quanto ao uso do analgésico paracetamol pelos idosos, 72% fazem uso deste medicamento e os outros 28% não utilizam o paracetamol. Considerando a indicação do paracetamol por algum profissional da saúde predominaram com 56% afirmando que outras pessoas o indicaram, ou seja, não tiveram a assistência de um dos profissionais da saúde para escolha do paracetamol como analgésico, sendo indicativo do emprego da automedicação pela população idosa, 28% foram por prescrição médica e 16% por prescrição farmacêutica. Considerando os tipos de dores obtivemos 76% dos entrevistados tendo dor no corpo como principal sintoma para a utilização do paracetamol, procedendo a dor de cabeça com 24%, não obteve resultado para dor de dente. Sobre às doses ministradas pelos idosos, grande parte relataram, que o tratamento realizado com o paracetamol persistia em uma dose 20%; em um dia 16%; mais de um dia de 24%; uma semana de tratamento 28% e mais de uma semana 12%. Os resultados sobre efeito colateral, 92% não apresentaram efeito adverso e os outros 8% deram. De acordo com os resultados do estudo observamos que houve uma prevalência de idosos do sexo feminino, que procuram as drogarias da cidade para o uso de medicamentos, este resultado esta de acordo com o estudo realizado por Ely [23] em Porto Alegre, que 64,2% dos entrevistados eram do sexo feminino e 35,8% do sexo masculino, esses idosos buscavam atendimento pela Estratégia da Saúde da Família do município. Esta predominância pode estar relacionada com a preocupação em que as mulheres da cidade de Ubá têm em relação aos homens na busca e no controle das doenças, o que resulta em maior longevidade de vida. Estando em desacordo com o estudo de Scherer, Weber, Oliveira [13] realizado em Ijuí, que obteve uma prevalência do sexo masculino de aproximadamente 53,33%. No estudo de Santos et al [16] dos 44% possuíam de 61 a 70 anos, se equiparando ao presente estudo, tendo como cenário a cidade de Goiânia e ao estudo de Cavalcante, Aguiar, Gurgel [24], que obteve 40% dos entrevistados com essa mesma faixa etária. O idoso nesta idade está mais ativo para realizar a compra de sua medicação. Quanto ao grau de escolaridade 44% não eram alfabetizados, resultado esse que corrobora com a pesquisa de Duarte et al [25], que avalia o consumo de medicamentos por idosos na cidade de Sorocaba, obteve resultado de 3% não eram alfabetizados. A população

idosa consome medicamentos, devido às doenças crônicas que se instalam com o passar da idade. O estudo buscou e obteve que 84% dos idosos usam algum tipo de medicamento continuamente estando de acordo com a pesquisa de Goulart et al [26] que também obteve um resultado aproximado, 79,41% dos idosos. Os resultados encontrados neste estudo, no quesito utilização de medicamentos 16% não utilizam nenhuma classe medicamentosa de forma contínua, concordando com a pesquisa de Ferreira, Barreto e Giatti [27], obtiveram 17% da população estudada não consumiam. Quanto à indicação do paracetamol 56% dos idosos afirmaram que outras pessoas os sugeriram. Esses resultados se assemelham como o estudo de Oliveira, Gomes e Silva [8] realizado em Muriaé- MG, onde 66% dos entrevistados foram indicados por amigos, balconistas e familiares. Este fator torna-se preocupante, por não terem um acompanhamento profissional da área da saúde podendo levar a uma interação medicamentosa ou até mesmo a intoxicação. No questionamento do que levaram a administrar o paracetamol. Os resultados demonstraram com maior predominância a dores no corpo com 76%, seguido por dor de cabeça com 24%. Estes dados estão de acordo com o estudo de Pinto et al [28], que demonstrou o uso do paracetamol para dores em geral e dor de cabeça. Em relação à posologia 28% dos idosos utilizaram o tratamento com paracetamol durante uma semana e 24% mais de um dia estando em desacordo com o estudo de realizado por Pinto et al [28], onde frequência das doses de semanas foi 1,8% e dia 0,9%.

CONCLUSÕES:

O presente estudo almejou avaliar o uso do paracetamol em idosos. Através dos resultados analisados há um alto índice da utilização deste analgésico pelos idosos na cidade de Ubá. O profissional farmacêutico mediante este problema deve realizar medidas para amenizar a situação como: uma assistência mais eficaz e direcionada ao público idoso; alertar sobre os malefícios da automedicação; promover o uso racional deste medicamento sinalizando os efeitos colaterais, assim como estimular a procura do um profissional da saúde para qualquer doença, oferecendo desta forma uma melhor qualidade de vida para os idosos e toda a população.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS pelo apoio na realização da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Goodman & Gilman. As bases farmacológicas da terapêutica/[revisão de do Brasil, 2006, p. 601- 621; [2] OLIVEIRA, A. DE O. Automedicação em idosos residentes em Campinas, São Paulo, Brasil: prevalência e fatores associados. Caderno de saúde pública, Rio de Janeiro, v.28, n.2, fev.2012; [3] PEREIRA, D. T. M.; NETO, E. L. V.; CRUZ, N. P. S. Perfil da automedicação entre idosos assistidos por unidades básicas de saúde. Revista de Enfermagem, Recife, v. 8, n. 11, p. 3868-3873, Nov, 201; [4] Destruti, Ana Beatriz Castelo Branco. Interações medicamentosas. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 5ª Ed. 2008, p. 9–29 e 51; [5] Bachmann, Kenneth A. [ET AL]. Interações medicamentosas: o novo padrão de interações medicamentosas e fitoterápicas. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2006; [6] ARAÚJO, C. L. Conhecimento de idosos sobre o uso de medicamentos e interação medicamentosa. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v.8, n.2, p.188-195, maio/ago.2011; [7] SANTOS, T. R. A.; et al . Consumo de medicamentos por idosos em

Goiânia. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.47, n. 1, fev, 2013; [8] OLIVEIRA, R. I. B.; GOMES, A. T. ; SILVA, D. A. da. Prática da automedicação por clientes de uma farmácia comunitária do município de muriaé – MG. Acta Biomedica Brasiliensia, Muriaé, v.4, n. 2, jul, 2013; [9] SÁ, N. L.; FORTES, R. C. A importância do acompanhamento farmacoterapêutico a idosos pertencentes ao grupo da “melhor idade” da FACESA. Revista Saúde, Santa Maria, v. 40, n.1, p.53-58, jan/jul, 2014; [10] AMBIEL, I. S.S; MASTROIANNI, P. DE C. Resultados da atenção farmacêutica no Brasil: uma revisão. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v.34, n.4, 2013; [11] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios. Síntese dos indicadores sociais, 2010. Disponível em: <http://www.ibege.gov.br/home/estatística/população/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_síntese_2009.pdf>. Acesso em: 28 abr.2015; [12] LOPES, J.; MATHEUS, M. E. Risco de hepatotoxicidade do paracetamol. Revista Brasileira de Farmácia, Rio de Janeiro, ano 93, n.4, p. 411-414, 2012; [13] SCHERER, V. C.; WEBER, B. R. ; OLIVEIRA, K. R. de. Perfil dos medicamentos utilizados por idosos atendidos em uma farmácia comunitária do município de Ijuí/RS. Revista Contexto e Saúde, Ijuí, v.10, n.20, p. 375-384, jan/jun, 2011; [14] AZIZ, M. M.; CALVO, M. C. M. ; D'ORSI, E. Medicamentos prescritos aos idosos em uma capital do Sul do Brasil e a Relação Municipal de Medicamentos. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.52-64, jan.2012; [15] BORTOLON, P. C. et al . Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. Revista de Ciência & Saúde Coletiva, Brasília, v.13,n.4, p.1219-1226, 2008; [16] SANTOS, T. R. A.; et al . Consumo de medicamentos por idosos em Goiânia. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.47, n. 1, fev, 2013; [17] DELLAZORA, M.S. G. et al. Dor crônica em idosos residentes em São Paulo, Brasil: prevalência, características e associação com capacidade funcional e mobilidade. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.325-334, fev. 2013; [18] BARBOSA, M. H. et al. Avaliação da dor crônica em idosos institucionalizados. Revista Mineira de Enfermagem, Uberaba, v.16.1, maio.2011; [19] SANTOS, Debóra de Almeida. O paracetamol mata? Hábitos de consumo na população portuguesa. Portugal, 2014. 114 p. Dissertação (mestranda em Medicina Legal) - Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto; [20] OLIVEIRA, Francielle C. S. de; PEREIRA, Luciana de F. S. Incidência de automedicação na população de Trindade e região. In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA E TCC DA FUG , 1., 2012, Goiás: Faculdade União de Goyazes, 2012; [21] OLIVEIRA, D. P; OLIVEIRA, M. D. D; DINIZ, M. I. G. A relação farmacêutico-paciente através da inserção da política de atenção farmacêutica na atenção primária/SUS. Revista Rede de Cuidados em Saúde.; [22] CUNHA, K. O. A. Representações sobre uso racional de medicamentos em equipes da Estratégia Saúde da Família. Rev Esc Enferm USP, v. 46, n.6, p.1431-1437, 2012; [23] ELY, Luísa Scheer. Estudo dos anti-inflamatórios e analgésicos utilizados pelos idosos da estratégia saúde da família de Porto Alegre. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6863/1/000462079-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 25 jan.2015; [24] CAVALCANTE, A. L. P., AGUIAR, J. B., GURGEL, L., A. Fatores associados a quedas em idosos residentes em um bairro de Fortaleza, Ceará. Rev. bras. geriatr. gerontol. n.1, v.15 Rio de Janeiro 2012; [25] DUARTE, L.R. et al . Hábitos de consumo de

medicamentos entre idosos usuários do SUS e de plano de saúde. Caderno Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 64-71, 2012; [26] GOULART, L. S. et al. Consumo de medicamentos por idosos de uma unidade básica de saúde de rondonópolis/MT. Estud. interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 79-94, 2014; [27] FERREIRA, R. A.; BARRETO, S. M, GIATTI, L. Hipertensão arterial referida e utilização de medicamentos de uso contínuo no Brasil: um estudo de base populacional. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.30, n.4, p.815-826, abr, 2014 e [28] PINTO, I. C. et al. Automedicação numa cidade do norte de Portugal. 2º Congresso Mundial de Investigação em Saúde. Disponível em: <bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/11503/1/eposter%201330_Automedicação%20numa%20cidade%20do%20norte%20de%20Portugal.pdf>. Acesso 26 maio de 2015.

ATENDIMENTO AO CLIENTE COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Luiz Pereira da **MATTA** (IC –Luizmattaadm@yahoo.com.br)¹; Fernanda Cristina Abrão da **ROCHA** (O)²

1. Curso de Pós- Graduação; 2. Professora do curso de Administração.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

APRESENTAÇÃO:

Com o advento da globalização, as empresas estão sentindo a necessidade de redobrar a atenção para com os clientes, que por sua vez, estão cada vez mais exigentes. Conforme afirma, Souki (2006, p.10) “fica cinco vezes melhor manter os clientes que já conquistamos do que sair a procura de novos”. Estima-se que 65% dos negócios vem de clientes fiéis, e não de novos. Sendo que fidelizar é tornar o produto ou serviço tão irresistível que o cliente quando precisar de mais, irá imediatamente pensar em nós. Nesse sentido, estabelecer estratégias que assegurem a fidelização e a lealdade dos clientes se faz cada vez mais importante. Para a produção de dados, utilizou-se pesquisas bibliográficas e documentação disponível sobre o tema, em busca de detectar quais os princípios básicos relevantes para atendimento de excelência ao cliente, quais as diferentes características que compõem o perfil do cliente, o que o cliente espera ao entrar em uma empresa e conhecer a história de sucesso da empresa P&G. Desse modo espera-se que esses resultados possam contribuir para uma visão mais realista de como a empresa se coloca no mercado atual, empenhando-se no atendimento e satisfação das necessidades dos clientes, buscando assim um atendimento de qualidade, uma integração entre seus colaboradores. Busca-se elucidar itens relevantes sobre a temática, sem pretensão de concluir ou esgotar o assunto.

DESENVOLVIMENTO:

Imagine um casal que decide ir a um restaurante que não conhecem ou nunca foram. Quando chegam ao local se deparam com um restaurante amplo, sofisticado, manobristas, comidas especiais com chefes especializados, garçons e colaboradores altamente qualificados para atenderem da melhor forma possível. Após decidirem ir embora, viram que a conta era um pouco mais cara do que costumavam pagar em outros restaurantes, mesmo assim pagaram com o maior gosto e ainda por cima saíram muito felizes e plenamente satisfeitos. Isso se deve ao fato de que o atendimento feito pelos colaboradores assim como o ambiente do restaurante superou muito a expectativa do casal e possivelmente, o mesmo não só irá voltar para comemorar uma data festiva como também fará propaganda para outros colegas daquele mesmo restaurante. Ou ainda para contextualizar pensamos como por exemplo, uma empresa grande do ramo do varejo, cujo slogan (dedicação total a você) a prioridade é o atendimento, além desta focar nos clientes das classes B, C e D não importa quem seja o cliente e quem tem mais dinheiro, a equipe tem a obrigação para com seus clientes em deixar visível que o ato de comprar deve ser agradável. E por isto os funcionários são capacitados permanentemente para que todos entendam a missão da empresa e a política de relacionamento, a busca não é fácil, é preciso entender o que realmente o cliente precisa. Outro ponto analisado é o de dar um tratamento

mais humano e menos robotizado na hora da venda. As pequenas atitudes descritas anteriormente muitas vezes já bastam para ganhar a preferências dos consumidores. Assim o atendimento está diretamente ligado aos negócios que uma organização pode ou não realizar, de acordo com suas normas e regras. “O atendimento estabelece dessa forma uma relação de dependência entre o atendente, a organização e o cliente”. (CARVALHO, 1999, p. 233). As organizações devem ter o foco voltado para o cliente, detectar suas necessidades e se adaptar aos seus desejos, os quais estão em constante mudança. O comportamento do cliente é tema que permite compreender o processo de compra dos clientes e a maneira como se relacionam com produtos e serviços. Segundo Capel (1989) cada situação de atendimento é única, variando de pessoa para pessoa e de momento para momento, por isso o atendimento deve ser diferenciado. Pesquisas realizadas pela psicologia social demonstram que as pessoas sentem necessidade de serem tratadas como únicas, muitas vezes essa necessidade é mais importante até mesmo que os negócios ou problemas que elas procuram resolver. O cliente supõe que tanto a empresa quanto o funcionário devam atendê-lo de forma especial e única. A qualidade de confiança está relacionada a integridade e na competência dos prestadores de serviços. Leonard Berry (apud Pride; Ferrel, 2001) define cinco dimensões de qualidade de serviços que os clientes avaliam: tangibilidade, confiabilidade, responsividade, garantia e empatia. Em todas as dimensões o desempenho dos empregados está presente. Os elementos tangíveis do serviço, como a aparência das instalações e dos empregados, são com frequência os únicos aspectos que podem ser vistos antes da aquisição e consumo. É de fundamental importância conhecer os critérios segundo os quais o cliente avalia o serviço. A partir dessa avaliação o fornecedor do serviço deve priorizar seus esforços no sentido de gerar uma percepção favorável para o cliente ao longo de toda a cadeia de valor, criando um ambiente favorável para a compra. É evidente que saber os motivos que tornam um cliente leal é importante para a saúde financeira da empresa, uma vez os clientes que retornam e os novos clientes obtidos através de referências produzem um fluxo contínuo de vendas e receita. Por outro lado, Las Casas (2002) afirma que em mercados com crescimento significativo, clientes desleais podem ser difíceis de substituir, sem mencionar que isso é dispendioso. Afinal, atrair um novo cliente pode custar quatro vezes o esforço de reter um cliente já existente, enquanto que 5% de aumento na retenção de clientes, em geral, resultam em 75% no aumento de lucros agregados contínuos, não das vendas, de um cliente individual. Tébol (1999) ressalta que é necessário medir a satisfação do cliente, de modo a tornar tangível a percepção intangível. Neste caso, a melhor alternativa é perguntar ao cliente e observar seu comportamento. De acordo com Las Casas (1999), um

prestador de serviços pode utilizar as técnicas de benchmarking para se conhecer o nível de desempenho das atividades de um serviço. As empresas que aplicam esta técnica estudam e comparam o que as outras empresas estão realizando de melhor e procuram adaptá-las. O método de observação pode ser recomendado para analisar as reações e comportamentos dos clientes. Uma outra técnica que permite avaliar com detalhes as técnicas e métodos utilizados pelas empresas se dá por meio de uma pesquisa descritiva. Samara e Barros (2002) explicam que a pesquisa de marketing é importante para a obtenção de dados de forma empírica, sistemática e objetiva visando a solução de um problema ou oportunidades relacionados a produtos e serviços. O questionário como instrumento para pesquisa é outro método muito utilizado pelas empresas como, por exemplo, uma pesquisa por telefone pode ajudar a medir a satisfação global de um prestador de serviço. Outra forma de avaliação de um serviço prestado pode ser feita por meio da utilização de um questionário de pesquisa de satisfação do cliente. A pesquisa de satisfação dos clientes é um dos tipos de pesquisa mais utilizados, pois se sabe que cliente satisfeito é sinônimo de retorno e credibilidade. Porém, é preciso criar planos de ação para resolver os problemas mais críticos, implementar ações e acompanhar o andamento desses problemas com uma pesquisa contínua junto ao cliente. Mesmo o atendimento ao cliente proporcionando tantos benefícios, sabemos que ainda sim muitas empresas não o utiliza, possivelmente por conta do seu foco que foi estabelecido de forma incorreta, elas acabam focando somente nos lucros e esquecem que para alcançá-los as pessoas tem que adquirir seus produtos ou serviços, e se eles não forem bem tratados dificilmente irão realizar suas compras no mesmo estabelecimento, mesmo que o produto ou serviço seja de qualidade ou com preço acessível. Se o foco estiver voltado para os clientes, consequentemente os lucros serão alcançados. Assim, para permanecer no mercado e ter competitividade é imprescindível buscar estratégias de diferenciação, ainda mais que constantemente ele sofre modificações e por conta disso somente sobreviverá a tais circunstâncias aquelas empresas que se adequarem de acordo com as necessidades e situações do mercado. Características dos departamentos que são realmente orientados para os clientes. A declaração de propósito da P&G é um exemplo que inspira diariamente onde o atendimento gira em torno de 4.4 bilhões de consumidores no mundo todo, creio que elucida um pouco da realidade cotidiana de atendimento eficaz entre clientes e colaboradores. Estes gastam tempo reunindo-se com clientes e ouvindo seus problemas; recebem bem o envolvimento do marketing, da produção e de outros departamentos em cada novo projeto; comparam seus produtos com os da concorrência e procuram as melhores soluções da classe; solicitam sugestões de clientes à medida que o projeto avança, compras buscam proativamente os melhores fornecedores em vez de escolher apenas aqueles que procuram seus negócios; constroem relacionamentos de longo prazo com menos fornecedores, porém de alta qualidade e confiáveis; não comprometem a qualidade procurando menores preços, produção através de convites feitos pelos vendedores recebem os clientes a visitarem a fábrica; faz hora extra de boa vontade quando é necessário para cumprir programações de entrega prometida; procuram continuamente formas de produção mais rápidas ou mais baratas; melhoram continuamente a qualidade do produto, visando a ausência de defeitos; marketing, estudam as

necessidades e os desejos em segmentos de mercados bem definidos; alocam esforços de marketing em relação ao potencial de lucros no longo prazo dos segmentos-alvo; desenvolvem ofertas vantajosas para cada segmento de mercado; avaliam continuamente a imagem da empresa e a satisfação dos clientes; reúnem e avaliam continuamente ideias para novos produtos, para o aperfeiçoamento de produtos e serviços existentes, com vistas a atender as necessidades dos clientes, nas vendas, têm conhecimento especializado sobre o setor de atuação do cliente; esforçam-se para dar ao cliente a melhor solução; fazem apenas promessas que podem ser cumpridas; fornecem feedback das necessidades dos clientes e idéias aos encarregados do desenvolvimento de produtos, logística, estabelecem um alto padrão de prazo de entrega e buscam cumpri-lo consistentemente; operam um competente e amigável departamento de serviços ao cliente que pode responder a perguntas, processar queixas e resolver problemas de maneiras satisfatórias e no tempo adequado; na contabilidade, preparam relatórios periódicos de "rentabilidade" por produto, segmento de mercado, áreas geográficas (regiões, territórios de vendas), tamanhos de pedidos e clientes individuais; preparam faturas customizadas para as necessidades dos clientes respondem as queixas com cortesia e rapidez; finanças, compreendem e dão apoio as despesas de marketing que representam investimentos para obter a preferência e a fidelidade dos clientes no longo prazo adaptam o financiamento às necessidades financeiras dos clientes; tomam decisões rápidas quanto a credibilidade financeira dos clientes; relações públicas, disseminam notícias favoráveis a respeito da empresa e controlam os danos de notícias desfavoráveis; atuam como clientes internos e como defensores públicos de melhores políticas e práticas da empresa. Os demais funcionários que não entram nesta lista, raramente têm contato com clientes e mesmo assim caso entrem em contato com os mesmos, estes colaboradores devem agir com cortesia, transmitir confiança, alegria além de serem muito competentes em suas funções. Ou seja, todos devem agir sempre com um só foco, o de atender bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Satisfazer todos seus clientes, esta é razão para o sucesso de qualquer organização. Porém realmente não é fácil deixar todos os clientes de qualquer negócio satisfeitos, todas as empresas junto aos seus gerentes e representantes devem focar em suas melhores estratégias para conquistar seus principais objetivos que não é somente uma simples venda, mas sim a confiança e a fidelização dos mesmos. As empresas vivem hoje em dia em um mercado altamente competitivo, com produtos cada vez mais avançados em termos de tecnologia, preços e prazos de entregas cada vez mais iguais. Sendo assim fazer com que as pessoas comprem e continuem comprando por um longo tempo os seus produtos e não os da concorrência, está cada vez mais difícil. A melhor maneira para começar a concretizar o principal objetivo é simplesmente dando um atendimento inigualável, superando todas as expectativas dos clientes. Não importa o que se vende, este é o grande diferencial competitivo que uma empresa pode oferecer, e o principal disto tudo é que este atendimento está ao alcance de todos os vendedores. Negligenciar o atender bem sempre é a pior escolha em qualquer negócio, pode-se dizer com certeza absoluta que qualquer vendedor que fizer esta escolha, não perdurará por muito na mesma função em qualquer que seja a

empresa. Vimos também que para fidelizar um cliente, o vendedor depende muito de uma equipe capaz de dar um suporte de pós venda. Tratar de uma forma diferenciada seus clientes em potencial, ficar focados se as mercadorias chegaram ao seu ponto final, se as mesmas não chegaram com avarias e se as ações das equipes de marketing, P&D, compras, finanças, contabilidade então sendo feitos da melhor maneira possível. Sendo assim vimos que o processo de vendas deve ser tratado com muita cautela, isso porque depende de muitas pessoas cada vez mais treinadas para lidar com toda esta situação.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, Pedro Carlos de. Administração mercadológica. 1.ed. Campinas: Editora Alínea. 1999
.CHIAVENATO, Idalberto Introdução a teoria geral da administração. São Paulo: Campos 2000. Comissão de valores mobiliário dos estados unidos (30 de junho de 2010). Formulário de Procter & Gamble Company SEC. Acessado em 20/05/2015 .Exame.com: As maiores empresas do mundo em valor de mercado (8 de maio de 2014). Acesso em 20/05/2015. KLOTTER, PHILIP, Administração de Marketing. Edição do Milênio: São Paulo: Prentice Hall, 2000. WWW.vendamais.com.br/artigo45949 Acesso em 20/05/2015. GERSON, RICHARD, A Excelência no Atendimento a Clientes: Mantendo Seus Clientes por Toda a Vida. Rio de Janeiro: Qualytix Mark, 1999
.GONÇALVES, Carlos A.; JAMIL, George L.; TAVARES, Wolmer R. Marketing de Relacionamento: Data-base Marketing: uma estratégia para adaptação em mercados competitivos. Rio de Janeiro: Axcel, 2002
PRIDE, W. M.; FERREL, O. C. Marketing: conceitos e estratégias. Rio de Janeiro: LTC, 2001, KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999. MOUTELLA, Cristina, Fidelização de Clientes como Diferencial Competitivo, Agosto 2002
SAMARA, Beatriz S.; BARROS, José C. Pesquisa de marketing. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. SOUKI, Omar, As 7 chaves da fidelização de clientes, São Paulo, SP: Harbra, 2006. TÉBOUL, James. A era dos serviços: uma nova abordagem de gerenciamento. Rio de Janeiro: Quali-tymark, 1999.

AUDITORIA CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E COMBATE A FRAUDES

Ana Laura Banni **VIANA** (IC - analaurabanni@hotmail.com) 1 ; Bruna do Carmo **SOUZA** (IC-) 1 Alice Rodrigues **BORGES**; Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES** (PQ)2

1. Curso de Pós-graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Auditoria, Fraude, controle.

APRESENTAÇÃO:

O trabalho de Auditoria, se bem organizado, causa confiabilidade diante da opinião da sociedade, no que se refere às demonstrações e relatórios que a Contabilidade emite. Fatos de acontecimentos irregulares tiveram realce em todo o planeta, tendo os princípios fundamentais da Contabilidade não sido seguidos, na tentativa de armar informações econômicas inapropriadas à realidade da empresa. É preciso que a sociedade se conscientize para que os dados que a Contabilidade gera, sejam confiáveis e demonstrem a realidade da organização, pois “tanto usuários internos como externos necessitam de informações fidedignas, exatas, apresentadas honestamente e isentas de distorções” (SANTOS, SCHMIDT e GOMES, 2006, p. 33). A Auditoria é uma forma de se conseguir informações e confirmações a respeito da verdade das demonstrações que a organização apresenta, como maneira de controlar setores primordiais e de impedir situações que favoreçam fraudes e outros atos ilegítimos. Ainda, de acordo com Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 12), “é importante esclarecer que a função da Auditoria não é de substituir ou de executar as tarefas atinentes à administração da empresa”. É uma divisão da Contabilidade, podendo ser considerada uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial (SANTOS, SCHMIDT e GOMES, 2006). Uma investigação normal de Auditoria não é destinada, apenas, a revelar fraudes ou erros, que no transcorrer dos trabalhos podem ou não aparecer, sendo que tais fatos podem ser de tamanha magnitude, prejudicando a posição do patrimônio e de capital da organização investigada. Confirmadas determinadas irregularidades, compete ao auditor enunciar sua opinião à administração, sigilosa e confidencialmente. Também compete a este profissional, no decorrer do trabalho, verificar possíveis falhas nos controles internos, procurando evitar tais falhas ou prejuízos à entidade, pois esse instrumento administrativo propicia recomendações e estímulos para melhorias. Um bom trabalho de Auditoria não pode se fundamentar em conflitos de interesses da própria administração, sendo que para uma boa atuação a detecção de possíveis fraudes ou erros, são necessárias a cooperação e o esforço integrado da administração e do auditor, pois a Auditoria é, em primeiro lugar, preventiva do que corretiva. A falta de existência de um controle interno torna propício que ocorram irregularidades, tendo em vista que a Auditoria se sobressai como uma ferramenta de grande importância para se detectar erros e de fraudes, mostrando-os com clareza e, sobretudo, tentando impedir a prática desses delitos aconteça. Para Trisciuzzi e Cardozo (2009), acontecimentos associados a fraudes nos

demonstrativos contábeis, aconteceram depois da criação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002, estabelecida em consequência aos escândalos que aconteceram nos Estados Unidos da América. A SOX obriga que mecanismos de controles sejam criados para recuperar a credibilidade daqueles que investem. Ante o exposto, a justificativa para o trabalho está alicerçada na relevância de abordar a fraude em nosso país, tema muito debatido e questionada pela mídia, por profissionais do setor de Contabilidade e demais setores do conhecimento humano. O objetivo do trabalho é demonstrar como a auditoria contábil pode ser utilizada como ferramenta de apoio no combate a erros e fraudes nas empresas.

DESENVOLVIMENTO:

Para atingir aos objetivos propostos neste trabalho utilizou de uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos de coletas de dados foram por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental nas normas brasileira de contabilidade e demais documentos disponibilizados pelo conselho federal de contabilidade, e também através de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, realizada em duas empresas de MURIAÉ-MG. Sendo que a pesquisa foi realizada no setor administrativo, tendo como pontos fundamentais o trabalho da auditoria interna neste setor. Através do estudo apresentado pode-se concluir que a auditoria interna é de grande importância, pois ela examina a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da empresa evitando riscos de fraudes, erros, ineficiências e outras irregularidades. Ajuda a eliminar desperdícios, facilita tarefas, apoio à gestão e passa informações a gestão sobre atividades executadas. O referencial teórico foi dividido em Auditoria contábil e Fraudes contábeis. AUDITORIA CONTÁBIL: Em sentido amplo, a Contabilidade é um conjunto integrado de princípios e normas para fornecer informações que devem ser moldadas às finalidades para as quais se destinam. Como uma estratégia de aprovação da Contabilidade, aparece a Auditoria, proveniente da evolução daquela, com o desenvolvimento econômico das nações, além do crescimento das próprias empresas com o decorrer dos tempos, surgindo para fazer com que as demonstrações financeiras se tornem confiáveis. Portanto, pode-se perceber que a Auditoria está ligada diretamente à Contabilidade, que desempenha um papel essencial na empresa, pois registra e informa todas as mutações no patrimônio, sendo muitas vezes manipulada, visando às vantagens ilícitas, distintas dos interesses da organização. A Auditoria Contábil tem como função a manifestação de uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis da organização, e foi criada para fornecer

informações seguras, transparentes e relevantes para o desenvolvimento das atividades da empresa, com a intenção de fornecer uma opinião imparcial, fundamentada em normas, princípios e testes realizados, garantindo a continuidade da entidade. A Auditoria interna é uma estratégia muito eficaz para se combater fraudes, sendo um controle gerencial que consiste em uma série de procedimentos, cujo objetivo é verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais de uma organização (CREPALDI, 2007). Essa atividade, unida à Contabilidade, oferece meios garantidos para descobrir e impedir fraudes. Frente a isso, o auditor interno precisa ser um profissional que faz exames mais diligentes, tendo um universo de amostragens bem mais profundo e, até mesmo, intervir sobre todo o sistema da empresa, caso seja necessário (HOOG, CARLI, 2007). Segundo os referidos autores, para que uma Auditoria interna seja organizada em uma empresa, ela precisa ser um setor autônomo, ter uma autoridade maior em relação aos outros departamentos, e devem estar sujeitas somente pelas maiores autoridades empresariais: diretoria e presidência. Cada departamento auditado na organização precisa ser bem orientado quanto ao trabalho a ser realizado. De acordo com as suas atividades, a Auditoria deve atuar, buscando detectar falhas e possíveis erros de controle. Após realizar o trabalho de auditoria, faz-se um relatório contendo o parecer dos auditores internos no que se refere às tarefas realizadas, sendo ele apreciado pela administração da empresa, servindo como base para resoluções a serem tomadas após este parecer do auditor. A Auditoria externa ou independente é exercida por um profissional independente da empresa, tendo como objetivo emitir uma opinião sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis que a empresa auditada divulgou. Deve, portanto, coordenar suas ações de forma que seus programas adotem procedimentos idênticos e impeçam a execução de tarefas repetidas. Por causa da Lei n. 6.404/76, as sociedades anônimas de capital aberto são obrigadas a divulgar suas demonstrações contábeis acompanhadas do parecer do auditor independente cuja atividade é regulamentada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) através da instrução número 216, de junho de 1994. Vale salientar que, tanto a Auditoria interna quanto a externa, realiza seus trabalhos utilizando-se das mesmas técnicas de auditoria; ambas têm sua atenção direcionada ao controle interno como ponto de partida de seu exame, e sugerem que sejam melhoradas as deficiências vistas, ambas modificam a extensão de seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência dos sistemas contábeis e de controles internos existentes. As atividades da Auditoria externa são regulamentadas por meio das normas emitidas pelos órgãos de relacionamento do auditor: a CVM, o CRC, IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) (SILVA, 2002). FRAUDES CONTÁBEIS: As características da fraude podem ser por: falsificação ou mudança de registros ou documentos; omissão de transações nos registros da contabilidade; registrar transações sem comprovantes idôneos; empregar práticas contábeis não devidas. A causadora da fraude é a intenção de lesar interesses alheios, tendo como consequência falsas situações de contas, mudança nos lucros líquidos, erros para classificar receita e despesa, omitir entrada de recursos financeiros, entre diversos outros atos falsos com intenção criminosa. A fraude contábil é quando a contabilidade é usada para representar fatos que não existem, a fim de favorecer alguém em

prejuízo de outras pessoas, embora a NBC IT12 (Normas Brasileiras de Contabilidade e Interpretação Técnica) afirme que “o termo erro aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da Entidade, tanto em termos físicos quanto monetários”. Os erros são caracterizados por serem não intencionais nas demonstrações contábeis, podendo ser: errar nas somas, creditar em dobro, inverter números, esquecer de fazer transportes de números, classificar o documento, de forma indevida, entre outros. Esses fatores podem causar grandes problemas às organizações, uma vez que podem levar a empresa a falir, como também provocar a perda de seus clientes, entre outros. Enquanto a fraude ocorre com o propósito de lesar alguém, o erro é uma atitude involuntária, sem a intenção de causar prejuízo. Segundo Sá (2002), a fraude é uma ação que visa ao proveito de alguma forma para si ou terceiros (dolo), ao passo que o erro diz respeito à culpa, e, normalmente acontece por esquecimento ou falta de atenção. As fraudes podem ter o objetivo de ajudar a própria empresa, para: melhorar a aparência do patrimônio com possíveis lucros ou prejuízos que não existem; obter vantagens para ajudar terceiros; disfarçar registros incorretos, omissão de valores. Também, pode ocorrer o contrário: fraudes contra a empresa, a favor de uma ou mais pessoas, quando há: registros manuseados com má-fé; roubo de dinheiro; desvios de negócios; transferências e transações não autorizadas; advertência na política de preços e pagamentos. Gil (1999) esclarece que fraude não se restringe somente ao desvio ou roubo de ativos tangíveis, mas como de intangíveis (segredos industriais, informações estratégicas, etc.). Ela é sempre caracterizada por uma ação intencional e prejudicial à empresa. Para que não aconteçam erros e fraudes, cabe à administração tomar as medidas cabíveis para prevenir e combater fraudes, erros e irregularidades. O quadro abaixo mostra uma síntese das fraudes advindas da manipulação de registros ou documentos:

Pela manipulação de registros	-
Omissão de lançamentos	
- Lançamento falso	
- Anotação falsa ou outros cálculos	
- Registro falso nos livros fiscais ou comerciais	
Pela manipulação de documentos	- Destruição de documentos
- Preparação de documentos falsos	
- Alteração dos documentos originais	

Fonte: SILVA (2007).

De acordo com a IT 03 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade, 1999), na maior parte das vezes, o auditor é impossibilitado de comunicar a outrem que fraudes e/ou erros estão acontecendo, por causa do sigilo profissional. Entretanto, em algumas situações, a lei exige que tal comunicação seja feita, sendo o auditor obrigado a quebrar este sigilo, de acordo com o Código de Ética do Contabilista e as Normas Profissionais do Auditor Independente. Qualquer descoberta que envolva fraudes, o auditor deve sempre comunicar à administração da empresa que está sendo auditada, mesmo que não surta efeito sobre as demonstrações contábeis. O impacto de uma atitude executada de má-fé no mundo empresarial não deve ser medido só pelos prejuízos financeiros que causa.

As fraudes podem causar prejuízo à reputação da companhia, além de criarem um ambiente hostil de trabalho. Para preveni-la, é necessária uma vigilância contínua porque as atitudes ilícitas, a cobiça, a inveja e a arrogância são próprias do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com o presente trabalho, percebem-se as divergências entre o erro e a fraude, que podem ser resumidos com o propósito ou não de praticar a irregularidade. A fraude, sendo evidenciada no decorrer o trabalho de Auditoria, a administração deverá tomar conhecimento, a fim de tomar as medidas corretivas cabíveis, como também no que se refere aos erros. As irregularidades exercidas em uma entidade podem acontecer em qualquer seção, pois diversificam conforme a criatividade de quem fraudar. As irregularidades muito sofisticadas exigem do auditor um alto grau de sagacidade. A demonstração de fraudes e erros requer investigação das demonstrações contábeis, e trabalhos executados em setores distintos da firma, para que, após isso, o auditor se posicione sobre os fatos, dando sua opinião. O trabalho de Auditoria é uma importância ímpar, quando feito por profissional sério e competente, colaborando para que a organização tenha êxito. Os controles internos são fundamentais para proteger a empresa, no que se refere às irregularidades, mas as medidas de motivação e de conscientização dos colaboradores de grande valor, sendo muito importante o trabalho do auditor na avaliação das atividades e dos controles que a entidade mantém.

BIBLIOGRAFIA:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Da Auditoria Contábil. NBC T11, Brasília: 1999. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Da Auditoria Contábil. NBC T11-IT 03, Brasília: 1999. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Da Auditoria Contábil. NBC T12, Brasília: 1999. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Agenda legislativa: sistema contábil brasileiro. Brasília: CFC, 2002. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. Brasília, 1999. CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. GUZMÁN, M. D. A Auditoria compreensiva: um moderno concepto em la auditoria, México, 1991. IBRACON. Princípios Contábeis, Normas e Procedimentos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 1988. MENEZES, H. N. Avaliação do nível de maturidade da governança de tecnologia da informação: Estudo de caso em indústrias de grande porte. Tese (Mestrado). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2005. REZENDE, L. H. S. Os impactos da Lei Sarbanes-Oxley act e a governança corporativa no novo milênio. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 651-656, jul./ago. 2008. HOOG, W. A. Z.; CARLI, E. L. B. Manual de Auditoria Contábil das Sociedades Empresárias. Curitiba: Juruá, 2007. SÁ, A. L. de. Perícia contábil. 5. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2002. SANTOS, J. L. dos; SCHMIDT, P; GOMES J. M. M. Fundamentos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, E. S. Órgão central de auditoria: uma necessidade para o Estado. (Monografia). Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2002. SILVA, L. M. da. Atuação dos contadores e auditores na descoberta e na apuração de fraudes: uma reflexão. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.1, jan./abril, 2007. TRISCIUZZI, C. R. F.;

CARDOZO, J. S. A Auditoria interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro. In: III Congresso IAAER-ANPCONT, São Paulo, 2009. <
<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis/lei6404.html> >.
Acesso: Junho. 2015.

BACHARÉIS E CORONÉIS: UM INDÍCIO DE CONFRONTO – CARANGOLA 1923.Tarcísio Glauco **SILVA** (PQ – tglauco555@hotmail.com)

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade do Estado do Espírito Santo (2006), Professor e Coordenador do Colegiado do curso de História.

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36800.000 Carangola, MG

Palavras-chave: Coronelismo, Carangola, República oligárquica.**APRESENTAÇÃO:**

O presente trabalho apresenta alguns dos dados levantados no Projeto de Pesquisa 1910 - Industrialização ou agricultura: o coronelismo em debate em Carangola, MG desenvolvido através do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG), na então Universidades Vale do Carangola, hoje Unidade Carangola da UEMG, no período de abril a dezembro de 2013. O aluno Farlison Belan Laviola atuou como bolsista do Projeto. A pesquisa foi realizada no acervo do Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola (AHGC) e tinha como objetivo fomentar a busca pelo conhecimento, pesquisar e divulgar o acervo do Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola, de forma a desenvolver a iniciativa de pesquisa sobre a história local. Objetivava, também, a valorização da memória local, tendo em vista a concepção de que a existência de uma sociedade não pode, apenas, estar caracterizada numa eterna busca por um devir ansiado, mas, também, na procura da sua identidade a partir de uma trajetória espacial e temporal. Não somos somente o que percebemos, mas também o que nos recordarmos ter sido. Uma dessas possíveis formas de pesquisa seria o resgate de informações sobre o Sr. Jonas de Faria Castro, bem como o entendimento do universo político da Primeira República (1889 a 1930) onde a atuação dos “coronéis” inviabilizava a participação política de boa parte dos cidadãos em quase todo o território brasileiro. A metodologia de pesquisa teve como ponto central a consulta, transcrição análise e discussão dos documentos do AHGC, notadamente os processos judiciais. No decorrer da pesquisa foram levantados 78 (setenta e oito) processos, sendo que foram examinados e colhidos dados de 38 (trinta e oito) desses processos. Além dos processos, 10 (dez) fotografias, 45 (quarenta e cinco) jornais, 9 (nove) outros tipos de documentos foram analisados. Do total de 38 processos analisados, datados de 1904 a 1927, 19 (dezenove) dizem respeito a ações de cobranças contra a Cia. Industrial Carangolense e Jonas de Faria Casto. Considerando o período de 1923 a 1927, num total de 22 (vinte e dois) processos, 17 (dezesete) ou mais 77% referem-se a processos, citações e ações de cobrança.

DESENVOLVIMENTO:

Contexto político da Primeira República. O advento da República, no Brasil no final do século XIX, não trouxe grandes modificações na vida econômica, política e social do país. No que se refere, especificamente, à participação política o quadro não é diferente do Império. Recuando um pouco no tempo, notamos que durante o período imperial a participação política, representada pelo voto, além de ser pequena, foi diminuindo ao longo do tempo. De acordo com Fausto (1998) a eleição se dava através do voto censitário

e indireto. Os eleitores, além da necessidade de comprovação de renda, votam em dois turnos. Na eleição primária eram escolhidos aqueles que realmente elegeriam os postulantes aos cargos eletivos. Ao levarmos em consideração que a definição de cidadania é poder votar e ser votado, podemos admitir que houve uma progressiva diminuição da participação popular nas eleições. O voto censitário, determinado pela renda mínima definida por lei, por si só já era um mecanismo restritivo, torna-se mais excludente ao passar de 100\$000 na Constituição de 1824, para 200\$000 na Lei Saraiva. Outro ponto a ser destacado que a referida Lei insere a exigência de o eleitor provar ser alfabetizado para participar do processo eleitoral. Na análise de Carvalho (1990, p. 24): O Império tinha, de um lado, enfrentado o problema de redefinição da cidadania de maneira a dificultar a incorporação dos libertos. A lei eleitoral de 1881, que introduzia o voto direto em um turno, sob pretexto de moralizar as eleições, reduziu drasticamente a participação eleitoral. Ao exigir dos eleitores saber ler e escrever, reduziu o eleitorado, que era de 10% da população, a menos de 1%, numa população de cerca de 14 milhões. A chegada do novo sistema político, a República, não muda muito a situação. A Constituição da República (BRASIL, 1891, Art. 70) assim define o eleitor como maus de 21 anos, excluindo, mendigos, analfabetos e praças. O voto feminino sequer é citado, ficando subentendida a sua não participação. Segundo Carvalho (1996, p. 361) a participação da população nas eleições era:

Tabela 1

Participação eleitoral (1872-1945)

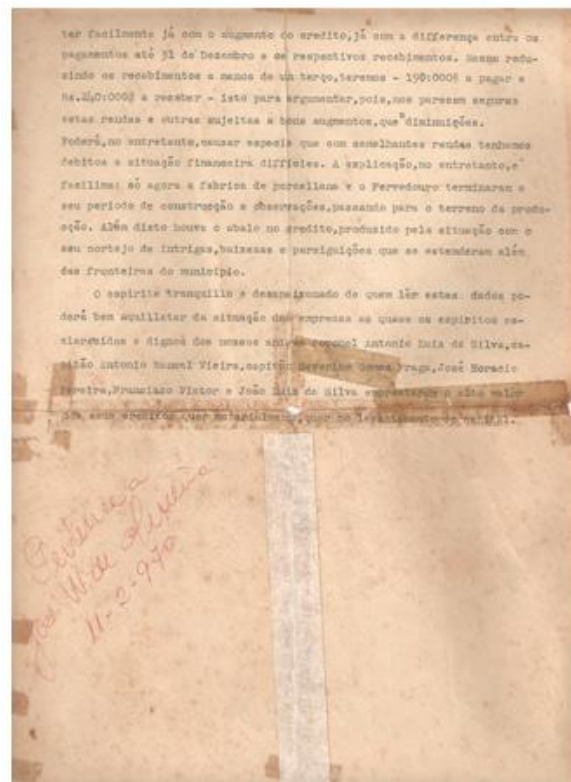
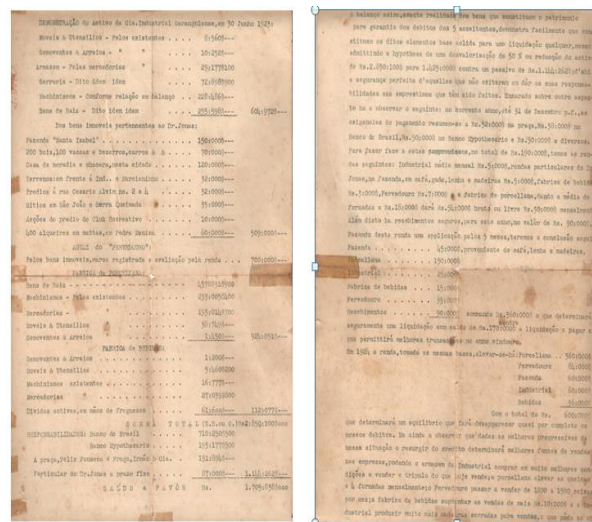
o	Votantes	% população total
1872	1.097.698	10,8
1886	117.022	0,8
1894	290.883	2,2
1906	294.401	1,4
1922	833.270	2,9
1930	1.890.524	5,6
1945	6.200.805	13,4

Fonte: Carvalho, 1996.

Outro problema, ainda, é o funcionamento do sistema eleitoral. O presidente Campos Sales (1898-1902) articulou uma maneira organizar o precário sistema político do início da República, de forma a garantir a estabilidade de seu governo: era a Política dos Governadores. Segundo Resende (2008, p. 114): Seu objetivo é o estabelecimento de relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo. Para garantir o sucesso dessa relação era necessário o controle das eleições, através dos “coronéis”,

latifundiários e líderes políticos locais. Como descreve Neves (2008, p. 39): Na base do sistema estava a figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e senhor dos currais eleitorais, cujo poder pessoal substituiu e representava o Estado, distribuindo como favor e benesses, a seu bel-prazer, o que seria de direito dos cidadãos. Nesse quadro, as eleições eram um ritual vazio, a participação eleitoral era mínima e a fraude a norma eleitoral. A Política dos Governadores e o controle local por parte do coronel, criava um sistema de trocas, onde a garantia da vitória dos candidatos do governo dava uma total liberdade de ação aos mandantes políticos locais. Nosso objetivo, ao fazer essa discussão sobre o contexto político e relações de poder na Primeira República, é de mostrar que as relações de poder locais estavam sob uma influência muito grande dos poderes estaduais e federais. Jonas de Faria Castro. Segundo Carelli (2002), Castro foi um das pessoas mais influentes da cidade no período em que residiu em Carangola. Além do exercício da medicina foi também um político de destaque. Por duas vezes foi Agente Executivo Municipal (Prefeito) da cidade. Participou, também, da fundação da Associação Comercial local, foi um dos fundadores do primeiro clube recreativo da cidade e um dos responsáveis pela instalação do Tiro de Guerra de Carangola. Não bastasse isso, era proprietário de várias indústrias na cidade: fundição de metais, serraria, fábrica de gelo, e uma fábrica de porcelana, a primeira no Brasil (e, provavelmente na América do Sul) a fabricar isoladores para alta tensão elétrica. Nosso objetivo, ao executar essa pesquisa, não é simplesmente fazer um levantamento biográfico, do tipo em voga num passado não muito distante de nossa historiografia, do Sr. Jonas de Faria Castro. Nosso objetivo é buscar dados sobre a história regional de Carangola. Desse modo, o período no qual Castro viveu em Carangola, 1904 a 1937, foi uma fase na qual a cidade de Carangola tinha uma relevância regional muito maior do que tem hoje. Não seria exagero acreditar que foi o período de maior projeção e importância da cidade. Assim, a pesquisa e o resgate de informações sobre um indivíduo podem nos ajudar a entender o que se passava na cidade nesse período. Dado a exiguidade de tempo para a realização do Projeto e o fato de contar com apenas um bolsista, não nos será possível que nossa pesquisa possa abranger todo esse período. Durante o desenrolar da Primeira República (1898 – 1930) um embate marcante e que se deu em vários pontos do país, foram as disputas locais entre os coronéis, proprietários rurais e mandatários políticos contra os bacharéis, médicos, advogados, engenheiros e outros 'doutores', presentes em algumas cidades o interior, que poderiam ter uma visão diferente dos mandatários locais. Estas novas ideias de cunho político e social, não eram exatamente as mesmas dos coronéis locais, o que levou a discussões e tensões bastante sérias. Da variada documentação levantada, escolhemos uma para expor neste trabalho, cuja cópia segue abaixo:

Figura 1
Demonstrativo Financeiro



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A exiguidade do espaço não nos permite detalhar o cálculo de conversão do patrimônio de Castro (diferença entre ativo e passivo), que era de 1.705:838\$000 (um mil, setecentos cinco contos, oitocentos e trinta oito mil réis) para valores atuais. Transformamos esse valor em um número de sacas de café, conforme o preço da época, informado por Perosa (1980). Agora, levando em consideração a tabela de conversão de do Real (Reis) da época para valores atuais, proposta por Silva (2004) e o preço médio da compra de sacas de café entre 2011 e 2013, conforme dados do Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais. (CCCMG), podemos fazer uma aproximação entre o patrimônio citado e sua relação com o preço do café. Fizemos uma média entre o valor corrigido pela inflação R\$ 6.211.900,00 (seis milhões, duzentos e onze mil, novecentos reais) e o valor convertido em sacas de café R\$ 3.719.454,00 (três milhões, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e assim, esse patrimônio em valores atuais seria de R\$ R\$

4.965.677,00 (quatro milhões, novecentos sessenta e cinco mil, seiscentos setenta e sete reais). O cálculo é aproximado, mas nos ajuda a entender que Castro, tinha uma boa situação financeira. O demonstrativo mostra também que mesmo com patrimônio elevado, existia um problema de liquidez, dada a necessidade de um empréstimo a ser feito contra particulares. Pode mostrar, ainda, que esta tentativa de empréstimo contra terceiros poderia ser uma alternativa a contratação de empréstimo bancários, uma vez que são listados dois empréstimos, um junto ao Banco do Brasil e outro junto o Banco Hipotecário no valor total de 905:438\$000, ou 31,70% (trinta e um ponto sete por cento) em relação os ativos de Faria Castro. Este valor pode demonstrar um elevado grau de endividamento que poderia comprometer o patrimônio a médio ou longo prazo. O demonstrativo traz, ainda, um anexo onde há uma exposição de motivos sobre os rendimentos que garantiriam o pagamento do empréstimo e comentam que os motivos que levaram a esse problema financeiro seria o investimento na ampliação e/ou reforma de algumas unidades de produção: “só agora a fábrica de porcellana e o Fervedouro terminaram o seu período de construção e observações, passando para o terreno da produção”. Outro ponto que vez por outra é apresentado por outros documentos é a luta pela hegemonia política local entre representantes da oligarquia agrária e outros segmentos da sociedade. Não podemos nos esquecer que Castro representa um caso notável onde é reunido numa só pessoa o bacharel (médico), proprietário rural, político e empresário. Até que ponto esta variedade de interesses e o dinamismo deste empresário, médico e líder político podem ter ido de encontro às tradições políticas e econômicas locais? A citação abaixo é um indício de divergência políticas sérias entre grupos rivais, conforme descrito por Carelli (2002, p. 535): O candidato [para as eleições de 1922] que dispunha de maior prestígio era o governante municipal anterior Dr. Jonas de Faria Castro, mas teve que desistir devido a pressões políticas e policiais por parte do Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Raul Soares Peixoto de Moura. Os correligionários do Dr. Jonas queriam resistir as pressões policiais pelo confronto armado, mas este preferiu não concorrer, para que sua pessoa não servisse de motivo para derramamento de sangue. Além do confronto político, claro na citação, podemos levantar outra questão: até que ponto os diversos processos movidos contra Castro não poderiam ter uma conotação de perseguição política? Até que ponto os problemas financeiros que levaram à sua insolvência não poderiam estar ligados a outras questões que não somente as de cunho administrativo? O último parágrafo da exposição de motivos que acompanha o demonstrativo de bens fala do “abalo no credito, produzido pela situação com o seu cortejo de intrigas, baixeiras e perseguições que se estenderam além das fronteiras no município”. Não deixa de ser um indício intrigante que só o prosseguimento da pesquisa poderá confirmar ou refutar. Entre os anos de 1923 a 1930, Castro foi alvo de inúmeras cobranças e processos judiciais. Pelos processos analisados, parece claro que todo o seu patrimônio foi liquidado para o pagamento de suas dívidas e da Companhia da qual era o presidente e principal acionista. Mesmo falido, ainda permaneceu em Carangola até o ano de 1937, exercendo a medicina. Isso pode nos levar a crer que, mesmo com a falência de seus empreendimentos e sua saída da vida pública, ele não perde o respeito de seus concidadãos, uma vez que cumprira com suas obrigações e teria pago suas dívidas; a custo, provavelmente, de perda substancial

de patrimônio. No ano de 1937, porém, ele se muda de Carangola, indo par Londrina, no Paraná. Schwartz (s/d) nos informa que em Londrina foi um pioneiro, fundando a primeira clínica particular da cidade, colaborando na abertura da primeira escola de nível médio, além de outras participações. Nas informações dos jornais de Londrina notamos o mesmo traço empreendedor e o dinamismo que caracterizou Faria Castro quando residia em Carangola. Sua vida e sua atuação profissional em Londrina merecem uma atenção à parte e, talvez, possamos levantá-la, em outro momento, na sequência de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao pensar no contexto político, vemos que a atuação de Castro em Carangola era diferente da maioria dos antigos “coronéis”, preocupados com suas propriedades rurais e na exploração do café e no corte de madeiras. Pensar em indústrias e ver nessa atividade uma forma de desenvolvimento não deveria ser fácil para a maioria. Castro talvez tenha vislumbrado essa possibilidade, mas estava praticamente sozinho e, talvez, sendo vítima de uma pressão muito grande. Ao finalizar o texto nos lembramos de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que tentou praticamente sozinho, o caminho da industrialização como forma de desenvolvimento durante o Brasil Império. Talvez Castro tenha sido, como Mauá, um visionário que incomodava as elites agrárias com suas novas propostas. Talvez tenha sido um mal administrador que não conseguiu levar a cabo suas metas. Pode ser. Mas foi, pelo que foi levantado até aqui e por algumas informações que tivemos de Londrina, um personagem ímpar. Empreendedor, pioneiro, que quebrava tabus e indicava possibilidades. Ainda há muito que pesquisar, ainda há muito que descobrir e relatar sobre Jonas de Faria Castro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição (1891). Constituição República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao091.htm > Acesso em 05 nov 2013. CARELLI, Rogério. Efemérides Carangolenses. Viçosa: Folha de Viçosa, 2002. CARVALHO, José Murilo . A construção da ordem. O teatro das sombras. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996 . A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998. NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. Neves (Org). O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. PEROSA, Roberto. Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século. Rev. Adm. Empres. vol.20, no.1 São Paulo, Jan./Mar. 1980. RESENDE, Maria Efigênia Lage O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. Neves (Org). O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. SCHWARTZ, Widson. Médico da fase pioneira não pára. Folha de Londrina, Londrina, [s/d]. SILVA, Antônio Pereira da. Como atualizar valores monetários no tempo. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 446, 26 set. 2004. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/5651/como-atualizar-valores-monetarios-no-tempo> > Acesso em: 10 nov 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.05.05.04-7 História Regional do Brasil

CLIMA ORGANIZACIONAL NO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE MURIAÉ/MG

Bruna do Carmo **SOUZA** (IC - bruna.souza.15@hotmail.com); Ana Laura Banni **VIANA** (IC Alice Rodrigues Borges **LAZARONI** (IC-) Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES** (PQ).

1. Curso de Pós-graduação em Contabilidade Decisorial; 2. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

INTRODUÇÃO:

Quando uma pessoa busca trabalhar em um ambiente empresarial, ela procura dar o melhor de si, levando em consideração que para ter um clima organizacional favorável, ela precisa se adaptar as diferentes culturas dos demais funcionários e que apesar de buscarem seguir a cultura proposta pela empresa também possuem as suas trazidas da vida pessoal. Sendo assim é inevitável em uma organização seja ela pública ou privada a existência de indivíduos com diferentes maneiras de pensar e agir. Essas diferenças culturais podem influenciar positivamente ou negativamente o clima da organização como um todo, por isso é importante que a cultura da empresa seja clara para todos que fazem parte dela. Atualmente, em um mundo cada vez mais globalizado, onde há a necessidade de uma interação entre pessoas de diferentes regiões e países, a cultura vem como uma variável importante para se entender o fenômeno organizacional. (PIRES; MACÊDO, 2006) Logo, para que haja uma compreensão adequada, torna-se necessário investigar e estudar a cultura existente, levando em consideração o contexto histórico e cultural na qual se está inserida. Essas diferenças existentes entre as organizações torna necessário que se faça estudos sobre a cultura organizacional que se mantém e desenvolve em todo o mundo, onde se vê que esse tema é atual e de relevância para se explicar como cada instituição funciona e para se entender o comportamento humano em diferentes situações de trabalho. (COLETA; COLETA, 2007). De acordo com Santos, 1990 apud Saraiva 2002, a cultura tem um papel de destaque no comportamento das organizações, uma vez que o modo de vida, os padrões e valores de cada pessoa, influi, durante grande parte no tempo que elas se dedicam às organizações, onde elas não levam somente seus conhecimentos técnicos, mas também todas as suas características e sua personalidade. Marques (1994) afirma que o indivíduo é simultaneamente a organização, o seu criador, mantenedor e destruidor, é a face concreta da organização. A visão que se tem de uma organização é reflexo dos comportamentos, valores e crenças das pessoas que trabalham nela. São as pessoas, e não as máquinas/instalações que institucionaliza a organização. De acordo com Tamayo (2004, pag.88) “[...] o clima organizacional refere-se à “ forma como o ambiente organizacional é percebido e interpretado pelo empregado.” No entanto, deve-se levar em consideração que o ambiente de trabalho não é interpretado pelos indivíduos da mesma maneira, o que possa ocasionar um sentimento de descontentamento por parte de alguns. De acordo com Luz (2003, p. 13), há três palavras-chaves as quais estão constantemente presentes nos conceitos usados por diferentes autores, que são satisfação, “[...] Direta ou indiretamente, os conceitos nos

remetem à relação do clima com o grau de satisfação das pessoas que trabalham em uma organização.” Percepção, “[...] se os funcionários percebem a empresa positivamente, o clima dessa empresa tende a ser bom; ao contrário, se eles percebem mal a empresa, o clima tende a ser ruim.” E por último a Cultura, “[...] cultura influencia, sobremaneira, o clima de uma empresa. São faces de uma mesma moeda, são questões complementares” LUZ (2003, p. 13). Sendo assim, de acordo com os conceitos apresentados, esse trabalho tem como ponto norteador da pesquisa: Qual a qualidade do Clima organizacional vivenciado pelos colaboradores no setor administrativo do órgão analisado? Para responder a este questionamento, os objetivos deste trabalho são: - verificar e diagnosticar o Clima organizacional em secretaria do município; - verificar quais são os aspectos relevantes do Clima Organizacional do órgão analisado; - identificar quais são as possíveis causas que estão contribuindo de para tornar o clima positivo ou negativo.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa realizada teve uma abordagem quantitativa/qualitativa e de caráter exploratório. O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. E o caráter exploratório permite a descoberta de práticas que precisam ser modificadas e a elaboração de alternativas substitutivas. A pesquisa foi realizada durante o período de fevereiro/2015 a maio/2015 tendo a pesquisa um tempo transversal. À realização do trabalho de campo, precedeu a leitura e análise bibliográfica existente, além da elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturado. O campo de estudo resumiu-se a Prefeitura Municipal de Muriaé, localizadas na cidade de Muriaé/MG, a pesquisa foi realizada com integrantes da área administrativa da prefeitura, sendo que essa área se divide em setores, como: secretaria de administração, secretaria da fazenda e secretaria da agricultura. Junto com o questionário cada participante recebeu um termo de compromisso livre e esclarecido, para o esclarecimento dos entrevistados e respaldo do pesquisador. Nele foi explicado o objetivo da realização da pesquisa, garantindo o sigilo das informações obtidas, sendo, assim, assinado por ambos, entrevistado e pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após a aplicação dos questionários, os dados foram analisados e agrupados. Foram feitas sete perguntas aos entrevistados, sendo a primeira delas referente à que cargo o entrevistado tinha dentro da prefeitura e 80% dos entrevistados exerciam cargos de técnicos, 10% exercia o cargo de chefe e 10% de diretor. A segunda questão foi referente ao relacionamento geral com as pessoas, uma

vez que o clima organizacional tem como base as relações existentes entre pessoas que tem diferentes cargos, 50% dos entrevistados disseram que o relacionamento com outras pessoas era ótimo e 50% que era bom. A partir dessa questão pode-se notar que o relacionamento entre as pessoas na Prefeitura Municipal de Muriaé é satisfatório para seus atuantes. A terceira pergunta foi referente ao relacionamento do entrevistado com o seu superior, 70% dos entrevistados disseram que é ótimo, 30% que é bom. Na quarta questão, foi indagado sobre o reconhecimento pelo trabalho executado 60% disseram que o reconhecimento pelo seu trabalho é ótimo e 40% disse que é bom. Por essas respostas, conclui-se que há o reconhecimento pelos trabalhos apresentados e que o funcionário nota que ele foi reconhecido pelo trabalho prestado. A quinta pergunta, teve um objetivo saber se o funcionário pode expor suas ideias com que frequência, 40% disseram que sempre pode expor suas ideias, 50% disse que às vezes pode expor as ideias e 10% disse que nunca pode expor suas ideias. Há nessas respostas um alerta que nos remete a possibilidade de abrir mais o leque de ideias, aderindo ideias de todos, que podem se tornar solução de um problema. A sexta pergunta tem referência a quinta, uma vez que, se há a possibilidade de expor as ideias, com que frequência elas são aceitas, 30% responderam que são sempre aceitas e 70% disseram que às vezes são aceitas. A última questão foi em relação a autonomia para executar as tarefas, dentre os entrevistados, 90% tem total autonomia para executar suas tarefas e 10% não possuem autonomia, ou seja, se houver algum imprevisto, este deve ser relatado ao seu superior.

CONCLUSÃO:

A Prefeitura Municipal de Muriaé/MG, no setor administrativo se subdivide em diferentes setores, cada qual com suas funções. Alguns setores são: secretaria de administração, secretaria de saúde, secretaria da fazenda e secretaria da agricultura, além dos gabinetes do prefeito e do vice-prefeito. Ao realizar a pesquisa e após a análise dos dados coletados, podemos perceber que há uma divisão de tarefas, onde cada funcionário possui um superior além de outros colegas que possuem a mesma função. O clima organizacional da prefeitura revela-se um clima tranquilo, onde não há muitas desavenças entre os funcionários, cada um executa suas funções, só sendo auxiliado pelo seu superior. Quanto ao relacionamento geral, nota-se que há um relacionamento amigável onde cada um não interfere nos serviços dos outros. Ao reconhecimento, há a possibilidade de se melhorar a atenção dada ao trabalho executado por outra pessoa, isso mantém um clima favorável além de que o merecimento acaba motivando as pessoas. Nota-se, porém, que a possibilidade de expor ideias precisa ser melhorada, às vezes uma boa ideia vem de um lugar inesperado e acaba resolvendo todo o problema. A autonomia que cada funcionário possui, depende do cargo que ocupa, e isso pode afetar a autoestima, deixando-o sua vontade de tentar algo novo, só fazendo o que o superior pede. Portanto conclui-se que o clima organizacional na prefeitura de Muriaé apesar de possuir pontos positivos em relação ao relacionamento dos funcionários com seus superiores, acredita-se que este deva ser melhorado no que se refere a exposição das ideias, fazendo com que as pessoas reconheçam a sua importância dentro da organização.

REFERÊNCIAS:

- PIRES, J. C. S.; MACÊDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 1, p. 81-105, 2006. *RAP. Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 40(1):81-105, jan./fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a05.pdf>>. Acesso: 09 abril. 2015.
- COLETA, J. A. D., COLETA, M. F. D. Cultura organizacional e avaliação de instituições de educação superior: semelhanças e diferenças. *Psico-USF*, v. 12, n. 2, p. 227-237, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.psic.usf.br/pdf/psicousf/v12n2/v12n2a11.pdf>>.
- MARQUES, A. C. F. Deterioração organizacional. São Paulo: Makron Books, 1994.
- SARAIVA, L. A. S. Cultura organizacional em ambiente burocrático. *RAC*, v. 6, n. 1, jan./abr. 2002, p. 187-207. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_06/dwn/rac-v6-n1-las.pdf>. Acesso: 09 abril. 2015.
- TAMAYO, Álvaro. Cultura e saúde nas organizações. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255 p.
- LUZ, Ricardo. Gestão do clima organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. 143 p.

TEATRO A APRENDIZAGEM E A EDUCAÇÃO INFANTIL.Glaciene Januario Hottis **LYRA** (PQ)1

1.Profa. Me. Em Teologia

Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG - CARANGOLA

Palavras- chave: Teatro.Cultura. Escola. Professor.**APRESENTAÇÃO:**

O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural, a cultura é um sistema de ritos, símbolos e valores compartilhados com que se interpreta a realidade e que confere sentido à vida dos seres humanos. A maneira como o indivíduo repassa para seus descendentes os conhecimentos que aprendeu é cultural, assim como os instrumentos e ferramentas que criou para melhorar suas possibilidades de sobrevivência. O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um Sistema de ritos, símbolos e valores compartilhados com que se interpreta a realidade e que confere sentido à vida dos seres humanos. Em síntese, organiza e expressa tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo, criando uma identidade psicológica e social a partir do grupo ao qual pertença. Os homens colocam questões e buscam respostas para melhor satisfazer suas necessidades e desejos, atitude essa que estrutura uma prática cultural. (COURTNEY, 1980). Segundo Marx diferentemente dos outros animais que têm sua existência garantida pela natureza bastando-lhes adaptar-se a ela para sobreviver, o homem necessita fazer o contrário. Precisa agir sobre a natureza transformando-a e ajustando-a as suas necessidades. Em lugar de adaptar-se à natureza, tem de adaptá-la si.

DESENVOLVIMENTO:

O teatro provoca os sentidos, questiona os valores mais arraigados, leva ao prazer, desenvolve possibilidades sensitivas no homem, numa palavra, estrutura numa obra as questões da vida humana num determinado contexto que, via de regra, passa despercebidas diante de nossos olhos: isso deixa o homem mais suscetível a transformações e, sendo assim, podemos afirmar que o teatro contribui para o desenvolvimento humano. O teatro praticado na escola como arte produzida coletivamente, a partir do desenvolvimento da expressividade gestual e da reflexão crítica sobre as manifestações do homem no mundo, pode ser uma linguagem fundamental para reinventarmos a escola, buscando torná-la crítica, capaz de responder ao desafio de contribuir na construção de um mundo mais justo para vivermos. Cabe ao professor, como facilitador e mediador da aprendizagem, refletir em seu método de ensino para seus alunos facilitando a aprendizagem e verificando onde afetará profundamente os resultados para a melhoria. O professor deve sempre buscar o novo, ampliando assim os seus conceitos perante a sociedade, o teatro engaja nesse meio de pesquisa, transformando o ensino tradicional em moderno. O teatro trabalha uma linguagem que oportuniza formas de manifestação que permite que a criança utilize as diferentes formas de linguagem da sociedade como a corporal, a verbal, a plástica, a escrita, entre outras expressando suas próprias vivências e experiências de

maneira mais crítica e com isso, a criança analisa e avalia o resultado de suas ações interagindo de maneira mais eficaz no meio social em que vive. O tema Teatro no Ensino Infantil motivou-nos por ser um objeto de estudo que pode atingir todas as classes sociais, transformando e proporcionando aprendizado tanto para os alunos, quanto a comunidade escolar que nela habita. Muitos acreditam que o teatro é voltado para a cultura erudita, mas nos dias atuais foram criados teatros para as camadas populares. O teatro popular contém a linguagem simplificada, o teatro em escolas de comunidades é um bom exemplo disso, tendo duas funções divertir e educar, jogos de imaginação, tendo como subclasses as metamorfoses de objetos, as vivificações de brinquedos, as criações de brinquedos, as criações de brinquedos imaginários, as transformações de personagens e a representação em ato de histórias e contos (PIAGET, 2009 p.141). Para o autor as crianças desde quando aprendem a imitar, elas imaginam e recriam de forma a absorverem as cenas do cotidiano em brincadeiras com bonecas, com outras crianças, representando histórias e contos que ouviram. Começam então a interpretar em suas brincadeiras, criando improvisadamente um pequeno teatro. Então, o tema tem importância pelo teatro desenvolver a capacidade da criança em entrosar com outras pessoas, improvisar, a oralidade, expressão corporal, imitação da voz, vocabulário, habilidades para artes plásticas (pintura corporal, confecção de figurino, montagem de cenário). Ele também oportuniza pesquisa, redação, cidadania e religiosidade, ética, sentimentos, interdisciplinaridade, leitura, contato com as diversas obras clássicas, fábulas, reportagens, as crianças adquirirão autoconfiança e imaginação e organização do pensamento. Mais o teatro somente proporciona para a criança aprendizado se estiver direcionando para a área pedagógica. Ao trabalhar Teatro no ensino infantil, acredita-se que é uma proposta para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem entre professor e aluno. Segundo Schiller "o homem só é completo quando brinca". A criança é um ser ativo e traz consigo necessidade de se movimentar, de se comunicar, seja através da linguagem, ou seja, através do lúdico. A interdisciplinaridade está intrínseca na educação, onde professor e aluno devem buscar meios que entrelacem o conhecimento. Portanto no Ensino Infantil, o brincar (Corpo e Movimento) é parâmetro para o desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, é por meio da brincadeira e da fantasia que a criança se apropria do mundo adulto, das regras e da complexidade sócio-cultural da sociedade a qual pertence. Sendo assim uma proposta de Ensino Infantil de qualidade compreende o papel fundamental do brincar, bem como as possibilidades de compor uma proposta pedagógica que de fato promova um desenvolvimento infantil de qualidade. Neste movimento, o teatro como uma das manifestações culturais

engloba as expressões e comunicação, também ligada ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nesta faixa etária possibilitando o desenvolvimento de sua identidade e autonomia. Assim sendo, buscou-se reunir informações através de pesquisa bibliográfica que pudessem demonstrar a capacidade que o teatro tem de transformar a aprendizagem. O teatro na escola é acima de tudo um instrumento de aprendizagem. Como se pode perceber dentro deste estudo, esse tipo de técnica difere do teatro visto em outros espaços, pois não tem, obrigatoriamente, objetivo de promover espetáculo, nem tão pouco formar artistas. O trabalho cênico deve consistir em fazer com que os alunos saibam resolver conflitos relacionados ao ambiente escolar e, por consequência, ao social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Concluir as reflexões a que este estudo se propõe, resgato minhas intenções de partir da teoria Freire para pensar a formação do sujeito livre, em busca da emancipação. Considerando a construção do sujeito histórico como fundamental para a proposição de uma sociedade mais justa, conforme a reflexão feita, a partir do pensamento de Freire, reconhece que também cabe à escola, como instância regular de formação em nossa sociedade, pensar práticas pedagógicas que se empenhem nesse pensamento, possibilitando que o aluno cresça diante dos obstáculos. Nas atividades realizadas com o teatro na escola, encontramos características que favorecem ao sujeito, ao participar ele construirá um conceito de solidariedade, fraternidade, recolocando-o no caminho de evolução em um processo de emancipação. Por fim, importante é a contribuição do Teatro como meio de interação e aprendizagem aluno e professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Celso. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências. Petrópolis: Vozes, 2003. ARISTÓTELES. Poética. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. BOSCHI, Ronaldo. "O jogo teatral na cultura pós-moderna". Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Letras, 1999. BRASIL. 1997. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 6 (ARTE). BRASIL. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. CAVA, Pedro Paulo. "Notório saber em artes cênicas". Entrevista concedida a Libéria Rodrigues Neves. Belo Horizonte: 20 de Nov, 2005. CHALITA, Gabriel. Educação: A solução está no afeto. 6ª Ed. São Paulo: Gente, 2001. CHANCEREL, Leon. Jeux dramatiques dans l'éducation. Paris: Librairie Théâtrale, 1948. COURTNEY, R.. Jogo, teatro e pensamento -As bases intelectuais do teatro na educação. São Paulo: Perspectiva, 1980. DUFLO, Colas. O jogo: De Pascal a Schiller. Porto Alegre: Artmed, 1999.

EDUCAÇÃO ETNICORACIAL, LEI 10.639/03 E UM PROJETO DE EXTENSÃOTarcísio Glauco **SILVA**, (PQ – tglauco555@hotmail.com)

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade do Estado do Espírito Santo (2006), Professor e Coordenador do Colegiado do curso de História.

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36800.000 Carangola, MG

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Educação Étnico Racial; Educação Inclusiva**APRESENTAÇÃO:**

No mês de janeiro do ano de 2003 foi criada a Lei nº. 10.639 alterando a Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – como o objetivo tornar obrigatória o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino básico. Doze anos são passados e o objetivo daquela Lei está longe de ser alcançado. Sem dúvida, mudanças aconteceram. Os livros didáticos do ensino básico já fazem uma menção da história africana descolada da história europeia, a cultura africana começa a ser mostrada com alguns detalhes e o negro africano não é apenas o escravo que dava suporte à economia escravista. O Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 10), esclarece que: O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparação, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Com o objetivo de discutir e divulgar a educação para as relações étnico raciais desenvolvemos, na Universidade de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola, um Projeto de Extensão ministrando um curso de Formação Continuada na área de educação étnico raciais aos professores das escolas da rede municipal de Carangola, MG. Esse projeto foi aprovado e financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Extensão (PAEx) da UEMG, através do Edital PAEx 01/2014 e realizado entre os meses de abril e dezembro de 2014. A aluna Carolina Barbosa Ananias participou como bolsista no Projeto. Além disso, é importante salientar outros objetivos da ação, a saber: discutir a educação étnico raciais como forma de educação inclusiva, proporcionando uma visão positiva de forma a reforçar a autoestima da população afrodescendente; promover a discussão entre os profissionais da educação sobre a importância da educação étnico raciais e atualizar as informações dos professores das escolas envolvidas sobre publicações científicas que tratam da educação étnico raciais e incentivar a trocar informações sobre práticas escolares positivas relativas à educação étnico raciais.

DESENVOLVIMENTO:

Educação para as relações étnico raciais. A Lei 10.639/03 insere os artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). A redação dos artigos é a seguinte: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-

se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A fim de que fossem cumpridas as disposições do artigo, foram confeccionadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p.10), que propõe: [...] a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus e asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Essa lei se insere no conceito de Ação Afirmativa ou Discriminação Positiva explicada por Gomes (2007, p. 51-52) como: As ações afirmativas de definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. [...] Um mecanismo sócio jurídico destinado a viabilizar primordialmente a harmonia e a paz social, que são seriamente perturbados quando um grupo social expressivo se vê à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso. Mesmo que o arcabouço jurídico proporcionado pelo Estado reconheça todos os cidadãos como iguais perante a lei, vemos que no Brasil a população de origem negra nunca teve o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades dos brancos. Não é uma herança só de nosso país, ela se faz presente em todos os pontos onde a escravidão do africano se impôs como solução para a produção de riqueza e excedente entre os séculos XVI e XIX. Hoje em dia o Estado é forçado, na maioria das vezes pela ação de movimentos sociais, a abandonar sua postura de neutralidade, encontrada na maioria dos Estados de natureza republicana e liberal e atuar no sentido de traçar políticas públicas que possam, ao longo do tempo, diminuir e acabar com essas diferenças. Somente a igualdade jurídica presente nos princípios legais não foi capaz de reverter o quadro de abandono e discriminação de muitos grupos política e economicamente minoritários. A pressão exercida

por parte da sociedade civil e pelos movimentos sociais organizados forçou o Estado a posicionar-se frente ao problema. Problema esse que também envolve uma discussão social importante: a ideia bastante arraigada no imaginário brasileiro de que “no Brasil não existe racismo”. Segundo Roberto da Matta (1987) o racismo à brasileira tem suas origens no modo com que Portugal organizou a relações sociais durante o período colonial. O tipo de organização social portuguesa, transposta para sua colônia na América era rigidamente hierarquizada, onde cada coisa (classe social) tinha seu lugar e cada coisa ficava em determinado lugar. O transplante dessa organização deu condições para que os habitantes da “casa grande” e da “senzala” interagissem, mas sempre dentro de regras, nem sempre escritas, que limitavam qualquer ação dos não brancos que fugisse aos ditames do “senhor”, chefe da família e dos negócios. Da Matta (1987, p. 79-84) nos explica: Se o negro e o branco podiam interagir livremente no Brasil, na casa grande e na senzala, não era porque o nosso modo de colonizar foi essencialmente mais aberto ou humanitário, mas simplesmente porque aqui o branco e o negro tinham um lugar certo e sem ambiguidades dentro de uma totalidade hierarquizada e muito bem estabelecida [...] Como a sociedade era hierarquizada, foi relativamente fácil refletir sobre as categorias intermediárias, intersticiais, ponto básico em sistemas onde existem gradações e se está sempre buscando um lugar para cada coisa. O lugar do não branco, pois, era a subalternidade. “Saber o seu lugar” era manter-se dentro do permitido; obedecer e recolher-se, jamais afrontar ou discutir. É certo que numa organização assim engendrada não sobra muito espaço para a contestação, para o atrito e para a discussão das diferenças. Esse é um dos pontos de partida para a afirmação da ausência de preconceito no Brasil. O preconceito e a discriminação não são discutidos logo, não existem. O que não é discutido não existe. Como dissemos, é um dos pontos. Existem outros como a “democracia racial” e o “caldeamento das raças”, mas escolhemos discutir a questão proposta por Da Matta, por julgarmos que ela nos ajuda a explicar certas questões ligadas à Lei 10.639/03 e o cotidiano escolar. Essa hierarquização também está presente no ambiente escolar, principalmente nos currículos do ensino básico (fundamental e médio) e nos cursos de licenciatura, nos quais se dá a formação do professor. Discutiremos essa situação no terceiro capítulo, mas toco nesse assunto a fim relatar um pouco de minha prática docente. A proposta de alterações curriculares teve o objetivo de trazer para as escolas de ensino fundamental e médio a discussão a respeito das relações interétnicas e do preconceito, de forma positiva, a fim de que a herança cultural africana possa ser mais bem compreendida e vista sem o etnocentrismo que vem caracterizando, desde muito tempo, a discussão sobre a presença do negro na cultura brasileira. Esta discussão (BRASIL, 2004, p. 10): [...] Procura oferecer uma resposta, entre outras, na área de educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparação, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade [...] fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. A implementação desta política parte do princípio de que sem a intervenção do Estado seria muito difícil a execução de modificações no sistema de ensino brasileiro de modo a proporcionar uma visão mais abrangente e positiva da contribuição cultural dos africanos e dos afro-brasileiros, dentro do raciocínio, já

discutido, de políticas afirmativas. A existência da lei e sua implementação, porém, não bastam para que seu objetivo seja alcançado. Quando dizemos que precisamos (e queremos) que os alunos possam ter conhecimento da cultura africana e afro-brasileira, é necessário que a formação dos professores seja feita de modo a atender essa demanda. Sem a formação adequada de professores será muito difícil o cumprimento da lei. Resultados do Projeto Foram oferecidas 35 (trinta e cinco) vagas, sendo iniciado com uma parceria junto à Secretaria de Educação do município de Carangola, com o apoio da Secretária Ana Cristina. Quando do oferecimento do curso, tivemos a inscrição de 26 (vinte e seis) professores e professoras; deste total tivemos uma frequência inicial de 15 (quinze) participantes e a finalização com 11 (onze), já que 04 (quatro) não alcançaram a frequência mínima exigida, que era de 75% (setenta e cinco por cento) dos encontros e/ou não entregaram os trabalhos solicitados em tempo hábil. Ao iniciar a execução do Projeto tínhamos a preocupação de conhecer os participantes e, para tanto aplicamos, no primeiro encontro, um questionário com 15 (quinze) perguntas. Essas perguntas diziam respeito à Lei 10.639/03, sua aplicação; procuravam, também, obter informações sobre a escola onde os participantes do curso trabalhavam e abordavam algumas outras questões ligadas à educação étnico raciais. O Curso teve a duração de 100 (cem) horas divididas entre atividades presenciais, não presenciais, de visitas às escolas e de conclusão, assim distribuídas: a) Atividades presenciais: realização em 4 (quatro) encontros mensais realizados aos sábados, com 8 (oito) horas de duração cada; b) Atividades não presenciais: tiveram seu foco na pesquisa individual dos alunos e na preparação de seminários, mesas de discussão e oficinas que foram apresentadas no decorrer do curso; c) Visita às escolas: com o objetivo de estreitar os vínculos entre professores das escolas envolvidas, de forma a otimizar as práticas de sala de aula que envolvam a temática etnicorracial e d) Atividade de Conclusão: apresentação de memorial com todas as atividades realizadas em sala de aula durante o curso, bem como exemplos de práticas realizadas nas salas de aula das escolas municipais. Os encontros presenciais tiveram uma programação diversificada, procurando mesclar momentos de exposição e discussão, de forma a proporcionar um ambiente onde assuntos tradicionalmente invisibilizados pudessem ser abordados de forma clara e direta. Após o término do Curso, creio que conseguimos alcançar nosso objetivo principal que era levantar a discussão sobre educação étnico raciais e motivar os participantes a se envolver, tomando conhecimento dos problemas, buscando soluções e, sobretudo, entendendo o viés político da luta contra a discriminação, seja ela qual for. Exemplos disso estão nos textos apresentados como trabalho final pelos participantes, dos quais destacamos: 1 – Na busca de uma sociedade antirracista, a inserção dos estudos de História dos povos indígenas e a cultura dos afro-descendente, constitui uma das formas de luta por uma sociedade mais consciente, onde exista um posicionamento firme contra atitudes racistas (Ana Luzia Ferreira da Silva). 2 – Despertei o interesse em participar do Projeto de Extensão por três motivos: primeiro pelo fato de ser uma mulher negra, vítima de situações de preconceito e discriminação [...]; segundo porque percebi que a Lei 10.639/03 precisa ser conhecida e cumprida no ambiente escolar e terceiro porque desejo elaborar um projeto para o processo seletivo de mestrado, a partir da discussão das religiões de matriz africana (Fabrícia Santos Miguel). 3 – É essa perspectiva

de construção de uma sociedade plural e que respeite a diversidade que estamos tentando construir com os alunos e professores da escola na qual sou regente. Ao término da participação no projeto, inovei minha prática; a qual vou iniciar o ano de 2015 com novas ideias e novos projetos. Pretendo continuar pesquisando e inovando no campo da educação étnico raciais e Lei 10.639/03 (Fátima Isabel de Souza Novaes). 4 – O Projeto nos ajudou a adquirir novos conhecimentos e enxergar novos horizontes, conscientizado pela responsabilidade que temos em relação à educação étnico raciais, inclusive em minha área de atuação, que é a Matemática. (Humberto Ferreira da Silva). Do ponto de vista quantitativo destacamos que o Curso de Formação Continuada foi aplicado para 16 professores de 9 escolas da rede municipal de ensino de Carangola, MG, num total de 100 (cem) horas divididas entre atividades presenciais, semipresenciais e visitas às escolas. Considerando que os professores participantes poderão ser fontes de disseminação de conhecimentos, vemos que o público diretamente atingido pelo curso é de 82 professores e 853 alunos, num total de 935 pessoas. Esses números levam em consideração apenas o público que convive com os professores participantes do curso, muito embora a disseminação de conhecimentos e discussão sobre a educação étnico raciais possa ser levada a um público bem maior, que é toda a rede municipal de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Procuramos, ao longo do Projeto, discutir sobre a importância e a necessidade de pensar o processo de ensino aprendido dentro de raízes multiculturais, levando-se em consideração a cultura africana e afrodescendente. A partir do momento em que os preconceitos e falta de informação forem superados pela ação dos professores, pela atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada poderá ser possível a implementação de uma matriz curricular que discuta a formação da sociedade brasileira em termos da diversidade cultural. Para tanto, vemos como crucial nesse processo a discussão sobre a formação acadêmica dos professores dos cursos de licenciatura. Essa formação voltada para a diversidade e o multiculturalismo poderá se tornar um elemento multiplicador e influenciar as discussões sobre o preconceito e o racismo no Brasil. Enquanto a sociedade brasileira não se dispuser a reconhecer o racismo e o preconceito como alguns dos fatores que ajudam a construir a desigualdade e impedem o desenvolvimento de uma sociedade plena de direito, o trabalho de luta e conscientização não podem se dar ao luxo do descanso. Mais de trezentos anos de escravidão e outros cento e vinte de invisibilização da cultura africana e afro-brasileira formaram um panorama de desprezo e desconsideração a essa cultura, que não será superado senão à custa de muita luta e muito trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC-SEPIR, 2004. Lei nº 9.394. Diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso: 15 novembro 2011. DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. In: BRASIL. Ações afirmativas e

combate ao racismo nas Américas. Coleção educação para todos. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.04.02-8 Métodos e Técnicas de Ensino

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: FORMA LEGAL DE MINIMIZAR A CARGA TRIBUTARIA DAS EMPRESAS

Líria Laureano da SILVA (IC – lirlaureano@yahoo.com.br)¹, Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ)²

1. Curso de Pós Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor da FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Planejamento Tributário, tributos, regimes de tributação.

INTRODUÇÃO:

Segundo Fabretti e Fabretti (2011, p 143), (...) o Planejamento Tributário é um trabalho feito de forma preventiva, que busca alternativas legais e econômicas, trazendo como resultado menor ônus fiscal para a empresa". O planejamento tributário busca minimizar a carga tributária que as empresas estão submetidas. Como forma de aumentar a lucratividade e possibilitar o avanço das empresas, acarretando em variáveis positivas em diversos aspectos que vão além do ambiente organizacional, a elisão fiscal, demonstra papel de extrema importância e às vezes até vital para a organização, haja vista que a escolha do tipo de regime de tributação, irá coordenar a forma de trabalho nos diversos setores da empresa. O principal objetivo do presente estudo é analisar os regimes de tributação que podem ser utilizados pelas empresas atualmente, que são eles: lucro real, lucro presumido e simples nacional. Será apontado em que hipóteses o uso de cada um seria mais vantajoso e a economia na carga tributária que isso poderá gerar. Diante da grande carga tributária a que as empresas estão submetidas, é de fundamental importância que o empresário tenha uma visão bem definida do cenário a qual estará sendo inserida sua organização. Por esse motivo o planejamento tributário deve ter grande atenção, pois é através dele e de seus cálculos gerados através de estimativas de resultados, que irá obter redução da carga tributária, dentro dos limites legais. Analisar os tributos, suas consequências na empresa e tomar atitudes preventivas darão suporte para se optar pelo melhor modelo de tributação. No cenário em que as empresas estão inseridas é de extrema importância se obter vantagem competitiva em relação às concorrentes, e uma das principais formas de se obter isso é através da contenção de gastos tributários. Muitas empresas desconhecem o que vem a ser o planejamento tributário, e os benefícios que o mesmo pode proporcionar o que resulta em uma enorme dificuldade por parte delas em gerir seus encargos. Com esse ideal, o estudo busca mostrar os meios legais existentes que podem ser seguidos para a minimização dos gastos tributários. Vale ressaltar que o uso de informações confiáveis sobre a empresa, é de extrema importância, pois eles serão a base do planejamento, será através dessas informações que se dará o trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para desenvolvimento do projeto utilizou-se da pesquisa bibliográfica, através da leitura, análise e interpretação de livros, artigos científicos, redes eletrônicas e diversos outros materiais disponíveis ao público em geral, com o objetivo de conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o tema abordado no trabalho. Foi utilizada

também a pesquisa documental, através do uso de materiais que ainda não foram analisados, ou que ainda podem ser re-elaborados. A partir dos dados coletados e da análise feita sobre eles, foi possível chegar a uma conclusão, que surgiu única e exclusivamente como resultado das informações apuradas, sem e influencia de conclusões pessoais.

DESENVOLVIMENTO:

Para Oliveira "et al" (2011, p21), "(...)a finalidade principal de um bom planejamento tributário é a economia de impostos, sem infringir a legislação e cita que para se alcançar êxito o contador deve: 1- Conhecer todas as situações em que é possível o crédito tributário, principalmente com relação aos chamados impostos não cumulativos –ICMS e IPI – além das contribuições para o PIS e COFINS; 2- Conhecer todas as situações em que é possível e deferimento (postergação) dos recolhimentos dos impostos, permitindo melhor gerenciamento do fluxo de caixa; 3 - Conhecer todas as despesas e provisões permitidas pelo fisco como dedutíveis no cálculo do lucro tributável; 4 - Ser oportuno e aproveitar as lacunas deixadas pela legislação, para tanto ficando atento as mudanças às normas e aos impactos nos resultados da empresa, observando criteriosamente as atividades desenvolvidas; 5 - Identificar todos os incentivos e benefícios fiscais concedidos pelos governos federal, estadual e municipal." O principal objetivo do planejamento tributário é a diminuição, de forma legal, da quantidade de tributos que a empresa esta sujeita a pagar aos cofres públicos; isso porque, esse montante pago representa uma grande parcela dos custos da empresa, e por isso, gerenciá-los de maneira adequada torna-se um método de extrema importância para o crescimento da empresa, pois esse valor que deixara de ser pago, poderá posteriormente ser investido nos negócios da empresa. Para tanto, o planejamento tributário será feito através do uso de uma análise completa da estrutura da empresa, onde se identificará os tipos de tributação que podem favorecê-la. Esse estudo geralmente é feito por um contabilista, que poderá classificar a organização no Lucro Real, Simples Nacional ou Lucro Presumido. Cada uma dessas tributações possui características e critérios diferentes, que variam de acordo com seus ganhos, setor de atuação, entre outros fatores. Adequar à empresa na classificação correta é fundamental para evitar gastos desnecessários e prejuízos, além de aproveitar melhor todos os recursos disponíveis. A Contabilidade Tributária é um ramo da contabilidade que aplica, ao mesmo tempo e simultaneamente, os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária. Ela significa o conjunto de ações e procedimentos necessários para apurar e conciliar a geração de tributos de uma

empresa; controla as informações tributárias conforme as leis nacionais evitando ao empreendedor possíveis sanções fiscais. Segundo Fabretti (2005, p31) "O objetivo da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra contábil das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular da firma individual." O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. No Simples Nacional haverá o recolhimento por meio de documento único de todos os tributos aos quais a micro empresa estará sujeita. A alíquota a ser utilizada para cálculo do imposto mensal será determinada em conformidade com as tabelas constantes na legislação do Simples Nacional, e irão variar de acordo com a atividade e o faturamento acumulado dos últimos doze meses da empresa, ou em caso de início de atividade, o faturamento proporcional aos meses. Sua base de cálculo será o montante da receita bruta de venda e revenda de mercadorias e de prestação de serviços. As empresas optantes pelo simples nacional não poderão apropriar nem transferir créditos tributários. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. Conforme Oliveira "et al" (2011, p180), o lucro presumido é: Uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e a contribuição social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração de tributação com base no lucro real. A opção pelo sistema de apuração de impostos Lucro Presumido, só poderá ser feita caso a empresa tenha tido uma receita bruta no ano anterior menor que R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais); e essa opção se dará com o pagamento da primeira parcela do imposto, apurado do primeiro período de apuração do ano. O cálculo de presunção do lucro das empresas, se dará mediante a aplicação de alíquotas estabelecidas pela legislação sobre a receita bruta no trimestre, essas alíquotas irão variar de acordo com o ramo de atividade da empresa, que caso possua mais de uma atividade, irá ser submetida a aplicação das alíquotas correspondentes a cada atividade. O cálculo do IRPJ será feito mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o montante de lucro presumido calculado pela empresa,

acrescido de demais receitas e ganhos de capital. Caso essa base de cálculo exceda R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no trimestre ou R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, caso se trate de uma empresa em início de atividade, sobre esse valor a maior será aplicado o adicional de 10%, constando como valor a pagar de IRPJ no período a soma dos dois valores. A base de cálculo da CSLL será resultante da aplicação do percentual de 12% sobre a receita bruta da empresa. A alíquota a ser aplicada para determinação do valor de CSLL a pagar será de 15% para empresas de seguro e capitalização e de 9% para as demais atividades. Lucro real: de acordo com o art. 247 do RIR/1999, lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal; sua determinação será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais. Para Oliveira "et al" (2011, p170): Contabilmente falando, pode-se concluir que o lucro real é aquele que realmente foi apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios da contabilidade e demais normas fiscais e comerciais. Conforme Oliveira "et al" (2011, p171) se a opção pela empresa de apurar seu lucro real for trimestral, esta deve determiná-lo nos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. Esse resultado será apurado nas demonstrações contábeis da empresa e deveser ajustado pelas adições, exclusões e compensações regulamentadas pela legislação tributária. Deverá ser calculado o Imposto de Renda mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o lucro real apurado e um adicional de 10% sobre o valor que exceder o limite de R\$ 60.000,00 no trimestre, ou R\$ 20.000,00 no mês em caso de empresa em início de atividade. Como forma de comparar o resultado que cada tipo de regime gera para empresa.

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA:

A seguir será demonstrado uma demonstração comparativa com um exemplo de empresa fictícia desenvolvida pela autora do trabalho. Será calculado para essa empresa o montante de tributos que incidirão sobre sua movimentação durante o 1º trimestre do ano X2 nos regimes de Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Com base nos valores apurados e no lucro líquido da empresa, será feita uma avaliação da carga tributária que cada regime irá gerar para a mesma, e qual deles é melhor aplicável a empresa nesse período. A empresa atua no ramo de comércio varejista de produtos alimentícios e tem um faturamento acumulado dos últimos 12 meses no valor de R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais). Por essa razão será tributada no Lucro Presumido à alíquota de: IRPJ 15% sobre o Lucro Presumido calculado a alíquota de 8% devido à atividade comercial; PIS/PASEP 0,65% sobre o faturamento total; COFINS 3% Sobre o faturamento total; CSLL 1,08% sobre o faturamento. No Simples Nacional seu limite estará na faixa entre R\$ 360.000,00 até R\$ 540.000,00 o que gera uma alíquota de 7,54% de DAS sobre a receita com comércio. Sua folha de pagamento possui oito empregados com salário de R\$ 622,00 cada um, e não possui sócios com retirada pró-labore. Nenhum de seus empregados tem direito a salário família, nem recebem vale transporte ou refeição. Será aplicada à alíquota de 8% sobre a folha para pagamento do FGTS que será descontado do empregado; 9% de INSS que se refere à parte do funcionário, portanto, também será descontado do mesmo e 20% de INSS

patronal, que não é descontado do empregado e que só ocorrerá nas apurações pelo Lucro Real e Lucro Presumido já que no Simples Nacional a parte patronal não é devida. Através dos cálculos elaborados foi gerado os seguintes valores de carga tributária para cada regime: Lucro real: 1) Faturamento total da empresa R\$ 115.000,00; 2) Montante de tributos a pagar R\$ 16.234,41; 3) Percentual sobre o faturamento total da empresa 14, 11688%. Lucro Presumido: 1) Faturamento total da empresa R\$ 115.000,00; 2) Montante de tributos a pagar R\$14.414,70; 3) Percentual sobre o faturamento total da empresa 12,53452174%. Simples Nacional: 1) Faturamento total da empresa R\$ 115.000,00; 2) Montante de tributos a pagar R\$8.671,00; 3) Percentual sobre o faturamento total da empresa 7,54%. Como visto nos dados levantados e nas apurações verificadas, o enquadramento no regime de simples nacional para esta empresa seria o mais apropriado, haja vista, que esse regime irá gerar uma economia de 6,57% de tributos em relação ao regime de Lucro Real e de 4,99% em relação ao regime de Lucro Presumido.

CONCLUSÕES:

Através dos estudos feitos é notável a extrema importância que o planejamento tributário exerce na empresa, pois é através dele se pode definir qual será o regime de tributação menos oneroso, que acarretará no aumento da lucratividade e na possibilidade de maior investimento por parte da empresa em seus negócios. Ao analisarmos as demonstrações contábeis criadas, é notado que uma empresa que prevê corretamente suas despesas e as utiliza de maneira adequada consegue reduzir sua carga tributária, e aumentar seu lucro escolhendo o regime tributário correto. O Lucro Real possui uma grande vantagem em relação aos demais, pois possibilita que a empresa utilize os créditos de ICMS, PIS e COFINS, conforme prevê a legislação, além disso, as despesas as quais a empresa incorre serão de extrema importância na redução de seu lucro no período, o que possibilita um valor de CSLL e de IRPJ menor, já que a sua base de cálculo é o lucro apurado. É notado também, que a opção pelo Simples Nacional pode compensar devido a sua menor alíquota de imposto, porém, é necessário que seja realizado um estudo aprofundado das atividades da empresa, pois nessa modalidade não existe a opção de apropriação de crédito de nenhum imposto, ou seja, a receita bruta é a única informação usada na apuração do imposto, e o crescimento da mesma será responsável pelo aumento da alíquota do DAS, sendo assim, uma empresa que possui alto faturamento pode estar pagando um valor de tributo que supere o recolhimento de impostos com base no lucro real ou presumido, e que irá interferir diretamente no lucro da empresa. Além disso, no regime do Simples Nacional os encargos sociais serão menores para a empresa, pois nessa modalidade não é necessário o recolhimento de 20% da parte patronal, que é aquela não existe a possibilidade de desconto do funcionário Na opção pelo Lucro Presumido, ocorre a vantagem da empresa estar submetida a uma menor alíquota de tributação do que no Lucro Real, além da possibilidade de aproveitamento de crédito de ICMS. Será esse regime, o melhor aplicável à empresa, caso esta não possua despesas que reduzam o lucro significativamente, de forma a tornar a apuração da CSLL e o IRPJ menor que na opção pela tributação com base no Lucro real, e caso seu faturamento tenha um valor alto o suficiente para tornar o recolhimento dos tributos menos oneroso do que na opção pelo Simples Nacional,

pois como já dito anteriormente, a receita da empresa irá aumentar a alíquota pela qual ela estará sujeita na modalidade Simples Nacional. Conclui-se, portanto, que a empresa ao executar seu planejamento tributário, necessita conhecer muito bem seu ramo de atividade, suas possibilidades de apropriação de crédito e seus gastos incorridos, pois estes, serão dados fundamentais a serem utilizados na apuração dos tributos da empresa, o uso deles de forma correta poderá gerar para empresa uma economia tributária. Foi perceptível que a empresa que incorre gastos altos terá como Lucro Real uma das melhores formas de tributação; aquela que possui alto faturamento e poucas despesas terá no Lucro Presumido uma possibilidade maior de economia tributária e por fim, aquela que possui uma receita pouco elevada e despesas também em valores pequenos, verá no Simples Nacional a melhor opção de tributação.

BIBLIOGRAFIA:

[1] FABRETTI, Laudio Camargo – Prática Tributária da micro, pequena e média empresa – 6º edição - São Paulo – Atlas 2006. [2] SIMPLES nacional. Receita Federal do Brasil. Disponível em <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>>. Acesso em: 05 de jun. de 2015. [3] LUCRO presumido. Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>>. Acesso em: 02 de jun. de 2015. [4] TABELA do IRPJ. Auditec Contabilidade. Disponível em: <http://auditecma.com.br/downloads/Tabelas_Praticas/TabeladoIRPJLucroPresumidoouArbitrado.htm> Acesso em: 13 de jun. de 2015

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas.

ESOCIAL: A NOVA RELAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL

Odair José VALENTE (IC – odairvalente1@hotmail.com)¹, Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Sistema eSocial, Dúvidas, Empresas.

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho visa sanar algumas dúvidas ao que se refere às obrigações, quais dados deverão ser repassados, dentre outras existentes sobre o novo projeto do governo, denominado eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), cujo Decreto nº 8373 foi publicado no dia 12/12/2014 no Diário Oficial da União (DOU), e tem como foco o empregador e não mais o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), como ocorria no passado. O eSocial é um projeto do governo federal que visa a unificação das informações pelo empregador, relacionadas aos seus colaboradores, que são enviadas ao governo. Quando for implantado em sua totalidade, o eSocial será estendido aos demais empregadores, pessoas físicas e jurídicas, trazendo diversas vantagens em relação à sistemática atual, onde podem ser citadas: Atendimento a diversos órgãos do governo com uma única fonte de informações, para o cumprimento das diversas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias atualmente existentes; Integração dos sistemas informatizados das empresas com o ambiente nacional do eSocial, possibilitando dessa forma a automação na transmissão das informações dos empregadores; Padronização e integração dos cadastros das pessoas físicas e jurídicas no âmbito dos órgãos participantes do projeto. [1].

DESENVOLVIMENTO:

Como publicado em seu site oficial, (esocial, 2014), este sistema tem como principal função a centralização de diversos dados, que estão diretamente relacionados aos colaboradores dos mais variados segmentos da economia brasileira. O projeto eSocial é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB. O Ministério do Planejamento também participa do projeto, promovendo assessoria aos demais componentes na equalização dos diversos interesses de cada órgão e gerenciando a condução do projeto, através de sua Oficina de Projetos [1]. Assim, todas as informações, pertinentes ao trabalhador brasileiro, de qualquer forma de contratação, será de obrigatoriedade das empresas a prestação dos dados para o eSocial. O eSocial é um projeto do governo federal cujo objetivo é unificar, integrar e padronizar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Também conhecido como EFD - Social ou Sped Folha, tem sua implantação prevista a partir de janeiro de 2014 e envolve desde o empregado doméstico até as grandes empresas [6]. Este sistema ainda está sendo aperfeiçoado, sendo obrigatório apenas por grandes empresas ou corporações e

empregadores domésticos, porém, em um futuro próximo, as pequenas e médias empresas também terão que se adequar ao eSocial, tendo que prestar informações trabalhistas, tributárias e previdenciárias. Tais informações poderão ser melhor utilizadas pelo governo, uma vez que estão todas centralizadas em um banco de dados. Provavelmente muito em breve pode ser possível que mais órgãos participem do projeto, tornando o sistema ainda mais completo. A partir da regulamentação da Emenda Constitucional nº 72/2013, a versão terá caráter obrigatório e outros recursos estarão disponíveis para que o empregador possa cumprir com suas obrigações [1]. O novo sistema não se limita apenas a pessoas jurídicas, se estendendo também a pessoa física, nesse caso abrangendo o trabalhador doméstico, ou simplesmente como são chamados, empregado doméstico. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, que ocorreu em 02/04/2013, o empregado doméstico passou a ter novos direitos, sendo que alguns desses direitos independem de regulamentação e, por este motivo, entraram em vigor imediatamente, incorporando-se àqueles já previstos anteriormente na Constituição e em leis esparsas. Outros ainda dependem de regulamentação, o que deve ocorrer com a publicação de uma lei específica, cujo projeto está em discussão no Congresso Nacional [2]. Dos direitos atuais: Salário mínimo, Jornada de Trabalho, 13º salário, Hora extra, Licença-maternidade, Férias, Feriados Cívicos e Religiosos, Vale-Transporte, Estabilidade em razão da gravidez. Dos direitos que aguardam regulamentação: Obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, Intervalo para refeição e/ou descanso, Seguro-desemprego, Adicional noturno, Salário-família. Vale ressaltar que o “Salário-família” nada mais é do que um benefício pago a segurados da Previdência Social aos empregados que recebam salário mensal de até R\$ 971,78 e filhos de até 14 anos (ou incapacitado de qualquer idade). Também são considerados filhos os enteados e os tutelados. Nesse último caso, a condição exigida é que não possua bens suficientes para o sustento próprio. De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 15, de 10 de janeiro de 2013 o valor do salário-família será de R\$ 33,16, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido, para quem ganhar até R\$ 646,55. Para o empregado que receber de R\$ 646,55 até R\$ 971,78, o valor do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade será de R\$ 23,36 [2]. Dessa forma, o eSocial não deve ser visto como um inimigo e sim como um agente que irá auxiliar e garantir os direitos trabalhista. Ele será um facilitador de informações entre empresas, funcionários e o governo, com a finalidade de reduzir a burocracia, principalmente ao que se diz respeito ao governo, onde as empresas poderão utilizar de uma ferramenta mais versátil para repassar suas informações ao governo. Outro modo de encarar esse

projeto, vê-lo como uma forma de digitalizar as informações que as empresas precisam prestar ao governo. O eSocial não visa criar novas leis trabalhistas e sim consolidar virtualmente e através de sistemas informatizados. Logo, todo o sistema da rede pública poderá ser atualizar e estar de acordo com os dados da situação brasileira, do que se diz respeito aos trabalhadores e as empresas. De acordo com Roberto Duarte (Administradores, 2014), admissões, exames médicos, alterações contratuais, pagamentos, férias, e rescisões são apenas alguns exemplos dos mais de 40 tipos de eventos que serão registrados por este complexo sistema, que poderá ser acessado por Receita Federal, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, INSS, Ministério da Previdência. Os trabalhadores também poderão consultar o histórico de sua vida digital, onde até mesmo num futuro próximo, até mesmo a Justiça do Trabalho utilizará tais registros em seus processos [3]. Muitos benefícios estão por vir graças ao eSocial, principalmente no que diz respeito à declaração de Imposto de Renda, onde todas as informações já serão transmitidas sem que as pessoas precisem preencher formulários novamente, tornando a informação mais ágil e precisa, pois, erros cometidos na hora do preenchimento da declaração tendem a serem minimizados. Vale lembrar que o sistema irá afetar diretamente empregadores, empregados com carteira assinada, funcionários públicos, empregados domésticos os trabalhadores autônomos, dentre outros. Uma visão ainda mais otimista é a de que o sistema irá possibilitar uma nova forma de se comunicar com o governo, abrindo assim a possibilidade de novas especializações trabalhistas e/ou novas contratações, aumentando assim as oportunidades de emprego. Em relação ao cronograma, os empregadores domésticos podem utilizar o serviço pelo próprio site do projeto, a começar pela data de junho de 2013 (06/2013), independente da data de admissão do empregado. Para utilização, o empregador doméstico deve dispor das seguintes informações na hora de realizar o acesso ao eSocial: Fazer o registro dos empregados; Elaborar e imprimir folha de ponto; Gerar aviso de férias; Gerar recibo de pagamento; Fazer o controle de horas extras; Gerar GPS – Guia da Previdência Social. Em breve novas funcionalidades serão acrescentadas, tais como: Cadastro dos dependentes; Cálculo automatizado do valor de horas extras, adicional noturno e salário família; Elaboração de Quadro de Horário de Trabalho; Cálculo das obrigações tributárias e trabalhistas. Para as empresas com faturamento de R\$ 3,6 milhões ao ano, a partir de 2014, o sistema já entra em vigor. Com relação a segurança na transmissão de informações, o eSocial necessita do Certificado Digital A1 ou A3, que podem ser obtidos nos órgãos autorizados, sendo no Brasil a Receita Federal, os Correios e o SERPRO (Serviço de Processamento de Dados do Governo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho se mostrou mais amplo, possibilitando uma profundidade ainda maior, não se atendo apenas a explicações rasas sobre o sistema, podendo ser expandida com orientações de como proceder para implantar o sistema e como utilizar. Outra observação relevante é de que a utilização do sistema já está em vigor para grandes empresas e empregadores domésticos, restando pouco tempo para que médias e pequenas empresas também necessitem de se adaptar à nova realidade. Ainda é possível ressaltar que em breve, declarações que hoje são obrigatórias, mas que com o sucesso do sistema, poderão

não ser mais exigidas, como exemplo: GFIP, DIRF, RAIS, CAGED e MANAD, com isso facilitando ainda mais o envio por parte das empresas. Acredita-se que o este trabalho alertar as pequenas e médias empresas, para ficarem atentos às novas atualizações de obrigatoriedade e principalmente aos empregadores doméstico, que já deveriam estar utilizando a nova ferramenta.

REFERÊNCIAS:

- [1] Conheça o eSocial. Disponível em: <<http://www.esocial.gov.br/Conheca.aspx>>. Acesso em: 19 de Abr. 2015. [2] Direitos do Empregado Doméstico. Disponível em <<http://www.esocial.gov.br/DireitosEmpregado.aspx>>. Acesso em: 19 de Abr. 2015. [3] eSocial: a CLT digital. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/esocial-a-clt-digital/80234/>>. Acesso em: 19 de Abr. 2015. [4] Centralizada vs. Estrutura organizacional descentralizada. Disponível em: <<http://finslab.com/modelos-de-negocios/artigo-1835.html>>. Acesso em: 06 de Jun. 2015. [5] ALBERTIN, A. L. - Aumentando as chances de sucesso no desenvolvimento e implementação de sistemas de informações. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Vol. 36, nº 3, p. 61-69, jul/ago/set 1996. [6] O que é o eSocial. Disponível em: <<http://www.senior.com.br/esocial/o-que-e-o-esocial/>>. Acesso em: 19 de Abr. 2015. [7] HYPOLITO, C. M.; PAMPLONA, E. de O. Sistemas Integrados de Gestão - SIG: Um estudo de caso sobre problemas na implantação. Tese de Mestrado. Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Itajubá, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

“EU SUPER GOSTEI DA FESTA ONTEM!”: OS PADRÕES FORMAIS E SEMÂNTICO/PRAGMÁTICOS DA CONSTRUÇÃO SUPERLATIVA PREFIXAL NO PORTUGUÊS

Anna Carolina Ferreira **CARRARA** (PQ – annacarolinacarrara@yahoo.com.br)¹

1. Professor

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36.800.000 Carangola – MG

Palavras-chave: Construções Morfológicas; Prefixação; Superlativo.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho pertence ao macroprojeto “Construções Superlativas do Português” (CNPq-479984/2010-7) vinculado à linha de pesquisa Linguística e Cognição do PPG Linguística-UFJF e à FrameNet Brasil (<http://www.framenetbr.ufjf.br/>), em sua linha Frames e Construções. O objetivo é descrever, organizar em tipos e explicar uma rede de construções superlativas postas à margem das descrições da gramática e do léxico do Português (MIRANDA, 2010). O estudo de tal rede encontra eco na visão filosófica da Hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), em que a cultura do excesso favorece o aparecimento de uma visão hiperbólica sobre as coisas do mundo, materializadas, dentre outras coisas, em expressões linguísticas superlativas. A Construção Superlativa Prefixal – exemplificada por ocorrências como (1) As modelos da Alessa entram com o cabelo **hiper volumoso** no Fashion Rio. Será tendência?; (2) Para aqueles que acham esses carros japoneses novidades ... pois bem o **super carro** que se comenta na verdade é o Veloster.; (3) Aparecendo cada vez maiores, os maxi acessórios estão com tudo! Não só dão um up em qualquer look mais basiquinho...; (4) Eu estava numa festa da minha prima. Me sentindo **super!**; (5) Eu **super curtí** o look dela na festa...incrível! - é um dos nódulos dessa rede de construções superlativas e, para descrevê-la, lançou-se mão dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva (CROFT e CRUSE, 2004; FAUCONNIER e TURNER, 2002; JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1987; LAKOFF e JOHNSON, 1980, 1999; MIRANDA e SALOMÃO, 2009; SALOMÃO, 1997, 2005, 2006; dentre outros). Dentro desse paradigma, a Gramática das Construções Cognitiva (GOLDBERG, 1995, 2006; BOAS, 2013), a Semântica de Frames (FILLMORE, 1977, 1982, 2008) e o projeto lexicográfico FrameNet são os principais constructos teóricos. Na busca por uma interface entre tais pressupostos, assume-se também o modelo do Constructicon, postulado para o trato de construções na FrameNet (FILLMORE, LEE-GOLDMAN, RHODES, 2010). Ao elegermos, como proposta de trabalho o estudo de uma construção mórfica superlativa, abordagens a respeito da Morfologia Derivacional tornaram-se essenciais (BASÍLIO, 2007, 2011; LAROCA, 2011; GONÇALVES, 2002, 2003, 2011), além de adotarmos o modelo da Morfologia Construcional (Construction Morphology) desenvolvido por Booij (2010).

DESENVOLVIMENTO:

A escolha metodológica, ditada pelo compromisso com a empiria, recai em uma Linguística Cognitiva baseada em corpus, o que implica o uso de corpora eletrônicos e de ferramentas computacionais, neste caso o concordanciador Web Concordancer. Tal metodologia envolve a análise da

sensibilidade dos dados a frequência de tipos/*types* e da frequência de ocorrência/*tokens* – ligadas respectivamente à produtividade e convencionalização – dos padrões construcionais estudados. Nesse viés, este trabalho ilustra a virada metodológica promovida pelos estudos sociocognitivos e construcionistas da gramática e do léxico e desvelam a relevância posta no uso e na diversidade linguística. O desenvolvimento da análise da Construção Superlativa Prefixal contou, portanto, com um corpus formado por 1.628 ocorrências, divididas entre as três instâncias da construção: (1) o padrão prototípico; (2) os prefixos superlativos antecedendo formas verbais e (3) os prefixos superlativos como formas livres. O padrão prototípico representa 66% das ocorrências do corpus e consiste em uma estrutura produtiva que irradia o seguinte padrão construcional: XY, em que X é um prefixo (super-, mega-, hiper-, ultra-, maxi-, micro-, mini-) e Y é um adjetivo ou um substantivo. Os prefixos micro-, mini- e maxi- aparecem somente no padrão $X_{pref} Y_{sub}$, representando o aumentativo claro e evocam o frame de Tamanho. Já os prefixos super-, hiper-, mega- e ultra- aparecem em dois padrões formais: $X_{pref} Y_{sub}$ e $X_{pref} Y_{adj}$, evocando o frame Posição em uma Escala. A segunda instância da construção – os prefixos superlativos antecedendo verbos – representam 23% das ocorrências do corpus e, fugindo ao padrão descrito pela Tradição Gramatical de que os verbos só podem ser intensificados de forma analítica, os dados apontam para construções como **super adorei**, **hiper gostei**, **mega curtí** e **ultra amei**, verbos que evocam um frame de Avaliação. Além de construções com os verbos de ação recomendar, fazer e querer: **super recomendo**, **super fiz**, **super quis**. A terceira instância da construção, que representa 11% das ocorrências do corpus, por sua vez, consiste nos prefixos superlativos como formas livres, em construções como: Estou me sentindo **super!** As instâncias emergentes da construção – prefixos superlativos antecedendo verbos e prefixos como formas livres – são uma evidência da autonomia da construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este estudo nos possibilitou configurar um arcabouço que sustenta tanto o contínuo teórico-analítico entre construções sintáticas e mórficas preconizado pela Gramática das Construções, quanto as especificidades internas do campo morfológico. Este percurso teórico-analítico é, pois, uma mostra da riqueza dos constructos oferecidos pela Gramática das Construções – como modelo nuclear – e da Semântica de Frames para a descrição de um nódulo da rede de Construções Morfológicas Superlativas do Português. Primeiro, pelo relevo que não só suas teses, mas também suas ferramentas analíticas oferecem ao trato da diversidade linguística. Segundo, pela

possibilidade de articular, através das formalizações oferecidas pelo Constructicon, Gramática das Construções e Morfologia Derivacional. Agregando tais contribuições, foram fundamentais à análise da Construção Superlativa Prefixal (CSP), a definição de construção, a hipótese de generalização de superfície, a proposta de fusão e a perspectiva de que o uso da linguagem determina as representações gramaticais oferecidos pelo modelo goldbergiano de gramática – a Gramática das Construções Cognitiva. A Semântica de Frames – com os instrumentos analíticos específicos da FrameNet – propiciou uma definição semântica mais refinada da CSP, pela identificação do frame *Posição_superlativa_em_uma_escala* que evoca. Das contribuições iniciais do Constructicon, as propostas de definição de Construções de Modificação de Grau e a formulação de seus constructos foram ferramentas decisivas para a configuração semântico-formal da CSP. Partindo do suposto de que as instâncias de expressões modificadoras de grau como (i) ...mulher em todas as estações gosta de acessórios mega refinados.; (ii) Ah, ficou linda Marina! Gente que dica bapfo... adorei o vídeo, chorei de rir e mega quis testar em casa...; e (iii) Ele é super, hiper, sei lá mais o quê... O cara é foda. Nando Reis.; integrariam um padrão construcional específico da Língua Portuguesa, nossa agenda analítica consistiu em evidenciar tal hipótese central. Assim, cumprindo a proposta inicial - propor uma análise acerca do polo semântico e formal da CSP, bem como das dimensões discursivas envolvidas em seu uso sincrônico - apresentamos nossos resultados: (i) Trata-se de uma construção vinculada à Construção Mórfica de Modificação de Grau e cujo constructo se desenha pela presença de dois Elementos Construcionais (EC): um EC Escopo ou núcleo graduável e um EC Modificador de Grau, que são os prefixos; (ii) Evocando o frame *Posição_superlativa_em_uma_escala*, a CSP tem seu Valor_hiperbólico assegurado; (iii) A categoria sintática do EC Escopo determina os subpadrões da CSP: a Construção Superlativa Prefixal Nominal (EC Escopo: substantivo e adjetivo), a Construção Superlativa Prefixal Verbal (EC Escopo: verbo) e a Construção Superlativa Prefixal Livre (EC Escopo: Instanciação Nula); (iv) Em termos do ambiente discursivo em que figura, a CSP ocorre com mais frequência nos eixos temáticos de Moda e Beleza, além de demarcar a autoexpressão e subjetividade do falante. Por fim, cabe considerar a escolha metodológica assumida neste estudo – uma análise baseada em corpus. Neste sentido, seguindo o rumo analítico e metodológico dos trabalhos desenvolvidos em nosso grupo de pesquisa (Macroprojetos 'Construções Superlativas do Português – uma abordagem sociocognitiva' (Miranda, 2007) e 'Construções Superlativas Morfológicas do Português' (Miranda, 2011)) em busca de uma metodologia alinhada com o paradigma teórico escolhido (a Gramática das Construções Cognitiva) e as questões de pesquisa eleitas (a rede periférica de construções superlativas do Português e, especificamente, a rede de construções superlativas mórficas do Português), a opção por uma análise baseada em corpus (cf. cap. 4) nos possibilitou o acesso a um número considerável de instâncias da CSP (1.628 ocorrências) em seu habitat natural, qual seja, as ocorrências advindas do uso da ferramenta computacional Web Concordancer Beta. Assim, foi possível delinear, em caráter inicial, os processos de convencionalização e produtividade de nosso padrão construcional a partir da fixação de padrões de frequência de ocorrência/tokens e de

tipos/types, além de delinear os usos reais (em dados reais) da Construção Superlativa Prefixal.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] BASÍLIO, M. Teoria Lexical. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. [2] BASÍLIO, M. Formação e classes de palavras no português do Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. [3] BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004. [4] BOAS, H. Cognitive Construction Grammar. In: TROUSDALE, G.; HOFFMANN, T. (eds.). The Oxford Handbook of Construction Grammar. Oxford: Oxford University Press, 2013. [5] BOOIJ, G. Construction Morphology. Language and Linguistics Compass, p.1-13, University of Leiden, 2010. [6] BYBEE, J. Morphology – a study of the relation between meaning and form. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. [7] CARMO, C. B. da S. A configuração da rede de construções dos agentivos denominais x-ista: uma abordagem sociocognitivista. 2005. 119f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguística) – ICHL. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005. [8] CARRARA, A. C. F. As Construções Superlativas Causais Nominais do Português – uma abordagem construcionista. 2010. Juiz de Fora: UFJF, 2010. 150f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. [9] CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. [10] CAVALCANTI, R. F. Um estudo sobre alguns prefixos de origem latina numa abordagem gerativa. 1980. 262f. Dissertação de Mestrado (Departamento de Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, 1980. [11] COSTA, I. O. A Construção Superlativa de Expressão Corporal: uma abordagem construcionista. 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. [12] CROFT, W.; CRUSE, D. A. Cognitive Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. [13] CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. [14] FAUCONNIER, G.; TURNER, M. The Way We Think: Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002. [15] FILLMORE, C. J. The case for case. In Universals in Linguistic Theory, Emmon Bach and Richard Harms (eds.), 1-90. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968. [16] FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomatic in grammatical constructions. Language, 64(3), p. 501-538, 1988. [17] FILLMORE, C. J.; KAY, P. Construction Grammar. Berkeley: Manuscript, University of California, 1995. [18] FILLMORE, C. J.; JOHNSON, C. R.; PETRUCK, M. R. L. Background to FrameNet. In International Journal of Lexicography, v. 16, n. 3, p. 235-250, 2003. [19] GOLDBERG, A. Construction: A Construction Grammar Approach to Argument Structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. [20] ISRAEL, M. Minimizers, maximizers and the rhetoric of scalar reasoning. Journal of Semantics 18, p. 297-331, 2001. [21] LAROCA, M. N. de C. Manual de Morfologia do Português. 5. ed. Campinas: Pontes, 2011. [22] LAKOFF, G. The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on Image-schemas? Cognitive Linguistics 1 (1), p. 39-74, 1990. [23] MIRANDA, N. S. Agentivos deverbiais e denominais: um estudo da produtividade lexical. 1980. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. 108f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguística) – ICHL. Universidade Federal de Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 1980. [23] PERINI, M. A. Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [24] RIBEIRO, T. S. A internet e as novas construções com o prefixo super-. Palimpsesto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. v. 5, ano 5, p. 136-152. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: http://www.uerj.br/institutodeletras/palimpsesto/num5/estudos/estudos5_internet.htm. [25] ROSA, M. C. A Formação de Aumentativos em Português. 1983. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 85f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguística) – ICHL. Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. [26] SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus. Barueri, SP: Manole, 2004. [27] TOMASELLO, M. Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [2003].

Área do conhecimento CNPq: 8.01.00.00-7 – Linguística

ICMS ECOLÓGICO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS VALORES REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS DE MURIAÉ E PEDRA DOURADA.

Ariete **PEDROSA** (IC – arielepiedrosa08@globomail.com)¹, Nara Vaz de **SOUZA** (IC)² e Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)³

1. Pós-Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Curso de Ciências Contábeis; 3. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: ICMS - Ecológico; repasse; políticas públicas.

INTRODUÇÃO:

Diante da atual crise ambiental, em que há uma evolução na degradação dos recursos naturais, fica evidente a urgente necessidade do Poder Público adotar e elaborar políticas públicas ambientais, sendo essa uma exigência prevista no artigo 225 da Constituição Federal (C.F.). Um dos pilares onde a gestão pública pode se apoiar, objetivando conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento sustentável, é através da utilização da tributação verde ou ambiental. Os tributos ambientais já existem no ordenamento jurídico, não havendo necessidade de criar novos, e sim, redirecionar os já existentes, a fim de dar-lhes um enfoque ambiental. Dentre os tributos ambientais utilizados pelo poder público para implementar políticas públicas de preservação, destaca-se atualmente, o ICMS ecológico (ICMS-E) ou ICMS verde. Esse instrumento é de suma importância, pois introduziu o critério ambiental na partição das receitas advindas do ICMS, de forma a fomentar ações ambientais locais, concedendo incentivo financeiro aos municípios para que eles invistam na área ambiental. O ICMS-E é um tributo nitidamente extrafiscal, e surgiu a fim de compensar os municípios pela perda de recursos tributários em função de grandes extensões de áreas preservadas (EUCLYDES, 2013) [1]. O ICMS Verde é um instrumento inovador que tem proporcionado resultados positivos e tem alcançado as finalidades pelas quais ele foi criado, quais sejam: estimular ações de saneamento básico; manutenção de sistemas de disposição final de resíduos sólidos e redes de tratamento de esgotos e criação e manutenção de unidades de conservação. O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um Imposto não-cumulativo que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Conforme previsto no artigo 155, II, da C.F. de 1988 [2], esse imposto é de competência dos Estados e do Distrito Federal, sendo uma das principais fontes de recursos financeiros para a consecução das ações governamentais. Já o artigo 158 da C.F. [2] estabelece que pertencem aos municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS e o restante (75%) pertencem aos Estados. Esse mesmo artigo, em seu parágrafo único, determina que dos 25% destinados aos municípios, três quartos, no mínimo, deverão ser creditados segundo o critério adicionado fiscal (VAF), (inciso I); o inciso II estabelece que um quarto desse valor deverá ser creditado conforme dispuser a lei de cada Estado. Portanto, conforme Euclides (2013) [1], o Estado, de forma discricionária, poderá legislar sobre um quarto da arrecadação do ICMS, criando suas próprias regras, de

acordo com suas necessidades, podendo optar por incluir critérios compensatórios de proteção ao meio ambiente. O ICMS verde foi instituído de forma pioneira no Paraná, em 1991, e devido ao grande sucesso da experiência nesse Estado, vários outros passaram a adotá-lo, dentre eles Minas Gerais, que implantou o ICMS-E em 1995, através da Lei nº 12.040/95, conhecida como Lei Robin Hood. Essa Lei redistribuiu as receitas públicas e definiu os critérios para distribuição do ICMS, tendo como finalidade a redução das diferenças econômicas e sociais entre os municípios mineiros. No entanto, a Lei nº 12.040/95 foi revogada no ano de 2000, quando entrou em vigor a lei nº 13.803/00, que foi aprimorada pela lei nº 18.030/09, que está em vigor até os dias atuais (JOAO, 2004) [7]. O percentual que o Estado mineiro utiliza para o critério ambiental desde 2011 é de 1,1%. Os valores decorrentes da aplicação dos percentuais relativos ao critério meio ambiente, de que trata o inciso VIII, do art. 1º, da Lei 18.030/09 [3], serão distribuídos aos municípios de acordo com três subcritérios: parcela de 45,45%, relativo ao ICMS Marrom, que é o Índice de Saneamento Ambiental, ou seja, destinado aos municípios que possuem sistemas de tratamento ou disposição final do lixo ou de esgoto sanitário. Esse índice é de responsabilidade da Fundação Estadual de Meio Ambiente e para seu cálculo considera o número total de sistemas habilitados, tipo de empreendimento e porcentagem da população atendida. Outra parcela de 45,45% é com base no Índice de Conservação do município, que considera as unidades de conservação (UC) estaduais, federais, municipais, particulares e área de reserva indígena com cadastramento. Esse índice é calculado pelo Instituto Estadual de Florestas e é obtido por meio da multiplicação da razão entre a área da UC e/ou área protegida e a área do município pelo fator de conservação atribuído à categoria da UC e pelo fator de qualidade. A última parcela de 9,1% é um subcritério novo, introduzido pela Lei de 2009, e tem como base o percentual extraído entre a área de ocorrência de mata seca em cada município e a área total deste (MINAS GERAIS, 2009) [3]. Para João (2004) [7], um dos aspectos negativos no ICMS-E mineiro é a ausência de uma avaliação qualitativa das unidades de conservação cadastradas. A falta de implementação e efetivação do Fator de Qualidade, que se refere à avaliação da efetividade da proteção ambiental que ocorre na área, traz consequências negativas, como uma distribuição desigual dos recursos advindos do ICMS-E entre os municípios e a perda de oportunidade de utilizar mais efetivamente esses recursos em benefício do meio ambiente. Por isso, no Estado mineiro se vê a criação de muitas UC's, estabelecidas apenas para participação no rateio das receitas tributárias, sem se preocupar em adotar medidas posteriores efetivas para a sua preservação e conservação. De acordo com Euclides (2013) [1], uma das

desvantagens do ICMS-E mineiro é que o percentual de repasse se mantém fixo ao longo do tempo, independentemente do número de unidades de conservação no Estado. Portanto, na medida em que se criam mais áreas protegidas, o valor repassado se diluirá e passará a representar para os municípios um retorno financeiro menor. Segundo João (2004) [7], outro aspecto negativo do ICMS-E é o fato de que “carimbar” os recursos advindos do ICMS é tarefa impossível, devido a duas razões: primeiro, pelo aspecto legal, pois fere o princípio constitucional da não afetação dos tributos, ou seja, a Constituição proíbe que os recursos provenientes do ICMS-E sejam utilizados exclusivamente para a finalidade de preservação ambiental. Devido a isso, Euclides (2013) [1] relata que “[...] não existe vinculação dos recursos obtidos por meio do ICMS Ecológico à proteção ambiental. Assim, um município pode receber repasses do imposto estadual por uma área protegida sem atuar ativamente para sua proteção.”, dessa forma, os municípios aplicam os recursos em outras áreas de sua necessidade. Segundo, pelo aspecto operacional, pois o repasse de ICMS é creditado aos municípios de forma total, sem que haja separação por critério de distribuição, sendo assim, difícil definir qual parte desse montante transferido provém do critério ambiental (JOAO, 2004) [7]. Diante do contexto foi postulada a seguinte questão-problema: Quais os impactos do ICMS-Ecológico na receita dos municípios de Muriaé e Pedra Dourada? Esta pesquisa tem por objetivo analisar os impactos do ICMS Ecológico repassados aos municípios de Muriaé e Pedra Dourada no Estado de Minas Gerais e suas repercussões na receita desses entes públicos.

MATERIAIS E MÉTODOS:

O presente estudo é classificado como de natureza quantitativa sob a ótica do problema e para realizá-lo, utilizou-se de pesquisa bibliográfica consistente em análise de materiais já elaborados sobre o tema, notadamente artigos científicos. Utilizou-se, ainda, da técnica de análise documental para levantamento e entendimento das normas e leis referentes ao ICMS-E. Para realizar o levantamento dos dados, utilizaram-se informes secundários, coletados principalmente de sites oficiais e específicos sobre o tema. Os repasses de ICMS-E foram estudados no período de 2002 a 2014 e os repasses estaduais, referente aos valores de IPI, IPVA e ICMS, foram analisados no período de 2009 a 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na presente pesquisa, foram estudados os valores repassados de ICMS-E aos municípios de Muriaé e Pedra Dourada, sendo realizada uma comparação, análise e discussão desses valores. Como constatado, o município de Pedra Dourada recebeu nesse período R\$ 4.000.596,24 advindos do ICMS-E, sendo R\$ 3.946.536,93 referente ao subcritério unidade de conservação e o restante - R\$ 54.059,31 - relativo ao subcritério saneamento ambiental. Porém, apenas nos meses de janeiro a julho de 2014 o município se habilitou nesse critério. A área preservada nesse município totaliza 5.285,34 hectares. Em 2003, o município cadastrou uma nova APAM (área de proteção ambiental municipal), o que fez com que triplicasse sua área de conservação. Logo, a receita advinda do ICMS-E que era antes de R\$ 3.308,77, após o cadastramento dessa APAM, passou a ser de R\$ 223.088,31. Já Muriaé, nesse mesmo período, recebeu R\$ 600.535,22 de receita de ICMS Verde, sendo que no ano de 2012 o repasse teve uma evolução de 458,09%. Isso porque, a partir desse ano, o município passou a receber recursos advindos do ICMS

Marrom, do subcritério saneamento ambiental, que totalizou, no período de 2012 a 2014, o valor de R\$ 323.471,31. Portanto, a receita advinda do ICMS Verde aumentou muito de representatividade nos últimos anos. Ao se comparar os municípios de Muriaé e Pedra Dourada nesse período, percebe-se que em Muriaé a maior parte dos recursos transferidos no critério ambiental é referente ao subcritério saneamento ambiental, 53,86% do total, já em Pedra Dourada, 98,65% advém do subcritério UC. Muriaé possui uma área de conservação equivalente a 12.673,75 hectares, que equivale a 239,79% da área de conservação de Pedra Dourada, entretanto, o repasse de ICMS-E, levando em consideração o subcritério UC, é muito inferior comparando-se com Pedra Dourada no mesmo período, pois Muriaé recebeu apenas R\$ 277.063,91, menos, assim, 1.324,41% do valor auferido por Pedra Dourada, mesmo este município possuindo uma área de conservação muito inferior. De acordo com Botelho (2007) [6], esta distorção ocorre pela forma como é realizado o cálculo do Índice de Conservação para repasse do ICMS-E, pelo subcritério unidade de conservação, pois a equação considera as áreas de conservação em relação à área do município, além de fatores relacionados à conservação e à qualidade dessas áreas (que no Estado Mineiro ainda não está sendo aplicado). Dessa forma, a área de conservação de Pedra Dourada representa 75,37% do território do município, e em Muriaé apenas 15,04%. Portanto, essa diferença é influenciada principalmente em razão do território de Muriaé ser bem mais extenso, possuindo 84.215 hectares, o equivalente a 1.201,01% do território de Pedra Dourada, que tem apenas 7.012 hectares. Assim, ao se aplicar a fórmula, mesmo Muriaé possuindo quase o triplo da área preservada de Pedra Dourada, o município é prejudicado na hora do repasse. A transferência estadual para o município de Muriaé, entre os anos de 2009 e 2014, totalizou o montante de R\$ 125.184.452,02. Logo, a receita de ICMS Ecológico nesse período representou 0,38% desse valor, evidenciando que a receita advinda do ICMS-E gera pouco impacto financeiro para o município, se tomada em relação a seu repasse estadual. Já em Pedra Dourada, dos R\$ 8.714.058,011 repassados pelo Estado, 25,78% foi referente ao ICMS-E, o que demonstra que o critério ecológico impacta o repasse de receita estadual de forma significativa e constitui uma grande fonte de renda e financiamento para este município.

CONCLUSÃO:

Entre os Estados que implantaram o ICMS Verde, encontra-se Minas Gerais. No entanto, a lei mineira apresenta alguns pontos negativos, como possuir um percentual fixo de arrecadação, fazendo com que, à medida que outros municípios entrem na repartição, o ICMS-E perde sua representatividade. Outro aspecto negativo é a impossibilidade de carimbar os recursos advindos do ICMS verde na área ambiental, o que compromete a eficácia desse instrumento. Conforme evidencia João (2004) [7], é de suma importância que critérios qualitativos sejam inseridos na avaliação das UC's em Minas Gerais, para que, assim, os municípios que possuem maior área preservada e maiores investimentos em qualidade, considerando um conjunto de critérios, recebam maiores repasses financeiros, e, também, como forma de incentivar a preservação e desfavorecer o aparecimento de UC's insatisfatórias. Os resultados comparativos entre os repasses realizados para municípios de Muriaé e Pedra Dourada nesse período evidenciam que apesar de possuir quase o triplo da área de conservação

de Pedra Dourada, Muriaé recebeu 1.324,41% a menos de repasse. Isso se deve ao cálculo inicial do Fator de Conservação, que considera a relação entre a área da UC e a área total do município. Portanto, o município de Muriaé, por possuir um território muito extenso, 12 vezes maior que o de Pedra Dourada, é prejudicado na hora do repasse. De acordo com Botelho (2007) [6], para que não ocorra tamanha discrepância nos repasses realizados, a equação precisa ser revista, de modo a acrescentar um fator que pudesse considerar uma razão direta entre as unidades de conservação e outra variável que fosse comum a todas elas. Para esse mesmo autor “[...] não se pode desconsiderar tal proporção - entre a área da unidade de conservação e a área territorial do município -, pois há municípios em que esta é relativamente significativa [...]”. Portanto, acredita-se que a Lei necessita passar por mudanças, para que, assim, se possa separar o fator área do município do fator área preservada, de modo que os recursos sejam distribuídos somente para os municípios que investem na conservação e preservação das áreas. Os resultados obtidos demonstraram que o impacto do ICMS-E sobre as transferências estaduais do município de Pedra Dourada é altamente expressivo, podendo-se concluir que o ICMS-E é um importante mecanismo de compensação e incentivo ao município, proporcionando ganhos financeiros e incremento nas receitas. Já para Muriaé, esse instrumento é de pouca representatividade, ganhando um destaque maior a partir de 2012, onde o município se habilitou no critério ICMS Marrom, quase quintuplicando seu repasse. Enfim, a presente pesquisa revelou que o ICMS Ecológico é um instrumento de política pública que surgiu para fazer frente aos desafios ambientais da contemporaneidade e representa uma intervenção positiva do Estado, objetivando atingir uma finalidade constitucional de preservação do meio ambiente. Destarte, a lógica do ICMS-E foi bem aceita pelos Estados brasileiros, pois a possibilidade de obtenção de uma receita advinda da preservação gera maior motivação do que a intimidação produzida pela ameaça de sofrer uma penalidade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. Contradições da política ambiental por meio de incentivos financeiros: os casos do ICMS ecológico e da CFEM nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil). *Rev. Árvore*, Viçosa, v. 37, nº 6, p. 1083-1092, dez. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622013000600010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 de março 2015. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 10 de março de 2015. [3] MINAS GERAIS. 2009a. Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 13 jan. 2009. [4] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Lei Robin Hood. Belo Horizonte: 2015. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/>. Acesso: 25 mar. 2015. [5] Disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/estado/repasse-a-municipios>. Acesso: 09 mar. 2015. [6] BOTELHO, Douglas de Oliveira. ICMS Ecológico como instrumento de política ambiental em Minas Gerais. *Repositório Digital – UFLA*, Lavras. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2315/1/DISSERT>

A%C3%87%C3%83O_ICMS-Ecol%C3%B3gico%20como%20instrumento%20de%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20em%20Minas%20Gerais.pdf>. Acesso em 20 de março de 2015. [7] JOÃO, Cristina Gerber. ICMS- Ecológico: Um instrumento econômico de apoio à sustentabilidade. *Repositório Digital – UFSC*, Florianópolis. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86810/223002.pdf?sequence=1>-. Acesso em 12 de março de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

IMPACTO SOCIAL DO CRAS NO MUNICÍPIO DE AMPARO DO SERRA-MG

Maria Elisa **CERQUEIRA** (IC – mariaelisacerqueira@yahoo.com.br)¹, Luciano Matias **FELIPE** (IC)², Maria Inês do Carmo **SOARES** (IC)³ e Alexandre **BITTENCOURT** (PQ)⁴

1. Pós Graduando em Gestão da Política de Assistência Social – SUAS Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Amparo do Serra; 2. Pós Graduado em Gestão da Política de Assistência Social - SUAS – Assistente Social. 3. Graduando em Serviço Social; 4. Professor Msc Coordenador de Extensão FAMINAS Muriae-MG

Palavras-Chave: Política, Assistência e CRAS.

APRESENTAÇÃO:

Este artigo tem por objetivo apresentar as novas configurações e transformações ocorridas no município de Amparo do Serra – MG, a partir da implantação da Política de Assistência Social, bem como os desafios e as alternativas colocadas para a efetivação do Sistema Único da Assistência Social a partir do ano de 2.005, através de pesquisas e levantamentos bibliográficos acerca da temática em questão, realizada em sites e fontes como: IBGE, relatos e fontes documentais do CRAS. (Centro de Referência de Assistência Social). Este artigo faz uma análise do aspecto na área da política de Assistência social com ênfase nos trabalhos desenvolvidos pelo CRAS no município de Amparo do Serra - MG, trazendo para o debate os resultados apresentados após a implementação do serviço em 2005, na Política de Assistência Social e a implantação do SUAS que vem contribuir para a descentralização e participação popular nas normas de gestão no campo da proteção social.

DESENVOLVIMENTO:

O município de Amparo do Serra localiza-se na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, ocupa uma área de 143 km².I, sendo predominantemente rural, tendo como atividades econômicas principais a agricultura do café e pecuária leiteira. No que se refere à mão de obra, esta é pouco qualificada, compostas na sua maioria de trabalhadores rurais diaristas, o principal responsável pela renda familiar é do sexo masculino, embora grande parcela do sexo feminino ainda trabalhe no meio rural. Segundo estimativa do último Censo do IBGE possui uma população de 5004 habitantes. A taxa de urbanização é de 95% da população urbana têm acesso aos serviços básicos de água encanada, à energia elétrica e à coleta de lixo, os pequenos agricultores vivem uma realidade produtiva e comercial similar a do Estado, eles representam a maioria das unidades de produção agrícola e agropecuária do Município e não estão treinados para administrar as suas propriedades com eficiência; utilizar plena e racionalmente os recursos mais abundantes, introduzir corretamente tecnologias apropriadas; aumentar rendimentos por superfície e por animal; produzir maiores e melhores excedentes para o mercado; agregar valor aos produtos; e reduzir custos unitários de produção. A maior concentração da população, em torno de 49,95%, encontra-se na sede do município, sendo também verificada nesta localidade considerável presença de famílias em situação de risco social, fato comprovado pelos atendimentos realizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado em região central de fácil acesso, Bairro da Conceição de Amparo do Serra. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de Amparo do Serra é

0,675, abaixo da média do Estado de Minas Gerais que é de 0,766 e o do Brasil, 0,764. Os índices acima evidenciam a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas para atender à população que dela necessitar, sendo o desemprego e subemprego um dos problemas sociais relevantes no município. Em todas as áreas existem famílias com problemas de desemprego, inserção no mercado de trabalho informal, sem cobertura trabalhista e vítimas de exclusão social. As crianças e adolescentes se caracterizam como população que demanda da assistência social, principalmente em relação a prevenção de drogas, prostituição infantil, evasão escolar. A criação de alternativas de geração de emprego e renda é uma das principais demandas do município. O CRAS de Amparo do Serra tem acompanhado cerca de 696 famílias. Foi implantado no segundo semestre de 2005, em local estratégico para atender a população rural e urbana. Por falta de recursos financeiros, o CRAS não possui estrutura adequada (conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social e na NOB/SUAS). Estão inseridas 533 famílias no Programa Bolsa Família, cerca 80 Benefício de Prestação Continuada e 150 famílias em situação de vulnerabilidade social como: desemprego, trabalho na informalidade, violência e drogas. Com a nova sede do CRAS os trabalhos serão ampliados para atender um número maior de famílias. Mediante as demandas impostas ao município, a busca pelo co-financiamento do CRAS na melhoria da proteção básica e atenção integral às famílias vulneráveis torna-se indispensável a parceria entre os entes federados. No nível de Gestão Básica, o gestor da Assistência Social assume a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, devendo implementar ações que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do BPC e da transferência de renda. Assim, o SUAS regula e organiza, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, estabelecendo que as famílias, seus membros e indivíduos são o foco prioritário para o atendimento, e este deve ter o território como base de organização. O SUAS é um modelo democrático, descentralizado e participativo, que visa entre outras coisas a ampliação da rede de Assistência Social brasileira. Ao discutir sobre direitos sociais na contemporaneidade é necessário considerar as profundas transformações sociais e dilemas que são confrontados na sociedade contemporânea, uma vez que ha possibilidade de uma sociedade mais justa, sendo assim um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade capitalista no contexto mundial. Na sua trajetória histórica e até os dias atuais os direitos sociais vêm sendo marcados por lutas e conquistas e não uma dádiva e nem concessão, portanto, são dinâmicos e inacabados, suscetíveis de transformação e ampliação,

exigindo que sejam constantemente conquistados e reconquistados. A partir de 2003, com a IV Conferência Nacional da Assistência Social, teve como trabalho central a deliberação e consolidação do Sistema Descentralizado e Participativo, público não-contributivo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social (NOB/SUAS). Abaixo apresentamos um quadro com as principais demandas apresentadas no CRAS.

Hierarquia	Mais elevado	Mais graves
1º	Famílias de baixa renda ou nenhuma renda	Famílias em situação de risco social.
2º	Crianças e adolescentes	Crescente número de adolescentes poucas opções de lazer.
3º	Crianças / adolescentes	Altos índices de uso e abuso de álcool e drogas; conflitos familiares e evasão escolar.
Hierarquia	Piores indicadores	Causas prováveis
1º	Famílias em situação de risco social	Desemprego; falta de capacitação de mão de obra especializada
2º	Crianças / adolescentes em situação de risco	Falta de atividades lúdicas e de lazer; conflitos familiares; evasão escolar; uso e abuso de álcool e drogas.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Amparo do Serra é responsável pelo desenvolvimento da política de Assistência Social no município, desenvolve suas ações através de programas e serviços em consonância com as diretrizes da LOAS, PNAS e NOB/Suas. O município vem se esforçando na construção da política pública de assistência social. Por se caracterizar como um município de pequeno porte I (5004 habitantes), que está construindo uma cultura de afirmar a assistência social como política de direito, de incentivar a participação na consolidação da mesma, preocupa-se em enfrentar os desafios que se expressam através da vulnerabilidade social da população. A rede de proteção social existente está em processo de estruturação. Relevante considerar que para a viabilização da política de Assistência Social faz-se necessário uma política de financiamento efetiva, que envolva as três esferas de governo. Atualmente, o referido município, habilitado na gestão básica executa os seus serviços de assistência social utilizando recursos próprios, os recursos repassados pelo Governo Federal são direcionados para o Programa Bolsa Família e BPC. Com os recursos do IGD, são desenvolvidas ações voltadas ao acompanhamento das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família. A implantação do CRAS em Amparo do Serra teve início com a identificação e cadastro das famílias em situação de risco social, através de pesquisas documentais realizadas no setor de Assistência Social (PBF e BPC), Saúde (PSF), Educação e levantamento de dados do CADÚNICO. Este levantamento esta sendo ampliado através de visitas domiciliares que objetivam conhecer a realidade e aproximar a equipe técnica dos usuários. O acompanhamento das famílias é realizado através de cadastro e ações desenvolvidas no próprio CRAS como: palestras, oficinas, inserção produtiva, visitas domiciliares, encaminhamentos, acompanhamentos e desligamentos. Abaixo apresentamos quadro demonstrativo das principais ações planejadas e desenvolvidas atualmente no Centro de Referência e Assistência Social e da rede socioassistencial: Considerando que o Centro de Referência da Assistência Social prioriza as ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, as atividades

desenvolvidas pela equipe multidisciplinar têm como eixo central o atendimento de até 750 famílias/ano em estado de vulnerabilidade pessoal e social. O centro de referência estabelece parcerias com a rede de ações socioassistenciais existentes no município no esforço para a concretização de seus objetivos buscando promover a intersetorialidade entre as políticas públicas. O CRAS conta com a parceria das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Agricultura, Obras, Assistência Social, do departamento de Defesa Civil, do Conselho tutelar, Sociedade parceiros ativos na formação da Rede de Proteção Social Básica no município. Todas as entidades componentes desta Rede exercem um papel importante junto à atuação do CRAS, uma vez que as demandas apresentadas no CRAS são encaminhadas para a Rede. Outro aspecto que merece destaque refere-se ao estreitamento da parceria entre o Estado, o Governo Federal e Estadual para fortalecer a rede de atendimento, melhorando as condições de oferta e prestação de serviços destinados à inserção, prevenção, promoção e proteção dos usuários. Diante disso é necessário afirmar que o assistente social tem um saber privilegiado na elaboração de tal documento. Sabemos que exigências postas pela atualidade fazem com que o profissional do Serviço Social tem que ser multifuncional e com diversas habilidades, qualificado na esfera de execução, mas também na formulação e na gestão de políticas sociais. É nesta multifuncionalidade, que faz refletir sobre sua atuação principalmente no campo da Assistência Social, pois não cair em tarefas rotineiras é um dos desafios constantes da categoria. Cabe ao Assistente Social firmar o seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora, garantindo o acesso aos direitos sociais da população usuária, assegurados por lei, requer um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir para o esclarecimento dos direitos sociais e os meios de exercê-los, dotado de uma capacidade crítico-reflexivo conhecedor da realidade em que atua com o intuito de encontrar alternativas para renovar sua prática, rompendo com as simples repetições de tarefas. Assim os Assistentes Sociais são desafiados constantemente em aprimorar seus conhecimentos, devido as mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo reordenamento do capitalismo mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Apresentamos abaixo, os resultados esperados com a estruturação da rede de proteção social básica, anteriormente discutida no Conselho Municipal de Assistência Social. Construção do prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), adequado às normas e exigências legais, objetivando atender até 750 famílias/ano. Propiciar melhores condições de promoção às pessoas em situação de vulnerabilidade social, na garantia do atendimento básico. Proporcionar maior apoio, promoção, orientação e acompanhamento para crianças e adolescentes e idoso que se encontra em situação de risco pessoal e social. Atender em local apropriado, respeitando a segurança da acolhida a pessoas e famílias, grupos comunitários, em situação de extrema pobreza, no atendimento às demandas imediatas, através do Plantão Social.

AGRADECIMENTOS:

Ao Coordenador de Extensao– FAMINAS-Muriaé_MG : Prof.Msc.Alexandre Bittencort

BIBLIOGRAFIA:

[1] YASBEK, M.C. Entrevista com a professora Maria Carmelita Yasbek, sobre Sistema único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no governo Lula. Caderno Especial nº 5/dezembro/janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.com.br>. Acesso em 22/04/2010. [2] PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano. 2000 http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php <https://www.caged.gov.br> - www.datasus.gov.br - www.inep.gov.br - www.fjp.mg.gov.br - www.ibge.gov.br www.mds.gov.br [3] MOTA, Ana Elizabete (org.). O Sistema Único de Assistência Social. Serviço Social e Sociedade nº 87. Edição Especial SUAS E SUS. 2006. São Paulo, Cortez Editora.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.10.00.00-0 - Serviço Social

JUNTA DE CIVILIZAÇÃO E CONQUISTA DOS ÍNDIOS E NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE

Tarcísio Glauco **SILVA**, (tglauco555@hotmail.com)

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade do Estado do Espírito Santo (2006), Professor e Coordenador do Colegiado do curso de História. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36800.000 Carangola, MG

Palavras-chave: Botocudo; Junta do Rio Doce; colonização

APRESENTAÇÃO:

A ocorrência de mata fechada e a presença do, então, famigerado índio botocudo tido como antropófago e fazedor de guerras contra os brancos, fazia da atual região Leste e Mata de Minas Gerais uma das mais perigosas da então Capitania mineira. A necessidade de 'livrar o sertão' da presença do gentio e os atritos decorrentes do encontro entre aqueles e os colonizadores tinha a atenção dos governantes. Em reunião realizada em 01 de fevereiro de 1806, em Vila Rica, presentes o Governador das Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello e outras autoridades da capitania foi discutido o problema dos botocudos e a necessidade de uma reordenação da defesa das fronteiras. As primeiras linhas da ata lavrada naquela reunião, não deixam dúvidas em relação ao problema: Cançado e orrorizado de ouvir o grito dos miseráveis Povos, que confrontão com a Matta geral e Aquem do Rio doce no termo da Cidade Mariana, pela Carnagem brava, e insaciavel com que tem sido atacados, mortos e devorados pelo Barbaro Antropofago Gentio Botocudo, sendo obrigados a abandonar Fazendas de cultura, e mineração, depois já de cultivados a preço de se seu trabalho, como por vezes me tem sido presente em repetidas Representações dos Povos [...] estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas a taes distancias (RAPM, ano 3, 1898, p. 743-778)

DESENVOLVIMENTO:

Junta Militar do Rio Doce. Acreditamos que o documento citado acima serviu de base para a confecção da Carta Régia de 13 de maio de 1808 (APM SC 335, 1808, p.2-4v), que criou a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce uma vez que aquela reunião vai propor a criação de uma estrutura militar parecida com a que foi efetivamente criada na Carta Régia de constituição da Junta. A Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce foi criada com cinco objetivos bastante específicos. O primeiro, e principal, era a declaração de uma guerra ofensiva contra os 'índios botocudos'; [...] Ordenar-vos em primeiro Lugar que desde o momento que receberdes esta Minha Carta Regia deveis considerar como principiada contra estes Índios e Antropofagos, huma Guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estaçoens secas e que não terrá fim, senão quando tiveres a felicidade de vos Senhorear de Suas Habitaçoens, e de os capacitr da superioridade da Minhas Reais Armas, de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas pessão a Paz [...] (APM SC 335, 1808, p.2v) O segundo, a formação de corpo militar para cumprir esse objetivo; o terceiro, a divisão da região em seis distritos e nomeando seus respectivos comandantes; o quarto, prometendo uma

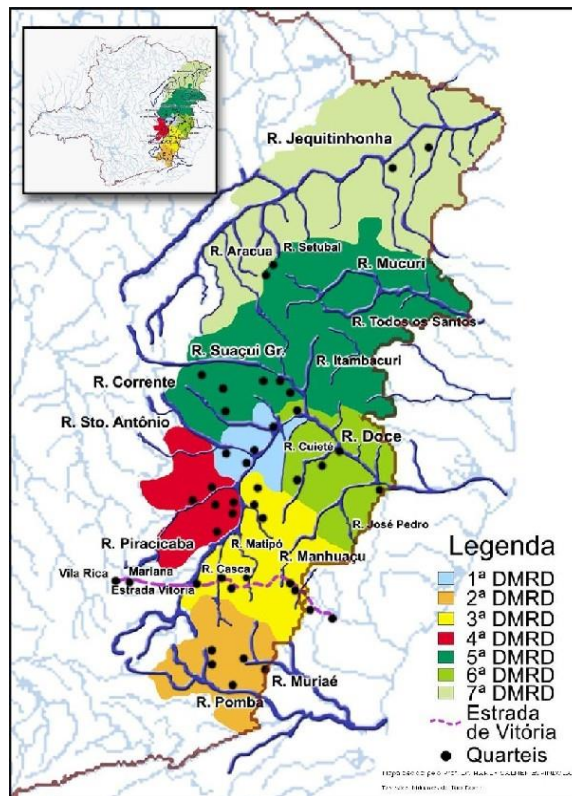
gratificação de soldo proporcional ao trabalho de cada comandante, para aqueles de melhor desempenho e o quinto previa a uma reunião trimestral para avaliação dos resultados. Posteriormente, em 02 de dezembro de 1808 (APM SC 335, 1818, p. 4-7v), foi emitida outra Carta Régia detalhando a atuação da Junta que, dentre outras coisas, ordenava a reversão à Coroa Portuguesa das sesmarias doadas e não ocupadas até aquela data visando a novas distribuições, a escolha de padres para atuarem na catequese, o aldeamento dos índios e o aproveitamento de seu trabalho, como contrapartida pelo 'ensino e educação' que eles iriam receber. É interessante notar que mesmo numa 'guerra ofensiva contra os índios botocudos' havia uma preocupação no sentido de se aproveitar a mão-de-obra do gentio. A ideia do aldeamento só seria posta em prática no caso de grande grupo de índios, que não pudessem ser absorvidos pelos futuros fazendeiros da região: [...] Sou servido Ordenar-vos, que só procureis Aldear os Índios que buscão a Mina Real Proteção quando elle pelo seu grande numero houverem de fazer huma grande Povoação, e não poderem ser distribuidos pelos Fazendeiros e Agricultores da Capitania, e que os mesmos Fazendeiros se não quizerem prestar a recebe-los com as seguintes condiçoens, debaixo das quais vos authorizo a que sendo pequeno o numero de Índios que se vierem a oferecer, procureis os fazendeiros de encarregarem de se instruir e possão também aproveitar-se de util do seu trabalho como compensação do ensino, educação que se encarregarão de dar-lhes [...] pelo espaço de doze annos, quanto aos Adultos [...] e de vinte quanto aos que tiverem menos de doze annos [de idade] (APM SC 335, 1808, p.6) A contradição é só aparente. A guerra visava livrar o sertão do gentio considerado problemático para a colonização. Os que viessem a aceitar a dominação portuguesa seriam incorporados. O presidente da Junta era o governador da capitania de Minas Gerais, responsável maior pelas suas ações e pela prestação de contas financeiras e das atividades militares contra os botocudos. Havia um Conselho, formado por seis Deputados, cuja função era fiscalizar as ações dos comandantes das Divisões Militares; estes em número de seis até 1811 e sete com a criação da Sétima Divisão neste ano. As funções dos comandantes das Divisões eram, basicamente, liderar as tropas e garantir a tranquilidade dos colonos, com o combate aos índios hostis, além da construção e manutenção de estradas, supervisão dos aldeamentos e funções burocráticas. A Carta Régia de 13 de maio dá instruções gerais sobre a formação da Junta e indica seus primeiros comandantes[...] sou servido Ordenar-vos, que formeis logo hum corpo de Soldados Pedestres escolhidos e commandados pelos mesmos haveis Commandantes, que vós em parte propuzestes, e que vão nomeados nesta

mesma Carta Regia, os quaes terão o mesmo soldo que os dos Soldados Infantes, e para que não cresçam as Despezas da Capitania, Ordeno-vos que deis logo baixa a todos os Soldados Infantes, que ora existem nessa Capitania, ficando os Officiaes Aggregados ao Regimento de Cavalaria regular donde successivamente passarão a efectivos, logo que haja vaga [...] Ordeno-vos que façais distribuir em seis Destritos, ou partes, todo o terreno infestado pelos Indios Botocudos, nomeado seis Commandantes destes terrenos, a quem ficará encarregada, pela maneira que lhes parecer mais proficua a Guerra ofensiva, que convem fazer aos Indios Botocudos, e estes Commandantes, que terão as Patentes, e soldos de Alferes Aggregados ao Regimento de Cavallaria de Minas Geraes, que logo lhes mandarei passar com vencimento de soldo d'essa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Taborda já Alferes, João do Monte da Fonceca, Jozé Caetano da Fonceca, Lizardo Jozé da Fonceca, Januario vieira Braga [e José] Arruda [Leão], morador na Pomba, e se denominarão Commandantes da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Divisão do Rio Dosse. A estes Commandantes ficará livre a poderem escolher os soldados, que julgarem proprios para esta qualidade de duro, e aspero serviço, e em numero suficientes para formarem deversas Bandeiras de cada Commandante, mas todos os seis Commandantes com as suas respectivas forças, e consertando entre si o Plano mais proficuo para a total redução de huma humilhante e atroz raça Antropophaga [...] (APM SC 335, 1808, p. 2v-3). Os documentos que analisamos não dão maiores detalhes sobre a vida pregressa e as atividades das pessoas nomeadas para comandar as Divisões do Rio Doce, mas podemos entender que tinham alguma experiência militar, como o Alferes Antonio Rodrigues Taborda, ou que tinham algum conhecimento da região, como por exemplo, Januário Vieira Braga que mesmo não sendo citado como tendo experiência militar, tinha passado boa parte de sua vida em regiões pouco exploradas: "Desde a idade de catorze anos esse ancião [então com oitenta anos] sempre vivera nas matas, ocupado, ora em explorar ouro e pedrarias, ora em combater os Botocudos" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 178). É possível, assim, argumentar que a emissão de uma ordem de guerra contra os botocudos apenas dois meses após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, poderia ser uma das novas estratégias de explorações e conquistas. Assim a atuação da Junta do rio Doce deve ser vista, de um modo geral, como apresentada até agora: como forma de expansão de fronteiras e de preparação do território para a ocupação produtiva nos moldes de exploração portuguesa. Quanto à organização administrativa da Junta, vamos encontrar uma indicação em um relatório apresentado pelo governador da capitania de Minas Gerais e Comandante da Junta, D. Pedro Afonso Galvão de Sam Martino, conde de Palma, ao Ministro e Secretário do Príncipe Regente D. João, Fernando José de Portugal e Castro, Conde de Aguiar. [...] a Junta assim creada passou a organizar cada hua das Divizoens com oitenta e cinco praças (excepto a do Cuiaté, digo a Sesta que por guarnecer o Cuiaté e a mais quatro Divizoens foi composta de cem) a soldo de cento e trinta e cinco reis inclusive farinha, e fardamento, e armamento, e alem disto hum Sargento a soldo de trezentos reis, e hum Ajudante de Cirurgia com o vencimento mençal de ceis mil e quatrocentos reis [...] (APM SC 334, 1811, p. 38-38v) Ao levarmos em consideração as informações acima precisamos deixar claro que são dados de determinado momento, 1811, e não são citadas as resoluções oficiais que poderiam ter modificado para mais ou para menos o

corpo da trop. Assim, o efetivo das Divisões Militares do Rio Doce, em 1811, seria de 525 praças, 06 Ajudantes de cirurgia, 06 Sargentos e 06 Alferes, num total de 533 militares, conforme pode ser depreendido no documento citado acima.

A Sétima Divisão, criada em 13 de março de 1811, também é citada ao longo documento (APM SC 334, 1811, p. 39v) com a observação de que seu efetivo seria composto de militares transferidos das outras seis Divisões, na proporção de um sexto dos militares daquelas Divisões. Logo, sua criação não modificou o número total do efetivo militar da Junta do Rio Doce.

Figura 1
Divisões Militares do Rio Doce



Mapa da localização das Divisões Militares do Rio Doce

Fonte: ESPINDOLA, 2000, p. 138.

Aldeamento indígena e posse da terra. Com o objetivo de concentrar os índios num território determinado com vistas a sua civilização, os portugueses viam o aldeamento como solução para três problemas: Em primeiro lugar, de criar aldeamentos de índios ditos 'mansos', destinados a proteger os moradores dos índios 'bravos'. Em segundo lugar, os aldeamentos circunscreviam as áreas coloniais, impedindo a fuga para a floresta tropical dos escravos fugidos das fazendas e dos engenhos. Enfim, as autoridades e os moradores estimulavam os descimentos dos indígenas a fim de manter contingentes de mão-de-obra compulsória em que os descimentos desempenhavam papel importante. Estancando o movimento migratório das tribos [...] os descimentos acentuavam a dessocialização dos indígenas. (ALENCASTRO, 2000, p. 181). Os documentos analisados reportam a aldeamentos na região de atuação da Junta Rio Doce. São citados os aldeamentos de Tocoíós, Puris, Xamixunas, Coropós (ou Cropós) e Coroatos (ou Croatos) sem, contudo, precisar o número de índios que viviam nesses aldeamentos. A fim de iniciarmos a discussão sobre aldeamento, gostaríamos de apresentar as Instruções que deve observar o Diretor da povoação e aldeamento dos índios Puriz e Xamixunas, utilizada pela Junta do

Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. Essas Instruções são específicas para os aldeamentos da área já citada, foram aprovadas pelo Príncipe regente D. João e encaminhadas à Junta do Rio Doce em julho de 1809. É composta de 21 artigos, conforme documento APM SC 334, 1809, p. 20-24. Consideramos os pontos principais daquele documento: a) Mostrar aos índios que o aldeamento seria vantajoso para eles e, uma vez convencidos de viverem ao lado dos portugueses, deveriam ser bem tratados para que outros índios pudessem ser convencer, também, da vantagem do aldeamento;. b) Garantir que não seriam escravizados;. c)Garantir que teriam direito a uma porção de terra onde poderiam plantar suas roças e manter suas 'criações' de pequenos animais;. d)Inseri-los no 'modo civilizado' de vida do português, através do incentivo à posse de bens e. e) Normatizar a utilização do índio como mão-de-obra, garantindo que só depois de feitas as próprias 'culturas' é que poderiam ser empregados em outros serviços, mesmo assim, mediante pagamento previamente estipulado. A questão do aldeamento é colocada desde os primeiros momentos da presença portuguesa em sua colônia na América. O índio serviu tanto como mão-de-obra como elemento importante na defesa da terra. O que se pretendia com o aldeamento dos índios na região do rio Doce parece não fugir a esse padrão. Ocorre, no entanto, que a partir do momento que a terra, ou a sua posse, passa a ser tão decisiva quanto a utilização do índio, notamos que a ideia de combater e aldear os índios, pode ser vista por outro prisma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A questão é, em nosso entendimento, uma luta pela apropriação da terra e das riquezas que ela pudesse oferecer. Nesse sentido, a importância do aldeamento é de liberar a terra para sua utilização pelos portugueses, que viam nessa terra, um local propício para a expansão da fronteira de exploração. Muito mais que as garantias da lei, é o desinteresse econômico que assegura ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer elemento suscetível de exploração – um seringal, mineiros, essências florestais ou manchas apropriadas para certas culturas, equivale à condenação dos índios, que são pressionados a desocupá-las ou nelas morrem chacinados. E não são necessárias descobertas econômicas excepcionais para que os índios sejam espoliados. (RIBEIRO, 1970, p. 199). A importância da posse da terra é citada por Manuela Carneiro da Cunha:[...] para caracterizar o século [XIX] como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faze-se largo uso, quando se consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. (CUNHA, 1992, p. 135). A situação da colonização do médio rio Doce corresponde ao que é citado pela autora: um frente de expansão e, também, uma rota fluvial, a ser desenvolvida, é claro, mas pensada como uma importante via de comunicação entre tanto interna com regiões da capitania mineira, como externa, com a capitania do Espírito Santo. Assim, as garantias que eram dadas aos índios poderiam visar muito mais ao interesse de mantê-los longe da terra e fazer com que outros mais se juntassem a eles do que, somente, sua

utilidade como braço servil ou guerreiro, mesmo que essa utilização não tivesse perdido sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias (documentos manuscritos) – Arquivo Público Mineiro (APM), Sessão Colonial (SC)- Carta Régia do Príncipe D. João ao Governador da capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, Visconde de Condeixa. 13/05/1808. SC 335. Fl. 2-4v.- Carta Régia do Príncipe D. João ao Governador da capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, Visconde de Condeixa. 02/12/1808. SC 335. Fl. 5-7.- Carta Régia do Príncipe Regente D. João ao governador da capitania de Minas Gerais com instruções para aldeamento. 28/07/1809. Fl. 20-24. SC 334- Do governador da capitania de Minas Gerais Pedro Afonso Galvão de Sam Martinho, Conde de Palma a D. Fernando José de Portugal e Castro, Conde de Aguiar. 24/04/1811. Fl. 38-40v. SC 334. Documentos Impressos – Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais Ata da Reunião da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, presidida pelo Governador Dom Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, realizada em 01/02/1806. RAPM Ano 3, 1898. p. 743-748. Fontes secundárias. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.. ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Cia das Letras. 2000. RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. Política indigenista no século XIX. In: _____ História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.05.05.01-2 História do Brasil Colônia

MODA X SUSTENTABILIDADE: NOVOS DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA DE MODA BRASILEIRA

Flávia Aparecida Dutra do **BEM**, (IC – flavia-dutra@hotmail.com.br)¹, e Juliani M. Rohen **GUALBERTO**, (IC – julianirohen@hotmail.com)².

1. Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios 2. Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Indústria, mercado, moda.

APRESENTAÇÃO:

O objetivo deste artigo é fazer um estudo sobre a indústria brasileira do setor têxtil e de moda, suas principais dificuldades em permanecer no mercado atual devido as mudanças referente a difusão de produtos, pensamentos e atitudes sustentáveis. Desta forma, a proposição da pesquisa, perpassa por alguns problemas enfrentados pela indústria da moda neste cenário sustentável, permeando possibilidades do profissional de marketing ou empreendedor, através de exemplos, em traçar estratégias para tornar sustentável tanto seu produto, quanto suas atitudes e ainda, criando estímulos para que seus clientes tenham o desejo de se renovar e mudar seus antigos hábitos.

DESENVOLVIMENTO:

A indústria têxtil no Brasil possui aproximadamente 200 anos de trajetória, e pode-se observar um crescimento progressivo no setor. O país tem o privilégio de concentrar todas as etapas de uma cadeia têxtil, ou seja, cultiva a matéria-prima inicial e produz todos os processos que o setor têxtil necessita. O Brasil possui relevância no que diz respeito ao plantio do algodão, é o segundo maior produtor e terceiro maior consumidor do mundo, dado da ABIT, o que possui grande importância principalmente para geração de empregos de forma direta ou indireta, por se tratar de um setor com uso intensivo de mão-de-obra, constituindo a 4ª maior atividade econômica mundial. Com o passar dos anos, a indústria têxtil vem sofrendo mudanças significativas no mercado. Podemos destacar alguns pontos positivos nessas mudanças, tais como aumento relativo das exportações de produtos industrializados, aumento na produtividade, o que significa que mais empregos foram gerados, desenvolvimento tecnológico e funcional que contribui consideravelmente para os ganhos em qualidade do produto e ainda uma maior dispersão espacial dos estabelecimentos industriais em regiões historicamente marginalizadas. Mas apesar de certas melhorias a indústria de têxteis ainda enfrenta problemas primários, como alto custo com o principal meio de transporte no Brasil, o rodoviário; baixa qualificação de mão de obra e pouco incentivo do governo e das empresas privadas para investimentos, além dos índices exorbitantes de impostos cobrados. Outro fator em destaque, observado nos últimos anos, e que tem motivado o presente trabalho é a mudança no perfil de consumidores do setor, extremamente exigentes, mais conscientes e bem informados, com expectativas cada vez mais elevadas, além da concorrência crescente na indústria. Em entrevista para um projeto que deu origem ao livro: Fashion Marketing 2006, Roberto Stern, diretor da joalheria H.Stern, afirma que “é um desafio tremendo fazer um produto que acompanhe a transitoriedade da moda e que ao mesmo tempo seja eterno, um produto que tenha alma, que

desperte o desejo, carregue a emoção de marcar um momento, uma data, um acontecimento. É preciso também estar atento às mudanças de comportamento, acompanhar novas linguagens estéticas, novos meios de comunicação com as redes sociais e criar campanhas instigantes, inovando sem perder o DNA da empresa. Inovar sem medo de errar”[1]. Já se sabe que qualidade, deixou de ser um diferencial e se tornou uma necessidade para sobrevivência no mercado, surgem então outros aspectos em destaque no universo da moda, que convergem para uma questão principal: a sustentabilidade. Vale ressaltar um conceito de Gro Brundtland, bem difundido sobre sustentabilidade que constitui na capacidade de suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades [2]. As mudanças exigidas das indústrias nesse novo cenário estão relacionadas ao desafio de se adequar as novas exigências dos consumidores a um novo modelo de trabalho mais sustentável. Berlim, alega que é provável que um novo modelo de produção e de consumo esteja embrionariamente se preparando para eclodir com novas propostas e soluções [3]. Atualmente as pesquisas passaram a abranger não só o aspecto ambiental dos produtos, mas também suas questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Sendo analisados todos os processos produtivos até o consumo e descarte do produto. Outro ponto importante que tem tido sua relevância é a rapidez com que os produtos vêm sendo descartados. O prazo de vida útil de um produto de moda é muito curto, pois em geral os consumidores são levados a consumir sempre o que é “novo”. Estratégias de marketing são criadas a todo instante condicionando o consumidor a adquirir novos produtos, “os produtos da moda”, para que os menos não sejam excluídos da sociedade. Portanto a quantidade excessiva de lixo que é produzida no setor têxtil é muito grande e precisa ser repensada para que se possa viver com mais qualidade de vida e menos quantidade de produtos que mais tarde se tornará lixo. Algumas marcas já aderiram a essa nova caminhada, através de algumas atitudes sustentáveis, como é o caso da Osklen, grife brasileira que utiliza em suas coleções matéria-prima natural e reciclada, como seda, lã, algodão orgânico, malha PET, sementes e couro de tilápia. A marca teve sua primeira loja inaugurada em Búzios em 1989, e passou a ser reconhecida mundialmente. Um dos diferenciais da Osklen é a postura de seu fundador, ex-proprietário e atual diretor criativo Oskar Metsavaht, que tem participação efetiva nos processos de pesquisa, regulamentação e apoio ao Instituto E – importante Organização cujo objetivo é a difusão de conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável, envolvendo projetos como: e-brigade, e-fabrics e o TRACES. Outro exemplo é a Amazon Life, uma marca brasileira inaugurada em 1992, por Beatriz Saldanha e João Augusto, responsável pela criação do couro vegetal,

para substituir o couro animal. A obtenção do couro animal envolve práticas cruéis, já o couro vegetal, envolve importantes questões sociais, pois para sua fabricação a marca se juntou a seringueiros e índios do Acre, em plena floresta, e criaram uma linha de montagem. Esses ribeirinhos passaram a ter um emprego onde o comércio justo, ou fair trade era praticado, ou seja, recebiam um valor justo referente ao trabalho que exerciam, na extração do látex. A marca Éden foi inaugurada no Brasil em 2008, com roupas 100% orgânicas, ou seja, suas peças comercializadas são totalmente livres de produtos químicos. Éden pertence a YD Confeções, empresa de grande porte que possuem o selo Now e desenvolve parcerias com projetos importantes como Projeto Orgânico Coexis. Estilistas também aderiram esse novo pensamento e estão colocando em prática uma moda diferente, agregando valores sociais, e assumindo uma visão ecologicamente e economicamente correta. Ronaldo Fraga, estilista que desenvolve em suas coleções a valorização da diversidade cultural, do artesanato e da cultura da sociedade local, que questiona temas que afligem a sociedade tanto em questões ambientais quanto nas questões sociais. Já Carlos Miele exerce papel importante no setor sustentável, através de parcerias com cooperativas como, por exemplo, a Copa-Roca, reutilizando materiais e dando novas oportunidades as comunidades carentes. Gilson Martins é um estilista que partiu para o trabalho ecologicamente correto utilizando matéria-prima inusitada que seriam descartadas de forma inadequada ao meio ambiente, passando a ter um tempo de vida útil maior. Existem outros métodos para se chegar a uma base sustentável. E a cada dia surgem novas práticas como, por exemplo, práticas do reuso, do reciclável, reutilizável. E trabalhos onde envolvem trabalho social, aos poucos vêm tomando mercado. Com este tipo de prática além da produção em sua maioria ser um produto exclusivo, pois é confeccionado individualmente, o que agrega valor a peça, ainda contribui para o desenvolvimento local, gerando mais emprego e qualidade de vida. Além do algodão orgânico existem outras matérias-primas a serem utilizadas como o algodão agro ecológico, que é um algodão que poderia ser considerado orgânico, mas não são certificados dessa forma, por motivos como falta de recursos financeiros entre outros. O couro vegetal também é uma adequação do couro animal, veio para substituí-lo, pois sua forma de obtenção é sempre feita cruelmente. O processo para obtenção do couro “ecologicamente correto” não só age de forma correta com o meio ambiente, mas principalmente age de maneira correta com a sociedade. Sua obtenção consiste em envolver uma base de algodão orgânico ou não, com látex que é extraído das seringueiras, através de um processo de vulcanização. Para se obter um couro ecológico com mais vínculo com a sustentabilidade é necessário que essa base seja preferencialmente de algodão orgânico. Vale destacar o esforço por parte das empresas em desenvolver ações que vão além de questões estritamente ambientais, passando a desenvolver atividades de cunho social e humano. Fica evidente o esforço para que essa percepção seja cada vez mais difundida entre consumidores para que os mesmos se atentem para questões mais profundas e menos fúteis quando se trata do universo da moda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

De forma comprovada mencionamos marcas que se destacam por exercer determinada prática dentro do processo sustentável. Ronaldo Fraga e Carlos Miele, por

exemplo, exerce um trabalho socioeconômico muito importante, já Gilson Martins tem foco maior na questão ambiental, tornando a vida útil de um determinado produto maior do que o pré-determinado. Não é possível afirmar que existe uma regra única e clara para que uma empresa se torne completamente sustentável, mas já existem caminhos que podem ser seguidos com a finalidade de amenizar a poluição ambiental e a injustiça social. Como, por exemplo, a utilização de matéria-prima reciclável, a substituição do couro animal pelo couro vegetal, com a substituição do algodão tradicional pelo algodão orgânico, cultivado de forma sustentável, sem utilização de produtos químicos. Além do algodão orgânico existem outras matérias-primas obtidas de forma natural, que agridem menos o meio ambiente e conseqüentemente a saúde dos produtores e consumidores. Como o algodão agro ecológico, o couro vegetal, tecidos feitos a partir do PET. Portanto, é possível, para uma empresa estabelecer práticas sustentáveis e ainda conquistar mercado, já que pode se estabelecer uma estreita relação entre as mudanças de comportamento do consumidor e a responsabilidade seja ambiental ou social. Enfim, as práticas de sustentabilidade vêm de encontro aos anseios humanos de melhor qualidade de vida presente e futura, e propõe ao mercado um caminho sem volta, em busca de melhores práticas e pensamento consciente a cerca da produção, mas também do consumo. Cabe a cada empresa, ou empreendedor trilhar um caminho para que seu produto ou serviço acompanhe a tendência de mercado, tornando devidamente sustentável.

AGRADECIMENTOS:

À Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- [1] STERN, Roberto em entrevista ao livro: Fashion Marketing, p.58, 2006. [2] BRUNDTLAND, Gro, p.52, 1991. [3] BERLIM, Lilyan, p.19, 2012. BAER, W. A economia brasileira. 2 ed. São Paulo: Nobel 2002. BECKER B.; EGLER, C. A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (Geografia). BERLIM, Lilyan. Moda e Sustentabilidade: Uma reflexão necessária. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. BERMANN, C. Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo: Livraria da Física – FASE, 2001. BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. CHIARAVALLI, Rafael Moraes, PÁDUA, Cláudio Valadares. Escolhas sustentáveis: discutindo biodiversidade, uso da terra, água e aquecimento global: São Paulo Urbana, 2011. CUNHA, S. B. GUERRA, A. J. T. (Orgs.) A questão ambiental. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. KALIL, Glória. Fashion Marketing – Relação da moda com o mercado. São Paulo: Senac, 2010. LACERDA, A. C. O Impacto da globalização na economia brasileira. São Paulo: Contexto, 1999. LEE, Matilda. Eco Chic. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. REZENDE, C. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Contexto, 1999. RIOUX, J. P. A. Revolução Industrial 1780-1880. São Paulo: Pioneira, 1975. SANCHEZ, I. Para entender a internacionalização da economia. 2. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. SCHULTE, N. K. Contribuições da ética ambiental biocêntrica e do veganismo para o design do vestuário sustentável. Rio de Janeiro. PUC-Rio 2011. SINGER, P. Economia política da urbanização. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2002. TRIGUEIRO, André. Mundo

sustentável 2: Novos rumos para um planeta. São Paulo: Globo, 2012. VISENTINI, Paulo Fagundes. A projeção Internacional do Brasil: 1930-2012. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PERCEPÇÃO DAS MULHERES DE 50 A 69 ANOS QUANTO A REALIZAÇÃO DA MAMOGRAFIAAna Amélia Dias de Souza **PEREIRA** (IC – amelijaifmg@yahoo.com.br) 1, Soraya Lúcia do Carmo da Silva **LOURES**(PQ)21. Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG**Palavras chave:** prevenção, câncer de mama e mamografia.**RESUMO:**

O câncer de mama representa um importante problema de Saúde Pública no Brasil além de representar a segunda causa de óbitos por câncer em mulheres brasileiras essa patologia pode ser prevenida e rastreada em seus estágios iniciais o que possibilita melhor prognóstico e sobrevida das pacientes. As formas segundo o preconizado pelo Ministério da Saúde são o exame clínico das mamas e a mamografia; e a faixa etária preconizada por mais incidência consiste em mulheres de 50 a 69 anos. O objetivo deste estudo foi identificar qual a percepção das mulheres da faixa etária citada como prioritária frente a realização da mamografia. Para realização dessa pesquisa utilizamos o método qualiquantitativo com aplicação de questionário semi-estruturado. Foram entrevistadas 50 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos residentes no município de Muriaé. Conclui-se que para que as ações de prevenção e rastreamento do câncer de mama sejam efetivas é necessário que haja por parte dos profissionais de saúde em especial dos enfermeiros estratégias e planejamento voltados para ações educativas em saúde buscando o empoderamento dessas mulheres.

INTRODUÇÃO:

Na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2011) o câncer de mama é apontado como uma das principais causas de mortalidade da população feminina no país. (6) Segundo a Organização Mundial de Saúde 40% das mortes causadas por câncer poderiam ser evitadas, o que embasa ainda mais a importância da prevenção e do rastreamento. (3) Vale ressaltar aqui a definição de dois conceitos muito usados hoje em dia quando falamos de prevenção do câncer de mama, que é diagnóstico(detecção) precoce e rastreamento. Por definição do INCA - Instituto Nacional do Câncer / Ministério da Saúde (2012), detecção precoce é realizada a partir dos primeiros sinais e sintomas clínicos que a paciente apresente que estejam relacionados com o quadro clínico de câncer de mama; e rastreamento é realizado junto a população que não apresenta sinais e sintomas clínicos, para detectar possíveis alterações e encaminhar as mesmas, na presença dessas alterações, para serviços de referência para controle e tratamento do câncer de mama. (3) Estudos recentes indicam que a maior taxa de incidência de câncer de mama ocorre na população entre 50 e 69 anos. Desde 2004 preconizado pelo Ministério da Saúde o exame clínico das mamas e mamografia de mulheres na faixa etária citada, esta última com periodicidade de 2 em 2 anos, sendo que este intervalo pode ser diminuído de acordo com os resultados ou se a usuária fizer parte de grupo de risco para a neoplasia mamária. (1), (3), (4) O controle do câncer de colo do útero e câncer de mama foi incorporado no Pacto pela Saúde em sua dimensão Pacto pela Vida em 2006. A

realização de mamografia na faixa etária de 50 a 69 anos possibilita a detecção precoce de lesões precursoras de câncer de mama e melhores resultados das condutas terapêuticas de acordo com o citado no Caderno de Atenção Básica: Controle do Câncer de Colo do Útero e Câncer de Mama – Ministério da Saúde 2013. (4) Segundo Renk et. al. (2014) o aumento da taxa de mortalidade causada pelo câncer de mama está relacionado com a demora no diagnóstico. Bem como, as mulheres residentes nas áreas onde não há acessibilidade a equipamento de mamógrafo, as mesmas irão ser atendidas em hospitais públicos de outras cidades, sobrecarregando esses serviços. (7) A ação do profissional enfermeiro é de grande importância nas ações de rastreio, promoção e prevenção do câncer de mama. Na cidade de Muriaé são realizadas campanhas de estímulo a realização periódica da mamografia na faixa etária priorizada pelo Ministério da Saúde, essas ocorrem nas unidades básicas de saúde, na forma de sala de espera e busca ativa realizadas de 3 em 3 meses, as mulheres são buscadas de acordo com o Fichário Rotativo de Mamografia da unidade. A eficiência das ações e campanhas de incentivo a realização do exame de mamografia de mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, poderá ser otimizada a partir do conhecimento de fatores que possam dificultar a realização do exame por essas mulheres. Este estudo tem como objetivo geral identificar qual a percepção frente à realização de mamografia por mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos. E seus objetivos específicos são: caracterizar os serviços de saúde voltados para rastreamento do câncer de mama no município; identificar o período que ocorreu a última mamografia; e avaliar o atendimento na realização de mamografia. A importância dessa pesquisa vai de encontro à necessidade de se verificar a percepção das mulheres quanto a realização da mamografia, bem como o conhecimento de quais serviços do município são voltados para o rastreamento do câncer de mama, fornecendo subsídios aos gestores de saúde para ampliar a cobertura do referido exame

MATERIAL E MÉTODOS:

Para realização dessa pesquisa será utilizado o método qualiquantitativo com aplicação de questionário semi-estruturado, contendo cinco perguntas abertas, com uma amostra de 50 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos. A aplicação do questionário foi realizada de fevereiro a setembro de 2015, junto a usuárias das unidades básicas de saúde de Muriaé dos bairros Dornelas e José Círio da cidade de Muriaé – Minas Gerais. Sendo que a autorização para o início da pesquisa ocorreu após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas – FAMINAS, seguida da autorização institucional do coordenador da Atenção Básica do município, para a aplicação dos questionários entre as mulheres entrevistadas. Os dados foram coletados mediante Termo

305

de Consentimento segundo Resolução 196/96, previamente assinados pelos participantes da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi coletada na faixa etária de 50 a 69 anos tendo como média de idade 57,7 anos. Das 50 mulheres entrevistadas quanto à data da última mamografia 12% realizaram há menos de 6 meses; 32% entre 6 meses e 1 ano; 22% entre 1 a 2 anos; 20% de 2 a 3 anos; 6% de 3 a 5 anos; 4% de 5 a 7 anos, 2% há mais de 15 anos e 2% nunca realizaram o exame. Observamos que 34% dessas estão em atraso segundo as recomendações do Ministério da Saúde (1). Ao serem abordadas quanto às dificuldades para a realização do exame 56% relataram não encontrar nenhuma dificuldades e das que apontaram dificuldades obtivemos o resultado demonstrado no gráfico 1.

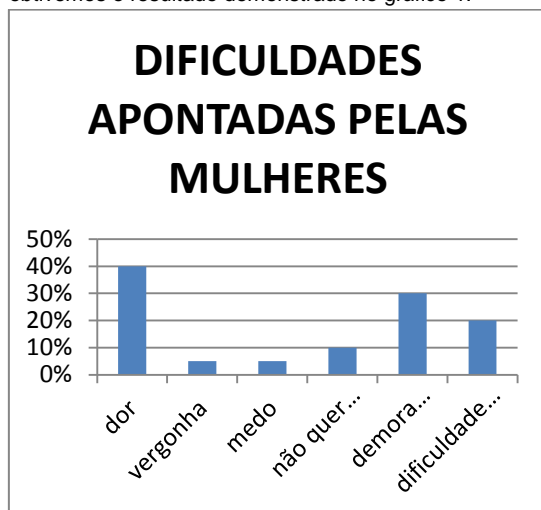


GRÁFICO 1

Fonte: própria autoria, 2015

Observou-se que há um déficit de conhecimento relacionado ao conhecimento das entrevistadas com relação aos serviços voltados para rastreamento das lesões precursoras do câncer de mama; 32% desconhecem os referidos serviços. Quanto as que relataram conhecer os serviços de rastreamento 56% apontaram o Hospital do Câncer- Fundação Cristiano Varella; 25% a Casa de Caridade de Muriaé – Hospital São Paulo; 21% as Unidades Básicas de Saúde; 21% responderam exame clínico e mamografia, 15% a Casa de Saúde Santa Lúcia e 6% a Unidade de Mamógrafo Móvel. Com relação a forma que foram atendidas na última vez que realizaram o exame 4% relataram que o atendimento foi excelente, 26% ótimo, 54% bom, 6% regular/satisfatório, 6% não gostaram do atendimento, 2% relataram que o exame foi mal feito e 2% preferiram não opinar. Com esses resultados observamos que 84% das mulheres avaliaram o atendimento de excelente a bom o que caracteriza que as mulheres estão satisfeitas com o atendimento e realização de exames nas unidades de prestação dos mesmo, no caso de Muriaé essas unidades são: a Fundação Cristiano Varella, o Hospital São Paulo e a Casa de Saúde, citados anteriormente. Estudos atuais nos mostram que não há ações efetivas de prevenção primária do câncer de mama, as ações relevantes são voltadas para o rastreamento e detecção precoce das lesões e até mesmo do câncer de mama em estágio inicial, para que o mesmo ocorra em tempo hábil são necessários ações e campanhas de promoção em saúde enfatizando a importância dessas ações para que as clientes na faixa etária preconizada como de maior risco para casos de câncer de mama

realizem dentro do intervalo preconizado os exames de mamografias. Segundo a Carta de Ottawa (5) a promoção em saúde deve capacitar os indivíduos para que os mesmo sejam protagonistas do processo, buscando melhoria da qualidade de vida e prevenção e controle da doença. É imprescindível a participação das mulheres das ações e campanhas de incentivo a prevenção do câncer de mama, mas para que essa seja efetiva é necessário que as mulheres conheçam quais serviços são voltados para rastreamento e detecção precoce e até mesmo conheçam a definição desses dois conceitos, BONET, 2010 aborda que a interferência do usuário nos processos de cuidado tem o mesmo impacto da interferência dos profissionais de saúde, e que suas atitudes e condutas no sistema de saúde podem interferir nos acontecimentos em saúde. O que ressalta ainda mais a importância do empoderamento da usuária.

CONCLUSÕES:

A detecção precoce de lesões precursoras ou câncer de mama em estágio inicial é relevante para o bom prognóstico do tratamento. Para que o mesmo aconteça é imprescindível as ações de enfermagem voltadas para educação em saúde, rastreamento das mulheres na faixa etária de maior incidência, incentivo à realização da mamografia e campanhas de promoção em saúde e prevenção do câncer de mama. O processo de informação em saúde dessas mulheres acontecerá mediante ações específicas dos enfermeiros voltadas a campanhas de conscientização, salas de espera, grupos focais dentre outras ações realizadas nas unidades de saúde em atendimentos coletivos e individuais.

BIBLIOGRAFIA:

- 1- Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- 2- BONET, O. et al. Situação-centrada, rede e itinerário terapêutico: o trabalho dos mediadores. In: PINHEIRO, R.; MARTINS, P. H. Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica. Rio de Janeiro: Cepesc/IMSUERJ, 2009. p. 241-250.
- 3- Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Educação. ABC do câncer: Abordagens básicas para o controle do câncer; organização Luiz Claudio Santos Thuler. – 2. ed. rev. e atual.– Rio de Janeiro : Inca, 2012. 129 p.
- 4- Instituto Nacional de Câncer. Controle do câncer de mama: Documento de consenso. <http://www.inca.gov.br/publicacoes/Consensointegra.pdf> (acessado em 12/01/2015).
- 5- Organização Mundial da Saúde. Primeira Conferência Nacional Sobre Promoção da Saúde. Carta de Ottawa, Nov.. 1996.
- 6- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- 7- Renk, et al. Equidade no acesso ao rastreamento mamográfico do câncer de mama com intervenção de mamógrafo móvel no sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.30 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2014.

PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO DO TRABALHO FRENTE AOS FATORES DE RISCO DAS LER/DORT

Simone Rodrigues de OLIVEIRA (IC – simoneroliveira25@hotmail.com)¹, Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES (PQ)²

1. Curso de Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: LER/DORT, Fatores de Risco, Enfermagem do Trabalho.

RESUMO:

A incidência dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) vem aumentando a cada dia, tornando-se mais evidente no indivíduo na faixa etária de maior produção. A equipe de enfermagem está diretamente exposta e vulnerável quanto ao processo de adoecimento que se evidenciam pelas Lesões por Esforços Repetitivos ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho LER/DORT, o que interfere em sua vida pós-hospital. Diversas são as situações de risco durante a execução de seu trabalho que podem vir a ocasionar acidentes e doenças ocupacionais. O estudo teve como objetivo identificar os principais fatores de riscos associados a LER/DORT junto à equipe de enfermagem. A pesquisa foi realizada em Junho de 2014, com 20 profissionais atuantes nos setores de enfermagem e centro cirúrgico de um hospital da cidade de Muriaé-MG. Foi aplicado questionário semi-estruturado. Aplicado método de estudo descritivo exploratório de análise qualitativa. Após análise dos dados, identificou-se o público predominantemente feminino, sendo 83% e com idade média de 27,7 anos. O enfermeiro do trabalho, ao desempenhar o seu papel juntamente com a equipe multidisciplinar, pode contribuir de forma relevante na adequação ergonômica dos postos de trabalho, adotando medidas que visem à saúde, segurança e orientação do trabalhador, a fim de diminuir os agravos causados à saúde.

INTRODUÇÃO:

Os DORT's distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho acomete os seres humanos desde séculos passados, quando se ouviu relatar pela primeira vez em 1700 por Bernardino Ramazzini, que é considerado o Pai da Medicina do Trabalho. No Brasil, sua primeira denominação foi tenossinovite ocupacional, seguida por LER (Lesão por esforço repetitivo), que é a tradução de "Repetitive Strain Injuries" (RSI), portanto hoje, o termo é mais conhecido como DORT, abrangendo todo um conjunto de doenças do sistema osteomuscular como tendões, sinóvias, músculos, nervos, fâscias e ligamentos⁽¹⁾. As primeiras descrições sobre LER/DORT no Brasil ocorreram no XII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, em 1973, onde o Instituto Nacional de Serviços Sociais (INSS) reconheceu a tenossinovite ocupacional nas lavadeiras, limpadoras e engomadeiras⁽²⁾. A incidência dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho vem aumentando a cada dia, tornando-se mais evidente no indivíduo na faixa etária de maior produção⁽³⁾. Todavia relaciona-se o crescimento de casos de LER/DORT no Brasil a alguns fatores como: modernização e informatização dos diversos setores da economia, fatores

biomecânicos, organização do trabalho, novas técnicas gerenciais, terceirização das tarefas, exacerbação da competição entre as empresas, fatores relacionados ao crescimento da informação sobre a doença e melhor aperfeiçoamento dos técnicos ligados à área de saúde do trabalhador, não só nos serviços públicos, mas também das empresas e sindicatos⁽¹⁾. Deve-se levar em conta, a análise do ambiente laboral, pois este, quando sujeito a riscos, podem provocar algias, surdez, doenças dos sistemas músculo-esquelético e respiratório, e as DORT's⁽²⁾. LER/DORT compreende-se como uma síndrome relacionada ao trabalho, pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, como dor, parestesia, sensação de peso e fadiga, com surgimento rápido em membros superiores, podendo acometer também membros inferiores, em decorrência da sobrecarga do sistema osteomuscular, de forma combinada ou não do uso repetido e forçado de grupos musculares e da manutenção de postura inadequada⁽⁴⁾. Apesar da reconhecida subnotificação, LER/DORT são consideradas a segunda causa de afastamento do trabalho^(2,15). A prática da ginástica laboral visa à promoção da saúde, à melhoria do condicionamento para a realização do trabalho, assim como ao preparo do psicossocial, contribuindo ainda para a melhoria do relacionamento interpessoal e promove a redução do absenteísmo e de acidentes⁽⁵⁾. O processo de enfermagem do trabalho tem como foco principal a interação entre o enfermeiro do trabalho e suas intervenções na promoção, prevenção, manutenção e recuperação da saúde do trabalhador, no seu ambiente de trabalho, frente aos agravos aos quais ele se encontra exposto⁽¹⁶⁾. Diante de todo este cenário, surgiu a necessidade deste estudo para identificar quais os principais fatores de risco associados a LER/DORT e o que o profissional enfermeiro do trabalho contribui para amenizar tal exposição.

MATERIAL E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com uma abordagem quali-quantitativa, caracterizando-se por pesquisa qualitativa a que mantém uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números e pesquisa quantitativa tudo que pode ser traduzido em números, ou seja, ser mensurado, através da utilização de recursos e técnicas estatísticas^(6,7). Realizado de Fevereiro a Setembro, sendo a pesquisa aplicada no mês de Junho de 2014, com 20 profissionais da Equipe de Enfermagem, atuantes nos setores de Enfermagem, Centro Cirúrgico da Casa de Caridade Muriaé Hospital São Paulo, localizado no município de Muriaé-MG, após a aprovação do Comitê de Ética. Os convidados a participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

baseado na resolução 196/96 (8). O instrumento para coleta dos dados foi um questionário semi-estruturado contendo 11 questões abertas e fechadas adaptado e baseado na segunda parte do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir, das análises dos dados, identificou-se que a faixa etária dos entrevistados atingiu a média de idade de 27,7 anos. Estudos de alguns autores corroboram com o achado, pois relatam que essa doença atinge mais indivíduos na idade adulta, sendo mais expressiva na faixa etária de aproximadamente 30(trinta) anos, agravando ainda mais com o aumento da expectativa de vida(9). Quanto a análise do gênero encontrou-se (83%) do sexo feminino e (17%) do sexo masculino. Tal evidência reflete que, o trabalho de enfermagem abrange tradicionalmente um reduto histórico feminino, já que o objeto principal é o cuidado, exercido e aperfeiçoado pelas mulheres (10). Os participantes assumem suas funções em diferentes setores: (60%) ocupam os setores do Centro Cirúrgico e (40%) ocupam seus cargos nos setores de enfermagem. Certifica-se que a ação de trabalhadores de enfermagem em setores de pronto socorro, terapia intensiva, centro cirúrgico, são exemplos de serem mais desgastantes e provocam uma redução da qualidade de vida (11). Quanto a função exercida, a grande maioria assume a função de técnico de enfermagem e exercem uma jornada de trabalho com carga horária de 12 x 36 horas. Estudos contribuem com a pesquisa, visto que, os funcionários que compreendem o maior grupo são de nível médio (técnicos), que estão sujeitos aos riscos decorrentes de maior esforço físico para a realização de suas atividades de trabalho(12). De acordo com o tempo de exercício profissional, pode-se considerar um ano como tempo mínimo (40%) dos participantes e acima de 5 anos como o tempo máximo (60%). Apenas, (27%) dos funcionários relatam trabalhar em outro estabelecimento. Ao analisar a prática da ginástica laboral e atividade física regularmente, a grande maioria não a exercem (97%), apresentando ser um fator gerador do aparecimento de dores osteomusculares. Embora, sabe-se que a prática da atividade laboral contribui para um melhor condicionamento físico e ajuda no preparo psicossocial. Auxiliando assim, um melhor relacionamento interpessoal e promovendo a redução de acidentes e o absenteísmo(5). Diversos estudos comprovam os benefícios da prática de exercício físico regular, visto que, um número expressivo da população encontra-se sedentária(13). Ao questionar sobre a importância do enfermeiro do trabalho (97%) dos entrevistados consideram importante a atuação desse profissional. O enfermeiro do trabalho, dentro de uma empresa, deve primordialmente atuar na promoção da saúde e da qualidade de vida dos empregados e para que isso ocorra é importante que haja uma interação deste com os demais trabalhadores. Sua finalidade, portanto, é integrar as ações preventivas, assistenciais e de reabilitação dos trabalhadores da empresa em que atua(14).

CONCLUSÕES:

Os profissionais da área de saúde, em especial os que compõem a equipe de enfermagem estão, muitas vezes, sujeitos a condições de trabalho inadequadas, o que pode vir a ocasionar agravos em sua saúde física e mental. Apesar da existência de uma legislação que ampara esses trabalhadores, de uma forma geral, os danos causados pelas doenças ocupacionais podem ser irreversíveis a estes indivíduos. O enfermeiro do trabalho, ao

desempenhar o seu papel juntamente com a equipe multidisciplinar, pode contribuir de forma relevante na adequação ergonômica dos postos de trabalho, adotando medidas que visem à saúde, segurança e orientação do trabalhador, a fim de, diminuir os agravos causados à saúde. Neste estudo, evidenciamos o conhecimento dos profissionais sobre os riscos dos fatores contribuintes do seu adoecimento e da importância da sua proteção individual e coletiva. Observamos que, a maioria dos enfermeiros não interage com a equipe para estimular a realização da ginástica laboral. Mesmo tendo ginástica laboral feita por profissional específico é importante que o enfermeiro do setor realize junto com os demais membros do grupo. Concluímos ainda, a necessidade de novos trabalhos que venham a contribuir na prevenção de riscos ergonômicos no ambiente de trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] FERREIRA JUNIOR, M. Saúde no Trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo. Roca, 2000. [2] VERONESI JR, José Ronaldo. Fisioterapia no trabalho: cuidando da saúde funcional do trabalhador. São Paulo: Andreoli, 2008. 360 p. [3] TAUBE, Oswaldo Luiz Stamato. Análise da incidência de distúrbios musculoesqueléticos no trabalho do bibliotecário: Considerações ergonômicas com enfoque preventivo de LER/DORT. Serviço Público Federal Universidade Federal de Santa Catarina Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Mestrado. Florianópolis- SC- Brasil 2002. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84129/190420.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 mar. 2014. [4] SALERNO, V. L.; SILVESTRE, M. P.; SABINO, M.O. Interfaces LER/Saúde Mental: a experiência de um Centro de Referência em Saúde do trabalhador do Estado de São Paulo. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 36 (123): 128-138, 2011.v.36, nº 123. jan./jun., 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v36n123/a12v36n123.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014. [5] CARVALHO, G. M. de. Enfermagem do trabalho.3. reimp. São Paulo. EPU, 2001. [6] MINAYO, M. C. M. C. S. & SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep. 1993. < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014. [7] LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985. [8] Ministério Da Saúde. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS sobre diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: 10 de outubro de 1996. [9] PICOLOTO, D.; SILVEIRA, E. Prevalência de sintomas osteomusculares e fatores associados em trabalhadores de uma indústria metalúrgica de Canoas - RS. Ciênc. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n2/a26v13n2.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014. [10] VARELA, C. D.D. S.; FERREIRA, S. L.. Perfil das trabalhadoras de enfermagem com diagnóstico de ler/dort em salvador-bahia 1998-2002. RevBrasEnferm, Brasília (DF) 2004 maio/jun; 57(3):321-5. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a13v57n3.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014. [11] MOTKE, M. B.; FRANCO, G. P. Qualidade de vida em saúde da equipe de enfermagem da unidade de emergência de um hospital de grande porte do interior do Rio Grande do Sul. Revista Contexto &

Saúde, Editora Unijuí, ano 03, n. 05, jul./dez. 2003, p. 129-148. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/1086.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014. [12] GONDIM, K. D. M et al. Avaliação da prática de ginástica laboral pelos funcionários de um hospital público. Rev. Rene, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 95-102, abr./jun.2009. Disponível em : http://www.revistarene.ufc.br/10.2/PDF/10_2_10.pdf. Acesso em: 23 jul. 2014. [13] VIDOR, Cristiane da Rocha. Prevalência de dor osteomuscular e sua associação com qualidade de vida em profissionais de enfermagem de equipes de cirurgia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós Graduação em Ciência da Saúde: Ciências Cirúrgicas. Porto Alegre - RS. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/76189>>. Acesso em: 06 abr. 2014. [14] LUONGO, J; FREITAS, G. F. de. Enfermagem do trabalho. São Paulo: Rideel, 2012. [15] AMERICANO, M. J. Prevenção às LER/DORT. [s./d]. Disponível em: <http://www.2.uol.com.br/prevler/o_que_eh.htm>. Acesso em: 03 maio 2014. [16] LUCAS, Alexandre Juan. O Processo de Enfermagem do Trabalho: a sistematização da assistência de enfermagem em saúde ocupacional: com abordagem do perfil profissiográfico previdenciário (PPP)/. 2. ed. São Paulo: iátria, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): CBS - Área de Ciências Biológicas e da Saúde: 4.04.00.00-0 - Enfermagem

PERFIL DE MEDICAMENTOS ANTI-HIPERTENSIVOS MAIS UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Poliane Gomes **JUSTINIANO** (IC – poli.ane00@hotmail.com)¹ e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – chave: hipertensão, medicamentos, classes medicamentosas.

INTRODUÇÃO:

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um grupo que dirige as atividades de uma categoria clínica de princípio multifatorial caracterizada por níveis de pressão arterial sistólica (PAS) e ou diastólica (PAD), submetido à classificação de HAS primária e secundária [1]. Ela está associada à presença de diversos fatores de risco, como hereditariedade, sedentarismo, tabagismo, etilismo, ingestão elevada de sal e obesidade. Seu diagnóstico é simples, realizado clinicamente através da medida indireta da pressão arterial (PA) com esfigmomanômetro calibrado [2]. A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada preferencial no sistema de saúde e tem como estratégia prioritária para sua organização o Programa Estratégia Saúde da Família (PESF) responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento de ações para controle da hipertensão, por meio da interdisciplinaridade e ações intersetoriais [3]. Existem duas abordagens terapêuticas para o paciente hipertenso, o tratamento não farmacológico, que se baseia na Modificação do Estilo de Vida (MEV), ou tratamento farmacológico, com o uso de medicação anti-hipertensiva. O tratamento não farmacológico pode ser inserido de forma isolada ou em associação ao tratamento farmacológico [2]. O prognóstico de pacientes com HAS é significativamente melhorado pela redução da pressão arterial. Controlar a hipertensão, que é assintomática sem gerar danos colaterais aceitáveis é uma necessidade clínica importante que geralmente é bem atendida pelos fármacos modernos. Após a inserção do tratamento com medidas não farmacológicas e a MEV, segue-se pela gradual introdução de fármacos que tenham eficácias comprovadas e menor probabilidade de efeitos colaterais [4]. Há seis classes principais de medicamentos para hipertensão: diuréticos, agentes simpatolíticos, vasodilatadores, inibidores da enzima conversora da angiotensina (ECA), bloqueadores dos canais de cálcio e antagonista dos receptores da angiotensina II [4]. O presente estudo tem a motivação de identificar os medicamentos anti-hipertensivos, a classe de anti-hipertensivos e a monoterapia mais prescritas em uma determinada Unidade de Atenção Primária no Município (UAPS) de Juiz de Fora, MG.

MATERIAL E METODO:

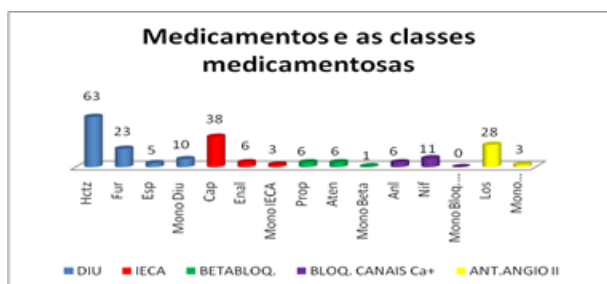
O instrumento utilizado para coleta de dados foi a análise do prontuário médico contendo a terapia atual de 95 pacientes. Os dados foram analisados manualmente e os resultados expressos em números reais. Para composição da amostra foi observado o diagnóstico de pacientes com hipertensão arterial confirmado no prontuário médico, em acompanhamento há pelo menos seis meses na UAPS, pacientes de ambos os sexos, adultos com idade acima de dezoito anos, sem restrição de

raça e pertencente à comunidade de abrangência da unidade de saúde do estudo. Foram excluídos hipertensos com histórias de abuso de drogas ilícitas, distúrbios mentais e hipertensas grávidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Da amostra de 95 prontuários analisados, 66 pacientes são do sexo feminino e 29 do sexo masculino. O estudo demonstra que a classe anti-hipertensiva mais prescrita foi a dos diuréticos. Destes, 63 pacientes utilizam a Hidroclorotiazida de 25 mg, 23 a furosemida de 40 mg e somente 5 fazem uso da Espironolactona de 25mg. A classe de medicamentos mais prescritos aos pacientes que fazem o uso de monoterapia também foi à dos diuréticos. Esses foram prescritos a dez pacientes e deste total, 9 pacientes utilizam a Hidroclorotiazida 25mg, e apenas 1 a Espironolactona 25mg. Os diuréticos possuem excelente efeito anti-hipertensivo quando utilizados sozinhos e em associação potencializam a eficácia de praticamente todos os outros [1]. Os inibidores da ECA aparecem como a segunda classe mais prescrita, onde 38 pacientes utilizam o Captopril de 25 mg e 6 o Maleato de Enalapril de 20 mg. Neste estudo, nenhum paciente faz o uso de dois ou mais inibidores da ECA. Em monoterapia eles foram prescritos a três pacientes e todos fazem uso do Captopril de 25mg. Diretrizes indicam que essa classe é medicação de escolha para o controle de hipertensão a pacientes portadores de insuficiência cardíaca e disfunção ventricular esquerda, diabéticos e com insuficiência renal [5]. Os agentes simpatolíticos foram prescritos em menor quantidade, exceto, quando associado aos diuréticos. Entre esses pacientes, 6 utilizam o Cloridrato de Propranolol de 40mg e 6 o Atenolol de 50 mg. Apenas um paciente faz uso de monoterapia e este, utiliza o Cloridrato de Propranolol de 40mg que é um betabloqueador. Os betabloqueadores são úteis em hipertensos com indicação adicional para um bloqueio beta, como angina ou insuficiência cardíaca [4]. Os bloqueadores de canais de cálcio foram prescritos a 17 pacientes. Destes pacientes 6 utilizam Anlodipino de 5mg e 11 Nifedipino de 20mg. Nenhum paciente faz uso de dois bloqueadores de canais de cálcio simultaneamente, eles não foram prescritos como monoterapia, apenas em associações e tal classe de anti-hipertensivo têm demonstrado eficácia no controle da hipertensão sistólica isolada em idosos, sendo esse o motivo a droga de escolha nesta faixa etária [5]. Apesar de ser encontrado na literatura evidencia dos benefícios no uso dos antagonistas de receptores da angiotensina II, essa classe foi pouco prescrita tanto como monoterapia, quanto em associações. Apenas 28 pacientes utilizam a Losartana potássica de 50mg associados à outra classe ou não e deste total somente três pacientes fazem o uso da Losartana potássica de 50mg como monoterapia. De todas as

prescrições analisadas, foram encontradas treze diferentes combinações de dois medicamentos anti-hipertensivos prescritos a 61 pacientes. A associação mais utilizada foi a de um diurético com um betabloqueador, prescrita a 5 pacientes. Em relação às associações de três medicamentos, foram prescritas dez diferentes combinações a 16 pacientes. A associação do diurético, inibidor da ECA e bloqueador de canal de cálcio foi prescrita também a 5 pacientes. Já a combinação de quatro medicamentos foi prescrita uma única vez, com as associações de dois diuréticos, um agente simpático (betabloqueador) e um antagonista receptor da angiotensina II. Algumas classes de anti-hipertensivos e medicamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não foram encontradas nas prescrições analisadas. Gráfico - Medicamentos, classes medicamentosas e monoterapia encontrados nos prontuários analisados em números reais.



Fonte: Dados da pesquisa.

CONCLUSÕES:

Diante do exposto, conclui-se que os diuréticos e os inibidores da ECA são as classes de anti-hipertensivos mais prescritos presentes nos prontuários analisados tanto em associações como em monoterapia. Observa-se também que as associações de classes anti-hipertensivas é uma prática adotada pelos prescritores para normalizar o controle da HAS, pois a maioria dos pacientes hipertensos utiliza associações de fármacos para tal finalidade, o que torna um processo de maior atenção aos profissionais de saúde ao acompanhar esses pacientes. Faz-se necessário aprimoramento e capacitação profissional durante a prescrição, dispensação e supervisão desses fármacos, devido às várias possibilidades de interações medicamentosas e alimentares, reações adversas e erros de medicação. É prioritário também ser incentivado à inserção a mudança no estilo de vida dos pacientes, pois essas condutas contribuem de forma significativa tanto na prevenção quanto na melhoria da hipertensão. Algumas classes e medicamentos anti-hipertensivos não foram encontrados nas prescrições analisadas, entre tais, o Verapamil que é um bloqueador do canal de cálcio, a Metildopa que é um betabloqueador, a classe dos Vasodilatadores, entre outros. Por fim, ressalta-se a realização de estudos mais aprofundados para o aprimoramento e conhecimento dos aspectos que envolvem o tratamento da hipertensão nas UAPS.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GOODMAN E GILMAN. As bases farmacológicas da terapêutica. 12 ed. Rio de Janeiro. Artmed, 2012. 2112p. Cap. 27. [2] Sociedade Brasileira de Cardiologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol 2010; 95 (supl.1): 1-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abc/v95n1s1/v95n1s1.pdf>>. Acesso em: 21/09/2014. [3]BRASIL. Conselho Nacional de

Secretaria de saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde/ Conselho Nacional de secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecoes_progestores_livro8.pdf Acesso em: 20/09/2014. [4] RANG, H.P.; DALE, M.M. Farmacologia. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 768p. Cap.3. [5] BARRETO, A.C. P; SANTELLO, J.L. Manual de hipertensão- entre a evidência e a prática clínica. São Paulo: Lemos Editorial, 2002, 192p. Cap. 4,5 e 6.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0 - Farmacologia

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO ADOTADO PELO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ “FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELA” COM ENFOQUE NA HUMANIZAÇÃO

Juliana Aparecida **GARCIA** (IC julianaaparecidagarcia@yahoo.com.br)¹ e Francisco de Assis **FERREIRA** (PQ)²

1. Pós Graduação em Gestão de Pessoas; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras – chave: Processo de Recrutamento e Seleção, Recursos Humanos, Enfoque na Humanização.

APRESENTAÇÃO:

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar reflexão do processo de recrutamento adotado pelo Hospital do Câncer de Muriaé “Fundação Cristiano Varela”, tendo como objeto de estudo a análise do processo de recrutamento e seleção, com enfoque na humanização. Este tema faz-se necessário devido à relevância social do processo acima referido no âmbito da gestão de pessoas e das instituições de atendimento à saúde no município de Muriaé - MG e região. Esta pesquisa foi realizada com a psicóloga organizacional responsável pelo setor de Recrutamento e Seleção da Fundação Cristiano Varela.

DESENVOLVIMENTO:

“A Administração de Recursos Humanos - ARH surge da necessidade de se estabelecer maior inter-relação entre pessoas e organizações, e as complexidades que as permeiam” [1]. Neste momento as pessoas passam a ser entendidas como parte fundante no processo de produção, onde as organizações são constituídas por pessoas e sujeitas a essa parceria como forma de atingir seus objetivos. Após o forte impacto da Revolução Industrial ao início do Século XX, com suas complexas tarefas organizacionais, surge a ARH como forma de se estabelecer uma relação mediadora entre organizações e pessoas, objetivando reduzir os seus conflitos existentes. Até aquele momento tanto pessoas como organizações embora interligadas, atuavam de maneira separada, havendo, portanto a necessidade da instituição de um interlocutor, como forma de se reduzir suas diferenças e contrastes. “Esse interlocutor era um órgão que recebia o nome de Relações Industriais e que tentava articular o capital e o trabalho, ambos interdependentes, mas conflitantes” [2]. Com o passar do tempo e após sofrer modificações a ARH adquiriu o nome de Administração de Pessoal, neste momento já não apenas com a função de mediar conflitos, mas sim, administrar conforme lei trabalhista, e “administrar” as reivindicações dos movimentos de sindicatos. Mais tarde não havendo, portanto alteração da referida lei, os desafios das organizações tornaram-se mais complexos, e com maior amplitude. Neste contexto as pessoas passaram a ser entendidas como parte fundante no processo de produção e do sucesso organizacional dada sua característica particular de um ser dotado de inteligência, embora ainda entendessem que as pessoas deveriam ser administradas, conforme necessidade da organização. Em 1970 surge o conceito de Administração de Recursos Humanos. Na atualidade, contudo, diante das modificações inerentes ao mundo globalizado, exigindo das organizações uma forte concorrência, empresas com uma visão mais moderna e contemporânea veem o processo da ARH sob uma nova ótica, onde as pessoas não são apenas vistas como seres

passíveis de serem administrados, mas, sobretudo um parceiro na construção de um processo em que pessoas e organizações caminham juntas em prol de um objetivo comum. Pessoas com capacidade crítica, habilidades e competências, isto é, agentes ativos e proativos. Pessoas e organizações não existem de forma independente, o que torna difícil, a separação de ambas. Na atualidade a ARH torna-se complexa e passível de mudança, pois seu processo pode sofrer alterações de acordo com as características de cada organização, onde umas optam por uma ação moderna, democrática e participativa, e outras por não conseguirem se adaptar às novas configurações, se apresentam de forma arcaica e conservadora. Hoje, embora ainda se use o termo Administração de Recursos Humanos, adotado mundialmente, por vezes o termo “gestão de pessoas” aparece em alguns textos e discussões dando a ideia da construção e participação conjunta, promovendo assim parcerias entre pessoas e organizações. A Fundação Cristiano Varela - FCV, administradora e mantenedora do Hospital do Câncer de Muriaé - HCM, surgiu em princípio com a ideia de um modesto centro de diagnóstico oncológico para a saúde da mulher. Com o passar do tempo o pequeno centro adquiriu novas e maiores proporções transformando-se em um grande centro de prevenção, diagnóstico e tratamento contra o câncer, mediante investimento privado e estatal. O referido centro foi inaugurado em junho de 2003, inicialmente chamado de Centro Brasileiro de Oncologia, posicionado às margens da BR, 116, no município de Muriaé, zona da mata mineira. Em 2005, dada a representatividade para toda a região, o referido Centro já alcançava 317 municípios, atendendo não apenas municípios mineiros como regiões de outros estados tais como, Norte Fluminense, Sul Capixaba e Baiano. Em 2006 o centro adquiriu nova identidade passando a se chamar “Hospital do Câncer de Muriaé”, neste momento já dotado de todo o equipamento necessário ao diagnóstico e tratamento do câncer. Também em 2006 foi criada a “Casa de Apoio”, do hospital com o objetivo de atender pacientes necessitados de tratamento sem indicação de internação, o que favoreceu pessoas residentes em outros municípios que precisam de tratamento. Para a manutenção deste trabalho foi criado o serviço de telemarketing, como forma de arrecadação de fundos, assim como a realização da III Festa da Fraternidade. Em 2007, dada a criação de novos convênios, foi possível a ampliação dos recursos, o que permitiu a aquisição de novos equipamentos, a ampliação dos serviços, bem como a contratação de mais profissionais das mais variadas áreas de atuação, dando início às campanhas de prevenção com o uso do Consultório Móvel. Neste mesmo ano aconteceu a IV Festa da Fraternidade. No ano de 2008, o hospital recebeu o título de hospital “acreditado”, o que lhe permitiu maior

credibilidade. Já em 2009, o hospital recebeu a visita do então vice-governador Antônio Anastasia, hoje, ex-governador do estado de Minas. Em julho do mesmo ano a instituição promoveu o I HUMANIZAFUNDAÇÃO, que contou com a presença de profissionais, palestrantes e representantes das diversas cidades atendidas pela fundação. A Política Nacional de Humanização foi criada em 2003 pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de efetivar os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS buscando fomentar a participação de gestores, trabalhadores e usuários do serviço para a produção e construção da saúde. “É neste ponto indissociável que a Humanização se define: aumentar o grau de corresponsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS na produção da saúde implica mudança na cultura da atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho. Tomar a saúde como valor de uso é ter como padrão na atenção o vínculo com os usuários; é garantir os direitos dos usuários e seus familiares; é estimular que eles se coloquem como atores do sistema de saúde por meio de sua ação de controle social, mas é também ter melhores condições para que os profissionais efetuem seu trabalho de modo digno e criador de novas ações e que possam participar como co-gestores de seu processo de trabalho” [3]. A Política Nacional de Humanização tem como princípios norteadores: “ 1 - valorização da dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão, fortalecendo/estimulando processos integradores e promotores de compromissos/responsabilização; 2 - estímulo a processos comprometidos com a produção de saúde e com a produção de sujeitos; 3 - fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional, estimulando a transdisciplinaridade e a grupalidade; 4 - atuação em rede com alta conectividade, de modo cooperativo e solidário, em conformidade com as diretrizes do SUS; 5 - utilização da informação, da comunicação, da educação permanente e dos espaços da gestão na construção da autonomia e protagonismo de sujeitos e coletivos” [3]. Conforme apresentado no site da Fundação Cristiano Varela, a referida instituição possui um grupo de trabalho de humanização participativa e democrática buscando resgatar os princípios da universalidade, integralidade e equidade presente no SUS, visando o benefício de usuários e profissionais da saúde. O grupo em referência tem por atribuição difundir os princípios norteadores da PNH, promovendo um trabalho multiprofissional e participativo. O Grupo de Trabalho de Humanização - GTH é composto por 14 membros, os quais deram início aos trabalhos em 2009, se reunindo ordinariamente a cada mês e extraordinariamente havendo necessidade. As principais iniciativas de humanização da assistência hospitalar ofertadas à Fundação Cristiano Varela são: Educação em Saúde; Oficina da Alegria; Solidariedade e Imagem; Visita ao leito; Recreação e Confecção em Costura; Redescobrir Beleza; Biblioteca dos Funcionários; Projeto CER – Confortar, Entretêr e Receber; Café nos Ambulatórios; De Bem Com a Vida; Bem – Estar; Grupo de Mama; Higiene Bucal para Todos; Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo; Alfabetizando em Casa – Casa de Apoio; Reunião com Grupo A. A. – Casa de Apoio; Grupo de Próstata; - Fisioterapia; Grupo de Cabeça e Pescoço – Fisioterapia; Cartão Aniversário; Casa de Cultura; Sextas Culturais; Enfermusic. Conforme entrevista com profissional em psicologia, responsável pelo setor de Recrutamento e Seleção da Fundação Cristiano Varela – Hospital do Câncer de Muriaé, para realização do processo de

recrutamento e seleção na citada instituição é utilizado formulário para identificar o perfil do candidato, levando em consideração a descrição do cargo. A partir deste momento é constituído o processo seletivo, o qual se dá em etapas. Em se tratando de profissional de nível superior é realizado também a prova prática. Tal processo é realizado na própria fundação. Destacou que a fundação possui um banco de dados com currículos, os quais podem ser entregues pessoalmente todas as quintas-feiras das 13 às 16hs, ou através de e-mail. Ressaltou que desde 2011, estes também podem ser enviados pelo próprio site da instituição, quando são todos cadastrados em um sistema específico que permite a manutenção de um banco de dados próprio que é utilizado sempre que há disponibilidade de vagas. Não havendo número satisfatório de currículos, a vaga é divulgada. Tais vagas são divulgadas pela página oficial da instituição e em rede social. Quando necessário, ainda são feitos anúncios em rádio e televisão. No que se refere à questão da humanização a profissional destacou, que este é um dos princípios da instituição, considerado, fator importante também no processo de contratação, e o mesmo recebe todo o suporte da coordenação do setor para o qual foi destinado, que realiza sua introdução, bem como sua familiarização no espaço de trabalho. Dentre as ações realizadas pelo setor de Recursos Humanos, destaca-se as festividades realizadas nas datas comemorativas em geral, distribuição de “lembrancinhas”, apresentação de coral, palestras, campeonato de futebol e campeonato de dança em parceria com academia do município, almoço gratuito na cantina da instituição, e a folga disponibilizada no dia do aniversário do servidor. Observou-se que a instituição tem uma grande preocupação com a política de valorização de seus funcionários, buscando sempre que possível realizar promoção de seus colaboradores, por meio do “recrutamento interno”; a maioria dos cargos de chefia disponibilizados na fundação são ocupados por profissionais da própria instituição. No âmbito da formação profissional, a instituição realiza um trabalho de desenvolvimento do colaborador, onde a citada instituição custeia parte ou ainda integralmente cursos voltados para especialização profissional ou demais cursos afins a seu trabalho. No que tange a satisfação dos colaboradores, constatou-se que é utilizada a pesquisa de clima, visando assim identificar suas demandas, inclusive acredita-se que o trabalho que vem sendo realizado tem se apresentado de maneira satisfatória dada a baixa rotatividade presente na instituição. Destacou que a rotatividade da instituição é controlada por meio de indicador de turnover e estratégico que é avaliado mensalmente no setor e levado para análise nas reuniões de Planejamento Estratégico. Quanto ao relacionamento interpessoal, destacou-se que há uma proximidade muito grande do setor de Recursos Humanos com os demais colaboradores, e que esta aproximação viabiliza ainda mais o trabalho do setor. No que tange à eficácia do atendimento, o trabalho realizado tem alcançado seus objetivos, devido ao tratamento realizado com o usuário que é muito intenso e duradouro, compreendendo o período necessário entre diagnóstico e alta, durante o qual colaborador e usuário permanecem por longo tempo juntos, e essa proximidade faz com que ambos, adquiram um vínculo muito forte. A instituição dispõe de serviço de psicologia hospitalar para atendimento também aos colaboradores, pois o cotidiano desses é permeado por questões de grande conflito emocional, isto é, lidam diariamente com pessoas expostas a uma doença e as tornam frágeis física e psicologicamente e o contato

dos profissionais com essa realidade muitas vezes, trazem complicações afetando o emocional do colaborador. Ao identificar estas situações o caso é encaminhado ao coordenador daquele setor e logo que possível o colaborador é inserido no serviço de psicologia; muitas vezes os colaboradores trazem demandas particulares suas ou de familiares que acabam afetando seu trabalho, e a instituição se movimenta no sentido de sanar o problema, compreendendo que para desenvolver bem seu trabalho e de maneira satisfatória o colaborador precisa também estar se sentindo bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do resultado da pesquisa, é notório que o Hospital do Câncer de Muriaé Fundação Cristiano Varella, vem apresentando um intenso trabalho no que se refere ao processo de recrutamento e seleção bem como na política de humanização, realizando ações de fortalecimento tanto de profissionais quanto dos usuários do serviço de saúde. Esse fato se evidencia no processo de recrutamento e seleção adotada pela instituição, tendo em vista que priorizam a valorização dos profissionais visando desta forma possibilitar maior qualidade de vida aos colaboradores e por consequência aos usuários do serviço, com maior qualidade no atendimento. Dentre os trabalhos apresentados voltados para a valorização profissional, destaca-se em especial o estímulo financeiro ofertados aos colaboradores para realização de cursos e especializações, tendo em vista que o conhecimento constitui um forte impulsionador no crescimento profissional, e a preocupação com o estado emocional do colaborador, em especial, no ambiente de trabalho em questão, onde profissionais lidam diariamente com as fragilidades humanas expressas de maneira tão veemente. Torna-se relevante salientar que os colaboradores são pessoas, que assim como seus clientes vivenciam situações permeadas por contextos de fragilidades e necessidades próprias do ser humano. Entender este contexto e atuar nestas fragilidades e necessidades constitui uma ação de grande relevância para o colaborador, a qual repercute na realização de um trabalho com maior qualidade, eficiência, e em especial mais humanizado.

AGRADECIMENTOS:

À Fundação Cristiano Varela pela oportunidade do desenvolvimento do trabalho; à FAMINAS pela oportunidade de participação no referido evento e ao Prof. Francisco pela orientação.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004. [2] CHIAVENATO, I. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. Barueri-SP: Manole, 2009. [3] HumanisaSUS. Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília-DF, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

USO DO CLONAZEPAM EM PACIENTES DO PSF EQUIPE 4 DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS-MGDheifani Brandão **MILAGRES** (IC – dheifanimilagres@yahoo.com.br)¹e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²1. Curso de Farmacologia Clínica; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG**Palavras-chave:** clonazepam, dependência, uso prolongado.**INTRODUÇÃO:**

No Brasil, os benzodiazepínicos (BZDs) é a terceira classe de drogas mais prescritas, principalmente para o tratamento de ansiedade e indutores do sono [1]. Estima-se que entre 1% e 3% de toda população ocidental já tenha consumido BZDs regularmente por mais de um ano, sendo dobrado o consumo a cada 5 anos [2]. Este crescente consumo pode ser resultado de um período turbulento que caracteriza as últimas décadas da humanidade. O uso indevido, definido como o uso sem supervisão médica ou em quantidade/ prazos superiores ao preconizado para o tratamento, tem se tornado objeto de preocupação na área da saúde pública [3]. Não são indicados para o tratamento de longo prazo, pois pode gerar tolerância e dependência, podendo ser perpetuadas por prescrição errônea e continuada pelo médico, aumento da dose pelo próprio paciente e necessidade psicológica da droga, gerando efeitos colaterais como perda cognitiva, diminuição da produtividade e maior possibilidade de acidentes de trânsito [4]. O Brasil carece de dados a respeito da utilização de BZDs em especial para a população que se utiliza de unidades básicas de saúde [3]. No Serviço Público de Saúde de Teixeira-MG, tem-se observado um elevado consumo dos dois BZDs padronizados no município – Diazepam e Clonazepam. Devido a esse uso exacerbado vem gerando discussões entre os profissionais, com a finalidade de propor um estudo do uso prolongado e os efeitos da interrupção do clonazepam. Objetivou-se com este trabalho verificar os sintomas causados pelo uso prolongado do medicamento clonazepam em pacientes do PSF-equipe 4, dispensados na Farmácia de Minas do município de Teixeira-MG e os sintomas gerados ao interromper a medicação.

MATERIAIS E MÉTODOS:

O presente trabalho utilizou como referencial a metodologia quantitativa, baseando-se em um estudo de levantamento de dados, de forma descritiva, e transversal. Foi aplicado um questionário com nove perguntas de múltipla escolha. Foram entrevistados 30 pacientes, usuários do medicamento clonazepam, que se encontravam na fila de espera para o atendimento na Farmácia de Minas do município de Teixeira-MG e que concordaram em participar e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, sendo homens e mulheres acima de 18 anos de idade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O estudo revelou que as mulheres acima de 30 anos de idade são as maiores consumidoras dos BZDs, já que vivem um período de maior turbulência, como muito trabalho, família, condição financeira. Um estudo feito por NORDON et al., demonstrou que o grupo etário de mulheres de 50 a 69 anos foi significativamente maior [4]. A

insônia destacou-se como motivo principal do uso, devido a traumas pessoais e diminuição progressiva da resistência da humanidade para tolerar o estresse. De acordo com MENDONÇA et al. em outro estudo, as principais queixas descritas eram para insônia, ansiedade e nervosismo, bem como para lidar com conflitos familiares [1]. A grande maioria faz uso prolongado, há mais de um ano, usando a mesma dosagem da inicial, mas relataram ter necessidade própria de aumentar a dose para adquirir o efeito desejado. Estes valores refletem a ampla utilização continuada deste medicamento, podendo desenvolver tolerância, dependência, bem como efeito rebote nos usuários. Pesquisa realizada no serviço municipal de saúde em Coronel Fabriciano-MG considerou o uso por período superior a seis meses injustificado para a grande maioria dos quadros, com consequências danosas para os usuários, principalmente o risco de dependência e gastos desnecessários para o município [8]. Quando em uso do medicamento disseram ter sensação de calma e sonolência. Ao interromper o tratamento, contaram sentir maior agitação durante a noite. A maioria confirmou ter sido orientada sobre os efeitos adversos, principalmente dependência e tolerância e mesmo assim optaram por fazer uso deste fármaco. O tempo de meia vida é considerado um dos fatores que predisõem a dependência. O clínico geral é o médico mais atuante, o que pode refletir, em parte, no consumo indiscriminado deste fármaco de controle especial, uma vez que, não são os profissionais mais indicados para tal função. Em um estudo realizado em Sorocaba, em 2008, para a maioria, o principal prescritor atual é o clínico geral dos posto que frequentam, que muitas vezes simplesmente mantém uma receita anterior [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através da análise da utilização de benzodiazepínicos, pode-se perceber um crescente consumo dessa classe de medicamentos nessa população teixeirense, o que é observado entre mulheres e acima dos 30 anos, quando a vida já começa a ser mais complexa. Arelado a isso, surge a questão do comprovado uso abusivo e da dependência, consequência característica do consumo elevado desse medicamento, reforçados pela contínua prescrição médica de clínico geral e pelo apelo do próprio paciente.

AGRADECIMENTOS:

À equipe FAMINAS pela disponibilidade da realização do trabalho e ao orientador Alexandre Horácio Couto Bittencourt pela imensa ajuda.

BIBLIOGRAFIA:

[1] AUCHEWSKI, Luciana et al. Avaliação da orientação médica sobre os efeitos colaterais de benzodiazepínicos. Revista Brasileira de Psiquiatria, Paraná, p. 24-31, 2004. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26n1/a08v26n1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014. [2] CASTRO, Gustavo Loiola Gomes et al. Uso de benzodiazepínicos como automedicação: consequências do uso abusivo, dependência, farmacovigilância e farmacoepidemiologia. *Revista interdisciplinar*, Ceará, v.6, n. 1, p. 112-123, jan./fev./mar., 2013. Disponível em: <http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/21/pdf_14> . Acesso em: 11 out. 2014. [3] SOUZA, Ana Rosa Lins de; OPALEYE, Emérita Sátiro; NOTO Ana Regina. Contextos e padrões do uso indevido de benzodiazepínicos entre mulheres. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 11-40, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/26.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014. [4] NORDON, David Gonçalves et al. Características do uso de benzodiazepínicos por mulheres que buscavam tratamento na atenção primária. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 31, n.3, p. 152-158, set./dez.,2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010181082009000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 dez. 2014. [5] BALDISSERA, Fernanda Giesel; COLET, Christiane de Fátima; MOREIRA, Angélica Cristiane. Uso Irracional de benzodiazepínicos: Uma Revisão. *Revista Contexto e Saúde: Unijuí, Ijuí*, v. 10, n. 19, p. 112-116, jul./dez., 2010. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1489/1243>>. Acesso em: 15 nov. 2014. [6] ORLANDI, Paula; NOTO, Ana Regina. Uso indevido de benzodiazepínicos: um estudo com informantes-chave no município de São Paulo. *Revista latino-am Enfermagem*, São Paulo, n. 13, p. 896-902, set./out., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13nspe/v13nspea18>>. Acesso em: 12 set. 2014. [7] VERSOLATO, Bruno. Nação Rivotril. *Revista Super Interessante*: Abril, jul, 2010. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/nacao-rivotril-587755.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2014. [8] FIRMINO, karleyla Fassarela et al. Fatores associados ao uso de benzodiazepínicos no serviço municipal de saúde da cidade de Coronel Fabriciano, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 6, p. 1223-1232, jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2011000600019&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 10 jan. 2015. [9] RABELO, Ionara Vieira Moura; ARAÚJO, Maria de Fátima. Não estou dormindo nada: Práticas de silenciamento do sofrimento. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 23, n. 4, p. 527-536, out./dez., 2013. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/2984/1824>>. Acesso em: 11 set. 2014. [10] BERTONI, Stela Máris; BITENCOURT, Rafael Mariano de. Intoxicação por psicotrópicos nos municípios do alto vale do Rio do Peixe em 2012. *Unoesc e Ciência: ACBS*, Santa Catarina, p. 69-74, 2012. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/article/view/4479/pdf_43> . Acesso em: 15 dez. 2015.

AGROECOLOGIA E A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL

Filipe Zaniratti **DAMICA**¹ (filipezanirattiveloso@gmail.com). Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT**² (PQ)

1. Graduado em Geografia pela UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais. Pós graduação em Metodologia do Ensino de Geografia e História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

2. (Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG CARANGOLA, FACULDADE DE MINAS – FAMINAS MURIAÉ

Palavras-chave: gestão, práticas agroecológicas, manejo sustentável.

APRESENTAÇÃO:

O manejo de uma propriedade utilizando métodos sustentáveis e lucrativos consiste em uma prática de buscar um menor impacto ambiental, e ao mesmo tempo, associando diversas culturas tornando a propriedade mais produtiva. Propõe-se que uma correta administração da propriedade a tornara mais lucrativa e menos impactante ao meio ambiente. A presente pesquisa visa comprovar as vantagens de práticas agroecológicas a partir da análise dos dados coletados, objetivando comprovar as vantagens ao meio ambiente a partir da utilização de práticas agroecológicas. O presente artigo será desenvolvido embasando-se em levantamento bibliográfico, pesquisas de campo, entrevistas e observação de técnicas agroecológicas que possivelmente deram certo nas propriedades. Amostragem será feita no município de Dolores do Rio Preto, sede da portaria capixaba de acesso ao pico da bandeira, 3º maior pico do país, localizado no Parque Nacional do Caparaó - PARNA Caparaó, região do Caparaó Capixaba, estado do Espírito Santo, as propriedades estão localizadas em uma área de proteção ambiental por conta da proximidade com "Parque Nacional do Caparaó" criado em 24 de maio de 1961 pelo decreto federal nº 50.646, assinado então pelo presidente Jânio Quadros. A utilização de métodos sustentáveis e lucrativos para o município de Dolores do Rio Preto e região, constitui-se numa forma de buscar um menor impacto ambiental, associando as culturas já existentes a outras culturas produtivas e de menor impacto ambiental. Instiga-se uma correta administração da propriedade que continuará lucrativa e passará a ser ambientalmente correta. O manejo sustentável e correto de uma propriedade pode ser parceiro do meio ambiente e trazer lucratividade ao produtor agrícola pelo fato de auxiliar na utilização adequada das áreas cultivadas, diversificando-se as culturas. Também podem ser implantadas silviculturas como o eucalipto que é facilmente combinado com outras fontes de renda sustentáveis ou mesmo outros pontos da agricultura, como a produção de mel, agroindústria, a qual é uma área crescente na região graças a associações como a Associação de Produtores de Mel - "APIMEL" e a Associação de Turismo "ATUAR" as quais atuam incentivando e orientando os moradores a fontes alternativas de renda que sejam sustentáveis. Além de promover o desenvolvimento sócio ambiental para produtores rurais, de forma específica pretende-se sobre o aspecto ambiental ressaltar a diminuição na pressão sobre as florestas nativas, melhoria da qualidade do ar (além de colaborar economicamente com o produtor através dos lucros do Crédito de Carbono). A intenção da pesquisa não é convencer o produtor de apenas utilizar sua propriedade de forma sustentável, mas associá-lo com outras culturas

que sejam benéficas à fauna e a flora local. Os estudos serão realizados no município de Dolores do Rio Preto na região do Caparaó Capixaba, estado do Espírito Santo, sua economia é baseada no cultivo do café e criação de gado leiteiro, no entanto, nos últimos anos o município vem se destacando no campo do turismo, mais precisamente do Agroturismo e Ecoturismo. No entanto, ainda não é um tema totalmente aceito pela sociedade, pois os cidadãos conhecem o problema, porém não se preocupam com a verdadeira preservação. Podemos citar como um dos principais fatores o atual sistema econômico que visa somente o lucro sem se preocupar com o meio ambiente. Neste sentido percebe-se um conhecimento da sociedade quanto à necessidade de preservação, mas não existe uma preservação por conta do seu modo de vida. Podemos afirmar que faltam ações claras que orientem a população a se organizar a fim de se preocupar com o verdadeiro desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para o desenvolvimento que caminha visando o amanhã. Defende-se então a ideia de que a educação ambiental deve ser feita principalmente na escola. Desta forma o aluno serviria como ponte entre escola e comunidade. A comunidade deve receber a educação de órgãos como o SENAR e ICM-Bio, os quais devem se preocupar com a correta gestão da propriedade. Dessa forma a escola daria continuidade a este processo não apenas ensinando o aluno sobre o que é meio ambiente, como e porque preservá-lo, mas também assessorando-o em projetos. O espaço escolar também deverá instigá-lo a criar e promover o desenvolvimento sustentável em qualquer que seja a sua área de atuação agrícola, se for o caso, desta forma o jovem seria instigado a continuar atuando na área rural, pois perceberá a alta lucratividade que pode ser obtida. A região tem um solo rico, e um clima favorável à produção cafeeira dentre outros (milho, feijão, etc.), tal fertilidade e produção instigam os produtores a avançar sobre a tão ameaçada mata atlântica. Para aumentar sua lucratividade e engrandecer sua situação financeira e social. Baseado nisso órgãos como a secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e ICM-Bio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, vem atuando efetivamente na região, visando trazer o desenvolvimento de forma sustentável. Só neste ano de 2014 já foram realizadas diversas palestras relacionadas a EA- Educação Ambiental, Ecoturismo e Agroturismo, o intuito dos órgãos é atuar de forma efetiva na vida dos municípios, visando isso a prefeitura já começou a realizar a coleta seletiva em cerca de 50% da área urbana do município e já trabalha para a construção de uma usina de triagem para a separação do correto dos resíduos, além de já estar buscando acordos com outras prefeituras da região para a

destinação dos mesmos. Pelo fato de estar localizada muito próximo aos limites do Parque Nacional do Caparaó, e fazendo parte do Circuito Caparaó Capixaba um programa do governo que visa melhorar o acesso ao parque. O circuito Caparaó Capixaba é formado por 25 empreendimentos entre pousadas, restaurantes e outros que margeiam a Serra do Caparaó, situados nos municípios de Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Ibitirama [3]. O município ainda conta com incentivos do governo ao turismo local, e recentemente recebeu asfaltamento da estrada que liga "Mundo Novo" à cidade de Ibitirama, desta forma fazendo uma ligação entre duas potencialidades turísticas do entorno do "Parque Nacional do Caparaó".

DESENVOLVIMENTO:

Para que seja feito tal levantamento serão entrevistados proprietários regionais, que utilizam diferentes formas de manejo da propriedade, um que sempre trabalhou com a agricultura convencional, um que sempre trabalhou utilizando práticas agroecológicas, e outro que tenha migrado da agricultura convencional para o trabalho com a utilização de práticas agroecológicas, para tanto serão feitas entrevistas com uma série de perguntas relacionadas a sua propriedade e à sua situação social, compreendendo quais são as necessidades e como de fato funciona a dinâmica da produção da propriedade, quais as carências econômicas desta propriedade rural, e quais os benefícios socioculturais e econômicos que a justificam a utilização de tal prática agrícola. "A necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura" [1]. De acordo com o pensamento de Jacobi a percepção da necessidade de práticas ambientalmente "mais prudentes" decorre da percepção dos prejuízos advindos das práticas existentes, buscando modifica-las de forma a causar o menor prejuízo possível à natureza e as culturas, buscando uma forma mais racional de aliar os três pontos principais das comunidades e/ou sociedades envolvidas, ou seja, visando uma harmonia entre desenvolvimento econômico, preservação da natureza e preservação de culturas. Sob a perspectiva da Educação Ambiental – EA, o desenvolvimento deve acontecer da forma mais sustentável possível, ou seja, o desenvolvimento econômico deve ser aliado a práticas agroecológicas de preservação. Segundo [2]: "A adoção da agroecologia como paradigma diretivo para promover o manejo adequado dos recursos naturais e para reduzir os impactos sociais econômicos e ambientais negativos". Além das ações da sociedade a EA deve ser repassada nas escolas, para isso o professor deve buscar entre outras coisas articular suas ações de forma a promover este embate entre o cotidiano prático e o teórico, Assim como afirma Delor's in Teixeira [3]: "O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, passar do papel de 'solista' ao de 'acompanhante', tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir saber". Tais dados demonstram pioneirismo do município no projeto CAMA & CAFÉ, dentre os 19 (dezenove) empreendimentos cadastrados nos 11 (onze) municípios da região do Caparaó Capixaba, cerca de 30% pertence apenas ao município de Dolores do Rio Preto, demonstrando pioneirismo em atividades e políticas agroecológicas, o

projeto Cama e Café [4]: "O projeto tem o objetivo promover uma opção de estadia alternativa nos municípios que não contam com sistema de hospedagem formal, preparando os moradores para receberem os turistas em suas casas". Para o ingresso no projeto primeiramente foi realizado cadastramento das famílias houve então uma mobilização das comunidades e posteriormente são avaliadas as condições físicas das casas e propriedades inscritas, para verificar se há condições de atendimento, e então é realizado um treinamento, e por último há o trabalho para viabilizar linhas de crédito para adaptações e aquisições de mobiliários. Todos os empreendimentos citados acima trabalham com técnicas agroecológicas e garantem um bom desempenho tanto ambiental, quanto econômico ou seja as propriedades se destacam pelo seu desenvolvimento sustentável, a pousada Vila Januária tem cerca de 60.000m² de área reflorestada e trabalha apenas com produtos orgânicos, os quais são comercializados no restaurante da pousada. Para uma abordagem completa foram entrevistados diversos proprietários da região e relatados neste trabalho. O senhor Adair Abreu de Faria tem uma propriedade de aproximadamente 20 hectares na região de Mundo Novo, com aproximadamente 13.000 (treze mil) pés de café, sua principal fonte de renda, e 8 (oito) vacas leiteiras, sendo que duas delas não estão dando leite em entrevista ele afirma que tem tido dificuldades em se manter, uma vez que o café sempre foi sua principal fonte de renda, e neste ano o preço despencou deixando uma enorme preocupação em como pagar os empréstimos feitos no ano passado. O senhor Adair afirma que o leite tem sido a sua salvação neste ano, pois a colheita do café está dando prejuízos, os gastos de produção tem sido mais altos do que os lucros com a venda, "este ano não sei nem se conseguirei comprar o adubo pra minha lavoura, o que está me salvando e me equilibrando um pouco é o leitinho que eu vendo aí". Apesar de não ter um preço de mercado tão bom o leite tem um preço estável, e não tem grandes oscilações como o café, além de um baixo custo de produção que acaba por ser uma boa saída a quem tem tido prejuízos com o café. Apesar de estar tendo prejuízos com o café o senhor Adair afirma que não tem nenhuma vontade de diversificar sua renda com outras culturas ou com eco/agroturismo. Este pensamento fomenta a ideia da falta de informação e de capacitação de muitos agricultores acaba os prejudicando financeiramente como é o caso do senhor Adair. Também foi entrevistada a senhora Dalva Ringuier empreendedora local que possui uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e na região de Mundo Novo, e que trabalha com ecoturismo em sua propriedade, segundo a mesma: É viável trabalhar com ecoturismo por ser um setor da economia que movimenta todos os demais seguimentos da economia como: geração de trabalho e renda, comércia, artesanato, agroindústria, cultura, esporte de aventura, padarias, supermercados, suvinil, transporte etc. Dalva vem utilizando a pousada como uma fonte de renda alternativa, pelo fato de trabalhar como secretária executiva do consórcio Caparaó, mas garante que dá para sobreviver e até ganhar algum dinheiro extra com o ecoturismo. O ecoturismo é um importante segmento da economia local que movimenta boa parte do capital diretamente, com as trilhas, cachoeiras, e os serviços oferecidos e acaba tendo grande influência em outros setores como o comércio e o setor agrícola. Ainda segundo Dalva o ecoturismo em sua vida sua RPPN é uma iniciativa que não visa ganhar dinheiro mas que vem trazendo lucros por conta dos turistas que se hospedam em sua pousada em busca de

contato com a natureza, lá poderão aproveitar trilhas cachoeiras, além de vários pratos típicos da região que são oferecidos pela pousada. Para Dalva o principal propósito do ecoturismo por uma questão de visão obtida pelos cursos o qual participou na região “Assim percebi que não tinha quase nenhuma pousada no município de Dores e então criamos o primeiro projeto de Cama e Café do Brasil onde as famílias foram preparadas para receber turistas. Para mim o turismo trouxe desenvolvimento, trouxe estradas, investimentos para toda região do Caparaó. Vejo o turismo como oportunidade de diversificação econômica”. Outro entrevistado o senhor Antônio Farias engrenou no ramo de agroturismo há alguns anos, ele trabalhava com a agricultura convencional e passou a trabalhar com práticas de EA após participar de um curso na região, outros fatores que pesaram foram as dificuldades enfrentadas pela agricultura convencional, “eu não estava tendo lucros com o café, então resolvi fazer da minha casa uma pousada, naquele ano a prefeitura veio falando de um projeto que chamava ‘Cama & Café’ eles que me incentivaram muito pra essa pousada daí pra frente eu fui me envolvendo cada vez mais”, quando o senhor Antônio começou com a pousada era apenas uma forma de aumentar a renda depois começou a investir na venda produtos feitos na própria fazenda, e atualmente o ramo de eco/agroturismo é a principal fonte de renda do senhor Antônio, tanto que ele já está expandindo os negócios e está construindo um balneário, pra aumentar os seus lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho foram abordadas as práticas agroecológicas sob a ótica da preservação ambiental, amostragem feita no município de Dores do Rio Preto – ES, além de todo o levantamento bibliográfico e pesquisa local para dar embasamento teórico à pesquisa, foram entrevistados três pequenos proprietários da região visando fazer levantamento sobre os métodos de trabalho utilizados por eles para que fosse feito um comparativo entre as diferentes técnicas adotadas avaliando o desenvolvimento econômico atingido pela família. Foram cumpridas todas as propostas de abordagens metodológicas que foram sugeridas no início deste trabalho, chegando à conclusão de que a utilização de técnicas ligadas à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, as chamadas práticas agroecológicas, bem como à diversificação de culturas vem sendo mais vantajosa do que a convencional, pois tende a apresentar uma maior estabilidade econômica durante todo o ano, além de apresentar um enorme potencial de crescimento para o setor por conta dos altos investimentos na EA por parte do governo federal e estadual, ficou explícito o de que a não utilização de técnicas agroecológicas por uma maior parcela da população local se dá principalmente por conta do baixo acesso a informações, a qual acaba por acarretar numa maior dificuldade de gestão da propriedade.

BIBLIOGRAFIA:

[1] JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa USP, São Paulo, n. 118, p. 189 – 205, mar 2003. [2] CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia, Desenvolvimento Rural e Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70 – 85, jul/set 2002. [3] DELORS, Jacques. Os quatro pilares de uma educação para o século XXI, 1999 p.155. In: TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. SANTOS, Elaine C. Faria dos. BARBOSA, Fátima Araujo. BARBOSA,

WillerAraujo. FARIA, Fernanda Pereira. BOUZADA, Maria A. Morcef. Educação Ambiental: Formação e Prática Pedagógica. UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. 2013 p. 01. [4] CIRCUITO CAPARAÓ CAPIXABA. Formação do Circuito Caparaó Capixaba. Disponível em <http://www.circuitocaparaocapixaba.com.br/home/conheca_mais.asp> acesso em 29 jul 2013.

ANÁLISE DO ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIOS SITUADOS NA PRAÇA DOUTOR LISBOA JÚNIOR, EM MURIAÉ(MG).

Ana Salvato **NUNES** (IC – aninha__nunes@hotmail.com)¹, Micheline Luiza de Souza **LOPES** ²

1. Curso de Pós Graduação em Farmacologia Clínica; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

PALAVRAS-CHAVE: Armazenamento, Medicamentos, Domicílios.

INTRODUÇÃO:

Os medicamentos alcançaram lugar de destaque na terapia atual. Contudo, a exposição na mídia e facilidade de aquisição acabaram por gerar acúmulos desses produtos nos domicílios, já que extensa parte da população brasileira possui o que se denomina de farmácia caseira, um largo estoque de medicamentos em suas residências [1]. Acumular medicamentos em domicílio é um fator de risco [2]. Esse hábito, quando unido à carência de informação, pode resultar em ameaça à saúde [3]. A ausência de uma assistência farmacêutica, as prescrições médicas desenfreadas de fármacos e o armazenamento caseiro incorreto dos mesmos são outras razões que acabam favorecendo sua má utilização por boa parte da população. De acordo com diversos autores, os medicamentos ocupam o topo na lista dos acidentes provocados por exposição à agentes tóxicos [4]. O armazenamento correto e seguro de fármacos é considerado fator fundamental à eficácia dos mesmos [5]. Segundo a Organização Mundial de Saúde deve-se ter cautela ao consumir medicamentos estocados em residência, pois sua ingestão inadequada pode trazer consequências à saúde. Sabe-se que a estabilidade e ação dos fármacos está diretamente ligada à forma como estes encontram-se acondicionados [6]. O presente estudo teve por objetivos verificar a maneira pela qual os moradores da Praça Doutor Lisboa Júnior no centro do município de Muriaé-MG, armazenam seus medicamentos em casa, bem como examinar as condições do(s) local(is), como temperatura e umidade nas quais os medicamentos se encontram, identificando se o(s) mesmo(s) está(ão) adequado(s) ou não. Questionar a forma como esses moradores têm informações acerca do armazenamento de medicamentos por parte dos profissionais habilitados, e dos riscos inerentes à essa prática, quando incorreta. Ainda quantificar a relação do número de fármacos x tempo de armazenamento e analisar as classes de medicamentos mais encontradas nos domicílios.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas fechadas e apenas uma aberta, no total de 13. Os domicílios, ao todo 20, foram selecionados de maneira aleatória na Praça Doutor Lisboa Júnior, centro de Muriaé (MG). Das 20 residências, apenas 2 não possuíam medicamentos estocados, desta forma foram excluídas do presente estudo. O período de coleta de dados foi de uma semana. O preenchimento das informações foi feito por um representante de cada família, sendo este o responsável da residência e da guarda dos medicamentos armazenados. Foi solicitado ao entrevistado que informasse acerca de todos os medicamentos disponíveis na residência, em uso

ou não no momento da pesquisa, pois todos foram considerados pertencentes à farmácia caseira, até mesmo os de uso contínuo. Aos participantes, foi pedido assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após explicação dos objetivos da pesquisa, garantindo sigilo aos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Primeiramente, foi questionado aos entrevistados seus dados pessoais como sexo, idade e grau de escolaridade. Quanto ao sexo, 94,5% dos representantes são do feminino, e 5,5% do masculino. Pode-se atribuir esta alta porcentagem do sexo feminino à maior responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a saúde (BUENO; WEBER; OLIVEIRA, 2009). A faixa etária oscilou de 36 à 77 anos sendo a predominante de 62 à 72 anos com 33,3% do total de entrevistados, seguida de 51 à 61 anos (27,8%), 40 à 50 anos (22,2%), 29 até 39 anos (11,1%), e por fim 73 à 83 anos (5,6%). A idade dos indivíduos responsáveis pela guarda dos medicamentos, que nesse caso estão, em sua maioria, bem acima dos 45 anos de idade é um fator determinante pois há certa dificuldade em realizar um tratamento com essas pessoas, muitas vezes devido à não aceitação em relação à novas informações (LIMA et al., 2008). Dentre os graus de escolaridade mencionados, 16,7% dos entrevistados possuem o ensino fundamental, 33,3% estudaram até o ensino médio, 16,7% completaram o ensino superior e outros 16,7% fizeram pós graduação. Essa questão possuía a opção denominada OUTRO que dava direito à resposta diferente das alternativas descritas, esta contabilizou 16,6% do total sendo normalista, ensino primário e analfabeta. Existe uma ligação entre o perigo desse hábito de armazenamento de medicamentos em domicílio com o grau de escolaridade, já que é uma evidência correlacionar o risco dessa prática com o grau de instrução e informação dos usuários sobre fármacos (LIMA; NUNES; BARROS, 2010). A quarta questão foi sobre o número de moradores no domicílio, separados por crianças, adultos e idosos. O resultado demonstrou que a média de moradores por residência foi de 3 pessoas, sendo o mínimo de 1 e máximo de 6. Sobre a quantidade dos medicamentos estocados, estando esses em uso ou não, houve variação de 2 à 18 medicamentos. A média total foi de 7,2 medicamentos por residência, incluindo os de uso tóxico. Em uma pesquisa realizada por Ribeiro (2005), o número de medicamentos em estoque caseiro variou de 1 a 36, sendo a média de 8,4 por residência. Sabe-se que a prática de acondicionamento de medicamentos em domicílio é bastante frequente e muito conhecida pela população brasileira, pois são geradas verdadeiras farmácias nas residências, abrangendo vários tipos de medicação (LIMA et al., 2008; LIMA; NUNES; BARROS, 2010). Posteriormente foi verificada a classe terapêutica

dos medicamentos. Os resultados foram bastante diversificados, ressaltando que um medicamento pode pertencer a mais de uma classe farmacológica. Dessa forma, verificou-se que a maioria dos fármacos guardados pertencem a classe dos analgésicos, com 22,1% das respostas. A segunda classe mais armazenada foi a dos antipiréticos, com 14,7%, seguida dos anti-hipertensivos, que contou com 8,3% das respostas, os anti-inflamatórios (7,2%), suplementos vitamínicos (4,4%), antiulcerosos e medicamentos para reposição hormonal como tireoidiana e menopausa, ambos com 3,9%, anti-histamínicos e antipênicos com 3,3% cada um e xaropes expectorante e secretolítico, relaxante muscular, antidepressivos e soro fisiológico, cada classe com 2,2% do total de respostas. Os antireumáticos, ansiolíticos, glicocorticóides, antivertiginosos, colírios, antiespasmódicos e diuréticos ocuparam a nona posição nos grupos farmacológicos mais armazenados nas moradias participantes da pesquisa, cada um deles obteve 1,7% do total de respostas. A seguir se encontraram os antidiabéticos, antieméticos e antisépticos, com 1,1% cada um. Por último, contabilizando cada um somente 0,5% dos medicamentos encontrados nas farmácias caseiras estavam os antibióticos, antidemenciais, antigripais, lubrificantes (supositórios), antiacnéicos, antioxidantes, vasodilatadores coronarianos, anticonvulsivantes, hepatoprotetores, antifiséticos intestinais e pomadas antiassaduras. De acordo com estudo feito por Ribeiro (2005), os medicamentos estocados em maior número também foram os analgésicos (11,15%). Em conformidade com Lima et al. (2008), dentre os medicamentos mais encontrados nas residências estão os analgésicos, antipiréticos, anti-inflamatórios e anti-hipertensivos, possivelmente porque são considerados de fácil acesso e na maioria das vezes são adquiridos sem prescrição médica. A oitava questão foi sobre quanto tempo as pessoas costumam manter os medicamentos em sua casa. Houve predomínio da opção na qual os moradores admitiam guardá-los até ou após o vencimento que totalizou 44,4% do total, acompanhada de "somente enquanto faz uso" (16,7%), de 1 a 6 meses também com 16,7% e de 6 meses à 1 ano e de 1 a 2 anos, ambas com 11,1% das respostas. Segundo Bueno, Weber e Oliveira (2009), a revisão periódica dos medicamentos da farmácia caseira é de extrema importância. Entretanto, em estudo realizado por Lucchetta et al. (2009), também foram encontrados especialidades farmacêuticas vencidas em 42,3% residências visitadas. E conforme descrito em pesquisa feita por Serafim et al. (2007), foi constatado que a maioria ignora o tempo de acondicionamento do medicamento depois de aberto. A seguir, foi questionado o local de armazenamento. Essa questão permitia a marcação de mais de uma opção, já que o depósito pode ser feito em mais de um ambiente. A maioria, 36,4%, disse guardar os fármacos em caixas ou bolsas no armário da cozinha, 13,6% armazenam em bolsas ou caixas no armário do banheiro, assim como outros 13,6% fazem do guarda-roupas seu estoque de medicamentos, e se o(s) ambiente(s) de guarda não estivesse nas alternativas poderia marcar a opção OUTRO e descrevê-lo(s) como foi o caso de 36,4% dos participantes que alegaram manter seus medicamentos em locais como em uma gaveta, em cima de um móvel, na caixa de primeiros socorros ou caixa própria na cômoda, tudo isso no quarto, em bolsas de plástico na copa ou em um armário com repartição própria para este fim que fica localizado na sala. Em 2007, Serafim et al. observaram que em relação ao local de armazenamento dos fármacos, os entrevistados

geralmente utilizavam gavetas, dispensas, dentro de caixas ou de armários, ou ao ar livre. Em sua pesquisa também constatou-se que a maioria possui os armários da cozinha como local de escolha para guardar os medicamentos. Semelhantemente também ao estudo de Beckhauser, Valgas e Galato (2012), no qual o cômodo que prevaleceu foi a cozinha, podendo ser explicado provavelmente por aspectos culturais e até mesmo acessibilidade do local e presença de líquidos para ingestão do medicamento. Foi perguntado aos participantes quais as condições desse(s) local(is) de armazenamento, conforme sua opinião. Dentre as opções, 7,1% marcaram quente, 3,6% úmido, 53,6% fresco e 35,7% fora do alcance de crianças. Essa questão também concedia marcar uma ou mais opções. Nela também havia a alternativa OUTRO, porém não foi marcada por nenhum entrevistado. De acordo com Gasparini, Gasparini e Frigieri (2011) a maioria dos entrevistados, no caso 89,75%, considerou o local de armazenamento adequado e fora do alcance de crianças. Assim como em Ferreira et al. (2005), os adultos dispõem de consciência sobre armazenar medicamentos em locais de livre acesso para crianças, pois, somente 10,39% dos participantes de sua pesquisa contradizeram essa regra. Contudo, ainda de acordo com Ferreira et al. (2005), cozinha e banheiro são locais inadequados para guardar medicamentos, pois os mesmos devem estar ao abrigo de luz, calor e em ambiente seco, porém sua pesquisa demonstrou que 55,9% das residências utilizam esses cômodos com esta finalidade, similar ao presente estudo. Em seguida, perguntou-se aos participantes da pesquisa se na obtenção dos medicamentos ou em outro momento, eles tiveram alguma orientação em relação ao acondicionamento correto e seguro dos mesmos e o resultado obtido foi que 44,4% disseram que sim enquanto que 55,6% negaram qualquer orientação. 88,16% dos participantes da pesquisa feita por Bueno, Weber e Oliveira (2009) afirmaram não ter recebido nenhuma informação sobre armazenamento de medicamentos. Apesar de Margonato, Thomson e Paoliello (2008) acreditarem que deve-se dispensar atenção especial ao baixo percentual referido de recebimento de informações sobre medicamentos pois a falta de instruções pode ter sido indevidamente informada pelo entrevistado, os mesmos acham que há uma necessidade de profissionais qualificados para orientar a população em relação à utilização e armazenamento adequado de fármacos, prestando devida assistência farmacêutica. Em relação ao armazenamento dos medicamentos com a presença de bula, haviam as opções SIM, que contou com 83,3%, NÃO, que não obteve resposta, e SOMENTE ALGUNS que contabilizou 16,7% do total. Em uma pesquisa realizada por Serafim et al. (2007), foi certificado que 75% de seus entrevistados também se utilizam da bula para instrução. Já segundo Bueno; Weber e Oliveira (2009), 50,47% dos moradores participantes de sua pesquisa alegaram não possuir a bula dos medicamentos, 28,35% possuíam somente algumas e 21,18% guardavam todos os medicamentos juntamente com a mesma. Outros estudos como os de Gasparini, Gasparini e Frigieri (2011) e Lucchetta et al. (2009) diferem muito do resultado obtido pois estes revelaram uma situação preocupante, já que em, respectivamente, 65,85% e 92,9% das casas visitadas foram encontrados medicamentos sem bula. A ausência de bulas pode ser parcialmente explicada pela aquisição de medicamentos já fracionados como o caso dos analgésicos e antitérmicos, a maioria presente nos estoques caseiros. Todavia, há o perigo dessa prática que pode levar à troca

de medicamentos ou até mesmo intoxicações (BECKHAUSER; VALGAS; GALATO, 2012). Por último, questionou-se o conhecimento dos entrevistados à respeito das possíveis consequências e riscos à saúde levadas pelo acondicionamento incorreto de medicamentos. Dentre os participantes, 61,1% responderam que sim e 38,9% disseram que não dispunham desse conhecimento. De acordo com Bueno, Weber e Oliveira (2009) e Lima et al. (2008) a necessidade de dispensar essas informações acerca do armazenamento de medicamentos em residências é justificada pela possibilidade de, por exemplo, ocorrer uma antecipação da perda de estabilidade do fármaco por exposição a fatores como temperatura e umidade.

CONCLUSÕES:

Pode-se concluir que a maioria das pessoas armazenam algum tipo de medicamento em suas residências. Verificou-se que os fármacos encontrados foram, predominantemente, os analgésicos, medicamentos de fácil aquisição e uso até mesmo abusivo. O tempo de armazenamento foi preocupante, pois as pessoas alegaram esperar o vencimento dos medicamentos após aberto sendo que os mesmos ficam expostos à condições externas, e guardá-los sem a presença da bula. Isso pode representar uma ameaça à saúde já que não é dada a atenção necessária à essa prática tão comum e que pode causar sérios danos como intoxicações por medicamentos degradados por altas temperaturas e umidade, principalmente quando armazenados em ambientes como cozinha e banheiro. Essa situação se dá principalmente à falta de conhecimento da população e/ou à carência de orientações à respeito das consequências do acondicionamento inadequado de medicamentos, representando um problema de saúde pública a ser resolvido, por exemplo, com a implantação de iniciativas e a integração de profissionais habilitados como os farmacêuticos, prestando a devida assistência.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BUENO, C. S.; WEBER, D.; OLIVEIRA, K. R. Farmácia caseira e descarte de medicamentos no bairro Luiz Fogliatto do município de Ijuí-RS. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, n. 30, v.2, 2009. [2] FERREIRA, W. E.; SILVA, M. E. S. T.; PAULA, A. C. C. F. F.; RESENDE, C. A. M. B. Avaliação da Farmácia Caseira no Município de Divinópolis (MG) por estudantes do curso de farmácia da UNIFENAS, *Infarma*, v.17, n. 7/9, 2005. [3] GASPARINI, J. C.; GASPARINI, A. R.; FRIGIERI, M. C. Estudo do descarte de medicamentos e consciência ambiental no município de Catanduva-SP. *Ciência & Tecnologia: FATEC-JB, Jaboticabal*, v.2, n.1, p.38-51, 2011. [4] MARGONATO, F. B.; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M. M. B. Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 24, v. 2, 2008. [5] LIMA, G. B.; NUNES, L. C. C.; BARROS, J. A. C. Uso de medicamentos armazenados em domicílio em uma população atendida pelo Programa Saúde da Família, *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 15, Supl. 3, 2010. [6] LIMA, G. B.; ARAÚJO, E. J.; SOUSA, K. M. H.; BENVIDO, R. F.; SILVA, W. C. S.; CORREA Jr, R. A. C.; NUNES, L. C. C. Avaliação da utilização de medicamentos armazenados em domicílios por uma população atendida pelo PSF. *Rev. Bras. Farm.*, n. 89, v. 2, 2008. [7] RIBEIRO, M. A. Estoque domiciliar de medicamentos na comunidade ibaiense acompanhada pelo programa saúde da família. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Porto

Alegre, 2005. [8] LUCCHETTA, R. C.; SARRA, J. R.; MASTROIANNI, P. C.; GALDURÓZ, J. C. F. Estoque, Automedicação e Uso de medicamentos pelos usuários da estratégia de Saúde da Família, 2009. [9] SERAFIM, E. O. P.; DEL VECCHIO, A.; GOMES, J.; MIRANDA, MORENO A. H.; LOFFREDO, L. M. C.; SALGADO, H. R. N.; CHUNG, M. C. Qualidade dos medicamentos contendo dipirona encontrados nas residências de Araraquara e sua relação com a atenção farmacêutica, *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*. v.43, n.1, 2007. [10] BECKHAUSER, G. C.; VALGAS, C.; GALATO, D. Perfil do estoque domiciliar de medicamentos em residências com crianças. *Rev Ciênc Farm Básica Apl.*, n. 33, v.4, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BOMBONS ARTESANAIS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG.

Leonardo Luiz de FREITAS, (IC-leo_luizfederal@hotmail.com)1; Gabriela Maria Riguete RIBEIRO (IC)2; Lorena Braga Bernadino MADRIAGA(IC)3; Fernanda Mara FERNANDES (PQ)4

1. Pós-Graduando em Análises Clínicas 2. Curso Farmácia, 3. Curso Biomedicina 4. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

PALAVRAS CHAVE: Contaminação, bombons, micro-organismos.

INTRODUÇÃO:

A produção de alimentos saudáveis necessita de diversas etapas que garantem a qualidade nutricional e higiênico-sanitária dos produtos [1]. Com condições essenciais para a promoção e manutenção da saúde, sendo que a deficiência nesse controle é um dos fatores responsáveis pela ocorrência de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) [2]. As DTAs ocorrem pela ingestão de alimentos contaminados por micro-organismos patogênicos que se instalam principalmente na superfície intestinal ou invadem o intestino e outras estruturas do organismo do hospedeiro [3]. A maioria dos casos de doenças de origem alimentar no homem é atribuída a micro-organismos patogênicos como: bolores e leveduras, bactérias pertencentes ao grupo dos coliformes termotolerantes, *Salmonella* spp, *Staphylococcus aureus* e mesófilos quando presentes em grandes números [6]. Assim, a fabricação dos alimentos exige normas, limites e padrões, além da execução de atividades de inspeção, controle de fiscalização e vigilância, diminuindo assim a proliferação desses patógenos, garantindo a qualidade do produto e a saúde do consumidor [7]. Entretanto, os alimentos obtidos por processos artesanais têm grande possibilidade de se apresentarem contaminados, pelo uso de matérias-primas de fontes não-seguras, utensílios mal higienizados, elaboração em condições impróprias, preparo do alimento muito antes do consumo, contaminação cruzada, armazenamento e comercialização em temperatura inadequada [8] [9]. Neste sentido, um dos alimentos que pode ser veículo de contaminação ao homem é o bombom artesanal, quando contaminado por micro-organismos patogênicos, em razão das péssimas condições nas quais são produzidos e comercializados [4] [5]. O bombom é o produto constituído por massa de chocolate e por um núcleo formado de recheios diversos que podem ser elaborados com frutas, sementes oleaginosas, açúcar, leite, manteiga, cacau, licores e outras substâncias alimentícias, sendo, então, recobertos por uma camada de chocolate [7]. Em se tratando de bombons e similares a Resolução nº 12 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de 1978 estabelece que a produção deste produto deve obedecer aos seguintes padrões microbiológicos: bactérias do grupo coliforme de origem fecal: ausência em 1g, *Staphylococcus aureus*: máximo 102 UFC/g, *Salmonella* spp: ausência em 25g e bolores e leveduras máximo de 10³ UFC/g [11]. Dentro deste contexto, este trabalho teve como objetivo, analisar as condições microbiológicas de bombons artesanais com sabor chocolate e coco, comercializados na cidade de Muriaé – MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram analisadas sessenta amostras de bombons caseiros, entre os meses de janeiro a abril de 2014 de 10 estabelecimentos (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J) na cidade de Muriaé – MG. De cada fabricante coletou-se 6 amostras, sendo 3 com sabor de chocolate e 3 com sabor de fruta (coco). Imediatamente após a aquisição as amostras foram acondicionadas em isopor refrigerado (25°C±2) e transportadas para o laboratório de microbiologia da Faculdade de Minas (FAMINAS). O preparo das amostras e a análise microbiológica seguiram as metodologias descritas pela American Public Health Association (APHA) [12]. Para obtenção das diluições, foram pesados assepticamente 25g de cada amostra e homogeneizados com 225 mL de água peptonada 0,1% para obtenção da diluição 10-1 e a partir desta foi preparada uma série de diluições decimais, até 10-3. Para detecção de mesófilos aeróbicos foi empregada a técnica de Spread-plate, transferindo 0,1 mL das diluições para placas de Petri contendo Agar Brain Heart Infusion (BHI) e incubadas a 35 °C por 24-48 horas. Para determinação do Número Mais Provável (NMP) de coliformes totais e fecais, utilizou a técnica dos tubos múltiplos, empregando-se três tubos por diluição até a diluição 10-3. Para o teste presuntivo foi inoculado 1 mL das diluições iniciais em tubos contendo Caldo Lauril Sulfato Triptose (LST) com tubos de Durham e incubados por 24-48 horas a 35 °C. Os tubos com turvação e formação de gás, foram inoculados em tubos com Caldo Bile Verde Brilhante 2% com tubo de Durham para o teste confirmatório de coliformes totais, incubando-os a 37 °C por 24 horas. Para a contagem estimada de coliformes fecais, uma alçada de cada cultura dos tubos positivos de caldo LST foi transferida para tubos de caldo *E. coli* (EC), contendo tubos de Durham e incubados a 45 °C, em banho-maria por 48 horas. A contagem de bolores e leveduras foi realizada através da técnica de Pour-plate, transferindo 1mL das diluições para placas de Petri e adicionando 25 mL de Agar Sabouraud, as placas foram incubadas a 25 °C por 3 a 5 dias. Para avaliação quantitativa de *Staphylococcus aureus*, semeou-se 0,1 mL de cada diluição em placas com Agar Sal Manitol nas quais foram incubadas a 37 °C por 48 horas. A confirmação foi realizada pelas provas de coagulase e catalase e morfologia bacteriana pela coloração de Gram.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados referentes à determinação do NMP de coliformes totais e a 45 °C, contagem de mesófilos, *S. aureus* e bolores e leveduras das amostras de bombons artesanais com sabor chocolate e coco, demonstram que os estabelecimentos C, E, H e I apresentaram uma maior

contaminação por esses micro-organismos, conforme as tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Contagem de mesófilos, Coliformes totais, Coliformes a 45 °C de bombons artesanais sabor chocolate e coco comercializados na cidade de Muriaé-MG

Est.	Mesófilos (UFC/mL)			Colif. totais NMP/g			Colif. a 45 °C NMP/g			
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
CHOCOLATE	A	1,2x10 ⁴	1,8x10 ⁴	1,8x10 ⁴	<3	7	4	<3	7	7
	B	2,2x10 ⁴	5,0x10 ⁷	1,9x10 ⁷	7	11	9	4	4	7
	C	1,8x10 ⁴	2,0x10 ⁵	2,3x10 ⁵	210	210	240	93	150	93
	D	3,8x10 ⁴	9,2x10 ⁵	1,8x10 ⁵	<3	7	<3	<3	4	<3
	E	9,7x10 ⁴	8,6x10 ⁵	4,0x10 ⁵	1100	1100	480	210	210	93
	F	3,8x10 ⁴	5,3x10 ⁴	4,2x10 ⁴	11	7	7	<3	<3	<3
	G	2,9x10 ⁴	3,2x10 ⁴	1,8x10 ⁴	84	84	39	7	4	7
	H	3,1x10 ⁴	3,5x10 ⁴	1,9x10 ⁴	210	93	93	9	14	14
	I	4,5x10 ⁴	2,8x10 ⁴	9,7x10 ⁴	2400	2400	2400	1100	480	480
	J	7,3x10 ⁴	6,4x10 ⁴	9,1x10 ⁴	9	<3	<3	<3	<3	<3
COCO	A	2,3x10 ⁴	2,7x10 ⁴	1,5x10 ⁴	28	7	7	4	<3	<3
	B	6,1x10 ⁴	5,0x10 ⁴	4,8x10 ⁴	<3	7	4	<3	4	<3
	C	3,1x10 ⁴	3,8x10 ⁴	3,7x10 ⁴	150	150	93	11	14	9
	D	1,9x10 ⁴	5,2x10 ⁴	3,5x10 ⁴	7	<3	<3	<3	<3	<3
	E	2,6x10 ⁴	1,9x10 ⁴	2,1x10 ⁴	240	1100	240	93	240	150
	F	3,2x10 ⁴	2,8x10 ⁴	1,8x10 ⁴	<3	7	11	<3	<3	4
	G	5,9x10 ⁴	9,2x10 ⁴	1,2x10 ⁴	39	<3	7	11	<3	<3
	H	7,0x10 ⁴	4,9x10 ⁴	2,8x10 ⁴	210	210	84	39	23	23
	I	4,3x10 ⁴	2,7x10 ⁴	3,0x10 ⁴	1100	1100	240	480	480	210
	J	2,8x10 ⁴	6,2x10 ⁴	8,6x10 ⁴	<3	<3	<3	<3	<3	<3

Tabela 2: Tabela 1 – Contagem de S. aureus e bolores e leveduras de bombons artesanais sabor chocolate e coco comercializados na cidade de Muriaé-MG

Est.	S. aureus (UFC/g)			Bolores e leveduras (UFC/g)			
	1	2	3	1	2	3	
CHOCOLATE	A	<3	4,7x10 ²	1,1x10 ²	1,3x10 ²	3,4x10 ²	5,1x10 ²
	B	<3	2,1x10 ²	7,9x10 ²	7,2x10 ²	1,5x10 ²	2,9x10 ²
	C	1,3x10 ⁷	2,8x10 ⁷	2,8x10 ⁷	1,8x10 ⁷	2,1x10 ⁷	4,8x10 ⁷
	D	8,2x10 ²	1,6x10 ⁴	1,3x10 ⁴	7,5x10 ²	6,4x10 ²	1,2x10 ⁴
	E	1,7x10 ⁵	2,1x10 ⁵	2,4x10 ⁵	1,9x10 ⁵	1,8x10 ⁵	1,2x10 ⁵
	F	2,6x10 ²	1,3x10 ²	1,2x10 ²	2,5x10 ²	2,9x10 ²	3,2x10 ²
	G	1,8x10 ²	1,3x10 ²	<3	2,5x10 ²	4,9x10 ²	8,1x10 ²
	H	2,5x10 ⁴	4,7x10 ⁵	1,8x10 ⁴	1,2x10 ²	1,8x10 ²	3,1x10 ²
	I	2,1x10 ⁵	2,3x10 ⁵	3,7x10 ⁵	1,9x10 ⁴	1,2x10 ⁴	1,1x10 ⁴
	J	4,2x10 ²	<3	<3	1,8x10 ²	1,4x10 ²	1,8x10 ²
COCO	A	9,3x10 ²	7,7x10 ²	1,2x10 ²	8,4x10 ²	1,8x10 ²	9,1x10 ²
	B	1,4x10 ⁴	2,2x10 ⁴	1,9x10 ⁴	1,8x10 ⁴	1,3x10 ⁴	3,4x10 ⁴
	C	2,1x10 ⁵	1,3x10 ⁵	2,9x10 ⁵	1,9x10 ⁴	1,4x10 ⁵	2,9x10 ⁵
	D	7,8x10 ²	<3	8,5x10 ²	3,8x10 ²	2,9x10 ²	3,9x10 ²
	E	1,4x10 ⁴	1,7x10 ⁴	1,1x10 ⁴	3,4x10 ²	2,8x10 ²	2,7x10 ²
	F	7,7x10 ²	9,8x10 ²	1,9x10 ²	3,7x10 ²	2,8x10 ²	3,4x10 ²
	G	<3	8,7x10 ²	8,2x10 ²	1,2x10 ²	7,8x10 ²	7,2x10 ²
	H	7,1x10 ⁴	6,8x10 ⁵	1,2x10 ⁵	9,7x10 ⁵	8,8x10 ⁵	1,3x10 ⁶
	I	3,3x10 ⁵	1,6x10 ⁵	3,1x10 ⁵	1,6x10 ⁵	2,2x10 ⁵	3,1x10 ⁵
	J	9,7x10 ²	4,2x10 ²	1,4x10 ²	3,2x10 ²	1,4x10 ²	8,9x10 ²

Nos dados apresentados na Tabela 1 observou-se que em todas as 60 (100%) amostras estavam contaminadas por micro-organismos aeróbicos mesófilos. Na resolução regulamentadora não possui um material referencial para que se possa comparar quantitativamente a presença desses microorganismos nas amostras. Segundo Reis (2013) [13] as bactérias mesófilas são microorganismos que quando presentes em quantidades elevadas nos alimentos podem acelerar a deterioração e/ou diminuir sua vida de prateleira além de fornecer informações gerais das condições durante o preparo do alimento. Uma contagem alta desses microorganismos nos produtos reflete condições inadequadas da matéria prima, processamento e armazenamento [14]. As contagens de coliformes totais nas amostras analisadas não atendem ao padrão microbiológico estabelecido pela ANVISA em 83% dos bombons de chocolate, pois apresentaram uma contagem acima do permitido pela legislação vigente que é de 102 UFC/g para produtos composto totalmente por chocolate. A Resolução não padroniza a contagem de coliformes totais em bombons de frutas, tais parâmetros são fundamentais para a determinação da qualidade dos produtos, pois a presente pesquisa detectou esses patógenos em 73% dos bombons de coco. Reis (2011) [10] em sua análise de bombons de frutas comercializados na cidade de Apucarana- PR verificou a presença desses micro-organismos em 33,4% das amostras pesquisadas, o autor

relata que a contaminação do bombom é resultado da péssima higienização da própria fruta. Fazzioni et al (2013) [15] detectou coliformes totais em todos os produtos pesquisados de panificadoras localizadas em Santa Catarina, o autor afirma que a contaminação do produto final é resultado do não atendimento as boas práticas de fabricação, que resulta num alimento que pode comprometer a saúde do consumidor. A pesquisa de coliformes fecais revela que 70% dos bombons de chocolate e em 53% com sabor de coco estavam contaminados com valores acima do permitido pela ANVISA (Ausência em 1g), isso indica uma falha durante as etapas de produção do produto expondo os consumidores a possíveis patologias causadas por esses micro-organismos. Sousa et. al. (2010) [7], em análise de bombons de frutas comercializadas em Belém-PA, encontraram valores para coliformes fecais acima do permitido no qual o atribuiu às precárias condições de higiene do local de produção. Santos e Marques (2010) [16] avaliaram doces comercializados na cidade de Currais Novos- RN e não encontraram a presença de coliformes fecais em nenhuma das amostras analisadas, o que sugere que os alimentos foram fabricados de forma correta, seguindo as normas estabelecidas pela ANVISA. A presença de coliformes fecais do ponto de vista sanitário é um indicador importante, capaz de evidenciar maior probabilidade de que o alimento tenha entrado em contato com material de origem fecal, indicando, com maior precisão, a possível presença de patógenos entéricos [17]. Os resultados microbiológicos da presente pesquisa revelam que em 63% dos bombons de chocolate e em 60% dos bombons de coco estavam contaminados por S. aureus cuja contagem estava acima de 102 UFC/g, o que de acordo com as normas regulamentares, define o produto como impróprio para a comercialização e consequentemente para o consumo humano. Pesquisa realizada por Silva et al (2013) [18] indica que das 40 amostras analisadas de pães doces comercializados em confeitarias na Baixada Fluminense-RJ, 7 (17,5%) estavam contaminadas por S. aureus representando risco de saúde por toxinfecção alimentar para os consumidores. Resultados obtidos por Souza et al (2010) [7] não detectaram contaminação de S. aureus em nenhuma das 57 amostras de bombons caseiros analisados, o que demonstra que os bombons não ofereciam risco à saúde do consumidor por esse patógeno. Os resultados de Bolores e leveduras revelam que os bombons de chocolate estavam contaminados em 73% das amostras e nos bombons de coco em 67%, com valores superiores aos estabelecidos pela ANVISA que padroniza um valor máximo de 103 UFC/g. Reis et al (2011) [10] detectou a presença de bolores e leveduras em todas (100%) as amostras de bombons artesanais pesquisados na cidade de Apucarana- PR. Claudio., et al (2005) [18] em análise de doce de leite em Pelotas-RS detectaram a presença de bolores e leveduras fora dos padrões microbiológicos estabelecidos por lei, em 96,7% das amostras pesquisadas, declarando o autor que a exposição e manipulação inadequada do produto contribuiu para contaminação de quase todas as amostras. Uma pesquisa realizada por Granada et., al (2003) [19] em produtos de confeitarias, revelou que as contagens de bolores e leveduras estavam acima do permitido em 83% das amostras analisadas.

CONCLUSÃO:

Os bombons artesanais com sabor chocolate apresentaram maiores níveis de contaminação em relação aos bombons de coco, sendo que ambos apresentaram contaminações acima do permitido pela legislação brasileira. Deste modo a análise microbiológica dos alimentos é uma importante ferramenta para detecção de patógenos que podem provocar doenças ao homem, principalmente os fabricados artesanalmente, pois estes não passam por uma fiscalização.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MIRANDA, R. R., et al. Detergents and ultrasound evaluation for genomic dna isolation of food bacterias. Rev. Bras. Tec. Agro., v. 5, p. 398-407, 2011. [2] FERREIRA, A. L. T.; QUEIROGA, P. V. D.. Avaliação higiênica sanitária de lanchonetes da universidade Potiguar no Campi Roberto Freire, Natal, RN. Rev. Hig. Alimentar, v. 28, n. 228, p. 76-81, 2014. [3] NASCIMENTO, C. B. Surtos de toxinfecção alimentar notificados e investigados no município de Porto Alegre no período de 2003 a 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. [4] MATA, C. A., et al. Pesquisa de *Escherichia coli*, *Salmonella* sp, *Staphylococcus coagulase positiva*, bolores e leveduras em superfícies de latas de refrigerante e cerveja. Rev. Hig. Alimentar, v. 24, n. 190, p. 122, 2010. [5] WELKER, C. A. D., et al. Análise microbiológica dos alimentos envolvidos em surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Rev. Bras. Biociências, v. 8, n. 1, 2010. [6] Vieira, K. P., et al. Contaminação de queijo Minas frescal por bactérias patogênicas: um risco à saúde. *Conscientiae Saúde*, v.7, n. 201, 2008. [7] SOUSA, L. C., et al. Avaliação microbiológica, físico-química e das condições de fabricação de bombom de chocolate com recheio de frutas. *Alim. Nutr. Araraquara*, v.21, n.2, p. 305-310, 2010. [8] DUARTE, D. A. M., et al. Pesquisa de *Listeria monocytogenes* e microrganismos indicadores de higiênico-sanitários em queijo de coalho produzido e comercializado no Estado de Pernambuco. *Arq. Instituto Biológico*, v. 72, n. 3, p. 297-302, 2005. [9] FISCHER, M. M. Contaminação microbiológica de alimentos envolvidos em surtos de doenças transmitidas por alimentos ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul entre 2004 e 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso, 2013. [10] Reis, E. C. Análise físico-química e microbiológica de bombons artesanais. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Apucarana. Trabalho de conclusão de curso. 2011. [11] ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 12. Regulamento Técnico Sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos de janeiro de 2001. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a47bab8047458b909541d53fbc4c6735/RDC_12_2001.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 20 de junho de 2014. [12] American Public Health Association (APHA). Compendium of methods for the microbiological examination of foods. New York, n. 4, p. 25-36, 2001. [13] REIS, D. L. Qualidade e inocuidade microbiológica de derivados lácteos fermentados produzidos no Distrito Federal, Brasil. Dissertação de mestrado em saúde animal. Brasília/DF. Universidade de Brasília. 2013. [14] CARDOSO, M. F., et al. Avaliação das condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação em panificadoras. *Alim. Nutr. Braz. J. Food Nutr*, v. 22, n. 2, 2011. [15] FAZZIONI, F.D.B., et al. Microbiological evaluation of bakery products and risks to

consumer health. *Alim. Nutr. Braz. J. Food Nutr*, Araraquara, v.24, n.2, p. 159-164, 2013. [16] SANTOS, R. A.; MARQUES, R. C. P. Análise microbiológica e físico-química de doce de leite vendido no comércio informal de Currais Novos/RN. *HOLOS*, v. 5, p. 131-136, 2010. [17] DESTRI, K. et al. Análise microbiológica de doces de leite vendidos em feiras livres de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. *Acta Scientiarum. Biological Sciences*, v. 31, n. 2, p. 153-157, 2009. [18] GRANADA, G. G. et al. Perfil higiênico-sanitário de quindins comercializados em Pelotas/RS. *Alimentos e Nutrição Araraquara*, v. 14, n. 1, 2003. [19] CLÁUDIO, D. et al. Avaliação microbiológica de doce de leite pastoso *Microbiology quality evaluation of pasty doce de leite*. *Rev Inst Adolfo Lutz*, v. 66, n. 3, p. 275-277, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLADOR INTERNO NO ÂMBITO MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO

Monique de Souza **LELLIS** (IC – niquelellis@gmail.com)¹, Nara Vaz de **SOUZA**(IC)², e Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES**(PQ)³

1. Pós-Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Curso de Ciências Contábeis; 3. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras- Chave: Controle Interno, Administração Pública, eficiência.

APRESENTAÇÃO:

A administração pública é profundamente estigmatizada pela ausência de recursos e por uma exigência cada vez mais ampla da sociedade e dos órgãos de controle externo, refletindo uma elevada preocupação relacionada à existência de um sistema de controle interno mais eficiente. Segundo Guerra (2007) [1], esse controle, quando implantado adequadamente, não só auxilia o exercício do controle externo, como também permite contribuir para o processo de averiguar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos, a eficiência no que concerne aos meios empregados e aos recursos utilizados para a consecução dos objetivos e a eficácia do que for executado, de modo a contribuir para a avaliação dos resultados da gestão. Diante do exposto, percebe-se que o sistema de controle interno devidamente implantado pode averiguar a regularidade da atuação administrativa, favorecer a utilização adequada dos recursos públicos, prevenir e combater desperdícios, coibir ações e políticas públicas com foco distorcido e contribuir para que a aplicação dos recursos disponíveis seja, de fato, revertida em serviços que propiciem benefícios à população. Além disso, a implantação e a manutenção de um sistema de controle interno não só pode viabilizar o acompanhamento do exercício das atividades orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e operacionais como também pode contribuir para orientação relativa à legalidade, moralidade e eficiência da atividade pública, de modo a assegurar o atendimento aos interesses da coletividade. Ainda pode configurar-se como um instrumento organizacional capaz de fornecer às autoridades informações gerenciais relevantes para a tomada de decisões que visem a alcançar as metas preestabelecidas. Através de pesquisas bibliográficas, da Lei Municipal e de análise de um questionário aplicado no Município de São Francisco do Glória, pretende-se neste estudo avaliar se as práticas exercidas pelo Controlador interno do município pesquisado se assemelham as funções de controladoria usualmente encontradas na literatura, demonstrando o perfil ideal do profissional para atuar no Controle Interno.

DESENVOLVIMENTO:

A administração Pública Municipal compõe-se de um conjunto de atividades e de mecanismos, regulamentados por normas legais com o fim de atender as diversas finalidades sociais por servidores de seus órgãos, sendo a Prefeitura, o órgão central do município. Essas atividades, com regras próprias, são definidas nas normas constitucionais e municipais, de acordo com a hierarquia jurídica. De acordo com Pires e Macêdo (2006) [2], “organização pública é a instituição administrada pelo poder público, cujo principal objetivo é prestar serviços à sociedade”. Meirelles (2005, p.64-65) [3] entende Administração Pública como sendo “todo o aparelhamento

do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. As entidades públicas existem, basicamente, para atender às necessidades da coletividade, isto é, educação, saúde, segurança, e isso é viabilizado através de suas estruturas administrativas e dos agentes públicos. Nas organizações públicas, os resultados das decisões não afetam apenas um pequeno grupo, e sim a coletividade. Tais decisões precisam estar fundamentadas. A controladoria surge como um instrumento de apoio a tais decisões. A existência e ação do Controle Interno nas entidades da administração pública municipal, do ponto de vista legal, são regidas pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), Lei Federal 4.320/64, Constituição Estadual e a Lei Orgânica do município, devendo obedecer também, as disposições da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela CF/88 [4] é obrigatório ter um controlador na instituição, sendo responsabilidade de cada entidade, sua normatização, planejamento e execução. Entende-se que controlar é assegurar que os recursos obtidos sejam aplicados de forma econômica, eficiente e eficaz para realização das diretrizes da Entidade e o alcance na efetividade das políticas a serem implantadas por esta administração. Segundo Souza (2006, p.10) [6] o controle interno corresponde ao conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e de ajudar a administração na conduta ordenada de sua gestão. O controle interno deve desenvolver ações de caráter preventivo, corretivo e sistemático, na busca da identificação dos padrões de comportamento e/ou desempenhos desejáveis da administração. De acordo com o Guia para Normas de Controle Interno do Setor Público, elaborado pela entidade de fiscalização superior, International Organization of Supreme Audit Institution (INTOSAI 2007) [7], organização que tem por objetivo fomentar o intercâmbio de ideias e experiências no que se refere à auditoria pública, compete à administração pública desenvolver um controle interno adequado e garantir o seu funcionamento para proteger os recursos públicos, assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, bem como a probidade e a adequação das decisões tomadas para reduzir o risco de erros e de irregularidades, e buscar a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da administração. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) [8], através da Resolução nº 10 de 02 de setembro de 1998, já havia estabelecido que o controle interno corresponde a um sistema que compreende: [...] as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Administração de um órgão/entidade para ajudar a alcançar os objetivos e metas propostas e assegurar, enquanto for praticável, o desenvolvimento ordenado e eficiente das operações, incluindo a adesão às políticas e procedimentos

administrativos, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros. Do exposto, verifica-se que o controle interno caracteriza-se pela finalidade de garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborando com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia em suas áreas.

DISCUSSÃO:

A pesquisa realizada teve como instrumento o questionário aberto, aplicado ao responsável pelo Controle Interno do município de São Francisco do Glória, localizado na Zona da Mata Mineira. O município teve sua emancipação política em 12 de dezembro de 1953. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [9], sua população em 2014 foi estimada 5.177 habitantes, possuindo uma área territorial de 164,613km². A prefeitura conta com oito secretarias, entretanto a pesquisa foi aplicada mais precisamente à Secretaria Municipal de Administração, Controle e Finanças, pois tal setor coordena as atividades ligadas à administração geral do município. Após a edição da Lei Municipal nº 749 de 28 de março de 2.000 [10], a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito sancionou a seguinte lei: que fica criado, como órgão de assessoramento integrante da Administração Municipal, o Sistema de Controle Interno – que funcionará sob a denominação de Controladoria Geral”. A Controladoria Geral do Municipal não possui organograma, isto é, o quadro de funcionário é composto por apenas um servidor, o que dificulta na fiscalização e controle nas demais secretarias. O funcionário responsável, nomeado Controlador Interno, respondeu que tem dedicação exclusiva, no entanto, suas atividades ficam muito restritas à Secretaria Municipal de Administração, Controle e Finanças, o qual é vinculado. Ao ser questionado sobre seu cargo e formação, o Controlador respondeu que exerce cargo comissionado por nomeação do Prefeito Municipal desde 2013 e que tem formação em técnico em enfermagem. Dessa forma, percebemos que o funcionário indicado não atende os quesitos da lei municipal nº749, onde diz que: Art 2º “o cargo de chefe do Sistema de Controle Interno, de Provimento em comissão, de livre nomeação, exoneração pelo chefe do Executivo Municipal, será preenchido por pessoa possuidora de comprovada experiência e com conhecimento na área que vai atuar, acompanhada preferencialmente de graduação em curso superior em uma das seguintes áreas: Administração, Bacharel em Direito, Economia, Ciências Contábeis, ou ainda curso técnico na área contábil ou administrativa. Pode-se analisar que a formação acadêmica não é compatível com o desempenho da função de um controlador interno, o que exige amplo conhecimento e entendimento sobre aspectos técnicos e legais para que possibilite o bom desempenho da função. Porém, o controlador interno afirmou que tem conhecimento da responsabilidade que ele exerce, e que as atividades requerem conhecimento técnico adequado, então para isso o mesmo participa de cursos e treinamentos diariamente para contribuir para o desempenho de suas atribuições, afirmando: – “Os treinamentos contribuem para a capacitação profissional e para atualização da legislação”. Questionado sobre as principais atribuições do sistema de controle interno e como a Controladoria Municipal as desenvolve, o controlador assegurou que o órgão acompanha, analisa e fiscaliza os processos em geral, zelando pela legalidade dos atos dos gestores, conferindo regularidades aos gastos públicos e precavendo a má administração dos recursos, de modo a conferir eficiência à

gestão orçamentária. Segundo relato do Controlador, as principais atividades do controle interno são a fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial da administração, o acompanhamento das disponibilidades econômicas do ente, bem como o registro do seu inventário, que engloba as incorporações e baixas dos bens públicos ao patrimônio do órgão. Cabe ao controle interno também avaliar os custos dos programas de governo, quanto a sua eficácia, fornecendo os meios necessários para fundamentar a tomada de decisões do gestor, além disso, ele avalia o patrimônio do ente público, fiscaliza e monitora os contratos e atividades do departamento pessoal. Ao ser perguntado sobre atuação da Controladoria Municipal para o desenvolvimento das atividades do Secretariado municipal, ele destacou que a atuação é positiva, pois evita que haja descumprimento de normas e procedimentos e afirmou que - “É muito importante à atuação do controle interno, para evitar que o serviço público seja feito de qualquer jeito, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige transparência”. Dessa forma percebe-se que o controle interno propicia maior segurança nas ações a serem tomadas nos processos de gestão pública municipal, controlando os processos de compras e serviços da Administração, conferindo todo o processo dos gastos públicos e analisando as despesas a serem realizadas para que não seja usado de maneira indevida. Ao ser questionado se o Sistema de controle interno propicia instrumentos para a tomada de decisões, o controlador afirmou que o controle interno ao fim de cada mês emite um relatório contendo pareceres sobre os resultados do acompanhamento e indica sugestões em caso de alguma irregularidade verificada, sendo que esse relatório é protocolado junto ao gestor municipal. Interrogado se o Controle Interno atua efetivamente como apoio ao Controle Externo, foi relatado que no municipal há um departamento responsável por manter contato e trocar informações com o órgão de controle externo, devido a isso, o controle interno não atua efetivamente como apoio ao controle externo. Quando questionado sobre as principais limitações encontradas para exercer o controle interno municipal, ele apontou diversas limitações, dentre elas, o fato de não ser detentor de cargo efetivo, o que impossibilita a liberdade e independência para realizar suas atividades e apontar possíveis erros e soluções para os problemas encontrados. Outra limitação relatada por ele é que por estar vinculado à Secretaria Municipal de Administração, Controle e Finanças, ele acaba ficando muito limitado e focado nessa secretaria, deixando as demais sem fiscalização e sem a devida atenção. No ponto de vista do Controlador, as características necessárias ao sistema de controle interno municipal para tornar a gestão pública mais eficiente, são as seguintes: Agilidade na tomada de decisão; qualificação dos servidores; Autonomia; exatidão nas informações contábeis; participação no planejamento municipal; implantação de normas e procedimentos para os processos; Realização de reuniões periódicas com os gestores públicos. Por fim, solicitamos sugestões para melhoria das atividades da Controladoria Municipal e foram apontadas as seguintes: Ampliação da estrutura administrativa, por meio de contratação de mais profissionais; Mais autonomia e mais investimento em treinamentos, através de participação em cursos específicos; Implantação de manual de normas e procedimentos para uniformizar os processos, evitar erros, estabelecer rotinas e aperfeiçoar os trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para consecução dos objetivos, o Controlador Interno do Município respondeu a um questionário aberto, com abordagem qualitativa. O estudo evidenciou que as ações do controle interno estão basicamente centradas em atividades operacionais. Através do mesmo identificou-se, que as práticas exercidas pela Controladoria Geral do município pesquisado não se assemelham as funções de controladoria usualmente encontradas na literatura. No caso do município pesquisado, verificou-se que a atuação do Sistema de Controle interno é bastante restrita à Secretaria Municipal de Administração, Controle e Finanças, com funções de controle sobre as operações de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial. Percebeu-se que o controlador interno oferece ao gestor público a tranquilidade de estar informado da legalidade dos atos que estão sendo praticados, também propicia aos gestores instrumentos para a tomada de decisões por meio de relatórios, pareceres e recomendações. O estudo demonstrou que o cargo para controlador interno deveria ser de provimento efetivo e não de livre nomeação e exoneração, a exemplo dos cargos de comissão, pois o controlador interno precisa assumir uma postura imparcial diante de suas análises, e se preciso for, deverá denunciar práticas ilegais, sem receio de demissão. Analisou-se que as atividades do sistema de controle interno podem contribuir para eficiência da gestão pública, à medida que atuação do Controlador possibilite a orientação dos gestores na tomada de suas decisões. No entanto, para que o controle interno seja eficaz, ele precisa ter mais autonomia, ser formado na área para desempenhar melhor as atribuições de controle interno e guardar sigilo sobre os dados e informações obtidos. Diante do exposto, pode-se dizer que o Controle Interno tem como propósito básico contribuir para maior eficiência, eficácia e efetividade da Gestão Pública e fornecer à sociedade informações que permitam o acompanhamento e avaliação do desempenho da Gestão Pública. Com este estudo conclui-se o quanto importante é ter um órgão de Controle Interno atuante no município.

BIBLIOGRAFIA:

[1] GUERRA, Evandro Martins. Os controles externos e internos da administração pública. 2.ed. rev. e ampl. 2. tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2007. [2] PIRES, José Calixto de Souza; MACEDO, Kátia Barbosa. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. [3] MEIRELLES, Lopes Hely. Direito Administrativo brasileiro. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. [4] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> [5] BRASIL. Lei, nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964. [6] SOUZA, Jorge B. Controle interno municipal: uma abordagem prática. Porto Alegre: Evangraf, 2006. [7] INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS – INTOSAI. Diretrizes para as normas de controle interno do setor público. Tradução de Cristina Maria Cunha Guerreiro, Delanise Costa e Soraia de Oliveira Ruther. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2007. [8] MINAS GERAIS. TCEMG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. 1998. Resolução

10/1998. [9] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico (2014). [10] Lei nº 749, de 28 de março de 2.000, que cria o Sistema de Controle Interno da Administração Direta e Indireta e Fundacional do município de São Francisco do Glória.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

INVESTIGAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE ALELOS INTERMEDIÁRIOS DA DOENÇA DE HUNTINGTON NA POPULAÇÃO GERAL BRASILEIRA

Thays Andrade **APOLINÁRIO** (IC thays_apolinario@hotmail.com)¹, Iane S. dos **SANTOS** (IC)¹, Carmen L. A. **PAIVA** (PQ)² e Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)^{1,2}

1. UNIRIO- 20211-040 – Rio de Janeiro – RJ. 2. Faculdade de Minas-FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Huntington, alelo e intermediário.

INTRODUÇÃO:

A doença de Huntington (DH) é uma desordem neurodegenerativa, autossômica dominante, progressiva, caracterizada por distúrbios motores, cognitivos e comportamentais. A DH é causada por uma mutação dinâmica devido a expansão de trinucleotídeos CAG no cromossomo 4 no gene HTT, este gene codifica a proteína huntintina [1]. A prevalência da doença varia de acordo com a origem étnica, em caucasianos da Europa ocidental a prevalência é estimada de 5-10/100.000 indivíduos [2]. Os alelos considerados normais possuem menos de 27 cópias CAG, com fenótipo normal. Os alelos intermediários (Als) têm de 27 a 35 repetições CAG, apresentam um fenótipo normal, porém, são considerados geneticamente instáveis, havendo risco de transmissão de um alelo expandido para a próxima geração. Os alelos com 36 a 39 unidades CAG são de penetrância reduzida e podem gerar tanto um fenótipo normal ou um fenótipo da DH com início tardio. Os alelos com mais de 39 cópias CAG são denominados penetrância completa, e determinam um fenótipo da DH [3]. Os sintomas da DH em portadores podem aparecer em qualquer fase da vida, porém, na maior parte dos casos, se iniciam entre a quarta e a quinta década de vida [4]. A sobrevivência da doença é de 15 a 20 anos após a idade de início da sintomatologia [2]. Os sintomas iniciam-se, na maior parte, com distúrbios de comportamento, principalmente irritabilidade, insônia ou sintomas depressivos [5]. De modo geral, a demência aparece em fases mais avançadas da doença, sucedendo em alguns anos as manifestações psiquiátricas. Outro sintoma comum na DH é a coreia que pode aparecer de maneira lenta e gradual ao longo dos anos [4]. Muitos estudos sugerem a existência de fatores que interferem na instabilidade da região de trinucleotídeos CAG ao longo das gerações. Alguns fatores apontados são o próprio tamanho dos alelos CAG, o sexo e idade do portador, além dos cis- e trans- fatores e os fatores ambientais [6]. Mutações de novo para DH são definidas como o primeiro caso de DH dentro de uma família sem histórico da doença que surgem a partir da expansão CAG de um Al vindo de um dos pais na transmissão para a prole [7]. Alguns autores relataram que o principal fator que interfere no tamanho do CAG são os cis fatores, como os marcadores genéticos do tipo SNPs (single nucleotide polymorphism). Acredita-se que o perfil de SNP pode determinar o grau de predisposição na ocorrência da expansão dos trinucleotídeos CAG no gene HTT [8]. Por meio da análise destes SNP foram construídos haplogrupos diferentes de modo a categorizar indivíduos portadores de alelos CAG normais e expandidos em diferentes populações [8]. De acordo com cada perfil genético, estes indivíduos são classificados em haplogrupos A, B e C. Em uma amostra

da população Européia, onde a prevalência da DH é alta, observou-se que o haplogrupo A é encontrado em 95% dos afetados, 83% dos portadores de Als. Curiosamente, o haplogrupo A também está presente em 53% dos cromossomos da população geral (<27 CAG) [8]. O haplogrupo B e o C foram encontrados em populações que tinham baixa prevalência da doença [8]. Sugere-se que as novas mutações para DH não ocorrem aleatoriamente em qualquer cromossomo, existe uma maior predisposição desta ocorrência em indivíduos com haplótipo A [9]. O haplótipo A, presente em uma maior frequência nos cromossomos de indivíduos caucasianos afetados pela DH (Europa Ocidental), também é encontrado em Als da mesma população. Indivíduos portadores de alelos expandidos, assim como aqueles portadores de Als podem possuir fatores semelhantes para predisposição e ocorrência da expansão CAG [10]. Os Als, principalmente durante as meioses e mitoses, por serem instáveis, podem ser transmitidos de forma expandida para a prole, surgindo casos de novo da DH. Quanto maior a expansão CAG maior a chance de transmissão de um alelo expandido para a próxima geração [8]. Adjacente a região polimórfica CAG no gene HTT existe outra região polimórfica de trinucleotídeos CCG [11]. A região CCG tem sido utilizada para realizar estudos genéticos relacionados à origem ancestral do gene mutado para DH [1]. Na Europa, população com alta prevalência da DH, a maior parte dos indivíduos afetados possui alelos CCG com sete repetições e, no Japão, região conhecida como população de baixa prevalência, possui maior frequência de alelos CCG com 10 unidades [9]. Curiosamente, alguns autores observaram pacientes portadores de Als com alterações comportamentais (apatia e tendência a suicídio) e algumas alterações motoras e cognitivas, ao contrário do que se esperava em relação a portadores destes alelos que eram considerados assintomáticos. A associação do Al com a presença de sinais clínicos faz com que o paciente passe a ter relevância clínica. Estes resultados têm implicações importantes não só para a patogênese da doença, mas também para o aconselhamento genético na DH. Uma vez que, na maior parte dos casos, estes indivíduos recebem aconselhamento genético com a garantia de serem não portadores da mutação genética [12,13]. O objetivo deste estudo foi investigar a frequência de Al e a região polimórfica CCG na população brasileira não afetada pela DH para a realização de um estudo epidemiológico sobre a doença, ainda pouco estudada.

MATERIAL E MÉTODOS:

Foi realizada a coleta de sangue periférico em 43 indivíduos sem histórico familiar da DH, maiores de 18 anos residentes da cidade do Rio de Janeiro. Todos que desejaram participar da pesquisa assinaram um termo de

consentimento livre e esclarecido. Após a coleta de sangue periférico foi realizada extração de DNA de linfócitos conforme protocolo do Kit ilustra blood genomic Prep Mini Spin, GE Healthcare, Buckinghamshire, Inglaterra. Posteriormente o DNA extraído teve as regiões polimórficas CAG e CCG amplificadas por PCR (reação em cadeia da polimerase) com o uso de primers específicos para estas duas regiões. O tamanho dos alelos CAG e CCG foram determinados por eletroforese capilar no analisador genético ABI 500. Todos os procedimentos experimentais foram realizados em duplicata de cada amostra em dias distintos e os resultados confirmados no Hayden Lab em Vancouver, Canada (University of British Columbia).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram analisados 86 alelos na região polimórfica CAG e CCG. O tamanho dos alelos CAG variou de 9 a 26 repetições dos alelos CCG de 6 a 10 repetições, com médias de $18, 53 \pm 5,05$ e $8 \pm 1,41$, respectivamente. Sendo o alelo CAG com 17 repetições e o alelo CCG com 7 repetições os mais frequentes, representando 34,88% e 68,60% dos alelos respectivamente. Não houve indivíduos portadores de AI na amostra estudada. A prevalência da DH dentro das populações é estimada por meio do equilíbrio entre o surgimento das novas mutações a partir de Als e a diminuição das chances de transmissão de novos alelos expandidos para outras gerações por meio de indivíduos com DH juvenil, pois quanto maior o CAG mais cedo é a idade de início [8]. Alguns autores acreditam que a verdadeira prevalência da DH dentro de uma população pode ser subestimada em até 80% com a existência de Als [14]. Mutações de novo para a DH são mais comuns do que se esperava. Aproximadamente 10% dos indivíduos que desenvolvem a doença clínica têm pais que, com base no seu próprio fenótipo, não teriam sido considerados como portadores da mutação para DH, porém, eram portadores de Als [15]. Em estudos anteriores com a população geral brasileira a frequência de AI encontrada foi de 2% em 25 indivíduos controle e 8,7% em 92 participantes controle (50 caucasóides e 42 afro-brasileiros) [16,17]. Raskin e colaboradores (2000) sugerem que 1/12 indivíduos na população geral brasileira caucasóide e 1/10 indivíduos na população geral afro-brasileira podem ser portadores de um AI. Porém, no presente estudo não foi evidenciado Als, percebe-se que alguns indivíduos do presente estudo tem alelos CAG até 26 repetições (distante da média com 17 CAGs), apenas 1 alelo a menos do limite inferior de AI (27-35) [3]. O alelo CAG com 17 repetições foi o mais comum na população brasileira, assim como na população européia, onde a prevalência da DH é alta [9]. Estudos anteriores demonstraram uma correlação significativa entre os comprimentos das repetições CAG em cromossomos normais e a prevalência da DH. Pois o número de repetições CAG em cromossomos normais é significativamente maior em populações com alta prevalência de DH. E em populações com baixa prevalência o tamanho CAG em cromossomos normais é menor que em cromossomos de indivíduos controle de origem européia [9]. O alelo CCG com 7 repetições em alelos expandidos foi o mais comum nos indivíduos investigados no presente estudo, assim como em outro estudo realizado na população brasileira com 61 participantes com 95,24% de frequência [18]. O alelo CCG com 7 repetições também foi o mais frequente entre 90 indivíduos com histórico familiar de DH e 25 pessoas do grupo controle na Venezuela [19]. Na população de Portugal este alelo CCG com 7 repetições também foi

observado com maior frequência, representando 61.2% dos indivíduos normais, 87.9% dos afetados pela DH e 100% dos portadores de Als em 140 famílias com histórico de DH [20]. O mecanismo molecular que colabora para a ocorrência de mutações de novo para DH ocorre etapa por etapa, expandindo a região polimórfica CAG ao longo das gerações a partir de um alelo normal. Isso pode ocorrer devido a uma instabilidade genética que causa múltiplas expansões até se tornarem Als (27-35 repetições), alelos de penetrância reduzida (36-39) e de penetrância completa (>39) para DH [8]. Pelo fato da ocorrência de mutações de novo sofrer influência do fundo haplotípico do indivíduo, alguns autores acreditam que os Als encontrados dentro de famílias com histórico da DH são mais instáveis, e possuem maior risco de gerarem casos de mutações de novo da DH em comparação aos indivíduos portadores de Als encontrados na população geral. O mesmo fundo haplotípico de portadores da DH o qual gera maior predisposição para a expansão CAG para a prole também pode ser encontrado na população geral [8,10] sem histórico familiar da doença, o que torna estes indivíduos também susceptíveis a expansão da repetição CAG na próxima geração [8,9,10].

CONCLUSÃO:

Neste estudo com resultados parciais não foi encontrado nenhum indivíduo portador de alelo intermediário responsável por causar a DH. Há necessidade de pelo menos 500 indivíduos para que esta estimativa seja fidedigna e possa ser inferida na população brasileira. Os alelos CCG com sete repetições sugerem semelhança com a população européia, onde a DH tem alta prevalência. O tamanho dos alelos CAG encontrados na população geral são ligeiramente maior que a média normal com 17 CAG, quanto maior o número destas repetições CAG maior as chances de surgimento de novos casos de DH na população investigada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- [1] THE HUNTINGTON'S DISEASE COLLABORATIVE GROUP, T. H. S. D. C. G. A novel gene containing a trinucleotide repeat that is expanded and unstable on Huntington's disease chromosomes. *Cell*, v.72, n.6, Mar 26, p.971-983. 1993.
- [2] GIL, J. M.; REGO, A. C. Mechanisms of neurodegeneration in Huntington's disease. *Eur J Neurosci*, v.27, n.11, Jun, p.2803-20. 2008.
- [3] ACMG/ASHG. Laboratory guidelines for Huntington disease genetic testing. The American College of Medical Genetics/American Society of Human Genetics Huntington Disease Genetic Testing Working Group. *Am J Hum Genet*, v.62, n.5, May, p.1243-7. 1998.
- [4] BARSOTTINI, O. G. P. Doença de Huntington: o que é preciso saber? *Revista Einstein*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 83-88, fev. 2007.
- [5] SANBERG, P. R. et al. Body weight and dietary factors in Huntington's disease patients compared with matched controls. *The Medical Journal of Australia*, v. 1, n. 8, Apr 18, p. 407-9, 18 abr. 1981.
- [6] PEARSON, C. E., NICHOL EDAMURA, K. e CLEARY, J. D. Repeat instability: mechanisms of dynamic mutations. *Nat Rev Genet*, v.6, n.10, Oct, p.729-42. 2005.
- [7] GOLDBERG, Y. P. et al. Molecular analysis of new mutations for Huntington's disease: intermediate alleles and sex of origin effects. *Nat Genet*, v.5, n.2, Oct, p.174-9. 1993.
- [8] WARBY, S. C., et al. CAG expansion in the Huntington disease gene is associated with a specific and targetable predisposing haplogroup. *Am J Hum Genet*, v.84, n.3, Mar, p.351-66. 2009.
- [9] SQUITIERI, F., et al. DNA haplotype analysis of Huntington disease reveals clues to the origins and

330

mechanisms of CAG expansion and reasons for geographic variations of prevalence. Increased instability of intermediate alleles in families with sporadic Huntington disease compared to similar sized intermediate alleles in the general population. *Hum Mol Genet*, v.4, n.10, Oct, p.1911-8. 1995. [11] MOROVVATI, S. et al. Analysis of CCG repeats in Huntingtin gene among HD patients and normal populations in Japan. *Arch Med Res*, v.39, n.1, Jan, p.131-3. 2008. [12] FEIGIN, A. Redefining the genetic risk for Huntington disease. *Neurology*, v.80, n.22, 2005 May, p.2004-2005. 2005. [13] HA, A. D., BECK, C. A. e JANKOVIC, J. Intermediate CAG Repeats in Huntington's Disease: Analysis of COHORT. *Tremor Other Hyperkinet Mov (N Y)*, v.2. 2012. [14] RAWLINS, M. Huntington's disease out of the closet? *Lancet*, v.376, n.9750, Oct 23, p.1372-3. 2010. [15] FALUSH, D. et al. Measurement of mutational flow implies both a high new-mutation rate for Huntington disease and substantial underascertainment of late-onset cases. *Am J Hum Genet*, v.68, n.2, Feb, p.373-85. 2001. [16] SILVA, T. C. L. et al. Molecular diagnosis of huntington disease in brazilian patients *Arq. Neuropsiquiatr.*, v.58, n.1, Mar 2000, p. 11-17. 2000. [17] RASKIN, S. et al. Huntington disease: DNA analysis in Brazilian population. *Arq Neuropsiquiatr*, v.58, n.4, Dec, p.977-85. 2000. [18] AGOSTINHO, L. D. A. et al. Haplotype analysis of the CAG and CCG repeats in 21 Brazilian families with Huntington's disease. *J Hum Genet*, v.57, n.12, p.796-803. 2012. [19] PARADISI, I., HERNANDEZ, A. e ARIAS, S. Huntington disease mutation in Venezuela: age of onset, haplotype analyses and geographic aggregation. *J Hum Genet*, v.53, n.2, p.127-35. 2008. [20] COSTA, M. C. et al. The CAG repeat at the Huntington disease gene in the Portuguese population: insights into its dynamics and to the origin of the mutation. *J Hum Genet*, v.51, n.3, p.189-95. 2006.

Área do conhecimento (CNPq) 2.02.00.00-5 – Genética.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ONG, JUVENTUDE E ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS-EDUCACIONAIS.

Maira Ribeiro de **SOUZA** (IC – mairarsouza@yahoo.com.br)¹, Juliana **PERUCCHI** (PQ)²

1. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; 2. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF – 336036-330 – Juiz de Fora - MG

Palavras-Chave: ONG, Juventude, Produção acadêmica.

APRESENTAÇÃO:

As Organizações não Governamentais (ONGs) devem ser compreendidas como uma construção social que foi se reconfigurando no decorrer da história (LADIM, 1998). Para entender como este processo tem se desenvolvido no contexto brasileiro é importante considerar os aspectos socioeconômicos e políticos de cada período vivido pelo país. As primeiras ONGs emergiram no Brasil em meados dos anos 70, por meio de organizações de “assessoria e apoio”, ou “a serviço dos grupos e movimentos populares”- sendo, muitas delas, influenciadas pela perspectiva de educação popular de Paulo Freire e pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) embasadas pela teologia da libertação [1] [2]. Suas atuações eram diversificadas quanto a frente reivindicativa, como: a luta pela igualdade de gênero, crianças e adolescentes em situação de risco, entre outras [1] [2]. Mas, de maneira geral, tinham como pano de fundo a busca por dos direitos humanos, sociais e políticos. Neste sentido, as ONGs tinham cunho contestatório e de resistência frente ao Estado. Os financiamentos das ações desenvolvidas por estas organizações eram propiciados, principalmente, por agências internacionais. A partir dos anos 90 houve uma reconfiguração no perfil de atuações das ONGs brasileiras. Isto ocorreu devido ao esfacelamento do Estado provocado pela recessão vivida pelo país. Como medidas, o governo adotou políticas neoliberais caracterizadas pela diminuição da intervenção Estatal, ampliação de privatizações e convocação da participação da sociedade civil no plano de ações das políticas sociais. É válido ressaltar que houve uma significativa diminuição dos financiamentos das agências internacionais direcionados às organizações dos países da América Latina, entre eles, o Brasil. Estes voltaram-se para causas de países de terceiro mundo como, por exemplo, a fome que assolava regiões africanas. Tomando por base este contexto sócio-político, as ONGs brasileiras se viram diante da necessidade de realizar parcerias com o Estado e empresas privadas do próprio país para alocar verbas e gerir seus projetos. Desta forma, foi possível perceber que o foco de ação se deslocou da defesa de causas sociais frente ao Estado para as temáticas que se encaixavam nos editais de financiamento. Com caráter mais assistencialista do que reivindicativo, muitas ONGs passaram a funcionar como executoras de políticas públicas. Houve aqui, a transversalização entre as frentes das diversas organizações sendo possível verificar a hibridação das temáticas [3]. É neste cenário que a juventude, especialmente, aquela advinda de camadas populares, surge como objeto do discurso acadêmico, do Estado e de organizações sociais como as ONGs [2]. Vistos como um “problema social” e sob a perspectiva de população em situação de “risco social” (risco para si e

para a sociedade) jovens pobres foram associados como mais suscetíveis a criminalidade, ao uso de substâncias psicoativas, ao tráfico, à gravidez indesejada e ao desemprego [4]. Para assegurar o “bem-estar” da sociedade, os/as jovens pobres passaram a ser alvo de “dispositivos assistencialistas e tutelares por meio de tecnologias biopolíticas, disciplinares e de segurança” que tinham como principais objetivos controlar, disciplinar e normatizar suas condutas [5]. Desta forma, pode-se perceber que para além da intenção em contribuir na resolução dos problemas sociais que afligem a juventude, esta temática facilita a captação de recursos para o financiamento das atividades [3]. Neste cenário, uma peculiaridade que atravessa o trabalho com jovens é a utilização das expressões artístico-culturais-educacionais como metodologia de trabalho e estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades vividas pelos/as jovens [3]. Partindo desta contextualização, o presente trabalho tem como objetivo mapear as produções acadêmicas brasileiras e mais especificamente a produção recente da pós-graduação que tem como temática geral de pesquisa a juventude como alvo de ações desenvolvidas por ONGs Brasileiras.

DESENVOLVIMENTO:

Para a realização da proposta foram consultados os Banco de Teses da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como recorte as dissertações e teses publicadas nestas bases de dados nos últimos cinco anos, compreendendo os anos de 2010 a 2015. No campo de buscas foram utilizados os seguintes descritores: “ONG” e “juventude” e “ONG” e “jovens”. Através da análise de conteúdo buscou-se descrever os seguintes aspectos: nível da pesquisa, área do conhecimento, objetivos do estudo, recorte empírico, referencial teórico e método utilizado. Além destes pontos foram analisadas também as metodologias de ação com jovens utilizadas pelas organizações pesquisadas e as linhas temáticas de estudo. Para tanto, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão para a seleção dos resumos das teses e dissertações: 1) Publicações que abordem diretamente a relação entre ONGs e juventude e atividades artístico-culturais-educacionais; 2) Se referir a ações desenvolvidas por ONGs em contexto urbano e 3) Ter as palavras ONG e juventude/ou jovens presentes no título, resumo e/ou palavras-chave. E como critérios de exclusão: 1) Publicações que estabelecem relação indireta entre ONG e juventude; 2) Ações desenvolvidas por ONGs em contexto rural; 3) Publicações fora do período de 2010 a 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao digitar os descritores nas bases de dados foi encontrado um total de 33 resumos diferentes. Destes, 23 correspondiam ao período entre 2010 e 2015, sendo 5 teses e 18 dissertações. Pode-se perceber pelo número de publicações que nos últimos cinco anos teve um aumento significativo pelo interesse na temática. Foram selecionados 13 resumos para análise, sendo 5 teses e 8 dissertações. No que se refere a área do conhecimento foram encontradas 5 áreas diferentes. Delas, a educação conta com o maior número de publicações totalizando 8 (4 teses e 4 dissertações), sendo que uma das teses está especificada como educação brasileira; 2 dissertações da área da psicologia sendo que 1 está especificada como Psicologia Social; 1 tese da área da Ciências da Comunicação; 1 dissertação da área da Saúde Coletiva e 1 dissertação da área do Teatro. Com relação aos objetivos do estudo, foi possível identificar quatro categorias principais - 1) Desdobramentos das práticas desenvolvidas pela ONG: presente no estudo de [6] [7] [8] [9] [10] [11] [12] - 2) Percepções, sentidos e significados dos participantes jovens e/ou dos profissionais das ONGs: [7] [9] [13] [14] [15] - 3) Análise das Práticas desenvolvidas pelas ONGs: [13] [16] [17] [18] - 4) Participação dos jovens nas ações desenvolvidas pelas ONGs: investigada por [11] [15]. Em relação ao referencial teórico utilizado, apenas 8 das 13 produções trouxeram explícitas no resumo a perspectiva adotada. As perspectivas utilizadas foram: a Teoria da Ação Comunicativa, do pensador alemão Jürgen Habermas e a Pedagogia Dialógica do educador brasileiro Paulo Freire [16]; Abordagem da Aprendizagem Situada em Comunidades de prática de Lave e Wenger (1991) [17]; Abordagem Construtiva com mediação teórica apoiada em intelectuais como Zygmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos, Marie-Christine Josso, Antonio Nóvoa, Ercília Braga, Alfonso Quintás, Peter Singer, Enrique Dussel, Humberto Maturana, José Tavares, Paulo Freire, Ernst Bloch, Erich Fromm e outros [6]; Abordagem da Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici e Sociologia da Juventude com apoio em Margulis, Pais, Sposito, Abramo [7]; Teatro na Comunidade, fundamentada na Perspectiva Dialógica [18]. Teorias a respeito da educação não formal, de estudos sobre a exploração sexual comercial e de alguns aspectos abordados no livro Respeito, de Richard Sennet (2004) [13]; Enfoque histórico-cultural em psicologia e a autores do Círculo de Bakhtin [14]; Perspectiva sócio-ecológica [8]. Quanto ao recorte empírico, 7 pesquisas trouxeram explícito no resumo a perspectiva adotada. Destas, todas seguiram o recorte qualitativo: [6] [7] [8] [10] [13] [18] [15]; um estudo [17] não trouxe nenhuma informação quanto este aspecto e as demais [6] [7] [9] [11] [12] [14] [16] apesar de não explicitarem tal enquadre, também se inserem no recorte qualitativo como pode ser verificado nos métodos e estratégias de análise utilizadas. Em relação aos métodos, foram utilizados: a pesquisa-ação em 2 trabalhos - [12] [16]; Etnografia em 2 trabalhos - [7] [13]; Pesquisa documental em 2 trabalhos - [8] [9]; Estudo de caso em 2 trabalhos - [11] [18]; Pesquisa (auto)biográfica em 1 trabalho - [6] e Pesquisa participativa também em 1 trabalho - [15]. As estratégias utilizadas podem divididas em 7 principais formas: 1) Entrevista: [9] [13], entrevista narrativa - [6], entrevistas individuais - [7] conversas individuais - [14], entrevistas em profundidade - [8] e entrevistas por pautas - [15]. 2) Grupos: círculos reflexivos - [6] grupos de conversação - [7] encontros conjuntos e conversas em grupo - [14] grupos operativos - [11] oficinas - [12]. 3)

Observação: [6], observação participante - [8] [13]. 4) Análise Bibliográfica: [18] [8] [9]. 5) Diário de Campo: [8]. 6) Questionário: [15]. 7) Análise de documentos: [8]. Foi possível perceber que a maior parte dos resumos aponta para trabalhos que analisam experiências empíricas desenvolvidas por ONGs tendo os jovens de periferias como público alvo. As publicações fazem referência a análise das atividades relacionadas a: 1) Arte-cultura 2) Arte-educação 3) Educação-cultura como pode ser observado a seguir: dança por [17]; educação não-formal [7] [13]; teatro [18]; música [12]; mídias digitais [10]; arte-cultura [11], arte-educação [14] [8] [9] [15]; cultura-educação [6] [16]. Articuladas a estas experiências e aos objetivos dos estudos, pode-se dividir as linhas temáticas gerais de pesquisa em quatro eixos: 1) Educação não formal 2) Cidadania 3) Saúde 4) Perspectivas de Futuro. A realização de atividades que envolvem a cultura, arte e educação não formal tem sido recorrente nas ações e projetos de ONGs brasileiras para o enfrentamento das vulnerabilidades juvenil. Estas ações são enunciadas com diferentes finalidades: como alternativa ao ingresso no "mundo do crime" e outros "riscos sociais" como gravidez indesejada e violência. Outras vezes surgem como denúncia da exclusão, estigmas e preconceitos ou ainda como forma de reivindicar o direito à cidadania e ampliação de redes de sociabilidade [3]. Tal constatação foi corroborada pelo presente estudo já que as publicações analisadas trazem tais aspectos em seus resumos. Neste sentido, é importante questionar em que medida as práticas das ONGs, que realizam atividades artístico-culturais-educacionais, tem contribuído para a superação de tais vulnerabilidades através de desdobramentos na saúde, nos modos de vida, na efetivação de condições materiais e, sobretudo, tem levado os/as jovens a questionarem as estruturas de poder que os/as mantêm em uma situação de subordinação e opressão? [3] [19] [20]. Por meio da realização deste mapeamento pode-se perceber a necessidade do desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas que problematizem tais questões, visando uma melhor compreensão acerca da relação entre ONG, juventude e atividades-artístico-culturais-educacionais.

BIBLIOGRAFIA:

[1] LADIM, L. Experiência militante - histórias das assim chamadas ONG's. In: LADIM, L. Ações em sociedade – militância, caridade e assistência, etc. Rio de Janeiro. NAU – Instituto de Estudos da Religião (ISER), 1998. [2] FRAGA, P. C. P. As ONGs e o espaço público no Brasil. Revista Presença, n. 2, p. 26-36, 2002. [3] MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. Interface - Com., Saúde, Edu., 12(26), p.605-617, 2008. [4] ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Revista Brasileira de educação: Juventude e contemporaneidade, número especial, p. 25-36, 1997. [5] GALINDO, D., LEMOS, F. C. S., SOUZA, L. L., & RODRIGUES, R. V. Como se forja o menor: tramas da atenção psicossocial e da proteção social. Barbarói, 2(41), p. 56-81, 2014. [6] LOBO, J. T. A produção de sonhos dos meninos da Casa Grande. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010. [7] LUTZ, A. Jovens em ONGs e a representação social da violência: descontinuidade na violência, afirmação do sujeito de direitos. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, 2010. [8] GUIMARAES, J. S. A participação juvenil como estratégia de promoção da saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2011. [9] REGO, M. R. F. Educação pela comunicação e seus significados para jovens: um estudo com participantes da ONG Auçuba comunicação e educação. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2011. [10] LOPES, D. B. Juventude e Cidadania: usos das mídias digitais na ONG Aldeia. Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona, Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. [11] LAGE, M. M. Experiências subjetivas e perspectivas de futuro: a juventude o centro cultural cartola- RJ. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, 2012. [12] FERNANDES, A. C. F. O rap e o letramento: a construção da identidade e a constituição das subjetividades dos jovens na periferia de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014. [13] SILVA, M. A. Educação não-formal, sexualidade e violência: possibilidades de enfrentamento da exploração infanto-juvenil. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2012. [14] ASSIS, N. Jovens, arte e cidade: (im)possibilidades de relações estéticas em programas de contraturno escolar. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. [15] ALMEIDA, N. S. Educação pela comunicação na ONG associação imagem comunitária: estudo a partir das percepções de jovens sobre sua prática de comunicação. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2006. [16] BANDEIRA, J. T. S. Juventudes, culturas e cidadanias: diálogos em perspectivas numa ONG na periferia da cidade de Fortaleza. Tese (Doutorado em Educação Brasileira), Programa de Pós-Graduação em Educação brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2010. [17] CARNEIRO, N. M. Corpo cidadão: experiências da aprendizagem do Grupo Experimental de Dança de Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. [18] LIMA, L. A. O teatro em comunidade no contexto das ONGs. Dissertação (Mestrado em Teatro), Pós-graduação em teatro, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012. [19] MALVASI, P. A., & ADORNO, R. C. F. A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.1, p.30-41, 2014. [20] PRADO, M. A. M., & PERUCCHI, J. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados "movimentos" juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? Dayrell, J., & Moreira, M. I. C., Stengel, M. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

INFLUENCIAS DO GESTOR TRIBUTÁRIO NO RESULTADO FINANCEIRO DAS ORGANIZAÇÕES

Fábio Varize **RIBEIRO** (IC – fabiossva@hotmail.com)¹, Kerollen Cristina de Moraes **MILAGRE** (IC)², Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES** (PQ)³

1. Curso de contabilidade decisorial, ênfase em Controladoria, 2. Curso de Ciências Contábeis, 3. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Gestão tributária, Controller, Legislação

APRESENTAÇÃO:

O Brasil é um dos países com uma das maiores cargas tributárias, composta por inúmeros impostos, taxas e contribuições. O excesso de tributos no país, muitas vezes inviabiliza projetos, impedindo que se torne um ótimo empreendimento. Diante disso, a carga tributária Brasileira, hoje, torna-se uma das maiores preocupações das empresas, tendo em vista que os impostos refletem direta e indiretamente nos resultados, ela é a maior da América Latina. Com isso torna-se necessário, a presença de um profissional qualificado, para atuar nesta gestão, é o que chamamos de controller, que é um profissional participante nas tomadas de decisões, que atua em situações estratégicas das empresas, e tem como uma de suas principais funções a gestão tributária, o que exige um bom conhecimento da legislação, do ramo de atividade da empresa e habilidades para analisar dados contábeis e estatísticos, visando assim, a redução de custos e maior competitividade no mercado. A gestão tributária desempenhada pelo Controller, nada mais é, do que uma série atividades e atitudes exercidas, em torno do recolhimento de tributos. Todavia, objetivando estrategicamente a organização destes, especialmente no que se refere à redução de custos ou a economia tributária. O objetivo deste trabalho é demonstrar o quão importante a gestão tributária é, e que a presença de um profissional qualificado nessa área é imprescindível para um resultado eficaz das empresas.

DESENVOLVIMENTO:

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), O Brasil tem a maior carga tributária de impostos da América latina e também supera aquela de países ricos na média. Entre 2010 e 2013, a arrecadação cresceu 2,5 pontos percentuais do PIB no país, comparando a alta de 1,5 ponto na região e de 1,3 ponto nos países desenvolvidos. O Brasil foi o único país da região que arrecadou mais que as nações ricas em 2013 em termos percentuais, quando a carga tributária abocanhou 35,7% do PIB comparado a 34,1%, conforme o relatório de “Estatísticas Tributárias na América Latina e Caribe”, preparado pela Organização para Cooperação Econômica (OCDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão da ONU para América Latina (Cepal) e Inter-American Center of Tax Administrations (Ciat). A receita com impostos no Brasil totalizou R\$ 1,728 trilhão em 2013, o que representa um aumento de R\$ 466 bilhões desde 2010. A diferença entre a arrecadação tributária no Brasil e a de países ricos pulou de 0,4 para 1,6 ponto percentual entre 2010-2013, refletindo também o crescimento econômico brasileiro maior no período. Para 2014 e 2015, porém, a expectativa é de que essa diferença diminua, por causa da “notável

desaceleração da economia brasileira”, avalia Angel Melguizo, diretor de América Latina e Caribe do Centro de Desenvolvimento da OCDE. [1]. Como se sabe, há tempos a população Brasileira é castigada quando se trata de pagamento de tributos. É uma nação habituada a tolerar altas cargas tributárias. Como agravante, grande parte dos Brasileiros, que se incluem até mesmo alguns empresários, não sabe o quanto exatamente paga de tributos, menos ainda sobre o que eles incidem. Partindo de que os tributos estão ligados aos resultados da empresa, a alta carga tributária, além de aumentar os custos e diminuir os lucros, muitas vezes inviabiliza projetos. Sendo assim, as empresas carecem de planos para que tenham seus objetivos específicos e inerentes a elas, instituindo melhores maneiras de alcançá-los. Estes planos são reconhecidos como planejamento tributário. O planejamento tributário, conforme Fabretti (2008, p 32), ainda é “O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas” [2]. Entende-se como planejamento tributário, o projeto empresarial que tendo como elemento os tributos e seus mecanismos na organização, tem como objetivo a economia de impostos, implantando procedimentos dentro das normas legais. “O planejamento tributário é na verdade a atividade empresarial estritamente preventiva, que tem como fatos tributáveis e seus efeitos, comparando-se os resultados prováveis, para os diversos procedimentos possíveis, de tal forma a possibilitar a escolha da alternativa menos onerosa, sem extrapolar o campo da licitude.” [3]. Com vista ao apresentado, torna-se necessário a presença de um profissional da área. Visando a melhor execução e uma melhor gestão. Este profissional é conhecido como Controller. “A função de controle de gestão merece destaque em qualquer organização de alguma dimensão e complexidade que opere nos dias de hoje. Muitos são os instrumentos à disposição dos gestores para se tomar as melhores decisões de suporte à otimização da performance organizacional. Os controllers de gestão são os profissionais que disponibilizam a informação privilegiada acerca dos indicadores de desempenho e outras medidas de avaliação do negócio e do seu comportamento face às metas e objetivos traçados. Hoje, mais que do que meros espectadores, os controllers de gestão estão lado a lado dos gestores e intervêm nos processos de tomada de decisão. Longe vão os tempos em que as tarefas dos controllers de gestão se resumiam à atividade de reporting financeiro através da elaboração de mapas financeiros e orçamentos. Evoluções tecnológicas, inovações técnicas e mudanças sócio-culturais estão na origem de uma preocupação crescente das organizações com as dimensões estratégicas e os aspectos não financeiros da performance apresentada. [...] Neste

contexto, à medida que se vão desenrolando as diversas ações no sentido de se atingir os resultados previstos, a função do controller e gestão será comparar o desempenho previsto e aquela que se vai verificando e, caso se observem desvios face ao previsto, atuar no sentido de os corrigir” [4]. Contudo, cabe a este profissional, por meios legais, gerir informações confiáveis, que irão afetar no resultado da empresa, havendo assim maior lucratividade e planejamento, melhores resultados e transparência. É neste sentido, que o papel do controller de gestão também se tem de moldar de acordo com a realidade em que insere, cooperando inclusive para determinar a existência de controllers com perfis e características distintas, uma vez que a atividade e a atuação que os profissionais têm numa área e em outra é diferente, a forma de avaliar e interpretar os dados, os pontos de atenção, as variáveis e alternâncias que se têm de acompanhar, todos são diferentes. Os fatores identificados são específicos da organização particular analisada, pelo que as conclusões retiradas poderão não se aplicar em outras realidades distintas, nomeadamente em organizações com dimensão, situação financeira ou estrutura organizativa diferente. Assim, poderão existir outros fatores mais adequados a outras realidades que podem justificar mais convenientemente a existência ou não de controllers de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base no apresentado, exponho que com a alta carga tributária, é necessário cada vez mais buscar recursos que diminuam os efeitos tributários sobre as operações das empresas. Sabe-se também que os impostos são de suma importância para a economia de qualquer país, mas o mau planejamento estratégico das empresas em relação a estes, podem ser extremamente onerosos aos empresários. Portanto a presença do profissional apto a gerir estas informações é imprescindível, ele será o responsável pelo equilíbrio destas duas esferas.

AGRADECIMENTO:

Ao meu orientador, Professor especialista Jorge Luiz de Oliveira Daibes, por todos os ensinamentos transmitidos e confiança depositada e pela constante disponibilidade, apoio e empenho irrepreensíveis, que sempre manifestou na condução deste trabalho. À FAMINAS, pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde>>. Acesso em 27 ago. 2015. [2] FABRETTI, Laudio Camargo. Código tributário nacional comentado. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. [3] A importância do planejamento tributário para as empresas. Disponível em: <<http://www.faex.edu.br/periodicos/index.php/e-locucao/article/download/24/25>>. Acesso em 27 ago. 2015. [4] O papel dos controllers de gestão nas organizações. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77555/2/106207.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2015.

Área de conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DE UM BAIRRO DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO AO DESCARTE CORRETO DE MEDICAMENTOS

Marlayne Netto **MATHEUS** (IC - marlaynnen@hotmail.com) 1, Micheline Luiza de Souza **LOPES** (PQ)2

1. Curso de Pós-Graduação em Farmacologia Clínica; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Medicamentos, descarte de medicamentos, meio ambiente.

INTRODUÇÃO:

O descarte indevido de medicamentos é uma importante causa da contaminação do meio ambiente, é importante discutir sobre o gerenciamento de medicamentos em desuso e apontar propostas para minimizar o problema. A contaminação do meio ambiente por medicamentos preocupa as autoridades, que tem identificado a presença de fármacos, tanto nas águas, como no solo. As consequências desses fármacos para o meio ambiente ainda não são muito conhecidas; entretanto, a grande preocupação em relação à presença na água, são os potenciais efeitos adversos para a saúde humana, animal e de organismos aquáticos [1]. Alguns grupos de fármacos merecem uma atenção especial, dentre eles estão os antibióticos e os estrogênios. Os primeiros, devido ao desenvolvimento de bactérias resistentes e, os estrogênios, pelo seu potencial de afetar adversamente o sistema reprodutivo de organismos aquáticos como, por exemplo, a feminização de peixes machos presentes em rios contaminados com descarte de efluentes de Estações de Tratamento de Esgoto. Outros produtos que requerem atenção especial são os antineoplásicos e imunossupressores utilizados em quimioterapia, os quais são conhecidos como potentes agentes mutagênicos [2]. O Brasil está entre os maiores consumidores mundiais de medicamentos e com a sua economia estável agregada ao maior acesso a medicamentos, estabelecido pelas políticas governamentais adotadas, contribuem para o aumento do consumo que trará como consequência, maior quantidade de embalagens e sobras de medicamentos que terão como destino o lixo comum [1]. A legislação existente é direcionada aos estabelecimentos de saúde e não engloba a população no geral o que dificulta o entendimento sobre os impactos decorrentes do descarte doméstico de medicamentos. Inúmeras são as causas das sobras de medicamentos e, dentre elas, podemos citar as apresentações das especialidades farmacêuticas com quantidades aquém ou além dos esquemas posológicos normalmente empregados, a propaganda de medicamentos estimulando a aquisição não necessária, a não adesão dos pacientes ao tratamento prescrito, à alteração de esquema medicamentoso durante o tratamento, entre inúmeras outras [2]. Sendo o descarte indevido de medicamentos uma importante causa da contaminação do meio ambiente, o objetivo do presente trabalho é conhecer o destino dos medicamentos de uso domiciliar e apontar propostas para conscientizar a população sobre o problema no Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa baseou-se em avaliação quali-quantitativa através da aplicação de entrevista com perguntas diretas a 50 pessoas, aleatoriamente, entre funcionários e clientes, de idade entre 18 e 70 anos, de uma pequena drogaria de

Jacarepaguá, no Rio de Janeiro – RJ, no mês de abril de 2015. Os dados foram coletados durante o horário de funcionamento do estabelecimento, das 7:00 horas às 22:00 horas. Na pesquisa não foi considerado o grau de escolaridade nem condições econômicas. Foi perguntado onde as pessoas descartavam medicamentos em desuso e se sabiam qual o melhor método de realizar o mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Destas 50 pessoas entrevistadas, 52% falaram que descartam o medicamento juntamente com o lixo doméstico, 34% na pia ou no vaso sanitário, e que, acreditavam que seria assim o descarte correto; 4% alegaram nunca ter descartado medicamentos vencidos e que não sabem como deve ser realizado este procedimento, ou não quiseram responder; e apenas 10% falaram que entregam essas medicações em farmácias ou postos de saúde com sistema de coleta específica desse material. Existe falta de informação quanto ao procedimento correto de descarte de medicamentos não utilizados e/ou vencidos por grande parte da população. O descarte de medicamentos vencidos no lixo comum poderá trazer comprometimento à saúde pública considerando a nossa realidade nacional onde existem pessoas que sobrevivem de restos adquiridos nos "lixões" da cidade sendo expostas aos riscos inerentes a esse tipo de produto. De maneira geral, o descarte de medicamentos é realizado no lixo doméstico em razão de desconhecimento de informações sobre o destino correto. Há várias causas para sobra de medicamentos. Dentre elas, estão a dispensação de medicamentos em quantidade além da necessária para o tratamento, as amostras-grátis distribuídas pelos laboratórios farmacêuticos como forma de propaganda, e o gerenciamento inadequado de medicamentos por parte de farmácias e demais estabelecimentos de saúde. A dispensação de medicamentos em quantidades superiores ao tratamento pode ocorrer, devido à prescrição incompleta ou incorreta, à falta de conferência da prescrição, no momento da dispensação, ao erro por parte do dispensador ou apresentações não condizentes com a duração do tratamento, juntamente com a impossibilidade de fracionamento desses produtos. É necessária a conscientização da população em relação à correta destinação final de medicamentos e dos problemas que podem ser ocasionados, caso esta seja efetuada de forma incorreta. A conscientização pode ser feita, através de programas educativos e campanhas de arrecadação de medicamentos em desuso. Além de uma legislação mais rigorosa em relação à publicidade de medicamentos, a efetiva participação do profissional farmacêutico é de grande importância no controle da dispensação dos medicamentos em estabelecimentos públicos e privados, já

que este pode informar o usuário sobre os riscos da automedicação e também sobre o potencial poluidor dos medicamentos. De acordo com a legislação brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, devendo atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final; considera que a segregação dos RSS, no momento e local de sua geração, permite reduzir o volume de resíduos perigosos e a incidência de acidentes ocupacionais dentre outros benefícios à saúde pública e ao meio ambiente. E mesmo que a contaminação do meio ambiente por resíduos seja considerada crime ambiental, não há fiscalização adequada e nem a aplicação de punição a todos os poluidores. Geralmente, os aterros especiais são privados, dificultando a utilização por parte da população.

LOCAL DE DESCARTE	Nº PESSOAS	EM PORCENTAGEM
LIXO COMUM	26	52%
VASO SANITÁRIO	17	34%
POSTOS COM COLETA DE RSS	5	10%
NÃO SABE OU NÃO QUIS OPINAR	2	4%

CONCLUSÕES:

A implementação de um sistema de gerenciamento de resíduos provenientes de serviços de saúde e da comunidade, que objetive a redução de riscos à saúde imediata e ao meio ambiente, parece ser de grande importância. Deve-se conscientizar a população quanto ao uso racional de medicamentos, além do impacto gerado ao meio ambiente decorrente do desperdício de medicamentos, que ocorre por várias razões e cuja responsabilidade deverá ser amplamente esclarecida para que não somente o destino do resíduo gerado seja considerado, mas principalmente a diminuição de sua geração. A incineração é atualmente a maneira indicada para destino e diminuição do volume dos medicamentos inutilizados, como método de evitar que estes sejam descartados indevidamente no ambiente, trazendo como consequências a poluição do ambiente, devemos considerar que a incineração por sua vez ainda não é o método ideal, uma vez que gera emissão de gases tóxicos à atmosfera. Até que haja a implementação de um sistema de gerenciamento das sobras de medicamentos, os profissionais de saúde devem investir na minimização da geração desses resíduos através do gerenciamento e programação de estoques, evitando vencimentos; na avaliação de prescrições no momento da dispensação; na promoção do uso racional de medicamentos e no acompanhamento dos pacientes durante o tratamento, objetivando evitar o desperdício e consequente contaminação do meio ambiente.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS, à todos os funcionários e clientes da drogaria do Rio de Janeiro que se dispuseram a participar da realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] JOÃO, W.S.J. Descartes de medicamentos. Pharmacia Brasileira. Rio de Janeiro, n.82, p.14-16, 2011.;
 [2] Eickhoff, P.; Heineck, I.; Seixas, L.J. Gerenciamento e destinação final de medicamentos: uma discussão sobre o problema. Rev. Bras. Farm., 90(1): 64-68, 2009.

INCIDÊNCIA DE DELIRIUM EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ

Lidiane Martins Santana **BRUM** (IC –lidiane55@hotmail.com)¹, Adriano Carlos **SOARES** (adrianosoaresmoreno@hotmail.com).

1.Pós- Graduação de Farmacologia Clínica; 2. Professor pós graduação “lato sensu” FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Delirium, terapia intensiva e subtipos.

INTRODUÇÃO:

O delirium é uma síndrome clínica caracterizada por distúrbios de consciência e cognição determinado por desatenção e pensamento desorganizado. Trata-se de uma alteração aguda, que se desenvolve em horas ou dias, e de caráter flutuantes ao longo do dia. É um acontecimento comum em pacientes idosos e hospitalizados, principalmente naqueles internados em unidade de terapia intensiva (UTI), e associa-se a um prognóstico ruim tanto a curto quanto a longo prazos [1]. O delirium consiste em um estado confusional agudo, representando a manifestação da disfunção cerebral aguda e que pode cursar com diferentes manifestações clínicas [2]. O déficit de atenção é o fenômeno mais aparente, embora possam ser observados outros distúrbios cognitivos e comportamentais como perda de memória, alucinações e agitações. O delirium permanece consideravelmente sub-diagnosticado, apesar de sua elevada prevalência na Unidade de Terapia Intensiva [3], influenciando nas taxas de morbimortalidades e prolongando os períodos de internação [4]. Estudos publicados entre 2010 e 2013 mostram que o delirium tem prevalência de 32% a 77% [5] dos pacientes em UTI (mais frequentes naqueles sob ventilação mecânica e/ou idosos) e cerca de 2/3 destes não são identificados e, portanto, não tratados. Muitas vezes o delirium é considerado uma psicose do paciente crítico, uma iatrogenia promovida por fármacos e raramente é a razão da primeira admissão na UTI [6]. O delirium pode ser classificado como: delirium hipoativo (caracterizado por lentificação psicomotora, apatia, letargia e diminuição da resposta a estímulos externos; delirium hiperativo (no qual existem aumento da atividade psicomotora e agitação, com tentativas de remoção dos dispositivos invasivos) e delirium misto (com flutuação imprevisível de sintomas entre os dois subtipos anteriores) [7-8]. As medidas de tratamento não farmacológicas são importantes tanto na prevenção como no tratamento do delirium [9]. As medidas farmacológicas os antipsicóticos são as drogas de escolha, sendo o Haloperidol o mais utilizado [10].

MATERIAL E MÉTODOS:

Foram avaliados 491 pacientes adultos ao longo de 395 dias nas três Unidades de Terapia Intensiva mista do Hospital São José do Avaí em Itaperuna, Rio de Janeiro, nesse cada UTI dispõe de 10 leitos. Inicialmente foi utilizada a escala de agitação e sedação de Richmond (The Richmond Agitation and Sedation Scale (RASS) [11] e posteriormente o Confusion Assessement Method in Intensive Care (CAM-ICU) [12-13]. Utilizou-se duas etapas na abordagem do CAM-ICU o que se mostrou adequado para maior parte dos pacientes que não conseguem se comunicar com o avaliador. Os pacientes que não

progridem para a segunda, como aqueles com nível de sedação RASS -4 a -5, não foram testados com o restante da avaliação CAM-ICU. Desse modo, foram atribuídos como falta de atenção aqueles pacientes que atingiram a segunda etapa e apresentaram abertura dos olhos apenas com estimulação verbal, a incapacidade para fazer ou complementar os componentes do teste de atenção [14]. O diagnóstico de delirium pelo CAM-ICU ocorre quando o paciente tem características 1 (início agudo ou curso flutuante) e 2 (falta de atenção) e 3 (pensamento desorganizado) ou 4 (nível de consciência alterado). Nesse estudo foi verificada uma prevalência de 28% dos pacientes que apresentaram algum tipo de delirium, sendo que 51% dos pacientes com subtipo hiperativo, 40% do hipoativo e, por fim, 9 % do misto. Comparado à literatura publicada até o momento, percebe-se uma divergência da prevalência do nosso estudo.

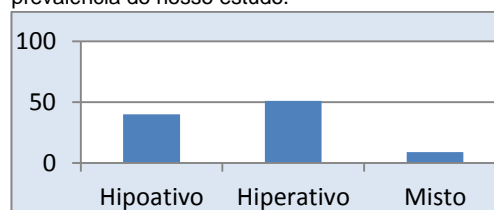


Fig.1.0- Incidência de delirium por subgrupos

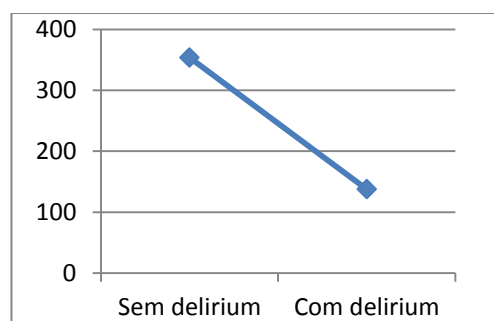


Fig.1.1- Análises de delirium na Unidade de Terapia Intensiva

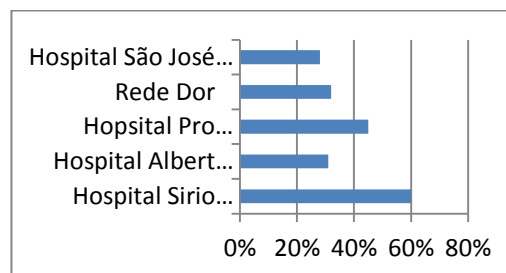


Fig.1.2- Incidência de delirium comparado a outras unidades hospitalares.

CONCLUSÃO:

O delirium é comum nos doentes internados na Unidade de Terapia Intensiva, é frequentemente subdiagnosticado e influencia o prognóstico. Para mudar esse paradigma é necessário procurar, avaliar e identificar, implementando um protocolo de avaliação da presença do delirium, recorrendo as escalas validadas e serem utilizadas como um indicador de qualidade em UTI. Prevenir é melhor que tratar, por isso é importante identificar os fatores de risco. A prevenção reside em métodos não farmacológicos que poderão influenciar de forma determinante. O tratamento deve ser considerado uma emergência médica, e o fármaco de escolha é o Haloperidol, sendo que alguns estudos seguem os antipsicóticos atípicos. A vigilância requer trabalho em equipe e conscientização por parte dos profissionais de saúde.

BIBLIOGRAFIA:

- [1].Schettino,G; Ganem, F. et al. Pacientes Críticos Sírio Libanês, ed. Manole 2012, cap. 97(976). [2] Pandharipande P, Jackson J, Ely EW. Delirium: acute cognitive dysfunction in the critically ill. *Curr Opin Crit Care*, 2005;11(4):360-8. [3] Salluh JI, Dal-Pizzol F, Mello PV, Friedman G, Silva E, Teles JM, Lobo SM, Bozza FA, Soares M; Brazilian Research in Intensive Care Network. Delirium recognition and sedation practices in critically ill patients: a survey on the attitudes of 1015 Brazilian critical care physicians. *J Crit Care*.2009;24(4):556-62. [4] Ely EW, Shentani A, Truman B, Speroff T, Gordon SM, Harrell Jr, FE, et al. Delirium as a predictor of mortality in mechanically ventilated patients in the intensive care unit, *JAMA*.2004-291(14):1753-62. [5] Salluh JI, Soares M, Teles JM, Ceraso D, Raimondi N, Nava VS, Blasquez P, Ugarte S, Ibanez-Guzman C, Rocha MG. Delirium Epidemiology in Critical Care Study Group. Delirium epidemiology in critical care (DECCA): na international study. *Crit Care*,2010;14(6):R210. [6] Ely EW, Margolin R, Francis J, et al. Evaluation of delirium critically ill patients: validation of the confusion Assessment Method for the Intensive Care Unit (CAM-ICU).*Med, Crit Care*, 2001;29:1370-1379. [7] Liptzin B, Levkoff SE. An empirical study of delirium subtypes. *BR J Psychiatry*.1992;161:843-5. [8] Lipowski ZJ. Transient cognitive disorders (delirium, acute confusional states) in the elderly. *AMJ Psychiatry*. 1983;140(11):1426-36. [9] Siddiqi N, Stockdale R, Britton AM, Holmes J. Interventions for preventing delirium in hospitalized patients. *Cochrane Database Syst Rev*.2007;(2):CD005563. [10] Seitz DP, Gill SS, van Zyl LT. Antipsychotics in the treatment of delirium: a systematic review. *J Clin Psychiatry*.2007;68:11-21. [11] Ely EW, Truman B, Shintani A, et al. Monitoring sedation status over time in ICU patients: reliability and validity of the Richmond Agitation – sedation Scale (RASS). *JAMA*,2003;289:2983-2991. [12] Ely EW, Margolin R, Francis J, May L, Truman B, Dittus R, et al. Evaluation of delirium in critically ill patients: Validation of the Confusion Assessment Method for the Intensive Care Unit (CAM-ICU). *Crit care med* 2001;29:1370-1379. [13] Bergeron N, Dubois MJ, Dumont M, Dial S, Skrobik Y. Intensive Care Delirium Screening Checklist: evaluation of a new screening tool. *Intensive care med* 2001;27:859-864. [14] Pessoa RF, Nacul FE- Delirium em Pacientes Críticos. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, vol.18 n2.

ANÁLISE CRÍTICA DA DISPENSAÇÃO DE METILFENIDATO (MTF) EM UMA REDE DE FARMÁCIA NO CENTRO DE JUIZ DE FORA MG

Lupércia de Castro **CARVALHO** (IC- luperciafarma@gmail.com)¹, Micheline Luiza de Souza **LOPES** (PQ)^{1,2}

1. Curso de Farmacologia Clínica; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Dispensação, Metilfenidato, TDAH.

INTRODUÇÃO:

O metilfenidato (MTF), comercializado atualmente no Brasil com os nomes comerciais Ritalina, Ritalina LA e Concerta, é o estimulante mais consumido no mundo. É um medicamento psicoestimulante aprovado para tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sendo considerada a medicação de primeira escolha para o tratamento do mesmo, não só em crianças. O metilfenidato também é indicado para o tratamento da narcolepsia (distúrbio do sono) e obesidade com restrições [1,3]. Os psicoestimulantes melhoram a atenção, além de serem úteis na melhoria do desempenho motor fino, particularmente na escrita. Esta ação ocorre pelo aumento dos níveis de catecolaminas disponíveis no sistema nervoso central [4]. De acordo com a Portaria SVS/MS nº 344, de 12/5/98, e RDC da ANVISA nº 22, de 15/2/2001, o metilfenidato pertence à lista A3 (substâncias psicotrópicas), sujeito à notificação de receita A, aviado em receituário amarelo. Sua aprovação para comercialização foi no ano 1998 (Ritalina®) e 2002 (Concerta®), com as apresentações farmacêuticas de comprimidos de 10mg, comprimidos revestidos de liberação controlada de 18mg, 36mg e 54mg e cápsula gelatinosa dura com microgrânulos de liberação modificada de 20mg, 30mg e 40mg. A embalagem comercial é composta com uma faixa preta, com os dizeres "Venda sob Prescrição Médica" - "Atenção: Pode Causar Dependência Física ou Psíquica" [2]. Segundo o Boletim de Farmacoepidemiologia do Sistema Nacional de Gerenciamentos de Produtos Controlados (SNGPC, 2012) o TDAH é um dos transtornos neurológicos do comportamento mais comum da infância, que afeta de 8 a 12% das crianças no mundo, sendo este um dos motivos mais frequentes de consulta nos serviços de saúde mental [1]. Apesar da redução da taxa de TDAH com aumento da idade, pelo menos metade das crianças com o transtorno tem sintomas incapacitantes que persistem na fase adulta [1]. O TDAH é um diagnóstico complicado pela ocorrência de comorbidades, como dificuldades de aprendizagem, transtornos de conduta e de ansiedade, o que depende fortemente de relato de pais e professores, onde nenhum exame laboratorial confiável é capaz de prever esse tipo de problema. Alguns dos sintomas de crianças com TDAH são dificuldades de atenção, controlar comportamentos impulsivos e em alguns casos são hiperativas [1]. Na última década houve um incremento considerável do uso da medicação e sua expansão para outros fins além dos terapêuticos. O MTF tem sido usado tanto para o tratamento de patologias da atenção como para melhoria de funções cognitivas em pessoas saudáveis, sendo o último com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico [2]. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2008), em seu relatório sobre produção e

consumo de psicotrópicos, a produção mundial de metilfenidato no ano de 2006 chegou a quase 38 toneladas [2]. O crescimento da produção mundial de 1990 a 2006 corresponde a um aumento de mais de 1200% [2]. No Brasil, seguindo a tendência, o uso vem crescendo ao longo dos anos. Lima (2005) mensura que no ano 2000 o consumo nacional foi de 23 kg. Segundo dados da ONU (2008), apenas seis anos depois o Brasil fabricava 226 kg de metilfenidato e importava outros 91 kg [2]. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em 2011 foram comercializadas 1.212.850 caixas de Ritalina® nas farmácias do País [3]. Diante do crescimento na produção e no consumo do MTF no Brasil em tão pouco tempo, se faz necessário a compreensão sobre o uso do metilfenidato no país para a promoção de ações em saúde que envolva tal medicamento [2]. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é avaliar a dispensação e o comportamento das vendas de metilfenidato (MTF) em uma rede de farmácia, no centro de Juiz de Fora (MG).

MATERIAL E MÉTODOS:

Foi realizado um levantamento das prescrições em uma rede de farmácia no centro de Juiz de Fora (MG) no período de 01/08/2014 a 31/07/2015 do princípio ativo cloridrato de metilfenidato. Para tanto foram considerados os nomes comerciais, Ritalina, Ritalina LA e Concerta, em suas várias apresentações. No total foram avaliadas 229 prescrições. As prescrições foram organizadas por mês e foi feita uma planilha, onde constam os dados das apresentações farmacêuticas, nomes comerciais, dosagens e quantidades dispensadas contidas nas prescrições. Foi discriminado o número de comprimidos por apresentação farmacêutica e demonstrado a venda total por números de comprimidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

As prescrições médicas foram compostas de várias especialidades, dentre elas com mais destaque a neurologia, neurologia pediátrica, psiquiatria, psiquiatria infantil, clínica médica e pediatria. Todas as receitas foram prescritas por médicos que tem seu registro ativo no conselho (CRM), sendo prescrições da mesma unidade federativa, MG, receituário amarelo tipo A, que ficam retidos na drogaria, as quais foram utilizadas neste estudo. Por amostragem foi realizado um levantamento do consumo do MTF de acordo com a idade, como demonstra o gráfico abaixo (Gráfico 1).

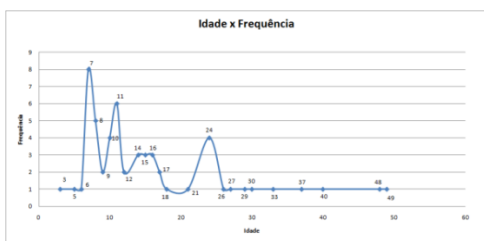


Gráfico 1 – Frequência de receitas dispensadas por idade.

Pode-se observar que o consumo se deu dentro de uma ampla faixa etária, de 3 a 49 anos, sendo mais expressiva durante a idade escolar de 7 a 24 anos. Dentre as 229 prescrições avaliadas, 146 (64%) foi para o sexo masculino e 83 (36%) para o sexo feminino. Com base nos dados de receitas médicas recebidas pela farmácia no período de agosto/2014 a julho/2015, foram compilados os dados na tabela (Tabela1) onde as variáveis são as apresentações farmacêuticas x número de comprimidos dispensados por mês.

Medicamento	Número de comprimidos dispensados											
	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15
Ritalina 10mg	1220	40	0	0	1450	1550	1440	1490	1330	1570	1390	1330
Ritalina LA 10mg caps gelatinosas	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ritalina LA 20mg	0	60	60	30	0	0	0	30	60	150	120	60
Ritalina LA 30mg	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concerta 18mg	150	60	150	30	90	60	220	90	150	30	30	60
Concerta 36mg	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concerta 54mg	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1480	160	150	150	1570	1650	1680	1700	1750	1750	1680	1500

Tabela 1 – Números de comprimidos dispensados por mês

Para melhor ilustrar podemos observar os dados da tabela no seguinte gráfico (Gráfico 2).



Gráfico 2 – Número de Comprimidos Dispensados por Mês

Ao realizar uma análise crítica dos comprimidos dispensados é possível observar um aumento na dispensação de metilfenidato, com maior impacto para a Ritalina 10mg, seguido pelo Concerta 18mg, que apesar de não tão significativo teve dispensação em todos os meses. Nota-se que houve uma demanda reprimida no período de Setembro a Novembro de 2014, em virtude da falta da Ritalina® no centro de distribuição da farmácia. Juntamente com os balanços periódicos da farmácia verificou-se a normalização da chegada do produto em dezembro o que resultou na normalização das vendas. A fim de verificar o motivo da tendência para a dispensação da Ritalina, elaborou-se uma tabela de preços, PMC, (Preço Máximo do Consumidor) praticados em Julho/15, segundo a alíquota (18%) do estado de Minas Gerais.

Apresentações Farmacêuticas	PMC (Preço Máximo Consumidor) Julho/2015
Ritalina 10mg 20 cps	R\$ 21,83
Ritalina 10mg 30 cps	R\$ 32,73
Ritalina 10mg 60 cps	R\$ 65,44
Ritalina LA 10mg 30 caps gelatinosas	R\$ 83,47
Ritalina LA 20mg 30 cps	R\$ 222,48
Ritalina LA 30mg 30 cps	R\$ 233,61
Concerta 18mg 30cps	R\$ 317,78
Concerta 36mg 30cps	R\$ 431,86
Concerta 54mg 30cps	R\$ 431,89

Ao avaliar a tabela de PMC praticado, pode-se sugerir uma predominância na venda da Ritalina® em relação aos outros, pelo preço mais acessível, que pode ter influenciado em uma maior adesão ao tratamento e/ou até mesmo uma maior confiabilidade por parte médica frente ao medicamento de referência, com mais tempo de mercado. Segundo dados do Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC (2012), os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que englobam a mesma alíquota (18%) obtiveram o maior gasto, seguido do Rio de Janeiro com alíquota de 19%, onde juntos representam mais que o gasto médio registrado para o país [2]. Através do cálculo da quantidade dispensada nos últimos 12 meses, baseado no PMC de julho/15, tem-se uma aproximação dos gastos dos clientes da farmácia com o medicamento metilfenidato de R\$ 39.689,97, o que representa um aumento significativo do Ticket Médio (valor total de vendas dividido pelo número total de clientes atendidos em determinado período) da farmácia, sendo sugestivo para um aumento do estoque desta classe de medicamentos, para atingir a demanda.

CONCLUSÕES:

Diante do fato do Brasil se despotar em segundo lugar no consumo do MTF, perdendo apenas para os Estados Unidos (EUA), atenta-se para uma avaliação mais criteriosa a respeito do diagnóstico do TDAH e a prescrição do metilfenidato. O uso do medicamento tem sido utilizado de forma equivocada, como “droga de obediência” e como melhoria do desempenho seja de crianças, adolescentes ou adultos, acredita-se que é mais fácil moldar as crianças, modifica-las, do que ao ambiente [1]. De acordo com Antonio Scarpinetti (2012) o metilfenidato tem sido utilizado por estudantes, com ou sem prescrição médica, para “turbinar o cérebro” [3]. Ao contrário do que se pensava uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) revela que o medicamento MTF não beneficia a atenção, a memória e as funções executivas (capacidade de planejar e executar tarefas) em jovens sem o transtorno, na verdade aumenta o tempo acordado e não a melhora da atenção, com consequente má qualidade no aprendizado [8]. Em Minas Gerais, a medicação ainda não chegou ao SUS, o que configura, para muitos especialistas, a droga da vez da classe média, já que uma caixa, de acordo com a dosagem e variação no número de pílulas, custa em torno R\$21,83 a R\$431,89 [6]. Apesar de ser um medicamento de alto custo tem ocorrido uma procura significativa. Segundo Cyda Moyses (Portal da Unicamp, 2012), na França o TDAH é praticamente zero, resistência que se deve a valores culturais, formação de médicos e de valores da sociedade [5]. De contra aos benefícios é importante avaliar os efeitos colaterais de metilfenidato, destacam-se redução do apetite, insônia, dor abdominal e cefaléia. Alguns sintomas da doença podem ser confundidos como ansiedade, tristeza, desinteresse e “olhar parado” [7]. Em longo prazo destacam-se os efeitos colaterais de dependência, efeitos cardiovasculares e possível redução da estatura. Para alguns autores a dependência do uso do metilfenidato é um risco mais teórico do que prático, raramente acontece [7]. Para outros o efeito colateral mais relevante é a dependência, pois se a criança já desenvolveu a dependência química ela pode apresentar crise de abstinência. Segundos dados do Food and Drug Administration (FDA) eles podem apresentar também surtos de insônia, sonolência, piora na atenção e na cognição, surtos psicóticos, alucinações e correm o risco de cometerem suicídios [6]. Ainda há divergências sobre o

uso do medicamento na classe médica, há os que o defendem, garantindo que o MTF cumpre sua função para quem sofre do transtorno, sendo considerada uma medicação segura no tratamento do TDAH, apresentando um perfil bastante satisfatório de efeitos colaterais, sendo considerados de pequena gravidade, autolimitados, dose-dependentes e facilmente contornáveis pelo médico; por outro lado há os que temem seus efeitos a curto e longo prazo [5,6,7]. Embora pouco elucidados, é de extrema importância, estudos dos efeitos colaterais no longo prazo, pois os estudos que se tem avaliam períodos de no máximo dois anos de uso [3]. Diante do aumento do uso indiscriminado é importante ressaltar os efeitos colaterais e verificar se vale a pena o custo benefício. O medicamento deve funcionar como um adjuvante no estabelecimento do equilíbrio comportamental do indivíduo, aliado a outras medidas educacionais, sociais e psicológicas [1]. Com esse estudo foi possível conhecer o perfil dos pacientes da região o que poderá contribuir para uma melhor atenção farmacêutica e uma demanda adequada para atender aos clientes.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Boletim de Farmacoepidemiologia SNGPC, 2012. [2] ORTEGA, Francisco et al. A Ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas, 2010. [3] SCARPINETTI, Antônio/ Unicamp. Estudo realizado na UFMG quer saber em que situações, quantos comprimidos e por quanto tempo jovens saudáveis usam remédio com intuito de turbinar o cérebro. Disponível em: <http://uniad.org.br/interatividade/noticias/item/22323-pesquisa-mapeia-uso-indevido-de-ritalina-em-universit%C3%A1rios>. Acesso em: 03/08/2015. [4] GUERREIRO, Marilisa et al. Distúrbio do déficit de atenção, 1996. [5] GARDENAL, Isabel. A Ritalina e os riscos de um 'genocídio do futuro'. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/08/05/ritalina-e-os-riscos-de-um-genocidio-do-futuro>. Acesso em: 10/06/2015. [6] EVANS, Luciane. Uso de drogas contra déficit de atenção explode e ameaça a saúde de milhões de crianças. Jornal do Estado de Minas Gerais. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2012/07/02/interna_tecnologia,303643/uso-de-drogas-contra-deficit-de-atencao-explode-e-ameaca-a-saude-de-milhoes-de-criancas.shtml. Acesso em: 03/08/2015. [7] PASTURA, Giuseppe; MATTOS, Paulo. Efeitos colaterais do metilfenidato. Revista de Psiquiatria Clínica. Disponível em <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol31/n2/100.html> >. Acesso em 30/05/2015. [8] LENHARO, Mariana. Estudo da Unifesp derruba mito que a Ritalina 'turbina' cérebros saudáveis. Jornal o Estado de S.Paulo. Disponível em <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,estudo-da-unifesp-derruba-mito-de-que-ritalina-turbina-cerebros-saudaveis-imp-,974204>. Acesso em: 10/08/2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

A UNIVERSIDADE, A ESCOLA E O MUSEU: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Érika Oliveira **AMORIM** (PQ¹ - erikaoamorim@hotmail.com); Luciana do Carmo **NARCISO** (IC)² e Cleiton Queiroz **CARVALHO** (IC)³.

1. Professora Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG – 36800-000 – Carangola – MG; 2. Curso de História; 3. Curso de Turismo

PALAVRAS-CHAVE: ensino de História, museu, patrimônio histórico.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho aborda as ações do Projeto de Extensão “A universidade, a cidade e nós: memória e patrimônio nos caminhos da Extensão”, que envolve graduandos dos cursos de História e Turismo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Carangola. Atende estudantes de uma escola da rede pública estadual da cidade, norteado pelas diretrizes da extensão universitária a qual considera a extensão como via de mão dupla que possibilita a troca de saberes entre universidade e comunidade. Por meio de oficinas temáticas sobre Patrimônio Histórico e Memória, prepara os estudantes para uma visita guiada ao Museu e Arquivo Histórico de Carangola. No segundo momento, os alunos realizam a visita, assessorados pelos acadêmicos, com o intuito de problematizar a noção de memória e patrimônio histórico. A observação simples tem sido a ferramenta metodológica utilizada neste estudo. Os registros se concretizaram por meio de fotografias, filmagens e cadernos de campo. Tem-se observado que a partir das relações que os estudantes têm com a história materializada no acervo do museu abre-se um campo de possibilidades sobre o sentido de estudar História. Segundo Marconi e Lakatos [1], a técnica da observação não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Dessa maneira, durante os encontros - oficina e visita - foram realizados registros de observações em cadernos de campo bem como em fotografias e filmagens.

DESENVOLVIMENTO:

A educação em museus visa à preservação do patrimônio cultural e natural, através da participação crítica de toda a população. Neste sentido considerou-se a Educação Patrimonial como metodologia de ação educativa tendo em vista que alguns museus brasileiros vêm utilizando-a há décadas [2]. Grunberg [3] define a Educação Patrimonial como ensino centrado nos bens culturais, com metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica. Dentro dessa perspectiva o museu é colocado como parte da vida comunitária e local onde se preserva a memória [4]. Memória essa presente nos espaços das cidades os quais representam lugares de memória [5] em suas múltiplas manifestações, seja pela dimensão de monumentalidade, seja pela lembrança de um tempo que se foi. As vivências em espaços das cidades, como os museus, revelam não apenas a diversidade cultural de seu povo, mas também a diversidade temporal. O ensino de História além do ambiente escolar tem sido discutido enquanto alternativa para expandir o processo de ensino-aprendizagem. Ao visitar um museu histórico os alunos percebem como a

história se materializa nos objetos e preservam a memória de um povo. Assim, o museu é visto como um palco de descobertas, campo de pesquisas, provocador de percepções e interpretações do que foi vivido promovendo releituras do tempo presente. Um dos intuitos do projeto é provocar nos alunos a desconstrução da ideia de que o museu guarda aquilo que é morto, estático, passando de uma história mumificada para a uma história multiplicada [6]. Outro viés pelo qual o projeto se preocupa é evitar que o museu seja compreendido pelos estudantes como lugar exclusivamente turístico ou de lazer, como qualquer outro dessa natureza. Dentre os resultados tem-se observado que a visita ao Museu representou para os alunos um momento de aprendizado sobre Carangola. Possibilitou que ressignificassem suas noções sobre as relações com a cidade, despertando olhares e fazeres desconhecidos ou até mesmo, relegados. O contato desses estudantes com o acervo do museu reforça o que Halbwachs [7] afirma no tocante aos quadros sociais que configuram a construção de memórias e/ou de esquecimentos: criam circunstâncias de pertencimento. Para as graduandas a elaboração das atividades da oficina possibilitou o contato com a realidade da sala de aula em uma escola pública bem com o patrimônio material. Ademais, organizar uma visita guiada a um museu significou uma oportunidade de vislumbrar campos de trabalho, no caso do graduando do curso de Turismo, e o desenvolvimento de metodologias e estratégias de trabalho, no caso da discente do curso de História. Tais fatos indicam uma das potencialidades do projeto ao unir estudantes de História e Turismo. Os dois cursos desenvolvem olhares diferentes para a visita aos museus e, a elaboração de atividades em conjunto, possibilita ir além do olhar apenas turístico da visita ao museu. A principal discussão levantada junto aos alunos dos cursos de graduação foi a de buscar evitar que ele se transforme apenas em um espaço turístico. Ramos [8] afirma que o museu deve ser um espaço onde todos nós refletimos sobre o patrimônio cultural do qual fazemos parte e pelo qual somos responsáveis. Assim, inspira reflexões acerca do passado, do presente e da condição de ser no mundo. A visita vai além: é um ato de reflexão e análise sobre o que é aquele espaço, o conhecimento de diferentes culturas materiais, suas atividades, seus valores e suas relações com as pessoas. É um local de pensamento crítico, de indagações, de problematização de discursos e documentos. Nesse sentido, o contato com o centro visitado objetivou trazer aos estudantes o contato com a história do lugar onde vivem. Ademais, buscou-se também demonstrar que a cidade, assim como considera Gadotti [9] é espaço de cultura onde numa troca de saberes e competências a escola, a cidade e seus espaços se educam. Ao provocar nos alunos a curiosidade pela cidade

e seus espaços cria-se o despertar para a relação entre escola e cidade. Nesse processo, os educandos percebem nos espaços urbanos – praças, calçadas, ruas – e nos centros de difusão culturais – museus, teatros – territórios educativos. Ampliam, então, a experiência formativa vivenciada dentro do âmbito escolar. Nessa perspectiva, os discentes puderam colocar em prática os conhecimentos adquiridos na universidade e vivenciaram de fato o que é fazer extensão e como incluir a comunidade no processo de construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pioneiro na unidade Carangola, o projeto atua de maneira interdisciplinar nos cursos de História e Turismo. Tendo em vista esse câmbio entre as duas formações procura-se conscientizar os graduandos de que, tanto os profissionais da História como os do Turismo assumam o desafio do pensamento crítico e da sensibilidade para lidar com os espaços de memória e tudo o que representam para a sociedade. Tem-se observado na prática a via de mão dupla da extensão tendo em vista que o conhecimento desenvolvido academicamente pode ser compartilhado com os estudantes da rede pública estadual. Tem gerado trocas de saberes e, especificamente aos graduandos, permite que vislumbrem e vivenciem seus possíveis campos de atuação profissional: a escola e o museu. Demonstra ao aluno que a História também se faz fora dos muros da escola e que o passado se faz presente nos monumentos, nas festas cívicas, nas fotografias e nos objetos que compõem o acervo dos museus pode se tornar um grande laboratório de estudo e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

[1] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2011; [2] ALMEIDA, A. M. Desafios da relação museu-escola. *Comunicação & Educação*, São Paulo (10): 50 a 56, set./dez., 1997; [3] GRUNBERG, E. Educação Patrimonial. Utilização dos bens culturais como recursos educacionais. (Apresentado no Encontro de Museus do Mercosul), São Miguel, RS, 1995; [4] ALENCAR, V. Museu-Educação: se faz caminho ao andar... . Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da PUC-RJ, 1987, p. 31 (Dissertação de Mestrado); [5] NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In.: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: 1981.p. 7-28; [6] PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro. Andarilhagens em Chão de Ladrilhos. In.: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Ensinar e Aprender história: formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. p. 277-295; [7] HALBAWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990; [8] RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004; [9] GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.]*, v. 1, n. 1, Mai. 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160>>. Acesso em: 13 Fev. 2015.

ÁREA DO CONHECIMENTO CNPq: 7.05.00.00-2 - História

NOTIFICAÇÃO DAS ÚLCERAS POR PRESSÃO COMO FERRAMENTA DA QUALIDADE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Manuela Xavier **DUARTE** (IC – manuxduarte@hotmail.com)¹, Luciana de Freitas **SOUZA** (IC)¹, Soraya Lúcia do Carmo da Silva **LOURES** (PQ –)^{1,2}.

1. Pós Graduação em Enfermagem Oncológica; 2. Professora FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Úlceras Por Pressão; Notificação; Grupo de Prevenção e Tratamento de Lesões – GPTL.

INTRODUÇÃO:

A Úlcera Por Pressão (UPP) é toda lesão que surge em qualquer parte do corpo que está em sofrimento ou onde se exerce uma pressão prolongada e contínua em uma superfície inadequada, dura, e que pode ser intensa ou não e independe da posição em que o paciente se encontra [1]. A prevalência da Úlcera por Pressão (UPP) em pacientes hospitalizados é de aproximadamente 22,8%, em pacientes acamados em domicílio o percentual é de 25% [2]. Durante a internação hospitalar o paciente pode apresentar intercorrências que, se controlados com uma terapia precoce, podem ter seus sintomas aliviados. Dentre as intervenções de enfermagem, assume relevância o reconhecimento dos fatores de risco para a UPP, uma vez que se trata de um problema recorrente em pacientes sob cuidados clínicos. [3]. Mediante os riscos que estão expostos dentro do ambiente hospitalar, é imprescindível que estes sejam gerenciados, tendo como premissa a necessidade de se ofertar tratamento livre de complicações aos pacientes, minimizando os riscos [4]. Para tanto, as notificações e o gerenciamento das Úlceras por pressão (UPP) pela equipe de enfermagem, constitui principal objetivo do estudo, pois representa importante ferramenta de qualidade na assistência, uma vez que estão pautadas em protocolos que normatizam as ações preventivas e terapêuticas a serem desenvolvidas.

MATERIAL E MÉTODOS:

A amostra foi constituída a partir da análise das notificações de Úlceras Por Pressão (UPP) ocorridas em uma unidade de cuidados clínicos de um hospital de câncer na região da zona da mata mineira, entre os anos de 2012 e 2013. Os dados foram coletados junto ao banco de dados da instituição, no sistema informatizado SA de controle de ocorrências [5]. Trata-se de um Centro de Alta Complexidade em Oncologia com aproximadamente 146 leitos. Dentro deste contexto, é imprescindível que as notificações de Úlceras Por Pressão (UPP), sejam rotina na assistência aos pacientes hospitalizados, visando o gerenciamento desse agravo e consequente prevenção e tratamento das mesmas.

DISCUSSÃO:

A partir das investigações e análise das ocorrências, foi identificada a necessidade de uma atuação mais direta da Comissão de Prevenção e Tratamento de Lesões (CPTL) da instituição, no sentido de melhorar a qualidade dos registros, assim como as medidas de prevenção e tratamento das ocorrências de Úlceras Por Pressão (UPP). Para tanto, a Comissão de Prevenção e Tratamento das Lesões (CPTL) buscou garantir uma real visualização do cenário referente ao cuidado do agravo. Essa Comissão

revisou as condutas preventivas e terapêuticas utilizadas e fez recomendações para a prevenção, que devem ser aplicadas a todos os indivíduos vulneráveis após identificação por meio de protocolo apropriado, em todos os grupos etários. Para garantir o correto monitoramento das Úlceras Por Pressão (UPP) foram realizados treinamentos com utilização de recursos visuais com os enfermeiros e equipe técnica, "in loco", padronizando a linguagem das notificações e criando uma cartilha ilustrativa de orientação da equipe técnica, permitindo identificação e especificação do tipo de lesão e cobertura indicada para cada situação de modo objetivo e didático. As intervenções devem ser adotadas por todos os profissionais de saúde envolvidos no cuidado de pacientes e que estejam em risco de desenvolver úlceras por pressão, e que se encontrem em ambiente hospitalar, cuidados continuados ou domicílio, independentemente de seu diagnóstico ou das necessidades de cuidados de saúde. Acredita-se que os cuidados de prevenção deverão ser implantados desde a admissão do paciente, considerando sua vulnerabilidade para o desenvolvimento de Úlcera por Pressão (UPP). Uma vez que a lesão esteja presente, os cuidados convergirão para o tratamento ativo com o objetivo de diminuir o desconforto e tratá-la [2]. As feridas, quando não são bem tratadas, podem levar a complicações maiores como infecções locais, osteomielite e sepsis causando uma má repercussão na qualidade de vida do enfermo, alterando sua relação com o meio ambiente e seu bem-estar [1]. O gerenciamento da qualidade da assistência deve incentivar as ações de participação e valorização dos profissionais, desenvolvendo uma cultura não punitiva dentro das instituições [6].

RESULTADO:

O processo de orientação e conscientização dos profissionais constitui um ponto crítico na prevenção de Úlceras Por Pressão (UPP), visto que os fatores determinantes sobre os riscos assistenciais estão atrelados a ações ou omissões dos profissionais em realizar as notificações. Durante a realização dos trabalhos, identificaram-se dificuldades de se obter dados reais e realizar as mensurações necessárias devido à ausência de registros de notificações de úlceras na unidade. A subnotificação também está vinculada ao desconhecimento frente às intercorrências que possam ocorrer com o paciente e do temor quanto a seu futuro profissional [4]. Durante a análise e tratamento dos eventos notificados percebeu-se a falta de conhecimento de alguns profissionais quanto ao que deveria ser descrito em uma notificação, identificação do tipo de úlcera e especificação do tipo de lesão. Os dados obtidos foram: Em 2012 foram notificados 32 casos de Úlcera por Pressão (UPP). Ao

analisarmos estas notificações salientamos a ausência da intervenção da Comissão de Prevenção e Tratamento das Lesões (CPTL), por isso, observa-se número reduzido das notificações e falta de especificidade quanto a origem da lesão. Nos dados de 2013 observa-se aumento de 71% das notificações, totalizando 55 eventos, 29 de origem hospitalar e 26 de origem domiciliar, ocasionado devido ao início das intervenções da Comissão de Prevenção e Tratamento das Lesões (CPTL). Algumas instituições hospitalares utilizam protocolos para uniformizar o cuidado prestado. O protocolo pode ser definido como uma forma padronizada para tratamentos onde são explicados quais são os processos terapêuticos que serão implementados para oferecer os cuidados. Outra vantagem é que também oportuniza normatizar o tratamento clínico para enfermidades favorecendo a diminuição dos erros quando se for implementar um cuidado e, assim, poder beneficiar pacientes e a equipe de saúde [7].

CONCLUSÃO:

As ações foram efetuadas através de protocolos e embasadas em estratégias de intensificação da conscientização dos profissionais quanto a importância do correto e completo registro das notificações, tendo este como balizador, possibilitando a melhoria na assistência por meio da identificação da origem da lesão, somando dados importantes que auxiliam no planejamento assistencial e direcionamento das orientações domiciliares. Após observação dos dados, fica provado a relevância da atuação direta do profissional enfermeiro neste contexto, pois este atua de forma a direcionar as ações da equipe multiprofissional e realiza um gerenciamento dos riscos e agravos. Fica evidente também, o valor agregado de maior empenho e melhoria na qualidade da assistência prestada para todos envolvidos direta ou indiretamente que a Comissão de Prevenção e Tratamento das Lesões (CPTL) proporcionou à equipe.

AGRADECIMENTOS:

Ao hospital onde os dados foram coletados.

BIBLIOGRAFIA:

[1] AIZCORBE, JR; SANCHEZ, C. Úlceras por presión, úlceras malignas y fistulas enterocutáneas. In: BARÓN M, et al. Tratado de Medicina Paliativo y tratamiento de soporte del paciente com câncer. Espanha. Ed. Panamericana. 2ª Edição, 2007, p. 627-630. 846p. [2] ROSA, D. E. Úlcera de pressão cuidados preventivos e curativos em pacientes paliativos: uma revisão integrativa. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 2009. Disponível: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso: 21/04/2014; [3] BOHOMOL, E; RAMOS, L. H- Erro de medicação: Importância da notificação no gerenciamento da segurança do paciente. Rev Bras Enferm, Brasília 2007 jan-fev; 60(16):32-6; [4] BARBOSA, S; Aspectos Culturais em Cuidados Paliativos: desafios para integração dos cuidados paliativos e aspectos transculturais envolvidas. In: CAMARGO B. Cuidados Paliativos em oncologia pediátrica: o cuidar além do curar. São Paulo. Editora Lemar. 2007, p,201-216, 416p. [5] INTERACT SA 6.4. INTERACT- Sistema informatizado SA 6.4 (Produção). Fundação Cristiano Varella. Acesso em 24 de abril de 2014. [6] INSTITUTE FOR HEALTHCARE IMPROVEMENT. HOW-TO-GUIDE: PREVENT PRESSURE ULCERS. CAMBRIDGE, MA: Institute for Healthcare Improvement; 2011. Disponível em <http://www.ihc.org>. Acessado 12 de junho de 2015. [7] MARTINS, SM; et AL. Utilização da gentamicina no tratamento de neonatos atendidos em uma maternidade

pública metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, São Paulo, v41, p1, p. 109-117, jan/mar 2005. Disponível: [HTTP://www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso 12 de junho de 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.00.00.00-6 - Ciências Biológicas

PRESENÇA DE ALTERAÇÃO VOCAL EM DOCENTES

Juliana Dias **MALTA** (IC – julianamalta.86@hotmail.com)¹, Soraya Lúcia do Carmo Silva **LOURES** (PQ)², Gisele Simas dos **SANTOS**³

1. Curso de pós-graduação: Saúde Pública, Saúde do Trabalhador e Programa Saúde da Família; 2. Professora FAMINAS - Faculdade Minas- 36880-000 - Muriaé-MG; 3. Doutoranda em Engenharia Biomédica – UCB - 28300-000 -Itaperuna - RJ

Palavras-Chave: Alterações vocais, Disfonia, Docentes.

INTRODUÇÃO:

É notório que na presente época, vista como: “a era da informação”; há um aumento progressivo dos profissionais que dependem da voz como instrumento de trabalho e como em outras funções, os profissionais da voz possuem riscos ocupacionais diferenciados segundo cada contexto laboral e cultural. “Os profissionais cuja voz é instrumento de trabalho, como cantores, instrutores de academias de ginástica, vendedores, atendentes de telemarketing, recepcionistas, atores e professores, estão em maior risco de desenvolver distúrbios vocais.” [1] A Organização Internacional do Trabalho [2] designa como professor, todas as pessoas que, nos diversos estabelecimentos de ensino, estão encarregadas da educação dos alunos. Os professores estão entre os profissionais que têm na comunicação elemento fundamental para a viabilização de seu trabalho, sendo a voz o instrumento utilizado para estabelecer vínculos diretos com o aluno, a família e a comunidade. [3] [4] A atividade exercida pelos professores é considerada de risco quanto ao desenvolvimento de alterações vocais. Essas alterações muitas vezes se agravam com o mau uso ou o abuso do mecanismo fonatório, podendo estar associadas ao fumo, a acústica inadequada, a presença de poeira, a carga horária excessiva, entre outras. [5] A docência é uma das profissões com maior incidência de alterações vocais e envolve alto risco de desenvolvimento de desordens na fala, causando o que se conhece como disfonia ocupacional. [6] “A profissão do docente é uma das que apresenta maior incidência de alterações vocais, em sua maioria em função das condições de trabalho, em grande parte, inadequadas, como falar durante horas, em intensidade elevada em consequência do ruído ambiental”. [7] A disfonia entre os professores pode prejudicar ou até mesmo interromper o magistério, interferir nas relações interpessoais, o que dificulta a vida social e acarreta transtornos psicológicos e prejuízos profissionais e pessoais. [8] Nesse contexto, o propósito desse trabalho foi avaliar o perfil do grupo estudado e identificar a ocorrência de alterações vocais em docentes.

MATERIAL E MÉTODOS:

Trata-se de uma pesquisa quantitativa com abordagem explicativa. O aspecto quantitativo é classificado como “toda informação numérica resultante da investigação”, que se “apresentará como um conjunto de quadros, tabelas e medidas”. [9] Trata-se ainda de um estudo epidemiológico de corte transversal envolvendo docentes do Colégio Municipal Rio Branco da rede municipal de ensino da cidade de Visconde do Rio Branco em Minas Gerais. Os docentes foram escolhidos aleatoriamente. Como critério para inclusão no estudo, foi adotado fazer parte do corpo docente da escola pesquisada, estar em pleno exercício

profissional da docência em 2014. O instrumento para análise e interpretação dos dados foi obtido através de um questionário semi-estruturado e auto-aplicável, composto de 16 questões de múltipla escolha, abordando aspectos sociodemográficos, da atividade docente, características do ambiente de trabalho, condições de saúde geral, saúde vocal e hábitos relacionados ao uso da voz. Os docentes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, e o caráter voluntário e sigiloso da participação de cada um foi garantido pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar do estudo e com a divulgação dos resultados. Os dados obtidos com os questionários foram tabulados no programa Microsoft Office Excel 2007, e optou-se por digitação dupla para eliminar a ocorrência de erros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra foi composta por 30 professores, sendo 83% do gênero feminino e 17% do gênero masculino. A média de idade encontrada foi de 38,63 anos de idade, sendo que a menor idade encontrada foi de 20 anos e a maior idade encontrada foi de 54 anos. O perfil dos professores estudados foi semelhante ao observado em outros estudos, [10] [11], onde predomina pessoas do sexo feminino e de meia idade. Ao considerar o tempo de magistério, observa-se que 34% dos professores fazia uso profissional da voz há mais de 20 anos. Alterações das pragas vocais são mais prevalentes em professores com mais de sete anos de docência. [12] Em relação à carga horária semanal, observa-se que 20 % dos professores trabalham 20 horas semanais, 53 % trabalham 40 horas semanais e 27% dos professores trabalham mais de 40 horas semanais. Os professores usam a voz de maneira intensa em ambientes ruidosos por longos períodos, sem tempo suficiente para descansar ou recuperar a voz e muitas vezes diante de situações estressantes. [13] Em relação ao número ideal de alunos por sala, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e Organização Internacional do Trabalho, o recomendado é não ultrapassar 25 alunos por turma. [14] Tal situação tem influência direta na qualidade do ensino, levando à piora no aprendizado dos alunos e aos agravos à saúde dos professores. Questionados sobre a presença de alguma alteração da voz atualmente, 57% dos professores responderam que nunca tiveram nenhum tipo de alteração na voz, 37% afirmaram que sim, que já tiveram algum tipo de alteração e 7% afirmou que sim, que tem algum tipo de alteração. Estudo revela que 80% dos professores apresentavam queixas vocais. [8] Em relação aos sintomas vocais apresentados atualmente, esse estudo permitiu aos professores referir mais de uma opção. Dessa forma, 37% responderam rouquidão, 13% responderam falha na voz, 17% responderam falta de ar, 3% responderam voz fina, 3% responderam voz grossa, 7% responderam voz fraca.

Quanto às sensações relacionadas à garganta e a voz, 7 % responderam sensação de areia na garganta, 13% responderam pigarro, 23% responderam tosse seca, 3% responderam dor ao falar, 23% responderam ardor na garganta, 20% responderam garganta seca, 20% responderam cansaço ao falar e 7% responderam esforço ao falar. Os sintomas vocais referidos pelos docentes do presente estudo foram semelhantes aos encontrados em outros estudos, [15] no qual prevaleceu garganta seca, rouquidão, cansaço vocal, pigarro e dor ao falar. Tais sintomas estão diretamente relacionados aos quadros de uso excessivo ou inadequado da voz, além de apontarem a presença de poeira e/ou ruído no ambiente e pouca hidratação durante o uso profissional da voz. Questionados quanto ao uso da voz durante as aulas na sala de aula, 97% disseram falar muito, 57% responderam falar alto, 47% responderam fazer esforço ao falar, 30% responderam poupar a voz e 47% responderam gritar durante as aulas. Observa-se que 97% dos professores falam muito, porém não falam alto ou fazem esforço ao falar e que também não poupam a voz. Sendo que 53% não consideram que gritam durante as aulas. No que se refere à percepção dos docentes quanto ao ambiente da sala de aula, 67 % dos docentes consideram o ambiente de trabalho ruidoso. O ruído intenso no ambiente de trabalho exige que se eleve a voz para a comunicação, gerando alterações vocais importantes como a disфония. [16] Quanto ao pó do giz durante as aulas, 97% disseram que seu uso causa algum tipo de desconforto. Os resultados encontrados aqui foram semelhantes à maioria dos trabalhos pesquisados, os quais referem que os professores que utilizam giz estão mais propensos a alterações vocais, pois o hábito de falar voltado para a lousa irrita excessivamente a laringe por facilitar a inspiração de pó de giz, provocando secura e rouquidão na garganta. É sabido que a ingestão de água está diretamente ligada à melhora da qualidade vocal, entretanto não foi o que observamos nesse estudo, pois 50% dos docentes ingerem menos de 2 litros de água diários. O profissional da voz que não tem o hábito de beber água terá conseqüentemente pregas vocais ressecadas e com maior probabilidade de desenvolver alterações vocais secundárias. [17] Dentre os fatores de risco para o aparecimento de sintomas vocais, além dos ambientais e de organização do trabalho, o estilo de vida representado por hábitos, é mencionado e trabalhado nas ações fonoaudiológicas de promoção de saúde ou prevenção de distúrbios de voz. Destaque especial é dado ao tabagismo, ao etilismo e a falta de hidratação, além de hábitos inadequados de uso vocal, como gritar, falar alto ou muito. [18] Quanto ao tabagismo, observa-se que 90% dos professores aqui entrevistados não possuem o hábito de fumar. Dado esse muito satisfatório, uma vez que estudos revelam que o tabagismo pode levar a edema e inflamação das pregas vocais, alteração no muco e ainda diminuição da frequência da voz em tabagistas. [19] O tabagismo integra o grupo dos transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substância psicoativa e é considerada atualmente a maior causa isolada evitável de adoecimento e mortes precoces em todo o mundo. [20] Questionados se já receberam algum tipo de orientação sobre o uso da voz, 80% responderam que já receberam alguma orientação e 20% responderam que não receberam nenhum tipo de orientação. Entre os profissionais da voz, os professores pertencem ao grupo mais vulnerável para a ocorrência de disфония devido à grande demanda vocal em sala de aula e também à falta de conhecimento no que se refere aos cuidados vocais. [21] “Durante sua formação, os

professores não são orientados quanto aos cuidados com a voz, ministrando aulas sem apresentar os cuidados mínimos e básicos para a ocorrência de disфония”. [22] Entretanto, é possível observar no presente estudo que a maioria dos docentes recebeu algum tipo de orientação sobre a voz. Fato esse muito relevante, uma vez que receber orientações sobre o uso adequado da voz, melhora a percepção dos educadores quanto às possíveis alterações na voz. [15] Os resultados sobre o afastamento obtido nesse estudo foi de que apenas 7% dos docentes já faltaram ao trabalho por problemas na voz, e que a mesma porcentagem de docentes (7%) se afastou do trabalho por um período superior a 15 dias. As faltas ao trabalho devido à presença de alteração vocal observadas neste trabalho foram diferentes das encontradas em outros estudos já realizados. [23].

CONCLUSÕES:

O perfil encontrado nesse estudo foi semelhante ao observado em vários estudos nacionais, sendo que o perfil profissional contribui para a ocorrência de alterações vocais à medida que aumenta os anos de magistério, caso não seja observada as recomendações necessárias ao melhor uso da voz. Contrariamente ao esperado, uma parcela mínima dos docentes referiu ter se afastado do trabalho por problemas relacionados a alterações vocais, e ou se afastado do trabalho por um período superior a 15 dias. Acredita-se que isto se deva ao fato dos professores aqui estudados, terem recebido algum tipo de orientação sobre o uso adequado da voz. Sendo assim, nosso estudo destaca a importância dessas orientações e ressalta que seria oportuno introduzir durante a formação acadêmica, o conhecimento e desenvolvimento de recursos didáticos para reduzir a sobrecarga do sistema de produção da voz.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] SOUZA, C. L.; CARVALHO, F. M.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; LIMA, V. M. C.; PORTO, L. A. Fatores associados a patologias de pregas vocais em professores. *Revista Saúde Pública* 2011; 45(5):914-21 [2] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Um Instrumento para Melhoria da Condição dos Professores. Genebra: OIT & UNESCO, 1984. [3] DRAGONE, M.L.S.; BEHLAU, M. A Fonoaudiologia brasileira e a voz do professor olhares científicos no decorrer do tempo. *Fonoaudiol Bras.* 2006; 4(2):69. [4] PENTEADO, R. Z. Relações entre saúde e trabalho docente: percepções de professores sobre saúde vocal. *Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.* 2007; 12(1):1822. [5] PORDEUS, A. M. J.; PALMEIRA, C. T.; PINTO, V. C. V. Inquérito de prevalência de problemas da voz em professores da Universidade de Fortaleza. *Pró-Fono R. Atual. Cient.* v. 8, n. 2, p. 15-24, 1996. [6] ALMEIDA, A.P.C. Trabalhando a voz do professor: prevenir, orientar e conscientizar. Rio de Janeiro, 2000, p.42, (Dissertação de Especialização - Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica do Rio de Janeiro). [7] CAPOROSSI, C.; FERREIRA, L.P. Sintomas vocais e fatores relativos ao estilo de vida em professores, *Rev. CEFAC*, São Paulo [8] FUESS, V. L. R.; LORENZ, M.C. Disфония em Professores do Ensino Municipal: fundamental: prevalência e fatores de risco. *Revista Brasileira Otorrinolaringologia* 2003 (69): 807-812. [9] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 5ª Ed, 2ª reimpressão, São Paulo: Atlas, 2008. p.312. [10] ARAÚJO, T.M.; REIS, E. J. F. B.; CARVALHO, F.M.; PORTO, L. A.; REIS, I. C.; ANDRADE, J. M. Fatores associados a alterações vocais em professoras. *Caderno de Saúde Pública*. 2008;24(6):1229-38 [11] DELCOR, N.

S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; PORTO, L.; CARVALHO, F.; SILVA, M. O., ET AL. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia. Caderno de Saúde Pública. 2004;20(1):137-96. [12] ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. Educ. Soc. 2009;30(107):427-49 [13] GRILLO, M. H; PENTEADO, R. Z. Impacto da voz na qualidade de vida de professor(a)s do ensino fundamental. Pró-Fono. 2005;17:321-30. [14] JARDIM, R.; BARRETO, S.M.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. Caderno Saúde Pública. 2007;23(10):2439-61 [15] SIMÕES, M.; LATORRE, M. R. D. O. Alteração vocal em professores: uma revisão. Jornal Brasileiro Fonoaudiologia 2002;3(11):127-34. [16] BATISTA, J.B.V.; CARLOTTO, M.S.; COUTINHO, A.S.; PEREIRA, D.A.M.; AUGUSTO, L.G.S. O ambiente que adoecer: condições de trabalho do professor do ensino fundamental. Cad. Saúde Colet. 2010;18(2):234-42. [17] PINHO, S. M. R. Manual de higiene vocal para profissionais da voz. 2. ed. Carapicuíba: Pro-fono, 1997. [18] BOONE, D. R. Inimigos biológicos da Voz Profissional. Pró-Fono. 1992; 4(2):3-8. [19] FIGUEIREDO, D. C.; SOUZA, P.R. F.; GONÇALVES, M. I. R.; BIASE, N. G DE. Análise perceptivo-auditiva, acústica computadorizada e laringológica da voz de adultos jovens fumantes e não fumantes. Rev. Bras. Otorrinolaringol. 2003; 69:45-51. [20] BRASIL. Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10 - 1989). Disponível em :< <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cid10.htm> .>

Acesso em: 15/02/2015. [21] KASAMA, S. T.; BRASOLOTTO, A. G. Percepção vocal e qualidade de vida. Pro Fono 2007;19(1):19-27. [22] ALVES, L. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; MARZIALE, M. H. P.; FELIPPE, A. C. N. DE; ROMANO, C. C. Alterações Da Saúde E A Voz Do Professor, Uma Questão De Saúde Do Trabalhador, Rev. Latino-am Enfermagem 2009 julho-agosto; 17(4) [23] SMITH, E.; GRAY, S.D; DOVE, H. ;KIRCHNER, L. ; HERAS, H. Frequency and effects of teachers' voice problems. J Voice. 1997; 11:81-7.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

ESTUDO DA MASTOFAUNA EM ÁREAS DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA MINEIRA ATRAVÉS DO USO ARMADILHA FOTOGRÁFICA

Michel Barros **FARIA** (PQ- michelfaria@yahoo.com.br)¹, Polyana Albuquerque **SILVA**(PQ)², Francisco Homem **GABRIEL** (PQ)², Daniel da Silva **FERRAZ** (PQ)¹

1. Professor do curso de Ciências Biológicas. Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola- UEMG- 36800-000. Carangola, Minas Gerais. 2 Biólogo formado no Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola-UEMG-. 36800-000. Carangola, Minas Gerais.

Palavra-chave: Mastofauna, Levantamento, Armadilha fotográfica.

INTRODUÇÃO:

Brasil possui a maior diversidade de mamíferos vivos no mundo, considerando descrições atuais, sendo 701 espécies distribuídas por todo o país, o que representa 12% da mastofauna mundial. Apesar de fragmentada, a Mata Atlântica constitui uma das mais importantes formações vegetais em termos de endemismo de espécies, devido à alta concentração de biodiversidade [6]. Entre os mamíferos, são 298 espécies, sendo 30% endêmicas [13]. A mastofauna desempenha papel fundamental na manutenção do equilíbrio do ecossistema, entretanto, sofre grande pressão antrópica, sendo o monitoramento da riqueza das espécies um dos métodos usados no manejo e conservação de áreas como unidades de conservação. O estudo foi realizado em duas RPPNs, Reserva Particular do Patrimônio Natural do Projeto Resgate, localizadas no município de Alto Jequitibá no corredor central da Mata Atlântica Mineira. O objetivo do projeto consiste em caracterizar os mamíferos terrestres de médio e grande porte das RPPNs Refúgio dos Sauás e Mata dos Jacús através do uso de armadilhas fotográficas. Adicionalmente, foi verificada a eficiência do método de captura de fotos em relação aos métodos tradicionais de inventários.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2014, com esforço amostral de nove meses. O método consistiu no uso de duas armadilhas fotográficas em cada área, totalizando quatro armadilhas. Foi utilizado iscas variadas buscando registrar espécies com diferente dieta alimentar. O esforço de captura foi calculado através do número de armadilhas, multiplicado pelo número de dias/noite, multiplicado por 24 (número de horas/dia). O sucesso de captura foi obtido multiplicando o número de espécies por 100 e dividindo pelo esforço. Foi calculado a riqueza, esforço de captura e similaridade entre as áreas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostragem realizada nas duas RPPN's resultou em um esforço de captura total de 42.432 horas de exposição das armadilhas com sucesso de captura total de 16.49(%). No total foram obtidas 185 fotos sendo 166 (90,28%), de aves, morcegos e pequenos mamíferos. Assim, foram analisados apenas os registros das espécies de mamíferos de médio e grande porte, os demais registros foram desconsiderados. No total foram registradas as seguintes espécies *Leopardus pardalis*, *Leopardus wiedii*, *Procyon cancrivorus*, *Nasua nasua*, *Eira barbara*, *Cuniculus paca* e *Sus scrofa*. Dentre os registros, observam-se espécies que se encontram em duas listas da fauna ameaçada, Minas Gerais [3] e Brasil [11] sendo elas, a jaguatirica (*Leopardus*

pardalis) e o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*). As duas apresentam o status de vulnerável para o Brasil, entretanto a última é considerada em perigo, para o estado de Minas Gerais e quase ameaçada a nível mundial [7]. Também ocorreu o registro de espécies como o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) e a paca (*Cuniculus paca*), animais que não são vistos facilmente. A presença de carnívoros de topo como a jaguatirica e o gato-maracajá e herbívoros de grande porte como a paca sugere que esta área ainda tenha recursos suficientes para garantir a sobrevivência destes animais, onde os carnívoros poderiam ainda regular as populações de presas. De acordo com os resultados obtidos a abundância entre as ordens indica que a ordem Carnívora foi a mais representativa (61,11%), seguida por Rodentia (22,22%) e Artiodactyla (11,11%) e abundância entre espécies indica que a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), obteve 27,77% dos registros, sendo a RPPN Refúgio dos Sauás a área com maior número de registros (N= 12), desconsiderando os registros que ocorreram com intervalo menor de uma hora. As armadilhas fotográficas são úteis para o registro de animais que não são vistos habitualmente, bem como animais de hábitos crípticos que são dificilmente observados. Estudos com armadilhas fotográficas vem sendo bastante utilizados com mamíferos de médios e grande porte, no que diz respeito à avaliação da distribuição, abundância, riqueza de espécies e padrão de atividade [16, 17, 18, 20], e também quanto à individualização do espécime, neste caso a identificação de animais com um padrão de coloração, como alguns felinos, permitindo determinar a abundância e a densidade mediante fotografias, principalmente no estudo de animais crípticos [17, 19]. De acordo com [18]. Em relação a outras metodologias, o método utilizado possui as seguintes vantagens: permite o monitoramento simultâneo de grandes áreas, sem a necessidade de um grande número de pessoas, além de causar baixo impacto ao ambiente e a fauna. A riqueza estimada pelo índice de Jackknife demonstrou que o esforço aplicado não está aproximado do suficiente para amostrar o número de espécies existentes na região estudada (Jackknife de 1ª ordem=6±2). De acordo com a curva analisada, necessita-se de mais esforço para que a curva do coletor atinja a assíntota, e assim atinja a estabilidade para indicar o esforço aplicado para amostrar as espécies das áreas estudadas. Porém há que se esperar que aproximadamente quatro ou cinco novas espécies possam ser adicionadas se o esforço for aumentado, conforme tendência observada pelo Jackknife SD (desvio padrão: metodologia de remostarem de um estimador) na somatória das seis campanhas. A similaridade entre as áreas amostradas (calculada utilizando o índice Jaccard,

computados através do software Biodiversity pro) demonstrou que a taxa de similaridade foi de 28,57%. Entre os animais domésticos registrados, estão o cão doméstico (*Canis familiaris*), registrado quatro vezes e o boi (*Bos taurus*), registrado três vezes. Os resultados indicam alguns fatores que podem estar influenciando a distribuição, riqueza e abundância dos animais como, por exemplo, a presença humana e animais domésticos. Muitos estudos relatam o compartilhamento de hábitat entre mamíferos silvestres e cães domésticos [14, 18], interferindo negativamente na fauna nativa. Os cães são animais carnívoros oportunistas, competindo direta ou indiretamente na obtenção de alimentos com carnívoros silvestres, além de serem importantes transmissores e vetores de doenças [1, 2, 15]. Segundo [15], a presença de cães domésticos está associada à atividade humana e o registro de *Canis familiaris* ocorre com certa frequência em áreas de Mata Atlântica [18]. O javali (*Sus scrofa*), registrado duas vezes na RPPN Santuário Ecológico Mata dos Jacús, vem sendo introduzido em diversas regiões do mundo a partir do século XV, desde então vem causando diversos danos ambientais e econômicos pelo mundo. Tanto que levou a União Mundial para Conservação (IUCN sigla em inglês) a classificá-lo como um das 100 piores espécies exóticas do mundo [10]. Na América do Sul os primeiros registros da introdução desses animais datam de 1904 e 1906. No Brasil, o javali asselvajado já foi registrado em nove estados, até dezembro de 2006 [4]. Em Minas Gerais os primeiros registros da espécie ocorreram possivelmente entre 2009 e 2008 [8, 9]. Segundo [9], muitos proprietários rurais de Minas Gerais tiveram que mudar sua rotina e utilizando métodos diferentes do habitual para que o estrago ocasionado por esses animais na roça seja minimizado. O estudo também identificou a presença do javali em fragmentos de mata. Além disso, o estudo de Kaizer et al., 2014 identificou um novo registro do animal, agora no estado do Rio de Janeiro, indicando a expansão do *Sus scrofa* e a necessidade de estudos sobre o impacto que esta espécie causa à biodiversidade nativa. A lista de espécies de mamíferos de médio e grande porte obtida por meio deste estudo apresenta considerável riqueza, mesmo em um curto período de coleta, uma vez que muitos desses animais são espécies indicadoras da qualidade ambiental, incluindo espécies ameaçadas de extinção como *Leopardus pardalis* e *Leopardus wiedii*. Entretanto, a ocorrência de espécies exóticas como *Sus scrofa* e espécies domésticas como *Canis familiaris* indica perturbações na área. De acordo com os registros, a ordem mais representativa foi Carnívora, seguindo o padrão encontrado no Brasil das ordens mais diversas entre as espécies de mamíferos de médio e grande porte, porém indicando um desequilíbrio por ter sido mais registrado na RPPN onde é permitida a entrada de pessoas. Foi possível apurar que armadilhas fotográficas são úteis para o registro de espécies de hábitos noturnos com comportamentos crípticos mesmo com problemas no equipamento, pois dos dezoito registros de mamíferos de médio e grande porte, onze foram à noite. Considerando-se as espécies, iscas são eficientes em atrair jaguatirica (*Leopardus pardalis*), animal com o maior número de registros e também a paca (*Cuniculus paca*) e o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), animais que não são vistos habitualmente. Diante do que foi observado, concluiu-se que atitudes conservacionistas devem ser tomadas nesta região, visando à integridade das populações de mamíferos e das outras espécies animais e vegetais. Entre elas, destaca-se a necessidade da criação um programa de educação ambiental, para conscientizar a

população local sobre a importância da área, bem como informações relacionadas aos impactos que os animais domésticos, principalmente os cães, podem causar à comunidade biológica como um todo, de modo a diminuir a frequência de entrada de cães na reserva.

CONCLUSÃO:

Tornando-se necessário a continuidade do estudo devido aos índices encontrados, mesmo com um espaço curto de amostragem. O método de uso de armadilhas fotográficas foi considerado eficiente. Para a conservação das espécies recomenda-se o estabelecimento de programas de monitoramento de espécies, controle das espécies exóticas e corredores ecológicos.

AGRADECIMENTOS:

Ao proprietário das RPPNs Carlos Monteiro e Rita de Cássia, por permitirem que o estudo fosse realizado. A Fundação Vida e Meio Ambiente, ao Museu de Zoologia Newton Bação de Azevedo da UEMG Carangola.

REFERENCIAS:

- [1] CAMPOS, C.B. Impacto de Cães (*Canis familiaris*) e Gatos (*Felis catus*) errantes sobre a Fauna Silvestre em um Ambiente peri-urbano. 2004. 55p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Piracicaba. [2] CAMPOS, C. B.; ESTEVES, C. F.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; CRAWSHAW JÚNIOR, P. G.; VERDADE, L. M. Diet of free ranging cats and dogs in a suburban and rural environment, south eastern Brazil. *Journal of Zoology, London*, v. 273, p. 14-20, 2007. [3] COPAM – CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. Deliberação Normativa COPAM nº 147: Aprova a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna do Estado de Minas Gerais, 30 de abril de 2010. (Diário do Executivo). [4] DERBERDT, A.J. & SCHERER, S.B. O javali asselvajado: uma ocorrência e manejo da espécie no Brasil. *Natureza & Conservação*, v. 5, nº2, p. 31- 44. 2007. [5] FRIGERI, E. ; CASSANO, C. R. and PARDINI, R. Domestic dog invasion in an agroforestry mosaic in southern Bahia, Brazil. *Tropical Conservation Science Vol.7 (3): p.508-528. 2014. [6] FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2011-2012, dados parciais dos estados avaliados até maio de 2013. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/5690/frente-ambientalista-debateu-atlas-ataatlantica/>>. Acesso em: 22 jul. 2014. [7] IUCN, 2008. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2014.2. Disponível em <<http://www.iucnredlist.org>>Acesso em: 05 set. 2014. [8] KAIZER, M. da CRUZ. NOVAES, C. M.; FARIA, M. B. Aspectos sócioecológicos da introdução de javalis (*Sus scrofa*) na região de Tombos, zona mata mineira. In: X Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço, 16- 22 set., 2011. [9] KAIZER, M. da CRUZ; NOVAES, C. M.; FARIA M. B. Wild boar *Sus scrofa* (Cetartiodactyla, Suidae) in fragments of the Atlantic Forest, southeastern: new records and potential environmental impacts. *Mastozoologia Neotropical*. Mendoza, 2014. [10] LOWE, S.; BROWNE, M.; BOUDJELAS, S. 100 of the world's most invasive species: A selection from the Global Invasive Species Database. ISSG, Auckland. 2000. [11] MACHADO, A.B.M.; DRUMMOND, G.M. PAGLIA, A.P. (org). Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção. Ed.1, Brasília/Belo Horizonte: MMA/Fundação Biodiversitas. 2008. [12] MACHADO, A. B. M., C. S. MARTINS, AND G. M. DRUMMOND. 2005. Lista da fauna brasileira ameaçada*

de extinção: incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em dados. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas 160 p. [13] PAGLIA, A. P.; FONSECA, G. A. B. da; RYLANDS, A. B.; HERRMANN, G.; Aguiar, L. M. S.; CHIARELLO, A. G.; LEITE, Y. L. R.; COSTA, L. P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M. C. M.; MENDES, S. L.; TAVARES, V. da C.; MITTERMEIER, R. A. & PATTON J. L. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals. 2ª Edição / 2nd Edition. Occasional Papers in Conservation Biology, Nº. 6. Conservation International, Arlington, VA. 76p. 2012. [14] PRADO, M. R.; ROCHA, E. C.; GIUDICE, G.M. L. Mamíferos de médio e grande porte em um fragmento de mata atlântica, Minas Gerais, Brasil. *Revista Árvore*. Viçosa. 32(4), 2008. [15] ROCHA, E.C. & DALPONTE, J.C. Composição e caracterização da fauna de mamíferos de médio e grande porte em uma pequena reserva de Cerrado em Mato Grosso, Brasil. *Revista Árvore* 30 (4): 669-678. 2006. [16] SILVER, S.C., OSTRO, L.E.T., MARSH, L.K., MAFFEI, L., NOSS, A.J., KELLY, M.J., ET AL. The use of camera traps for estimating jaguar *Panthera onca* abundance and density using capture/recapture analysis. *Oryx*, v. 38: 148–154, 2004. [17] SILVEIRA, L. Camera trap, line transect census and track surveys: a comparative evolution. *Biological Conservation*, 114: 351-355. 2003. [18] SRBEK-ARAÚJO, A.C., CHIARELLO A.G. Armadilhas fotográficas na amostragem de mamíferos: considerações metodológicas e comparação de equipamentos. *Revista de Zoologia, Curitiba*, v.24, 647-656, 2007. [19] TROLLE, M., & KERY, M. Estimation of ocelot density in the pantanal using capture-recapture analysis of camera-trapping data. *Journal of Mammalogy*, 84, 607-614. 2003. [20] TOMAS W.M. & MIRANDA, G. H. B. Uso de armadilhas fotográficas em levantamentos populacionais. In: Cullen Jr., L., Rudran, R., Valladares Pádua, C. (orgs.). *Métodos de estudos na biologia da conservação & manejo da vida silvestre*. Curitiba, Ed. UFPR. 243-267. 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.05.00.00-9 - Ecologia

ENTOMOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ESTUDO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS NÍVEIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

Lídia Alvim **LOPES** (IC- lidia-avim@hotmail.com)¹, Hayanna Silva **LOBATO** (IC)², Cynthia Imbelloni Hosken **GOMIDE**, (PQ)² e Michel Barros **FARIA**, (PQ)².

1. Curso de Gestão Ambiental- Universidade Cândido Mendes-PROMINAS- 35170-002- Cel. Fabriciano-MG. 2. Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola-UEMG- 36800-000- Carangola-MG.

Palavras-chave: Entomologia, Formação do cidadão, Educação Ambiental.

APRESENTAÇÃO:

De acordo com a Lei de número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 1º e 2º [1], a formação do indivíduo, a convivência com demais cidadãos envolve diretamente a educação, que irá refletir na sociedade como um todo e nas atividades culturais. Sendo também um dever das famílias e do estado para preparação do indivíduo, a cidadania e qualificação. Compreende-se então, que a educação é direito de todos e se fazem necessárias a todos os níveis de aprendizagem, sendo a mais eficaz fonte de conhecimento transmitido. Um dos processos de aprendizagem é representado pela Educação Ambiental, que trabalha questões relacionadas com o meio ambiente, de interação com o ser humano, envolvendo os valores sociais, habilidades e atitudes dos seres humanos, direcionadas a consciência e a sensibilização para a efetivação do bem-estar e da qualidade de vida, tentando manter o ambiente ecologicamente sustentável [2]. Um ramo da ciência/biologia que pode ser amplamente explorado em sala de aula é a entomologia, que é a ciência que estuda os insetos e todos seus aspectos na relação entre meio ambiente e homem [3]. Atualmente mais de 750.000 mil espécies de insetos já foram identificadas por pesquisadores, ocupando diversos nichos no planeta e apresentando ótimo sucesso evolutivo [4]. Esse sucesso evolutivo está relacionado a diversos fatores, mais o que os diferencia dos demais invertebrados terrestres é o ato de voar. Apresentando assim diferentes características morfológicas e fisiológicas [4]. Embora apresentem todas essas características peculiares, determinados insetos, podem transmitir doenças, por isso alguns desses, não são bem vistos pela humanidade, e essa forma de vê-los pode influenciar os alunos gerando a incompreensão do papel desses organismos, produzindo sentimentos negativos com relação eles. Pensando nesse fato o estudo de entomologia é imprescindível no ensino, para que aja a compreensão da importância dos insetos para a conservação dos mesmos e os conceitos direcionados a esses animais sejam revisados, através do entendimento dos alunos [5]. Uma vez que esses alunos são formadores de conhecimento e estão iniciando sua trajetória escolar, torna-se mais eficiente o aprendizado, pois os conhecimentos adquiridos servirão de subsídios aos demais anos, bem como contribuirá no aprendizado e na formação do cidadão consciente.

DESENVOLVIMENTO:

O projeto consistiu em aplicar atividades de Educação Ambiental aos alunos da Escola Municipal Clarice Rodrigues Faria. A escolha da escola se deu devido sua localização, inserida no entorno de duas importantes áreas florestais, a Reserva Particular do Patrimônio Natural

RPPN Refúgio dos Sauás e RPPN Santuário Ecológico Mata dos Jacus, nas quais são realizados projetos de pesquisa de fauna e flora, reforçando ainda mais e indo de encontro com o objetivo do estudo de preservação de espécies do ecossistema. Trabalhou-se com alunos da educação infantil e do ensino fundamental das séries iniciais, no município de Alto Jequitibá, Minas Gerais, tendo como foco a entomologia, abrangendo a valoração das atividades lúdicas. Entender o papel que cada inseto exerce no planeta é uma das metas que se objetivou, sendo peça fundamental para que esses alunos pudessem contribuir com a preservação das espécies. As atividades foram realizadas em um dia, no turno da manhã, com um total de 20 alunos, do primeiro ao quinto ano, com faixa etária variando de cinco a dez anos. As atividades apresentadas consistiram em: palestra informativa com fotos, que trabalhou as diferenças dos insetos, suas características morfológicas, diferentes sons, características dos nomes, camuflagem e o mimetismo. As ordens dos animais abordados foram: Odonata (libélulas), Orthoptera (grilos e gafanhotos), Blattodea (baratas), Phasmida (bicho pau), Hemiptera (cigarras e percevejos), Coleoptera (besouros), Lepidoptera (borboletas e mariposas), Diptera (mosquito e pernilongo) e Hymenoptera (abelhas, vespas e formigas). Esta última ordem apresenta os insetos mais conhecidos e foi melhor trabalhada na atividade de educação ambiental, com apresentação de vídeo sobre a metamorfose da borboleta. Para melhor envolvimento, entendimento e visando a contribuição ao aprendizado dos alunos, apresentou-se o vídeo da TV Smartkids Metamorfose da Borboleta, em forma de desenho animado. Esse vídeo não possuía falas, apenas informações escritas e visuais, e descreve as fases de vida dos lepidópteros e o processo de formação da borboleta, desde o ovo até o surgimento da borboleta, reforçando ainda mais os conhecimentos passados na apresentação. De acordo com [6], os vídeos trabalham com sentidos, com os sentimentos, com o corpo, a pele e com as sensações; apresentou-se também aos alunos exemplares da coleção didática, pertencente ao acervo da Coleção Entomológica do Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola e finalizando as atividades os alunos foram instigados a representar, com massinha de modelar, as fases da metamorfose da borboleta discutidas no vídeo anteriormente mencionado. Eles foram orientados a produzir modelos de ovo, lagarta, pupa e do inseto adulto, desenvolvendo a criatividade e facilitando a fixação do conhecimento adquirido. Acredita-se que dessa maneira os alunos puderam brincar e também usar a imaginação. Segundo o autor [7] "é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera

visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os alunos participaram efetivamente da palestra com questionamentos sobre o tema abordado, que foram esclarecidas com respostas elaboradas de maneira que, o conteúdo fosse facilmente entendido e apresentando as características mais positivas de cada inseto, com o real intuito de desmistificar por vez tais questões. O vídeo *Metamorfose da Borboleta* proporcionou a descoberta do desenvolvimento da borboleta através de suas fases. Parte dos alunos não sabia que uma lagarta se transformaria em uma borboleta. A coleção entomológica mostrou aos alunos diversos insetos, que eles nem conheciam e inúmeras características diferenciadas, reforçando também a palestra educativa apresentada. A atividade de avaliação realizada com massinha de modelar pode proporcionar aos alunos um momento único, onde foi possível notar que eles além de brincarem, conseguiram somar o que haviam apreendido com as outras atividades e fizeram de forma completa toda a fase da metamorfose da borboleta, os alunos trabalharam com todos os detalhes, desde, ovo, lagarta, seu alimento as cores da lagarta, casulo até a formação da borboleta e aproveitaram para tirar todas as dúvidas que ainda restavam. Algo que chamou muita atenção dos alunos foi as cores da massinha. O que buscou apresentar aos alunos, é que além dos insetos, serem o maior grupo animal do planeta, são de grande importância na conservação dos ambientes, sendo excelentes polinizadores, dispersores de sementes e reguladores populacionais e ótimos como bioindicadores em programas de monitoramento ambiental. Para desmitificar a visão negativa destes animais, vistos muitas vezes apenas como pragas e causadores de doenças, mostrou-se extremamente válido o trabalho com estes animais em atividades de Educação Ambiental, objetivando uma mudança de atitude em relação aos insetos. Os métodos utilizados para promover educação ambiental aos alunos foram: palestra, vídeo, atividade interativa e apresentação da coleção biológica, no qual despertaram novas descobertas e desmistificação de assuntos relacionados a entomologia. Observou-se que todas essas metodologias foram essenciais para desenvolvimento desse trabalho, pois uma se fez complemento da outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] BRASIL. LEI nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Site da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15 jan 2015. [2] BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Site da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 13 jan 2015. [3] GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 2002. 531p. [4] RUPPERT, E.E.; BARNES, R.D. Zoologia dos invertebrados. 6ª.ed., São Paulo: Roca, 1996. 1028p. [5] PEREIRA, S.P.A. Uma proposta de ensino de entomologia no ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos com uso de recursos audiovisuais. Brasília, 2013. 183f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência)- Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. [6]

ARROIO, A.; GIORDAN, M. O Vídeo Educativo: aspectos da organização do ensino. *Química Nova na Escola*, n. 24, Novembro de 2006. [7] VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 4ª ed., São Paulo; Martins Fontes, Editora Ltda., 1991. 90p.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

EFEITO DA DIETA HIPERLIPÍDICA E ETANOL NOS NÍVEIS SOROLÓGICOS DE LIPÍDIOS EM RATOS WISTAR.

Daiane Figueiredo **ROSA1** (daianefigueiredo2009@hotmail.com), Reggiani Vilela **GONÇALVES2**, Solange Mara **BIGONHA3**, Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT4**

1 Departamento de Biologia Geral, Universidade Federal de Viçosa 36570-000-Viçosa-MG; pós graduação em Análises Clínicas, Faculdade de Minas, FAMINAS 36880-000 - Muriaé-MG. 2 Departamento de Biologia Animal, Universidade Federal de Viçosa 36570-000-Viçosa-MG. 3 Departamento de Nutrição e Saúde, Universidade Federal de Viçosa 36570-000-Viçosa-MG. 4 Professor e coordenador de pesquisa da Faculdade de Minas, FAMINAS 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Dieta hiperlipídica, álcool, rato wistar.

INTRODUÇÃO:

A obesidade representa um sério risco para saúde e está associada a diversas doenças metabólicas, como diabetes, resistência à insulina, doença coronária, câncer, acidente vascular cerebral e a esteatose não alcoólica do fígado, associada à dieta rica em lipídios que provoca inflamação [1]. Nas últimas três décadas o consumo de alimentos cada vez mais ricos em lipídeos se difundiu para a população mundial, devido principalmente às mudanças no hábito de vida das pessoas. Existem evidências de que o perfil dietético apresenta uma notável capacidade de modificar o metabolismo celular, podendo levar a uma profunda reprogramação molecular, que inclui a modulação dos genes que regulam a estrutura, a função, o crescimento e a sobrevivência celular [2] [3]. Estas características têm sido provadas para dietas hipercalóricas ricas em lipídios, que tem sido amplamente aplicada como um modelo clássico de dislipidemia e obesidade em modelos animais por simular um padrão de alimentação cada vez mais comum em populações humanas. Os modelos animais expostos a dietas hiperlipídicas tem grande aplicabilidade em estudos pré-clínicos para investigar o impacto das diferentes intervenções na prevenção e tratamento de condições patológicas associadas às dislipidemias. Além disso, apresentam potencial utilidade para investigar o efeito do perfil dietético sobre o metabolismo e estrutura de múltiplos órgãos e tecidos [4][5]. Neste contexto, destaca-se também o alcoolismo uma doença que se tornou um grande problema de saúde pública. O álcool é responsável por 3,2 % na taxa mortalidade no Mundo, sendo que seu consumo vem aumentando no Brasil pelo baixo custo e fácil acesso [6]. Sabe-se que a alimentação crônica de dietas ricas em lipídeos e carboidratos associada ao consumo do álcool é uma realidade da sociedade moderna e pode levar a diversos danos locais e sistêmicos [7]. Estas alterações podem desencadear mudanças na arquitetura e função celular e tecidual, por ativar vias que comprometem não só os órgãos alvo, mas também processos importantes como o reparo tecidual [7] [8]. Assim, o objetivo desse trabalho foi avaliar o efeito do etanol e da dieta hiperlipídica nos níveis séricos de colesterol total, HDL, triglicerídeos em ratos.

MATERIAL E MÉTODOS:

O experimento foi aprovado pela comissão de ética no uso de animais da Universidade Federal de Viçosa (n° 213/2014). Ratos Wistar (*Rattus norvegicus*) (n = 45), machos, com peso médio de 220g, dez semanas de vida, sadios, provenientes do Biotério Central da Universidade Federal de Viçosa foram alocados em gaiolas individuais,

diariamente higienizadas e mantidas em ambiente com temperatura controlada (± 22 °C). O fotoperíodo foi estabelecido em ciclos de 12 horas de claridade e 12 horas de escuridão. Água e ração foram fornecidas aos animais ad libitum. Nestas condições de laboratório os ratos foram separados aleatoriamente em cinco grupos (n=9 por grupo), divididos da seguinte forma: Grupo 1: Salina, administração via gavagem; Grupo 2: Dieta Padrão e água ad libitum; Grupo 3: Álcool na concentração de 40% (4g/Kg do peso corporal do animal), uma vez por dia, durante todo o período experimental (administração via gavagem); Grupo 4: Dieta hiperlipídica e água ad libitum; Grupo 5: Dieta hiperlipídica e álcool à 40% (4g/Kg do peso corporal do animal). No final do experimento, os animais foram eutanasiados por meio de exsanguinação sob anestesia (Ibuprofeno 10mg/Kg de peso corporal intraperitoneal). O sangue foi coletado durante a eutanásia, após jejum de 12 horas, por pulsão cardíaca utilizando seringa heparinizada. Em seguida, foi centrifugado à velocidade de 2 500 rpm por 10' e o soro reservado para as análises dos níveis séricos de colesterol total, HDL e triglicerídeos. O soro foi analisado no Laboratório de Análises Clínicas, Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa, utilizando o Analisador para química clínica BS-200 da marca Mindray® por testes enzimáticos colorimétricos com uso de Kits compatíveis com o equipamento. Para estatística, os dados foram avaliados pela análise de variância- ANOVA com post hoc SNK, considerando $P < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os níveis de triglicerídeos no Grupo 5 (Dieta hiperlipídica e álcool à 40%) foi significativamente maior do que no Grupo 1 (Salina, administração via gavagem) e maior que nos outros tratamentos. Os maiores níveis de triglicerídeos no Grupo 5 pode estar associado a combinação de uma dieta hipercalórica, rica em lipídeos e o consumo do etanol. O aumento da ingestão de gorduras saturadas desencadeia um aumento na associação de FAD/ caspase 8, ao mesmo tempo aumenta a associação de IKB/ NF κ B e P50, desencadeia resposta inflamatória, que prejudica a sinalização da leptina e insulina, e apoptose de células do hipotálamo em ratos Wistar, além de aumentar a fosforilação de PERK, um marcador de estresse no RE. Além disso, este aumento de lipídios também é encontrado no fígado, onde a dieta hiperlipídica tem causado além de estresse no RE, esteatose hepática, desencadeando apoptose dos hepatócitos [9][10]. Os níveis de colesterol total não apresentaram resultados significativos nos cinco grupos, levando em consideração o

valor de p, porém no grupo 3 (Álcool na concentração de 40%) obteve-se a maior média (Tabela 1). Contudo, esses resultados diferem dos encontrados por Zenne, et al., 2015 [11], onde os níveis séricos de colesterol total foram superiores nos grupos que receberam dieta de cafeteria, rica em gordura e carboidratos de alto índice glicêmico. Já os níveis de HDL foi significativamente maior no Grupo 1 (Salina, administração via gavagem) em comparação com o Grupo 4 (Dieta hiperlipídica e água ad libitum), onde foram encontrados os menores níveis em relação aos demais tratamentos (Tabela 1). O parâmetro nível de HDL foi maior no Grupo 1 e isso pode ser devido à ausência de exposição à dieta hiperlipídica e ao álcool. Resultados semelhantes foram encontrados por [Shivaprasad](#) et al., 2014 [12], onde a dieta de cafeteria também reduziu os níveis de HDL.

Tabela 1: Parâmetros lipídicos do soro de ratos submetidos à dieta hiperlipídica e álcool.

Tratamento	Colesterol total		Triglicérides		HDL	
	M	D.P.	M	D.P.	M	D.P.
G1	71,5	±12,1	25,8	±3,9 ^a	25,5	±2,9 ^a
G2	60,1	±9,5	33,8	±9,2	21,5	±1,8
G3	78,3	±10,8	35,6	±9,7	25,0	±3,1
G4	65,3	±12,4	37,6	±8,2	20,1	±2,1 ^b
G5	57,1	±20,5	41,5	±11,2 ^a	24,0	±3,6

Médias (M) e Desvio Padrão das amostras do soro dos ratos submetidos os níveis séricos de Colesterol, Triglicérides e HDL, em mg/dL. Letras diferentes no mesmo representa diferença significativa pela análise de variância-ANOVA com post hoc SNK, considerando $P < 0,05$.

Mitochondrial DNA Damage and Dysfunction, and Oxidative Stress Are Associated with Endoplasmic Reticulum Stress, Protein Degradation and Apoptosis in High Fat Diet-Induced Insulin Resistance Mice. PLoS ONE 8(1)2013. [11] ZEENI N, DAHER C, FROMENTIN G, TOME D, DARCEL C. Chaumontet. A cafeteria diet modifies the response to chronic variable stress in rats. Stress Int J Biol Stress, 16 (2013), pp. 211–219. [12] SHIVAPRASAD HN, GOPALAKRISHNA S, MARIYANNA B, THEKKOT M, Reddy R, TOPPEWAMY BS (2014) Effect of Coleus forskohlii extract on cafeteria diet-induced obesity in rats. Phcog Res 6:42–45.

Área do conhecimento (CNPq): 2.01.00.00-0 - Biologia Geral

Área do conhecimento (CNPq): 2.08.00.00-2 - Bioquímica

CONCLUSÃO:

Assim, esses resultados sugerem que a dieta hiperlipídica bem como a associação da mesma com o álcool pode causar alterações nos níveis séricos de triglicérides e HDL.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS e Universidade Federal de Viçosa, aos colaboradores deste trabalho e a CAPES pela bolsa de estudos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] JAKOBSDOTTIR G; Xu J; MOLIN G; AHRNE´ S; NYMAN M. High-Fat Diet Reduces the Formation of Butyrate, but Increases Succinate, Inflammation, Liver Fat and Cholesterol in Rats, while Dietary Fibre Counteracts These Effects. PLoS ONE 8(11): e80476. 2013. [2] CERVATO A. M; MAZZILLI R. N. MARTINS I. S; MARUCCI M. F. Habitual diet and cardiovascular disease risk factors. Rev Saúde Pública v.31, p.227-235,1997. [3] SCHWENK, R. W.; VOGEL, H.; SCHURMANN, A. Genetic and epigenetic control of metabolic health. Mol Metab. v.2, p.337-347, 2013. [4] ROSINI, T. C; SILVA, A. S. R.; MORAES C. Diet-induced obesity: rodent model for the study of obesity-related disorders. Rev Assoc Med Bras 58, p.383-387, 2012. [5] SAMPEY, B. P.; VANHOOSE, A. M.; WINFIELD, H. M.; FREEMERMAN, A. J.; MUEHLBAUER, M. J.; FUEGER, P. T.; NEWGARD, C. B.; MAKOWSKI, L. Cafeteria diet is a robust model of human metabolic syndrome with liver and adipose inflammation: comparison to high-fat diet. Obesity. v.19, p.1109-1117, 2011. [6] PERREIRA L.O.; FRANCISCHI R.P.; JÚNIOR A.H.L. Obesidade: Hábitos nutricionais, Sedentarismo e resistência à insulina. Arp Bras Endocrinol Metab vol 47 n° 2. 2009. [7] RENAUD H.J.; CUI J.Y.; LU H. KLAASSEN CD. Effect of Diet on Expression of Genes Involved in Lipid Metabolism, Oxidative Stress, and Inflammation in Mouse Liver Insights into Mechanisms of Hepatic Steatosis. PLoS ONE 9(2) 2014. [8] GOLOMB B.A, EVANS M.A.; WHITE H.L. DIMSDALE JE. Trans Fat Consumption and Aggression. PLoS ONE 7(3) 2012. [9] ZHAO.; ZANG B.; CHEING M.; MA Y.; YANG Y. Differential Responses of Hepatic Endoplasmic Reticulum Stress and Inflammation in Diet-Induced Obese Rats with High-Fat Diet Rich in Lard Oil or Soybean Oil. PLoS ONE 8(11) 2013. [10] YUZEFOVYCH L.V.; MUSIYENKO S.I.; WILSON G.L.; RACHEK L.I.

IMPACTO DO TDAH NA VIDA ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA

Juliana Campos **SCHMITT** (IC – Julianaschmittuff@hotmail.com)¹, Francis Ricardo dos Reis **JUSTI** (PQ)²

1. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; 2. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF – 336036-330 – Juiz de Fora - MG

Palavras-Chave: TDAH, impacto, desenvolvimento acadêmico.

APRESENTAÇÃO:

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é de base neurobiológica e forte hereditariedade. As principais causas seriam fatores genéticos e neurológicos [1]. É um diagnóstico clínico, fundamentado nos critérios do DSM-V (Manual Estatístico e Diagnóstico). As principais manifestações são: dificuldade em atenção, hiperatividade e/ou impulsividade, afetando diversas áreas: interpessoal, acadêmica ou familiar [1]. No que tange as dificuldades acadêmicas destacam-se as alterações em aspectos fonológicos, sintáticos e pragmáticos, sendo provavelmente causadas pela dificuldade de atenção e de controle inibitório dos estímulos irrelevantes. Achados neuropsicológicos sugerem que tais manifestações relatadas causadas pelo TDAH sejam causadas devido a um déficit nas funções executivas, acarretando em dificuldade de organizar, planejar e monitorar informações na memória de trabalho e em sustentar e controlar a atenção [2]. A literatura evidencia que portadores de TDAH apresentam o desempenho escolar comprometido [3]. Ressalta-se que nesse estudo será considerada a trajetória escolar dos portadores de TDAH e “desempenho escolar” será entendido como dificuldades de aprendizado o que se difere de transtorno de aprendizado. Nesse estudo será estabelecida a relação entre TDAH e desempenho acadêmico e os impactos que o transtorno pode acarretar na vida escolar dos portadores.

DESENVOLVIMENTO:

O método é a revisão sistemática da literatura, possibilitando conclusões gerais no que tange a área específica TDAH e desempenho acadêmico. O percurso metodológico seguiu as seguintes etapas: definição dos objetivos e do tema, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção da amostra, a seleção dos dados extraídos dos estudos selecionados, a análise, discussão e apresentação dos resultados. Destaca-se que alguns estudos abordaram o tema de modo indireto, não propriamente o desempenho escolar, mas a partir das variáveis investigadas sugeriram que os resultados encontrados refletiam no desempenho escolar. Logo, esses estudos também se enquadraram na temática proposta. Após a definição do tema, foram postuladas duas questões norteadoras: Há relação do TDAH com desempenho acadêmico? De que forma o TDAH pode influenciar no rendimento acadêmico dos indivíduos? A revisão sistemática foi realizada nos bancos de dados Pepsic, Scielo e Redalyc a partir dos descritores “tdah” AND “desempenho acadêmico” e “tdah” AND “desempenho escolar”. Não houve delimitação de ano nas bases de dados. Foram encontrados 104 estudos e selecionados apenas 11. Os artigos foram analisados na íntegra e a

partir dos mesmos foram extraídas informações e dados relevantes para a composição desse estudo. Considerou-se apenas estudos em Psicologia. Os estudos foram classificados em: artigos de revisão sistemática e artigos empíricos. Quanto aos artigos empíricos foram analisados: o desenho; objetivo; amostra; variáveis investigadas; instrumento; resultados e conclusão. Considerou-se critério de inclusão: artigos que tratavam do TDAH e desempenho acadêmico e aqueles que tratavam da investigação de variáveis que de certa forma influenciam no desempenho acadêmico; selecionou-se apenas artigos nacionais e como critério de exclusão descartou-se artigos em que o tema não abarcava relação direta ou indireta do TDAH com desempenho escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante a busca da presente revisão sistemática, de acordo com os critérios de inclusão estipulados, foram encontrados somente 11 estudos que tratavam da temática abordada, sendo assim, 9 estudos eram empíricos, 1 era um estudo de revisão sistemática e 1 de revisão bibliográfica. Não foram encontrados artigos de metanálise. Em relação ao tipo de delineamento das pesquisas pode-se constatar que há apenas 1 artigo empírico em que foi empregado o estudo de caso e o restante, em sua maioria, se caracterizou como estudo comparativo e/ou correlacional. Foram encontrados artigos entre os anos 2004 e 2014. Em relação a característica amostral dos estudos, na maioria deles, os pesquisadores se apropriaram de um Grupo controle (GC) e um ou mais grupos experimentais a fim de realizar um estudo comparativo. Em dois estudos [5] e [6] foram utilizados mais de um grupo clínico. Nesse levantamento verificou-se que o grupo pareado com TDAH era disléxico em um dos estudos [5] e no outro [6] foi selecionado um grupo de superdotados. Quanto a seleção do grupo disléxico, presume-se que os pesquisadores partiram do pressuposto, como aponta a literatura [7] que os portadores de TDAH e os disléxicos apresentam comprometimento na habilidade de leitura. O propósito do estudo [5] era traçar o perfil de leitura de um grupo com TDAH comparado com um grupo disléxico e com bom desempenho acadêmico. O desempenho acadêmico não foi uma das variáveis investigadas, mas é notório o prejuízo na habilidade de leitura seja impactante no desempenho acadêmico, sendo assim é possível fazer uma relação entre TDAH, desempenho de leitura e desempenho escolar, visto que um escolar com dificuldades na leitura vivencia dificuldades na aprendizagem. É notório que os pesquisadores partiram do pressuposto de que uma das habilidades mais importantes para a leitura é a consciência fonológica e para o desenvolvimento da mesma é necessária uma relação

entre memória de trabalho e desempenho em tarefas específicas. Os pesquisadores selecionaram um grupo que assim como aqueles com TDAH apresentassem também um déficit nessa relação, portanto selecionaram os disléxicos como grupo a ser pareado. Os achados da pesquisa [5], evidenciam que os escolares com dislexia e TDAH apresentaram déficits na habilidade de leitura devido à dificuldade no processo de codificação e decodificação de símbolos, porém as causas para esses déficits são divergentes nos portadores de TDAH comparados com os disléxicos. Os portadores de TDAH apresentam dificuldade nos processos de codificação e decodificação que são resultantes do comprometimento da interação entre os processamentos visual, linguístico, atencional e auditivo ao contrário dos escolares com dislexia, que apresentam a mesma dificuldade, porém em decorrência de falha no processo de mediação fonológica, que depende da utilização do conhecimento das regras de conversão grafema-fonema para a construção da leitura da palavra. Constata-se então, que disléxicos e portadores de TDAH apresentam comprometimento acadêmico. Quanto ao estudo que envolve Superdotação e TDAH [6] acredita-se que a escolha em parear superdotados e indivíduos com TDAH está relacionada ao mito de que os superdotados são vistos como indivíduos que não apresentam dificuldades educativas, que segundo pesquisas no campo médico e educacional mostram uma realidade paradoxal e crianças talentosas com TDAH têm comportamentos específicos que tendem a ocultar suas dificuldades acadêmicas. Logo, esse estudo se diferencia dos demais selecionados pelo fato de comparar somente grupos clínicos (TDAH, Superdotação e Superdotação associado ao TDAH) e ainda comparar um grupo em que o TDAH está associado a uma deficiência. No tocante a dificuldade de aprendizagem houve diferenças significativas entre os grupos, os indivíduos com TDAH e Superdotação associado ao TDAH apresentaram escores superiores em dificuldade de aprendizagem comparados aos superdotados, o que nos compete refletir acerca da influência do TDAH no desenvolvimento acadêmico dos escolares que por sua vez, mesmo diagnosticados com Superdotação e TDAH apresentam mais dificuldades na aprendizagem do que aqueles diagnosticados somente com Superdotação, também foi investigado que em relação a desatenção, variável que interfere no desempenho escolar, indivíduos com TDAH são mais desatentos que indivíduos com a dupla excepcionalidade que por conseguinte são mais desatentos que os superdotados. É possível afirmar de acordo com os dados obtidos no estudo [5] que a variável dificuldade de aprendizagem pode estar associada aos sintomas do transtorno, interferindo assim no desempenho escolar. O estudo de Cunha et al (2011) verificou as habilidades metalinguísticas de escolares com TDAH, que não se diferenciou do GC em tarefas como: identificação de fonemas e palavras regulares, mas apresentou desempenho inferior nas tarefas de manipulação de sílabas e fonemas e na leitura de palavras irregulares, que exigem retenção, análise e recuperação de informação. Segundo os autores desse estudo, as dificuldades encontradas pelos portadores de TDAH podem ser atribuídas não a um déficit primário, mas como um fenômeno secundário à desatenção que interferem de forma direta em seu desempenho escolar. A literatura [8] tem evidenciado que a prevalência de dificuldades de leitura não é proveniente de uma desordem de base fonológica, mas sim uma deficiência secundária dos problemas de autorregulação e de atenção inerente ao

TDAH. O estudo de caso [9] destacou as principais dificuldades acadêmicas encontradas pelos participantes portadores do transtorno ao longo de seu trajeto acadêmico, principalmente no Ensino Fundamental e Médio, destacando problemas relacionados a leitura, a escrita e a falta de concentração. Os participantes alegaram que no Ensino Superior obtiveram melhora no desempenho acadêmico, com menos dificuldades em relação ao Ensino Fundamental e Médio, por já se sentirem capazes de superar os obstáculos decorrentes da instabilidade da atenção, impulsividade e /ou hiperatividade. O estudo de Júnior e Loos (2011) se aproxima do estudo de Reis e Camargo (2008) já que o propósito era investigar o desenvolvimento acadêmico dos participantes ao longo de sua trajetória escolar. Constatou-se o número de reprovações (48%), expulsões (19%) e transferências compulsórias (28%), o que mostra, mais uma vez, a tendência das pessoas com TDAH a apresentarem dificuldades no ajustamento à sistemática escolar, bem como apresentarem desempenho acadêmico insatisfatório. O estudo de Okuda et al (2011), constatou que dificuldades nas funções motora fina podem causar impacto significativo sobre o desempenho acadêmico, já que comprometem o desenvolvimento da linguagem escrita, ocasionando disgrafia nesses escolares. É esperado, segundo os autores que propuseram a pesquisa que os escolares apresentem dificuldades compatíveis com as verificadas durante a execução das tarefas de funções motora fina, sensorial e perceptiva devido as disfunções neurológicas que apresentam nas regiões lobo frontais. Obviamente as alterações motoras finas, sensoriais e perceptivas e o quadro de disgrafia não são os únicos fatores responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem, mas é um dos aspectos que podem agravar o desempenho acadêmico dos escolares e acredita-se que as alterações nas funções motora fina, sensoriais e perceptivas sejam decorrentes do TDAH. Logo nesse estudo [10] há relação entre TDAH e desempenho acadêmico, já que a escrita dos escolares pode ser comprometida. O estudo de Germano et al (2013), investigou as habilidades de percepção visomotoras de escolares com TDAH comparados com um grupo de escolares com bom desempenho acadêmico. A integração viso-motora é definida [11] como a habilidade em coordenar informações visuais com a programação motora, sendo uma importante variável no desempenho da escrita. Logo prejuízos nessa variável podem ocasionar impacto no desempenho acadêmico, pois através dela o escolar é capaz de fazer cópia ou transposição de textos, letra cursiva e reprodução de letras. Foi constatado nesse estudo que escolares com TDAH apresentaram desempenho inferior em relação ao GC, podendo então comprometer o desempenho da escrita manual o que pode ocasionar em disgrafia como aponta a literatura [12]. A maior parte das pesquisas [2] sustenta a existência de déficits no controle motor, principalmente na execução de sequências motoras com grande impacto para as atividades de vida diária. É notório que em meio à poucos estudos selecionados, os pesquisadores relacionam TDAH e desempenho acadêmico avaliando variáveis distintas que apresentam déficits sugeridos pelo TDAH que influenciam no processo de aprendizagem dos indivíduos podendo repercutir de modo negativo na trajetória acadêmica. É imprescindível destacar nesse levantamento que participantes pertencentes ao grupo clínico, já possuíam previamente um diagnóstico acerca do TDAH ou deficiência, baseado nos critérios clínicos do DSM-IV, mas também em alguns estudos [4] e [5] foi possível a

elaboração de um diagnóstico multidisciplinar, incluindo avaliação fonoaudiológica, neurológica e também os critérios propostos pelo DSM-IV. Nas pesquisas [4], [10] e [11] foram selecionados para compor o GC escolares que apresentavam um bom desempenho acadêmico. Os estudos fizeram uso de um mesmo critério, ou seja, basearam-se no desempenho satisfatório dos mesmos nas provas de Língua Portuguesa e Matemática nos dois primeiros semestres consecutivos. A maioria das pesquisas contemplou ambos os sexos na amostra, somente dois estudos [10] e [11] selecionaram, apenas participantes do sexo masculino. Há estudos [4], [10] e [11] que a fim de garantir a homogeneidade da amostra, selecionaram os participantes de acordo com o seu nível socioeconômico. Quanto a faixa etária dos participantes, os estudos contemplaram tanto adultos quanto crianças e adolescentes na amostra. Quanto ao uso de medicação, foi constatado poucos estudos em que os participantes faziam ou fizeram uso da medicação (Metilfenidato) por um determinado tempo. Nos estudos encontrados, nem sempre o desempenho escolar era o objeto de investigação, mas a temática era abordada de modo indireto concluindo que prejuízos nas variáveis investigadas traziam como consequência déficit no desempenho escolar, correlacionando assim TDAH, as variáveis investigadas e desempenho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É importante que haja um aumento significativo nos estudos no que se refere ao desempenho escolar e ao TDAH, já que há poucos estudos envolvendo a temática. A partir dessa revisão sistemática foi possível traçar um panorama geral a respeito do TDAH e sua relação com o desempenho escolar, constatando que de fato o TDAH influencia no desenvolvimento acadêmico dos escolares de modo negativo, podendo ocasionar repetência e expulsões. As pesquisas selecionadas para esse estudo, de modo geral enfocam nas habilidades de leitura e escrita, mas seria interessante que os pesquisadores investigassem também o desempenho escolar com base na Matemática, já que não foram encontrados estudos que envolvessem o assunto.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BARKLEY, Rossell et al. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Manual para Diagnóstico e Tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2008; [2] ALLOWAY, T.P.; GATHERCOLE, S.E.; ELLIOT, J.; Examining the link between working memory behavior and academic attainment in children with ADHD. *Developmental Medicine & Child Neurology*, n. 52 p.632-636, 2010. [3]: SIQUEIRA, Claudia, M. GIANETTI, Juliana, G. Mau desempenho escolar: uma visão atual. *Revista da Associação Médica Brasileira*. V.57. n.1. p.78-87, out. 2010. [4]: OLIVEIRA et al. Desempenho de escolares com dislexia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade nos processos de leitura. *Rev Bras Cresc e Desenv Hum*. V. 21 n.2 p. 344-355, mar. 2011; [5]OUROFINO, Vanessa, T. A. T. de. Um estudo comparativo sobre a dupla excepcionalidade superdotação/hiperatividade. *Avaliação Psicológica*. V. 4. n.2. p.165-182, fev. 2006; [6] CAPELLINI, Simone, A. et al. Desempenho cognitivo-linguístico e achados de neuroimagem de escolares com dislexia, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade. *Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde*, V. 36. n 3, p.144-149, nov. 2011; [7] CUNHA, Vera, L. O. Desempenho de escolares com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em tarefas metalinguísticas e de leitura. *Revista CEFAC*. V 15.

n. 1 p. 40-50, jun. 2011. [8] ASBERG, J. DAHLGREN, S. SANDBERG, A. D. Basic reading skills in high-functioning Swedish children with autism spectrum disorders or attention disorder, n. 2, p. 95-109, 2008. [9] REIS, Maria, F. G. das, CAMARGO, Dulce. M. P. de. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH: Práticas escolares e TDAH. *ABRAPEE*. V.12 n. 1. p. 89-100, jun 2008; [9] LOOS, Helga, JÚNIOR, Édison, B.R. de. Escola e desenvolvimento psicossocial segundo percepções de jovens com TDAH. *Paidéia*. V. 21, n 50. p .373-382, dez. 2011; [10] OKUDA et al. Função motora fina, sensorial e perceptiva de escolares com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. V. 23 n. 4 p. 351-357, mar. 2011; [11] GERMANO et al. Percepção viso-motora de escolares com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. *CoDAS*. V 25, n.4 p.337-341, ago. 2013; [12] TONILOLO, Cintia. S. Caracterização do desempenho motor em escolares com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. *Revista Psicopedagogia*. V 26 n. 79 p. 33-40, mar. 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

PREDOMINÂNCIA DA HABILIDADE DE COMPREENSÃO NA LÍNGUA INGLESA ENTRE IMIGRANTES BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS

Rafael Barbosa LUCAS (Me – rafaelb.lucas@hotmail.com)¹ Sueli SIQUEIRA (PQ)²

1. Aluno do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território; 2. Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território – UNIVALE - 35020-220 – Governador Valadares-MG

Palavras-chave: Migração; Habilidade na língua inglesa; Mercado de trabalho.

APRESENTAÇÃO:

O imigrante brasileiro, predominantemente laboral, vivencia diversos entraves em sua adaptação à cultura norte-americana. Uma das maiores dificuldades que imigrantes enfrentam está relacionada ao não domínio da língua inglesa. A língua é uma prática necessária para uma melhor inserção na sociedade estrangeira e para uma maior mobilidade e autonomia no mercado de trabalho. Em suas modalidades oral e escrita: fala, compreensão da fala, leitura e escrita, essas habilidades são apresentadas em diversas configurações e níveis nos relatos de retornados à Governado Valadares, Minas Geais, e o seu entorno. O presente estudo, através de informações do banco de dados do Neder (Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre o Desenvolvimento Regional), UNIVALE, constituído por 124 entrevistas formais e 13 entrevistas em profundidade, tem como objetivo discutir sobre o desenvolvimento das habilidades básicas desses imigrantes, na língua inglesa, relacionando-as com a sua inserção e experiência no mercado de trabalho estadunidense. As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram feitas entre os anos de 2013 a 2015 com retornados a partir dos anos 2000.

DESENVOLVIMENTO:

Segundo Siqueira [1], o projeto de muitos que partem para os Estados Unidos é trabalhar, retornar e investir em sua cidade. A maior dificuldade apresentada pelo grupo estudado, em sua estadia nos EUA, é o não domínio da língua inglesa (46,8%). Em testes de proficiência na língua, o que não é tarefa simples fazer mensuração nessa área, a pessoa é examinada nas quatro habilidades linguísticas: leitura, escrita, compreensão e oralidade. "[...] O que um falante precisa para ser proficiente não é somente conhecer o sistema abstrato da língua, mas saber como usá-la adequadamente em determinada situação" [2]. O foco desta pesquisa, entretanto, não passa pela ideia de testes de proficiência, o que seria uma tarefa difícil para ser realizada em campo, mas pela reflexão sobre as respostas dos entrevistados no que se refere às habilidades mencionadas e como seus níveis se apresentam na sua inserção e experiência no mercado de trabalho, nos EUA. Quando perguntados sobre suas habilidades na língua, e diante das opções valorativas muito bem (MB), bem (B), regular (R), um pouco (UP) e muito pouco (MP), deveriam atribuir alguma dessas qualidades ao seu nível de habilidade na língua inglesa. Conforme a amostra levantada, e em conformidade com a pesquisa de Siqueira (2009), realizada em Governador Valadares, MG, e sua microrregião, aponta que o imigrante situa-se predominantemente no mercado secundário. São atividades de pouco prestígio social e de baixo salário em comparação com os ganhos entre os nativos. Os serviços de construção civil (26,5%), faxina de casas e limpeza

(23,3%) e restaurante (16,1%) são as ocupações que apresentam números mais altos nos relatos dessa presente pesquisa. Margolis [3] demonstra que, além da documentação, ter veículo próprio e experiência de vida nos EUA, o domínio da língua é um fator que influencia diretamente na ocupação dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho estadunidense. A língua é um dos fatores que determinam a posição de contratado ou subcontratado. É por meio do idioma estrangeiro que o serviço é combinado com o falante nativo da língua inglesa. Por outro lado, os relatos mostram que o domínio da língua inglesa não é essencial para exercer atividades que requerem especialmente a força física. São comuns os depoimentos de brasileiros que foram contratados por norte-americanos mediante brasileiro ou pessoa com língua próxima, como os hispânicos; estes, em número menor. Esse fato pode ser evidenciado quando 9% dos entrevistados atribuíram MP para todas as habilidades. As redes sociais são um fator importante para explicar essa possibilidade. Tilly [4] argumenta sobre as conexões de envio, que é caracterizada pelas conexões entre pessoas no polo de origem, e sobre as conexões no local de destino, chamadas de redes de recebimento. Segundo Sales [5], essas redes oferecem referencial ao emigrante no país de destino, acomodação inicial e inserção no mercado de trabalho. No que concerne aos níveis de habilidade apresentados, os valores positivos (MB e B) apresentam diferenças numéricas bem notáveis entre as habilidades em questão. Em fala e leitura, esses valores apresentam os menores números. Consequentemente, os níveis baixos (UP e MP) são os maiores. Quanto às repostas para o valor R, compreensão e fala situam-se na mesma casa decimal. A habilidade que apresenta maiores valores positivos é a compreensão. Das 124 pessoas arguidas, 17,7% responderam compreender MB e 28,2% responderam B. É também a habilidade que apresenta menores números nos valores UP e MP. O valor R é o que mais se destaca nessa habilidade, com 30,6% das respostas. A leitura e fala são as habilidades que mais se aproximam nos valores UP e MP. Somados os dois valores, a primeira apresentou 50% das repostas e 50,8% na segunda. Nesses valores, compreensão é a que, somando os números, apresentou 23,4% das respostas, menos da metade das primeiras citadas. A habilidade de compreensão, relacionando-a com a fala, possibilita um dado interessante. Um pouco mais da metade, 51% das repostas, apresenta uma ascendência nessa habilidade; em outras palavras, os valores dados à compreensão, em mais da metade das respostas, subiram pelo menos uma casa de valor. Sobre equiparação de valores entre essas duas habilidades, esse dado é apresentado em 43% das repostas. Carroll [6], ao falar sobre o desenvolvimento da linguagem na criança, diz sobre três sequências inter-relacionadas: desenvolvimento

cognitivo; desenvolvimento da capacidade de discriminar e compreender o que ouve; e desenvolvimento da capacidade de produzir sons vocais e sequências de sons cada vez mais próximos dos adultos. Em uma observação preliminar, sem problematizações, a sequência compreensão-fala serve como início de um caminho explicativo. Por outro lado, um fator que influencia na predominância da compreensão pode ser exemplificado no depoimento de Sônia, 36 anos, que relata: “[...] necessidade de compreender a que me pediam; não havia tanta exigência sobre falar; fazer o que era exigido”. Seria pouco razoável refletir sobre o desenvolvimento das habilidades linguísticas do imigrante sem ligá-las ao seu projeto migratório, que envolve intrinsecamente o trabalho e o projeto de retorno. Sayad [7] diz que o trabalho contém toda a inteligência do fenômeno migratório, e esta é a razão da emigração. Siqueira, na perspectiva de um projeto que envolve trabalho, retorno e investimento na terra de origem, relata que 69% dos seus entrevistados não tinham nenhum conhecimento da língua inglesa ao emigrarem para os EUA. Em pesquisa nos EUA, Margolis [8] afirma: “Como declarou um informante [...] ‘as pessoas em Nova York não se interessam muito por estrangeiros, a não ser para contratá-los como baby-sitters ou empregadas’”. A autora ainda aponta que mais da metade de seus entrevistados tinham apenas amigos brasileiros; e 30% tinham amigos norte-americanos ou hispânicos. Nesse contexto, numa relação marcada pelo trabalho, o que mais se exige é compreender a ordem dada e executá-la. Entre os entrevistados, apenas um se apresentou como contratante; trata-se de Nilton, 45 anos, proprietário de uma companhia de pintura. Este atribuiu B para todas as habilidades dispostas. Sobre sua aquisição de fala e compreensão, ele relata: “Trabalhei com americano cinco anos; só ouvia inglês... você educa o ouvido; compreendia e falava. Quando montei companhia, às vezes tinha alguém que fazia contratos pra mim, contracheques [...]”. Mais de 15 anos de imigrante, Nilton compõe o perfil que Margolis descreve acerca do contratante: boa capacidade na língua inglesa, experiência de vida nos EUA e veículo próprio. Neuza, 48 anos, que atribuiu UP para todas as habilidades, reclamou sobre a exploração que recebia por parte de brasileiros. Neuza trabalhava para uma mulher como house clean. A entrevistada informa que a sua contratante não dominava a língua. “Sabia mais inglês do que ela”, disse. Entretanto, ela relata que o marido da mulher que a contratou tinha 20 anos de EUA e intermediava as relações da esposa com contratantes norte-americanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através dessa pesquisa, é possível perceber que a habilidade predominante entre os imigrantes de Governador Valadares e o seu entorno é a compreensão da fala. Levando em consideração o seu projeto migratório, intrinsecamente envolvido pelo trabalho, a fala e as outras habilidades não são exigidas na mesma proporção que a compreensão. É mais necessário compreender do que falar. Desse modo, ainda que o imigrante apresente percentuais baixos em relação à fala, leitura e escrita, ou mesmo em relação à compreensão, e considerando nesse cenário o papel das redes sociais, é possível viver e trabalhar nos Estados Unidos sem o domínio da língua inglesa. Por outro lado, ter percentuais mais elevados nessas habilidades é um dos fatores que determinam a posição do imigrante entre ser contratante ou contratado por brasileiros. É também entre aqueles que apresentam

valores positivos nessas habilidades que, entre outros fatores, ocupam áreas do mercado de trabalho qualificado.

AGRADECIMENTOS:

À CAPES/UNIVALE pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SIQUEIRA, S. Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; [2] SCHOFFEN, J. R. Avaliação de proficiência oral em língua estrangeira: descrição dos níveis de candidatos falantes de espanhol no exame Celpe-Bras. Porto Alegre, 2003. 66 p. Dissertação (Mestre em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; [3] MARGOLIS, M. Goodbye, Brazil: emigrante no mundo. São Paulo: Contexto, 2013. [4] TILLY, C. Transplanted networks. In: Yians-Mc, Loughlin (ed). Immigration reconsidered. New York: Oxford University Press, 1990. p.79-95. [5] SALES, T. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999. [6] CARROLL, J. B. Psicologia da linguagem. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. [7] SAYAD, A. Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. Travessia, São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000. [8] MARGOLIS, M. Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York. São Paulo: Papiros, 1994.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.02.00.00-9 - Sociologia

Área do Conhecimento (CNPq): 8.01.00.00-7 - Linguística

ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO GAUSS COMO UMA SOLUÇÃO A PRÁTICA DE ANATOCISMO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Patricia Silva **ROCHA** (IC- patriciar91@hotmail.com)1; Denise Reis **FIALHO** (IC-denisereisf@gmail.com)2; Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ - jorgedaibes@yahoo.com.br)3

1. Pós-graduação em Contabilidade Decisória; 2- Curso de Ciências Contábeis; 3- Professor.
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chaves: Anatocismo, tabela Price, método de Gauss.

APRESENTAÇÃO:

Anatocismo é segundo Antonik (2006) [1] “palavra de origem grega, sinônimo do termo juros composto utilizado na disciplina de Matemática Financeira.” Para Igarashi; Gallina; Sibim (2013)[5] “[...] o anatocismo é um procedimento corrente nos contratos bancários, e acarreta um aumento incontornável da dívida, de modo que os devedores tenham remotas possibilidades de pagá-la.” O fato é que, alguns autores acreditam que a lei brasileira proíbe a prática do anatocismo em seus contratos bancários, no entanto, muitas instituições financeiras utilizam da tabela Price no cálculo da amortização dos financiamentos obtidos pelos mutuários, porém a tabela em questão é cercada por questionamentos a respeito da aplicação ou não dos juros compostos em sua fórmula. Uma alternativa ao método Price de amortização é o método Gauss-Seidel, este tem sido amplamente aceito e indicado em ações de revisão de contratos bancários, isto porque ele usa o regime simples de capitalização em sua fórmula e ainda possibilita que as parcelas a serem pagas sejam todas iguais. Em seu trabalho, Santos; Hillen (2012) [9] afirma que “a tabela GAUSS é mais vantajosa em termos de economia financeira, pois a amortização dos juros é simples, tendo em vista que a tabela PRICE é por lei proibida, pois a amortização de juros é composta.” Igarashi; Gallina; Sibim (2013) [5] completa que “a diferença fundamental entre esses dois sistemas de amortização consiste no fato de que o Price se utiliza da capitalização composta, ou seja, juros sobre juros, o que torna o financiamento muito mais longo e difícil de ser quitado, enquanto a amortização com base no sistema de Gauss calcula juros simples, apenas sobre o capital inicial, o que torna o financiamento exequível, com maiores possibilidades de ser integralmente quitado pelo devedor, reduzindo, assim, as chances da ocorrência do inadimplemento da obrigação.” Os questionamentos a cerca da prática do anatocismo na tabela Price provocam aumento no número de ações de revisão de contratos no judiciário, contribuindo assim para a morosidade dos processos. Pretende-se demonstrar a viabilidade da utilização do método de Gauss- Seidel em comparação ao método Price. Optou-se por analisar o método de Gauss, pois como já foi dito por Igarashi; Gallina; Sibim (2013) [5], este faz contraponto a tabela Price, pois sua amortização é feita com base no sistema de capitalização simples, incidente apenas sobre o capital inicial.

DESENVOLVIMENTO:

Para entender melhor esta discussão faz-se necessária a elucidação de algumas expressões a serem utilizadas ao longo desta dissertação. **JUROS SIMPLES:** (regime de capitalização simples) é a incidência de juros apenas sobre

o capital inicial, para Puccini (2006) [7] na capitalização simples “os juros de cada período são sempre calculados em função do capital inicial aplicado. Os juros não são somados ao capital para o cálculo de novos juros nos períodos seguintes”. Fórmula dos juros simples: $J = c \cdot i \cdot n$; Onde: J = Juros; c = Capital; i = Taxa e n = períodos. **JUROS COMPOSTOS:** Juros compostos (regime de capitalização composta) são aqueles em que os juros gerados a cada período são somados ao capital para o cálculo dos juros do mês seguinte, em outras palavras, os juros do mês seguinte incidem sobre os juros gerados no mês anterior, por esta razão é popularmente conhecido como juros sobre juros. Conforme Hoji (2001) [4] explica, “no regime de juros compostos, os juros produzidos em cada período de capitalização são integrados ao capital constituído no início dos respectivos períodos, para produzirem novos juros nos períodos seguintes, ou seja, no regime de juros compostos, incidem juros sobre o capital inicial e sobre os próprios juros”. Fórmula dos juros compostos:

$$M = c \cdot (1+i)^n$$

Onde: M = montante; c = capital; i = taxa de juros e n = períodos.

$$J = M - c$$

Onde: J = juros, M = montante e c = capital. Negra; Milanez; Coutinho (2006) [6] afirma que através da análise entre juros simples e compostos é possível perceber que os juros simples é um sistema linear, enquanto os juros compostos é definido por uma equação exponencial.

SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO: A amortização é o ato de fazer pagamentos periódicos com o objetivo de extinguir uma dívida. Gonçalves (2010) [3] afirma que se pode entender que um sistema de amortização se trata de um fluxo de pagamentos destinados a liquidar um empréstimo. Chaves (2009) [2] descreve algumas das características do sistema de amortização, entre elas estão:

A necessidade de a amortização ser formada por duas parcelas, sendo uma a devolução de parte do capital inicial e a outra como sendo os juros do período.

Outra característica é que os juros de cada prestação sejam calculados sobre o saldo devedor do período anterior, levando-se em consideração a taxa de juros acordada.

Seque uma comparação entre os métodos de amortização Price e Gauss para verificar a existência ou não do anatocismo (juros sobre juros) e a viabilidade de cada uma. **SISTEMA PRICE:** O método Price de amortização também conhecido como sistema Francês de amortização, é o método de amortização criado por Richard Price em 1771, tem como uma das principais características o fato das parcelas terem sempre o mesmo valor. Uma das grandes discussões a respeito da tabela

Price é a aplicação ou não de juros composto em sua fórmula, isso porque, as leis brasileiras proíbem esta prática desde o Brasil colônia. Essa discussão é motivo de várias ações judiciais de revisão de contratos. Para ajudar o juiz a solucionar estes litígios é comum que se peça a realização de perícia contábil nesses processos, ficando assim o perito contador incumbido de dizer qual o método de amortização utilizado e, em alguns casos, se há ou não a utilização de juros composto. A tabela Price é definida por Antonik (2006) [1] como “[...] metodologia de amortização por meio de parcelas iguais e sucessivas, amplamente utilizada atualmente, sendo a maneira mais popular de amortização de empréstimos e financiamentos à prazo no Brasil, recebendo a denominação de Tabela Price, ao invés do nome de Tabela de Juro Composto, originariamente atribuído pelo seu próprio autor. Fórmula tabela Price:

$$PMT = (c(1+i)^n \cdot i) / ((1+i)^n - 1)$$

Onde: PMT = parcelas; c = capital; i = taxa de juros e n = períodos. Para entender melhor a tabela Price e analisar a existência dos juros composto imagine a seguinte situação hipotética: empréstimo de R\$ 1000,00 pelo prazo de 4 meses com a taxa de juros de 10% ao mês.

Evolução Da Tabela Price

Juros	Amortização	Parcelas	Saldo devedor
J = SD.i	A = PMT - J		
			1000,00
100,00	215,45	315,45	784,55
78,46	236,99	315,45	547,56
54,76	260,69	315,45	286,87
28,69	286,76	315,45	0,00

Através da análise da fórmula de cálculo de parcela da tabela Price é possível perceber que o fator 'n' é explicitamente um expoente, o que caracteriza a utilização de juros composto em sua fórmula. Nesse sentido, Negra; Milanez; Coutinho (2006) [6] completa que na matemática financeira os autores falam sempre em cobrança de juros sobre o capital que sofreu acumulação de juros, enquanto no direito se fala na cobrança de juros sobre juros ou anatocismo. No entanto, tanto o entendimento matemático quanto o jurídico concordam que nos juros simples o seu crescimento é linear; nos juros composto, o seu crescimento é exponencial. Concordando assim que há sim a aplicação de juros composto na tabela Price de amortização. Antonik (2006) [1] define a tabela Price como “metodologia de amortização de um capital em parcelas iguais e sucessivas, inserida no contexto do juro composto, conhecido também no meio jurídico como anatocismo.” Tendo em vista as análises feitas a respeito da tabela Price de amortização, fica clara a inviabilidade da utilização da mesma em contratos realizados no sistema financeiro nacional, já que as leis brasileiras proíbem a prática de anatocismo em seus contratos. É evidente que a utilização desta tabela onera os contratos contribuindo para a morosidade do sistema judiciário, aumentando a quantidade de processos. METODO DE GAUSS-SEIDEL: Também conhecido como método linear ponderado, o método de Gauss-Seidel foi desenvolvido pelos matemáticos alemães, Johann Carl Friedrich Gauss e Philipp Ludwig von Seidel, este método caracteriza-se pela liquidação do saldo devedor, através de prestações periódicas e constantes (linear). Desenvolvido no regime de juros simples, tem sido, amplamente usado como substituto ao método Price, conforme determinação de alguns magistrados brasileiros, no julgamento da

ilegalidade pela prática do anatocismo (Sandrini, 2007) [8]. Para Gonçalves (2010) [3] o método de Gauss está associado ao sistema de amortização, que tem como principal característica a liquidação de empréstimos, por meio de prestações periódicas e constantes. Gauss utilizou a fórmula da soma dos termos de uma progressão aritmética, para o desenvolvimento da fórmula do cálculo das referidas prestações, quando da equivalência entre as prestações constantes e o valor do empréstimo, na data do vencimento da série de pagamentos. Por outro lado a tabela Price se utiliza do regime de juros compostos, com a amortização crescente, em progressão geométrica. Antonik (2006) [1] reforça que no método de Gauss os juros a serem pagos no mês é calculado pelo método linear ponderado, onde um índice de ponderação é multiplicado pelos meses que ainda não foram pagos. Fórmula método de Gauss:

$$PMT = c \cdot ((1 + n) / (((i(n-1)) + 1) / 2) \cdot n)$$

Onde: PMT = parcela; c = capital; n = períodos; i = taxa de juros.

$$IP = PMT \cdot n - \text{capital} / n(n+1)/2$$

Onde: IP = Índice de ponderação; PMT = parcela; n = períodos.

Analisando novamente a situação hipotética já apresentada anteriormente: empréstimo de R\$ 1000,00 pelo prazo de 4 meses com a taxa de juros de 10% ao mês.

Evolução do método de Gauss

eses de juros	IP	Juros	Prestação	Amortização	Saldo
M	IP	J=M*IP	PMT	A=PMT-J	SD=SD-A
					1000,00
4	21,74	86,96	304,35	217,39	782,61
3	21,74	65,22	304,35	239,13	543,48
2	21,74	43,48	304,35	260,87	282,61
1	21,74	21,74	304,35	282,61	0,00

É possível verificar que o valor dos juros é a diferença entre o valor da prestação e o valor da amortização do respectivo mês calculado. Percebe-se, portanto, que não houve a agregação dos juros ao capital inicial, o que, por sua vez, caracteriza a utilização de juros simples no método em questão. É possível verificar a inexistência de juros compostos através da seguinte análise: aplicando-se R\$ 1000,00 a juros composto por 4 meses a uma taxa de juros de 10% ao mês espera-se R\$ 464,10 de juros e não R\$ 217,40. Igarashi; Gallina; Sibim (2013) [5] completa que “mediante a realização de cálculos com amortização pelo método de Gauss, é possível gerar uma situação menos onerosa e mais favorável ao mutuário. Isto porque o método utiliza um sistema de capitalização por juros simples, sem incidência de juros sobre juros e, consequentemente, sem anatocismo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

verifica-se, portanto, que não há anatocismo na tabela Gauss, fazendo dela uma excelente alternativa aos métodos de amortização utilizados atualmente em operações financeiras. Por outro lado, ficou evidente a prática do anatocismo na tabela Price, o método de amortização é realmente de juros composto, assim como afirmou seu próprio autor. Além disso, o método de Gauss vem sendo amplamente indicado como método a ser utilizado nas ações de revisão de contratos, pois, como já foi dito anteriormente, muitos autores acreditam que a aplicação dos juros compostos no cálculo de amortização de dívidas é uma prática ilegal. Sendo assim, a opção pelo método de Gauss reduziria consideravelmente o número de ações de

revisões encaminhadas ao judiciário, reduzindo consequentemente a morosidade do mesmo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

[1]ANTONIK, Luis Roberto; Assunção, Márcio da Silva. Tabela Price e Anatocismo. Revista de Administração da UNIMEP, Piracicaba, 2006. [2]CHAVES, Oziel. Há anatocismo na “Tabela PRICE”? Disponível em: <http://www.jus.com.br/doutrina>, data da pesquisa: maio/2015. [3]GONÇALVES, Matheus Saccardo. Análise do método de Gauss como substituto dos principais sistemas de amortização no estudo da ocorrência de Anatocismo (Pós-Graduação em engenharia de produção) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2010. [4]HOJI, M. Administração Financeira: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001. [5]GARASHI, Deisy Cristina Corrêa; GALLINA, André Sekunda; SIBIM, Marcela Caroline. Estudo das práticas bancárias no contexto brasileiro no que concerne ao anatocismo. Revista ADMpg Gestão Estratégica Ponta Grossa, 2013. [6]NEGRA, Carlos Alberto Serra; MILANEZ, Silva de Souza; COUTINHO, Walter Roosevelt (2006). Juros do sistema financeiro de habitação: a falácia dos sistemas de amortização no âmbito da perícia contábil. Revista catarinense da Ciência Contábil. Florianópolis, 2006. [7]PUCCINI, A. de L.. Matemática financeira: objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2006. [8]SANDRINI, Jackson. C. Sistemas de Amortização de Empréstimos e a Capitalização de Juros: Análise dos Impactos Financeiros e Patrimoniais. Dissertação (Mestrado em contabilidade) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. [9]SANTOS, Jenniffer Almeida; HILLEN, Cristina. Perícia contábil/financeira aplicada em contratos de financiamentos de veículos: análise de dois contratos de financiamento da empresa j.s terraplanagem Ltda.. VII Encontro de Produção científica e tecnológica. Campo Mourão, 2012.

Área de conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CONTROLADORIA EM HOSPITAIS FILANTRÓPICOS: ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA – HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ

Jódson Wilker Cardoso de **MELO** (IC – jodsonwilker@gmail.com)¹, Jorge Luis de Oliveira **DAIBES** (PQ)², Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER** (PQ)³

1. Pós-Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor; 3. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Controladoria, Custos, Orçamento.

APRESENTAÇÃO:

Os hospitais filantrópicos enfrentam dificuldades em permanecer estáveis financeiro e economicamente, pois os custos com medicamentos, materiais hospitalares e assistência técnica, são bastante expressivos, enquanto as receitas provenientes de convênios, tanto particulares quanto de órgãos ligados ao governo, somam valores muito próximos às despesas. Nesse caso, para atuar com sucesso na filantropia, necessário se faz que os custos sejam reduzidos de forma que não comprometam o atendimento aos pacientes e o controle de orçamento atue mês a mês para que se torne uma ferramenta de controle e também de descoberta das áreas que necessitam de ajustes, visto que na filantropia não é possível desejar o lucro. Dentro deste cenário, a controladoria como braço da contabilidade gerencial atua como um setor parceiro à contabilidade, financeiro e demais setores gerenciais que utilizam as informações na tomada de decisões, analisando-as para suprir o controle e planejamento da gestão e otimizar o resultado das instituições, conforme ressalta Sá [1] “a contabilidade gerencial pode ser considerada como um sistema de informação destinada a auxiliar seus usuários no processo de decisão, assim esse ramo da contabilidade está voltado para fins internos”. O objetivo deste trabalho é analisar a aplicabilidade dos conhecimentos da controladoria para hospitais filantrópicos. O setor administrativo de controladoria, segundo afirma Mosimann e Fisch [2], tem por finalidade “garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborar com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia de suas áreas quanto aos aspectos econômicos e assegurar a eficácia empresarial, também sob aspectos econômicos, por meio da coordenação dos esforços dos gestores das áreas”. Após a elaboração das análises, verificou-se a sua efetiva contribuição para melhor apoiar os gestores de hospitais de modo a permitir uma análise dos resultados por setores, melhorar a gestão de pessoas, proteger os ativos da empresa, formalizar processos administrativos e atividades de todos os colaboradores, gerir o orçamento empresarial, organizar as informações organizacionais, permitir que a empresa possa adaptar-se ao meio através de seu planejamento estratégico e da análise de informações que permitam prever o cenário futuro. Com a execução dessas atividades, busca-se atingir os objetivos da empresa por meio de um melhor desempenho organizacional. O objetivo deste trabalho é analisar a aplicabilidade dos conhecimentos da controladoria para a contabilidade gerencial nos hospitais filantrópicos.

DESENVOLVIMENTO:

A metodologia utilizada inclui pesquisas bibliográficas, descritivas e o estudo de caso da Fundação Cristiano Varella – Hospital do Câncer de Muriaé-MG. Com a ampliação física contínua e conseqüentemente o aumento expressivo no número de colaboradores, investimento em imobilizado, elevação no número de novos casos oncológicos e no progressivo número de atendimentos, a instituição em estudo encontrou a necessidade de estabelecer um setor de controladoria capaz de acompanhar a demanda exigida por esse crescimento, para que esse seja organizado e com estrutura para suportar os futuros avanços já planejados pelo corpo administrativo. A controladoria representa a evolução da contabilidade na condição de organizar a demanda de informações dos tomadores de decisão na organização. Não há, ainda, uma definição clara quanto às suas funções e atividades. Segundo Moura e Beuren [3], “a controladoria é uma unidade de suporte administrativo ao processo de gestão empresarial e age também como gestora do sistema de informação como provedora do suporte informacional à gestão empresarial”. Quando a controladoria está atuante e propicia aos gestores acesso rápido à informação, age também como ferramenta detentora de informação. Para Padoveze [4], “a missão da controladoria é servir de base ao processo de gestão empresarial por intermédio de seu sistema de informação que é um sistema de apoio à gestão”. Segundo o autor, cabe à controladoria o processo de assegurar a eficácia da empresa por meio do controle das operações e seus resultados planejados. Nesse contexto, a figura responsável e atuante na área de controladoria é especificamente designada ao controller. De acordo com Nakagawa [5], “ele desempenha sua função organizando e reportando dados relevantes, exercendo influência para induzir os tomadores de decisão a decisões lógicas e consistentes com a missão e objetivos da organização”. Nesse caso o controller com sua influência busca a eficácia da organização. As duas ferramentas utilizadas mensalmente para dar continuidade ao trabalho da controladoria são a análise e controle de custos e o acompanhamento dos orçamentos estabelecidos anualmente. Observada a percepção de Falk [6], “Talvez nunca tenhamos a custo verdadeiro de um departamento ou procedimento, mas podemos ter estimativas cada vez mais apuradas, dependendo do sistema de contabilidade de custos adotado”. A crescente elevação dos custos na saúde trouxe aos profissionais desta área, a necessidade de aquisição de conhecimentos sobre custos e, conseqüentemente, a sua aplicação na realização de estudos, onde se busca a racionalização no processo de

alocação de recursos, o equilíbrio entre custos e recursos financeiros e a otimização de resultados. Segundo Gersdoff [7], "os recursos que mais elevam os custos hospitalares após o quadro de pessoal são os custos com medicamentos, materiais e equipamentos". O orçamento pode ser entendido para Padoveze [8], como a "expressão monetária e quantitativa de um plano, cujo objetivo, é atingir um resultado final, anteriormente traçado pelos responsáveis pela sua elaboração, com a participação de todos os setores da empresa". Orçamento é uma ferramenta da gestão que define as intenções da empresa em termos financeiros. O orçamento consiste, essencialmente, num plano de trabalho coordenado, e no controle desse plano. O orçamento pode e deve reunir diversos objetivos empresariais, na busca da expressão do plano e controle de resultados. É o processo de estabelecer e coordenar objetivos para todas as áreas da empresa, de forma tal que todos trabalhem em conjunto em busca de resultados positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após a análise dos conceitos de controladoria e aplicabilidades de custos e orçamentos, verificou-se a sua efetiva contribuição para melhor apoiar os gestores de instituições filantrópicas de modo a permitir uma análise dos resultados por setores, melhorar a gestão de pessoas, proteger os ativos da empresa, formalizar processos administrativos e atividades de todos os colaboradores, gerir o orçamento empresarial, organizar as informações organizacionais, permitir que a empresa possa adaptar-se ao meio através de seu planejamento estratégico e da análise de informações que permitam prever o cenário futuro. Com a execução dessas atividades, busca-se atingir os objetivos da empresa por meio de um melhor desempenho organizacional através do acompanhamento da análise de custos e orçamentos.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Fundação Cristiano Varella pela oportunidade de crescimento e à FAMINAS pelo apoio ao aprendizado.

BIBLIOGRAFIA:

[1] SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997. [2] MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Silvio. Controladoria: seu papel na administração das empresas. São Paulo: Atlas, 1999. In: Faculdade Lourenço Filho – FLF, p.11 Disponível em <<http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-patricia-souza-costa.pdf>> Acesso em: 27 Jul.2015 [3] BEUREN, I. M. O papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo (Org.) Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. In: Universidade Regional de Blumenau – PPGCC/FURB – SC, p.23 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n45/v18n45a03.pdf>> Acesso em: 13 Ago.2015 [4] PADOVEZE, C. L. Controladoria básica. São Paulo: Thomson, 2004.. In: SCHMIDT, Paulo (Org.) Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. In: Universidade Regional de Blumenau – PPGCC/FURB – SC, p.23 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n45/v18n45a03.pdf>> Acesso em: 13 Ago.2015 [5] NAKAGAWA, M. Introdução à controladoria. São Paulo: Atlas, 1993. In: Universidade Regional de Blumenau – PPGCC/FURB – SC, p.24 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n45/v18n45a03.pdf>> Acesso em: 13 Ago.2015 [6] FALK, James Anthony. Gestão de

custos para hospitais: conceitos, metodologias e aplicações. 1.ed. – 3. reimp. São Paulo: Atlas, p.33, 2008. [7] GERSDOFF RCJ. Contabilidade de custos hospitalares no Brasil: qual seria um sistema prático, simples e eficaz. Vida Hosp 1980; (3): 116-23. In: Universidade de São Paulo - USP, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 Ago.2015 [8] PADOVEZE, Clóvis Luiz. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2004. In: Instituto de Ensino Superior de Londrina - INESUL, p.23 Disponível em <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivol_5_1247866052.pdf> Acesso em: 26 Ago.2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.08.00.00-1 - Ciências Sociais

ANÁLISE DESCRITIVA DO COMPORTAMENTO FISCAL DAS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ ENTRE 2010 E 2011.

Kathellen Ferreira LIMA (IC-pioneiro.kat@gmail.com)¹; Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ-jordaibes@gmail.com)²

1. Curso de Pós Graduação em Contabilidade Decisorial; 2. Professores
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Simples Nacional, Declarações, Comportamento

INTRODUÇÃO:

Segundo os dados fornecidos pelo Sebrae as microempresas e empresas de pequeno porte estão alcançando participação significativa na formação do PIB no Brasil. Em 1985, o IBGE calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB brasileiro. Como não havia uma atualização desse indicador desde então, o Sebrae contratou a Fundação Getúlio Vargas para avaliar a evolução das micro e pequenas empresas na economia brasileira, com a mesma metodologia utilizada anteriormente. Em 2001, o percentual cresceu para 23,2% e, em 2011, atingiu 27% [1]. Segundo Silveira o seguimento das microempresas e empresas de pequeno porte, embora seja um seguimento muito importante da nossa economia e o maior empregador de mão de obra nacional, sempre enfrentou um ambiente desfavorável aos negócios, devido ao pouco apoio do governo, principalmente em relação ao acesso ao crédito, somando-se a isso, uma pesada carga tributária e um complexo sistema tributário, e ainda uma burocracia ineficaz, colaborando para o encerramento prematuro de muitos pequenos negócios ou obrigando-os a sobreviverem na informalidade [2]. Diante desse contexto o legislador se propôs a efetivar o princípio da isonomia tributária, dentro do ambiente econômico, ao oferecer condições apropriadas aos grupos que demandam maior necessidade de incentivos para a manutenção de suas atividades editando a Lei Complementar 123/2006 denominada Simples Nacional. Esse instrumento legal foi responsável por instituir um regime tributário que reunisse os tributos federais, estaduais e municipais em um documento único de arrecadação com redução das alíquotas e diminuição das obrigações acessórias. O presente trabalho pretende analisar o comportamento fiscal das empresas que iniciaram suas atividades no município de Muriaé entre os anos de 2010 e 2011, dentro da opção pelo regime simplificado de tributação.

MATERIAIS E METODOS:

A escolha pelo município de Muriaé se justifica pela facilidade na coleta de dados enquanto se pretende com a escolha do período, analisar o comportamento fiscal demonstrado através das declarações oferecidas ao PGDAS (Programa de Geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional) nos anos de 2012 a 2014. A pesquisa se baseou na seleção dos dados de 34% das empresas que abriram inscrição no município de Muriaé entre os anos de 2010 e 2011. Para extrair tais informações foi utilizado o sistema AuditorGiss online - programa de gerenciamento de dados fiscais da prefeitura - utilizado pelos servidores da secretaria de fazenda. Após verificar quais empresas se inscreveram no cadastro econômico do município, dentro do período pré

estabelecido, utilizou-se o programa excel da Microsoft para estratificar os dados por regime de tributação e ramo de atividade. Através de amostragem aleatória dos dados coletados foi utilizado o PGDAS como instrumento de verificação da conduta adotada pelos contribuintes ao fornecer informações ao fisco com propósito de verificar a ocorrência de movimentação econômica juntamente com o cumprimento da obrigação principal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com os dados coletados 70% das empresas que iniciaram suas atividades entre os anos de 2010 e 2011 adotaram o simples nacional como regime de tributação, compartilhando da mesma situação encontrada no estado da Paraíba em estudo realizado por Silva, Júnior e Araújo [3]. O objeto da pesquisa proposta se concentrou em 77% das empresas que iniciaram exercício dentro do simples nacional, cujas atividades continuam formalmente mantidas até a presente data. Para analisar o quantitativo das empresas que demonstram efetividade formal no exercício de suas operações foram estratificados em dois seguimentos os dados coletados: comércio e serviços. Inicialmente buscou-se analisar a quantidade de declarações contendo base de cálculo para a aplicação da alíquota tributária e o cumprimento da obrigação principal decorrida de tais declarações, considerando que o simples nacional considera o faturamento como sendo o fato gerador para a constituição do crédito tributário. Com base nas informações coletadas foi possível concluir que 47% das empresas enquadradas no ramo de serviços apresentaram regularmente movimentação financeira acompanhada do cumprimento da obrigação principal decorrida; enquanto 31% das empresas do setor de comércio se disponibilizaram a seguir semelhante comportamento. Também foi verificada a ocorrência de declarações fiscais sem movimentação econômica ou com nível inferior a 10% de incidência de faturamento dentro do período de 2012 a 2014. Dessa observação foi possível concluir que 52% das empresas prestadoras de serviço não contribuíram ou não tiveram expressividade para a formação dos recursos financeiros arrecadados pelo município, frente a 30% das empresas comerciais estiveram nessa condição. Estudo realizado por Pimentel [4] ajuda a explicar a situação das declarações encontradas ao descrever os resultados das ações fiscais realizadas no estado do Ceará dentro do seguimento das empresas optantes pelo Simples Nacional. Nesse esforço Pimentel observou que a prática adotada com maior frequência, com intenção de suprimir ou reduzir tributos, é a omissão de receita, constatando que mesmo com o benefício de uma carga tributária reduzida os contribuintes continuam incorrendo na prática de infrações que resultam na

possibilidade de supressão dos tributos. Para elucidar o comportamento fiscal identificado é possível considerar como possível variável a conclusão de Chan (2000), Eriksen & Fallan (1996) e Richardson (2006), quando expressam que há uma ligação positiva entre o conhecimento fiscal e a atitude do contribuinte, isto é, um nível elevado de conhecimento fiscal está diretamente relacionado com o maior cumprimento fiscal [5]. Dentro dessa perspectiva também foi observado por Eriksen & Fallan (1996), em estudo realizado na Noruega, que há uma forte influência do conhecimento fiscal sobre a percepção de equidade do sistema fiscal, pois o entendimento acerca do equilíbrio fiscal aumenta com uma maior consciência do sistema fiscal [6], contudo merece destaque a situação abordada pelos autores Fjeldstedt & Semboja quanto ao comportamento dos contribuintes da Tanzânia, os quais manifestaram disposição para cumprir com suas obrigações tributárias principais contanto que verifiquem qualidade no serviço público na mesma proporção. Segundo Ali (2014) quando os contribuintes não estão satisfeitos com a qualidade dos serviços públicos ofertados a resposta se exterioriza através do descumprimento fiscal. Embora estudos venham justificar os motivos que levam os contribuintes a se comportarem de forma inadequada frente ao ordenamento legal no que diz respeito às obrigações fiscais, tais argumentos não são suficientes para eximir as penalidades provenientes desse comportamento diante da instauração de procedimento fiscal nas empresas que forem autuadas.

CONCLUSÃO:

Pela representatividade das empresas optantes pelo simples nacional, regularmente ativas no cadastro econômico do município de Muriaé, somada à expressiva ocorrência de declarações contendo inexistência de movimentação econômica transmitidas pelos contribuintes sob sua jurisdição, se torna essencial a utilização das ferramentas constantes na legislação, integrada ao planejamento da atuação da fazenda municipal, que identifique a correspondência com a realidade das informações prestadas no PGDAS. Com o fito de reprimir os vícios da sonegação e modular o comportamento dos contribuintes pode-se tomar como lição o experimento realizado pela Receita Federal em conjunto com estados e municípios através do programa piloto denominado "Alerta Simples", que consistiu em um procedimento de baixo custo que buscou identificar dentro do rol de empresas optantes pelo simples quais apresentavam indícios de irregularidades, dentro de critérios pré-estabelecidos. Após a seleção foram enviados comunicados eletrônicos aos contribuintes sujeitos à instauração de procedimento fiscal, informando-os sobre a situação identificada e oferecendo-os a possibilidade de autorregularização. Como resultado foi possível verificar um efeito positivo da ferramenta de fiscalização, observando que ao ler o comunicado 71% dos contribuintes apresentaram declarações retificadoras [7]. Mediante o exposto cabe à fiscalização fazendária do município de Muriaé analisar quais procedimentos são compatíveis com sua estrutura administrativa capazes de garantir um monitoramento eficaz, relacionado ao comportamento fiscal dos contribuintes, que resulte na diminuição do índice de empresas que declaram inexistência de movimentação econômica.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] SEBRAE. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>> Acesso em 23/08/2015. [2] Silveira, O Simples Nacional, aspectos práticos. 2 ed. Fortes, 2010. [3] ENCONTRO NORTE-RIO-GRANDES/NSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, VIII, 2011, NATAL-RN-BRASIL, ISBN-978-85-65533-00-3, PAG. 161. [4] Pimentel, Fernando José Ferreira: Análise descritiva dos autos de infrações lavrados nas fiscalizações das empresas do simples nacional no estado do Ceará durante os exercícios de 2010 e 2011, Fortaleza, 2012 63 p. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público), Universidade Federal do Ceará. [5] e [6] Pinto, Catarina; Cruz, Sergio Ravara; Abrunheiro, Lígia. O comportamento fiscal dos contribuintes: uma revisão da literatura, Estudos do ISCA, série 4, nº 10 (2014). [7] Cembranel, Fábio, Fiscalização tributária de baixo custo para empresas de pequeno porte: uma avaliação quase experimental, Brasília, 2014, 68 p. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público), Universidade de Brasília.

Área de conhecimento (CNPq): 6.02.02.01-7 - Contabilidade e Finanças Públicas

ATENDIMENTO AO CLIENTE: UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE O NOVO CONSUMIDOR

Tamara Priscila **RIBEIRO**¹ (IC –tamara.arabella@hotmail.com); Mayara Moreira **PERES**²(IC – mayarampkta93@yahoo.com.br) ; Jorge Luís de Oliveira **DAIBES**³ (PQ – jordaibes@gmail.com)

1. MBA Gestão Estratégica de Negócios; 2. MBA Gestão Estratégica de Negócios; 3. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Atendimento ao cliente, visão holística, novo consumidor.

APRESENTAÇÃO:

Um bom atendimento não é um diferencial na era do consumismo mas sim, parte integrante da venda. Hoje, atender bem é o início do processo de vendas que se estende muito mais, em várias vertentes como por exemplo: como captar novos clientes, o que leva o consumidor a efetuar a compra assim como, o que leva o consumidor a continuar comprando no mesmo comercio, entre outros tópicos que serão propostos no trabalho. Temos como objetivo geral, expor com uma visão holística o novo consumidor e como objetivo específico, entender conhecer melhor consumidor, o que motiva o ato da compra e o que fideliza o cliente. Utilizou-se neste trabalho a metodologia qualitativa, baseada em estudo bibliográfico, monitoramento de vendas em uma determinada loja e o feedback de seus clientes.

DESENVOLVIMENTO:

[3]“Em 1950 perceberam que somente a venda a qualquer custo não era viável, e as vendas não eram constantes, e passaram a dar ênfase à conquista e valorização dos negócios em longo prazo, estabelecendo relações permanentes com a clientela, e com isso o cliente passou a dominar o mercado através de seus desejos e necessidades”. [5]” Em vez de ‘caçar’ o marketing passa a ‘plantar’. O que se precisa não é mais encontrar os clientes certos para seu produto, mas sim os produtos certos para seus clientes. A orientação de marketing afirma que a chave para atingir os objetivos organizacionais consiste em a empresa ser mais eficaz que os concorrentes na criação, na entrega e na comunicação de um valor superior (na opinião do cliente) a seus mercados-alvo escolhidos”. O primeiro passo para a venda, é entender o que motivou seu cliente a entrar em contato e o que ele realmente precisa, para que possamos direcionar nossa venda. Adquirir o máximo de informações possíveis sobre o seu cliente, pois assim poderemos direcionar não só a venda atual de acordo com as suas necessidades, como também os lançamentos futuros, fidelizando o cliente. Entendendo o seu cliente, você também poderá direcionar sua produção para a necessidade atual do mercado, diminuindo os custos de armazenagem e aperfeiçoando a gestão de estoque. Investir em patrimônio intelectual para sua equipe de vendas, contrate e treine pessoas para que elas tenham prazer em servir e solucionar os problemas dos seus clientes. Isso aumenta o grau de satisfação e o impulsiona a falar bem sobre a sua marca. O chamado boca – a – boca é uma das melhores propagandas, pois passa para os seus clientes uma relação de confiança e credibilidade, o que influencia positivamente a relação com novos clientes. Os consumidores preferem em primeiro lugar o trabalho com produtos de qualidade, em seguida, funcionários solícitos, disponíveis e ágeis em qualquer canal de contato.

Seu consumidor já espera um bom atendimento, mas pode se surpreender com a qualidade do seu produto e a funcionalidade de seu atendimento. E assim, o mundo moderno é o mundo da qualidade, para quem quer disputar o mercado exigente e volátil, seja pessoa jurídica ou pessoa física. Ou se tem qualidade, em altíssimos padrões, ou se está fora do mercado. Marketing de relacionamento significa inventar, conservar e acentuar sólidos laços com os clientes e outros públicos. Seu objetivo maior é a fidelização do cliente, ou seja, vender muitos produtos ao mesmo cliente por maior tempo possível, mantendo-o satisfeito. [1] “Cada consumidor reage de forma diferente sob estímulos iguais, e isso ocorre porque cada um possuiu uma ‘caixa preta’ diferente”. Por isso a importância de entender seu cliente, isso leva a entender o que motivou aquela compra e o que motivaria a continuar comprando em sua empresa. Os Programas de Fidelização dentro do contexto do Marketing de Relacionamento, seja qual for a sua abrangência, são considerados de extrema importância na edificação de relacionamentos estáveis e perduráveis. [2] “Diferentes pesquisas ratificam, entre elas a realizada pela Walt Disney World, que a atenção ao cliente é o ponto nevrálgico de um negócio. Com pequenas diferenças, os números indicam que, aproximadamente, 68% dos Clientes deixam de comprar de uma empresa por causa do atendimento e do comportamento de seus funcionários. Muitos, mesmo insatisfeitos, saem calados e sem reclamar. É aí que mora o perigo, porque para eles é mais conveniente não falar nada e comprar do concorrente, ao invés de “perder tempo” e reclamar”. Devemos sempre nos atentar e treinar nossa equipe de vendas para que este tipo de problema não ocorra na empresa, além de sempre estar buscando o feedback de seus clientes, pois nesse ambiente as criticas também são essenciais para conquistar a excelência. Outro tipo de consumidor, é o consumidor de e-commerce, linha de consumo que cresce cada vez mais pelo mundo, muito discutida como o futuro do comercio. [4] “Comércio electrónico ou e-Commerce é um conceito aplicável a qualquer tipo de negócio ou transação comercial que implique a transferência de informação através da Internet. Abrange uma gama de diferentes tipos de negócios, desde sites de retalho destinado a consumidores, a sites de leilões, passando por comércio de bens e serviços entre organizações. E-commerce é atualmente um dos mais importantes fenômenos da Internet em crescimento, pois permite que os consumidores transacionem bens e serviços eletronicamente sem barreiras de tempo ou distância. O comércio electrónico expandiu-se rapidamente nos últimos anos e prevê-se que continue expandir-se com a mesma taxa de crescimento ou mesmo que haja uma aceleração do crescimento”. Com o e-commerce, o consumidor economiza tempo de ir na loja para conhecer o produto e

através das ferramentas de compra, ele seleciona o tipo de produto que quer juntamente com a faixa de preço acessível. Este tipo de comércio também desperta o consumidor, quando o mesmo está realizando suas ações cotidianas na internet e observa anúncios nas páginas, das mais variadas áreas de consumo. O e-commerce além de economizar o tempo, também é econômico em sua plataforma, pois são diminuídos os gastos com local de comércio físico e mão de obra, além do custo de implantação deste tipo de negócio também ser menor. O E-commerce é uma ótima plataforma de vendas, quando agregada a loja física, o marketing como um todo se torna mais completo e as vendas mais efetivas. “ [5] Todo um conjunto de forças que apareceram na última década exige novas práticas de marketing e de negócios. Hoje, as empresas têm novas capacidades que podem transformar a maneira como sempre fizeram marketing. As empresas precisam refletir profundamente sobre como operar e competir em um novo ambiente de marketing. Profissionais de marketing do século XXI reconhecem cada vez mais a necessidade de uma abordagem mais completa e coesa que transcenda as aplicações tradicionais da orientação de marketing.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo tem como intuito, apresentar os principais pontos do novo consumidor, bem como suas motivações diante da efetivação da compra, e o que o fideliza a determinada empresa. Chamamos atenção para o bom atendimento, o trabalho com produtos de qualidade, as inovações que não devem seguir só as necessidades do consumidor, mas também devem despertar o consumidor para novas necessidades. Espera-se que este estudo possa ajudar as empresas, expondo não só as bases teóricas mas também a prática de um bom relacionamento com o cliente e a efetividade nas vendas.

BIBLIOGRAFIA:

[1] COBRA, Marcos. Marketing Básico: Uma Abordagem Brasileira. 4. ed., São Paulo: Atlas 1997. [2] Gonçalves, Abirio. EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO - ATRAINDO, CONVERTENDO E FIDELIZANDO CLIENTES. BIGJUS – Boletim de Informações Gerenciais – N. 10 – 23/05/2007. [3] – SILVA, Renato; EUGENIO, Ailton. ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS: OS MÉTODOS DE COMO FAZER UM BOM NEGÓCIOS. Artigo, 2002. http://escoladenegocios.info/fgh/revistaalumni/artigos/edEspecialMaio2012/vol2_noespecial_artigo_20.pdf. [4] – ASCENSÃO, Carlos. O QUE É E-COMMERCE? – Artigo publicado no site <http://www.gestordeconteudos.com/tabid/3850/Default.aspx>, consulta feita dia 18/06/2015. [5] – Kotler, Philip. Administração do Marketing.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASITOSE EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM LABORATÓRIO DA CIDADE DE MURIAÉ – MG

Danielle Pereira de **SOUZA** (IC - danielleps2@hotmail.com)¹, Luana Schuenck **ROLIM** (IC)², Josué Amaro de Souza **JÚNIOR** (IC)³ e Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)⁴

1. Curso de Pós Graduação Análises Clínicas; 2. Graduada em Biomedicina; 3. Curso de Biomedicina; 4. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Enteroparasitoses; Prevalência; Saúde.

INTRODUÇÃO:

Em países subdesenvolvidos, devido às más condições de vida, as parasitoses intestinais ou enteroparasitoses causadas por protozoários e/ou helmintos representam um sério problema de saúde pública, afetando cerca de 3,5 bilhões de pessoas, sendo as crianças as mais afetadas [1][2]. Como consequência ocorre desnutrição, anemia, diminuição no crescimento, retardo cognitivo, irritabilidade, aumento de suscetibilidade a outras infecções e complicações agudas [1]. Segundo Molento [3], 2005, cada parasita detém combinações ecológicas as quais permitem seu desenvolvimento em certa região e em outra não. Sua adaptabilidade e resistência a diferentes climas facilitam a ampla distribuição geográfica e alta prevalência tanto em clima temperado como clima tropical. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 1997, estima-se que cerca de 1 bilhão de pessoas são infectadas por *Ascaris lumbricoides* e cerca de 800 a 900 milhões por *Trichuris trichiura* e os ancilostomídeos e 50 milhões infectados por *Taenia sp.* Dentre os protozoários estima-se que cerca de 500 milhões de indivíduos são parasitados por *Entamoeba histolytica* e 200 milhões por *Giardia lamblia*. Sendo assim, o estudo das doenças parasitárias é de suma importância devido a sua alta prevalência e danos a saúde pública. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a prevalência de parasitoses intestinais na população atendida em um Laboratório de Análises Clínicas na cidade de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS:

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa documental e quantitativa, realizada através de um levantamento de dados de exames parasitológico de fezes no período de Maio de 2013 a Junho de 2015, coletados em um Laboratório de Análises Clínicas, envolvendo ambos os sexos e diferentes faixas etárias, na cidade de Muriaé, localizada no estado de Minas Gerais, com cerca de 106.576 habitantes [4]. A cidade possui sistema de tratamento de água e esgoto. O laboratório utiliza dois métodos para análise das amostras. O método de Hoffmann, no qual se realiza a sedimentação espontânea em água, sendo eficaz para ovos e larvas de helmintos e cistos de protozoários; o método de Faust fundamentado na flutuação pela ação do sulfato de zinco, usado para pesquisas de cistos e alguns oocistos de protozoários, permitindo, também, o encontro de ovos leves [5].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos 1024 resultados de exames analisados, 44 deram positivos para parasitoses intestinais (Gráfico 1). Na amostra, 413 (40,3%) pacientes era do sexo masculino e

611 (59,7%), do sexo feminino. A prevalência maior de enteroparasitoses foi no sexo masculino com 5,7% das amostras positivas, no sexo feminino a taxa de positividade foi de 3,4%.

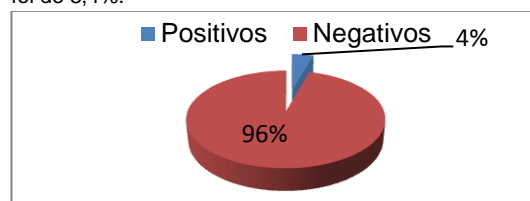


Gráfico 1: Resultados de exames parasitológicos analisados no Laboratório de Análises Clínicas, em Muriaé-MG no período de Maio de 2013 a Junho de 2015
Fonte: Dados coletados na pesquisa.

A distribuição de positivos por faixa etária pode ser observada na Tabela 1. Os maiores índices de positividade foram na faixa etária de 0-9 anos (8,4%), seguido de 40-49 anos (4,8%), e 10-19 anos (3,9%).

Tabela 1: Distribuição dos resultados positivos segundo a faixa etária das amostras analisadas no Laboratório de Análises Clínicas, em Muriaé-MG no período de Maio/2013 a Junho/2015

Faixa Etária	Amostras Analisadas	Resultados Positivos	%
0-9 anos	237	20	8,4
10-19 anos	127	5	3,9
20-29 anos	178	4	2,2
30-39 anos	130	3	2,3
40-49 anos	104	5	4,8
50-59 anos	110	3	2,7
> 60 anos	138	4	2,9
Total	1024	44	4,3

Fonte: Dados coletados na pesquisa

Os enteroparasitos encontrados entre os resultados foram *Entamoeba coli* (38,5%), *Giardia lamblia* (36,5%), *Entamoeba histolytica* (11,5%), *Taenia sp.* (5,8%), *Ascaris lumbricoides* (5,8%) e *Endolimax nana* (1,9%).

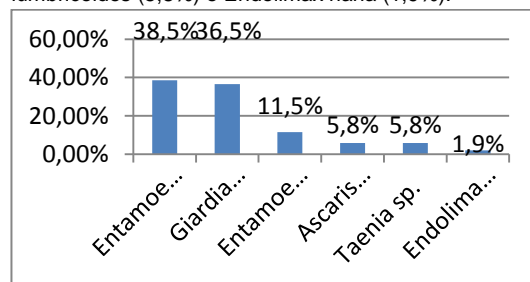


Gráfico 2: Frequência de Enteroparasitos encontrados no Laboratório de Análises Clínicas no período de Maio/2013 a Junho/2015

Fonte: Dados coletados na pesquisa. A maioria dos pacientes encontrava-se infectados por apenas um parasito. No entanto, 8 apresentaram associações de dois parasitos, Entamoeba coli com Giardia lamblia. De acordo com o Gráfico 2, o entorapaso mais frequente, entre os pacientes analisados, foi um protozoário não patogênico para o ser humano, a Entamoeba coli, aparecendo muitas vezes associada a outro protozoário, patogênico, Giardia lamblia, o segundo enteroparasito mais frequente entre os pacientes, parasitando principalmente crianças de 0 a 9 anos, como mostra a Tabela 2. O alto índice de Giardia encontrado nessa faixa etária corrobora com os achados descritos na literatura que o apontam como o protozoário mais incidente em crianças [5][6][7]. Ambos são transmitidos através da ingestão de água e alimentos contaminados. A Entamoeba histolytica, espécie patogênica para o homem, foi detectada em 6 amostras. Os helmintos Ascaris lumbricoides (3 casos) e Taenia sp (3 casos) encontrados, estão distribuídos nas faixas etárias de 0-9 e 10-19 anos. A faixa etária mais afetada foi de 0-9 anos totalizando 59,1% dos casos. Tabela 2: Frequência de Enteroparasitos de acordo com a faixa etária, no Laboratório de Análises Clínicas, em Muriaé-MG no período de Maio/2013 a Junho/2015.

Enteroparasitos	Faixa Etária (anos)							Tot al	%
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	>60		
E. coli	8	1	2	3	4	-	2	20	38,5
Giardia lamblia	15	-	-	1	1	1	1	19	36,5
E. histolytica	-	1	2	-	-	2	1	6	11,5
Taenia sp.	2	1	-	-	-	-	-	3	5,8
Ascari s lumbricoides	1	2	-	-	-	-	-	3	5,8
Endolimax nana	-	-	-	-	1	-	-	1	1,9
Soma	26	5	4	4	6	4	4	44	100

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Comparando os períodos de maio de 2013 a maio de 2014 e de junho de 2014 a junho de 2015 observamos que o índice de casos positivos aumentou.

Tabela 3: Distribuição dos resultados de exames analisados no Laboratório de Análises Clínicas, em Muriaé-MG no período de Maio/2013 a Junho/2015

	Maio/2013	a	Junho/2014	a
	Maio/2014		Junho/2015	
Positivos	15 (3,9%)		29 (5,4%)	
Negativos	456 (96,1%)		524 (94,6%)	
Total amostras	de 471		553	

Fonte: Dados coletados na pesquisa

CONCLUSÃO:

Foi verificado no presente estudo, que os índices de enteroparasitos encontrados foram baixos, mas ainda representativos apesar da cidade contar com saneamento básico adequado. Esse resultado é um avanço diante as conclusões descritas por Waldman [9], ainda em 1989, que observou uma diminuição na prevalência de infecção por enteroparasitos, no Brasil, em relação há 30 anos anteriores, onde áreas com índices privilegiados de desenvolvimento ainda apresentavam taxas de infecção próximas a 30%. Observou-se também um alto índice de infecção em crianças, atribuímos o fato de que nessa fase

de desenvolvimento elas desconhecem a importância dos hábitos de higiene, o que aumenta a vulnerabilidade a patógenos pela água, frutas, verduras, poeira ou mesmo por objetos ou partes do corpo levados à boca e que estejam contaminados [10]. Podemos concluir que, apesar da melhoria das condições físicas da cidade e da baixa taxa de positividade encontrada, não se pode dispensar a necessidade de manutenção das medidas preventiva de controle e erradicação desses parasitos.

BIBLIOGRAFIA:

[1] BELO, V. S., OLIVEIRA, R. B., FERNANDES, P. C., et al, Fatores associados á ocorrência de parasitoses intestinais em uma população de crianças e adolescentes, Revista Paul Pediátrica, 2012; 30(2): 195-201. [2] FREI, F., JUNCANSEN, C., PAES, J. T. R., Levantamento epidemiológico das parasitoses intestinais: viés analítico decorrente do tratamento porifático, Caderno de Saúde Pública, v. 24, no.12, Rio Janeiro, dezembro de 2008. [3] MOLENTO, M.B. 2005. Avanços no diagnóstico e controle das helmintoses em caprinos. I Simpósio Paulista de Caprinocultura (SIMPAC). Multi-press, Jaboticabal, p.101-110. [4] World Health Organization (WHO). The World Health Report 2002: Reducing risks, promoting healthy life. Geneva: World Health Organization; 2002. [4] Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=314390>> Acesso em: 30 de julho de 2015 às 14:25.[5] NEVES, D.P. et al. Parasitologia humana. 12.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.[6] UCHOA, C.M.A., LOBO, A.G.B., BASTOS, O.M.P., et al. Parasitoses intestinais: prevalência em creches comunitárias da cidade de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Revista do Instituto Adolfo Lutz 60: 97-101, 2001.[7] LUDWIG, K.M., FREI, F., ÁLVARES, F.F., et al. Correlação entre condições de saneamento básico e parasitoses intestinais na população de Assis, Estado de São Paulo. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 32: 547-555, 1999.[8] FONTBONE, A., FREESE, de C.E, ACIOLI, M.D., et al. Fatores de risco para poliparasitismo intestinal em uma comunidade indígena de Pernambuco, Brasil. Cadernos de Saúde Pública 17: 367-373, 2001.[9] WALDMAN, E.A., CHIEFFI, P.P., Enteroparasitoses no Estado de São Paulo: questão de saúde pública. Instituto Adolfo Lutz, 49:93-9, 1989.[10] FERREIRA, G. R.; ANDRADE, C. F. S. Alguns aspectos socioeconômicos relacionados a parasitoses intestinais e avaliação de uma intervenção educativa em escolares de Estiva Gerbi, São Paulo. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 38, n. 5, p. 402-405, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.13.00.00-3 - Parasitologia

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS

Jessyca Santos de OLIVEIRA (IC - jessyca.s.oliveira@gmail.com)¹ e Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ)²

1. Curso de Gestão Estratégica de Negócios; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Educação financeira, educação infantil, consumo responsável.

APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho visa mostrar a importância da educação financeira no início da vida social, formando crianças, jovens e adultos mais conscientes, uma vez que a utilização da mídia como incentivadora do consumo exagerado pode transformar a futura geração em uma pedra no caminho de qualquer desenvolvimento, seja ele econômico, cultural e/ou social. Por se tratar de um campo com variadas abrangências, a educação financeira pode ser vista e entendida também de maneira variada, mostrando a real necessidade de se compreender melhor o significado de tal expressão. Quando oferecida desde os primeiros anos de estudo de uma criança é capaz de contribuir na sua formação e, conseqüentemente, melhorar suas expectativas financeiras e sociais futuras. Outro importante aspecto do tema tratado é a atual situação econômica global, que traz consigo a necessidade de criar cidadãos mais responsáveis e preocupados com a saúde financeira e o universo de produtos e serviços oferecidos. Baseado em uma sociedade onde as finanças não são tratadas com o devido cuidado, o presente estudo tem por objetivo analisar de que forma a educação financeira oferecida na infância pode influenciar na formação de adultos mais conscientes e saudáveis economicamente. O presente trabalho tem cunho qualitativo e utilizou-se da técnica de documentação indireta através de pesquisa bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO:

De acordo com a visão de especialistas, o desenvolvimento e estímulo a atitudes empreendedoras e educativas no âmbito econômico formam cidadãos mais preparados e qualificados, surtindo efeito assim na situação econômica de todo o país. Muito além de ensinar a poupar, a educação financeira infantil deve gerar um melhor envolvimento da criança com o dinheiro transformando-a em um cidadão financeiramente consciente, proporcionando maior rendimento e segurança. Cada um desses ensinamentos deve fazer parte não apenas do ambiente escolar como também familiar, sendo necessário assim um interesse de informação por parte dos pais e responsáveis, gerando uma cultura financeira necessária para o desenvolvimento do plano econômico, muitas vezes desconhecido pela maioria dos brasileiros. Por um longo período a educação foi tratada como responsabilidade da família, sendo este um tabu a ser rompido, mostrando que para o correto desenvolvimento são necessárias medidas que vão além das paredes de casa. O Brasil é um país que está apenas dando seus primeiros passos nessa direção, exigindo ainda um alto investimento para um ensino de qualidade à nossa futura geração. Em um mundo extremamente consumista as crianças sabem reconhecer o preço, porém não o real valor daquilo que desejam, e é essa mentalidade que precisa ser contornada para que

possam se tornar independentes. Assim como tudo na vida a educação também passa por fases, que deve acompanhar a faixa etária e capacidade de absorção de conhecimento das crianças e adolescentes, e à medida que é notado o seu desenvolvimento, as etapas vão sendo superadas. Ainda que existam pensamentos sobre a capacidade cognitiva de crianças com idade reduzida é importante ressaltar que é nessa fase, onde a curiosidade está muito presente, que se torna importante estimular habilidades simples como contar o dinheiro, progredindo para outros níveis que podem transformá-la em um adolescente com espírito empreendedor [1]. No ano de 2010, um projeto foi implementado em centenas de escolas do país gerando resultados satisfatórios. A ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) tinha por objetivo melhorar a relação dos adolescentes com suas finanças desenvolvendo habilidades para enfrentar desafios cotidianos [2]. Através de um estudo realizado pelo Banco Mundial (2011) com base nos resultados de tal projeto, a educação financeira provocou mudanças de comportamento também nos familiares dos alunos atendidos, demonstrando o poder de transformação de tal medida [3]. Para Kahneman e Tversky (1979), a educação financeira não influencia na tomada de decisões em investimentos, porém, opiniões mais recentes, reconhecem a importância de tal atenção [4]. Cássia D'Aquino (2011) afirma que a dedicação, o comprometimento, o planejamento e a busca pelo conhecimento, são os segredos para se chegar a uma vida adulta sem grandes dilemas financeiros [5]. A educação financeira ligada à consolidação dos conceitos econômicos psicológicos colaboraria de maneira primordial para o avanço dos problemas socioeconômicos do Brasil [6]. O ato de consumir está ligado ao sentimento de felicidade e de bem-estar coletivo em adquirir produtos (GIANNETTI, 2002), porém é necessário transferir atenção para o fato de uma oferta indiscriminada e a falta de educação financeira necessária para se fazer uma análise mais crítica de riscos envolvidos no consumo, podem gerar um alto grau de endividamento, que está altamente ligado ao desenvolvimento econômico do país [7].

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para que essa iniciativa possa se transformar em algo efetivo é necessário um grande investimento não apenas dos setores responsáveis pela educação em nosso país, como também um forte comprometimento por parte das famílias, para que haja um desenvolvimento em conjunto, aumentando as chances de sucesso. Sendo a educação financeira infantil de grande importância para o crescimento e desenvolvimento do sistema econômico como um todo, é importante um maior reconhecimento e capacitação dos profissionais envolvidos na educação dos filhos desse país, permitindo o reconhecimento dos limites e possibilidades desse sistema. Conclui-se que a educação financeira é um

processo de longo prazo que busca o envolvimento de pais e escola, que em conjunto ofereçam os instrumentos necessários para essa evolução, preparando a criança para os mais variados desafios da vida adulta e transfigurando-lhe um potencial empreendedor que lhe permita determinar as melhores opções de investimento, não se tratando apenas de preparar o aluno para lidar com ferramentas financeiras, mas sim ajuda-lo a desenvolver uma percepção crítica do sistema. A educação financeira tem importância fundamental nas relações econômicas, mostrando que adultos financeiramente educados agem com maior consciência e se comportam de maneira mais adequada quanto as chances oferecidas pelo mercado.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço aos mestres que nesse período de estudo me proporcionaram a absorção de diferentes conhecimentos que levarei em minha caminhada profissional e pessoal. À FAMINAS por comprometer-se com o desenvolvimento de novos profissionais e proporcionar-nos essa experiência enriquecedora. Agradeço também aos colegas que dividiram essa caminhada e aos meus pais por apoiarem minhas escolhas. Ao mestre Jorge Daibes por sua paciência, sua ajuda e comprometimento com o aprendizado de seus alunos. Obrigada a todos que de alguma forma estão envolvidos nessa trajetória.

BIBLIOGRAFIA:

[1] KASSARDJIAN, A. C. C. Educação financeira infantil: como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais conscientes. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013. [2] SCIARRETA, T. Educação financeira chega ao ensino básico. Folha de São Paulo, São Paulo, Mar, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1232225-educacao-financeira-chega-ao-ensino-basico.shtml>>. Acesso em: 09 de Junho de 2015. [3] BANCO MUNDIAL. 2011. Workshop ENEF – Results of the impact evaluation into the financial education pilot Project in schools in 2010. Washington D.C., Jun 2011. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/06/05/000425970_20120605160329/Rendered/PDF/693250WP0P123702375400June02802011.pdf>. Acesso em 18 de Junho de 2015. [4] ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito Educação Financeira no Processo de Tomada de Decisões em Investimentos: Um Estudo a Luz das Finanças Comportamentais In: II Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2008, Salvador: ANPCONT, 2008. [5] PAIXÃO, Osmar. Dinheiro vai para o divã com Cássia D'Aquino. Revista Exame, Editora Abril, Jul, 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/157/noticias/dinheiro-no-diva>>. Acesso em: 16 de Agosto de 2015. [6] FERREIRA, V. R. M. Psicologia Econômica: origens, modelos, propostas. Tese. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. [7] SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. O elemento financeiro e a educação para o consumo responsável. Educação em Revista. v.29. n.04. p.189-214. Belo Horizonte Dez. 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 – Educação

IMPORTANCIA DA GESTÃO DE MARKETING DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS NA ERA DA BUSCA

Mayara Moreira PERES¹ (IC – mayarampkta93@yahoo.com.br); Thiago REIS² (IC – thiago.reiss@hotmail.com) ; Daniel Ferreira MONTEIRO³ (IC – daniel_carangola@hotmail.com); Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ – jordaiibes@gmail.com)

1.MBA Gestão estratégica de Negócios; 2. Educação Física; 3. Educação Física, 4.Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Marketing Digital, Inovação, Estratégia de negócios,

APRESENTAÇÃO:

O uso da gestão de marketing digital tem tomado uma ampla dimensão, principalmente pelo uso sistemático de ferramentas de busca, integração da mobilidade e popularidade do acesso à internet, edificando novas diretrizes para comunicação integrada. Nos últimos anos assistimos a transformação e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em especial a telefonia móvel. A cadência da evolução tecnológica é um fator a ser considerado, especialmente com os avanços da tecnologia móvel para acesso à internet. A agilidade e volatilidade das informações resultam na rápida perda de valor das mesmas, fazendo com que o grau de complexidade na escolha de estratégias de marketing amplifique. Nessas plataformas extremamente dinâmicas, notamos mudanças significativas no comportamento do consumidor, o que torna indispensável a obtenção de um maior conhecimento sobre mídias, feedback do marketing digital e maiores informações sobre o processo da tomada de decisão da compra dos novos consumidores. Temos como objetivo nesse estudo, apresentar como a estratégia de marketing digital pode contribuir na captura de novos clientes no meio empresarial. Utilizou-se neste trabalho a metodologia qualitativa, baseada em estudo bibliográfico, monitoramento de redes sociais de marcas específicas e o feedback dos consumidores diante do marketing digital.

DESENVOLVIMENTO:

“Percebe-se atualmente uma série de mudanças que tem afetado cotidianamente as organizações e a vida das pessoas. A globalização e a tecnologia na intensidade e velocidade que tem se apresentado são fenômenos relativamente recentes, porém passaram a fazer parte da rotina da maioria das atividades, produtos e serviços colocados à disposição dos consumidores” [1]. “As ferramentas de comunicação no marketing são importantes e ajudam a criar imagens poderosas e um sentido de credibilidade, confiança e tranquilidade. Sem uma comunicação eficaz, clientes potenciais talvez nem tomem conhecimento da existência de uma empresa, daquilo que ela tem para lhes oferecer ou de como utilizar seus produtos para obter o melhor proveito” [2]. Devido ao grande fluxo de informações e o fácil acesso a elas, as empresas não devem esperar que o consumidor procure seu produto. Deve-se chegar ao consumidor prevenindo suas necessidades, criando o desejo pelo produto, e oferecendo o acesso mais rápido e prático possível a ele, facilitando a compra. Sempre observando o feedback dos consumidores, que no caso do mercado digital é mais rápido e impulsivo que os demais. Assim como o fluxo de informações deve ser rápido e contínuo, a análise do

feedback e a resposta aos consumidores também deve acompanhar o fluxo para não negatar a imagem do produto diante de seus consumidores. Atualmente, muitas empresas investem em marketing comunitário, usando as ferramentas das redes sociais para se aproximarem de seus consumidores de uma forma informal e sugestiva. “Para se dar bem no mundo da Web 2.0, você precisa mudar o conhecimento convencional que tem e se tornar um capitalista social. Um capitalista social é tão voraz por sucesso quanto titãs do mundo corporativo, como John D Rockefeller e Bil Gates, mas a moeda de troca é diferente. Relacionamentos e conexões, com o tempo, levam à confiança, que é a chave para a formação de capital. O capital sobre o qual estou falando, contudo, não é de variedade monetária. É o capital social, mais conhecido como Whuffie. Um capitalista social é alguém que constrói e nutre uma comunidade, aumentando portanto, o seu Whuffie” [3]. “Whuffie é o resultado residual – a moeda – de sua reputação. Você o perde ou ganha com base em ações positivas e negativas, em suas contribuições para a comunidade e no que as pessoas pensam de você” [3]. “A maior parte de nossas decisões de compra sempre se deu por meio do boca a boca. Entretanto, o que mudou foi que, graças à proliferação das comunicações on-line, nossas redes pessoais ficaram maiores, muito maiores. Isso significa que podemos moldar as opiniões dos outros e que as nossas opiniões, mais do que nunca, são moldadas por pessoas em que confiamos. Todas as coisas, tudo aquilo que compramos, até mesmo como nós escolhemos em quem votamos, tudo é influenciado pelas nossas interações em comunidades” [3]. Marketing é uma função organizacional e uma série de processos para a criação, comunicação e entrega de valor para clientes, e para o gerenciamento de relacionamentos com eles, de forma que beneficie a organização e seus stakeholders. As ferramentas que usamos para criar mídias sociais (blogs, podcasts, vídeos, redes sociais etc) são ótimas para construir relacionamentos, aumentar a comunidade, servir uma audiência, ajudar pessoas a encontrar o seu negócio e várias outras coisas [4]. Porém, as ferramentas das mídias sociais não foram construídas especificamente para desencavar por si só, mais clientes produtivos. Ainda é necessária uma estratégia que inclua o marketing e os produtos para ajudar a converter segmentos da comunidade em potenciais clientes [4]. “Como as mídias sociais são de baixo custo e pouco tendenciosas, será delas o futuro das comunicações de marketing. As conexões entre amigos nos sites de networking social, como o Facebook e o MySpace, também podem ajudar as empresas a desenvolver insights sobre o mercado. Pesquisadores da IBM, Hewlett-Packard e Microsoft estão coletando dados das redes sociais para desenvolver perfis

e elaborar melhores abordagens de comunicação para seus empregados e consumidores” [5]. A efetividade de uma boa estratégia de Marketing não é decidido pela empresa, e sim pelo público alvo. E para que essa estratégia consiga ótimos resultados é indispensável suprir as necessidades e desejos do consumidor. A popularidade e não grandes investimentos iniciais, o marketing nessas mídias também se tornou muito popular. Geralmente este é um ponto positivo, mas como este veículo é de muito fácil acesso, em muitas ocasiões, falta a análise de conteúdo e o foco para o capital social. Não basta somente fazer perfis e postagens, devemos inserir os fundamentos do marketing, gerar conteúdo e informação para prendermos a atenção do cliente e idealizá-lo, além de dedicar-se a aprimorar a relação com o cliente cotidianamente. As mídias sociais tem o poder de aproximar o produto do cliente de forma informal, não imposta. Essa ação, quando bem articulada, resulta em boas experiências, passa credibilidade e aumenta a propaganda “boca a boca”, famosa por trabalhar a relação de confiança entre clientes antigos, novos e a marca, este tipo de marketing é o melhor na relação custo x benefício, devido a sua efetividade já comprovada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esse resumo científico tem o objetivo, de demonstrar como a estratégia de marketing pode contribuir no meio empresarial, bem como as atitudes que aumentam a efetividade deste estilo de marketing. Chamando atenção para os erros comuns e solucionando os problemas mais recorridos na atualidade. Podemos observar as vantagens do marketing digital, inclusive seu fácil acesso, seja para pessoa jurídica ou física. Cada vez mais empresas procuram por meios para progredir de maneira segura e eficiente, porém não sabem por onde começar. Espera-se com este resumo, auxiliar as empresas, não apenas expondo a temática, mas exemplificando os principais pontos de evolução, para que as empresas que desejam crescer possam dar o seu primeiro passo com mais segurança.

BIBLIOGRAFIA:

[1] CHERUBINI, Edivan. Modelo de referência para a proteção do conhecimento gerado e aplicado no ambiente de uma universidade pública: um estudo de caso na UTFPR. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa. Curso de PósGraduação em Engenharia de Produção. Ponta Grossa, 2009. [2] LOVELOCK, C.; WIRTZ, L. Serviços: marketing e gestão. 6ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006. [3] HUNT, T; CALLARI, A. O poder das redes sociais – Como o Fator Whuffie, seu valor no mundo digital, pode maximizar os resultados de seus negócios. Editora Gente. 2009 Nova York.[4] BROGAN,C. ABC das mídias sociais: Como aproveitar as mídias sociais para tornar os negócios mais lucrativos. São Paulo, Prumo , 2012.[5] KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. Marketing 3.0.Elsevier Editora Ltda,2010

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

IMPACTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ORÇAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ

Luciana Furtado Goulart **GOMES** (IC – lucianafgg@hotmail.com)¹, Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1. Pós Graduação em Contabilidade Decisorial; 2. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Judicialização da saúde. Recursos Orçamentários

INTRODUÇÃO:

Com um aumento do número de decisões judiciais que obriga o poder público a fornecer medicamentos, insumos, equipamentos, tratamentos e cirurgias, e, considerando que as implicações das decisões judiciais para os orçamentos municipais são significativas, torna-se relevante a compreensão dos efeitos da judicialização da saúde para os entes municipais. Wang et al (2014) analisaram os impactos dos gastos com saúde no âmbito da política de saúde do município de São Paulo no ano de 2011, oriundas de ações judiciais e revelaram impacto significativo em seu orçamento. Wang et al (2014) consideram, ainda, que há uma tendência de que os juízes desconsideram os impactos orçamentários nas contas dos entes públicos admitindo que podem ser responsabilizados igualmente pelo fornecimento de qualquer item pedido pelo paciente prescrito pelos médicos [1]. A Constituição Federal de 1988 elencou, em seu artigo 5º, uma série de garantias individuais essenciais ao ser humano, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, dentre outros. Nesse contexto, pode-se destacar o direito à vida, eis que serve de base para a concretização dos demais direitos. Por sua vez, o artigo 6º, traz os chamados direitos sociais, que visam concretizar a efetivação da justiça social, mediante a atuação do Estado na garantia e provimento desses direitos. Dentre os direitos sociais destaca-se o direito de acesso aos serviços públicos de saúde, cuja prestação, foi estendida a todos os brasileiros. Estabelece o artigo 196 da CF/88 que a saúde é direito de todos e dever do Estado. O direito à saúde transformou-se em direito passível de ser tutelado judicialmente, importando na intervenção do Poder Judiciário no sentido de determinar à Administração Pública o fornecimento gratuito de medicamentos e a prestação de assistência médica. Para o judiciário, em geral, questões relativas ao orçamento público, como a escassez de recursos e a não previsão de gasto, não são razões suficientes para se denegar o pedido de um tratamento médico, dado que este encontra respaldo no direito à saúde assegurado pela Constituição Federal. Nesse sentido, tem-se verificado nos últimos anos um aumento considerável no número de ações judiciais com o objetivo de impor ao Poder Público o uso de tecnologias, insumos ou tratamentos de saúde não incorporados às políticas públicas de saúde do país. Este processo tem provocado desorganização nos sistemas de planejamento e finanças dos municípios em virtude da imprevisibilidade das ações e dos custos delas decorrentes. Ferreira, Paiva e Neto (2015) realizaram um estudo analisando o contexto de diversas ações judiciais e concluem enfatizando que a lógica dos princípios do SUS são invertidas pelas demandas judiciais quanto à universalidade, integridade e equidade, por favorecerem

cidadãos de maior poder aquisitivo sob a ótica do direito inviolável à saúde, se contrapondo às diretrizes da Política Nacional de Medicamentos que preza pela eficácia e segurança de forma a evitar o agravamento e a iniquidade no acesso à saúde [2]. As leis orçamentárias são normas que condicionam o planejamento estatal como um todo, determinando despesas e receitas necessárias ao funcionamento do Estado e também a promoção de direitos que acabam por envolver as mais diversas formas de política pública. O orçamento público se tornou um instrumento da administração pública com o objetivo de auxiliar o Estado nas várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle. O marco normativo do orçamento público encontra-se originalmente na Lei no 4.320/64 editada como lei ordinária e recepcionada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) como lei complementar, não podendo, portanto, ser alterada por lei ordinária ou medida provisória [3]. Ocorre que somente após a CF/88 é que a estrutura orçamentária adquiriu sua plenitude, por meio do processo de reforma do Estado Brasileiro que marcou a década de 1990, em especial a série de inovações introduzidas no planejamento e orçamento público, que acabaram por contribuir para a cumplicidade entre o processo orçamentário e o planejamento [4]. O processo e organização orçamentários como um todo, entre outras coisas, importa na concretização dos interesses sociais, políticos e econômicos, individuais ou coletivos. Nesse aspecto, a elaboração e previsão orçamentárias podem ser consideradas mais do que mera relação de receitas e despesas, a Lei do Orçamento Anual possui um fundamental papel no planejamento da ação governamental. É por meio da LOA que se cria um mecanismo que obriga o administrador público a prever com antecedência o que pretende realizar, uma vez que os orçamentos ficam vinculados ao planejamento das atividades governamentais e se consubstanciam em um documento. Assim, a destinação dos recursos passa a ser autorizada tão somente para o cumprimento dos objetivos pretendidos. Nesse sistema, deve existir harmonia entre os planos e programas governamentais e o Plano Plurianual, conforme artigo 165, parágrafo 4º da CF/88, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias devem se coadunar com o PPA, de acordo com o artigo 166, parágrafo 4º da CF/88. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esta também deve ser observada pelo Poder Judiciário quando da tomada de suas decisões. A LRF, dentre seus princípios, estabelece o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, traduzido em equilíbrio das contas públicas, além da necessidade de correlação entre receita e despesas na lei de diretrizes orçamentárias. A Lei no 4.320/64, legislação com status de lei complementar que regulamenta a elaboração do orçamento público, já

mencionava o equilíbrio entre despesa e receita. Porém, essa norma possui um conteúdo diferente ao da LRF ao estabelecer o equilíbrio como meta, na medida em que tal fosse possível, diferentemente do conteúdo vinculante da disposição na LRF e cujo descumprimento implica em sanção de natureza penal e institucional. Ainda, a LRF especifica regras das já existentes leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) limitando dessa forma a liberdade de utilização de verbas orçamentárias e fazendo com que o gestor considere as prioridades impostas, engessando assim as possibilidades de atuação deste diante das demandas que são apresentadas por meio de ordens judiciais, conforme preveem os artigos 16 e 17 da LRF. O cumprimento de determinações judiciais que pressupõem a atuação positiva do Estado enfrenta limitações decorrentes da escassez de recursos financeiros face às crescentes demandas da sociedade por políticas públicas, nas suas mais diversas formas. Assim, a efetividade dos direitos sociais a prestações materiais estaria condicionada à capacidade financeira do Estado – a denominada cláusula da Reserva do Possível. Desenvolvida na Alemanha, na década de 70, a teoria da reserva do possível estabelece que a concretização dos direitos fundamentais dependentes de atuação positiva estão sob a reserva da capacidade financeira do Estado, na medida em que este necessita de recursos para fazer frente às incontáveis demandas sociais. Desta forma, a insuficiência de recursos financeiros pode impor ao gestor público a tomada de decisões economicamente complexas, relacionadas à melhor alocação desses recursos. O direito à saúde depende, dentre outras coisas, de recursos orçamentários necessitando de equilíbrio e proporcionalidade nas decisões judiciais [5]. O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos das decisões judiciais da saúde no Orçamento do Município de Muriaé/MG no período de 2010 a 2014.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa baseou-se em metodologia quantitativa através da técnica de pesquisa de levantamento de dados por documentação indireta utilizando-se de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em arquivos de demonstrativos contábeis da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé realizando um levantamento dos valores dos gastos com ordens judiciais, que determinaram ao município o pagamento de medicamentos, cirurgias e tratamentos de saúde, no período de 2010 a 2014. A escolha desse município se deu principalmente pelo valor expressivo de demandas judiciais na área da saúde e pela facilidade de acesso à base de dados que permitiu sua coleta e tratamento estatístico. De forma a mensurar os impactos orçamentários foram realizadas técnicas de análises de demonstrações financeiras, sendo as análises verticais e horizontais aplicadas nos demonstrativos orçamentários do município para mensuração e projeção percentual das contas. Em paralelo, foi adotada a estatística t Student ao nível de significância de 5%, com objetivo de avaliar as seguintes hipóteses: H_0 – não existe diferença estatisticamente significativa na projeção das despesas executadas com mandatos judiciais da saúde e as receitas realizadas e H_1 – existe diferença estatisticamente significativa na projeção das despesas executadas com mandatos judiciais da saúde e as receitas realizadas. Também denominado de teste de hipóteses, a estatística t Student é um teste de inferência que busca, inicialmente, evidenciar uma hipótese

tentativa ou hipótese nula sobre o parâmetro da população ou amostra confrontando-a com uma hipótese alternativa [6]. O procedimento de teste de hipóteses implica testar duas declarações contrárias indicadas por H_0 e H_1 . Os dados foram convertidos em tabelas do Aplicativo Excel da Microsoft para aplicação das análises das demonstrações orçamentárias e modelados em sua ferramenta de Análises de Dados – Teste-T, cujos resultados foram adiante discutidos. Segundo Marconi e Lakatos (2005, p.108-109), o método estatístico desempenha papel importante em termos de procedimento numa investigação científica, não só por fornecer uma descrição quantitativa de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc., mas também por se constituir em método de experimentação e prova, já que é método de análise [7].

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo buscou analisar os impactos das decisões judiciais no orçamento do Município de Muriaé/MG no período de 2010 a 2014. As análises revelaram que para o exercício de 2010 o orçamento previsto para mandatos judiciais em relação as despesas realizadas ficou 269,71% abaixo. Apesar do orçamento de 2011 receber um incremento da ordem de 257% em relação ao exercício anterior, este não foi suficiente, pois o gasto foi de 146% acima do planejado, em 2012 de 165% e em 2013, 190%. O orçamento de 2014 se apresentou deficitário em relação a 2013, tendo em vista que o valor orçado apresentou uma queda de 25% em relação ao planejado no ano anterior. As despesas com mandatos judiciais na saúde tiveram neste período (2010-2014) um acréscimo de aproximadamente 165%, enquanto as Receitas Realizadas aumentaram cerca de 64% no mesmo período. O teste t Student, ao nível de significância de 5%, encontrou um P-Valor de 0,000365, ou seja, menor do que 0,05, revelando que há diferença estatística significativa entre as projeções das despesas com mandatos judiciais da saúde e as projeções das receitas realizadas no período. Houve, portanto, aceitação da hipótese alternativa com rejeição da hipótese nula. O teste revela, ainda, um aumento da variável Despesas Executadas com Mandatos Judiciais da Saúde estatisticamente maior do que o aumento da variável Receitas Realizadas no período em alvo. A estatística de Correlação de Pearson demonstra um índice de 0,989806 o que revela uma forte correlação positiva entre as variáveis em estudo.

CONCLUSÕES:

O processo de judicialização na saúde traz em seu contexto uma série de questões que necessitam debates extensos. Teorias como a Reserva do Possível contribuem para profundas reflexões acerca dos fatores orçamentários limitantes nas ações judiciais direcionadas à saúde. Estudos como os de Ferreira, Paiva e Neto (2015) demonstram, regra geral, que as ações judiciais tendem a responsabilizar os entes pela atenção integral à saúde contribuindo para a falta de equidade e segurança orçamentária. Na evolução do presente estudo buscou-se verificar os impactos das decisões judiciais no orçamento do Município de Muriaé/MG no período de 2010 a 2014. O resultado demonstrou que houve variações percentuais importantes quando comparamos a evolução das despesas com mandatos judiciais em relação à evolução das receitas recebidas pelo município no período de 2010 a 2014. O teste estatístico revelou diferença estatisticamente significativa das despesas executadas com mandatos judiciais em relação às receitas realizadas no município de Muriaé demonstrando que as receitas realizadas vem

sendo depreciadas em contrapartida a um aumento relativamente maior das despesas com mandatos judiciais da saúde ao longo do período estudado no município de Muriaé. Os resultados encontrados foram estatisticamente significativos e corroboram com os estudos feitos por Wang et al (2014) que encontrou impacto significativo dos processos de judicialização na saúde no município de São Paulo [1] e se coaduna com os estudos de Ferreira, Paiva e Neto (2015) que apontam o excesso de ações judiciais em saúde desproporcionais ao orçamento podendo provocar seu desequilíbrio. Futuros estudos poderão adotar outros métodos estatísticos com intuito de prever os impactos em outros grupos de contas do Balanço Patrimonial que se correlacionam com a performance orçamentária e, ainda, serem testados em municípios diferentes.

AGRADECIMENTOS:

À FAMINAS, pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

[1] WANG, Daniel Wei L. et al. Os impactos da judicialização da saúde no município de São Paulo: gasto público e organização federativa. *Revista de Administração Pública* – Rio de Janeiro 48(5)1191-1206, set/out 2014. [2] FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; PAIVA, Ricardo Viana Carvalho de, NETO, Mário Teixeira Reis. Demandas Judiciais no Sistema de Saúde no Brasil sob a perspectiva da Administração. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*. Vol. 6 n°02, Ano 2015 p.190223. Disponível em: <<http://gestaoesaude.bce.unb.br/index.php/gestaoesaude/article/view/1206/pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2015.[3] VASCONCELOS, Natália Pires de. O Supremo Tribunal Federal e o orçamento: uma análise do controle concentrado de leis orçamentárias. Monografia – (Conclusão de Curso) - Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2010. p. 6 e ss. [4] BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em 13 de Agosto de 2015. [5] MAZZA, Fábio Ferreira. A Vinculação da Judicialização do Direito à Saúde à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Conselho Nacional de Secretarias de Saúde – CONNAS, 1ª edição, 2005. [6] BOLFARINE, Heleno; SANDOVAL, Mônica Carneiro. Introdução à Inferência Estatística. São Paulo: SBM, 2000 [7] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 203.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.08.00.00-1 - Ciências Sociais

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNICÍPIO DE VIEIRAS- MG, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2014.

Flávia Luzia de Paula **PEIXOTO** (IC – flavinha-luzia@hotmail.com)¹, Fábio José de Paula **PEIXOTO**², Andréa Costa **GOULART** (PQ)³

1. Discente da Pós-graduação em Análises Clínicas; 2. Discente do Curso de Ciências Contábeis –3. Prof^a. MSc. Coord. Pós Graduação em Análises Clínicas.

FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Doença de Chagas; Trypanosoma cruzi; Minas Gerais; Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

INTRODUÇÃO:

A doença de chagas ou Tripanossomíase americana é uma infecção causada pelo protozoário flagelado *Trypanosoma cruzi*, transmitida principalmente por insetos da subfamília Triatominae, popularmente denominado “Barbeiro”, podendo apresentar-se em duas formas, forma aguda (5 a 14 dias) fase onde a grande quantidade de triatomíneos na corrente sanguínea, disseminando por todo o organismo, ou se desenvolver para uma forma crônica (10 anos) fase assintomática e sem manifestação clínica, caso não seja realizado o tratamento precoce [1]. Os barbeiros podem ser encontrados em matas ou próximos às casas, escondendo-se durante o dia em locais escuros como: debaixo da cama, buracos nas paredes, galinheiro, paiol, etc. e durante as noites saem à procura de alimento [2]. Existem mais de 100 espécies de barbeiros, no Brasil foram identificadas 48 espécies, dentre essas 30 já foram capturadas em ambientes domiciliar, as principais encontradas são *Triatoma infestans*, *Panstrongylus megistus*, *Triatoma brasiliensis*, *Triatoma sordida*, *Triatoma pseudomaculata*, e as principais áreas de riscos compreendem os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Nordeste [4]. O barbeiro é um inseto hematófago que não nasce contaminado pelo protozoário, mas se infecta alimentando de outros animais que tenham o parasita, como aves, répteis, anfíbios e mamíferos [5]. A transmissão do *Trypanosoma cruzi* pode ocorrer por diversas vias, transmissão transfusional, transmissão congênita e a principal ocorre por via vetorial, com hábitos noturnos o barbeiro pica o ser humano, e deixa no lugar suas fezes contendo grande quantidade do tripanossomo, sua picada não causa dor devido à presença de uma substância em sua saliva que anestesia o local, porém causa uma leve coceira, o que aumenta a chances de contaminação, que pode ocorrer também pela mucosa do nariz, olhos, boca e por feridas recentes na pele [3]. O *Trypanosoma cruzi*, que é eliminado nas fezes, penetra na corrente sanguínea e se instala em tecidos e em órgãos, comprometendo os principais sistemas do organismo, como o sistema nervoso, cardíaco e digestivo, causando lesões podendo a gerar graves problemas como insuficiência cardíaca, e óbito se não houver tratamento adequado [5]. Para o tratamento deve-se considerar os diversos e diferentes sintomas e formas clínicas, pois durante a infecção os mesmo mudam [6]. O presente trabalho tem como principal objetivo realizar no município de Vieiras/MG um levantamento de dados comparativo dos últimos quatro anos (2011-2014), do número de incidência de triatomíneos, descrevendo as

principais ações da vigilância epidemiológica e ambiental no município para o controle do hospedeiro.

MATERIAIS E METODOS:

Foram coletados dados na vigilância ambiental do município de Vieiras/MG dos anos de 2011 a 2014, sobre a quantidade de residências visitadas ao ano, a incidência de triatomíneos encontrados e respectivos resultado positivo para os barbeiros analisados, utilizando para tais informações a ficha de Pesquisa que informa sobre o numero de residências avaliadas e a ficha de borriificação da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) que registra a quantidade de residências que necessitou realização de borriificação por ser encontrado o inseto. Além disso, observou-se anotações do programa PCDCh (Programa de Controle da Doença de Chagas) que indica a localidade de ocorrência do barbeiro e dados da vigilância epidemiológica e de pacientes com sorologia positiva e negativa para doença de chagas.

RESULTADO E DISCUSSÃO:

No ano de 2011, foram realizadas 23 borriificações e 62 visitas domiciliares, no ano de 2012, foram realizadas 25 borriificações e 22 visitas domiciliares, no ano de 2013, foram realizadas 12 borriificações e 22 visitas domiciliares e no ano de 2014, foram realizadas 03 borriificações e 23 visitas domiciliares. A borriificação é executada por agentes de endemias, principalmente no interior das casas tendo a validade de 6 meses, porém a grande dificuldade é que essas borriificações não têm o mesmo efeito nos peridomicílios onde se concentra o maior foco residuais, devido a variedade de ecótopos e movimentação desses triatomíneos e a ação climática que interfere direta e indiretamente nos locais de aplicação do inseticida. São realizadas reinspeções a cada 6 meses, e são verificados total eliminação dos triatomíneos, e os mesmos analisados para verificar presença do *Trypanosoma cruzi*. No ano de 2012 houve um aumento no número de borriificações em relação ao ano de 2011, sendo que 3 desses foram reinspeção e as demais foram em residências encontradas barbeiro, obtendo 100% das localidades visitadas. Nos anos de 2013 e 2014 percebe-se uma redução drástica no número de borriificações em relação aos anos anteriores, essa redução é devido às ações da vigilância ambiental em conjunto com a vigilância epidemiológica e secretaria de saúde de Vieiras/MG que estão conseguindo o controle dos triatomíneos por ação direta e por orientação da população, que ao encontrar algum inseto semelhante ao barbeiro leva-o até o ponto de referência indicado, que é o Centro Municipal de Saúde Sebastião Dias filho, onde o inseto é examinado. Essas pesquisas e borriificações ocorreram em

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUE NA EMPRESA MAURÍCIO FERREIRA DE ANDRADE: UM ESTUDO DE CASO NOS MERCADOS – MERCEARIA SOUZA, SUPERMERCADO MAURÍCIO FERREIRA DE ANDRADE E MERCADO ANTÔNIA MARIA COSTA.

Jéssica Candida Andrade **MOREIRA** (IC jessica_candida.andrade@hotmail.com)¹, Nara Vaz de **SOUZA**(IC)², e Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES**(PQ)³

1. Pós-Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Curso de Ciências Contábeis; 3. Professor
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Controle de Estoque, Produtos, Organização.

APRESENTAÇÃO:

Segundo Dias [1] “[...] o controle de estoque otimiza os investimentos financeiros em estoques, aumenta o uso eficiente nas Empresas, e minimiza as necessidades de capital investido no estoque”. Trata-se do elemento fundamental para todo o sistema de uma organização, pois oferece informações sobre as vendas, a quantidade mínima e máxima existente, produtos mais vendidos e lucratividade por produto. Assim sendo, controlar o estoque é o principal diferencial da empresa que amplia consideravelmente sua vantagem competitiva frente ao mercado concorrente tão acirrado nos dias de hoje. O estoque de uma empresa compõe parte de seu ativo e, por isso, precisa ser bem gerido com uma forma de controle bem elaborada e administrada a fim de suprir quaisquer dificuldades provenientes da ausência de produtos, tanto no presente como no futuro. Diante deste contexto, o objetivo principal deste artigo é analisar o controle de estoque nos mercados de São Francisco do Glória.

DESENVOLVIMENTO:

A importância do controle do estoque para a garantia da prosperidade de uma empresa parece ser algo notório e evidente a todo empresário. Mas, ao contrário do que se pensa, ainda há empresários que quando questionados sobre o estoque de suas empresas demonstram não ter a mínima noção dos mesmos. A não manutenção do controle de estoque, a falta de análise do estoque físico e financeiro leva-os à falta de conhecimento quanto à quantidade de produtos e itens estocados e/ou em falta e, conseqüentemente, a aquisição indevida de novos produtos e a perdas de vendas. Esses empresários que não administram bem seus estoques costumam agir baseados no famoso “olhômetro”, que não é nada preciso e, por isso, muito falho. Tal atitude acarreta grandes falhas externas quanto à venda e compra dos produtos, futuras perdas e grandes problemas financeiros como a falta de capital de giro e de fluxo de caixa. A empresa que não tem um controle de estoque adequado e não possui as informações necessárias torna-se menos competitiva pelo fato de não saber quanto tem em dinheiro, quantidade de produtos que está faltando, quantidade e diversidade no estoque, dificultando a decisão quanto a descontos, a política de comercialização e a prazos de pagamento e de parcelamento nas vendas. O controle de estoque é, portanto, um modo da empresa buscar a redução de custo para fortalecer sua margem de lucro, sua finalidade é atender a demanda/procura, ou seja, garantir disponibilidade de produtos aos clientes. Segundo Ballou [2], dentre as muitas finalidades dos estoques podem-se citar: “Melhoram o nível de serviço; Estimular a economias

na produção; Economia de escala nas compras e no transporte; Proteção contra aumentos de preço; Resguarda a Organização contra incertezas na demanda/procura e no tempo de reabastecimento”. Dias postula que [3], “[...] a função da administração de estoques é justamente maximizar este efeito lubrificante de feedback de vendas não realizadas e o ajuste do planejamento da produção”. Esse planejamento pode ser considerado viável a partir do momento em que consegue oferecer o produto certo, em um exato período de tempo para o consumidor. Dias acrescenta ainda que [4] “para organizar o setor onde se controla os estoques, faz-se necessário analisar algumas funções, tais quais o que deve permanecer em estoque, quando reabastecê-lo e a quantidade de compra para um determinado período”. Assim sendo, gerenciar o estoque de uma empresa pode ser uma tarefa complicada, mas a não realização dessa traz uma avalanche de conseqüências negativas que pode culminar com a falência. Portanto sua realização é acima de qualquer coisa crucial.

DISCUSSÃO:

A pesquisa realizada teve como instrumento o questionário fechado, aplicado nas três empresas referidas, ao responsável pelo setor de controle de estoque com intenção de identificar quais são os métodos adotados para se controlar um estoque. A análise das respostas dadas leva a apurar que os mercados questionados não possuem um controle de estoque ativo, isto é, só têm controle da quantidade de produtos que entra. O quadro de funcionários do setor de estoques dessas é composto por apenas um colaborador, o que dificulta a fiscalização e controle nas saídas de mercadorias. Através do questionário, observa-se ainda que esse funcionário responsável pelo estoque também se dedica a outras funções nas empresas, de modo que é muita coisa para uma pessoa só e assim suas atividades ficam muito limitadas. De acordo com o que foi averiguado do questionamento sobre o controle de estoque físico das empresas, identifica-se uma desordem total, pois essas não têm controle de nada: as mercadorias que chegam são colocadas sobre as outras que já estavam em estoque e, por isso, muitas vezes, são vendidas primeiro e as outras, mais velhas, acabam vencendo. Outro questionamento foi sobre o registro de entrada de mercadorias no estoque. De acordo com o que foi assinalado pelo funcionário que recebe as mercadorias dos fornecedores, os registros são feitos através de notas fiscais eletrônicas de forma informatizada, onde são atualizadas as quantidades reais das mercadorias. Das respostas dadas à pergunta sobre como são feitos as compras, observa-se que essas são

feitas pelo “olhômetro”, fato que ocasiona acúmulo exagerado de mercadorias e uma grande perda. Outro questionamento feito na pesquisa foi sobre os inventários; quanto a isso, todos responderam que os inventários são feitos trimestralmente, e anualmente. A pesquisa também apurou que o responsável pelo setor de estoque de cada empresa não passou por nenhum treinamento para exercer suas funções; as dúvidas e dificuldades encontradas são sanadas pelo escritório contábil ou pelo software de gestão. Apesar de a pesquisa ter se dado pelo questionário fechado, criou-se uma oportunidade de composição de atributos ou medidas necessárias a um bom funcionamento do sistema de controle de estoque. Dentre essas, estão: realização de reuniões periódicas com cada setor da empresa, viabilização de treinamento aos funcionários, estabelecimento de rotinas de trabalho para aperfeiçoamento do mesmo, aumento do quadro de funcionários para evitar acúmulo de funções. Por fim, quanto às implicações atribuídas no questionamento para melhoria do controle de estoque, foram assinaladas as seguintes: reforma do espaço físico, exigência de relatórios precisos sobre a situação do estoque e observação desse relatório na realização de compra de mercadorias, aquisição de equipamentos modernos, manutenção do sistema quanto ao número/quantidade de mercadorias em estoque e controle de entradas e saídas, agilidade e exatidão nas tomadas de decisões. Segundo Moreira [5], “Um sistema de controle de estoque é um conjunto de regras e procedimentos que permitem responder às perguntas de grande importância, e tomar decisões sobre os estoques”.

MATERIAIS E MÉTODOS:

O presente estudo é classificado como de natureza quantitativa sob a ótica do problema e, para realizá-lo, utilizou-se um questionário fechado em caráter exploratório, que proporciona profunda exploração do material pesquisado composto de livros, artigos científicos e como base o referencial teórico, o qual discute o tema como fator de melhora da organização e de aumento da lucratividade, mostrando aos administradores dos mercados de São Francisco do Glória que é possível um controle de estoque que contribui para o crescimento da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através do estudo realizado com os funcionários responsáveis pelo controle de estoque dos mercados da cidade de São Francisco do Glória, evidenciou-se que as empresas questionadas cometem os mesmos erros que são a falta de controle de estoque, a falta de organização e a forma inadequada de armazenamento e movimentação de produto. Esses erros acarretam danos e conseqüentemente custos para as empresas pesquisadas que puderam, através deste, perceber seus erros e constatar as conseqüências negativas deles. Dessa forma, o estudo demonstrou que o controle de estoque deve ser considerado como uma ferramenta de grande importância para as empresas, no sentido de que através dele podem-se evitar desperdícios, apurar valores para análises, identificar os itens encalhados, reduzir os custos e proporcionar melhores investimentos, enfim, garantir o crescimento das mesmas. BALLOU diz que [6] “o estoque serve para uma série de finalidades, dentre elas melhora o nível de serviços, incentivam economias na produção, permite economia de escalas nas compras e no transporte, serve de segurança contra contingências”.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] DIAS, M. A. P. Transportes e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1987. [2] BALLOU, R. H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 1993. [3] DIAS, MARCO AURÉLIO P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1993. [4] DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [5] MOREIRA, DANIEL. Administração da produção e operações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. [6] BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física. Tradução Hugo. T.Y. Yoshizak. São Paulo: Atlas, 1993.

MEDIDAS DE CONTROLE INTERNO NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO DE FRAUDE E DESPÉRDIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL

Yara Luiza Ricardo **PEDROSA** (IC –yara_ricardo.pedrosa@hotmail.com)¹, Josilene Cristina da Costa **MARCELINO** (IC)², e Jorge Luiz de Oliveira **DAIBES**(PQ)³.

1. Pós-Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Curso de Ciências Contábeis; 3. Professor FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Controle Interno; Fraudes e Erros; Auditoria. CSA

APRESENTAÇÃO:

Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos de uma entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspectos de um ou mais dos componentes do controle interno. (NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC TA 315, 2010, p. 30) [1]. Diante do exposto, percebe-se, que o controle interno é um instrumento que permite que a empresa se mantenha orientada para alcançar seus objetivos, obtendo eficácia dos procedimentos de monitoramento existentes. O alcance e a frequência de avaliações separadas dependerão principalmente de uma avaliação dos riscos. Segundo Attie (1998, p.126) [2], bons controles internos previnem contra fraude e minimizam os riscos de erros e irregularidades, porque por si só, não bastam para evitá-los. Assim, por exemplo, a segregação de uma operação em fases distintas, confiadas a diversas pessoas, reduz o risco de irregularidades, porém, não pode evitar que estas ocorram se as diversas pessoas que intervêm no processo se puserem de acordo para cometer algum ato fraudulento. Os hábitos de averiguação, revisão e monitoramento contínuo ocorre no andamento das operações, nele inclui gestão regular e demais ações que os quadros de pessoal realizam na execução de seus cargos. Esse trabalho torna-se relevante, devido ao fato do controle interno permitir à administração informações mais confiáveis nas tomadas de decisões e, também, na análise da eficácia dos procedimentos, servindo como base para aplicação de testes de auditoria. Para Franco e Marra (2001, p.269) [3], quanto melhores e mais eficientes os controles internos implantados na empresa auditada, mais segurança adquire o auditor, com relação aos exames que está procedendo. O presente estudo, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e da técnica de pesquisa denominada observação direta extensiva, na concepção de Oliveira (2011, pag.65) [4], realiza-se com a utilização de questionários, formulários, medidas de opinião e atitudes. A pesquisa será efetuada em uma Cooperativa de Crédito Rural, na cidade de Muriaé, cujo objetivo foi verificar o papel dos Controles Internos na prevenção de fraudes e desperdícios.

DESENVOLVIMENTO:

Diante da evolução nas transações entre organizações, principalmente, pelo processo de globalização e pelos recentes escândalos de grandes empresas motivados por fraudes contábeis em seus registros, documentos e

demonstrações contábeis, tornaram-se essenciais para o trabalho de Auditoria como instrumento no combate e prevenção de irregularidades. Para Crepaldi (2000, p.27) [5], entende que a auditoria surgiu para controlar as áreas chaves nas empresas a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, por meio de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização. É necessário um trabalho em conjunto da administração e do auditor, além de um controle interno que adequará a realidade da organização, a situação real econômica e financeira, a fiscalização das transações ocorridas e a credibilidade das demonstrações contábeis. Portanto se o controle interno for efetuado de forma adequada e bem estruturada pela administração pode proporcionar uma margem de garantia de que os objetivos da organização serão alcançados. Além da responsabilidade pelo estabelecimento do sistema de controle interno, cabe à administração verificar o cumprimento das normas pelos seus colaboradores e adaptar os seus procedimentos sempre que novas circunstâncias exigirem. Cabe ao profissional de auditoria o preparo para escolher e usar esses procedimentos adequados para cada tipo de fraude ou situações que indiquem a sua ocorrência, por exemplo, análise comparativa, conciliação de saldos, comprovações e inspeções documentais, inspeções físicas, confirmação com terceiros, indagações a agentes internos e externos (funcionários, clientes, fornecedores entre outros) e observação da conformidade dos procedimentos internos. Então segundo Franco e Marra, (2000) [6], o Controle Interno é que definirá a extensão e a confiabilidade dos trabalhos realizados pela Auditoria. Este pode ser entendido como todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. Existem várias medidas para prevenir e combater as fraudes, que a própria organização pode acompanhar, por exemplo: elaboração de um manual de normas e procedimentos internos a serem aplicados pelos funcionários em todas as atividades e um monitoramento de mudanças repentinas e/ou injustificadas no estilo de vida ou comportamento deles, realização de frequentes e rigorosas auditorias específicas para fraudes, nas áreas mais sensíveis do negócio. Segundo Peter e Machado (2003, p. 25) [7], existem alguns objetivos específicos a serem atingidos pelo controle interno, são: a minimização da probabilidade de falhas/ desvios quanto ao atendimento dos objetivos e metas, reconhece que o custo de um controle não deve exceder aos benefícios que possa proporcionar; Qualificação adequada, treinamento e rodízio

de funcionários, os controles internos estão diretamente relacionados com a competência e integridade do pessoal; Delegação de poderes e determinação de responsabilidades, visam assegurar maior rapidez e objetividade às decisões; Segregação de funções, a estrutura de um controle interno deve prever a separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações e a execução, controle e contabilização das mesmas, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio; Instruções devidamente formalizadas, para atingir um grau de segurança adequado é indispensável que as ações, procedimentos e instruções sejam claros e objetivos e emitidos por autoridade competente; Controles sobre as transações, é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade do órgão/entidade e autorizados por quem de direito; Aderência às diretrizes e normas legais, é necessária a existência, no órgão/entidade, de sistemas estabelecidos para determinar e assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas estruturadas com os colaboradores responsáveis pelo diversos setores da Cooperativa. Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns. O perfil de uma cooperativa estará de acordo com o de seus associados. O Sistema Cresol, por exemplo, é uma rede de cooperativas de crédito rural que busca promover a inclusão social de agricultores familiares, ao facilitar o acesso a financiamentos e serviços bancários. Foi criado com a missão de fortalecer e estimular a interação entre os agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento. Um sistema com princípios que valorizam: a democratização e profissionalização do crédito, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas. Princípios que buscam a ampliação do acesso a serviços bancários, a transparência e honestidade na gestão. Com base nas teorias e pressupostos definidos na pesquisa, as respostas foram recolhidas a partir da experiência dos colaboradores da cooperativa, com o objetivo de perceber a atuação do controle interno dentro da organização, visando à identificação e prevenção de fraudes e erros. As funções básicas efetuadas pelos entrevistados são: acompanhamento de movimentação de caixa, supervisão de operações, liberação e liquidação de operações, atendimento ao público em geral, conferência de contas, atualização de relatórios do sistema. Os funcionários declararam que o controle interno é de grande importância no sentido de contribuir para o funcionamento da organização, pois este proporcionará uma maior confiança quanto à precisão dos procedimentos realizados no dia-a-dia da Cooperativa. Ainda afirmaram que os relatórios do Controle Interno servem para guiá-los, porque nele estarão elencadas todas as falhas que foram detectadas, e ainda constará além da ineficiência em algum determinado momento que o controle ficou ausente, pode-se conter também uma solução, uma medida preventiva ou corretiva com relação a essa falha. O Controle Interno é um grande aliado na prevenção de fraudes, visto que é capaz de visualizar “brechas” que poderiam levar a fraudes que, no cotidiano, dificilmente seriam encontradas. Em relação aos processos de avaliação dos riscos de eventuais fraudes e

erros, os entrevistados argumentam que acontecem conferências diárias para averiguar a adaptação dos procedimentos de cada setor. Argumentam ainda que são oferecidos aos funcionários muitas orientações quanto a fraudes e erros operacionais e que todos os procedimentos operacionais são supervisionados pelo Controle Interno e também pelos chefes de cada setor. É efetuado um levantamento mensal pelo controle interno e direcionado para os gestores, afim de que diminua a capacidade e possibilidade de eventuais erros, os gestores fazem os apontamentos a cada setor, e eles corrigem suas falhas. Os entrevistados declararam ainda, que são elaboradas planilhas, relatórios e uma lista de verificação para que haja o acompanhamento de todos os procedimentos realizados e para que os mesmos sejam efetuados em conformidade com as normas da Cooperativa. De acordo com os entrevistados, o Controle Interno da Cooperativa realiza, diariamente, em cada setor diversas atividades com objetivo de detectar falhas, nos procedimentos internos, como por exemplo, conferência de caixas, observa o atendente e o modo como suas atividades são desenvolvidas. Apesar da confiança demonstrada pelos colaboradores da Cooperativa, eles sugeriram alguns aprimoramentos que sempre são necessários a serem melhorados no Controle Interno, sendo eles: a necessidade de divulgação do relatório completo para todos os setores, e não apenas os apontamentos de cada setor especificamente e dar maior amplitude para o Controle Interno, possibilitando que o mesmo realize mais procedimentos e contribuindo para que a segurança quanto aos procedimentos seja maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através do estudo realizado com os funcionários da Cooperativa de Crédito Rural da cidade de Muriaé, evidenciou-se que a existência de um controle interno bem elaborado, estruturado e adequado ao seu ramo de atividade, conseqüentemente irá diminuir as falhas no processo, reduzir custos, obter relatórios consistentes, possibilitar a transparência nas demonstrações financeiras e a possibilidade de planejar o futuro. Os entrevistados demonstraram um grau de confiabilidade com relação ao Controle Interno dada à autonomia que o mesmo possui dentro da organização em estudo e ainda buscam estratégias para melhorar a sua execução. Sendo assim, o Controle Interno refere-se não apenas aos aspectos diretamente relacionados às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos das operações de uma empresa. Sendo relevante dizer que os responsáveis pelo correto funcionamento do controle interno são todos os funcionários, desde a alta administração até os colaboradores de apoio, que participam da execução do controle.

BIBLIOGRAFIA:

- [1]CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais da contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. NBC TA 315 – Controle interno. Disponível em. Acesso em: 01 mar. 2012.[2]ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.[3]FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil: Normas de Auditoria. Procedimentos e papéis de trabalho. Programas de Auditoria. 4.ed. São Paulo: Atlas,2001.[4] OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Métodos da Pesquisa Contábil. São Paulo. Atlas, 2011.[5]CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. [6]FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 3. ed. São

Paulo: Atlas, 2000.[7]PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO EM SÍTIOS AMOSTRAIS NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ.

Braz Antonio Pereira **COSENZA** (PQ brazcosenza@gmail.com^{1,2}) Cristiano Guedes **VIANA** (PQ cristianogviana@gmail.com²) Bruno Vancini **TINTI** (PQ bvtinti@hotmail.com²)

1. Professor UEMG – Unidade de Carangola; 2- Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental – CECO

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica abriga centros de diversidade e de endemismos para várias famílias e gêneros de plantas vasculares. Segundo (Gentry et al., 1997), neste bioma ocorrem cerca de 13.000 espécies vegetais, das quais, aproximadamente, 9.400 são estimadas como endêmicas. Centros de endemismo vêm sendo reconhecidos ao longo deste bioma como, por exemplo, o sul da Bahia onde a riqueza da biodiversidade é pontual, registrando-se 453 espécies de plantas lenhosas em um único hectare (SOS Mata Atlântica & INPE, 2003). A taxa de endemismo é comparável à do Escudo das Guianas, com 53,5% das espécies arbóreas, 37,5% das espécies não-arbóreas (77,4%, se incluída as bromélias) (Mori et al., 1981). Originalmente, a Mata Atlântica ocupava cerca de 15% do território nacional, atualmente está reduzida a menos de 8% do total, ou seja, cerca de 100 mil km², resultado dos impactos dos diferentes ciclos de exploração econômica (WWF, 2000). A situação atual do bioma da Mata Atlântica em Minas Gerais e no Espírito Santo é muito preocupante, restando apenas poucas áreas de remanescentes florestais. Com este quadro de fragmentação e perda acelerada da biodiversidade, estudos detalhados da composição florística e da estrutura fitossociológica das espécies poderão gerar uma contribuição substancial para a conservação dos recursos genéticos e recuperação de fragmentos degradados da Mata Atlântica, principalmente no caso do Parque Nacional de Caparaó, considerada como área Especial Importância Biológica por apresentar espécies da flora e fauna, ameaçados de extinção e remanescentes significativos da vegetação nativa (Fundação Biodiversitas, 2005).

METODOLOGIA:

Para este trabalho foi adotado o sistema de classificação da vegetação descrita pelo IBGE (1992), conforme diretrizes de Veloso & Góes-Filho (1982). Para cada formação florestal foi incluída a observação sobre o seu estado de conservação aliado ao reconhecimento de campo, que compreendeu uma verificação em pontos selecionadas na imagem de satélite (Landsat com bandas 3, 4 e 5 de 01/05/2002). O levantamento foi adaptado do método de Avaliação Ecológica Rápida (AER), desenvolvida pela The Nature Conservancy (TNC) e disponível em <http://www.conserveonline.org/workspaces/cbdgateway/cbdmain/era>. De acordo com esta metodologia, os sítios de amostragem foram pré-definidos com base na análise da imagem de satélite LandSat TM do parque e seu entorno. Posteriormente foi realizado um reconhecimento das áreas em campo, com o objetivo de se definirem os pontos exatos de amostragem e um sobrevôo para auxiliar o processo de escolha dos pontos, segundo suas características fitofisionômicas, e procurando compor

todos os ambientes possíveis existentes na área do Parque.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dois padrões distintos de vegetação destacam-se no Parque Nacional de Caparaó, as florestas nos pontos de menor altitude e os Campos de Altitude, situados geralmente acima dos 2.000 m de altitude onde se destacam famílias como Ericaceae, Scrophulariaceae, Asteraceae e Orchidaceae com um grande número de espécies endêmicas. As florestas do tipo Ombrófila Densa e Estacional Semidecidual Montana e Alto Montana (Veloso, 1992) desenvolvem-se ao longo das encostas da Serra e topos mais baixos, estendendo-se pelos limites do Parque, destacando-se em sua composição florística famílias como Melastomataceae, Tiliaceae, Vochysiaceae, Lauraceae, Myrtaceae, entre outras. Sítios Amostrais: Sítio 1 - O Sítio 1 está localizado na porção oeste do Parque Nacional de Caparaó nos municípios de Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Alto Jequitibá e partes do municípios de Dolores do Rio Preto e Iúna. Em praticamente todos os municípios supra citados, o desmatamento e incêndios anuais ocorridos no passado levaram a formação de uma vegetação florestal secundária. Em alguns pontos do Parque é possível observar troncos queimados, testemunho de incêndios constantes no passado, bem como a dominância da samambaia dos pastos (*Pteridium aquilinum*) e o capim-colônia (*Panicum maximum*). A maior parte dos atrativos turísticos do Parque Nacional de Caparaó, está localizada na região do Sítio 1, com destaque especial ao Vale Verde, Cachoeira Bonita, Tronqueira, Terreirão, pico do Cristal e o pico da Bandeira. As características marcantes de cada ponto amostral são os seguintes: a) Tronqueira: área intensamente antropizada, em função do grande fluxo de turistas e veículos nesta região. É uma região ecotonal, entre a floresta montana e os campos de altitude. Em alguns pontos é possível encontrar fragmentos preservados com vegetação nativa. As candeias (*Eremanthus erythropappus*) forma nesta região grandes concentrações, com indivíduos de grande porte, provavelmente elementos da floresta primitiva que outrora ocorria ali. b) Cachoeira Bonita: é um dos pontos mais visitados do Parque Nacional de Caparaó, principalmente pelo fácil acesso aos turistas. Nesta área encontra-se uma Floresta encaixada em um vale, bem conservada principalmente pela umidade constante no vale. Árvores de grande porte serpenteiam o vale do rio José Pedro, destacando-se espécies das famílias Myrtaceae, Mimosaceae, Fabaceae, Melastomaceae, todas com grande quantidade de epífitas em seu dossel. c) Cristal: região onde está situado o pico do Cristal (2.780 m), um dos pontos mais altos do Parque Nacional de Caparaó. É constituído basicamente de afloramentos rochosos e vegetação esparsa de Campos de Altitude,

onde *Chusquea pinifolia* apresenta dominância. Nesta região, na porção leste, a vegetação está mais preservada. Na porção oeste o mesmo não acontece, pois a área dá acesso à trilha que leva ao pico da Bandeira. Na base do pico do Cristal, na época das chuvas formam-se lagos sazonais, que mantêm uma espécie de Pteridophyta endêmica, o *Isoetes kriegerii*. d) Macieira: Área localizada entre as divisas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com dominância da vegetação dos campos de altitude, com trechos florestais nos vales e brejos de altitude nas porções próximo a área de camping. Esta região apresenta a vegetação preservada e com espécies endêmicas e raras. Destaca-se também pela quantidade de candeia (*Eremanthus erythropappus*), e de espécies da família Euphorbiaceae (*Croton migrans*), Orchidaceae (*Oncidium* sp., *Epidendrum* sp.), além da Poaceae (*Chusquea pinifolia*), Ericaceae (*Gaylussacia* sp.) entre outras. Sítio 2 - A região do Sítio 2 é caracterizada por ser essencialmente florestal dentro do Parque Nacional de Caparaó. Nesta área estão localizados extensos vales cobertos por Floresta Ombrófila Densa Montana e, nas porções mais elevadas, regiões ecotonais com o Campos de Altitude. Vales como o do Calçado, Rio Norte, Jacutinga, Pedra Roxa, Limão Verde e Veadinho, configuram-se como áreas de alta diversidade tanto da flora quanto da fauna. Nestes grandes blocos florestais ocorrem espécies de grande interesse econômico como o cedro (*Cedrela fissilis*), da canjerana (*Cabralea canjerana*) e do palmito-doce (*Euterpe edulis*), além de uma grande variedade de epífitas. a) Calçado: região onde se localiza o pico do Calçado (2.766 m.), composta por um grande vale na porção oeste, coberto com Floresta Ombrófila Densa e área de regeneração. Ao longo do Vale, o córrego do Calçado serpenteia até chegar às regiões mais altas dos Campos de Altitude. No passado a região foi intensamente explorada, principalmente para a retirada de madeira e carvoaria. Nas partes mais altas e ao longo do córrego a mata original sofreu pouca ou nenhuma alteração. No limite da UC existe um grande criatório de trutas, que aproveita o clima e água vinda do córrego do Calçado para a manutenção e oxigenação dos vários tanques de crescimento e engorda, situação que deve ser reconsiderada pelo ICMBIO, pois os impactos tanto a montante quanto a jusante do empreendimento aparentemente não foram avaliados. Outro problema observado foi a grande quantidade de turistas e/ou visitantes que freqüentam o trutário aos finais de semana, onde um pesque-pague, exercendo grande pressão nas regiões limítrofes ao Parque Nacional de Caparaó. b) Santa Marta: um dos pontos onde o ICMBIO mantém uma sede administrativa, que se localiza em um ponto estratégico entre o limite do Parque e fazendas vizinhas. As áreas nas porções mais baixas estão em forte processo de regeneração, pois a área no passado sofreu forte pressão de retirada de madeira, carvoaria e fogo. Nas partes mais altas e próximas aos Campos de Altitude a vegetação se mantém bem conservada com espécies típicas da Floresta Ombrófila Densa. Ao longo do ribeirão Santa Marta, nas porções dentro dos limites da UC, a vegetação se mantém intacta, porém ao longo do trecho após a sede do ICMBIO, a vegetação original cede lugar para pastagens e cultivos, principalmente o café. c) Veadinho: região muito antropizada nas porções mais baixas e limítrofes com o Parque Nacional de Caparaó, porém nas regiões marginais ao córrego do Veadinho e nos picos mais elevados, a vegetação está conservada, principalmente com vastas populações de xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e de palmito-

doce (*Euterpe edulis*), espécie esta que no passado teve sua população, nesta região, levada a limites críticos, principalmente pela extração para o comércio local e grande Vitória. d) Rio Norte: nesta área encontram-se remanescentes florestais ao longo do rio Braço Norte. Na margem esquerda a vegetação está bastante antropizada em processo de regeneração, porém na margem direita e ao longo do Vale que leva ao sopé do pico da Bandeira, a vegetação apresenta-se conservada e em estado praticamente primitivo. Nesta região o dossel das árvores é uniforme e denso, com espécies de grande porte como o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canjerana (*Cabralea canjerana*). Nesta região encontramos espécies vegetais típicas das famílias botânicas de florestas ombrófilas de altitude, além de um alto grau de epifitismo. Análise dos Sítios de Amostragem: Para a análise são considerados tanto parâmetros de status de conservação dos pontos, avaliado por meio da qualidade e da fragilidade do ambiente, quanto parâmetros relacionados à riqueza de espécies e presença de espécies especiais. De modo que receberão maior pontuação ambientes mais íntegros, ou seja, melhor conservados, e que tenham maior número total de espécies e/ou maior número de espécies especiais. A pontuação relativa à fragilidade e à qualidade do habitat é subjetiva, e segue um critério de comparação entre as áreas, de modo que áreas completamente descaracterizadas devem receber pontuação 0 (não estudadas nessa avaliação), enquanto áreas muito bem conservadas, sem sinal evidente de perturbação, devem receber pontuação 5. As áreas com características intermediárias devem ter sua pontuação atribuída comparativamente às demais. Com relação à fragilidade do habitat, os aspectos considerados foram: susceptibilidade a incêndios, sobrecarga de visitação, e pressões externas, tais como caça e extração de madeira. A qualidade dos habitats foi avaliada considerando-se a complexidade do habitat, presença ou ausência de espécies de plantas exóticas, existência ou não de processos erosivos e de problemas fundiários. Foi pequena a variação na média da pontuação dos habitats, pois em toda a área estudada, os habitats mais frágeis têm menor qualidade, devido às pressões de visitação (no caso das áreas de campo de altitude) ou do entorno (no caso das áreas de mata, cercadas por pastagens e cultura de café). Com relação à composição e riqueza de espécies, em primeiro lugar, foi realizada a avaliação da riqueza observada em cada ponto de amostragem, de modo que os locais amostrados receberam uma pontuação variável de 0 a 5 em função do número de espécies lá encontrados, de acordo com a tabela 8. Espécies especiais são aquelas listadas como ameaçadas de extinção em escala nacional ou estadual, além de espécies localmente endêmicas, que são aquelas conhecidas apenas da região do Parque Nacional de Caparaó. As regiões da Macieira e Cristal foram as que apresentaram a maior média dos critérios abordados. Este valor está associado a grande diversidade e ambientes e de espécies ali encontradas. A região da Macieira é na verdade um grande mosaico vegetacional, muito bem preservado, com campos de altitude, florestas montanas, brejos de altitude, o que propiciou o aparecimento de várias espécies novas e endêmicas para o Parque Nacional de Caparaó, já na região do Cristal os campos de altitude estão praticamente intocados e preservados (principalmente pela vertente capixaba), dados estes corroborados pelo encontro de espécies como *Gaultheria caparoensis*, *Gaylussacia caparoensis*, *Agalinis bandeirensis* e *Notochilus coccineus*. Apesar de grande biodiversidade, é umas das regiões hoje mais visitadas

pelos turistas na vertente capixaba, devido ao acesso facilitado por uma estrada pavimentada em boa parte do acesso da portaria de Pedra Menina à casa queimada. Nestas regiões é que estão a maior parte das espécies novas, endêmicas e raras para o Parque Nacional de Caparaó, registradas na bibliografia, desde das primeiras expedições como a de Brade (1942). Nas regiões do Calçado e Rio Norte apresentaram também um índice elevado dos critérios analisados, pois estas áreas se apresentam em regiões com grande área de cobertura vegetal com florestas em vários estágios de sucessão. Porém nas área-núcleo, ou seja, acima de 1500 m, a floresta praticamente não sofreu nenhum tipo de ação antrópica e se ocorreu foi em eventos pontuais. Espécies como o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canjerana (*Cabralea canjerana*) são encontradas com indivíduos com fuste reto, copa densa, com alturas que podem chegar até 34 m, tornando-as bioindicadoras da boa qualidade da área além de grandes populações de palmito-doce (*Euterpe edulis*) que também são observados. A maior parte da floresta nesta região é madura e com uma alta riqueza de epífitas, em especial, bromeliáceas e orquídeas. Na Tronqueira e Cachoeira Bonita, os valores analisados apresentaram-se médios, já que estas regiões sofreram ao longo do tempo grande influência antrópica, porém pontuais, em especial na região do estacionamento, acesso ao Terreirão e à cachoeira Bonita. É observada na Tronqueira uma região ecotonal de vegetação entre a Floresta de Altitude e os Campos de altitude, que torna esta região muito rica em aspectos da fauna e flora, principalmente na região intitulada Vale Encantado, onde o epifitismo é alto e com ocorrência de alguns gêneros de Orchidaceae como *Sophranites*, *Oncidium* e *Epidendrum* entre outros, já na cachoeira Bonita, um vasto vale encaixado ao longo do rio José Pedro, fornece umidade e mantém ali uma floresta sempre-verde ao longo de todo o ano. Santa Marta, Veadinho são vales cobertos com florestas que sofreram algum tipo de ação antrópica, em especial o corte seletivo de espécies de valor econômico, substituição da floresta por pastagens ou plantio de eucalipto, retirada de espécies ornamentais e de espécies para alimentação, neste caso *Euterpe edulis*, o conhecido palmito-doce, estas situações antrópicas ficam evidentes. As áreas mais preservadas estão nos pontos mais elevados e de difícil acesso. Nesta região algumas propriedades ainda estão localizadas dentro dos limites do Parque e muitas áreas, outrora de pastagens, estão se regenerando, o que pode ser comprovado por espécies de sucessão secundária com representantes da família Melastomataceae, Leguminosae, Rubiaceae, Euphorbiaceae, entre outras.

CONCLUSÃO:

Os levantamentos realizados historicamente no Parque Nacional de Caparaó, além de poucos, tiveram pouca representatividade dos ecossistemas da Unidade de Conservação. A análise qualitativa dos dois sítios estudados mostra que as duas áreas apresentam uma grande riqueza botânica, enquanto o Sítio 1 esta representado por áreas de Campos de Altitude, Florestas Estacionais e áreas degradadas, o Sítio 2 é dominado pelas Florestas Ombrófilas e pequenos trechos de Campos de Altitude. Em ambos os Sítios várias espécies endêmicas, raras e possivelmente novas foram coletadas, determinando assim a riqueza destas áreas. Mesmo em áreas que sofreram com a ação antrópica, espécies importantes foram coletadas. No Sítio 1, os Campos de Altitude destacam-se como áreas únicas em riqueza de

espécies; no Sítio 2 as áreas altimontanas das Florestas Densa resguardam em seu interior uma floresta íntegra e rica. Fatores como altimetria, isolamento, estrutura primitiva, umidade e baixa fragmentação contribuíram para que estas áreas se mantivessem bem preservadas em qualidade e riqueza, mesmo áreas que no passado tenham sofrido algum tipo de perturbação, já que nestes locais a floresta nunca sofreu corte raso, mantendo a similaridade florística do contínuo florestal existente no passado.

BIBLIOGRAFIA

- BARRINGER, K. New and noteworthy South American Species of Agalinis (Scrophulariaceae) *Brittonia* 39 (3): 353-357. 1987
- BIODIVERSIDADE em Minas Gerais.: Um atlas para sua conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. 94p.
- BRADE, A. C. Excursão à Serra do Caparaó, Minas Gerais. *Rodriguésia* 6 (15): 87-92. 1942
- CASTRO, V. S. Flora Fanerogâmica do Parque Nacional do Caparaó. *Relatório de Atividades*. Piracicaba. 1999
- COPAM. Deliberação COPAM nº 85, de 21 de outubro de 1997. Aprova a Lista das Espécies Ameaçadas de Extinção de Minas Gerais. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, 21/10/1997.
- CRONQUIST, A. The evolution and classification of flowering plants. New York: The New York Botanical Garden, 555p. 1988.
- DE FOREST, H. S. Brazilian Páramos I. An introduction to the physical environment and vegetation of the campos de altitude. *Journal of Biogeography*, 26, 693-712. 1999.
- DE FOREST, H. S. Brazilian Páramos III. Patterns and Rates of Postfire Regeneration in the Campos de Altitude. *Biotropica* 33(2): 282-302. 2001
- Fundação Biodiversitas. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. 2ª Ed. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005.
- GENTRY, A. H., HERRERA-MACBRYDE, O., HUBER, NELSON O. , B. & VILLAMIL, C. B. Centres of plant diversity. A guide and strategy for their conservation. IUCN Publications Unit 3: 269-307. 1997.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa da Vegetação do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro. 1993
- IEMA. Lista da Flora do Estado do Espírito Santo. *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, 14/06/2005. 2005.
- IUCN. Protected Areas of the World: A Review of National Systems. Vol. 4: Neoartic and Neotropical. IUCN, Gland (Switzerland) and World Conservation Monitoring Center, Cambridge (U.K.), 1998.
- IUCN. Red List of Threatened Plants. . IUCN, Gland (Switzerland) and World Conservation Monitoring Center, Cambridge (U.K.), 1997.
- LEITÃO-FILHO, H. F. Ecologia da Mata Atlântica em Cubatão (SP). São Paulo, Campinas, ed. da Universidade Estadual Paulista, Ed. da Universidade de Campinas, 184p. 1993.
- LEONI, L. S. Catálogo preliminar das fanerógamas ocorrentes no Parque Nacional do Caparaó – MG. *Pabstia* 8 (2): 1-28. 1996.
- MORI, S. A. BOOM, B. M., CARVALHO, A. M. & SANTOS, T. S. Distribution patterns and conservation of eastern brazilian coastal forest tree species. *Brittonia* v.33, n.2, p. 233-245. 1981.

NAKAJIMA, J. N. & ROMERO, R. Endemic species from Serra da Canastra National Park, Minas Gerais. *Rev. bras. Bot.*, oct. 1999, vol.22 supl.2, p.259-265.

OLIVEIRA-FILHO, A. T. & MACHADO, J. N. M. Composição florística de uma floresta semidecídua montana na serra de são José, Tiradentes, Minas Gerais. *Acta Botânica Brasilica*, v.7, n.2, p.71-88, 1993.

ROYAL BOTANIC GARDENS. *Index Kewensis on compact disc – Manual*. Oxford University Press, 1997. 67p.

SOS MATA ATLÂNTICA & INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Atlas dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, período 1995-2000. Fundação SOS Mata Atlântica & INPE – Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais, São Paulo. 2003

Souza, C. S., Souza, J. P., Foster, W. & Mazine, F. F. Flora Fanerógamica do Parque Nacional do Caparaó. Relatório de Atividades. 33p. Piracicaba, SP. 2000.

VELOSO, H. P., RANGEL FILHO, A. L. R. & LIMA, J. C. A. Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 123 p.

WWF. A diversidade da vida. WWF (Fundo Mundial para a Natureza). 24p. 2000.

WWF. Uma visão da Biodiversidade da Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma da Mata Atlântica: planejando a paisagem de conservação da biodiversidade de estabelecendo prioridades de ações para a conservação da natureza. Washington, D.C. World Wildlife Fund. 2003.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

Bernardes, Sabrina **KREPKE** (sabrindakrepke_kta@hotmail.com) 1, Soraya Lucia do Carmo **LOURES** (PQ)

1. Pós-graduanda em Saúde da Família; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Câncer do colo do útero. Exame Papanicolau. Enfermeiro, Prevenção.

INTRODUÇÃO:

Devido à morbi-mortalidade, os tumores ginecológicos tornam-se um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. Dentre as neoplasias, o câncer do colo do útero é uma das mais comuns no mundo inteiro. Correspondendo a 12% dos tumores nas mulheres aproximadamente, no Brasil depois do câncer de mama, do câncer de pele não melanoma e do câncer de colo-retal, o câncer de colo de útero, é a quarta maior causa de morte entre as mulheres (SCHEIDT, 2010). Segundo Meira, Silva, Gama (2010), sua frequência é maior em mulheres na faixa etária reprodutiva, com pico nas idades entre 45 e 49 anos, residentes de países em desenvolvimento, que possuem múltiplos parceiros sexuais, com início precoce da atividade sexual, através da infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV) dentre outros fatores. Os mesmos autores enfatizam que o diagnóstico e o tratamento precoce das lesões são viáveis, por se tratar de uma afecção com história natural bem conhecida, etapas bem definidas e progressão lenta das lesões. Além disso, há um longo tempo, o exame citopatológico Papanicolau encontra-se disponível e é capaz de detectá-lo em fase incipiente e curável com medidas relativamente simples. Através desse trabalho, espera-se que os profissionais de enfermagem possam se dedicar mais a fundo nesse tema que é tão importante para diminuir a mortalidade de mulheres por falta de orientações ou até mesmo por algum certo tipo de receio e para que os profissionais que já atuam na área possam se empenhar cada vez mais na prevenção dessa doença tão comum e que se, descoberta no início, pode ser revertida.

MATERIAL E MÉTODOS:

O presente estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica, a partir de buscas de publicações referentes ao tema na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) em base eletrônica de dados, entre os anos de 2004 a 2012. A busca pelos artigos ocorreu no período de fevereiro a novembro de 2012. Além das bases de dados eletrônicas utilizadas, foram realizadas novas buscas por mais fontes em livros, teses, revistas especializadas, dissertações, com dados pertinentes ao assunto e em sites específicos, como do Instituto Nacional do Câncer (INCA), Ministério da Saúde e artigos científicos no site do scielo, além de bibliografias como Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. A partir da seleção das fontes, contextualizou-se o tema: A Atuação do Enfermeiro na Prevenção do Câncer do Colo do Útero, enfatizando aspectos como a importância da realização do exame Papanicolau e a atuação do profissional Enfermeiro na prevenção do Câncer do Colo do Útero, destacando o contexto no qual ele se encontra inserido. RESULTADOS E DISCUSSÃO: O Câncer do Colo do Útero constitui um importante problema de saúde pública por sua alta taxa de mortalidade, grande

probabilidade de cura quando diagnosticado precocemente e possível de ser prevenido através da educação em saúde junto às mulheres (ALCÂNTARA, MALVEIRA, BEQUE, 2004). Possuímos em nosso país, de acordo com Lindolpho (2007), um exame papanicolau de baixo custo, efetivo, seguro e sensível para lesões pré-cancerosas em mulheres ainda assintomáticas, cuja cura pode chegar a 100% dos casos e mesmo assim, muitas barreiras impedem as mulheres à não adesão, algumas delas relacionadas à própria mulher como medo, vergonha, falta de conhecimento e relacionado à estrutura, falta de educadores de saúde, falta de recursos entre outros. Por esta razão, a educação permanente em saúde é considerada relevante, onde o enfermeiro deve prestar assistência a essas mulheres priorizando atividades de educação para o diagnóstico precoce, rastreamento em mulheres sintomáticas e assintomáticas além de garantir acesso aos métodos de diagnóstico como, por exemplo, através da realização do exame Papanicolau com um acompanhamento adequado, atendendo as necessidades apresentadas por essas mulheres quando buscam os serviços de saúde (SMALTEZER, BARE, 2005).

CONCLUSÕES:

Com esse estudo, concluiu-se que, através do enfermeiro, o alto índice dessa doença pode ser diminuído e as barreiras vencidas, pois ele está inserido na comunidade que tem um público alvo, no qual ele é o elo entre a mulher e o exame. Assim, esse profissional contribui para alterar esse quadro com a promoção da saúde, através da prevenção primária, criando programas que incentivem as mulheres na procura dos serviços de saúde, através da Consulta de Enfermagem, colocando em prática à prevenção secundária encorajando-as na realização do exame preventivo com o objetivo de prevenir e detectar essa doença precocemente, diminuindo assim o alto índice de mortalidade causado por ela, além da educação em saúde que é um fator muito importante para que a população feminina aprenda o valor do autocuidado.

BIBLIOGRAFIA:

[1].AIRES, Margarida, de, Mello. Fisiologia: 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, v.2. [2].ALCÂNTARA, Laisa Figueiredo Ferreira Lós de ; MALVEIRA, Elisabete Araújo Paz; BEQUE, Guy Van de. Enfermeiras cuidando em concologia ambulatorial: a consulta de enfermagem e o sentido do cuidar. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.12, n.3, set. 2004. Disponível em :<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010435522004000300002&lng&nrm=iso> Acesso em 3 Nov. 2012. [3].ALMEIDA, V. L. et al. Câncer e Agentes Antineoplásicos Ciclo-Celular Específicos e Ciclo-Celular Não-Específicos que interagem com o DNA: uma Introdução. Belo Horizonte (BH): vol. 28, No. 1, 118-129, 2005. [4].AMARAL, R., G.; MANRIQUE, E., J., C.;

GUIMARÃES, J., V., de.; MIGNOLI, J.,R.,Q.; XAVIER, A., D., F.; OLIVEIRA, A. A Influência da adequabilidade da amostra sobre a detecção das lesões precursoras do câncer cervical. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria. Rio de Janeiro, v.30,n. 11, Nov, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010072023008001100005&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em 25 Out 2012.

[5].AMORIM, V., M., L.; BARROS, M., B., de A.; CÉSAR, C., L., G.; CARANDINA, L.; GOLDBAUM, M. Fatores associados à não realização do exame papanicolau: um estudo de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.22, n.11, Nov. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.com/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2006001100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 4 Nov. 2012.[6].BARBOZA, Cecília Bollini; OLIVEIRA, Aurélio Ribeiro Leite de.Planejamento do tratamento por radioterapia através de métodos de pontos interiores. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-74382006000100001> Acesso em 25 de Outubro de 2012.[7].BEGHINI, A. B. et al. Adesão das acadêmicas de enfermagem à prevenção do câncer ginecológico: da teoria à prática. Texto Contexto Enferm., v. 15, n. 4, p. 637 – 644, out./dez. 2006. [8].BRASIL. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Câncer. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: mai. 2012a [9].BRASIL. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Estatísticas do Câncer. Estimativa 2012. Introdução. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: maio de 2012 [10].BRASIL. Instituto Nacional do Câncer (INCA). Câncer. Tipo – colo do útero. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: maio de 2012[11].BRASIL. Instituto nacional do Câncer (INCA). Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: março de 2010. [12].BRASIL. Instituto Nacional do Câncer (INCA). HPV. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: maio de 2012

[13]BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília – DF, 2004, p.53-58. [14].BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa nacional de DST e Aids. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST. 4ª Edição – 2006. [15.]BRASIL.Instituto Nacional do Câncer(INCA). Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo de Útero e de Mama – Viva Mulher. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/conteudo>>. Acesso em: setembro de 2012.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PRESCRIÇÕES MEDICAMENTOSAS EM JUIZ DE FORA

Leonardo **MADDALENA** (IC)¹, Flaviane Rozario Rocha da **SILVA**², Eduardo Elias **NEVES**² e Marcelo Silva **SILVÉRIO** (PQ)³

1. Curso da Farmácia; 2. Graduandos em farmácia; 3. Professor Orientador
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chaves: prescrições, medicamentos, receituários.

INTRODUÇÃO:

A prescrição medicamentosa é a principal ferramenta utilizada pelo médico para que o paciente se submeta ao tratamento de sua enfermidade. Com isso, cabe ao médico elaborá-la de forma clara, contendo todas as informações necessárias para que o uso ocorra de forma racional. Buscou-se neste estudo analisar receituários obtidos em duas drogarias do município de Juiz de Fora/MG, verificando a conduta médica na elaboração das prescrições pelas normas pré-estabelecidas. O medicamento pode tornar-se substância perigosa para o usuário quando utilizado de forma inadequada. Assim, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) [1], uma prescrição correta deve conter as informações essenciais e de forma legível para que o tratamento medicamentoso ocorra de maneira racional. Um dos principais erros ocorre no momento da dispensação devido à legibilidade da prescrição. Além disso, o paciente ou responsável deve compreender o receituário para que faça administração correta do medicamento, não levando ao uso irracional do medicamento. Erros na leitura podem ocasionar uso de substância não compatível ao tratamento, falhas na administração de dose, duração exacerbada ou diminuta do tratamento, colocando em risco a eficácia do tratamento e a saúde do usuário [2]. O objetivo do presente trabalho foi avaliar as prescrições recebidas e dispensadas em 2 farmácias comunitárias localizadas em 1 bairro do município de Juiz de Fora. Esta avaliação considerou aspectos qualitativos e quantitativos das prescrições, incluindo análise da legibilidade e completude das prescrições avaliadas.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para este estudo, coletou-se aleatoriamente todos os tipos de prescrições apresentadas para a dispensação em 2 drogarias localizadas em um mesmo bairro do município. O período de coleta foi de março a julho de 2013. Obteve-se 530 prescrições: 205 na drogaria 1 (D1) e 325 na drogaria 2 (D2). Dentre estas, foram avaliadas as elaboradas por médicos, excluindo as odontológicas e veterinárias. Primeiramente, foram separadas quanto ao tipo de receituário prescrito: Receituário comum, receituário branco especial e notificação de receita. Após esta separação, foram avaliadas as informações dispostas em cada uma delas. A legibilidade do receituário foi o primeiro critério avaliado já que não pode ser duvidosa, podendo levar o paciente a riscos de superdosagem e/ou ineficácia do tratamento [3]. Nos receituários comuns, excluindo as ilegíveis já que forma de como será realizada todo tratamento não deve gerar dúvida ao paciente, foram avaliados a denominação dos medicamentos prescritos, presença na RENAME 2010 [4], o número de antimicrobianos prescritos e o total de injetáveis prescritos no SUS e em atendimento particular. Algumas informações

são constituintes importantes em uma prescrição, sendo avaliada a ausência destas em todos os tipos de receituários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Na D1, 21 (10%) prescrições foram consideradas ilegíveis, sendo que 73% são oriundas de atendimento particular e 27% do Sistema Único de Saúde (SUS). Já na D2, 12 (4%) foram consideradas ilegíveis, sendo 69% prescritas em atendimento particular e 31% no SUS. Em estudo realizado por Mastroianni (2009) [5], foi possível observar que a frequência de ilegíveis é recorrente. Nesta pesquisa observou-se que apenas 58,8% das prescrições avaliadas foram consideradas legíveis. Fato que, não apenas deve ser mais fiscalizado, mas também exigido aos responsáveis a prescrever cumprir com tais obrigações. Quanto à denominação, na D1 foram 127 genéricos prescritos de forma legível contra 203 prescritos no nome comercial. No SUS, a porcentagem de prescritos na denominação genérica foi de 49%, próxima e menor que os 51% genéricos prescritos em estabelecimentos particulares. Neste mesmo parâmetro, observa-se que, dos prescritos pelo nome comercial, 31% ocorreram no SUS e 69% em consultas particulares. Na D2 os prescritos na denominação genérica somaram 267 medicamentos contra 369 dos prescritos pelo nome comercial. Dos genéricos, 48% foram prescritos no SUS e 52% em atendimentos particulares. Pelo nome comercial 23% ocorreram em atendimentos pelo SUS e 77% em consultas particulares. Segundo a resolução SS-64, de 30 de junho de 2003 [6], a prescrição e a dispensação de medicamentos prescritos com o nome genérico das substâncias que os compõem torna-se obrigatória em estabelecimentos de saúde pública. Em seguida, avaliou-se a presença na RENAME, que se baseia em uma lista de medicamentos segundo as prioridades nacionais de saúde, além da segurança, eficácia terapêutica comprovada, qualidade e disponibilidade dos produtos. Esta lista é composta por medicamentos que são adequados a realidade epidemiológica do país atendendo a orientação da OMS [1]. Na D1, 259 medicamentos constavam na lista, sendo 39% prescritos no SUS e 61% em consultas particulares. Quanto a D2, 434 medicamentos constavam na relação sendo 37% prescritos no SUS e 63% em atendimentos particulares. Neste mesmo tipo de receituário 72 antimicrobianos foram prescritos na D1. Desta classe, 32% foram prescritos no SUS e 68% em consultas particulares. Na D2, 128 antimicrobianos foram prescritos sendo que 26% foram prescritos no SUS contra 74% prescritos em consultas particulares. Em todos os tipos de receituários a porcentagem prescrita desta classe foi de 22% na D1 e 21% na D2, próxima do ideal ($\geq 20\%$). Este resultado encontra-se semelhante a estudos já realizados, podendo chegar a valores de 22,1% de antimicrobianos prescritos [7]. Assim, verifica-se que estabelecimentos particulares

394

mais prescrevem antimicrobianos. Quanto ao número de injetáveis, dos 378 medicamentos prescritos na D1, 1% foi prescrito nesta forma. Já na D2, dos 709 medicamentos prescritos também 1% foi prescrito na forma injetável. Nos receituários especial branco na D1 foram 38 medicamentos prescritos, considerando as prescrições legíveis e pouco legíveis. Destes, 18 foram considerados legíveis, sendo 28% prescritos na denominação genérica e 72% na denominação comercial. Quanto à presença na RENAME, 39% constavam na relação. Já na D2 foram 43 medicamentos prescritos. Destes, 41 eram legíveis, sendo 37% prescritos na nomenclatura genérica e 63% pelo nome comercial e 34% constavam na RENAME. Nas notificações de receita também foram avaliadas a denominação mais prescrita. Na D1 todos os 15 medicamentos prescritos foram considerados legíveis. Foram 53% genéricos prescritos e 47% pelo nome comercial. Na D2 22 medicamentos foram prescritos sendo 36% genéricos e 64% pelo nome comercial. Quanto à presença na RENAME, na D1 80% pertenciam à lista. Na D2, 45% faziam parte da relação. Nos receituários comum obtidos na D1, foi verificado que a informação mais ausente refere-se à via de administração (84%), seguido da duração de tratamento (62%) e do intervalo das doses (43%). Na D2, a ausência foi também maior quanto à via de administração (87%), seguido, novamente, da duração de tratamento (70%) e da quantidade de forma farmacêutica (50%). Nos receituários especial branco da D1, a ausência foi maior quanto a duração via de administração (84%), intervalo as dose e indicação de uso (58%) e concentração (39%). Já na D2, esta omissão foi referente à via de administração e duração de tratamento (86%) e intervalo das doses (56%). Para as notificações de receita, a ausência maior na D1 foi referente à via de administração (95%), seguido do intervalo das doses (75%) e duração do tratamento (60%). Para D2, verificou-se que a ausência quanto à via de administração e a duração do tratamento (100%) e intervalo das doses (94%). Este fato é preocupante, pois, além do medicamento ser indicado como uma medida curativa e/ou profilática, neste tipo de receituário refere-se a substâncias de uso controlado segundo a legislação vigente [8]. Em avaliação geral a todos os tipos de receituários coletados, verificou-se que as informações mais ausentes são: via de administração, duração do tratamento e intervalo da dose. A ausência da via de administração vem sendo a recorrente em outros estudos realizados [7] [9]. Esta comparação pode ser verificada em estudo realizado por LINS et al (2012) [9], em que verificou-se 37,1% dos receituários com ausência desta informação.

CONCLUSÕES:

Através deste estudo foi possível observar que ainda são realizadas prescrições de forma ilegível. Assim, legibilidade ainda é um parâmetro a ser cobrado com maior vigor, já que não pode haver dúvidas quanto ao que está descrito no momento da dispensação e utilização. Observa-se ainda baixa prescrição de medicamentos genéricos no SUS, comparados aos de atendimentos particulares. Isso mostra o não cumprimento da obrigatoriedade de prescrição na denominação genérica no sistema. Quanto à prescrição indiscriminada de antimicrobianos prescritos em receituários oriundos de estabelecimentos particulares deve ser mais estudada, pois o uso sem a real necessidade pode levar ao desenvolvimento de formas resistentes aos tratamentos disponíveis. Por fim, as informações consideradas ausentes nas prescrições podem conduzir ao uso irracional dos medicamentos, levando a ineficiência do

tratamento até danos ao usuário. No SUS este fator pode conduzir a gastos desnecessários devido à realização errônea do tratamento.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] Organização Mundial da Saúde (OMS). Guia do instrutor em práticas da boa prescrição médica. Genebra; 2001;
- [2] FERRARI, C. K. B. et al. Falhas na Prescrição e Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos: Um problema de Saúde Pública. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v. 34, n. 1, p. 109-116, 2013;
- [3] FERREIRA, V. O. G.; MELNIKOV, P.; TOFFOLIKADRI, M. C. Nível de entendimento de prescrições medicamentosas pediátricas em Unidades Básicas de Saúde. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 11, n. 3, Sept. 2011;
- [4] BRASIL. Relação nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Brasília, DF, 2010;
- [5] MASTROIANNI, P. C. Análise dos aspectos legais das prescrições de medicamentos. *Rev Ciênc Farm Básica Apl*, v. 30, n. 2, p. 45-8, 2009;
- [6] Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Resolução SS nº. 64, de 30 de junho de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prescrição de dispensação de medicamentos com o nome genérico das substâncias que os compõem;
- [7] SILVÉRIO, M. S.; LEITE, I. C. G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem farmacoeconômica. *Rev Ass Med Bras*, v. 56, n. 6, p. 675-680, 2010;
- [8] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;
- [9] LINS, B. G.; CAZZAMALLI, F.; ZANCANARO, V. Análises de erros nas prescrições médicas de uma unidade básica de saúde de um município do meio oeste catarinense. *Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde*, v. 1, n. 2, p. 62-77, 2012.

Área do conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-1 – Ciências da Saúde

INFLUÊNCIA DE FATOS E FATORES CONTIDOS EM BASES DOCUMENTAIS PARA ORGANIZAÇÃO DE SALA DE VACINAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Lílian Carla Costa **BONIN** (IC – lilian-bonin@hotmail.com) 1, Soraya Lúcia do Carmo da Silva **LOURES** (PQ)2

1. Curso de Pós-Graduação em Gestão em Saúde; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras chave: Enfermagem. Atenção. Primária. Família. Vacinação

APRESENTAÇÃO:

O interesse pelo trabalho surgiu após experiências, estudos e atividades voltadas para vacinação e cobertura vacinal. Várias indagações surgiram no decorrer das experiências e estudos relatados acima, principalmente no que diz respeito a uma unidade de atenção primária, quanto à valorização de condutas e utilização do calendário de vacinação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais adotado. Frente ao exposto acima, a autora direcionou o seu trabalho, por meio de pesquisa exploratória com delineamento de pesquisa explicativa e base em aspectos legais, técnicos, científicos e operacionais, na busca de referenciais que conduzam à padronização da utilização do calendário de acordo com as necessidades do usuário; registros em documentos específicos; interpretação de cartão de vacina e cuidados pré e pós-vacinal com relação aos usuários e sua família; fichas de aprazamento; manuseio, aplicação e conservação dos imunobiológicos e à inclusão de educação permanente. No que tange aos aspectos legais, técnicos e operacionais, o Ministério da Saúde (MS) dispõe de vários documentos, portarias, notas técnicas, informes técnicos, manuais, que constituem um arsenal de informações com base no Programa Nacional de Imunização (PNI), para sustentação da estruturação de organização, implantação e implementação para sala de vacinação de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde com ou sem Estratégia de Saúde da Família. Adequar os aspectos técnicos, operacionais e científicos à realidade da prática de vacina em Unidade de Atenção Primária à Saúde, representa a utilização de um conjunto de informações que favorecem a padronização e validação de documentos específicos para a busca de segurança e qualidade de vacinação para crianças, adolescentes, adultos, idosos, família e comunidade. O trabalho, com base nos referenciais citados anteriormente, revelou a importância da adequação e padronização das salas de vacinação com a perspectiva de garantir a cobertura da grande maioria dos usuários, família e comunidade, levando em consideração as atividades rotineiras, as atuações dos trabalhadores e educação permanente.

DESENVOLVIMENTO:

O trabalho empreende um estudo exploratório por meio de referenciais técnicos, científicos e documentos processuais, proporcionando uma maior familiaridade com o tema, e de acordo com o que diz Gil (2002, p.42), “este estudo tem por finalidade o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” e os prováveis fatores que, segundo Tobar (2001, p.69- 70), “são imprescindíveis para manter uma conexão lógica e

conceitual entre si, permitindo explicar o fenômeno”. O cenário e os sujeitos do trabalho foram as informações científicas, técnicas e processuais levantadas, exploradas e interpretadas por meio de fontes bibliográficas, referenciais científicos específicos e sites do Ministério da Saúde do Brasil relacionados a documentos operacionais e processuais referentes à vacinação registrados em arquivo no Microsoft Word por meio de fichamento proposto por Gil (2002, p.81). O período de levantamento e exploração das informações ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 2010, num total de 31 de referências do levantamento bibliográfico e um total de 25 selecionadas e exploradas para as seções primária 1, 3, 4, 5 e 6. A interpretação e análise dos dados foram realizadas nos meses de março a setembro de 2011, assim como a investigação de documentos existentes em uma sala de vacinação em uma unidade de atenção primária da secretaria de saúde de um determinado município, após encaminhamento de ofício à gerência da mesma e ao enfermeiro responsável pela sala de vacinação na data de 19 de agosto de 2011. A apresentação, análise, interpretação, resultados e considerações finais do trabalho foram concluídos no mês de novembro, e a redação final do trabalho, com revisão de texto feita por revisor técnico, também realizada em novembro de 2011. Ressalta-se também que não foi preciso encaminhar o trabalho ao comitê de ética, uma vez que o mesmo não envolveu pesquisa com seres humanos, tendo sido especificamente utilizadas bases documentais operacionais, técnicas e referenciais científicos, respeitando os respectivos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considera-se, portanto, que a organização e a implantação de um serviço de imunização transcendem em muito a simples instituição de uma área para aplicação de imunobiológicos. Em consoante com os conceitos modernos de qualidade em serviços de saúde, o essencial é o processo de vacinação como um todo, que se inicia com o acesso dos pacientes ao serviço, a informação disponível ao usuário, incluídas aqui a orientação acerca do imunobiológico a ser aplicado, a aplicação em si e o seguimento do usuário ao longo de todo o período de tempo em que deverá receber, não só eventuais doses adicionais, mas outras vacinas eventualmente indicadas. Cabe ainda ressaltar que os serviços de imunização são regulamentados por dispositivos legais, de âmbito federal, estadual e municipal, além das disposições dos conselhos profissionais, particularmente de medicina e enfermagem. É necessário observar atentamente os códigos sanitários de cada estado, e as disposições municipais de cada cidade devem sempre ser consultadas. São, na essência, semelhantes em todo o país, variando o grau de

detalhamento. O Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas mínimas para serviços de imunização. É importante ressaltar que as atividades de imunização legalizadas e validadas terão também que ser credenciadas. Na retrospectiva histórica dos aspectos legais e operacionais destaca-se o Decreto Federal nº 78.231, de 12 de agosto de 1976, que estabelece que todos os serviços de vacinação devem ter meios para armazenamento das vacinas e sua perfeita conservação, assim como material necessário e adequado à sua aplicação; registro do uso das vacinas nas fichas clínicas das pessoas vacinadas; compromisso de comunicar as vacinas praticadas nos formulários e nos prazos estabelecidos pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Os serviços devem ser dotados de, no mínimo: recepção, consultório, sala de imunização exclusiva para esse fim, sanitários ou banheiros. Com as conquistas do decreto nos dias de hoje torna-se necessário organizar documentos processuais, técnicos, científicos, tais como: manuais de procedimentos para vacinação, manual de norma de vacinação, rede de frio, reações adversas, documentação processual específica do estado e do município em relação às alterações do calendário de vacinação e mudanças de conduta com base técnica e científica, que deverão estar arquivados no serviço para serem consultados quando necessário e para utilização em educação permanente. Esforços administrativos, tendo em vista os aspectos legais e técnicos têm que ser aplicados dentro da sala de vacinação, tais como: área mínima de 9m²; paredes laváveis; piso lavável e impermeável; pia com água corrente; equipamento(s) de refrigeração adequado(s); interruptores para uso exclusivo de cada equipamento elétrico; boa ventilação e iluminação, evitando a incidência da luz direta na área de conservação e manuseio das vacinas. O trabalho atenta para a realização de reflexões em relação aos registros de todos os procedimentos e cada usuário deve ter seu arquivo pessoal, com todo o histórico vacinal, incluindo-se aí as vacinas recebidas em outros serviços. O registro individual deve incluir a vacina aplicada e a data, a identificação de quem fez a orientação e de quem fez a aplicação, seu lote, eventuais contraindicações, eventuais reações e eventos adversos e a data prevista para o retorno para as doses subsequentes ou outros imunobiológicos. O serviço deve fazer o acompanhamento dos usuários faltosos, utilizando algum meio de convocação. Vale ressaltar que, nos serviços de vacinação, tem que estar presente um profissional de nível superior, médico, enfermeiro ou farmacêutico – bioquímico. Sendo que a aplicação das vacinas pode ser feita por auxiliar ou técnico de enfermagem sob a supervisão de um enfermeiro. É importante ponderar que todos os profissionais devem ter seu registro profissional e reconhecer as indicações, contraindicações, eventos adversos de cada imunobiológico utilizado no serviço, além das respectivas técnicas de aplicação, assim como as exigências de conservação de cada um deles. E estar atentos às consequências dos resíduos gerados na sala de vacina que devem ser descartados conforme as normas vigentes (ANVISA Resolução nº 306, de 2004, e CONAMA Resolução nº 358, de 2005), em recipientes apropriados para descarte de materiais biológicos infectantes (vacinas do Grupo A1) e perfurocortantes (resíduos do Grupo E), que deverão ser armazenados em abrigo externo do serviço de saúde e encaminhados, após tratamento, para disposição final em aterro sanitário. No que diz respeito ao treinamento inicial e à educação continuada em serviço e

reciclagem de todos os profissionais, considera-se como fator primordial para o bom funcionamento e elevado padrão de qualidade do serviço a inclusão da educação permanente para garantir o acesso a informações técnicas e científicas atualizadas no que diz respeito à teoria e renovação da prática. Portanto o trabalho propõe que a realização de educação permanente das atividades técnicas e operacionais não favorecem somente a aplicação de vacinas, mas sim, o conjunto de procedimentos da sala de vacinação, como mecanismos de controle, monitoramento e avaliação para garantia de serviço com qualidade e segurança para a criança, o adolescente, a gestante, o adulto, o idoso e os trabalhadores, envolvendo a família e a comunidade na responsabilidade da cobertura vacinal. A sala de vacinação, a manutenção da rede e as constantes mudanças no calendário de vacinação são fatores que não podem passar despercebidos dentro das ações da equipe de Atenção Primária à Saúde com ou sem Estratégia Saúde da Família. Principalmente pelo enfermeiro, que tem um número maior de ações no cenário da vacinação da rede pública municipal e estadual. Desta forma, a educação permanente na formação dos profissionais é fundamental para assegurar a qualidade das vacinas disponibilizadas à população, assim como um maior investimento na formação acadêmica dos profissionais e mais pesquisas sobre a prática de enfermagem em relação ao contexto teórico e prático das imunizações, em destaque neste trabalho a vacinação. Tendo em vista os conhecimentos técnicos, científicos e os aspectos legais apreendidos por meio deste trabalho, ressalta-se que o mesmo fará parte de uma pesquisa em parceria com um município mineiro para validação de documento em relação aos cuidados pré e pós- vacinas, a padronização de técnicas de aplicação de vacina, a leitura, interpretação e os registros das vacinas aplicadas no cartão de vacina e nas fichas de aprazamento, cartão espelho e outros registros utilizados em UAPS com ou sem Estratégia Saúde da Família. Fica claro no trabalho que a utilização do PNI é essencial para que a organização e implantação de uma sala de vacina transcenda para além da aplicação da vacina, desmitificando os objetivos e diretrizes do programa, evitando condutas diferenciadas e, às vezes, inadequadas, que podem comprometer a cobertura vacinal, o planejamento das atividades de vacinação, os aspectos técnicos e administrativos das atividades de vacinação, procedimento para administração de vacinas, monitoramento e avaliação das atividades de vacinação e a resposta imunogênica em relação às doenças imunopreveníveis.

BIBLIOGRAFIA:

- BRASIL. Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, em 20 de setembro de 1990. V.128, p.55-90.
- _____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde- SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da

saúde e dá outras providências. Diário Oficial Da República Federativa do Brasil , em 31 de dezembro de 1990. Brasília, DF.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Capacitação de pessoal em sala de vacinação. Brasília, 2001b.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas de Vacinação. Brasília, DF, 2001d.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2001e.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Rede de Frio. Brasília, DF, 2008b.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica dos Eventos Adversos Pós-Vacinação. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Recomendações para vacina em pessoas infectadas pelo HIV. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Nota Técnica nº5/2010. Recomendação da Vacina Febre Amarela VFA (atenuada) em mulheres que estão amamentando. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Vigilância dos eventos adversos pós-vacinação: cartilha para trabalhadores de sala de vacinação. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

FARHAT, C. K. et al. Imunizações - Fundamentos e Prática. 2ªed. São Paulo: Atheneu, 2000.

FERREIRA, AP e TEIXEIRA, HC. Breve História da Imunologia. In: FERREIRA, AP e TEIXEIRA, HC . Tópicos de Imunologia Básica . Juiz de Fora: Henrique Couto Ferreira. 2005.

FERREIRA, AP e TEIXEIRA, HC. Propriedades Gerais da Resposta Imune. In: FERREIRA, AP e TEIXEIRA, HC . Tópicos de Imunologia Básica . 1º edição. Juiz de Fora: Henrique Couto Ferreira. 2005.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. 4ª Edição. São Paulo: Ed Atlas AS, 2002.

RICALDONI, C.A.C. e SENA, R.R. de. Educação Permanente: uma ferramenta para pensar e agir no trabalho de enfermagem. Revista Latina de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 14, n.6, p.1-2, nov./dez. 2006.

TEMPORÃO, José Gomes. O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v.10, supl.2, p. 601-617, 2003.

TOBAR, FREDERICO E YALOUR, MARGAT ROMANO. Como fazer teses em saúde pública : conselhos

e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz,2001.

PERFIL DE UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS ENTRE INDIVÍDUOS COM HIPERTENSÃO CLIENTES DA ARTE PHARMA

Ana Lúcia V. **BATISTA** (IC)¹, Soraya L. do C. S. **LOURES** (PQ)²

1. Pós-Graduação em Gestão de Saúde; 2. Professora
FAMINAS - Faculdade de Minas - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: medicamentos, hipertensão, Arte Pharma

INTRODUÇÃO:

A Hipertensão Arterial (HA) é uma doença crônica apresentando alto custo médico-social, visto ser um dos mais relevantes fatores de risco para o desenvolvimento de doenças que afetam os vasos sanguíneos e o coração. Caracteriza-se como um importante problema de saúde pública nos quatro cantos do mundo (V DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2006). Estima-se que a HA atinja aproximadamente 22% da população brasileira acima de vinte anos (BRASIL, 2001). Há trabalhos que apresentam a relação de HA e suas particularidades epidemiológicas, tais como idade, sexo, nível socioeconômico, consumo de álcool e sobrepeso (V DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2006). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a doença cardiovascular é o primeiro motivo de morte listada nas sociedades ocidentais, sendo que a HA integra essa listagem. O aumento permanente na predominância das doenças cardiovasculares determina a necessidade de se desenvolver e implementar estratégias demográficas para prevenir os vários fatores de risco que terminam em desfechos primários relacionados (FRANCISCHETTI e SANJULIANI, 2005).

DESENVOLVIMENTO:

A regulação da pressão arterial (PA) é uma função adaptativa, tudo isso está relacionado à necessidade que o organismo tem de preservar constantemente um fluxo sanguíneo apropriado às suas demandas. Demanda essa que varia de região a região do corpo de acordo com influências internas e externas. Esse fator pressupõe a importância do Sistema Nervoso central (SNC) no processo da regulação da PA. Pois cabe a ele coordenar as funções fisiológicas orgânicas, mas também processar as informações provenientes do organismo e do ambiente externo, a fim de promover ajustes/adaptações suficientes. Pesquisas realizadas por Zoller *et al.* (1972) apontam para defeitos genéticos na permeabilidade da membrana de algumas células. Outras pesquisas também realizadas por Ferguson, Abboud & Mark (1982), têm verificado essa falha genética tanto nos centros bulbares e hipotalâmicos, como nos pressorreceptores, no sistema nervoso simpático e suas terminações, ou até mesmo, no sistema vascular e renal. Em estudos realizados por Herrmann (1976), foi possível concluir que a tendência hereditária faz parte de cerca de 45 a 75% de todos os pacientes. No entanto, a disposição inata parece não ser o bastante para causar HA, havendo dois outros fatores que se destacam bastante nos estudos realizados sobre HA: sal e estresse. Em relação ao primeiro, não se comprovou que em certas comunidades que não fazem uso do sal, não se desenvolveu HA e nem foram registradas mudanças da PA com a idade. Com relação ao estresse, estudos realizados por Shapiro *et al.*

(1983) comprovaram a alta da PA em animais racionais e irracionais mediante diversos estímulos ambientais estressantes. Com isso, se a PA tem como função fisiológica regular o fluxo sanguíneo conforme a necessidade tecidual, e se esta varia de acordo com situações do organismo e do ambiente, essas constatações nos permitem dizer que o organismo, ao se submeter a uma situação estressora num determinado instante, será exigida uma resposta adaptativa para que ele mantenha-se numa homeostasia. O diagnóstico da HA é essencialmente determinado pelo encontro de níveis tensionais sempre acima dos limites de normalidade, quando a PA é estabelecida através de métodos e condições adequados. Logo, a medida da PA é a peça fundamental para se diagnosticar a HA. A doença é um dos males mais difíceis de se identificar, visto que dificilmente a pessoa desconfia da sua presença, identificando-a somente muito tempo depois, com as consequências das doenças, ou quando sabem, não se tratam, sendo, às vezes, tarde demais. Por isso, é conhecida como "assassina silenciosa" (KHOL, 2002), apresentando sintomas que podem ser confundidos como os de outras doenças, gerando riscos importantes, levando as pessoas a morrerem prematuramente. A HA atinge, em todo o mundo, milhões de pessoas. Nosso país não é nenhuma exceção; ao contrário, cada vez mais os estudos demonstram que a HA é um grave problema de saúde pública no Brasil. A reversão desse quadro depende de um profundo conhecimento de todas as fases e implicação da doença. As iniciativas tomadas em nosso país, no sentido de melhor conhecer a HA, foram, na maioria das vezes, análises estatísticas ou comparações do quadro brasileiro com os quadros de outros países, ignorando o contexto da doença no Brasil, as circunstâncias específicas que o cercam e o mosaico das variáveis que o afetam. Analisando-se um problema específico como a HA, para se atingir sua compreensão global, alcançar o seu controle e avaliar o real impacto da intervenção médica e social, é preciso relocalizar, num macro populacional, toda a gama de conhecimentos biológicos reunidos, bem como a experiência clínica de investigação e tratamento dos casos individuais. As condições sociais de uma população têm peso expressivo na determinação de seu perfil de saúde. Desvantagens no desenvolvimento social e precárias condições de vida acompanham-se, geralmente, de um maior risco de adoecer e de morrer prematuramente, de qualquer causa, em todas as idades, em ambos os sexos. Comparando-se populações que viviam em condições de vida semelhantes, encontram-se subgrupos, geralmente com certa agregação familiar, nos quais existe um risco maior de adoecer e/ou morrer precocemente na vida adulta e que são discriminados com facilidade, questionando-se sobre mortes súbitas e/ou doenças cardiovasculares antes dos 55

anos em parentes de primeiro grau. Pode-se, portanto, identificar subgrupos de maior risco, devido a características herdadas e/ou adquiridas e culturalmente estruturadas, entre as quais se observam maior concentração de hipertensos e diabéticos. Sob outro ponto de vista, acompanhando-se a história natural de pessoas com essas doenças, podem ser esperadas complicações cardiovasculares mais frequentes e mais precoces. Para essas pessoas, em relação ao subgrupo social que estiver sendo considerado, existe um risco adicional, proporcional ao grau de associação daqueles fatores entre si ou outros fatores conhecidos como potencialmente agressores, tais como o fumo, álcool, sedentarismo, obesidade ou estresse. Assim, a simultaneidade desses fatores em condições sociais inadequadas pode levar a um resultado final negativo. A alta prevalência de HA na população e sua relação com causas frequentes de morbi-mortalidade, por si sós, já dizem da importância da HA como problema de saúde pública. Esta perspectiva poderia ser ainda mais valorizada examinando-se associações entre a distribuição da PA e da HA, com variáveis visivelmente sociais, tais como migração, ingresso das pessoas no sistema de produção, grau de instrução ou hábitos alimentares. Pelo fato de a HA ter muitas causas e muitos fatores e, por normalmente não apresentar qualquer sintoma, o sucesso para conseguir essas metas é muito limitado quando decorre da ação de um único profissional. Esse fato talvez justifique o nível baixo de sucesso e de adesão obtido quando os cuidados são feitos por apenas um profissional de saúde. Objetivos diversificados precisam de uma abordagem variada e a formação de uma equipe multiprofissional que favorecerá essa ação diferenciada (MILLER *et al.*, 1997). Tratar e inclusive prevenir a HA envolve, principalmente, orientações para que os hábitos de vida sejam mudados, tanto no que concerne ao tratamento não-medicamentoso quanto ao tratamento com agentes anti-hipertensivos (GUIMARÃES *et al.*, 1999). Mudar os hábitos de vida é um processo bem lento e difícil e, por serem medidas educativas, sua implementação exige persistência. E considerando exatamente esse aspecto que o trabalho da equipe multiprofissional, ao invés do médico isoladamente, poderá dar aos pacientes e à comunidade uma gama muito maior de informações, procurando torná-los participantes ativos das ações que a eles estarão sendo dirigidas, e com motivação suficiente para vencer o desafio de adotar atitudes que tornem essas ações efetivas e definitivas (GUIMARÃES *et al.*, 1999). Com isso, este estudo teve como objetivo descrever o perfil de utilização de medicamentos entre indivíduos com hipertensão arterial clientes da Arte Pharma.

MATERIAL E MÉTODOS:

Este estudo foi realizado com uma amostragem de 100 indivíduos, escolhidos aleatoriamente, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Resolução 196/96 no período de março a maio de 2015, através de um questionário semiestruturado contendo 5 questões. As variáveis pesquisadas foram: gênero, idade, tipos de medicamentos em uso, se fuma, não adesão ao tratamento.

RESULTADOS:

Dos 100 indivíduos avaliados, verificou-se que a maior parte é do sexo feminino (58%). Na amostra 29% dos pacientes pertenciam à faixa etária entre 40 a 50 anos; 31% entre 51 a 60 anos, 32% entre 61 a 70 anos, 4% entre 71 a 80 anos e 4% com idade acima de 80 anos. Também verificou-se que 92% não fumam e o mesmo percentual

entrevistado usam anti-hipertensivos; 68% disseram que a razão que os leva a não fazer o tratamento é a dificuldade de acesso aos medicamentos, ao passo que 32% alegaram a redução das doses prescritas por motivos financeiros. Essa pouca ou nenhuma persistência em tomar os medicamentos anti-hipertensivos resulta em hipertensão não controlada.

CONCLUSÃO:

Após a análise dos dados foi possível verificar que em relação à má adesão dos indivíduos ao tratamento anti-hipertensivo, pode estar relacionada à necessidade de intensificar o atendimento farmacêutico na drogaria em estudo, ajudando essas pessoas na correta utilização dos medicamentos e informando-lhes sobre HA, esclarecendo os benefícios e os riscos da terapia anti-hipertensiva, com o intuito de levá-los a eliminar ou controlar os riscos da HA.

REFERÊNCIAS:

[1] V DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. São Paulo: Sociedade Brasileira de Hipertensão, 2006. [2] FRANCISCHETTI, E. D.; SANJULIANI, A. F. Tópicos especiais em hipertensão arterial. In: NÓBREGA, A. C. L.; CASTRO, R. R. T. **Hipertensão arterial e exercício**. São Paulo: BBS Editora; 2005. [3] MILLER, N. H.; HILL, M.; KOTTKE, T.; OCKENE, I. S. The Multilevel Compliance Challenge: Recommendations for a Call to Action. A Statment for Healthcare Professionals. *Circulation* 1997;95:1085–90. [4] GUIMARÃES, A. C. *et al.* I Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial. *Arq. Bras. Card.*, v. 43, n. 4, São Paulo, aug. 1999.

Área de conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 –
Enfermagem

PESQUISA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO BALANCETE SCORECARD EM REDES DE SUPERMERCADOS DE MURIAÉ.

Brunara da Silva **CASSANI**¹ (IC) –brunarasilva@gmail.com (IC) Nilton Freitas **JUNIOR**²

1. Especialista MBA Gestão de negócio; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Balanced Scorecard, Supermercados, Estratégia, indicadores de desempenho.

INTRODUÇÃO:

No mundo empresarial onde os fatores como a globalização, novas necessidades de consumidores, competição agressiva, grande número de informação e novas tecnologias são presenças constantes, os gestores precisam realizar, periodicamente, ações que visam a sustentabilidade e a longevidade das suas organizações no mercado [1]. O atual cenário do mercado varejista, em especial dos supermercados, mostra uma acirrada concorrência, onde pequenas e grandes empresas lutam por sobrevivência. Pode-se destacar que hoje o setor supermercadista investe muito em *mix de marketing* ou 4 P's produto, praça, promoção e preço de suas mercadorias para competir com seus concorrentes na divulgação de seus produtos.[2] Em intenso ritmo de fusões e aquisições as redes de supermercados tem inovado para acompanhar tais mudanças que o mercado interno e externo exige, como: Inaugurações de loja, segmentação, mudanças de layout, automação, informatização, treinamento, contratação de novos empregados. Assim na busca para superar essas mudanças no mercado do setor varejista as redes de supermercados procura ter boa logística na entrega de suas mercadorias, qualidade nos serviços prestados aos seus clientes e fornecedores, ambientes agradáveis e climatizados com amplo estacionamento para padronizar as lojas e os processos do dia-a-dia tudo para melhorar na entrega final dos seus produtos serviços, para conquistar e fidelizar seus clientes. Tal panorama faz com que o diferencial competitivo dos supermercados resida na melhoria de sua gestão e na eficácia de suas operações, preparar a Estratégia com clareza e implantá-la com disciplina sem perder o foco têm se tornado fatores críticos para o crescimento sustentável das empresas, a estratégia está diretamente relacionada com o modelo de negócios da organização e o ambiente onde ele está inserido, ele é o elemento central da estratégia, e deve ser diferenciado da concorrência, pois busca uma vantagem competitiva sustentável que podem ser convertidos em investimentos. E para obter tais vantagens competitivas, um supermercado deve controlar seus processos internos, seus resultados e sua eficácia, através de indicadores que mostrem sua real situação perante o mercado. O uso do Balanced Scorecard é essencial na implantação de uma gestão estratégica que dê os resultados esperados, pois permite detectar e analisar com mais cuidado os problemas e as falhas, que impedem que os objetivos traçados pelos gestores sejam alcançados, a partir do Balanced Scorecard serão elaboradas ações na tentativa de eliminar as dificuldades presentes nas áreas distintas da organização, otimizando dessa forma todos os procedimentos de trabalho da empresa, mensurando e o acompanhando todos os seus

indicadores de desempenho, levando a organização a progredir rumo às suas metas de longo prazo, garantindo assim sua posição competitiva no mercado [2,3]. Estudos mostram que o modelo de gestão de negócios integrado no planejamento estratégico pode ser definido como um conjunto de elementos e suas relações, que define a lógica de criação, entrega e captura de valor por parte determinada da empresa, é a descrição do valor que uma organização oferece para um ou mais segmentos de clientes, de sua rede de parceiros para a geração de resultados lucrativos e sustentáveis da organização. O objetivo do presente trabalho é investigar sobre o setor supermercadista de Muriaé que o uso do Balanced Scorecard pode impactar como novo sistema de gestão estratégica das empresas. Partindo dessa constatação o presente estudo centra-se na elaboração de um modelo de avaliação de desempenho fundamentado no Balanced Scorecard. [4]

METODOLOGIA:

O presente estudo é de cunho transversal e quantitativo. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2015, com uma análise da performance de cinco redes de supermercados da cidade de Muriaé. Consiste em uma pesquisa realizada com base em dados primários. Os critérios de exclusão foram: A não concordância de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e a ausência no momento da coleta. Foi aplicado um questionário aos gerentes de cinco (05) redes de supermercados, a saber: Bazinho; Levate; Pioneiro; Sales e Bahamas, tendo como um intuito de investigar o conhecimento dessas empresas sobre a ferramenta Balanced Scorecard, e saber a real situação dos gestores, a respeito dos indicadores de desempenho que são utilizados como mecanismos de suporte as decisões estratégicas para entender o desenvolvimento financeiro futuro das organizações. O questionário consiste em quatro questões objetivas sendo elas: 1- A implementação do Balanced Scorecard; 2- participação de todos os colaboradores da empresa; 3- fatores críticos na implementação; 4- mudança na cultura organizacional. A versão do questionário apresentado foi inspirada em outra versão já publicada em artigo científico [5]. A contribuição principal desse estudo é na demonstração da aplicação prática do modelo Balanced Scorecard que permite a otimização dos processos de gestão da organização e a eventual reestruturação da sua estratégia [5]. No momento da aplicação prática do questionário foi possível constatar que nenhum dos cinco entrevistados tinham conhecimento do Balanced Scorecard, fato que impediu apreensão de dados específicos sobre sua utilização, um vez que somente os gerentes tinham conhecimento das estratégias e metas das empresas que gerenciavam. Não é um cenário

esperado do ponto de vista do controle de performance das organizações, já que o Balanced Scorecard, segundo as próprias palavras de seus criadores, o professor Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School em 1992 é um modelo de avaliação e performance empresarial, essa ferramenta constitui-se em um referencial para traduzir os objetivos de uma empresa num conjunto coerente de indicadores de desempenho e tido como umas das melhores ferramentas de gestão para clarear e permitir que se avalie o desempenho dos objetivos face ao que foi planejado. O ambiente competitivo, retratado nas características de seus concorrentes atuais, potenciais, novos entrantes e ameaças de substitutos, pode proporcionar boas indicações de onde e como as organizações devem chegar a partir do estabelecimento de suas estratégias competitivas. A definição dos objetivos é influenciada pelas estratégias delineadas face ao escopo competitivo escolhido e às competências essenciais e distintivas que a organização pretende deter ou desenvolver para estar nesse espaço. O escopo competitivo serve para estabelecer a arena de negócios, isto é, o espaço de atuação da organização, onde os objetivos vão ser delineados. A partir dessa delimitação fica mais fácil analisar como as forças econômicas, as inovações tecnológicas, a ação da concorrência e a mudança de hábitos do consumidor vão condicionar competências essenciais e distintivas que a organização precisa para desfrutar de vantagens competitivas no mercado. Foi elaborado, como sugerem seus autores, Kaplan e Norton, como uma ferramenta de apoio à efetiva implantação de um processo de gestão estratégica. A sua maior contribuição consiste em combinar medidas financeiras para mensurar o desempenho e não financeiras para mensurar o desempenho empresarial. O uso desses tipos de medidas decorre do reconhecimento da importância dos ativos intangíveis, como capital intelectual, marca, motivação e reputação são ativos que retiram seu valor econômico das expectativas de geração de lucros futuros, e os tangíveis como estoques, equipamentos, terrenos, prédios é aqueles que possui valor econômico para empresa, mas carece de substância física para mensurar seu desempenho. O BSC é um instrumento que procura acompanhar a mudanças nas oportunidades de criação de valor para o cliente pela gestão dos patrimônios tangível e intangível: Relacionamentos com clientes, produtos e serviços inovadores, processos operacionais sensíveis e de alta qualidade, data bases e informações tecnológicas, capacidade, habilidade e motivação das pessoas. Baseia-se na constatação de que a vantagem competitiva hoje é devida mais ao conhecimento, capacidades e relacionamentos criados por pessoas do que aos investimentos em patrimônio físico e acesso a capitais. A proposta do BSC foca os processos-chaves gerenciais – Planejamento da alocação de recursos, orçamento, relatórios periódicos e reuniões gerenciais relacionadas à elaboração e implementação da estratégia. Visão, estratégia e alocação de recursos, conforme preconizado pelo BSC, fluem de cima para baixo, já implementação, inovação, *feedback* e aprendizagem fluem de baixo para cima. Kaplan e Norton definem quatro processos gerenciais para a implementação do BSC [6]:

- 1- **O processo de tradução da visão** ajuda a construir um consenso sobre a visão e a estratégia da organização. O resultado desse processo é a tradução da estratégia em termos operacionais, ou seja, o desenho dos mapas estratégicos (os BSCs).
- 2- **O processo de comunicação e ligação**

consiste em comunicar a estratégia no sentido vertical e horizontal da estrutura, ligando os objetivos departamentais aos individuais. Este processo consiste em identificar os chamados "processos-chave" e desenvolver medidas de desempenho para eles.- 3- **O processo de planejamento do negócio** consiste em alocar os recursos e definir as prioridades de acordo com as metas estratégicas. Este processo visa evitar que haja complacência, reprimindo a inviabilização de novas mudanças necessárias para o desenvolvimento da empresa.
- 4- **O processo de feedback** visa dar a organização a capacidade de aprendizado estratégico, ou seja, fazer de toda a gestão estratégica um processo contínuo e constante. É importante perceber que durante todo o processo a organização passou a assimilar uma nova cultura, sendo assim, percebê-la e sustentá-la é fundamental para consolidar tal mudança. O BSC procura ainda estabelecer links, partindo da visão, detalhando-a em objetivos e metas até os indicadores, identificando uma relação de causa e efeito entre si. Isto é até quanto um objetivo depende de outro e nestes provoca efeitos. A partir dessa influência mútua dos objetivos para a consecução da estratégia, podem-se estabelecer indicadores quanto ao futuro, ao contrário das medidas financeiras que são orientadas para mensuração do desempenho passado. A par desses pressupostos e baseados em pesquisas realizadas em grandes empresas, os autores desenvolveram quatro perspectivas:

- Perspectiva dos Clientes:** Essa perspectiva pressupõe definições sobre o mercado e segmento nos quais a organização deseja competir. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a empresa entrega o real valor ao cliente, definindo indicadores de satisfação e resultados relacionados ao mesmo. O enquadramento dos desejos dos clientes tende a ser feito em quatro categorias: prazo, qualidade, desempenho e serviços, e custo.
- Perspectiva dos Processos Internos:** Nesta perspectiva as organizações identificam os processos críticos para a realização dos objetivos das duas perspectivas anteriores. Os processos devem criar condições para que a organização forneça propostas de valor ao cliente e que seja capaz de atraí-lo e retê-lo nos seus segmentos de atuação, e ao mesmo tempo, criar valor para os acionistas. Essa perspectiva do Balanced Scorecard cria uma visão de processo através de uma análise sequencial, o que permite aos gestores identificar novos caminhos para melhorar a performance da empresa diante dos clientes e acionistas.
- Perspectiva de Aprendizado e Crescimento:** Essa perspectiva está relacionada com o desenvolvimento de objetivos e medidas para orientar o aprendizado e o crescimento organizacional. É o ponto no qual a empresa deve identificar qual estrutura deverá ser adotada, para poder crescer e se desenvolver no longo prazo. A capacitação da organização se dará por meio do investimento em novos equipamentos, em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, em sistemas e nos recursos humanos.
- Perspectiva Financeira:** Nesta perspectiva as medidas financeiras (receita e produtividade) são valiosas e ajudam a demonstrar as consequências econômicas de ações já realizadas. Com a elaboração do Balanced Scorecard os objetivos financeiros devem estar vinculados à estratégia da empresa, mostrando se sua implementação e execução estão contribuindo para a melhoria do resultado. É importante lembrar que os objetivos financeiros podem divergir dependendo de cada fase do ciclo de vida da empresa. Com isso em vista, Kaplan e Norton definiram os ciclos em apenas três fases: **crescimento, sustentação e colheita**. Esta perspectiva também pode ser chamada de

"perspectiva do acionista", em virtude de serem os principais interessados na empresa, procurando a melhor rentabilidade para o capital investido. Essas perspectivas, com ligeiras modificações, têm sido utilizadas tanto em organizações que visam ao lucro como nas que não visam, demonstrando resultados positivos em seu uso [7].

CONCLUSÃO:

De acordo com os dados coletados na pesquisa, conclui-se que as redes de supermercados da Zona da Mata Mineira não conhecem a ferramenta Balanced Scorecard e que as estratégias, metas e objetivos organizacionais estão voltados sobre uma única ótica dos diretores e gestores da empresa, a parte operacional não tem conhecimento desses indicadores que são utilizados nos processos do dia- a -dia da organização. A ideia do Balanced Scorecard é de alinhar essas metas e os objetivos as iniciativas estratégica da organização, fornecendo aos seus gestores uma visão de desempenho integrada e abrangente.

REFERENCIAS:

- [1] CASSANI, A. C., **diagnóstico na área de marketing na empresa supermercado Pioneiro. 2012** . Monografia – graduação em administração de empresas – Universidade Norte do Paraná, Unopar virtual Muriaé, 2012.
- [2] FARIA. R. T. **A gestão estratégica com o uso do Balanced Scorecard como diferencial competitivo no setor supermercadista.** 2007. Monografia – (graduação em engenharia produção - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007).
- [3] ZAGO, C.A; NORO, G.B; DE OLIVEIRA, J.H.R. **ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO: O CASO DOIS IRMÃOS SUPERMERCADOS;** 2005.
- [4] OLIVEIRA, L. M., JUNIOR. J. H. P., SILVA. S. A. C. **Controladoria Estratégica: Textos e Casos Práticos com Solução.** 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- [5] SILVA, P. D. A., SANTOS, O. M., & Prochnik, V. Percepções quanto aos fatores críticos à implantação e uso do Balanced Scorecard: a experiência da Petrobras. **In Congresso Brasileiro de Contabilidade** (Vol. 18. 2008).
- [6] TAVARES, M. C., **Gestão Estratégica.** São Paulo: Atlas, 2007
- [7] KAPLAN, R; NORTON, D.P. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard.** Campus, 1997.



ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES

A

- Adenivania Valquenia **PINHEIRO** CSA 012, CSA 013, CSA 014, CSA 015
 Adriano Carlos **SOARES** EPG 028
 Adriano César **PEREIRA** CBS 062
 Alan José Corrêa **MANSO** CET 001
 Alanna de Souza **GOUVÊA** CBS 011
 Alcione **OLIVEIRA** CSA 021, CSA 024, CSA 025, CSA 028, CSA 033
 Alessandra Aparecida **MARTINS** CBS 056
 Alexandra Aparecida Ribeiro **VIEIRA** CSA 015
 Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** CBS 004, CBS 005, CBS 015, EPG 001, EPG 012, EPG 017, EPG 019, EPG 020, EPG 035
 Alexandro Da Silva **RODRIGUES** CET 002
 Alice De Almeida **PEDROSA** CSA 021, CSA 024
 Alice Rodrigues **BORGES** EPG 003
 Alice Rodrigues Borges **LAZARONI** EPG 005
 Aline Paula **MACHADO** CBS 101
 Aline Pereira **ROSA** CSA 059, CSA 063, CSA 064
 Aline Ribeiro Murta **ABREU** CBS 052, CBS 055, CBS 059, CBS 061
 Amanda Branca **BAESSO** CBS 068, CBS 076, CBS 080
 Amanda de Oliveira **FREITAS** CSA 006
 Amanda Duarte Moreira **TOLENTINO** CBS 067, CBS 073, CBS 077, CBS 078, CBS 079, CBS 085
 Amanda Marini da **SILVA** CBS 009
 Amanda Monteiro **LEITE** CSA 069
 Ana Amélia Dias de Souza **PEREIRA** EPG 015
 Ana Carolina **MARTINS** CBS 032, CBS 038, CBS 039, CBS 040, CBS 043, CBS 046
 Ana Carolina Pereira **SOUZA** CSA 031
 Ana Caroline Ferreira Placides da **CUNHA** CBS 009, CBS 014
 Ana Cláudia Morito **NEVES** CBS 113
 Ana Laura Banni **VIANA** EPG 003, EPG 005
 Ana Lúcia V. **BATISTA** EPG 053
 Ana Luiza Gandra Torres **PEREIRA** CSA 026, CSA 027, CSA 030, CSA 040, CSA 041, CSA 051
 Ana Paola Medeiros de Oliveira **CARNEIRO** CSA 042
 Ana Paula De Souza **VEGGI** CSA 029
 Ana Salvato **NUNES** EPG 021
 Anderson Antonio Neves da **SILVA** CSA 022, CSA 032
 Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** CSA 035, CSA 037, CSA 038, CSA 039, CSA 049
 Andréa Costa **GOULART** EPG 046
 Andréa De Souza **LOPES** CSA 046
 Angela Gabriela Moreira **MANSO** CBS 104
 Anna Carolina Ferreira **CARRARA** CSA 069, EPG 010
 Anny Carolinni Ferraz **FERREIRA** CBS 006
 Antenor Campos Puchetti **JÚNIOR** CET 007, CET 012, CET 020, CET 028,

Antônio José Cândido de **SOUZA** CET 036, CET 037
 CBS 028, CBS 029, CBS 030, CBS 031,
 CBS 035, CBS 041, CBS 047, CBS 048
 Ariele **PEDROSA** EPG 011
 Arthur Alves **POUBEL** CBS 015
 Arthur Geraldo Machado **RAIMUNDO** CET 007, CET 012, CET 020, CET 028,
 CET 036, CET 037
 Ayrton Mota de **FARIA** CSA 005

B

Barbara Campos Teixeira Malta **GRAVINA** EPG 001
 Beatriz da Silva **SANTOS** CSA 036, CSA 049
 Bernardes, Sabrina **KREPKE** EPG 050
 Bernardo Minelli **RODRIGUES** CBS 033, CBS 034, CBS 035, CBS 036,
 CBS 041, CBS 042, CBS 047, CBS 049,
 CBS 050, CBS 051
 Bernardo **RODRIGUES** CBS 045
 Braz Antonio Pereira **COSENZA** CBS 001, CBS 002, EPG 049, CBS 004,
 CBS 005
 Bruna do Carmo **SOUZA** EPG 003, EPG 005
 Brunara da Silva **CASSANI** EPG 054
 Bruno Estevam **PEREIRA** CET 010, CET 015, CET 016, CET 024,
 CET 025, CET 034
 Bruno Vancini **TINTI** EPG 049

C

Camila dos Santos **SILVA** CSA 030
 Carla Beatriz da Silva **RAFAEL** CBS 025, CBS 026, CBS 044
 Carmen L. A. **PAIVA** EPG 024
 Carolina da Cruz de **SOUZA** CBS 057
 Carolina Pinheiro **LOURENÇO** CBS 007
 Caroline Fraga **GODINHO** CBS 111, CBS 112
 Cássio Silva **OLIVEIRA** CSA 004
 Chaieny Correia **ROZA** CET 005, CET 011, CET 013, CET 027,
 CET 030, CET 031, CET 032
 Christiano Vieira da **SILVA** CBS 098, CBS 097
 Clarissana Araújo **BOTARO** CBS 071
 Cláudia Gomes da **SILVA** CBS 104, CBS 106
 Claudionir Vilela de **LAIA** CSA 009, CSA 012, CSA 013, CSA 014
 Cleiton Queiroz **CARVALHO** EPG 030
 Crislan B. **GUEDES** CSA 044
 Cristiane Aparecida **FARIA** CBS 095
 Cristiano Andrade Quintão Coelho **ROCHA** CBS 090, CBS 102
 Cristiano Guedes **VIANA** EPG 049
 Cristiano Viana **GUEDES** CBS 002
 Cynthia Imbelloni Hosken **GOMIDE** EPG 034

D

Daiane Figueiredo **ROSA** EPG 035
 Dalylla Aparecida de Souza **MACHADO** CBS 112
 Damon Perpétuo de Sales **PEDROSA** CET 045
 Daniel Clarismundo **BORGES** CET 010, CET 004, CET 005, CET 006,
 CET 007, CET 008, CET 009, CET 011,
 CET 012, CET 013, CET 014, CET 015,
 CET 016, CET 018, CET 019, CET 020,
 CET 021, CET 022, CET 023, CET 024,
 CET 025, CET 026, CET 027, CET 028,
 CET 030, CET 031, CET 032, CET 033,
 CET 034, CET 035, CET 036, CET 037,
 CET 039, CET 040, CET 041, CET 042,
 CET 044, CET 047, CET 048, CET 049,
 CET 050, EPG 009,
 Daniel da Silva **FERRAZ** EPG 033

Daniel de Paula **FERNANDES** CET 033
 Daniel Ferreira **MONTEIRO** EPG 044
 Daniel Queiroz dos **SANTOS** CSA 020
 Daniele da Cruz de **SOUZA** CBS 057
 Danielle Pereira de **SOUZA** EPG 042
 Danila V. **GOMES** CSA 057
 Danila Vasconcelos **GOMES** CSA 059, CSA 064
 Danilo Coelho **TARDEM** CET 002
 Danúbia Oliveira **SANTOS** CBS 062
 Darlei da Silva **BANDEIRA** CET 033
 Dayane Lopes **BARBOSA** CSA 056
 Dayane Manhanini de **BARROS** CSA 001
 Dayanne Karla Ferreira **FONSECA** CBS 053, CBS 054
 Debora Aparecida de Almeida
MARIQUITO CBS 112
 Débora Cristina de **PAIVA** CET 005, CET 008, CET 031, CET 039,
 CET 040
 Deivid **REGINALDO** CSA 035, CSA 037, CSA 038, CSA 039
 Dênis Rufino da **SILVA** CET 017
 Denise Cristina de Souza carvalho **LIMA** CBS 102
 Denise de Oliveira **FERNANDES** CSA 017, CSA 019
 CBS 104, CBS 105, CBS 108, CBS 112,
 Denise Félix **QUINTÃO** CBS 106, CBS 107, CBS 109, CBS 110,
 CBS 111, CBS 113,
 Denise Reis **FIALHO** EPG 038
 Dheifani Brandão **MILAGRES** EPG 019
 Dione da Silva **ASSIS** CBS 113
 Douglas Cesso de Almeida **VIEIRA** CBS 010

E

Edmara Caetano **PORTO** CBS 012
 Edson Augusto Pracchia **RIBEIRO** CSA 022, CSA 041
 Eduardo Assis **PINHEIRO** CSA 046
 Eduardo Elias **NEVES** EPG 051
 Elidiane Aparecida **PILLER** CBS 055
 Elizielly de Oliveira **MARTINS** CSA 066
 Emanuely Cristina de **OLIVEIRA** CSA 022, CSA 043, CSA 047
 Érica Cristina **PAULA** CSA 061
 Érica Marques Da Silva **SANTOS** CET 001, CET 002
 Érika Oliveira **AMORIM** EPG 030
 Estéfane Rufino da **SILVA** CBS 102
 Estefani de Oliveira **SILVA** CBS 060, CBS 061
 Estefani Miris **RIBEIRO** CBS 060
 Everardo Nunes da Silva **PRADO** CSA 034

F

Fabiane de Oliveira **DIAS** CBS 004, CBS 005
 Fabiano Guimaraes Novaes **GOMES** CBS 021
 Fábio José de Paula **PEIXOTO** EPG 046
 Fábio José Pacheco dos **REIS** CET 017, CET 038
 Fábio Varize **RIBEIRO** EPG 026
 Fabricia Creton **NERY** CSA 062, CSA 068, CSA 057, CSA 058,
 CSA 064
 Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** CBS 084, CBS 087, CBS 088, CBS 067
 Felipe da Silva **COSTA** CBS 008
 Fernanda Cristina Abrão da **ROCHA** EPG 002
 Fernanda Lydiane de lima **JESUS** CBS 060, CBS 061
 Fernanda Mara **FERNANDES** CBS 010, CBS 011, CBS 012, CBS 013,
 CBS 014, CBS 016, EPG 022, EPG 042
 Fernanda Pereira da **SILVA** CSA 016, CSA 018
 Fernanda Sarah **BECALITO** CSA 002, CSA 003
 Fernanda Trindade **SIQUEIRA** CBS 013

Fernando Gomes **SCHETINNI** CSA 047
 Filipe Carboni **MOTA** CSA 035, CSA 037
 Filipe Zaniratti **DAMICA** EPG 020
 Flávia Aparecida Dutra do **BEM** EPG 014
 Flávia Luzia de Paula **PEIXOTO** EPG 046
 Flaviane Ávila **FERREIRA** CSA 046
 Flaviane Rozario Rocha da **SILVA** EPG 051
 Francesca Ribeiro Bernardes de **ARAÚJO** CSA 040
 Francine Rubim de **RESENDE** CBS 107, CBS 108, CBS 110
 Francis Ricardo dos Reis **JUSTI** EPG 036
 Francisco Augusto Navarro **ROCHA** CET 043
 Francisco Carvalho **CORRÊA** CSA 031
 Francisco de Assis **FERREIRA** CSA 006, EPG 018
 Francisco Homem **GABRIEL** EPG 033
 Franklin Sanches **NOGUEIRA** CET 008, CET 013, CET 030, CET 032,
 CET 039, CET 040

G

Gabriela dos Passos C. **BATISTA** CSA 060
 Gabriela Maria Riguete **RIBEIRO** EPG 022
 Gean Carlos Gomes da **SILVA** CBS 028, CBS 029, CBS 030, CBS 031,
 CBS 033, CBS 035, CBS 041, CBS 047,
 CBS 048
 Gean Rodrigues **MATTA** CET 004, CET 009, CET 014, CET 023,
 CET 048
 Geraldo Majella Braga **LIMONDGE** CSA 026, CSA 027, CSA 051
 Géssica Roriz **PAIVA** CBS 090
 Gil Carlos Ferreira **ARAÚJO** CBS 028, CBS 029, CBS 030, CBS 031,
 CBS 041, CBS 047, CBS 048
 Gilcilene **AMORIN** CSA 066
 Gilza Rufino **CASSIMIRO** CBS 004
 Gisele Simas dos **SANTOS** EPG 032
 Giselle Braga de **AQUINO** CSA 059
 Gislaine Gomes **PIRES** CBS 004, CBS 005
 Glaciene Januario Hottis **LYRA** EPG 006
 Grays Kellen Schneider de **OLIVEIRA** CSA 067
 Guilherme **TUCHER** CBS 018, CBS 039, CBS 046, CBS 019,
 CBS 020, CBS 027
 Gustavo Baêso **BICALHO** CBS 063, CBS 064, CBS 080

H

Hayanna Silva **LOBATO** EPG 034
 CBS 032, CBS 038, CBS 043, CBS 017,
 CBS 022, CBS 023, CBS 024, CBS 028,
 CBS 029, CBS 030, CBS 031, CBS 040,
 CBS 048
 Hudo Figueiredo da **SILVEIRA** CSA 004
 Hugo Guedes **VIANA** CBS 091, CBS 099, CBS 100, CSA 060,
 CSA 065, CSA 066

I

Iane S. dos **SANTOS** EPG 024
 Iara Andrade do **PRADO** CSA 011
 Iasmin Martins **GUIMARÃES** CBS 078
 Isabela Cavalcanti **PORTES** CBS 012
 Isaura Maria de Oliveira da **SILVA** CBS 045, CBS 049, CBS 050, CBS 051
 Isteliene Lopes **LEODORO** CBS 003

J

Jadiane Rocha **SOUZA** CBS 107
 Janaína **TEIXEIRA** CBS 021
 Janaina Teixeira da **SILVA** CBS 018, CBS 019, CBS 020, CBS 025,
 CBS 027, CBS 044,

Janilda da Silva Miranda **FERREIRA** CBS 053, CBS 054
 Jaqueline Alves **NUNES** CBS 006, CBS 007
 Jaqueline dos Santos **OLIVEIRA** CSA 056
 Jaqueline **FELIPE** CBS 056
 Jaqueline Pereira **SILVA** CSA 061
 Jaqueline Silva **FLORENTINO** CSA 008, CSA 010
 Jefinny de Paula Dias **SOUZA** CET 046
 Jéssica C. R. **PERES** CSA 057
 Jéssica Candida Andrade **MOREIRA** EPG 047
 Jéssica Caroline Ramos **PERES** CSA 063, CSA 064
 Jéssica Christiane **FILGUEIRAS** CBS 091
 Jessica Ptolomeu **RINCO** EPG 001
 Jessyca Santos de **OLIVEIRA** EPG 043
 João Paulo **TEIXEIRA** CSA 017
 João Victor Motta. **SALERNO** CBS 002
 Jódson Wilker Cardoso de **MELO** EPG 039
 EPG 008, EPG 011, EPG 038, EPG 039,
 EPG 040, EPG 041, EPG 043, EPG 044,
 Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** EPG 045, CSA 007, CSA 011, EPG 003,
 EPG 005, EPG 023, EPG 047, EPG 048,
 EPG 026
 Jose Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS** CET 010, CET 015, CET 016, CET 024,
 CET 025, CET 034
 CBS 067, CBS 071, CBS 072, CBS 074,
 José Silveira De Andrade **NETO** CBS 093
 Josiel Antonio de **REZENDE** CBS 034
 Josilene Cristina da Costa **MARCELINO** EPG 048
 Josué Amaro de Souza **JÚNIOR** EPG 042
 Josy de Almeida **PAULA** CSA 018, CSA 016
 Juliana Aparecida **GARCIA** EPG 018
 Juliana Campos **SCHMITT** EPG 036
 Juliana de Cassia **FILGUEIRAS** CBS 068, CBS 091, CBS 094, CBS 099,
 CBS 101
 Juliana Dias **MALTA** EPG 032
 Juliana Pereira Rosa **RODRIGUES** CSA 019
 Juliana **PERUCCHI** EPG 025
 Juliana Silvana da **SILVA** CSA 032, CSA 041, CSA 043, CSA 047
 Juliani M. Rohen **GUALBERTO** EPG 014
 Jullyana Vargas **DONÁ** CBS 063, CBS 064

K

Kamilla Neves Ciuldin Silva de **LIMA** CSA 035, CSA 037, CSA 038, CSA 039
 Karen A. de S e **OLIVEIRA** CSA 049
 Karen Alves De Souza e **OLIVEIRA** CSA 036
 Karina Costa **GERALDELI** CBS 109
 Karina de Carvalho **PARDÓCIMO** CSA 038, CSA 039
 Karina Reis **GARCIA** CBS 010, CBS 016
 Karine Cristina Moreira **RODRIGUES** CBS 066
 Karla de **MORAIS** CBS 078
 Kássia Elisa **VARDIERO** CBS 089
 Kathellen Ferreira **LIMA** EPG 040
 Kátia C. F. **OLIVEIRA** CSA 049
 Kátia Gomes da **SILVA** CBS 105, CBS 106
 Kerollen Cristina de Morais **MILAGRE** EPG 026
 Késia Alves de **OLIVEIRA** CBS 070, CBS 074, CBS 081, CBS 083,
 CBS 084, CBS 086, CBS 087
 Krislany Estefany da **SILVA** CSA 017, CSA 019

L

 Lara Brum de **CALAIS** CSA 066
 Larissa Bouzada de **PAULA** CSA 058, CSA 065
 Lauany Peixoto **DUARTE** CBS 111

Layla Jennyfer de Carvalho **PEREIRA** CSA 018
 Layla Morete **SANTOS** CBS 042
 Lays Vieira **SILVA** CSA 034
 Leonardo José **DIAS** CET 038
 Leonardo Luiz de **FREITAS** EPG 022
 Leonardo **MADDALENA** EPG 051
 Leonardo Pires **RODRIGUES** CSA 023
 Lídia Alvim **LOPES** EPG 034
 Lidiane Andrade **LACERDA** CBS 105
 Lidiane Martins Santana **BRUM** EPG 028
 Lílian Carla Costa **BONIN** EPG 052
 Lílian Fernanda Pereira Vaz **MACHADO** CBS 052, CBS 055, CBS 059
 Líria Laureano da **SILVA** EPG 008
 Livia Beatriz Almeida **FONTES** CBS 063
 Livia Fonseca Gomes da **SILVA** CBS 045, CBS 049, CBS 050, CBS 051
 Livia Novaes da Silva **GOMES** CBS 013
 Lorena Braga Bernadino **MADRIAGA** EPG 022
 Lorena Braga Bernardino **MADRIAGA** CBS 014, CBS 015
 Lorena Dornelas Souza de **ALBERGARIA** CBS 065
 Luan Carlos de Freitas **LEAL** CSA 005
 Luana Barreto **SASSARA** CBS 058
 Luana Schuenck **ROLIM** EPG 042
 LuCSA Dionísio **ROCHA** CET 019, CET 022, CET 029, CET 035
 LuCSA José Pereira de **ANDRADE** CSA 009
 Luciana Aurora **SILVA** CBS 052, CBS 055, CBS 059
 Luciana de Andrade **AGOSTINHO** EPG 024
 Luciana de Freitas **SOUZA** EPG 031
 Luciana **DINAR** CSA 033
 Luciana Dinar da **SILVA** CSA 025, CSA 028
 Luciana do Carmo **NARCISO** EPG 030
 Luciana Furtado Goulart **GOMES** EPG 045
 Luciana Xavier **SENRA** CSA 052, CSA 053, CSA 054, CSA 055, CSA 061
 Luciano Magno **ROCHA** CBS 005
 Luciano Matias **FELIPE** EPG 012
 Lucilene Imaculada de **BARROS** CBS 069, CBS 070, CBS 074, CBS 081, CBS 082, CBS 083, CBS 085, CBS 086, CBS 088, CBS 092
 Ludimila Assis **SILVA** CBS 075
 Ludmila **GONÇALVES** CBS 057
 Ludmila Helena **GUIMARÃES** CET 038
 Luís Augusto **ABREU** CSA 050
 Luísa Souza **BITTENCOURT** CSA 034
 Luiz Felipe da Silva **COUTO** CBS 023, CBS 024
 Luiz Henrique **BARROS** CBS 033, CBS 036
 Luiz Pereira da **MATTA** EPG 002
 Lupércia de Castro **CARVALHO** EPG 029
 Luyara S. **MUNIZ** CBS 001

M

 Maira Ribeiro de **SOUZA** EPG 025
 Manuela Xavier **DUARTE** EPG 031
 Marcela Brum de **SOUZA** CBS 032, CBS 038, CBS 040, CBS 043
 Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ** CSA 021, CSA 023, CSA 024, CSA 025, CSA 033, CSA 034
 Marcelo da Silva **CARNEIRO** CSA 008, CSA 010
 Marcelo de Castro **PEREIRA** CET 005, CET 011, CET 027, CET 031
 Marcelo Silva **SILVÉRIO** EPG 051
 Marcilene Gadiola de **FIGUEIRÊDO** CBS 111
 Marcos Vinícius Monteiro da **ROCHA** CSA 008, CSA 010, CSA 011
 Maria Cecília Teixeira **REIS** CSA 004, CSA 005
 Maria Elisa **CERQUEIRA** EPG 012

Maria Inês do Carmo **SOARES** EPG 012
 Maria Olívia Mattos **CALAIS** CSA 042, CSA 044
 Maria Vanderléa de **QUEIROZ** CET 029
 Mariana de Almeida **RAMOS** CBS 011
 Mariana Navarro Domingos Dos **SANTOS** CBS 052, CBS 059
 Mariana Tibiricá **TURETA** CSA 027, CSA 026, CSA 030, CSA 051
 Marina **CASTRO** CSA 050
 Marina de Oliveira e **SOUZA** CBS 075, CBS 094
 Marina Dos Santos **ELEUTÉRIO** CSA 045
 Marina Matias **LEONARDO** CBS 066
 Marina Procópio de **LACERDA** CBS 018, CBS 019, CBS 020, CBS 021,
 CBS 025, CBS 027
 Marisa Carvalho de **MELO** CSA 001
 Marlaynne Netto **MATHEUS** EPG 027
 Maryna de Azevedo **ANDRADE** CBS 011
 Mateus da Silva **PIMENTEL** CSA 008, CSA 010
 Mateus de Morais **DIAS** CET 006, CET 018, CET 021, CET 026
 CBS 069, CBS 070, CBS 071, CBS 072,
 CBS 081, CBS 082, CBS 085, CBS 086,
 CBS 087, CBS 088, CBS 094, CBS 093,
 CBS 096
 Matheus José da Costa **TRINDADE**
 Matheus Toledo **CUPERTINO** CSA 001, CSA 006
 Maurício Barreto **CAMPOS** CSA 026, CSA 027
 Mayara Fonseca **PINHEIRO** CET 003
 Mayara Moreira **PERES** EPG 041, EPG 044
 Maycon LuCSA Cordeiro **EMILIO** CET 022
 Michel Barros **FARIA** CBS 003, EPG 033, EPG 034
 Micheline Luiza de Souza **LOPES** EPG 021, EPG 027, EPG 029
 Michely Mirian Rodrigues **CARDOSO** CBS 065
 Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** CBS 032, CBS 038, CBS 039, CBS 040,
 CBS 043, CBS 046
 Milena Rodrigues **TOLEDO** CSA 056
 Mirelle **NUNES** CBS 042
 Mirelle Nunes **CAETANO** CBS 026
 Miriam Costa **RIBEIRO** CSA 061
 Mônica P. **VIEIRA** CSA 068
 Mônica Pirassol **VIEIRA** CSA 062
 Monique De Sousa **LOPES** CSA 002, CSA 003
 Monique de Souza **LELLIS** EPG 023
 Monique Lage de **OLIVEIRA** CBS 103

N

Naiara aparecida de **LAIA** CSA 058, CSA 065
 Naiara de Cássia **CAMPOS** CBS 089
 Nara Vaz de **SOUZA** EPG 011, EPG 023, EPG 047
 Natália Scarton **GOMES** CSA 011
 Nataly Scala **ROCHA** CBS 104, CBS 105, CBS 106
 Nathália Caroline **LOURENÇO** CBS 089
 Nathália Nunes **LOPES** CBS 090, CBS 099
 Nayara Rodrigues De Oliveira Costa
VENTURA CBS 103
 Nilton Freitas **JUNIOR** CSA 001, CSA 002, CSA 003, CET 017,
 CET 038, CET 043, CET 045, CET 046,
 EPG 054

O

Odair José **VALENTE** EPG 009

P

Patrícia de Freitas **CLEMENTE** CBS 100
 Patrícia Leite de Sousa **RIBEIRO** CSA 022, CSA 041, CSA 043
 Patrícia Leite de Souza **RIBEIRO** CSA 032
 Patrícia Leite **SOUZA** CSA 040

Patrícia Penna **COUTO** CBS 026
 Patricia Silva **ROCHA** EPG 038
 Paula Bouzada **GONÇALVES** CSA 006
 Paula Lopes **SILVA** CBS 073, CBS 077, CBS 079, CBS 098
 Paula Maria Fialho **LIMA** CBS 053, CBS 054
 Paulo Arthur Henriques **GONZALEZ** CET 044, CET 045
 Paulo de Andrade **CAVALHER** CSA 017
 Paulo Gilberto dos Santos **JUNIOR** EPG 009
 Paulo Henrique Ferreira de **MATOS** CBS 022, CBS 033, CBS 034, CBS 035, CBS 036
 Paulo Sergio Pires do **AMARAL** CSA 043
 Pedrita Reis Vargas **PAULINO** CSA 056, CSA 063, CSA 067
 Pedro de Paula **CORRÊDO** CET 043
 Pedro Henrique Rodrigues de **ARÊDES** CSA 031
 Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER** CSA 020, EPG 039
 Poliane Gomes **JUSTINIANO** EPG 017
 Polyana Albuquerque **SILVA** EPG 033
 Polyana Aparecida Almeida **PEDROSA** CBS 012
 Priscila Gomes Piler dos **SANTOS** CSA 023
 Priscila Ramos **RIBEIRO** CET 041
 Priscila Silva da **PAIXÃO** CSA 005

R

Rachel Martins **ANTUNES** CBS 107, CBS 108, CBS 110
 Rafael Barbosa **LUCAS** EPG 037
 Rafael Gonzales de **OLIVEIRA** CBS 057, CBS 075, CBS 098, CBS 097
 Rafael Salatiel Rodrigues **SANTOS** CSA 004
 Rafaela **CARNEIRO** CSA 029, CSA 045
 Rafaela da Silva **ANGÊLO** CBS 101
 Rafaela de Freitas **CÂNDIDO** CSA 014, CSA 015
 Rafaela Ferreira da **SILVA** CBS 009
 Rafaela Marchese Teixeira **PERRY** CBS 110
 Rafaella Fernandes **FERREIRA** CBS 003
 Railander Lucio de **LAIA** CET 019
 Raniely Silva **SOUZA** CBS 007
 Raphael de Souza **VASCONCELLOS** CBS 009
 Raphael Sousa **PEÇANHA** CBS 007
 Rayane Nunes **DIAS** CSA 057, CSA 059, CSA 063
 Rayque de Oliveira **LANES** CBS 003
 Rayssa dos Santos **VAZ** CSA 031
 Rebecca Dias **NICOLAU** CBS 023, CBS 024
 Reges Ferreira Da **SILVA** CBS 017, CBS 022, CBS 023, CBS 024
 Reggiani Vilela **GONÇALVES** EPG 035
 Reinaldo Loubach **SARDINHA** CET 003
 Rhayanne Cristina Fialho De **MOURA** CET 001
 Ricardo Resende **BERSAN** CSA 030, CSA 040, CSA 051
 Riviane Maria Felipe Féres **LAVIOLA** CSA 029, CSA 045
 Roberta Duarte **VERAZZANI** CBS 017, CBS 042
 Roberta Vieira Teixeira da **SILVA** CBS 013
 CBS 068, CBS 069, CBS 070, CBS 073,
 CBS 074, CBS 076, CBS 077, CBS 078,
 CBS 079, CBS 080, CBS 081, CBS 082,
 Roberta Xavier **BRUNO** CBS 083, CBS 085, CBS 086, CBS 089,
 CBS 091, CBS 092, CBS 093, CBS 094,
 CBS 095, CBS 096, CBS 099, CBS 100,
 CBS 101, CBS 072, CBS 103
 Rodrigo Gonçalves **DIAS** CBS 010, CBS 016
 Rômulo Neves Alló **RABELO** CSA 054, CSA 052, CSA 053, CSA 055
 Rosângela Vilela **MONTEIRO** CBS 056
 Roselane de Oliveira **BOTELHO** CBS 008
 Rúbia de Souza **PEREIRA** CBS 006

S

- Samuel de Almeida Guimarães **FRITIZ** CET 033
Samuel Ferreira da **SILVA** CBS 062, CBS 063, CBS 064, CBS 065,
CBS 066
Samyra Tavora **CORREIA** CBS 018, CBS 019, CBS 020, CBS 021,
CBS 025, CBS 027, CBS 044
Sara Gonçalves **OLIVEIRA** CSA 003
Sara **OLIVEIRA** CSA 002
Sebastião Ezequiel **VIEIRA** CBS 053, CBS 056, CBS 058, CBS 060
Sérgio Carvalho **PORTILHO** CSA 069
SILVA, R.F CBS 034
Silvério Rodrigues **MIRANDA** CET 004, CET 009, CET 014, CET 023,
CET 048
Sílvia Mara **MATTOS** CBS 015
Sílvia Polyana Fazolo **SILVA** CBS 097, CBS 098
Simone Luiz **SIDNEI** CSA 068, CSA 062
Simone Rodrigues de **OLIVEIRA** EPG 016
Solange Mara **BIGONHA** EPG 035
Soraya Lúcia do Carmo da Silva **LOURES** EPG 015, EPG 016, EPG 031, EPG 052,
EPG 053, CBS 054, EPG 050, EPG 032
Stefanine Michaelle Alvim **LACERDA** CSA 028, CSA 044, CSA 045, CSA 050,
CSA 029
Stefanine Michaelle Alvim Lacerda
GOMES CSA 032, CSA 036
Stella Pereira Da **SILVA** CBS 016
Sueli **SIQUEIRA** EPG 037
Sylvio Garcia do **AMARAL** CSA 046
Sylvio Joaquim Soares **NETTO** CET 022

T

- Taciara T. G. **FARIA** CBS 044
Taiana Cristina de Freitas da **SILVA** CSA 016
Tainara dos Santos **ROCHA** CBS 008
Tallys G. Andrade **BASTOS** CSA 062, CSA 068
Tamara Loures **CHAVES** CSA 058, CSA 065
Tamara Priscila **RIBEIRO** EPG 041
Tarcísio Glauco **SILVA** EPG 004, EPG 007, EPG 013
Tatiana Rosa do **CARMO** CBS 058
Tatiane Aparecida Pereira e **SILVA** CBS 026
Thais Alves **SILVA** CSA 067
Thaís de Almeida **PAULA** CBS 058
Thaís Messias **GONÇALVES** CBS 075
Thalita Gomes **VIEIRA** CBS 108
Thamara Márcia de P. P. de **CARVALHO** CSA 060
Thatiane Martins Moreira **OLIVEIRA** CBS 090, CBS 100
Thayná Vieira **SIGILIÃO** CBS 109
Thays Andrade **APOLINÁRIO** EPG 024
Thiago **ANDRADE** CET 008, CET 013, CET 030, CET 032,
CET 039
Thiago Andrade **MENDONÇA** CET 042, CET 047, CET 049, CET 050
Thiago **ANDRADE,** CET 040
Thiago **REIS** EPG 044
Thiago Souza de **PAULA** CSA 020
Tiago José **PEREIRA** CBS 103
Túlio Oliveira do **SANTOS** CSA 020

V

- Valquíria Eveline **RABELO** CSA 052, CSA 053, CSA 055, CBS 067,
CBS 084, CBS 068, CBS 071, CBS 072,
CBS 073, CBS 077, CBS 079, CBS 082,
CBS 083, CBS 087, CBS 088, CBS 096,
CSA 054

Vanessa Basilio **DUARTE** CBS 084, CBS 069, CBS 092, CBS 093,
CBS 095, CBS 096
Vanessa Silva **BARBOSA** CBS 102
Vânia Lúcia do Prado Ferreira **NUNES** CSA 023
Vera Lúcia de **LAIA** CSA 042, CSA 044
Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES** CET 010, CET 015, CET 016, CET 024,
CET 025
Victor Arruda Gonsalves **RODRIGUES**,
CET 034
Victor Hugo Ferraz da **SILVA** CBS 014
Victor João Freitas **COSTA** CET 004, CET 009, CET 014, CET 023,
CET 048
Vilson Ribas **LEAL** CSA 021, CSA 024, CSA 025, CSA 033
Vilson **RiIBAS** CSA 028
Vitor Antunes Miranda **FERREIRA** CSA 007

W

Washington Luiz de **BARROS** CET 017, CET 019, CET 043
Webster Antonio da **SILVEIRA** CSA 013
Webster Antônio da **SILVEIRA** CSA 009, CSA 012
Wellix Moreira Da **SILVA** CET 002
Wesley Leite Sanches **CORRÊA** CSA 047
Wisley de Jesus **VIEIRA** CSA 009, CSA 012, CSA 013, CSA 014,
CSA 015, CSA 016, CSA 018, CSA 019

Y

Yara Luiza Ricardo **PEDROSA** EPG 048